



**A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS EM  
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS:  
Dos Percursos Formativos Aos Significados Atribuídos À  
Formação**

Leonel Monteiro Madureira

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto,  
para obtenção do grau de Mestre em Educação e Formação de Adultos, sob a orientação  
dos  
Professores Doutores Joaquim Luís Coimbra e João Caramelo

Outubro 2013

## RESUMO

A experiência como formador em educação de adultos (EA) e, mais tarde, como coordenador num contexto prisional de projetos da já extinta Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) desenvolveram o nosso interesse pelo sistema educativo e formativo dentro do sistema prisional. Este processo conduziu-nos a uma continuada transformação da nossa representação sobre os reclusos e da sua ligação com as iniciativas de educação e formação profissional no interior do sistema prisional e a uma vontade de contribuir para a compreensão e mudança deste contexto que está na base da motivação para o presente trabalho de pesquisa.

A investigação que se apresenta foi desenvolvida no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira e através dela se procuram compreender os percursos formativos e os significados atribuídos à formação de adultos em situação de reclusão, bem como os modos como esta é percecionada enquanto instrumento para o desenvolvimento pessoal e social, visando a reintegração social.

O nosso quadro teórico aborda, num primeiro momento, a Educação de adultos: a) nas suas concepções e tendências, por via de uma abordagem histórica a este campo; b) no contexto português, com a apresentação de diferentes medidas implementadas no terreno nos últimos anos. Por fim, incidimos na formação profissional, salientando a sua expansão e as medidas implementadas pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) neste domínio.

Num segundo momento, debruçamo-nos sobre o sistema prisional e a presença do campo educativo no interior deste. Nesse sentido procuramos compreender numa perspetiva sóciohistórica a Prisão e a transformação das funções atribuídas à reclusão (da punição à reeducação) que conduziu à emergência de novas figuras profissionais – os Técnicos Superiores de Reeducação. Procedemos ainda a uma apresentação analítica da evolução do sistema prisional em Portugal, para nos centrarmos mais detalhadamente na evolução da população prisional em Portugal e na caracterização do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF). Por fim, procuramos caracterizar os modos como se apresentam a Educação e Formação Profissional na Prisão no contexto português, invocando a este respeito a evolução dos modelos de educação e formação de adultos na prisão, bem como os actuais actores neles envolvidos (as parcerias implementadas).

A metodologia e procedimentos de investigação utilizados apelaram à conjugação dos paradigmas qualitativo e quantitativo, utilizando como recursos diferentes técnicas de pesquisa: a observação, a entrevista semiestruturada, as conversas informais intencionais, a análise documental e a análise de conteúdo, que nos permitiram elaborar diferentes quadros de análise e de reflexão da EFA no contexto prisional.

A partir da análise do corpus empírico destacamos como significados centrais atribuídos à Educação e Formação Profissional, no interior do contexto prisional, o de se constituir como plataforma de desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais importantes para os processos de reinserção social, pelo aumento das habilitações académicas e profissionais. Quanto aos significados atribuídos para a vida no interior da Prisão, destacamos a valorização pessoal, a importância da bolsa de formação, as medidas de flexibilização da pena e a sua própria integração/ocupação dentro da Prisão.

## RÉSUMÉ

L'expérience en tant que formateur dans l'éducation d'adultes (EA) et, plus tard, comme coordinateur dans un contexte prisonnier des projets de la déjà éteinte, Agence Nationale d'Éducation et de formation d'Adultes (ANEFA) a développé notre intérêt du système éducatif et formateur du système prisonnier. Ce processus nous a menés à une transformation continue de notre représentation sur les reclus et de son rapport avec les initiatives d'enseignement et la formation professionnelle à l'intérieur du système prisonnier et une volonté de contribution pour la compréhension et le changement de ce contexte qui est dans la base de la motivation pour le présent travail de recherche.

L'enquête qui se présente a été développée dans l'établissement prisonnier de Paços de Ferreira et par laquelle on essaye de comprendre les cours formateurs et les significations attribuées à la formation des adultes dans la situation de réclusion, aussi bien que les manières comme celle-ci est observé en tant qu'instrument de développement personnel et social, cherchant la réintégration sociale. Nos approches théoriques abordent, dans un premier temps, l'Enseignement d'adultes : a) dans leurs conceptions et tendances, en voie d'une approche historique à ce domaine; b) dans le contexte portugais, avec la présentation de mesures différentes mises en œuvre au terrain dans les années dernières. Finalement, nous sommes arrivés dans la formation professionnelle, indiquant son expansion et les mesures mises en œuvre par l'Agence Nationale pour la Qualification et l'Enseignement Professionnel (ANQEP) dans ce domaine.

Dans un deuxième temps, nous nous sommes penché sur le système prisonnier et la présence du domaine éducatif à l'intérieur de celui-ci. Dans ce sens nous avons essayé de comprendre dans une perspective sociohistorique la Prison et de la transformation des fonctions attribuées à la réclusion (de la punition à la rééducation) qui a conduit à l'émergence de nouvelles figures professionnelles. Les Techniciens Supérieurs de Rééducation. Nous continuons toujours à une présentation analytique de l'évolution du système prisonnier au Portugal, pour nous concentrer plus précisément dans l'évolution de la population prisonnière au Portugal et à la caractérisation de l'Établissement prisonnier de Paços de Ferreira (EPPF). Finalement, nous avons cherché à caractériser les manières comme se présente l'Enseignement et la Formation Professionnelle dans la Prison dans le contexte portugais, invoquant à ce respect l'évolution des modèles d'enseignement et la formation des adultes dans la prison, aussi bien que les acteurs actuels impliqués (les partenariats mis en œuvre).

La méthodologie et les procédures d'investigation utilisées on fait appel à la conjugaison des paradigmes qualitatifs et quantitatifs, utilisant comme ressources des techniques de recherche différentes : l'observation, l'interview semi-structurée, les conversations informelles intentionnelles, l'analyse documentaire et l'analyse de contenu, qui nous a permis d'élaborer différents cadres d'analyse et de réflexion d'EFA dans le contexte prisonnier. À partir de l'analyse du corpus empirique nous avons souligné comme des significations centrales attribuées à l'Enseignement et à la Formation Professionnelle, à l'intérieur du contexte prisonnier, celui de constituer comme la plate-forme de développement de compétences sociales, personnelles et professionnelles importantes pour les processus de réinsertion sociale, pour l'augmentation des qualifications académiques et professionnels. Quant aux significations attribuées pour la vie à l'intérieur de la Prison, nous avons détaché la valorisation personnelle, l'importance de la bourse de formation, les mesures de la flexibilité de la peine et sa propre intégration / l'occupation à l'intérieur de la Prison.

## ABSTRACT

The experience as a trainer in the education of adults (EA) and, later, as a coordinator of projects in a prison context of the extinct Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) (National Agency of Education and Training of Adults) have developed our interest on the educational and training system within the prison system. This process led us to a continued change in our perception about the prisoners and their connection with the education and professional training initiatives within the prison system and to a willingness to contribute to the understanding and transformation of this context which is the bases of the motivation for this research work.

This research was developed in the Paços de Ferreira Prison and, with it, the aim is to understand the formation journey and the significance given to the training of adults as prisoners, as well as the ways in which it is perceived as a tool for personal and social development, having in mind social reintegration.

Our theoretical framework approaches, firstly, the Education of Adults: a) in its conceptions and trends, through a historical approach in this area, b) in the Portuguese context, with the presentation of different measures implemented on the field in the last years. Lastly, we focus on the professional training, emphasizing its enlargement and the measures implemented by the National Agency for Qualification and Vocational Education (ANQEP) in this area.

Secondly, we focus on the prison system and on the presence of the educational field in it. Thus, we aim to understand Prison in a socio-historical perspective and the change of the functions attributed to incarceration (from punishment to rehabilitation) which led to the appearance of new professional categories - Senior Technical Consultant of Reeducation. We continue further with an analytical presentation of the evolution of the prison system in Portugal, to be able to focus in a more detailed way on the evolution of the prison population in Portugal and characterization of the Paços Ferreira Prison (PFP). Finally, we seek to characterize the ways in which the Vocational Education and Training in Prison in the Portuguese context is presented, invoking the evolution of the models of education and training of adults in prison, as well as the current people involved in them (the partnerships implemented).

The methodology and procedures used appealed to the combination of qualitative and quantitative paradigms, using, as resources, different research techniques: observation, semi-structured interviews, intentional informal conversations, documentary analysis and content analysis, which enabled us to form different frameworks of analysis and reflection about EFA (TEA - training and education of adults) in the prison context.

From the analysis of the empirical corpus, we stress, as the central meanings assigned to the Vocational Education and Training within the prison context, the fact that it is a platform for the development of social, personal and professional skills which are important for the process of social reintegration, through the increase of academic and professional qualifications. As to the significance attributed to the life inside the prison, we highlight the personal value, the importance of the amount of money received by each trainee during the training, the measures of adjustment to the sentence and its personal integration/occupation inside the Prison.

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigado Isabel pela confiança e paciência nos momentos mais difíceis ao longo deste projeto... preciso de dizer que sem o apoio incondicional das pessoas que amamos, tudo é mais difícil...

Aos meus filhos, Raquel, Mariana, Rafael e Martim, pela compreensão das longas ausências da vossa companhia.

À minha mãe Glória, pelo orgulho com que sempre me apoiou nesta jornada.

À Direção Geral dos Serviços Prisionais e ao Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF), pela oportunidade de realizar esta investigação.

Aos meus seis entrevistados, pela partilha das suas histórias, pela disponibilidade e frontalidade com que me acolheram nesta investigação.

À senhora diretora do EPPF, Dr<sup>a</sup> Elisabete Dias, pelo voto de confiança depositado no meu trabalho ao longo destes anos.

Ao Dr. José António Silveira, pela sua amizade e pelas palavras sábias, sempre prontas para nos dar a confiança que precisávamos.

À Dr<sup>a</sup> Lúcia Alves, ao Dr. João Madureira pela disponibilidade com que sempre me receberam e ajudaram nesta tarefa.

Ao corpo de segurança do EPPF que muito ajudou nas nossas movimentações.

Ao meu orientador Professor Doutor João Caramelo pela confiança que sempre depositou nas opções e tomadas de decisão ao longo deste trabalho e pelas devoluções e orientações que nos apoiaram neste processo evolutivo, obrigado!

Agradecimento especial ao Dr. João Linhas, amigo e colega de lutas, pela sua amizade e pelos conselhos sábios das leituras que lhe entupiam o dia-a-dia.

Um muito obrigado ao meu Diretor Eng<sup>o</sup> Mira de Sousa pela compreensão das minhas ausências na Metamorphose.

A todos os que de alguma forma me acompanharam nesta fase...

## **Lista de Abreviaturas:**

**EA** - Educação de Adultos

**FP** - Formação Profissional

**EFA** - Educação e Formação de Adultos

**EP** - Estabelecimentos Prisionais

**EPPF** - Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

**ANEFA** - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

**ANQEP** - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

**QREN** - Quadro de Referência Estratégico Nacional

**TSR** – Técnico Superior de Reeducação

**DGRSP** - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

**DGSP** - Direção Regional dos Serviços Prisionais

**CPJ** - Centro de Formação Protocolar para o Sector da Justiça

**RVCC** - Reconhecimento e Validação de Competências Chave

## Índice Geral

Introdução .....	10
A definição do objeto de estudo .....	14
Delineamento do Processo de Investigação .....	15
Os objetivos gerais e específicos da pesquisa .....	16
Capítulo I – A Educação de Adultos: concepções e tendências .....	18
A Educação De Adultos No Contexto Português .....	24
A Formação Profissional no campo da Educação de Adultos .....	26
Capítulo II – A Prisão .....	30
Transformação Das Funções Atribuídas À Reclusão – Da Punição à Reeducação .....	30
A prisão: o caso Português .....	31
A emergência de novas figuras profissionais: Os Técnicos Superiores de Reeducação (TSR) .....	32
O Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira .....	34
A Educação e Formação Profissional na Prisão: o contexto português .....	35
A evolução dos modelos de EFA no contexto prisional .....	40
As parcerias implementadas no terreno .....	41
A Organização Institucional da Formação: As opções e as áreas de eleição.....	44
Capítulo III - Metodologias e procedimentos de investigação .....	48
As Ciências Sociais e a metodologia de investigação.....	49
O enquadramento metodológico .....	50
A estratégia de pesquisa – a entrevista.....	51
A análise documental como metodologia complementar .....	54
A Análise de conteúdo .....	55
Capítulo IV - Análise e interpretação dos dados .....	58

Caracterização dos entrevistados .....	58
Percursos escolares e profissionais anteriores à reclusão .....	58
Viver em reclusão: .....	60
A Educação e a Formação Profissional no EPPF .....	66
A evolução da formação e dos seus modelos no contexto prisional .....	67
Percursos, Escola - Formação no sistema prisional .....	71
A experiência de participar na formação: a relação pedagógica na adaptação à formação no contexto.....	74
As modalidades de formação e educação em parceria.....	76
A Participação na formação: que motivações, motivos e sentidos? .....	76
As medidas de flexibilização da pena .....	77
A importância da bolsa de formação .....	80
O significado do trabalho/atividade ocupacional no contexto prisional .....	81
Significado/importância atribuída à qualificação e certificação profissional para o futuro.....	83
O acompanhamento técnico e educativo no quotidiano.....	85
As percepções sobre os processos de reintegração pessoal e social após a reclusão .....	86
Capítulo V - Considerações finais .....	90
Bibliografia .....	96
Webgrafia .....	100
Anexos .....	102



## **Índice Quadros**

Quadro 1 – As opções e as áreas de eleição .....	44
Quadro 2 - Resumo da formação ministrada no EPPF .....	68
Quadro 3 – Comparativo números de Inscritos e Certificados .....	70
Quadro 4 – Média de Certificações .....	70

## **Índice Anexos**

Anexo 1 – Direitos e Deveres do Recluso .....	1
Anexo 2 – Criação da ANEFA .....	3
Anexo 3 – O modelo do QREN .....	6
Anexo 4 - Plano Nacional de Emprego 2003-2006 .....	27
Anexo 5 - Classificação dos Estabelecimentos Prisionais .....	53
Anexo 6 - MJ - Relatório Atividades 2010 .....	55
Anexo 7 - Estatísticas Prisionais - DGSP .....	58
Anexo 8 - Código de Execução das Penas Prisionais .....	72
Anexo 9 - Carreira Técnica Superior de Reeducação .....	110
Anexo 10 – Organização Institucional da Formação: As opções e as áreas de eleição .....	112
Anexo 11 – Mapa da Formação Ministrada desde 1997 .....	113
Anexo 12 - Transcrição das Entrevistas .....	114
Anexo 13 – Em Atendimento – Serviços de Educação e Ensino (elaborado pelas Técnicas Superiores de Educação .....	135
Anexo 14 - DL do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade .....	139
Anexo 15 - Pedido colaboração ao Centro Protocolar de Justiça .....	173
Anexo 16 - Pedido de Autorização de Entrada de Computador Pessoal .....	174
Anexo 17 - Guião da Entrevista .....	175
Anexo 18 - Grelha de Análise das Entrevistas .....	176
Anexo 19 - Pedido de Autorização de Entrada de Gravador de Voz .....	191
Anexo 20 - Lei n.º 33/2010 - Regula a vigilância electrónica .....	192
Anexo 21 - Lei n.º 40/2010 – 2ª alteração -vigilância electrónica .....	197
Anexo 22 - Lei n.º 21/2013 – 3ª alteração ao código da Execução das Penas e Medidas Preventivas da Liberdade .....	199



## Introdução

Este trabalho constitui a dissertação final realizada no âmbito do Mestrado em Educação e Formação de Adultos, frequentado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação no último biénio, e dá conta do processo de investigação conduzido para estudar os significados atribuídos à Educação e Formação Profissional (FP) em adultos em situação de reclusão e os modos como a percebem enquanto instrumento para o seu desenvolvimento social e pessoal, numa perspetiva de reintegração social.

A decisão para a realização deste mestrado parte de uma vontade antiga de utilizar a experiência adquirida no terreno, resultado do trabalho de Coordenação em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em alguns Estabelecimentos Prisionais (EP) da zona norte do país, para refletir em torno da Educação e da Formação Profissional que se vai ministrando nestes locais. Conscientes de que nestes contextos a Educação de Adultos (EA) é um dos maiores desafios, dado que se centra numa ação educativa e profissionalizante para um público com características específicas, designadamente sujeitos possuidores de baixos níveis de escolaridade, socialmente excluídos, na sua maioria, e que se desenvolve num quadro de reclusão caracterizado por privações, isolamento, medos. Abraçámos este desafio também na perspetiva de podermos modestamente contribuir para um conhecimento que, a partir da sistematização e análise dos processos formativos que têm vindo a ser institucionalmente disponibilizados, permita à instituição prisional (re)pensar os processos de educação e formação que desenvolve, a partir do confronto com as representações que os reclusos têm destes e do seu significado. Nesse sentido, pareceu-nos naturalmente importante escutar e compreender aqueles para quem estes processos são dinamizados procurando vislumbrar os efeitos (re)educativos, nas suas potencialidades e limites, tal como são reconhecidos na primeira pessoa.

O trabalho que desenvolvemos anteriormente nas prisões foi conhecendo diferentes etapas: há que reconhecer que o iniciámos carregados de estereótipos que nos condicionavam, de alguma forma, as ações; sentimos o “peso” da instituição, (na qual, mesmo que provisoriamente, também somos privados da liberdade, dado que, por questões de segurança, não podemos “entrar” com telemóveis, discos externos ou outros “acessórios” que naturalizámos já no nosso quotidiano pessoal ou como formadores); depois de algum tempo e adaptação, conhecedores dos procedimentos do EP, fomos conseguindo trabalhar com as limitações “*naturais*” e que nos são impostas pela segurança. Já no campo das

ambições, estávamos capazes de mudar tudo e todos, mas com o tempo fomos regulando esta fasquia para o que nos era possível em cada um dos momentos da vida da instituição, em cada um dos grupos em formação e para cada um dos reclusos, em cada momento dos próprios processos de formação e face a diferentes orientações das políticas formativas em contexto prisional.

O desenvolvimento com os reclusos de um projecto em Educação e Formação Profissional é algo complexo, dado que é fundamental compreender as especificidades do contexto, as suas imposições que, no dia-a-dia, se transferem para o grupo e para o local de formação, desde os problemas de assiduidade, as dificuldades financeiras, as questões e problemas pessoais que o cumprimento de uma pena de prisão despoleta ou acentua, a falta de motivação, entre outros. A isto há de acrescentar-se que a prisão tem uma componente punitiva muito forte, procura manter uma vigilância e controlo rigorosos, desde logo com o sentido de regular as relações de conflito, minorando as ações de violência no seu interior, fazendo cumprir o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais<sup>1</sup> e as normas jurídicas do Ministério da Justiça, e esta identidade institucional reflete-se e tem consequências nas possibilidades e limites, nas potencialidades e constrangimentos que os processos de educação e formação ali revelam.

Não obstante, é nossa convicção que a atividade de Educação e FP apresenta imensas vantagens: permite que os reclusos possam desenvolver saberes e competências novos ou em áreas diversas daquelas em que eventualmente fizeram os seus percursos anteriores que os possa orientar para ocupações profissionais após o período de reclusão, permite-lhes usufruir de uma pequena bolsa de formação (que minimiza situações de carência) e é um contributo para a “paz social” no interior do EP (ocupa o indivíduo e retira-o da cela prisional, atenuando a sensação de privação completa de liberdade). O acesso à formação, o contacto com o conhecimento e a oportunidade de poderem usufruir de um ambiente educativo com formadores externos, pode ainda contribuir para uma ação socializadora do recluso com o sentido da sua melhor reinserção social.

Definimos entretanto o nosso objeto de estudo e elegemos o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF) como campo empírico, ainda numa fase muito embrionária da nossa investigação. Passámos então a desenhar o nosso processo de

---

<sup>1</sup> Nos termos do artigo 9.º do DL n.º 51/2011 de 11 de Abril, é aprovado o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais que é válido para todos os Estabelecimentos Prisionais. (cf. anexo 1)

investigação que viria a fortalecer-se de diferentes contributos teóricos e das metodologias em ciências sociais.

Os nossos objetivos foram-se clarificando ao longo do processo sofrendo alguns ajustes face aos desenvolvimentos da pesquisa no terreno, revelando-se um instrumento norteador no desenvolvimento das diferentes etapas da investigação cujo fio condutor e pano de fundo foi sempre a educação e formação de adultos em contexto prisional. Deste modo o trabalho que apresentamos está organizado nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo pretendeu-se desenvolver alguns dos principais temas relevantes que constituem um pano de fundo analítico para nosso objeto de estudo, enveredando por uma abordagem conceptual da Educação de Adultos (EA), dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e da Formação Profissional (FP).

No segundo capítulo abordámos a Prisão e as transmutações das funções atribuídas à reclusão, procurando explicar os caminhos percorridos entre um sistema prisional de orientação punitiva à (re)orientação para a (re)educação. No sentido de melhor compreender a orgânica e a realidade actual do sistema prisional, recorreremos à legislação em vigor e ao sítio da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), a partir dos quais foi possível constatar a evolução da população prisional no contexto português e o tipo de orientações implementadas para a Educação e Formação em contexto prisional. Ainda neste momento do nosso trabalho procuramos caracterizar o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, as suas valências e apresentar e caracterizar os modos de organização dos modelos educativos e formativos, que acontecem no terreno fruto de algumas parcerias públicas e privadas. A este propósito avançamos desde logo com uma sistematização de dados permitida pela nossa pesquisa, apresentando um quadro resumo com as opções e as áreas formativas de eleição ao longo dos últimos anos neste estabelecimento prisional. Procuramos ainda apresentar as funções e papéis dos Técnicos Superiores de Reeducação na condução dos projetos individuais dos sujeitos em situação de reclusão, em particular salientando o seu papel na orientação dos adultos reclusos para os processos de educação e formação.

O terceiro capítulo está dedicado às metodologias e procedimentos da investigação, explicitando o que nos foi permitindo, em cada momento, (re)conduzir o caudal de informação recolhida pelas diferentes técnicas que utilizamos, desde a pesquisa bibliográfica, a análise documental, as conversas informais intencionais, a entrevista, a observação do ambiente prisional, entre outros. Esta harmonia entre métodos e técnicas de

pesquisa e recolha de informação solicitaram níveis de conhecimento das Ciências Sociais e das Metodologias, que se assumiram como os elementos no comando da análise de conteúdo, permitindo a construção de uma grelha de análise do material empírico.

No quarto capítulo pretendemos, por um lado, fazer o escrutínio dos dados recolhidos pela técnica de entrevista (cf. anexo 12), procurando dar respostas ao guião de suporte às entrevistas (cf. anexo 17), a partir da exploração da grelha de análise (cf. anexo 18) que permitiu organizar os dados, organizando as entrevistas por temas e subtemas. Partimos assim para uma interpretação desses dados, os testemunhos, na primeira pessoa, dos sujeitos entrevistados, que nos forneceram novas pistas de investigação e reflexão promovendo a discussão com os autores mobilizados para cada momento. Procurou-se aqui caracterizar os sujeitos em reclusão, as suas histórias e aspirações, os percursos educativos e formativos, os sentidos que imputam à formação, as motivações, as perceções sobre os processos de reintegração social, o futuro depois da reclusão, entre outros temas. Ainda neste capítulo é dada especial atenção à oferta institucional de formação por parte do EP numa perspectiva diacrónica. Para isso, apresentam-se e analisam-se mapas e quadros que nos permitiram perceber de modo mais detalhado as opções formativas, os volumes de formação e as taxas de certificação destes projetos no terreno.

Por último, no quinto capítulo, expomos as nossas Considerações Finais, recuperando o que de mais significativo julgamos ter realçado com a nossa pesquisa, e que pretende ser o espelho deste nosso trabalho.

## A definição do objeto de estudo

A experiência no contexto prisional (durante cerca de sete anos) decorreu, como já referimos, da Coordenação de Ações de Formação; inicialmente só com cursos de Qualificação e, posteriormente, nos cursos EFA com dupla certificação, de qualificação (profissional) de nível 3 e com equivalência ao 9º ano de escolaridade. Esta experiência com a população reclusa, como já acentuámos, foi determinante para a escolha do estabelecimento prisional como campo empírico para a nossa Dissertação de Mestrado.

A oportunidade de trabalhar em diferentes prisões proporcionou-nos experiências enriquecedoras marcadas por pontos altos e pontos baixos, pelas vitórias e desilusões, pelos rostos carregados e pelos sorrisos, pelas incertezas que muitas vezes nos bloqueiam os movimentos, enfim, por tantas outras coisas boas e menos boas que fomos vivendo com estes homens. Este contacto com pessoas de diferentes origens, com histórias de vida, aos nossos olhos, complicadas, carregadas de desconfianças, fechadas nos seus mundos, com receios de se exporem, ostentando “dureza” e com olhares fixos, foram “erguendo barreiras” que tivemos de conseguir superar.

Ser coordenador de formação solicitou muitas vezes que assumíssemos o papel do “carrasco”, que traz más notícias, que os chama à atenção, que os confronta para que modifiquem trajetórias e formas de estar em formação. Estes momentos deram-nos, contudo, igualmente a possibilidade de marcar a diferença na construção de opções para estes homens (achamos nós), permitiram-nos “chegar até eles”, tendo sido, para nós, esta a maior motivação, que se renovava com as mudanças alcançadas, fazendo-nos acreditar na formação e no nosso trabalho.

Os Cursos de EFA, no tempo em que decorreu a nossa experiência como coordenador de formação, “concorriam” com a Escola regular dentro do EP para o mesmo objetivo educativo, sendo para nós indiscutível a importância da ação formativa e educativa, e da sua concertação, neste tipo de contextos, pela influência determinante que podem ter na ressocialização<sup>2</sup> destes homens.

Neste sentido algumas questões orientadoras da nossa investigação foram surgindo com naturalidade: - *Que importância e significado(s) atribuem à formação profissional os*

---

<sup>2</sup> Cunha (2008:91), citando Snacken (2002), designa a “*ressocialização*, como o voltar a socializar pela norma”, tendo esta aceção na sua origem as teorias “foucaultianas”.

*sujeitos reclusos face à sua situação? - De que forma, sob a sua perspectiva, a formação profissional lhes poderá assegurar instrumentos de entrada no mundo do trabalho e a possibilidade de reinserção na sociedade? - Como é que a instituição prisional define os processos de educação e formação a desenvolver em situação de reclusão, numa perspectiva de promover o desenvolvimento pessoal, social e profissional e ajudar a processos de reintegração social?*

### **Delineamento do Processo de Investigação**

A investigação foi desenvolvida junto de formandos e ex-formandos que estão a cumprir pena no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF), sustentada por diferentes métodos e técnicas: as conversas informais intencionais com os diferentes profissionais; a pesquisa bibliográfica sobre a temática; a pesquisa e análise documental de informação disponível e disponibilizada pelo EP; a realização de entrevistas semiestruturadas com seis formandos (três que já haviam concluído um curso de formação e três que se encontravam a frequentar um curso de formação) que, no seu conjunto e articulação, permitiram recolher o material empírico sobre o qual trabalhamos; por via da análise de conteúdo como técnica privilegiada para tratar, neste caso, o material recolhido (Silva & Pinto, 1986:105).

Para este estudo optou-se pela conjugação entre uma metodologia qualitativa e quantitativa, que permitisse a recolha de um mais extenso e mais denso *corpus* de dados e permitisse igualmente uma desejável confrontação entre estes na procura de pistas e indícios que nos conduzissem a uma aferição da análise e interpretação a realizar. Num primeiro momento desenvolveu-se uma pesquisa e análise documental dos registos existentes no EP que permitiram recolher, sistematizar e compreender dados como as taxas de sucesso/insucesso dos reclusos, os níveis de escolaridade atingidos, os percursos formativos/escolares individuais realizados, as ofertas institucionais de formação ao longo do tempo. Num segundo momento realizaram-se as entrevistas. Paralelamente aconteceram as conversas informais intencionais com diferentes intervenientes no processo educativo, nomeadamente os técnicos de educação e a direção do EP, elementos do corpo de segurança e formandos e ex-formandos.

Com o desenvolvimento da investigação percebemos que outras perspetivas se apresentavam, pelo que o nosso objeto de estudo foi sendo “*moldado*” face aos elementos



que obtínhamos, dado que a pesquisa e análise documental revelou-se uma fonte importante na análise da formação profissional na perspectiva da oferta institucional.

### **Os objetivos gerais e específicos da pesquisa**

**Objetivo geral:** - Analisar os significados atribuídos à Educação e FP por adultos em situação de reclusão e como as percebem como instrumento de desenvolvimento social e pessoal, numa perspectiva de reintegração social.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar os entrevistados e resgatar as suas experiências pessoais, profissionais e formativas anteriores à reclusão;
- Perceber o quotidiano da vida em reclusão antes, durante e após a participação nos projetos formativos;
- Conhecer os percursos de educação e formação realizados dentro do EP e os sentidos atribuídos a essas experiências;
- Compreender os significados que atribuem à qualificação e certificação profissional e/ou escolar no presente e como as percebem no futuro numa perspectiva de reintegração pessoal e social;



## Capítulo I – A Educação de Adultos: concepções e tendências

Nas últimas décadas, a Educação de Adultos (EA) tem vindo a ganhar cada vez mais espaço na sociedade, possibilitando potencialmente o desenvolvimento das capacidades e alargamento dos conhecimentos numa perspetiva de desenvolvimento pessoal e profissional com o reconhecimento e relevância dos contributos dos processos de aprendizagem na fase adulta. O momento de maior destaque na evolução da EA acontece após a Segunda Guerra Mundial, com conferências mundiais sob a égide da UNESCO, edificando as funções e particularidades deste campo de práticas educativas (Trilla, 1997; Trilla, 1998:235).

Esta “*emergência da educação de adultos (...) protagonizada, em termos internacionais, sobretudo pela UNESCO*”, regista outros contributos históricos,

“ela se sucede à crise dos sistemas escolares, sobretudo no ensino superior, durante os anos 60, que culmina em França, com o Maio de 68, mas é acompanhada por manifestações similares em vários outros países do mesmo espaço cultural e civilizacional, e conduz às propostas de Ivan Illich (1971) para a desescolarização da sociedade (Imaginário & Castro, 2011:89-90).

Imaginário & Castro referem ainda “*que neste contexto, o subsistema de educação de adultos assume carácter supletivo ou de compensação relativamente ao subsistema escolar (Idem: 90).*

No entanto, desde logo em 1949 na *Reunião de Elsenaur* promovida pela UNESCO, “*a educação de adultos é entendida essencialmente como reciclagem e actualização profissional e assimilada à formação (profissional) contínua de adultos, por contraposição à formação (educação) inicial de jovens*” (ibidem).

Já em 1960 a *Reunião de Montreal* da UNESCO conduzia a educação de adultos para o “*objectivo da alfabetização*”, procurando chegar, por um lado, aos “*países subdesenvolvidos*” e, por outro lado, “*aos países em vias de desenvolvimento*<sup>3</sup>”. As campanhas de alfabetização que se desenvolveram na sequência desta iniciativa ficaram marcadas pelo “*insucesso relativo e proporcionam o aparecimento de dois outros conceitos, analfabetismo regressivo e alfabetização funcional (UNESCO, Reunião de Teerão, 1965)*”.

Esta alfabetização funcional é alvo de inúmeras críticas:

“a de criar mão-de-obra mais dócil e dútil e alimentar a máquina do sistema de produção e consumo, o que por sua vez, e para além de (...) cavar mais o fosso de injustiça entre as classes sociais, começa a provocar perturbações alarmantes no equilíbrio ecológico” (Ididem).

---

<sup>3</sup> A trilogia países “desenvolvidos”, “em vias de desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”, (...) remonta, justamente, à década de 60, que a ONU declarou “*década do desenvolvimento*” (Imaginário & Castro, 2011:90)

Deste “*criticismo*” surge a distinção “(UNESCO, Reunião de Estocolmo, 1972) entre nível de vida e qualidade de vida” e que por sua vez

“estimula a afirmação da alfabetização funcional como instrumento não apenas do desenvolvimento económico mas também, e principalmente, do desenvolvimento social (superação de desigualdades e promoção de igualdades de oportunidades) e cultural (UNESCO, Reunião de Veneza, 1970, e Reunião de Helsínquia, 1972) – em suma, do desenvolvimento integrado (UNESCO, Reunião de Tóquio, 1972)” (*Ibidem*).

Muito por força destas “*transformações experienciadas nas duas décadas anteriores*”, a partir dos anos 70 a “educação de adultos (...) *passa progressivamente a ser vista como subsistema da educação permanente e da educação comunitária*” (*Ibidem*:90 citando Dias, 1966).

Este reconhecimento da “alfabetização como problema político (...) *verifica-se na Reunião de UNESCO em Persépolis (1975)*).

“A educação de adultos acaba assim definida, num documento de síntese da UNESCO [Nairobi, 1976], como o processo que visa criar condições para que *todos* os homens, com prioridade para os mais desfavorecidos, se tornem capazes de, eles próprios (e não outros por eles), procurarem resposta para as suas necessidades e aspirações” (*Ibidem*:91).

Nesta perspetiva, como referem Luís Imaginário & José Castro (2011:91): a) *a educação básica [se] constitui o alicerce para a educação permanente e o desenvolvimento humano, sobre o qual se podem construir sistematicamente outros tipos de educação e formação*”, como se pode ler no “n.º 4 da **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**” que resulta da “*Conferência Mundial, de Jomtien, Tailândia, em 1990, numa organização conjunta UNICEF, PNUD, UNESCO e Banco Mundial*”; b) resultante das prioridades do serviço e emprego se destaca, “*a primeira consiste em apostar na educação e formação ao longo da vida, em ordem a promover uma verdadeira sociedade de aprendizagem ou sociedade educativa [Comissão das Comunidades Europeias (1994). Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI. Livro Branco sobre o Crescimento, Competitividade, Emprego]*”; finalmente, acentua-se também c) “*o importante papel desempenhado pelos organismos de educação de adultos na reforma dos sistemas educativos, numa perspetiva de educação permanente (Relatório da I Conferência Europeia sobre Educação de Adultos. Atenas. 1994)*

Mais recentemente, depois do ano de 1995, a educação de adultos começa a captar o interesse político e em 1997 tem um grande impulso com a iniciativa da Comissão das Comunidades Europeias, que instituiu este como o Ano Europeu da Educação e da Formação

ao Longo da Vida. Na Aprendizagem ao Longo da Vida (2000)<sup>4</sup>, como refere o Memorando da UE, a formação deve integrar as três idades na vida do indivíduo: “*a idade da formação, a idade do trabalho e a idade da reforma*”. Ora estes ideais, como referem Lopes & Picado, abrem uma discussão antiga “*sobre o modelo de sociedade que queremos construir, na era pós-industrial ou do conhecimento*” (Lopes & Picado, 2010: 13). Sublinham, ainda, que os novos desafios que se adivinham é o reencontro com a “*cultura de ofício, onde a realidade escolar e realidade do trabalho articulam-se como duas dimensões convergentes*”, onde se pretende que o “*saber escolar*” encontre e se equilibre pelo “*saber proporcionado pelo trabalho*”.

De facto a educação ao longo da vida é entendida pela comissão como:

“(…) uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e da comunidade. O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber-ser constituem quatro aspetos, intimamente ligados, duma mesma realidade” (Delors, J., 1996:92).

Ana Luísa Oliveira Pires (2005:81) menciona igualmente a aprendizagem ao longo da vida como “*toda e qualquer atividade de aprendizagem, com um objetivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar os conhecimentos, aptidões e competências*”. Faz sentido esta afirmação, pois consideramos que, pela nossa experiência, o adulto realiza aprendizagens de diferentes formas, seja em contextos formais ou informais. Para a autora, a coesão social está diretamente ligada a este conceito de aprendizagem ao longo da vida, constituindo, pelo menos discursivamente, uma prioridade nas políticas europeias, relacionada com o uso pleno de uma vida ativa, numa dimensão de cidadania ativa, onde o adulto participa em todas as esferas da vida social e económica.

Para Delors (1996), o trabalho é “*espaço privilegiado de educação*” e de formação, concorrendo para a “*aprendizagem de um conjunto de aptidões*” que devem ter em conta o seu “*valor formativo*” pela “*experiência adquirida no exercício duma profissão*”. Quando “*inserido no sistema educativo*”, com o devido reconhecimento pelas universidades e as possíveis “*pontes*” entre a “*vida profissional*” e a “*universidade*”, deveria, “*nesta perspetiva, ajudar os que assim desejassem a completar a sua formação*” (*idem*). Delors (1996:97) defende ainda que se “*devem multiplicar os partenariados entre o sistema educativo e as*

---

<sup>4</sup> Elaborado pela Comissão Europeia com as “*estratégias de aprendizagem ao longo da vida*”, como a ferramenta que possibilite o debate e orientação para a reflexão no espaço europeu, sugerido pela Cimeira de Lisboa (Março 2000).

*empresas de modo a favorecer a aproximação necessária entre a formação inicial e a formação contínua”.*

Paralelamente, as mudanças que ocorrem no mundo laboral colocam a Formação e Educação de Adultos como a grande prioridade nas sociedades modernas. Estas transformações solicitam, cada vez mais, pessoas detentoras de novos saberes e de competências de “*aprender a aprender*”, onde a educação deve contribuir, sobretudo, para formação de cidadãos autónomos, responsáveis, questionadores e reflexivos capazes de corresponder às oscilantes exigências da sociedade. Para além da formação profissional contínua, também a escolarização recorrente (ofertas educativas de segunda oportunidade), a educação para o desenvolvimento, a animação sociocultural, e ainda a intervenção socioeducativa, têm vindo a ampliar o campo das práticas educativas com adultos abrangendo outros destinatários, objetivos e atividades. Em particular, a complexificação e diversificação do campo da EA tem permitido afirmar que os processos educativos são multiformes e podem ocorrer ao longo de um continuum de níveis de formalização (formal, não formal, informal) no curso do ciclo de vida dos sujeitos.

Por conseguinte o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, refere que este

*“continuum educativo (...) é a chave que abria as portas do século XXI e, bem além de uma adaptação necessária às exigências do mundo do trabalho, é a condição para um domínio mais perfeito dos ritmos e dos tempos da pessoa humana” (Delors, J., 1996:89).*

Esta “*educação ao longo de toda a vida*” deve-se inscrever num quadro educativo complexo, onde todas “*as formas de ensino e aprendizagem*” concorrem para o mesmo objetivo, complementando-se (*idem*: 90).

Neste sentido, o Livro Branco sobre a Educação e a Formação<sup>5</sup>

*“(...) propõe quatro áreas essenciais para uma educação Integral (...) 1- a formação orientada ao trabalho (atualização, reconversão e renovação dos conhecimentos de tipo profissional). 2- Formação para o exercício dos direitos e responsabilidades cívicas (ou para a participação social). 3- Formação para o desenvolvimento pessoal (criatividade, sentido crítico, participação na vida cultural). 4- Como fundamento essencial para todas elas, a formação geral ou de base que – quando não se conseguiu na idade apropriada-, constitui um pré-requisito indispensável de tipo compensatório” (Trilla, J., 1997; Trilla, 1998:237).*

---

<sup>5</sup> O Livro Branco sobre a Educação e a Formação “*Ensinar e Aprender, rumo à sociedade cognitiva*” foi lançado pela Comissão Europeia em finais de 1995, com as linhas orientadoras para o campo da educação e formação perfilhadas pela UE.

É nosso entender que os processos de aprendizagem variam de acordo com as condições e as necessidades de cada indivíduo, conduzindo ao desenvolvimento de diferentes capacidades, pelo que ensinar/formar adultos exige currículos adequados e relevantes, já que os alunos/formandos não aprendem da mesma maneira, possuem diferentes percursos, com a possibilidade de mobilizarem diferenciadamente as suas experiências adquiridas ao longo da vida. Assim, os diversos acontecimentos que marcam o percurso do indivíduo são relacionados com outras dimensões da sua vida pessoal e social, enriquecendo, e não apenas acumulando, os conhecimentos alcançados.

Nesta perspetiva,

“(...) estamos diante de uma educação capaz de tomar em consideração o microssistema complexo da vida de uma coletividade humana, uma educação que satisfaça as demandas de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, mas que ao mesmo tempo é, também, um instrumento para o desenvolvimento da comunidade” (Carrasco, 1997:279).

É nesta ótica que recuperamos os seis princípios assinalados por António Nóvoa (*cit in* Canário, 1999) que contribuem para orientar “*qualquer projeto de formação de adultos*”, onde é, em primeiro lugar, importante ter em conta a experiência vivencial e profissional do adulto e transformá-la num saber multifacetado: **o saber, o saber fazer e o saber ser**. Isto requer um envolvimento do formando para que seja ele próprio o protagonista do seu processo de formação. É, também, imprescindível o apoio e articulação entre a equipa de formação, os formandos e as instituições, bem como que a produção e construção do saber devem ser consubstanciadas numa lógica de reflexão e intervenção, proporcionando o desenvolvimento de um processo investigativo procurando a mudança. Deste modo, a formação assume um carácter estratégico, pois permite a mobilização das competências teóricas e técnicas em situações concretas. Neste sentido, o indivíduo torna-se cada vez mais capaz de superar os obstáculos e promover a aprendizagem social, pois todas as interações sociais envolvem um potencial educativo para lidar com as situações (Canário, 1999:21).

Pedagogos e pesquisadores como Paulo Freire (2002), Jaume Trilla (1997; 1998), Licínio Lima (2000), Joaquim Coimbra, Filomena Parada, & Luís Imaginário (2001), entre outros, têm amplamente colocado em relevo que a EA acontece em variados contextos e revela amplas potencialidades para promover o crescimento, desenvolvimento e independência pessoal e social; que nos processos de aprendizagem o adulto sente necessidade de ser o protagonista da ação, adquirindo saberes práticos, refletindo e compreendendo as suas intervenções e desenvolvendo saberes concetuais sobre estas. Nesta linha, será importante compreender que todas as pessoas podem aprender, desenvolver o seu

potencial e produzir conhecimento. Consequentemente, é importante que em contexto de EA, os conhecimentos vão ao encontro de experiências anteriores, pois de tal forma os adultos tenderão a ser protagonistas das suas próprias aprendizagens. A um nível macro, as sociedades devem conceder oportunidades que possam promover uma sociedade verdadeiramente inclusiva, por outro lado, ao nível micro devem trabalhar-se as capacidades e competências individuais apelando ao conceito de “*empowerment*” (*empoderamento*). No entanto, a nossa perceção é que o processo de EA, apesar de ter como objetivo central o desenvolvimento dos indivíduos, não atende necessariamente a todas as particularidades e necessidades de cada um.

Importa, ainda, destacar a importância e as implicações dos contextos de origem dos sujeitos, dado que muitas pessoas nascem, crescem e vivem em comunidades que não têm recursos completamente desenvolvidos e vão sendo privadas, ao longo da vida, de acederem ao conhecimento, enquanto outras foram tendo a possibilidade de desempenhar funções que lhes permitiram desenvolver competências e aceder ao conhecimento. É necessário compreender estas desigualdades para que se possa através de “*medidas enérgicas*” criar “*oportunidades aos que não puderam, por razões várias, ter uma escolaridade completa ou que abandonaram o sistema educativo em situação de insucesso*” (Delors, 1996:91).

A preocupação com estas desigualdades deve ainda ser maior nesta dita nova “*sociedade do conhecimento*” ou “*sociedade da informação*” que tem evoluído num ritmo acelerado, produzindo desequilíbrios educativos “*que não têm conhecido, do ponto de vista político, educativo e social*”, (...) *medidas concertadas*” em EA. Como sugere Lima:

“Este mundo particular em que hoje se vive condiciona os processos educativos, convocando e possibilitando diferentes tipos de aprendizagens. Aos adultos (...) são exigidos a aquisição de novos conhecimentos, capacidades e competências cada vez mais adaptáveis e transferíveis, o enriquecimento pessoal, mas também uma maior participação nos grupos, na cultura, na vida social e política” (Lima, 2000:170).

Licínio Lima (2000) argumenta ainda sobre “*a urgência de recolocar a educação de adultos na agenda das políticas educativas*”, sublinhando que este é

“um projeto longe de se esgotar no “ensino recorrente de adultos”, em programas de formação de recursos humanos, de formação profissional e de produção de capital humano, e um projeto a que não bastaria adicionar algumas valências de educação para a cidadania” (*Idem*:250).

Não deve ser exigido aos “*governos democráticos*” a responsabilidade de sozinhos conduzirem este processo educativo, no entanto, estes devem assumir o comprometimento de garantir “*as suas responsabilidades sociais e educativas na gestão do domínio público*”,



pela importância deste sector em termos da “*democratização, de promoção dos direitos humanos e de criação de sociedades justas onde o valor da educação não se encontra subjugado ao império da economia*” (Ibidem).

## **A Educação De Adultos No Contexto Português**

Em meados da década de 1980, ligado aos interesses da Comunidade Europeia, Portugal fez da Educação um dos primeiros setores a ser objeto de orientação neoliberal, ao privilegiar as Ações de Formação Profissional, com a intenção de acelerar a modernização económica e adequar a mão-de-obra às necessidades do mercado, recorrendo a “*programas de formação (...) concebidos por especialistas da formação, sem qualquer participação dos trabalhadores a quem se destinam, baseada em métodos predominantemente expositivos e, frequentemente, sem qualquer referência direta às atividades de trabalho que visam transformar*” (Vasconcelos & Lacomblez, 2002:296).

Mas é já nos anos 90 que a Educação de Adultos (EA) no panorama português sofre um impulso (desde 1997) e, em 1999, é criada, pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos<sup>6</sup> (ANEFA) que assumia o objetivo de coordenar a execução das políticas públicas e assegurar a complementaridade dos sistemas de educação e formação profissional, ao fomentar o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida, primordialmente, dos adultos portugueses, tendo sido extinta volvidos três anos, em 2002, mantendo-se no entanto os seus principais projetos em funcionamento para além dessa data. Designadamente, em resultado do trabalho concretizado pela ANEFA, surgiu o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), como nova modalidade de educação e formação de adultos, que foi posteriormente incorporada pela Iniciativa Novas oportunidades (INO).

No ano de 2005 foi inaugurado talvez o mais ambicioso plano de educação e formação de adultos já executados em Portugal, a Iniciativa Novas Oportunidades<sup>7</sup>, tendo a

---

<sup>6</sup> Os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, por despacho conjunto n.º 650/2001, publicam o Decreto-Lei n.º 387/99, de 28 de Setembro, que cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), no qual se estabelece como uma das suas atribuições «desenvolver e divulgar modelos, metodologias e materiais de intervenção pedagógicos específicos para a educação e formação de adultos, dando particular atenção às pessoas mais carenciadas neste domínio» (Cf. anexo 2)

<sup>7</sup> A Iniciativa Novas Oportunidades visava alcançar como objectivo mínimo de escolarização o ensino secundário, quer para jovens, quer para adultos e certificar um milhão de portugueses.

Agência Nacional de Qualificação (ANQ<sup>8</sup>) como organismo responsável a nível pedagógico, com o objetivo de fazer do nível secundário o patamar mínimo de qualificação da população portuguesa proporcionando, de forma alargada, novas oportunidades de aprendizagem, qualificação e certificação, o que representava uma vontade e uma aposta política, que exigia resultados, rigor e transparência (Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades<sup>9</sup>). Este plano foi entretanto extinto em Março de 2013.

No quadro atual encontramos a recém-nomeada - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)<sup>10</sup>

“que tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências.”<sup>11</sup>

Em termos operacionais a ANQEP manteve as estratégias de base definidas pelo quadro de Referência Estratégico Nacional<sup>12</sup>, em desenvolvimento desde 2007 e que termina já em 2013. No entanto, outros projectos se desenvolveram pelas estratégias da União Europeia (EU), como a concretização da Agenda Temática Potencial Humano (ATHP)<sup>13</sup> que é operacionalizada através de Programas Operacionais Potencial Humano:

“A ATPH (...) terá um Programa que recorrendo ao Fundo Social Europeu (FSE) vai não só financiar a via profissionalizante do Ensino Secundário (até ao 12º ano), mas também promover a aquisição de competências certificadas dos adultos.

O PO Potencial Humano (POPH) é um programa multi-objectivo cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa, de acordo com as seguintes prioridades: 1 - Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa,

---

<sup>8</sup> A Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, assumindo um papel dinamizador no cumprimento das metas traçadas pela Iniciativa Novas Oportunidades.

<sup>9</sup> A Missão dos CNO visa, conforme indicado na Carta de Qualidade dos Centros de Novas Oportunidades (ANQ, 2007), assegurar a todos adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, uma oportunidade de qualificação e de certificação, de nível básico ou secundário. Segundo a mesma Carta, a actividade dos CNO organiza-se num conjunto de dimensões/etapas de intervenção, nomeadamente, acolhimento dos adultos; diagnóstico/triagem; encaminhamento; reconhecimento validação e certificação

<sup>10</sup> “O Decreto-Lei n.º 36/2012 de 15 de Fevereiro cria e aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), organismo sob a tutela conjunta dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência, em articulação com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, em conformidade com a missão e atribuições que lhe são cometidas pela Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência”. Consultado em 22 de Junho 2013 (<http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/03300/0076300766.pdf>).

<sup>11</sup> Obtido em 23-07-2012, <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>

<sup>12</sup> O Decreto Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro, define para “o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007 -2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais, assume como grande desígnio a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação (...)” (cf. anexo 3).

<sup>13</sup> Obtido em 18-03-2013, <http://www.globalestrategias.pt/pt/consultoria/consultoria-qren-poph/Paginas/agenda-operacional-tematica-poph.aspx>

consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação para todos; 2 - Estimular a criação e a qualidade do emprego; 3 - Promover a igualdade de oportunidades”

## **A Formação Profissional no campo da Educação de Adultos**

A formação profissional é reconhecida desde os anos 60 “como um dos aspetos a ser levados em linha de conta (...) enquanto campo consolidado da educação de adultos” (Santos, 2004:42).

Neste contexto, a formação profissional é também vista como “educação permanente” muito “associada à ideia de igualdade de oportunidades e de promoção social”, (...) articulando-se objetivos sociais e educativos”, mas também económicos, procurando auxiliar na “luta contra os privilégios e as desigualdades que existem tanto nas empresas como na sociedade.” (idem:44 citando Le Goff), a “amplitude que se pretendia que a educação de adultos tivesse”, e dentro desta a formação profissional, não encontrou “uma verdadeira correspondência entre o que era feito realmente e [o] que se pretendia”. Como se pode atestar pelo exemplo nacional: “em Portugal nos anos 80, sobretudo a partir da introdução da Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), em que se assiste praticamente à redução das actividades de educação de adultos às modalidades mais próximas do sistema escolar: o ensino recorrente e a formação profissional” (Ibidem:43 citando Lima).

Por conseguinte percebem-se as fragilidades do nosso sistema educativo e da falta de coerência nas ofertas disponíveis pelos diferentes sistemas de ensino/formação que proporcionou o desenvolvimento de ações de formação profissional contínua “*alimentadas*” pelos fundos estruturais do Fundo Social Europeu, na procura da modernização do país. Todas estas dinâmicas instaladas, muitas vezes conduzidas pelo imediatismo, não foram capazes de criar soluções de base, não obstante o esforço presente no Plano Nacional de Emprego de 2003-2006<sup>14</sup> (cf. anexo 4), que tendeu a organizar toda a ação no terreno em eixos de orientação de regulação de estratégias.

Para complicar, a formação e o trabalho nem sempre têm concorrido com objetivos comuns, vão-se desenhando crises que dificultam os seus propósitos, muito embora o desejável seria uma ação conjunta, assente em estratégias que permitam um desenvolvimento dos fins a que cada um se propõe. Para Correia (1996:9), existem relações entre ambos e que devem ser reforçadas sendo estas a “*chave mestra*” para a “*resolução de*

---

<sup>14</sup> Consultado em 20-06-2013 (<http://www.gep.msss.gov.pt/estudos/pne/pne2003.pdf>)

*um conjunto de problemas sociais que penalizam fundamentalmente aqueles que abandonam, mesmo que provisoriamente, o mundo da formação*”. Estes mundos, o da formação e do trabalho, têm funcionado de uma forma autónoma, seguindo as suas próprias lógicas específicas de funcionamento, e desde a década de 60 se têm desdobrado os questionamentos em torno quer das suas articulações, quer dos papéis que cada uma destas dimensões deve desempenhar na construção social. Para o trabalho, após a Revolução Industrial, as questões centrais alicerçam-se na produtividade e no próprio desenvolvimento das sociedades, onde “*o não trabalho*” significa estar à margem dos ideais sociais (*idem*). Já para a formação, entendida como a preparação para o mundo do trabalho, os discursos e práticas têm oscilado entre a preparação instrumental, adaptativa e prévia ao mundo do trabalho e conceções de formação que passam a intervir cada vez mais numa relação de diálogo e de interpelação “*[n]os contextos de trabalho a quem, em determinadas circunstâncias, se reconhece exercer uma função eminentemente formativa*” (*ibidem*).

### **A expansão da Formação Profissional**

Em Portugal, todas as modalidades de educação e formação encontraram um terreno fértil, pois conforme é do conhecimento geral, o abandono precoce sistemático dos sistemas de ensino formais, que acontecia até há poucas décadas, remetia as pessoas para uma integração precoce no mercado de trabalho, sem que as mesmas possuíssem qualquer qualificação. Resultado deste facto, as aprendizagens profissionais eram efetuadas com recurso a familiares ou tutores, os nomeados “*mestres*”, que apoiavam os recém-chegados ao mercado de trabalho no desenvolvimento das capacidades, dos conhecimentos e das competências necessárias à boa execução profissional. Neste sentido, verifica-se a existência de uma quantidade elevada de indivíduos possuidores de inúmeros saberes, mas que não possuem certificação formal dos mesmos e que necessitam, para além de uma certificação profissional, cada vez mais formalmente requerida pelo mundo do trabalho, também de poder usufruir de uma segunda oportunidade na relação quer com os saberes escolares, quer com uma formação para o exercício de uma cidadania mais informada e ampla.

Neste enquadramento, Marta Santos (2004:44) refere, a propósito da formação profissional, a importância

“que as acções a empreender devem permitir um equilíbrio entre a formação profissional e a cultura geral: a ideia não é a de responder apenas às necessidades imediatas das empresas numa lógica puramente adaptativa mas ter em conta o desenvolvimento global do homem cidadão”.

É no entanto bastante discutível que as recentes disposições e ofertas formativas da ANQEP, para a educação de adultos, com o objetivo de que o adulto possa “*adquirir habilitações escolares e/ou competências profissionais, com vista a uma [re] inserção ou progressão no mercado de trabalho*” (ANQEP, 2012:15) levem em consideração estas preocupações.

Com efeito, segundo o portal da ANQEP percebemos claramente a ênfase presente na certificação e numa orientação estreitamente profissionalizante que se pretende adotar, quando olhamos quer para os modos como as modalidades de formação a desenvolver são definidas, quer quando percebemos quem são/serão os seus destinatários preferenciais:

“os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA) são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar” (idem).

#### **Destinatários:**

“Para maiores de 18 anos; que pretendam completar o 1º, 2º, 3º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário; Desejar obter uma certificação profissional. Apenas os candidatos com idade igual ou superior a 23 anos podem frequentar um Curso EFA de nível secundário ministrado em regime diurno ou a tempo integral” (*ibidem*).

**Organização:** Assentam na perspetiva de aprendizagem ao longo da vida; em percursos de formação, definidos a partir de um diagnóstico inicial avaliativo, efetuado pela entidade formadora do Curso EFA, ou de um processo de RVCC que o adulto foi adquirindo ao longo da vida, desenvolvido num Centro Novas Oportunidades (CNO); em percursos formativos desenvolvidos de forma articulada, integrando uma formação de base e uma formação tecnológica ou apenas uma destas; num modelo de formação modular, tendo por base os referenciais de formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações; no desenvolvimento de uma formação centrada em processos reflexivos e de aquisição de competências, através de um módulo intitulado “Aprender com autonomia” (nível básico de educação e/ou certificação profissional) ou de um “Portefólio reflexivo de aprendizagens” (nível secundário e/ou certificação profissional) ” (*ibidem*).

**Os planos curriculares dos Cursos EFA:** Englobam diferentes percursos formativos B1, B2, B1+B2, B3 e B2+B3, com durações máximas de referência (em horas) variável de acordo com os níveis que frequente o candidato (*ibidem*).

#### **Avaliação:**

“Os Cursos EFA compreendem uma avaliação formativa (permite obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens) e ainda uma avaliação sumativa (serve de base à certificação final)” (*ibidem*).

### **A certificação:**

“De acordo com o percurso formativo, estes cursos podem conferir uma dupla certificação (escolar e profissional), uma certificação apenas escolar ou apenas profissional. Caso conclua, com aproveitamento, um Curso EFA correspondente a um qualquer percurso formativo obterá um Certificado de Qualificações” (*ibidem*).

### **Prosseguimento de estudos:**

“Os adultos que concluem o ensino básico ou secundário através de cursos EFA e que pretendam prosseguir estudos estão sujeitos aos respetivos requisitos de acesso das diferentes modalidades de formação. Sendo que a certificação escolar resultante de um Curso EFA de nível básico permite-lhe o prosseguimento de estudos através de um Curso EFA de nível secundário ou o ingresso num processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências com vista à obtenção de uma qualificação de nível secundário;

A certificação escolar resultante de um Curso EFA de nível secundário permite-lhe o prosseguimento de estudos através de um Curso de Especialização Tecnológica ou de um curso de nível superior, mediante as condições definidas na Deliberação n.º 1650/2008, de 13 de Junho, da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, ou nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março (acesso ao ensino superior por maiores de 23 anos)” (*ibidem*).

**O Referencial de Competências-Chave:** Importa contextualizar que o Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos surge com a já extinta ANEFA, projetado por Alonso, M. L., Imaginário, L., Magalhães, J., Barros, G., Castro, M, J., Osório, A., Sequeira, F., (2000). Que segundo estes autores, o Referencial de Competências - Chave, propõe-se *constituir "uma matriz integradora entre o balanço de competências adquiridas na experiência de vida e o desenvolvimento de projetos de educação/formação de adultos"*.

Este Instrumento, como referem os seus autores, insere-se num quadro conceptual mais vasto de educação e formação ao longo da vida, foi concebido como um instrumento devidamente fundamentado, coerente e válido para a reflexão, para a tomada de decisões e para a avaliação da educação e formação de adultos em Portugal, podendo vir a desempenhar a tripla função de: (a) quadro orientador para o reconhecimento e validação das competências de vida; (b) base para o ‘desenho curricular’ de educação e formação de adultos assente em competências-chave; (c) guia para a conceção da formação de agentes de educação e formação de adultos.

## Capítulo II – A Prisão

### Transformação Das Funções Atribuídas À Reclusão – Da Punição à Reeducação

Para enquadrar o surgimento e desenvolvimento da Formação Profissional no contexto prisional torna-se imperativo perceber a Prisão em todas dimensões e analisar a sua evolução e contextualização históricas. Segundo Gonçalves (2000) a prisão foi conhecendo diferentes conceitos ao longo dos tempos, desde logo pelos tipos de castigos aplicados nas diferentes épocas históricas e culturais: *“torturas e suplícios; o exílio; a deportação; a pena de morte, os trabalhos forçados e a privação da liberdade”*. O mesmo autor refere, ainda, que a prisão se define como sendo o resultado de um *“processo político de controlo e segurança interna do grupo social, que coloca o condenado como alguém que, simultaneamente, é objeto de submissão ao poder punitivo e, sobretudo, é exemplo didático para o povo, tal qual garante da lei e do poder”* (Gonçalves, 2000:138).

Na sua origem, a prisão assume-se como *“um dispositivo penal, produto da interligação entre a lei e o poder”*, que pretende aplicar uma forma de *“punição”* produto de uma *“ideologia que veicula a necessidade de identificar e punir o desvio de acordo com o princípio de uma “ortopedia corretiva”, fundamentada de acordo com as repercussões “ideológicas, da época histórica vigente, na religião, na moral, na sociedade e também no saber intelectual dominantes”* (Idem:137).

Esta descrição diz-nos muito do peso que estas instituições representam nas nossas sociedades apoiando no combate à criminalidade. Das nossas pesquisas, concluímos que a punição foi-se adequando aos tempos, uma vez que inicialmente o condenado estava desprovido de todo e qualquer direito, até que no século XVIII se observam movimentos de devolução da *“humanidade”* ao condenado independentemente do seu crime (Ibidem).

A prisão enquanto *“organização/instituição”* apresenta-se com um objetivo social muito *“particular”* e é identificada pelo autor como uma *“instituição total”*, espaço que permite controlar a *“exclusão, criando a dicotomia e a etiquetagem (...) criminoso/não criminoso”* (Ibidem). Gonçalves (2000:143), citando Goffman, define a instituição total como *“um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados da sociedade por um período de tempo considerável, levam em conjunto, uma vida fechada e formalmente administrada”*.

Nesta perspetiva avança ainda com quatro características destas instituições totais: primeiro, a vida do indivíduo que é toda conduzida “*no mesmo local e sob a mesma autoridade*”; segundo, todas as “*atividades diárias*” são realizadas para todos com todos e da mesma forma; terceiro, as atividades são previamente “*escalonadas*” seguindo um conjunto de regras conferidas e fiscalizadas pelos guardas prisionais; por último, estas atividades obedecem a um “*plano racional que traduz o completo cumprimento dos objetivos oficiais da instituição*” (*idem*).

## A prisão: o caso Português

No panorama português verificam-se alterações nos sistemas penais, desde logo a melhoria das condições das prisões e até mudanças significativas dos objetivos para a reclusão. Para se compreender as evoluções no regime jurídico português recorreremos à Lei n.º 115/2009 de 12 Outubro, publicada em Diário da República Eletrónico<sup>15</sup>, que Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, e aí destacamos alguns pontos elementares para a compreensão do nosso objeto de estudo;

**“artigo 5.º - Individualização da execução – ponto 2, o tratamento prisional consiste no conjunto de actividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação”.**

Ainda devemos sublinhar a importância de conhecer os direitos e deveres do recluso que no campo da (re) educação deve, segundo o artigo 7, alínea h) ter direito “*a participar nas atividades laborais, de educação e ensino, de formação, religiosas, sócio -culturais, cívicas e desportivas e em programas orientados para o tratamento de problemáticas específicas*” que lhe permitam a sua preparação para o futuro (cf. anexo 8).

A Lei n.º 115/2009 de 12 Outubro já foi objecto de três actualizações, pela Lei 33/2010 de 2 de Setembro<sup>16</sup>, Lei 40/2010 de 3 de Setembro<sup>17</sup> e a Lei 21/2013 de 21 de Fevereiro<sup>18</sup>, pelo que é necessário estar dentro do actual quadro normativo.

---

<sup>15</sup> Anexo 8 - Lei n.º 115/2009 de 12 Outubro <http://www.dre.pt/pdf1s/2009/10/19700/0742207464.pdf>

<sup>16</sup> Cf. Anexo 20 - 1.ª alteração que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância electrónica).

<sup>17</sup> Cf. Anexo 21 - 2.ª alteração que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e 26.ª alteração do Código penal.

<sup>18</sup> Cf. Anexo 22 - 3.ª alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade.



Importa contextualizar que a Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) foi extinta, tendo sido criada pelo Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de Setembro, a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), com a Portaria n.º 118/2013, de 25 de Março de 2013, que englobou a DGSP e a DGRS.

### **A emergência de novas figuras profissionais: Os Técnicos Superiores de Reeducação<sup>19</sup> (TSR)**

Num ambiente complexo como é o dos Estabelecimentos Prisionais, estes técnicos de educação vêm a carreira revalorizada por força do Decreto-Lei n.º 346/91 de 18 de Setembro, exercendo, dentro do quadro funcional do EP diferentes funções, que destacamos a dos serviços de Educação e Ensino.

Segundo conversas informais com um TSR percebemos, pelo seu testemunho, a dimensão real das suas actividades no atendimento/acolhimento dos reclusos na entrada para o EP, onde se procura recolher o máximo de informação possível,

“sobre o seu percurso de vida (...), sobre quaisquer problemas de saúde, sobre o agregado familiar (existência de menores ou idosos a seu cargo) e onde também é dado a conhecer ao recluso os seus direitos, bem como as suas obrigações enquanto permanecerem neste EP” (Cf. anexo 13).

É nossa convicção que os TSR são fundamentais pela articulação que desempenham entre os reclusos e os diferentes departamentos do EP. Segundo estes, a organização do seu dia-a-dia está distribuída em dois momentos, todas as tardes realizam atendimento nas Alas Prisionais, das 14:00h às 17:30h, e durante as manhãs procedem aos registos no Sistema de Informação Prisional<sup>20</sup> (SIP), tratam questões que emergem do atendimento, elaboram relatórios, fazem assessoria aos tribunais, emitem pareceres sobre os reclusos, realizam as avaliações, tratam do Plano Individual de Readaptação<sup>21</sup> (PIR), sempre que necessário contactam as famílias, entre outras funções.

---

<sup>19</sup> Anexo 9 – Decreto Lei n.º 346/91 de 18 Setembro que regula a carreira do Técnico Superior de Reeducação

<sup>20</sup> Segundo conversas com o TSR, o Sistema de Informação Prisional (SIP), é uma aplicação informática da DGRSP, onde regularmente procedem ao registos dos atendimentos que realizam, bem como se podem aí consultar informações respeitantes a diversas dimensões do recluso.

<sup>21</sup> Segundo o DL346/9, e de conversas informais tidas com o TSR, o Plano Individual de Readaptação (PIR) é elaborado tendo por base o levantamento de necessidades por áreas específicas e do seu diagnóstico, que ocorre em resultado da avaliação do recluso (feita à entrada). Este PIR é realizado com o recluso e firma alguns objetivos a alcançar, as ações a desenvolver, assim como o tempo previsível para a sua aplicação e os recursos necessários à sua concretização, como está definido pela lei: “é uma espécie de contrato entre as partes - Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de Abril, artigo n.º 69”.

Da nossa experiência, compreendemos que o papel do TSR no contexto prisional deve integrar, por um lado, um trabalho social de intervenção e de resolução de problemas, mobilizando competências de mediação, de compreensão da realidade social, das necessidades reais dos sujeitos reclusos, contrabalançando-se com as diretivas impostas pelo sistema de reclusão, por outro, o trabalho educativo/formativo fortemente conduzido pela necessidade de uma mediação de proximidade com os sujeitos, procurando dar resposta às suas aspirações de realizações pessoais e profissionais para o futuro.

### **A evolução da População Prisional em Portugal**

Em dados disponibilizados no portal da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), pelo departamento da Direcção de Serviços de Planeamento e Relações Externas, verificamos que a população reclusa existente no segundo trimestre de 2012 fixava-se em 10.243 homens de nacionalidade portuguesa (destes, 8752 têm até 49 anos de idade); 2487 homens estrangeiros (destes 2277 têm até 49 anos de idade); 579 mulheres de nacionalidade portuguesa (destas 471 têm até 49 anos de idade); 181 mulheres estrangeiras (destas 155 têm até 49 anos de idade) (cf. anexo7).

Analizando alguns dos dados disponibilizados, a população prisional que se situava em 2009 nos 11.099 reclusos estava no segundo trimestre de 2012 nos 14.490 reclusos (destes, 2.635 são preventivos), evidenciando-se aqui uma evolução crescente do número de reclusos nas prisões portuguesas (*idem*).

Desta análise documental destacamos um quadro resumo de toda a população em situação de reclusão, com a informação das “*Habilitações literárias dos reclusos por sexo e nacionalidade*”<sup>22</sup> que nos revela alguns números significativos: “1º Ciclo Ensino Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos): 3.911; 2º Ciclo Ensino Básico (5º e 6º anos):3.359; 3º Ciclo Ensino Básico (7º,8º e 9º anos): 3.226”, permitindo perceber que ainda existe a necessidade proporcionar a muitos indivíduos em situação de reclusão a possibilidade de elevação dos seus níveis de escolarização, atendendo ao que constitui hoje no contexto português a escolaridade obrigatória (12º ano) (*Ibidem*).

---

<sup>22</sup> Cf. Anexo 7 – Direcção Geral dos Serviços Prisionais – Estatísticas Prisionais.

## **O Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira**

O Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF) foi inaugurado no ano de 1957, é um EP de segurança alta<sup>23</sup> para homens e segundo o Relatório de atividades de 2010<sup>24</sup> publicado pelo Ministério da Justiça no site da extinta Direção Geral dos Serviços Prisionais, “*o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira ficou, após separação do Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa, com lotação para 548 reclusos*”, sendo que alberga atualmente (em meados de 2013), aproximadamente 640 reclusos (segundo a direção do EPPF). O EPPF comporta a zona prisional, constituída por duas Alas, A e B, Enfermaria, Sector Disciplinar, Secção de Segurança, sector oficinal e uma zona extramuros, com oficinas e área agrícola/pecuária. Na sequência do definido no Plano de Pormenor de 2009, foi aberta a nova sala de visitas, ficando assegurada a entrada diferenciada de visitantes e funcionários/entidades. Esta sala permite aos visitantes aguardarem pela entrada no EP em condições de conforto adequadas. Desde Novembro de 2009 que está organizado por duas alas independentes que possuem acesso direto ao refeitório, equipadas com bar e cantina, com celas individuais para dois reclusos e camaratas para quatro reclusos.

O espaço físico do EPPF é composto pelo edifício da portaria, que tem ligação para um espaço interior, flanqueado por dois edifícios, um do corpo de segurança e outro dos serviços administrativos. No seu interior temos quatro blocos de três andares onde estão alojadas as celas, que se designam de alas A e B e que incluem também outros espaços indispensáveis para o funcionamento do EP. Inclui, também, dois espaços ao ar livre organizados para as práticas de desporto.

Os processos de Educação e Formação acontecem num dos blocos da ala B onde funcionam cursos como de pintura, eletricidade, embutidor, olaria e informática entre outros. Trabalham ainda neste bloco a sapataria e o artesanato e ainda aí está alojado o ginásio para os reclusos. O estabelecimento prisional tem ainda um espaço reservado para a escola, tendo esta sido remodelada no ano letivo de 2009-2010, implantada num espaço aberto entre os blocos da ala B, ocupa dois edifícios com 12 salas de aula, uma sala para os alunos e

---

<sup>23</sup> Portaria n.º13/2013 de 11 de Janeiro que classifica os Estabelecimentos Prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão (Anexo 5)

<sup>24</sup> Anexo 6 - Relatório de atividades de 2010 da DGSP, consultado em 20-06-2013 <http://www.dgsp.mj.pt/>

instalações sanitárias, contando com um outro edifício, também remodelado, que alberga a sala dos professores, o gabinete do guarda e mais duas salas de apoio<sup>25</sup>.

Na direção do EPPF, temos um Diretor e três Adjuntos, sendo que um dos adjuntos acumula a função de substituto legal do director, apoiados por: - “*técnico superior 2; técnico superior de reeducação 8; assistentes técnicos 17; assistentes operacionais 9; pessoal médico 2; pessoal de enfermagem 8, mais 1 a exercer funções de médico dentista; assistente religioso 1; pessoal de vigilância 181*”, segundo informação recolhida no gabinete Adjunto para o Tratamento Prisional do EPPF.

### **A Educação e Formação Profissional na Prisão: o contexto português**

Segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>26</sup>, artigo 26, o direito à educação é um direito universal que pertence a cada pessoa. Muito embora esta seja uma realidade assumida pelos Estados, devendo por isso, a educação estar acessível a todos, no entanto, alguns grupos ainda estão privados deste bem fundamental, como as pessoas com necessidades educativas especiais, os idosos, os refugiados, as minorias étnicas, os reclusos, entre tantos outros. Estas minorias deveriam ter o acesso garantido a programas educativos que visem as respostas necessárias à participação ativa na sociedade e a sua consequente integração. Por conseguinte, todos estes cidadãos no uso pleno dos seus direitos devem ser orientados para que possam beneficiar da educação, que possa responder às diferentes necessidades educativas que apresentam.

O nosso sistema jurídico, como já referimos, tem por base a Lei n.º 115/2009 de que aqui destacamos do capítulo I, o artigo 38º, sobre o Ensino e formação profissional, que nos clarifica o Ensino e a Formação Profissional no plano normativo jurídico-prisional, que garante um conjunto de procedimentos e pressupostos a serem seguidos pelos diferentes intervenientes neste processo:

**“1 — O ensino organiza -se em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos; 2 — (...); 3 — Deve promover-se a frequência pelo recluso de outros níveis de escolaridade, designadamente através do recurso a meios de ensino à distância; 4 — Ao recluso com necessidades educativas especiais é garantido o apoio que lhe permita aceder ao ensino**

---

<sup>25</sup> No período em que coordenámos a formação neste EP, dele fazia parte um outro edifício - os Pavilhões Complementares (PC) -, inaugurado em 2003, com a capacidade para admitir 300 reclusos, no entanto estes PC foram alienados do EPPF em 2009, passando a ser um EP independente com a designação de Estabelecimento Prisional Regional do Vale de Sousa (EPRVS).

<sup>26</sup> Fonte: Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas, publicação GE.94-15440. <http://www.didinho.org/DECLARACAOUNIVERSALDOSDIREITOSDOHOMEM.htm>

em condições idênticas às dos restantes reclusos; 5 — (...); 6 — **Dos certificados de habilitações ou diplomas não pode resultar a condição de recluso**; 7 — Os ministérios responsáveis pelas áreas da educação e do ensino superior asseguram as atividades de ensino nos estabelecimentos prisionais, nos termos da lei”.

São visíveis medidas para o contexto prisional que apontam à reinserção social pela formação e pelo trabalho, bem como a importância atribuída à FP e às suas modalidades implementadas, como refere o artigo 40.º, sobre Formação Profissional, da mesma lei:

“1 — Nos estabelecimentos prisionais são desenvolvidas ações de formação e aperfeiçoamento profissionais que, considerando as necessidades e aptidões do recluso, privilegiem a sua empregabilidade; 2 — A organização da formação profissional enquadra--se nas políticas nacionais de educação e formação de adultos e tem em conta os recursos existentes nos estabelecimentos prisionais em matéria de trabalho e de desenvolvimento de actividades produtivas; 3 — Na organização da formação profissional atende-se especialmente às necessidades específicas dos reclusos jovens ou com necessidades educativas especiais; 4 — **A frequência assídua de ações de formação e de aperfeiçoamento profissionais considera-se tempo de trabalho, sendo atribuída ao recluso uma bolsa de formação**, nas condições e termos fixados na lei e no Regulamento Geral; 5 — **O aproveitamento, a assiduidade e o comportamento nas ações de formação e de aperfeiçoamento profissionais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena**; 6 — Dos certificados de frequência de ações de formação e aperfeiçoamento profissionais não pode resultar a condição de recluso”.

Da análise deste conjunto de dimensões é possível verificar que procura-se assegurar a empregabilidade futura, enquadrada nas políticas nacionais e nos recursos existentes, atendendo às características dos sujeitos, onde se prevê a atribuição de uma bolsa, com enfoque nos valores do trabalho, comportamento e assiduidade para efeitos de flexibilização da execução da pena, com o objetivo de promoção da **“reinserção social ao serviço dos reclusos”**.

Consultando a página da Direção Regional dos Serviços Prisionais<sup>27</sup> (DGSP) percebe-se que

“a formação profissional assume especial relevo como instrumento promotor da reinserção social dos reclusos e consequente prevenção da reincidência. A fim de atingir este objetivo, a oferta da formação é constantemente redefinida e reprogramada de forma a responder, quer às constantes mutações do contexto prisional, quer às exigências do mercado laboral”.

Dentro desta complexidade, a elaboração de um plano de formação profissional é alicerçada num diagnóstico que leva em linha de conta as necessidades de aprendizagem da população reclusa e a sua rentabilização em meio prisional e, sobretudo, no meio livre. Estes objetivos definidos pela DGSP, na nossa opinião estão desajustados, dado que não se conseguem refletir totalmente no terreno porque nem sempre alcançam as respostas concretas às especificidades de cada local, nem conseguem perceber todas as necessidades

---

<sup>27</sup> Direção Regional dos Serviços Prisionais em: <http://www.dgsp.mj.pt/>

formativas da população reclusa. Reconhecemos que no contexto de reclusão a desejada aproximação para perceber as necessidades dos reclusos seria, talvez, contra corrente com o sentido de cumprimento da pena.

Quando estão concretizadas as escolhas dos eixos e das áreas formativas a desenvolver, são sujeitas a concurso público para serem selecionadas as entidades que devem cumprir uma série de requisitos legais, e aqui entramos no processo de organização dos processos de formação. A tendência inicial que antecede estas escolhas, como já referimos a propósito da nossa experiência, será a de rentabilizar os espaços disponíveis para que possa dar respostas às necessidades internas de cada EP. Cronologicamente, para a preparação do arranque de uma ação de formação: i) é dado a conhecer o tipo de ação a desenvolver e os seus objetivos através dos canais internos de cada EP, ii) para que os adultos se possam inscrever; iii) realizam-se as entrevistas individuais aos possíveis candidatos, (alguns podem já ter sido sinalizados pelos técnicos do EP); iv) segue-se a constituição do grupo de formandos; v) paralelamente seleciona-se a equipa de formadores e dá-se início ao curso de formação.

Uma boa parte da nossa experiência com os Cursos EFA foi sendo desenvolvida nos EP com uma população inteiramente masculina. Esta modalidade de formação foi seguida de acordo com os referenciais da ANEFA e posteriormente da ANQ. Este sistema de formação, como já explicámos, tem dupla certificação, incluindo as áreas de base e a formação tecnológica - as Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) específicas de cada uma das áreas a desenvolver<sup>28</sup>.

O contexto onde se desenvolvem é, sem dúvida, um contexto diferente do que se pode encontrar em outros locais e, claro que o facto de se desenrolar num estabelecimento prisional, apresenta as naturais dificuldades na gestão diária dos problemas. Desde logo, somos confrontados com a falta de contato imediato com o exterior (por exemplo, o nosso portátil e telemóvel não nos acompanham diariamente), os recursos mais simples, nestes locais, têm um valor diferente, faltam, não estão acessíveis a qualquer instante numa qualquer papelaria ou prateleira, acentuando a condição de se estar num sistema fechado ao exterior.

### **Formar e Intervir**

---

<sup>28</sup> Ao longo da nossa experiência, fomos acompanhando Cursos de Qualificação, Cursos EFA-B2 e Cursos EFA-B3, em áreas muito diversas como: Construção Civil; Carpintaria; Embutidor Entalhador; Eletricidade; Serralharia; Informática; entre outros.

Resultado da nossa experiência podemos afirmar que a Formação Profissional (FP) assume-se, como porta de entrada entreaberta para a vida ativa. Correia (1997:4) sublinha as relações entre formação e trabalho, onde a formação se assume enquanto instância de “*socialização profissional*” e como mecanismo de regulação social, logo é indispensável continuar a pensar a formação de dentro e ajustada às necessidades atuais.

Já Coimbra (2001) defende que a (re)entrada no mercado de emprego está dependente do domínio das competências técnicas específicas, do desenvolvimento no indivíduo de competências pessoais e transversais. São ideias com as quais concordamos, dado que as empresas/organizações cada vez mais procuram que os seus ativos possuam competências técnicas e que estejam aptos a se desenvolverem. Num sentido mais amplo, a formação visa o desenvolvimento do indivíduo promovendo as fundamentais competências técnicas (de ordem tecnológica) e sociais (a capacidade para trabalhar em grupos...).

Nesta linha, podemos afirmar que a formação nos contextos prisionais persegue uma linha socializadora do indivíduo e pretende, igualmente, ser o reencontro com a educação procurando transmitir não só os conhecimentos técnicos, como os hábitos de trabalho numa preparação para a desejada reinserção social. Os seus efeitos não são imediatos porque o formando, nestes contextos, opera sob diferentes formas de estar, no que diz respeito às relações com os colegas, com a equipa pedagógica, com o corpo de segurança e com a direção do EP. Ou seja, percebe-se que utilizam uma “*máscara*” que lhes garante a sua “*zona de conforto*” para que não revelem fragilidades.

Formar...intervir...recuperamos Paulo Freire (2002:68), que nos inspira neste quadro de análise e que nos diz,

“(...) o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos da autoridade” já não valem”.

Na perspetiva de Bauman (2009:160) ocorrem imensos “*jogos*” que “*parecem estar acontecendo ao mesmo tempo, e cada um muda suas regras enquanto está em andamento*”. Acrescenta que a era atual se tem ocupado em “*desmantelar marcos e liquefazer padrões sem aviso prévio*” onde o formando, sob apoio nestas conjunturas, aprende a fragmentar a regularidade, aprende a livrar-se dos hábitos e a

“(...) prevenir a habitualidade, a [re]-arrumar experiências fragmentárias em padrões até agora não familiares tratando todos os padrões como aceitáveis apenas “até segundo aviso”, longe de ser uma distorção do processo educacional e um desvio de seu verdadeiro objetivo, adquire um valor adaptativo supremo e se torna crucial para o que é o indispensável “equipamento para a vida”” (*idem*).

Por conseguinte, e sem pretendermos comentar a condição de reclusão, é preciso ter presente que estamos perante um adulto que permanece a cumprir uma pena por um crime cometido, e, com isto, há uma consequente privação da liberdade e de poder decidir onde estar e de fazer o que quiser. E isto é um obstáculo ao nosso trabalho! Ora, esta privação não se explica facilmente, percebe-se que os horários são extremamente rigorosos (alimentação e rotinas internas), as regras são definidas logo à partida pela direção de cada EP e as condições de segurança são todas acauteladas pelos serviços prisionais.

Devemos destacar que as salas de formação nestes contextos são como todas as outras salas, num qualquer lugar, têm mesas, cadeiras, quadro, formandos, formadores... O sol também chega, partido é claro, mas chega, ilumina os espaços e a esperança vai sendo “*trabalhada*”, com “*viagens*” imaginadas e histórias contadas.

É também necessária uma vigilância permanente das prioridades dos nossos adultos, entender as fragilidades que a distância da família lhes causa, onde um simples problema de um ente querido se assume como a maior das fatalidades no seu íntimo. Precisa também de um espírito livre de preconceitos, é indispensável olhar para estes homens como “Homens”, iguais a tantos outros num outro lugar.

Todas estas condicionantes interferem no desenvolvimento do processo formativo do curso, e naturalmente que as mais pequenas coisas se assumem como tarefas mais complicadas; a equipa de formadores deve ajustar as suas dinâmicas ao contexto onde ocorrem. Vejamos, por exemplo, que o uso de alguns instrumentos de escritório, deve ser acompanhado pelo formador e estes recolhidos no final de cada tarefa.

No início do que foi esta nossa experiência devemos ainda apontar as dificuldades sentidas pelo peso que a própria instituição nos devolve, pela exigência da segurança (controlo e verificação de tudo o que se transporta) e da forma como esta lida com os reclusos. No entanto, com o tempo vamos conseguindo devolver à sala o seu espaço, livre de pressões internas com a “*liberdade*” que nos permite trabalhar. De qualquer forma nunca se consegue com estes grupos o equilíbrio desejável, os seus problemas entram para a sala de formação, não se conseguem desprender e quando por algumas horas isso se alcança temos adultos com os quais se consegue desenvolver aprendizagem.



## **A evolução dos modelos de EFA no contexto prisional**

Como já referimos, as ofertas formativas nos EP tendem a dar resposta às orientações da DGSP, para tentar colmatar necessidades formativas da população reclusa e valorizando os espaços físicos dos locais para onde se destinam, como os eventuais espaços, equipamentos oficinais e salas disponíveis.

Segundo informação disponibilizada pela DGRSP, está prevista:

### **A Formação Profissional Especial** que se destaca

**“da formação profissional comum pelo facto de abranger não apenas aspetos de formação mas também de inserção socioprofissional, e ainda por se dirigir a segmentos da população com maiores dificuldades formativas e de resolução de problemas de integração, onde se incluem os reclusos e ex-reclusos”** (Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de julho);

### **A Qualificação Inicial**, que visa

**“preparar jovens e adultos, candidatos ao primeiro emprego, com a escolaridade obrigatória, para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida ativa”**. (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro);

**A formação de *Reciclagem, Atualização, Aperfeiçoamento*** – Que pretendem preparar

**“ativos empregados ou em risco de desemprego e desempregados que procurem, através da atualização (Reciclagem, Atualização) ou do aprofundamento das suas competências (Aperfeiçoamento), melhorar o desempenho profissional, respondendo assim, adequadamente às mudanças tecnológicas e económicas”** (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro);

### **A Qualificação e Reconversão Profissional** – Para preparar

**“ativos empregados ou em risco de desemprego e desempregados, semiqualeificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho, quer tenham ou não completado a escolaridade obrigatória”** (Decreto-Lei n.º 401/91 e 405/91, de 16 de outubro);

### **A Educação e Formação de Adultos (EFA)**

**“Para cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, que abandonaram prematuramente o Sistema de Ensino, não qualificados ou sem qualificação adequada e que não tenham concluído a escolaridade básica de 4, 6 ou 9 anos, permitindo a obtenção dos 1.º, 2.º ou 3.º Ciclo do Ensino Básico, associados a uma qualificação profissional de níveis 1 ou 2 numa ótica de dupla certificação escolar e profissional”** (Despacho conjunto n.º 1083/2000, de 20 de Novembro).

É nosso entender que estes projetos de formação e qualificação inscrevem-se numa linha importante de desenvolvimento das competências dos adultos em situação de reclusão. Constata-se que a contemporaneidade tem conduzido à emergência de novos empregos, que até então não existiam, forçando à reestruturação da oferta educativa no campo das tecnologias e *“consequentemente, novas qualificações e a emergência de novas*

*aprendizagens*” (Nascimento, 2009:15). Temos, no entanto, vindo a constatar que as iniciativas formativas disponíveis não respondem a este novo paradigma, revelando-se incapazes de *“responder às novas formas de profissionalidade”* (*idem*).

Pensamos ser necessário proceder a uma análise mais cuidada que permita perceber as necessidades dos adultos, enquadradas com as reais solicitações externas (mercado de emprego), ponderando recursos, preparando estas pessoas para um dia se inserirem ativamente na sociedade. Também aqui a formação não pode estar de costas voltadas para o que se passa fora das suas quatro paredes, deve antes, ir ao seu encontro.

### **As parcerias implementadas no terreno**

Do que nos foi possível verificar pela análise documental<sup>29</sup> existem dois tipos de entidades/instituições que operam no EPPF: - as públicas (DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais, Escola Secundária de Paços de Ferreira, IEFP – Centro de Formação Profissional do Porto, CPJ – Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça e o Ministério da Saúde). – e as de carácter privado (PROSALIS - Projecto de Saúde em Lisboa, ANJAF - Associação Nacional para a Acção Familiar, CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas, e a PERFIL – Psicologia e Trabalho, Lda que se encontra em duas parcerias, com a ADERE - Associação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos e a HUMANOS – Associação Humanidades), (cf. anexo 10 e 11). Do que conseguimos observar, ao longo do tempo houve mudanças das entidades promotoras e formadoras, no entanto desde 2009 que há claramente uma linha divisória em que o CPJ se assume quase que exclusivamente como entidade que intervém na FP no interior do estabelecimento prisional (cf. anexo 10 e 11).

De acordo com o gabinete Adjunto para o Tratamento Prisional do EPPF, a explicação é a de que as entidades externas deixaram de obter financiamento e as opções têm vindo a pender para os serviços do Estado, onde o CPJ obtém financiamento para as ações junto do IEFP. Nesta linha foi implementado no EPPF uma parceria entre o CPJ (assume a formação tecnológica) e a Escola de Paços de Ferreira (ESPF) (assume a formação curricular escolar).

---

<sup>29</sup> Cf. Anexo 11 (quadro 3 resumo da Formação ministrada no EPPF)

A unidade da ESPF que opera dentro do EPPF leciona aulas a turmas do 1º, 2º, 3º ciclos, turmas do secundário e ainda oferece atividades extra curriculares como o Português para Estrangeiros, Oficina de Teatro, Oficina de Jornalismo e a Educação Física, assumindo um papel importante na (re)educação dos adultos reclusos (Corte-Real, 2010:19).

### **O polo da Escola Secundária de Paços de Ferreira**

Não se desenhava para a nossa investigação “*entrar*” na dimensão desta unidade de ensino, mas reconhecendo a sua importância no contexto, procurámos junto da direcção do EP aprofundar alguns dos dados acerca daquela, e para isso foram lançadas algumas questões sobre a amplitude da sua intervenção, pelo que nos concederam a possibilidade de aceder a alguma informação sobre a atividade no ano letivo 2012/2013 para as modalidades de Educação e Formação de Adultos:

- foram leccionadas turmas de EFA B1, EFA B2, EFA B3 escolar de continuidade, EFA secundário escolar de continuidade, Ensino recorrente secundário;
- em parceria com o CPJ, promoveram um EFA B3 profissional de continuidade de Pastelaria e um EFA secundário profissional de Jardinagem;
- foi também disponibilizada formação modular certificada, UFCD, em áreas das TIC, Português para estrangeiros, Oficina de Teatro, Inglês e Educação Física.

Sendo uma unidade que opera sobre a tutela da ESPF, não é de todo possível o acesso a informação mais detalhada, no entanto e, como já referimos, destaca-se a adaptação que realiza em torno da oferta formativa, como é o exemplo dos projectos partilhados com o CPJ nos cursos de âmbito mais tecnológico e o leccionamento de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD). Tradicionalmente as unidades de ensino regular, na nossa opinião, não estão tão “*aptas*” a desenvolver cursos de cariz mais tecnológico, o que nos levou a procurar perceber esta parceria, questionando o grupo de entrevistados para que pudessem opinar quanto à sua agilização no terreno, por quem viveu e vive “*por dentro*” estes projectos formativos. Esta reflexão é discutida mais à frente.

Quanto ao número de inscritos na Escola, este oscila entre os 200 e os 250 por ano, sendo que nos confirmam que no final, de cada ano letivo, este número fica pela metade (100 a 125 alunos). Uma das justificações para este fenómeno, como já percebemos e já fomos reflectindo, são os factores que “*concorrem*” contra as actividades de ensino e formação (liberdade, transferências, saídas precárias, fraca assiduidade, a motivação, entre outros).

Outra questão que nos interessava, para procurar compreender globalmente a organização e papel da formação no EP, era averiguar como é que a direcção do EPPF entende a formação tal como está implementada (CPJ e a Escola), e aqui reproduzimos a resposta dada pelo gabinete do Adjunto para o Tratamento Prisional do EPPF:

“atendendo às características da população reclusa, **consideramos que o mais adequado são os cursos de dupla certificação, onde é dada a possibilidade ao formando de aprender uma “arte” e, simultaneamente, confere-lhe certificação escolar** (muitos deles nunca tiveram uma profissão e/ou desempenharam uma atividade laboral). **Com este tipo de formação, na nossa opinião, é mais fácil “agarrar” o recluso/formando.** Não nos podemos dissociar do facto da maioria destes sujeitos terem registado, no passado, “contactos” pouco gratificantes com o sistema de ensino normal, onde o insucesso e o conseqüente abandono foram as “notas” dominantes” (Conversa informal).

Esta é a tónica predominante, existe a clara preocupação em (re)construir as relações com o ensino, a formação e o trabalho.

Uma outra interrogação para a direcção do EPPF, passava pela identificação de sugestões para os próximos projetos educativos/formativos:

“a elaboração dos projetos educativos está condicionada pelas orientações da tutela, nomeadamente do ministério da educação, cujas políticas para a educação e formação de adultos estão em constante mudança. Tal como já mencionamos anteriormente, **na nossa opinião, a solução deveria passar pelos cursos de dupla certificação e pelo ensino recorrente por módulos, neste caso por ser este o modelo de ensino que consegue dar resposta a cada aluno em particular, não obrigando a que todos avancem em simultâneo,** ou seja, é possível adequar o ensino aos diferentes ritmos e capacidades dos alunos” (conversa informal).

De facto, a vida na prisão, associada ao número de detidos que tem vindo a aumentar, os constantes “*sobressaltos*” (saída, tribunais), criam ritmos internos incontornáveis para a direcção que, por sua vez, invalidam muitas inscrições e desembocam em desistências muitas vezes involuntárias.

## A Organização Institucional da Formação: As opções e as áreas de eleição

Entidades		Ano		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012				
				Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Nº Ações	Inscritos	Certificados
	Áreas de formação e Cursos																							
	521 - Metalurgia e Metalomecânica																							
IEFP	Qualificação - Serralheiro Civil (nível 2)			6	6																			
IEFP	Qualificação - Serralheira Mecânica (nível 2)			9	6			12	10															
IEFP	Efa B3 - Serralheira Mecânica							12	8	12	6	13	7											
	Sub - totais			15	12			24	18	12	8	13	7									6	64	45
	481 - Ciências Informáticas (e outros)																							
Perfl	Qualificação - Teletrabalho - (Pavilhões complementares)			15	14																			
CPJ	Qualificação - Operador de Informática optica utilizador			12	6	12	10	12	9															
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório					12	7																	
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório					12	7																	
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório					12	8																	
Perfl	Qualificação - Informática - Gestão de Bases de Dados					12	10																	
	Sub - totais			27	20	60	42	12	9													8	99	71
	522 - Electricidade e Energia																							
Perfl	Efa B2 - Electricista de Instalações					14	13																	
Perfl	Efa B3 - Electricista de Instalações											14	11											
	Sub - totais					14	13					14	11									2	28	24
	582 - Construção Civil e Engenharia Civil																							
CPJ	Qualificação - Pintor de Construção Civil (nível 2)							12	10															
Prosaís	Qualificação - Pintor de Construção Civil							12																
CPJ	Efa B3 - Pintura da Construção Civil											12	9											
CPJ	Qualificação - Canalizador																					15	8	
CPJ	Qualificação - Canalizador 2ª ação																						17	13
	Sub - totais							24	10			12	9									32	21	
	541 - Industrias Alimentares																							
Prosaís	Qualificação - Pasteleiro - padeiro			12																				
CPJ	Qualificação - Pasteleiro - Padeiro (nível 2)			12	11																			
CPJ	Efa B3 - Pastelaria - Panificação									14	13	12	10	15	11	11	8					17	14	
CPJ	Efa B2 - Pastelaria - Panificação													12	6	12	10							
	Sub - totais			24	11					14	13			27	17	23	18					17	14	
	215 - Artesanato																							
IEFP	Efa B3 - Olaria					16	14			14	10	13	6											
	Sub - totais					16	14			14	10	13	6									3	43	30
	543 - Materiais (Industria da Madeira (...))																							
CPJ	Qualificação - Marceneiro (nível 2)			12	5	12	9																	
CPJ	EFA B1 + 2 - Marcenaria							12	10															
CPJ	EFA B2 - Marcenaria									13	9													
CPJ	EFA B3 Marceneiro											12	9	15	11									
Perfl	Qualificação - Embudidor - Entalhador (nível 2)			14	13																			
	Sub - totais			26	18	12	9	12	10	13	9	12	9	15	11							7	90	66
	622 - Floricultura e Jardinagem																							
IEFP	Qualificação - Operador de Jardinagem			11	10																			
IEFP	Efa B2 - Operador de Jardinagem							12	5															
IEFP	Efa B3 - Operador de Jardinagem											16	12											
CPJ	Efa B3 - Operador de Jardinagem																					16	12	
CPJ	Efa NS - Técnicas de Jardinagem e Espaços Verdes															12	8							
	Sub - totais			11	10					12	5	16	12			12	8					5	67	47
	Outros Cursos																							
	Qualificação - Curso de Pescador									15		15												
ANUAF	Qualificação - Formação Social e Humana																15	14						
ANUAF	Qualificação - Formação Social e Humana II																18	14						
	Sub - totais									15	0	15	0					33	28			4	63	28
	Iniciativa Novas Oportunidade																							
CPJ	processo de CRVCC 2º ciclo												5			1		3						
CPJ	processo de CRVCC 3º ciclo										5			5		8		10						
CPJ	Processo secundário RVCC																							5
CPJ	Processo CRVCC 2º e 3º ciclos									21				11		19		28						
	Sub - totais									21	5			11	10	19	9	28	13			41	13	

Desta representação gráfica dos dados recolhidos podemos destacar alguns elementos da organização institucional da formação, em particular as que respeitam as opções e as áreas de eleição entre 2004 a 2013, onde se verifica que se realizaram no EPPF quarenta e nove (49) ações de formação: i) área 541<sup>30</sup> das Indústrias alimentares, com as ações de Pasteleiro/Padeiro (9 ações), ii) área 481 das Ciências Informáticas (8 ações), iii) área 543 dos Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) (7 ações), iv) área 521 da Metalurgia e Metalomecânica, com ações serralheiro civil e serralheiro mecânico (6 ações), v) área 582 da Construção Civil e Engenharia Civil (5 ações), vi) área 622 da Floricultura e Jardinagem (5 ações), vii) área 215 do Artesanato (3 ações), viii) área 522 da Eletricidade e Energia (2 ações), ix) outras ações diversas (3 ações), x) A Iniciativa Novas Oportunidades com 120 inscrições em processos de RVCC.

Do que nos é possível verificar (quadro1), nenhuma das áreas tem mantido uma frequência continuada ao longo do tempo: i) área 541 - (em 2004, de 2007-2010 e 2012), ii) área 481 - (2004-2006), iii) área 543 - (2004-2009), iv) área 521 - (em 2004, de 2006-2008), v) área 582 - (em 2006, 2008 e 2012), vi) área 622 - (em 2004, 2007-2008, 2010 e 2012), vii) área 215 - (em 2005, 2007-2008), viii) área 522 - (em 2005 e 2008), ix) outras ações diversas (em 2007 e 2011), x) A Iniciativa Novas Oportunidades (em 2007, de 2009 a 2012). Podemos afirmar que não existe um padrão nas áreas implementadas no terreno, mas de onde destacamos a exceção da área 541 das Indústrias alimentares como sendo a que mais ações viu desenvolvidas neste período.

Na procura de explicações, e de acordo com informações recolhidas do gabinete Adjunto para o Tratamento Prisional do EPPF, o plano de formação é pedido a cada EP, que sinaliza as opções que lhes podem dar respostas às necessidades internas e só depois é que os serviços centrais da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) estabelecem as prioridades de acordo com a oferta formativa disponível e é esta oferta que estabelece as áreas de formação a serem implementadas.

São também destacadas as opções avançadas pela Iniciativa Novas Oportunidades, designadamente os processos de RVCC, a exemplo do que se verifica no meio livre, servindo para muitos sujeitos como forma de acesso a outros níveis de qualificação, como se pode confirmar em alguns discursos e percursos realizados pelos sujeitos reclusos. Patentes

---

<sup>30</sup> Estes códigos estão patentes no Catálogo Nacional de Qualificações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)

**“Eu no EP de Custóias, fui, muito preventivo, tirei o quinto e o sexto, porque lá fora tinha a quarta classe, tirei o quinto e sexto quando entrei num curso de Informática, vim para este EP, fiz um RVCC, [...] fiz sétimo, oitavo e nono, depois veio-me esta oportunidade deste curso, completei o curso de dois anos, de Jardinagem e fiquei na manutenção. [...] Para o 12º ano exatamente” (R).**

Este testemunho confirma a mobilidade que foi possível entre diferentes ofertas no quadro das Novas Oportunidades, dado que de uma ação de dupla certificação (5º e 6º ano), se passa para um RVCC (7º, 8º e 9º anos), terminando o seu percurso numa acção de Educação e Formação de Adultos (Curso EFA) de dupla certificação, para obter o 12º ano.





### Capítulo III - Metodologias e procedimentos de investigação

Como já referimos anteriormente, foi nossa opção a conjugação entre uma metodologia qualitativa e quantitativa que nos permitisse abranger diferentes dimensões na nossa investigação.

Não obstante, a metodologia qualitativa é o nosso fio condutor da investigação, pelo que interessa rever algumas das suas características enquanto reguladoras da nossa ação no terreno – i) *Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal*, – ii) *A investigação qualitativa é descritiva*, iii) *Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos*, iv) *Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva*, v) *O significado é de importância vital na abordagem qualitativa*. Considerando estas características, admitimos que “o grau” de aplicação de cada uma não é de “igual eloquência” em todas as investigações (Bogdan & Biklen, 1994:47-51).

“Os investigadores qualitativos fazem questão em se certificarem de que estão a apreender as diferentes perspectivas adequadamente. [...] Os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objetivo de perceber *aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social onde vivem*” (idem:51, citando Psathas, 1973).

Partindo destes princípios qualitativos e quantitativos, a sua exploração recorre à utilização de técnicas de apoio à investigação, que nos serviram de suporte para a caracterização institucional e de técnicas que nos “guiaram” no desenho e desenvolvimento da investigação, de forma a recolher o máximo de informação possível sobre o contexto prisional.

Iniciámos com a *pesquisa bibliográfica*, bem como com a pesquisa e *análise documental* para nos apropriarmos melhor das envolvências em torno do EP, procurando aprofundar as questões sobre o tema, de modo a desenhar o enquadramento teórico.

Paralelamente, foram ainda estabelecidas *conversas intencionais*, designadamente com o gabinete do Adjunto para o Tratamento Prisional, alguns Técnicos Superiores de Reeducação (TSR) e restantes profissionais da EP. Por intermédio desta técnica foi possível

aceder a informações e recolher alguns dados<sup>31</sup> acerca do EPPF e do seu contexto. Com estas *conversas intencionais* realizámos uma interacção directa que permitiu aprofundar o nosso conhecimento sobre a realidade em que estávamos a trabalhar, tendo possibilitado o cruzamento dos diferentes pontos de vista recolhidos. Neste sentido, estas *conversas informais intencionais* desenvolveram-se com objectivo de traçar uma linha interpretativa e compreensiva entre as definições e discursos institucionais oficiais e as percepções retidas por cada um dos diferentes intervenientes relativamente a essas definições, discursos e cenários institucionais formais.

Num quadro tão complexo, recorrer à técnica da *análise documental* (regulamentos internos, processos dos cursos, arquivo do EPPF, entre outros), revelou-se substancial, pelo contributo prestado ao conhecimento que possuíamos e passámos a possuir em relação aos temas da investigação, dado que permitiu construir mapas comparativos sobre a evolução da EFA ao longo dos anos. Logo, esta técnica fez despontar um “*novo olhar*” sobre a realidade, o que contribuiu para uma melhor interpretação da FP e da Educação no EPPF.

Devemos ainda acrescentar como refere Silva & Pinto, (1986:77) que a utilização da técnica de *entrevista “centrada”* no indivíduo, “*apelando para as capacidades discursivas*”, consistiu um instrumento de sustentáculo à nossa investigação, sendo que é destes discursos que partiremos para as questões cruzando todos estes elementos.

### **As Ciências Sociais e a metodologia de investigação**

Ao procurarem clarificar alguns conceitos do campo das Ciências Sociais, Silva & Pinto (1986:9) apresentam a metodologia como o “*trabalho permanente de análise crítica dos métodos de pesquisa (...) dos processos e da investigação empírica*”, sendo que, para os autores, as ciências sociais apresentam como “*objetivo comum [que] todas procuram conhecer a realidade*”, facto que se revela também para nós a alavanca da investigação: o conhecimento “*de uma realidade*” particular a partir da mobilização de uma metodologia pertinente face ao tipo de conhecimento que queremos produzir e ao objeto de investigação que elegemos. Neste sentido adotamos nesta pesquisa o pressuposto de que o conhecimento da “*realidade social*” supõe a aplicação de um conjunto de “*instrumentos que nos*

---

<sup>31</sup> Cf. Anexo 16 – Pedido de autorização de Entrada de Computador Pessoal – Instrumento de apoio ao registo das informações recolhidas nas conversas informais intencionais e na recolha dos volumes e tipos de formação ministradas no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira.

*proporcionam a informação sobre essa realidade e modos de a tornar inteligível” com a preocupação de nunca se confundir “com ela” (idem:10).*

Neste desiderato, na história recente das “*disciplinas sociais*”, tem-se procurando “*propor soluções testáveis*” designadas “*em sentido lato de método científico* (...) ainda que, segundo Silva & Pinto (1986), talvez fosse mais adequada a expressão de *estratégias de investigação científica*, já que a “*ciência moderna – a que aposta desde Galileu, na combinação da “teoria” e da “experiência”, da dedução e da observação sistemática*” - suporta-se hoje numa diversidade de procedimentos e métodos de investigação que vão para além do que histórica e tradicionalmente se cunhou como método científico (idem:10-11).

### **O enquadramento metodológico**

A nossa investigação desenvolveu-se tendo como realidade o contexto prisional, onde já participámos em diversos projetos de educação e formação de adultos com grupos de indivíduos em situação de reclusão. Estas experiências, no terreno, permitiram conhecer uma realidade através das relações com os diferentes intervenientes, de onde destacamos a relação privilegiada com os sujeitos reclusos. Esta “*nova realidade*” foi-se construindo sobre determinados valores, dando a conhecer outras dimensões do quotidiano do viver em reclusão. Com o desenvolvimento do trabalho formativo, e partindo destas experiências, emergiram novas questões que, por sua vez, conduziram à construção de um campo empírico não muito refletido no nosso dia-a-dia. Esta nova realidade, multifacetada, solicitava permanentemente uma atenção para todas as dimensões dos sujeitos, “*impondo*” uma mediação exigente do ponto de vista das relações humanas.

As dinâmicas dos projetos e as suas condicionantes formaram os meios que permitiram conhecer as particularidades da FP dentro do contexto prisional, com as limitações e imposições do sistema prisional, e que nos subsidiaram na construção de um “*conhecimento contextual desta via formativa em meio fechado*”. Partindo deste ponto surge a necessidade de produzir rupturas com o nosso quadro de valores e que nos possam permitir uma análise científica dos factos “*através dos discursos dos formandos [e dos] sentidos ou não-sentidos atribuídos às suas experiências formativas no interior do EP e às suas representações acerca da FP na sua possível relação com o processo futuro e individual de reinserção social*” (Pinho, 2012: 62).

A posse de um “*património*” resultado do trabalho/experiências no passado, das relações privilegiadas com os formandos reclusos e restantes intervenientes do EP,

facilitaram a prática de diferentes técnicas, ainda que sem intenção científica, como “*as observações diretas ou participantes*” e até mesmo a *epistemologia da escuta* (escuta ativa dos diferentes profissionais (da segurança e da educação) e dos indivíduos reclusos) – tendo possibilitado o desenvolvimento de uma apreensão da realidade que queremos investigar. Não obstante, autores como Silva & Pinto (1986:56) identificaram a teoria como o “*património acumulado de interpretações provisoriamente validadas*” e essa é que se constitui o “*nosso ponto de partida para a pesquisa*”.

Daqui, partimos para outros níveis de questionamento mais profundo desta realidade, com outras abordagens, mais objetivas, com “*operações técnicas de recolha de dados*”, adotando uma nova atitude metodológica com a utilização da “*técnica por meio de entrevista (inquérito oral) e as análises documentais*” (Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin, 1999: 25).

Cedendo à teoria o “*papel de comando do conjunto do trabalho científico*”, pela definição do “*objecto de análise*”, pelo sentido de “*orientação e significado*” que alimenta a investigação por “*referência a esse objecto*” e ainda pela elaboração das “*potencialidades explicativas [que lhe definem os] limites*”, podemos encontrar nos diferentes níveis o que a teoria produz dos “*chamados enunciados observacionais [que dão] consistência à rede de relações que se estabelece em todo o processo*” (Silva & Pinto, 1986:62).

Pensando, ainda, as ciências como “*um conjunto de resultados*” que se vão acumulando, reformulando e verificando em cada momento, podendo esses “*caminhos*” serem objeto de contestação, o processo de pesquisa “*tem de ser concebido como uma prática social, específica e ativa*”, onde o “*seu primeiro momento é o da interrogação, do questionamento a certas dimensões da realidade*”. Por conseguinte, “*a forma e os protocolos da pergunta hão-de condicionar as respostas que se obtêm, ou seja, as evidências empíricas a que a investigação conduz são por ela antecipadas ou, pelo menos, susceptíveis de acolhimento no âmbito do questionamento formulado*”. Logo, a problematização teórica (com um conjunto de questões articuladas) é a consequência de “*cada formação científica*”, assumindo o estatuto de “*ponto de partida*” em diferentes momentos da nossa investigação, reformulando os “*problemas de investigação*” (Idem, Ibidem: 62-63).

### **A estratégia de pesquisa – a entrevista**

As estratégias a adoptar foram definidas logo à partida no quadro conceptual do projecto de investigação, e passariam pela mobilização, por um lado, das experiências acumuladas e, por outro, pela aplicação de alguns instrumentos capazes de recolher os

testemunhos dos sujeitos – a entrevista. Estávamos conscientes que a forma como se colocam as perguntas e como se articulam entre si condicionaria o rumo das respostas (Silva & Pinto, 1986:74-75).

A opção pela entrevista semiestruturada, como referem Denzin, Lincoln, & colaboradores (2006:17) “*envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo*”, o que significa o estudo das “*coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenómenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem*”. Nesta linha de pensamento, Silva (2009:14) defende que a entrevista nos “*projeta imagens individuais que projetam questões sociais*”, sentido com o qual concordamos, dado que será destes testemunhos individuais suscetíveis de serem analisados cientificamente, suportados por processos de análise, que pretendemos construir as nossas reflexões sobre o sentido social, para além de individual, dos significados da formação profissional em contexto prisional.

Estamos seguros que o trabalho no terreno, enquanto investigadores, solicita sentidos apurados de comunicação procurando seguir algumas “*balizas*” fundamentais da comunicação interpessoal, uma vez que “*a linguagem resulta de códigos culturais que não se restringem ao código verbal, mas se reportam a códigos visuais, sonoros e cinéticos em todas as formas pelas quais se manifestam*” (idem:40).

Neste sentido, partimos para uma comunicação interpessoal que “*é essencialmente um processo interativo e didático, em que o emissor constrói significados e desenvolve expectativas na mente do recetor*”, logo a informação que se pretende obter será o resultado deste processo comunicativo (Ibidem).

Por conseguinte, é nosso entendimento que a metodologia qualitativa na investigação se apresenta como a mais adequada para o nosso caso, apoiada por “*um paradigma de abordagem interpretativa*” de análise, onde “*o objeto de investigação social interpretativa é a acção*” procurando perceber de que modo “*se desenvolvem e mantêm [os] sistemas de significado*” (Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin, 1999:39-41). Estes autores reforçam que a metodologia qualitativa apresenta um “*carácter de proximidade entre o investigador e os participantes na investigação qualitativa centrada na construção de sentido*”, pois está alicerçada nas ciências sociais “*em estudar e em interagir com as pessoas no seu terreno, através da sua linguagem*” (idem, ibidem:47).

Por último, a fenomenologia, emerge como *“uma das fontes mencionada para o reforço e interesse crescente pelos métodos qualitativo-interpretativo de análise”* onde se destaca a:

**“pertinência e a necessidade de uma postura interpretativa dos comportamentos e fenómenos sociais: - a primazia da experiência subjetiva como forma de conhecimento; - O estudo dos fenómenos a partir da perspectiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência; - o interesse em se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social que também acabam por construir interactivamente”** (Almeida & Freire, 1997:94-95).

Em consonância com o exposto, realizaram-se as seis entrevistas. A nossa postura enquanto investigadores solicitou um posicionamento que evitasse perturbar o normal funcionamento das rotinas internas do EP, nesse sentido procurou-se algum *“afastamento”* para a seleção dos entrevistados, que ficou a cargo da Técnica Superior de Reeducação, que recrutou os reclusos e os encaminhou até à nossa presença. Por conseguinte a selecção não foi, portanto, autónoma e não nos foi possível intervir nessa *“escolha”*, sendo que o único critério que solicitámos que fosse respeitado foi o da obrigatoriedade de entrevistar três formandos que já tivessem concluído um processo formativo e de outros três ainda a frequentar a formação<sup>32</sup>, procurando assim, abranger estas três dimensões da vida dos sujeitos (no antes, no durante e no depois, de um percurso educativo/formativo).

A nossa opção inicial consistia na realização de entrevistas individuais, no entanto, a pedido dos três primeiros entrevistados acabámos por realizar uma entrevista de grupo. As restantes entrevistas foram realizadas em função da disponibilidade dos indivíduos: uma foi realizada individualmente e, finalmente, uma outra entrevista foi realizada com dois formandos em simultâneo.

Em particular, procurou-se identificar as experiências vivenciadas nos programas disponibilizados pelas estruturas do contexto prisional, direccionando algumas das questões respondidas pelos sujeitos para essa temática.

Estamos cientes que esta investigação *“recorre aos indivíduos como fonte de informação”* e que poderá ser comprometida por alguns *“enviesamentos (...) decorrentes da consciência que os sujeitos têm de que estão a ser observados ou testados, dos constrangimentos associados ao papel de entrevistado ou respondente, da interação*

---

<sup>32</sup> Devemos ressaltar que dos indivíduos seleccionados para as entrevistas, um já era nosso conhecido, participou num percurso formativo (curso Electricista de Instalações – EFA-B2, promovido pela entidade, Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda, com quem colaborávamos) que coordenamos no passado, tendo sido por isso muito gratificante observar a evolução do seu percurso educativo/formativo. Neste seguimento, procurou-se a necessária *“vigilância”* para que os outros participantes não sentissem que estavam em segundo plano.

*entrevistador-entrevistado*” (Silva & Pinto, 1986: 106-107). No entanto é a análise de conteúdo que permitirá apreender o significado das respostas obtidas e permitir desenvolver um processo de objetivação (*Idem*).

Previamente foram explicados a todos os participantes os objetivos da entrevista, o seu enquadramento no Mestrado em Educação e Formação de Adultos (MEFA), garantiu-se a confidencialidade dos dados recolhidos, pediu-se a maior clareza nas respostas e também foi pedido para que falassem livremente. A entrevista foi concretizada num espaço confortável e reservado dentro dos serviços de Educação, e, com a autorização verbal dos entrevistados, ficaram recolhidas em formato áudio<sup>33</sup>, tendo sido posteriormente transcritas para um documento de texto<sup>34</sup>, procurando respeitar na íntegra termos e expressões usados pelos intervenientes e que lhes servem de suporte.

Neste “*quadro de uma conceção da investigação científica como atividade social*”, tornou-se necessário desenvolver uma série de “*critérios de ordem social*” que norteassem os procedimentos a seguir:

“1. **uma certa *neutralidade* de juízos face aos indivíduos**; 2. **a *confidencialidade*** (...) o investigador nunca deverá formular comentários (...) à cerca daquilo que observou relativamente a um deles; 3. o ***envolvimento*** (...) **tentar envolver diretamente os informadores da investigação como se colaboradores**; 4. **a *clareza***; o investigador deverá possuir uma ideia clara das questões principais que orientam a sua investigação, bem como dos procedimentos a utilizar para a recolha dos dados relativos a essas mesmas questões (...)” (Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin, 1999:84-86).

## **A análise documental como metodologia complementar**

Para Maria Pinto Molina (1993:76) a análise documental (AD) “*é uma disciplina*” recente, desenvolvida nos “*países anglo-saxónicos*” e que num contexto de investigação é essencial no manuseamento de toda a “*atividade documental*”. Sublinha que este “*é um domínio que ainda não está definido de modo preciso*”, uma vez que “*nenhum organismo ou instituição fixou para todos os documentos os processos e etapas da análise documental*”. Num quadro atual “*as técnicas de AD ocupam um lugar cada vez mais importante na dinâmica operativa dos centros de documentação*” uma vez que “*os profissionais dedicam a estas tarefas cerca de 80 por cento do tempo laboral*”. A autora refere, também, que na sua origem está a dificuldade em “*aceder aos documentos que se*

---

<sup>33</sup> Cf. Anexo 19 – Pedido de autorização de entrada de Gravador de Voz, dirigido à Direção do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

<sup>34</sup> Cf. Anexo 12 - Transcrição das entrevistas

*necessita (...) num primeiro momento” para desvendar as respostas a determinadas questões, sendo que “interrogava-se diretamente o conjunto da produção [documental] até encontrar uma resposta satisfatória” (Idem:77).*

Mas com o crescente aumento de *“documentos e a ilimitada diversidade de perguntas”* ao campo documental gerou a necessidade *“de introduzir na cena documental uma etapa suplementar ou intermediária”* com o objetivo de *“facilitar a operação de interrogação”*, nascendo daqui *“e reconhecida academicamente a Análise Documental (AD) [como] atividade científico-técnica”* com o objetivo de facilitar as *“operações de busca”* e organização de elementos textuais presentes numa diversidade de documentos (Ibidem:77). Neste trabalho, a análise documental versou essencialmente o conjunto de materiais documentais que o EP nos facultou e que analisámos na perspetiva de compreender os modos como a oferta institucional de formação se tem vindo a construir.

A grande dificuldade que sentimos no terreno prendeu-se com a forma como a informação estava (des)organizada, dado que o arquivo apresentava alguns obstáculos que precisávamos de contornar: muito disperso, com fraca catalogação e no seu interior existiam elementos em falta, pelo que inicialmente organizámos cronologicamente os dossiers que continham os documentos relativos aos processos de formação desde inícios dos anos 2000. As nossas questões estavam bem definidas: a) queríamos encontrar as entidades parceiras nos processos educativos/formativos, b) identificar quais os cursos ministrados, c) os anos em que foram realizados, d) o número de inscritos, e) o número de certificados emitidos.

Estas operações *“como técnica auxiliar para o desenvolvimento da investigação”* permitiram a identificação e agregação dos elementos dispersos pelo arquivo, transformando estes elementos em quadros informativos (Molina, 1993:86), facilitadores de uma leitura mais detalhada das atividades educativas/formativas desenvolvidas ao longo dos últimos 10 anos no Estabelecimento Prisional, e que, não obstante algumas lacunas na informação resgatada, nos permitem construir uma imagem da oferta institucional e de algumas das suas transformações.

## **A Análise de conteúdo**

Assumindo-se como *“técnica de tratamento de informação”*, a análise de conteúdo pode ser *“utilizada em pesquisas que se reportam a qualquer dos níveis de investigação empírica”*, apresentando *“a enorme vantagem de permitir trabalhar”* o *“conteúdo de um texto, um documento, uma entrevista ou qualquer outro material”*, onde *“o investigador*



*formula uma série de perguntas*”, que por sua vez determinam as direções e orientações da pesquisa (Silva & Pinto, 1986:104-108). Estes pressupostos são a base que circunscrevem as “operações mínimas: - delimitação dos objetivos e definição de um quadro de referência teórico orientador da pesquisa; - constituição de um corpus; - definição de categorias; - definição de unidades de análise” (idem: 108-109).

Uma vez na posse do material empírico, produto das entrevistas, partimos para a construção da grelha de análise por temas e subtemas (análise categorial temática) que permitiu organizar e tratar a empiria, na procura de uma compreensão dos sujeitos, dos seus percursos educativos e formativos, do funcionamento da FP em contexto prisional, procurando já alguns cruzamentos com os outros elementos recolhidos, nomeadamente os quadros resumo<sup>35</sup> da formação anteriormente ministrada no EPPF.

Autores como Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin (1999:107), para a tarefa de análise e a interpretação dos dados, defendem, que:

“o conjunto do material compilado no campo não é, em si mesmo, um conjunto de dados, mas é, sim, uma fonte de dados. (...) os documentos respeitantes ao local de estudo (...) as entrevistas (...) não são dados. Mesmo as transcrições das entrevistas não o são. **Tudo isto constitui material documental a partir do qual os dados serão construídos graças aos meios formais que a análise proporciona**”.

Esta “*organização dos dados corresponde (...) a uma fase determinante da análise*” uma vez que:

“- ela permite ao investigador uma representação dos dados num espaço visual reduzido; - ela auxilia a planificação de outras análises; - ela facilita a comparação entre diferentes conjuntos de dados; por último, ela garante a utilização direta dos dados no relatório final” (Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin, 1999:118)

Foi nosso objectivo procurar identificar as experiências vivenciadas nos programas disponibilizados pelas estruturas do contexto prisional e, nesse sentido, se direccionaram algumas das questões respondidas pelos sujeitos. Torna-se necessário salvaguardar que estas são somente a opiniões dos sujeitos com as suas representações em torno dos itinerários educativos/formativos e de onde não se procura retirar conclusões que possam contestar os sujeitos e o contexto prisional em geral. Ou seja, pretende-se obter uma análise crítica e reflexiva que possa permitir avaliar as medidas implementadas no terreno e a sua eficácia.

O desenvolvimento deste processo de “*análise e interpretação dos dados*” segue enquadrada num,

---

<sup>35</sup> Anexo 10 – Mapa resumo da formação por áreas entre 2004 e 2013 e Anexo 11 – Mapa resumo de toda a formação ministrada desde 1997.

“modelo interactivo da análise [que] consiste em três passos, ou componentes de actividades concorrentes: **a redução dos dados, a sua apresentação e a interpretação/verificação das conclusões** (...) encarada globalmente como um «processo cíclico interactivo»” (Lessard-Hérbert, Goyette, & Boutin, 1999:107).

Por “*redução dos dados*” entende-se o “*processo de selecção, (...) de simplificação, de abstracção e de transformação*”, sendo um procedimento transversal à investigação culminando em resumos orientadores e organizadores da informação. Por “*organização e apresentação dos dados*” – como sendo resultado da análise e da “*interpretação dos resultados*” -, entende-se o produto de um processo que se inicia “*por ocasião da sua recolha*”, passando à sua formatação “*que giram em torno do conceito de tratamento dos dados*”; por “*interpretação e a verificação das conclusões, (...) na atribuição de significados aos dados reduzidos e organizados através da formulação de relações (...) pondo em evidência ocorrências regulares*” onde, como referem, “*a interpretação ocorre logo no início da recolha de dados, pela formulação de conclusões provisórias (...), [onde] o investigador pode verificar a validade das conclusões*” (Idem, Ibidem, 107-129).

## Capítulo IV - Análise e interpretação dos dados

### Caracterização dos entrevistados

Todos os entrevistados têm nacionalidade portuguesa, são oriundos do norte do país, de concelhos como Barcelos, Maia, Porto, V.N. Gaia e Aveiro, têm idades entre os 28 e os 48 anos, pertencendo portanto a faixas etárias comumente identificadas como ativas para o trabalho e para a formação, sendo que três são solteiros, um é divorciado e dois estão viúvos.

Dos testemunhos recolhidos verifica-se que os sujeitos estão a cumprir penas no EPPF que tiveram início entre os anos de 2007 a 2011, dois dos reclusos são reincidentes e quatro são primários. Quanto às penas aplicadas, a média situa-se nos quinze anos, sendo que um dos entrevistados ainda não tem pena definida (o seu processo judicial encontra-se em fase de recurso).

### Percursos escolares e profissionais anteriores à reclusão

De acordo com os dados recolhidos, todos os entrevistados possuíam níveis baixos de escolaridade quando entraram para o sistema prisional pela primeira vez, pelo que consideramos que estamos perante um quadro de *adultos pouco escolarizados*, já que dos seis entrevistados, somente dois cumpriram a escolaridade mínima obrigatória<sup>36</sup> em liberdade, se considerarmos o ano de nascimento. Em suma, três apresentavam-se com o primeiro ciclo, um não concluiu o sexto ano, um completou o sexto ano, e outro o sétimo ano de escolaridade.

É verdade que entre estes adultos, no que se refere à participação em projetos formativos anteriores à reclusão, quatro não mencionam a sua existência, indicando um deles como motivo a “*falta de oportunidades*”, outro refere que frequentou a modalidade formação de qualificação contínua no contexto de empresa e um último indica que recebeu formação

---

<sup>36</sup> Segundo o site do POPH (<http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=389&newsID=1202>) para a escolaridade obrigatória por ano de nascimento: - nascidos até 31 de Dezembro de 1966 - 4 anos de escolaridade; nascido entre 1 de Janeiro de 1967 e 31 de Dezembro de 1980 - 6 anos de escolaridade; nascido a partir de 1 de Janeiro de 1981 - 9 anos de escolaridade. O Decreto-Lei n.º 176/2012 de 2 de agosto, com a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, veio estabelecer o alargamento da idade de cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e consagrar a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade. Importa adaptar gradualmente o regime legal existente ao alargamento da escolaridade obrigatória, definindo as medidas necessárias para o seu cumprimento efetivo.

no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), num curso de qualificação que não conseguiu especificar.

Para Cavaco (2009:62), “o termo pouco ou nada escolarizado não assume um significado idêntico ao termo iletrado”, dado que refere que para o

“primeiro caso, trata-se de pessoas que não frequentaram a escola ou que embora tenham frequentado não possuem a escolaridade obrigatória; no segundo caso trata-se de pessoas com poucas competências de leitura, escrita e cálculo, o que lhes impossibilita a realização de conjunto de atividades no dia-a-dia”.

Refere, ainda, que o “termo *adulto pouco escolarizado* também não é coincidente com o de “*adulto pouco qualificado*”, pois defende que a “qualificação remete-nos para duas questões distintas, *qualificação académica e qualificação profissional*” (*idem*).

Mas como podemos definir este “termo *não qualificado* ou *pouco qualificado*”, concordámos que “*para além de ser muito vago, também tem associado uma carga pejorativa*”, já que a definição parece não ser consensual no quadro da qualificação profissional. Pelo que “*entre os adultos pouco escolarizados podemos encontrar trabalhadores altamente qualificados, do ponto de vista profissional*” (Cavaco, 2009:62).

Tal parece ser o exemplo de um dos nossos entrevistados que possuía somente o 4º ano de escolaridade e que apresenta, pelo que conseguimos compreender, níveis de qualificação elevados:

“Lá fora, fiz a quarta classe, **depois tive alguma formação**, como, **fiz um curso de Soldadura de Mig, fiz um outro curso de Soldadura de Mag.** [...] Fiz [estes cursos] no Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) em V. N. Gaia, e o de Soldadura de Mag fiz em Setúbal na Rinave. [...] **Fiz também um curso de Técnico de Carroçarias** no CEPRA, na Maia e depois tive **formação no nível da empresa onde trabalhava**. Eu trabalhava numa empresa de marca, que é a (XXX) de Camiões com venda e reparação e fiz alguns cursos como Higiene e Segurança no Trabalho, Eletricidade, Mecânica” (AS).

Numa análise global é possível perceber que este grupo de sujeitos tem na sua generalidade percursos de escolarização breves e que tendencialmente se interromperam antes da conclusão da escolaridade obrigatória. Do mesmo modo, há uma maioria destes sujeitos que após o encerramento dos seus percursos escolares não encontram no campo da formação profissional possibilidades de obter uma qualificação profissional. Ora, esta caracterização permite-nos perceber como, pelo menos neste grupo de sujeitos entrevistados, se verificam processos de dupla desqualificação (escolar e profissional) com uma incidência forte, ainda que devamos igualmente ressaltar um dos casos em que a uma trajectória escolar curta se sucede um percurso aparentemente rico e diversificado no que respeita a qualificação profissional.

## Viver em reclusão:

Podemos afirmar que a vida em reclusão é marcada por um conjunto de práticas institucionalizadas, uma vez que, como salienta Goffman (1987:23-32), a prisão como *instituição total*, assume a autoridade sobre a vida do recluso:

“- Criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como força estratégica no controle dos homens; - começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado; - a barreira (...) **entre o internato e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu**; - a consequente padronização complexa na admissão, **existe a necessidade especial de conseguir a cooperação inicial do novato** (...) dizem (...) quais as suas obrigações de respeito pode ser estruturado de tal forma que [resulte] a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre; - [n]o processo de admissão pode ser caracterizado como uma despedida e um começo (...) exige uma perda de propriedade (...) **a perda do nosso nome é uma grande mutilação do eu**; - **é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual**; - os presos (...) não podem impedir que os visitantes os vejam em situações humilhantes; - a exposição [nos] dormitórios coletivos e banheiro sem porta (...) as celas de prisão com barras de metal como parede permitem essa exposição”.

Embora haja mais características a enumerar... fiquemos por estas. Logo, neste quadro complexo o sujeito em reclusão necessita de encontrar formas de adaptação a este conjunto de normas e imposições da instituição.

Gonçalves (2000:209-239) apresenta-nos a sua compreensão da adaptação à prisão a partir de diferentes perspetivas. O autor começa por citar Sykes (1958) que descreve “*a vida na prisão, enquanto uma sociedade dentro de outra sociedade*” e chama também à colação Goffman (1961; 1986) com a sua obra “*sobre as condições de vida e adaptação às instituições totais*”. No seu estudo enquadra as primeiras definições e origens do conceito de *adaptação* remetendo-as a influência provenientes de diferentes campos disciplinares:

- como da Biologia, onde emerge como “*o processo pelo qual o ser vivo evolui nas sucessivas relações que estabelece com o meio circundante*” e da Fisiologia pelos “*esforços adaptativos com a busca de um*

- da Psicologia - sendo o “*homem (...) um ser eminentemente social em que o seu comportamento é fruto das interações que estabelece como o meio que o circunda*”, este “*comportamento-resposta*” é resultado da equação: como ajusta a sua personalidade; as exigências do meio; e as suas experiências (que mobiliza no conjunto das relações). Suportado por uma boa porção de “*plasticidade*” que permite a gestão de todas estas dimensões. Neste âmbito, cita Laffon (1973): “*a adaptação é dinâmica e perpétua*”, como produto da relação entre a personalidade, o meio, o vivido e o atual. Para ele a adaptação apresenta três vias

“– 1) **adaptação por assimilação do meio**, sempre que a pulsão é suficientemente forte para vencer as resistência exteriores, conseguindo assim o sujeito satisfazer o seu desejo; - 2) **adaptação por acomodação**, quando o sujeito, renunciando ao seu desejo, transforma-se e deixa de pensar no objeto desejado; - 3) **adaptação por deslocamento ou substituição** que não é mais que uma falsa adaptação, pois o sujeito encaminha os seus desejos pulsionais para outro objeto que não aquele que desejava” [...] Assim, a adaptação não é uma resposta passiva ao meio, mas um processo ativo de criação”.

Nesta multiplicidade, surgem outros contributos, também importantes:

- as abordagens da sociologia que nos dão conta da *“forma como o indivíduo se adapta à sociedade por meio de um processo de individuação progressiva em que se sucedem diferentes adaptações”*

– a abordagem da psicologia social (a ideia de que a *“adaptação deve ser vista como um processo, ao longo do qual intervêm vários fatores, e não como um estado”*)

– a abordagem da psicologia ambiental (a importância dos *“fatores do meio físico e da sua interação com os elementos humanos na determinação dos comportamentos dos indivíduos”*)

– a teoria dos sistemas (a prisão como sistema aberto, onde o recluso é *“ator e simultaneamente um produto (...) do sistema”*)

– outros contributos como o de Piaget (1949, 1975) (a descrição do funcionamento intelectual), ou o de Mahler (o desenvolvimento afetivo (...) nos primeiros anos de vida)

– e Goffman (1961, 1986, 1963) (as formas globais de adaptação no universo totalitário).

Em suma, Gonçalves define a adaptação,

“como o processo através do qual um ser humano, concebido como sistema bio-psico-sociológico, que integra aspetos ligado à sua personalidade e à forma como esta evolui em confronto com o meio físico e social através de mecanismos de assimilação/acomodação, e abandonando estados simbióticos, participa no seu processo de individuação, posicionando-se com uma identidade e sentir próprios respeitadores das outras identidades e sentires” (*idem*:237).

Não será com certeza o nosso objetivo caracterizar psicologicamente a dimensão do *“viver”* em reclusão, no entanto ela *“é uma situação «contra natura», o ser humano não foi concebido para viver num espaço reduzido e privado do exercício normal das suas funções”*, pelo que entendemos existirem adaptações que se impõem, produto do contexto onde se inserem. Por conseguinte são muitos os *“fatores de stress na prisão”* que conjugados com

“características de personalidade de muitos delinquentes (controle deficitário da impulsividade e da ansiedade, baixa resistência à frustração, labilidade afetiva, comportamentos promíscuos, toxic dependência,...), [tornam] crível que se desenvolvam distúrbios da adaptação específicos do meio prisional” (Gonçalves, 2000:198).

Esta adaptação, num quadro de uma *Instituição Total*, onde a prisão se enquadra com o “*seu fechamento*”, produz ruturas nas

“três esferas da vida” do indivíduo: em primeiro lugar, **todos os aspetos da vida são realizados no mesmo local e sob a mesma autoridade**; em segundo lugar, **cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas**, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto; em terceiro lugar, **todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários (...)**” (Goffman, 1987:11-19).

Consequentemente, a adaptação à prisão não é “*um processo globalizante e impessoal*”, é sim resultado das interações que cada um dos indivíduos é capaz de produzir nas suas relações com o meio (incluindo os outros reclusos, os técnicos, os guardas, o meio exterior...), que, por sua vez, determinam a “*aplicação de medidas flexibilizadoras do cumprimento da pena e nos planos de tratamento penitenciário*” (Gonçalves, 2000:209).

### **Trabalho e actividade ocupacional<sup>37</sup> anterior à inscrição na Formação**

A Lei 115/2009 de 12 de Outubro regula, dentro do contexto prisional, o trabalho e a atividade ocupacional:

“Artigo 45.º - Atividade ocupacional. 1 — **Aos reclusos é proporcionada a realização de atividades ocupacionais de natureza artesanal, intelectual ou artística**, em função das **disponibilidades existentes em cada estabelecimento prisional**; 2 — A receita líquida proveniente da atividade ocupacional é atribuída ao recluso”.

O EPPF possui em diferentes valências oficinas disponíveis e, segundo conversas informais com o TSR, as ocupações laborais podem ser a sapataria, o artesanato, a carpintaria, entre outros; No que concerne ao trabalho existem alguns princípios regulados pelo artigo 41.º:

“1 — **O trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após a libertação**; 2 — **Deve ser assegurado ao recluso, de acordo com as ofertas disponíveis, trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial, tendo em conta as suas aptidões, capacidades, preparação e preferências, sem prejuízo do acesso ao ensino e à formação profissional (...)**; 3 — O trabalho deve respeitar a dignidade do recluso e as condições de higiene, de saúde e de segurança exigidas para trabalho análogo em liberdade, não podendo ser-lhe atribuídas, designadamente, tarefas perigosas ou insalubres nem ser prejudicado o seu direito ao descanso e ao lazer; 4 — O trabalho não se subordina exclusivamente a finalidades lucrativas ou a interesses económicos do estabelecimento prisional ou de terceiro; 5 — **É devida remuneração equitativa pelo trabalho prestado**; 6 — **A assiduidade e o empenho do recluso nas atividades laborais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena**”.

---

<sup>37</sup> A Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro, capítulo II (cf. anexo 8)

Do que nos foi possível verificar, antes do ingresso no atual processo de formação que frequentam, só um estava sem ocupação laboral, uma vez que quatro já se encontravam em processos educativos/formativos e um estava a trabalhar nas oficinas internas do E.P.

**“Antes de começar o curso não fazia absolutamente (...) nada, estava inscrito na escola, estava à espera de vagas na escola depois, entretanto, apareceu esta possibilidade de entrar no curso e a Dr.<sup>a</sup> (L), que é a minha técnica de educação, propôs-me essa situação e achava que era a mais confortável para mim e eu optei pelo curso.” (RU)**

**“Estava na escola. [...] Antes de ir para a escola (...) andei a trabalhar para as obras mas depois como eu estava aqui dentro e já tinha a vida estragada então quis aproveitar, ao menos, o máximo possível do que estar a perder mais uma coisa.” (MJ)**

Destes discursos, é possível inferir, por um lado, que existe alguma preocupação em estar ocupado, a trabalhar ou a estudar, dado que, como refere a alínea 6 do artigo 41.º, existem medidas de flexibilização aplicadas ao indivíduos com este tipo de preocupações laborais, por outro lado, surge-nos como relevante a argumentação do querer procurar vantagens de transformar o tempo de reclusão em algo útil.

Na procura de compreender o conceito de ocupação laboral para a população reclusa, Cunha (2008:92) apresenta-nos, por um lado, o princípio de *“normalização da vida na prisão”*, como um *“mecanismo”* em franca evolução *“qualitativa”*, uma vez que este princípio *“traz do exterior a acção de pessoas singulares e colectivas e assim abre a instituição carceral à sociedade”*, querendo com isto dizer que a instituição prisional precisa destas parcerias para que possa subsistir uma *“aproximação entre realidade intra e extra-prisional”*, sublinhando que ela *“é em si mesmo um ideal”* e que iria contradizer a *“prisão tal como Goffman (1961) a descreveu”*, pois a prisão já não é *“como um universo clausttral puro”*. Por outro lado, adianta que a *“praxis do conceito”* deverá *“embater” com resistências institucionais na própria filigrana das dinâmicas prisionais*, seja pela sobrelotação da população prisional, seja pela *“vertente disciplinadora”*, e até mesmo pela dificuldade de se definir o que é *“normal”* neste tipo de contexto.

Não obstante, como refere o artigo 41.º, alínea 1, *“o trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma atividade laboral após a libertação”*, e a instituição deve procurar ocupações *“intra-muros”* que permitam esta aproximação. Cunha (2008:95), citando Shea (2005), refere:

**“que continuamos a assistir a um profundo desfasamento entre a oferta institucional de alternativas laborais em meio prisional e as necessidades e exigências do mercado de trabalho altamente competitivo no exterior. Muitas tarefas que podemos encontrar em contexto prisional são banais, repetitivas e pouco gratificantes”.**



Por tudo isto se percebe que, tendencialmente, as actividades laborais nos estabelecimentos prisionais se remetam a actividades simples, encontrando-se estas

“muito mais ao serviço da manutenção e funcionamento do EP ou das entidades externas empregadoras (Céré, 2007; Resende, 2006; Gonçalves, 1994) do que de uma adequação entre o perfil de cada recluso/a e as soluções laborais que podem/poderiam ser garantidas” (*Idem*).

Por conseguinte, podemos afirmar que estas dimensões no quadro de uma instituição como a prisão exigem uma compreensão multidimensional:

- do contexto onde se insere, *local e nacional*;
- o contexto *sócio-político*;
- da visão “*a partir da experiência laboral por parte de quem está privado da liberdade*”;
- os direitos dos reclusos/as em termos de remuneração e direitos sociais...para que se consiga as devidas triangulações entre todas as dimensões com este ideal do *princípio da normalização da vida na prisão* (*Idem, Ibidem:95-96*). Não é de facto tarefa simples, as variáveis são imensas e as “*leituras*” não são coincidentes quanto ao trabalho no meio prisional.

Não podemos porém esquecer outras dimensões da prisão:

- a “*ambiguidade dos critérios subjacentes à elegibilidade dos potenciais trabalhadores perante uma oferta laboral que é, em termos genéricos, menor que a procura*”;
- a questão da punição que teima em ser mais forte que a questão da reabilitação;
- o efeito do recluso ter na ocupação laboral “*um interesse altamente estratégico [uma vez] que vêem aí, muitas vezes, a oportunidade de melhorar a sua imagem institucional*” procurando as almejadas benesses de medidas de flexibilização da pena (Cunha, 2008:96-97, citando Moreira, 1994).

Em suma, a ocupação laboral, deveria procurar outros valores e objetivos, em vez de só tentar atingir a “*capacidade de cumprimento, disciplina e obediência*” (*Idem, Ibidem:98*, citando Céré, 2007; Resende, 2006; Miranda Pereira, 2005; Combessie, 2004; Legrouge e Guilian, 2001; Moreira, 2004; Gonçalves, 1994).

### **O quotidiano para quem frequenta a escola ou a formação**

O artigo 71,º do Decreto-Lei n.º 51/2011<sup>38</sup> de 11 de Abril - Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais - regulamenta as questões do Ensino e Formação Profissional, de que destacamos a alínea 3 e 4 que referem:

3 - “**projeto educativo é aprovado pelo diretor do estabelecimento prisional** e remetido aos competentes serviços do Ministério da Educação, sendo enviada cópia à unidade orgânica dos serviços centrais que gere essa área do tratamento prisional; 4 — **O estabelecimento prisional garante o suporte material e afecta os espaços necessários à realização de atividades escolares e formativas, com as necessárias condições de funcionalidade**”.

Nesta passagem está para nós validado o conceito de instituição total, tal como o apresenta Erving Goffman (1987) e da sua “*relação*” com a prisão, quando se defende que a organização dos diferentes departamentos, só se torna possível debaixo de uma só autoridade, seguindo horários e rotinas pré-estabelecidas, muito por razões de gestão de pessoal e pelas questões de segurança. Segundo o que nos foi possível perceber da análise documental, desde Novembro de 2009 que o EPPF separou as duas alas, A e B, para que o acesso ao refeitório seja independente, permitindo, pelo nosso entendimento, uma melhor vigilância nos momentos de maior circulação de pessoas.

Partindo dos discursos recolhidos, é possível verificar que o quotidiano, para quem frequenta a escola ou a formação, segue um horário rígido, que não permite ao recluso grandes desvios da sua “*rota*” até à formação. Todos os entrevistados, estejam em formação ou não, levantam-se e realizam as mesmas tarefas dentro dos mesmos horários, pelo que concluímos que estas rotinas são incontornáveis dentro da instituição.

“(…) **as rotinas de manhã são praticamente as mesmas** porque temos o mesmo setor de trabalho, abre as portas às 08:00h da manhã, às 08:45h descemos, tomamos o nosso café no bar, 09:00h saímos para o nosso local de trabalho, (...) 11:30h vamos ao nosso almoço, (...) **Depois à tarde lá nos encontramos e lá vimos nós para o nosso local de trabalho**, ±16:15h despegamos, no meu caso temos aqui o nosso ginásio do EP, vou fazer o meu ginásio (...) O recolher é às 19:00h, 18:30h é o jantar” (N).

“(…) no fim do serviço que é às 16:30h, normalmente costumava sair e fazer aquela meia horazinha de desporto à tarde, até às cinco, antes de ir ao banho, entretanto deixei de ir porque ganhei esta lesão no ombro, (...) mas, chego lá dentro ao pavilhão, ando aquele bocadinho no pavilhão, que para mim é um bocadinho... prontos, constrangedor porque (...) [es]tamos tão habituados a... estar fora daquele mundo... não é? (...)”

- **Torna-se um bocado sufocante, que é muita confusão, muito barulho! muita gente!** E pronto, a gente, ... [andar] psicologicamente ajuda muito...” (R).

Emerge destes testemunhos, e como mecanismo de defesa às rotinas da prisão, a prática regular de atividade física como opção para alguns dos indivíduos, uma vez que

---

<sup>38</sup> Cf. Anexo 14

procuram algum bem-estar e conforto psicológico, como referem, optando pelo ginásio do EP ou por caminhar dentro dos pavilhões, facto a que, normalmente, se assiste sempre que visitamos estes espaços do EP.

Este “*sentido*” de estar ocupado, seja com a escola/formação, seja com o “*trabalho*” acaba por preencher os dias de reclusão evitando as rotinas de quem está com um regime mais fechado<sup>39</sup>, permitindo “*estar fora daquele mundo*”<sup>40</sup> (N:9), que classificam de “*sufocante, que é muita confusão, muito barulho, muita gente!*” (R:9).

## **A Educação e a Formação Profissional no EPPF**

Com a importante colaboração da direcção e coordenação do EP, foi possível realizar a recolha de dados para posterior análise documental, tendo sido disponibilizado o acesso ao arquivo e ao gabinete de educação. Foram seleccionados alguns dos elementos que retinham dados como: i) as entidades envolvidas; ii) os cursos ministrados; iii) as modalidades de formação/qualificação; iv) as datas de realização; v) o número de inscritos e vi) os certificados emitidos. No arquivo foi possível consultar, em suporte papel, os dados acerca da formação desde o ano de 1997 até ao presente ano, onde conseguimos identificar:

- as áreas dos cursos ministrados (informática, artesanato, marcenaria, jardinagem, serralharia civil, serralharia mecânica, talha e embutidos, fotografia, administração, canalizador, electricidade, pastelaria, panificação, embutidor, teletrabalho, aplicações de escritório, pintura de construção civil, pescador, formação social e humana, olaria e os processos da iniciativa Novas Oportunidades (particularmente os processos RVCC));

- as entidades envolvidas na formação (IEFP, CPJ, DGSP, ESPF, M. Saúde, Cesae, Prosalis, Adere/Perfil, Humanus/Perfil e Anjaf);

- o tipo de saída curricular e profissional (qualificação, EFA B1+B2, EFA B2, EFA B3, RVCC e EFA NS);

- os formandos/reclusos inscritos;

- os certificados emitidos.

---

<sup>39</sup> Segundo conversas informais com o TSR, o recluso em sistema fechado passa 23 horas por dia na cela, e não auferem nenhum montante devido à falta de ocupação.

<sup>40</sup> As citações assinaladas com uma letra maiúscula e um número pertencem igualmente às entrevistas realizadas, mas recuperam apenas excertos curtos que correspondem a um n.º de linha da transcrição.

## **A evolução da formação e dos seus modelos no contexto prisional**

Apesar da complexidade do arquivo do EP e das dificuldades na organização da sua informação, foi possível confirmar 1126 formandos inscritos (destes, 120 são relativos a processos de RVCC, ou seja, cerca de 10%) desde 1997 (cf. anexo 11); quanto aos certificados emitidos a informação não está atualizada (só se confirmaram 643 certificados no total, ou seja, cerca de 75%). Uma vez que existia a convicção de que os números seriam diferentes, solicitámos à direção do EP a autorização e aprovação para contactar as entidades envolvidas, no sentido de recolher com exatidão o número de certificados emitidos, que foi concedida. Assim, para o Centro Protocolar de Justiça foram desencadeadas várias chamadas telefónicas, seguidas de e-mail<sup>41</sup> (que nos responderam pela mesma via), para a Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda - realizou-se chamada telefónica e a informação foi cedida pela mesma via (importa referir que foi com esta entidade que desenvolvemos a atividade nos diferentes EP), para o Centro de Formação Profissional do Porto do IEFP – optámos por realizar pessoalmente o pedido que nos foi de imediato respondido. Já com a Prosalis-Projecto de Saúde em Lisboa – não foi possível o contacto.

Apraz-nos refletir nos 75% de certificados emitidos. Num contexto como o prisional, onde existem imensos fatores institucionais e obrigações que limitam as ações no terreno, este é um valor muito razoável.

Da *análise documental* (que recua, portanto, a dados de 1997), elaborou-se a *representação quantitativa gráfica* para que se pudesse perceber o panorama total desde que existe registo das actividades de formação (quadro 3):

---

<sup>41</sup> Cf. Anexo 15 - Pedido colaboração ao Centro Protocolar de Justiça com o objetivo de apurar o número total de certificados emitidos.

			Anos		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012			
Tipologia	Cursos	Entidades	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.	Inso.	Cert.		
Qualificação	Cerâmica Artesanal (nível 2)	IEFP	12								12		15		15	12																						
	Marceneiro (nível 2)	CPJ									12	6			12	10				12	5	12	9															
	Jardinagem e Espaços Verdes (nível 1)	IEFP									16				14	10																						
	Jardinagem	IEFP																		11	10																	
	Informática - Tratamento de Texto	DGSP			45	28																																
	Serralheiro Civil (nível 2)	IEFP					14	8					11	10	12	12	11	9	6	6																		
	Talha e Embutidos	CPJ							12	10																												
	Serralharia Mecânica (nível 2)	IEFP					12	7	12			12	7	12	5				9	6			12	10														
	Iniciação à Fotografia	M. Saúde									20																											
	Reconversão Administrativa	CESAE									8				12																							
	Canalizador	Prosalis													12																				15	8		
	Canalizador	CPJ																																	17	14		
	Canalizador 2ª ação	CPJ																																				
	Electricidade de Instalações	Prosalis																13																				
	Informática Básica Aplicada à Gestão	Perfil																14	11																			
	Informática Básica Aplicada à Gestão II	Perfil																14	10																			
	Pastelaria/Panificação	Prosalis																		12																		
	Pastelaria - Panificação (nível 2)	CPJ																		12	11																	
	Teletrabalho	Perfil																		15	14																	
	Operador de Informática (duas ações)	CPJ												12	4	12	4	12	6																			
	Embutidor - Entalhador (nível 2)	Perfil																		14	13																	
	Informática - Aplicações de Escritório	CPJ																				36	22															
	Informática - Gestão de Base de Dados	CPJ																				12	10															
	Informática na Óptica do Utilizador	CPJ																						12	9													
	Pintura da Construção Civil (nível 2)	CPJ																12	8					12	10													
	Pintura da Construção Civil	Prosalis																						12														
	Curso de Pescador																									15		15										
	Formação Social e Humana	ANJAF																																	15	14		
	Formação Social e Humana 2ª ação	ANJAF																																	18	14		
	EFA B1 + 2	Marcenaria	CPJ																					12	10													
EFA B2	Jardinagem	IEFP																						12	5													
	Marcenaria	CPJ																						13	9													
	Pastelaria/Panificação	CPJ																									12	6	12	10								
EFA B3	Electricidade de Instalações	Perfil																			14	14																
	Electricidade de Instalações	Perfil																								14	11											
	Olaria	IEFP																			16	14																
	Serralharia Mecânica	IEFP																					12	8	12	8	13	7										
	Pastelaria/Panificação	CPJ																							14	13	12	10	15	11	11	6						
	Jardinagem nº 9	IEFP																									16	12										
	Marcenaria	CPJ																								12	9	15	11									
	Pintura da Construção Civil	CPJ																									12	9										
	* Operador de Jardinagem (em execução)	CPJ																																	17	11		
	* Pasteleiro(a) / Padeiro(a)	CPJ																																	16	12		
EFA NS	Técnicas Jardinagem Espaços Verdes	CPJ																																13	8			
RVCC	processo de CRVCC 2º ciclo	CPJ																											5		1		3			4		
	processo de CRVCC 3º ciclo	CPJ																										5			7		10			4		
	Processo secundário	CPJ																																			5	
	Processo CRVCC 2º e 3º ciclos	CPJ																								21				11		19		28		41		
Registo pelo Ano de Início dos cursos			Inscritos:		12	45	26	64	66	89	76	103	90	72	101	107	53	55	61	106	1126																	
			Certificados:		0	28	15	18	17	53	42	71	69	47	50	64	38	32	41	58	643																	
NS			NS: Nível Secundário																																			
			Não foi possível confirmar certificados																																			

Quadro 2 - Resumo da formação ministrada no EPPF

- Verifica-se claramente uma linha divisória em termos temporais a partir do ano de 2004, em que dos Cursos de Qualificação Profissional se passa essencialmente para as ofertas integradas na Iniciativa Novas Oportunidades (dupla certificação) e que, é nosso entendimento, se explica pelo reflexo da evolução da oferta formativa ministrada no meio livre, expandindo-se pela ação das entidades para a realidade do contexto prisional, e que são muito valorizadas pelos sujeitos ainda que, por vezes, não correspondam necessariamente aos seus interesses primeiros.

**“Este curso foi uma escolha minha, primeiro porque queria fazer o 9º ano e queria aprender qualquer coisa diferente, isto é, se houvesse outros cursos, como por exemplo ligados à mecânica, serralharia ou torneiro mecânico eu preferia, na altura não havia, era o que havia... e também eu vou aprender coisas novas” (AS).**

- Em 2012 voltaram a surgir ações de formação de Qualificação Profissional, com saída de Canalizador (duas ações), que merecem a nossa atenção uma vez que invertem a tendência (das opções de dupla certificação) que se vinha a registar desde 2004. Estes cursos invertem na totalidade o que se fazia desde 2004, uma vez que a aposta passou a ser, novamente, na formação de qualificação profissional;

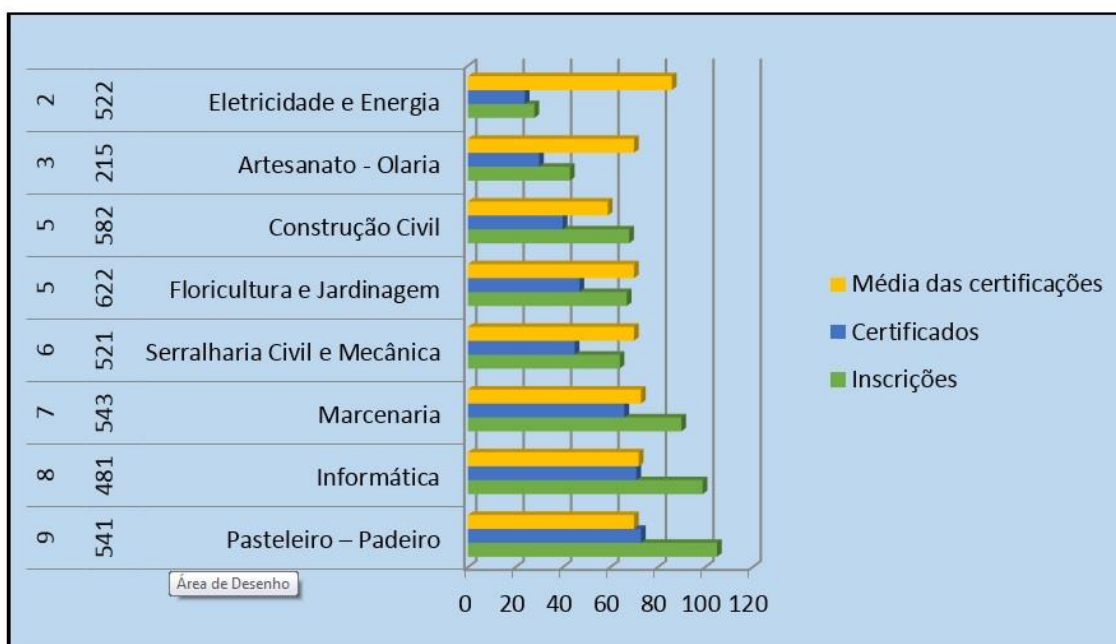
- O Centro Protocolar de Justiça (CPJ) é, desde 2009, a única entidade que ministra formação de âmbito profissional dentro do EPPF.

Recuperando os valores registados entre 2004 – 2012 (cf. anexo 10), elaboramos outro resumo (quadro 3) que nos permitiu, com outra organização perceber novas dimensões sobre a formação, - nove áreas de formação regulamentadas pelos referenciais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), - cinco entidades, - 627 inscritos, - 49 cursos, - 120 inscritos em processos de RVCC. Das nove áreas de formação implementadas no EPPF, destacam-se, por ordem de importância:

Ações	Áreas	Cursos	Inscritos	Certificados
9	541	Pasteleiro – Padeiro	105	73
8	481	Informática	99	71
7	543	Marcenaria	90	66
6	521	Serralharia Civil e Mecânica	64	45
5	622	Floricultura e Jardinagem	67	47
5	582	Construção Civil	68	40
3	215	Artesanato - Olaria	43	30
2	522	Eletricidade e Energia	28	24

*Quadro 3 – Comparativo números de Inscritos e Certificados*

Ainda resultado dos elementos constantes no (anexo 10), aqui refletidos no quadro 3, queremos destacar o volume das certificações obtidas nas áreas mais relevantes e que graficamente apresentamos no quadro 4: i) A área 522 - Eletricidade e Energia - Curso Electricista de Instalações destaca-se pelos 86% de certificados, ii) A área 543 - Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) – Curso de Marceneiro com 73% de certificados, iii) A área 481 das Ciências Informáticas com 71% de certificados.



*Quadro 4 – Média de Certificações*

## Percursos, Escola - Formação no sistema prisional

Já referimos, de acordo com a Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro, que regula os direitos e deveres do recluso (cf. anexo 8), da importância dos percursos e opções dentro do sistema prisional, das suas aplicações e vantagens, na execução da pena.

Em qualquer dos percursos em discussão, seja na ESPF, ou num curso de formação profissional, como por exemplo o de Jardinagem, falamos sempre de *“educação e formação na sua perspectiva mais lata, o que os coloca numa grande proximidade semântica”* (Cavaco, 2009:63).

No entanto, precisamos de perceber esta

“distinção entre «**educação**» e «**formação**» remetendo para tradições e campos sociais distintos, coexiste com a sobreposição, na sua amplitude e na sua abrangência, dos conceitos de «**educação permanente**» e de «**formação permanente**», o que conduz a uma, também frequente, utilização dos vocábulos «educação» e «formação» como palavras sinónimas” (Canário, 1999:21).

Numa perspectiva de uma aprendizagem ao longo da vida encontramos, por um lado, a *“educação permanente”* que engloba todos os *“processos educativos”*, onde a *“educação formal, não formal e informal apresentam-se como complementares entre si, isto é, nenhuma por si só consegue responder às necessidades formativas dos indivíduos”*, pelo que, como refere a autora, *“cada um será educando e educador, não haverá fronteiras entre a educação formal e não formal, a educação inicial e a educação permanente”* (Cavaco, 2009, citando Gelpi, 1991, pp.71).

Por outro lado, a formação vista como *“processo de integração”* que *“engloba a autoformação, ecoformação e heteroformação, seguindo a terminologia usada por Gaston Pineau (1988)”*, onde a formação se assume como *“um processo vital que organiza a totalidade do ser, na sua aparência, na sua organização interna e no seu sistema relacional”* (Ibidem, citando Cottureau, 2001).

## Os Percursos No Sistema Prisional

Da análise documental, concluímos que existem progressos significativos ao nível da elevação das habilitações escolares e profissionais, uma vez que alguns dos reclusos iniciaram os seus percursos com processos de RVCC, tendo já concluído o 12º ano de escolaridade, e é igualmente visível a mobilidade entre os diferentes sistemas e modalidades de formação.



“Eu no EP de Custódias, (...) [concluí] o 5º e o 6º ano, (...) quando entrei num curso de Informática, [depois] vim para este EP, (...) [participei no processo de] RVCC fiz 7º, 8º e 9º anos. [Depois] no curso [de Jardinagem], completei o curso (...) Para [obter] o 12º ano (...) que começou em 2011” (R).

Outros desenvolvem percursos igualmente ascendentes em diferentes áreas de formação com componente tecnológica, pelo que nos parece que se experimentam diferentes profissões na procura de... um futuro, talvez. Vejamos o exemplo de um recluso que já participou em acções formativas de três áreas diferentes, 543 - Marcenaria, 522 - Electricista de Instalações e 622 - Jardinagem:

“(...) **fiz aqui dois cursos, com este que acabei (...) foi o terceiro que me deu equivalência ao 12º ano.** [O] Primeiro (...) foi em 2008 (...) [em] **Marcenaria** pelo CPJ, (...) [depois] fui trabalhar para a Marcenaria [dentro do EP]. (...) fui chamado para [o curso de] **Electricista** [de Instalações – EFA B2]. (...) Depois (...) fui para a Escola, (...) fui chamado para vir para este curso [de] **Jardinagem** com equivalência ao 12º ano) (I).

Em suma, a oferta de dupla certificação é uma opção real dentro do contexto e está presente no percurso de todos os entrevistados que fazem a opção de sair do ensino regular para poderem, ao mesmo tempo, adquirir novas competências em áreas profissionais. Neste caso, e como refere Cunha, (2008:89), verifica-se que a instituição prisional facilita acesso à educação e formação, “*que não tinham no meio livre*”, o que por sua vez pode gerar “*nos reclusos, uma situação de maior dependência institucional passível de acentuar, aos olhos destes, a adversidade da realidade no pós-reclusão*” (cit. Simões Gonçalves, 2000). Esta é uma “*leitura*” possível deste fenómeno, mas outra igualmente possível tenderá a admitir que o sujeito recluso tem a possibilidade de no seio de um grupo de pares, onde o estigma de ex-recluso não o incomoda, conseguir, talvez por isso, realizar progressos nos níveis de certificação/qualificação escolares e profissionais que não seriam tão facilitados necessariamente no meio livre.

### **As escolhas e as opções:**

A este nível de análise, pensamos que as “*escolhas*” se circunscrevem às opções que o “*sistema*” disponibiliza - mas como é que neste contexto de reclusão os indivíduos efectuem as suas opções? Sabemos, por um lado, que o ensino regular é uma presença constante e está disponível dentro das áreas que já enumerámos anteriormente, a formação profissional e a formação de dupla certificação vai ocorrendo, conforme já verificámos pela análise do resumo do quadro 1. Assim sendo, o sujeito tem que optar pelo leque de opções educativas/formativas presentes num dado momento.

“Estava no secundário... nós, eu e o (R) (...), por acaso calhámos na mesma turma, (...) do secundário e estávamos na aula, (...) quando nos inscrevemos no curso, por vontade própria, mútua! [...] **No meu caso, (...) se é para falar especificamente (...) em termos de escolaridade, [fomos] tirar a mesma, que era o 12º, [e] segundo, tínhamos mais uma profissão que podíamos aprender, e tínhamos gosto**, se nos inscrevemos é porque tínhamos gosto (...)” (N).

Existe porém, dos testemunhos, um dado importante e que remete para o papel desempenhado pelo TSR, como agente de mudança, por força do acompanhamento que realiza de cada um dos reclusos, alertando e apontando caminhos alternativos ao ensino “*regular*” que a escola oferece,

“**Foi a Dr.<sup>a</sup> (L) que também veio cá e ela disse...** “Ó senhor (...), você, como é uma pessoa assídua na escola e tudo... **você não quer entrar no curso?** É o Curso de Pastelaria, é bom para você, para o futuro. Nunca se sabe”. É assim...” (MJ).

Aqui, entendemos a Escola como “*triagem*” e como instância de “*orientação*” para a Formação Profissional de dupla certificação, mas, esta função de TSR é igualmente preponderante na definição das orientações para a mudança, onde as perspectivas de futuro são sinalizadas nos discursos dos entrevistados, destacando como muito positivo o desenvolvimento de uma nova profissão, associada à curiosidade de aprenderem coisas novas.

“Este curso foi uma escolha minha, primeiro porque queria fazer o 9º ano e queria aprender qualquer coisa diferente. Isto é, se houvesse outros cursos, como por exemplo ligados à mecânica, serralharia ou torneiro mecânico, eu preferia, na altura não havia, era o que havia... e também eu vou aprender coisas novas” (AS).

Em termos gerais, destacam-se a elevação dos níveis de escolaridade dos sujeitos entrevistados, onde se confirmam progressões ao longo do tempo, com trajetos que passam pelo Ensino Recorrente, pelas medidas da Iniciativa Novas Oportunidades, tais como os processos de RVCC, os Cursos EFA, assim como pela FP.

Em síntese: três dos ex-formandos que entraram, um com a quarta classe, outro com o sexto ano e ainda um com o sétimo ano, já concluíram o 12º ano, sendo que um inicia o seu trajeto académico com um RVCC para obter o 9º ano. Dos restantes formandos, um realizou também um RVCC para obter o 6º ano e dois estão ainda em cursos de formação que lhes poderão dar equivalência ao 9ºano de escolaridade.

“Eu (...) não estava a frequentar a escola. [...] Estava inscrito na escola. [...] **Mas como na escola eu ia tirar o 9º ano e o curso também dava equivalência ao 9º ano e dá, [sendo que] neste caso [também] dá um certificado de jardinagem...**” (RU).

Esta opção pela dupla certificação (escolar e profissional) é uma realidade presente em todos os entrevistados, onde destacamos os cursos profissionais em áreas como a Informática, Marcenaria, Eletricista de Instalações, Jardinagem, Calceteiro e Padaria e Panificação. Devemos salientar que estes cursos podem validar saídas (profissionais) de níveis diferentes (nível II ou nível IV), dependendo do perfil de cada um dos referenciais de formação.

Podemos afirmar que tendencialmente estes nossos entrevistados procuram participar em projetos educativos/formativos que tenham alguma componente *prática* como refere um dos entrevistados.

“Bom, como é a segunda vez que estou detido, na primeira vez entrei com o 7º ano, mas fiz um curso de Informática pelo Centro Protocolar de Justiça (CPJ), fiz outro curso de Calceteiro pela CPJ, e conclui o 9º ano pela PROSÁLIS num curso de Instalações de Eletricidade. [Isto] na primeira reclusão. [...] Nesta segunda reclusão inseri[-me] (...) na (...) Escola para fazer o 12º ano, mas quando ocorreu a oportunidade de vir para o curso, como era também de dois anos e havia formação (...) prática (...) para aprender a Jardinagem, fiz o 12º no curso de Jardinagem” (N).

### **A experiência de participar na formação: a relação pedagógica na adaptação à formação no contexto**

Muito embora todos os entrevistados tenham participado ou estejam a participar em processos formativos, os níveis de participação não são lineares, dado que três dos nossos entrevistados não referem grandes experiências formativas anteriores à reclusão, revelando, como já fomos referindo, o abandono precoce sistemático dos sistemas de ensino formais.

No que respeita à relação pedagógica no processo de formação, e partindo do que é realçado pelos entrevistados, não foram apresentadas dificuldades de relacionamento com os formadores, saindo reforçados alguns profissionais pelo seu trabalho na formação, onde se percebe que é valorizada a relação de proximidade, pela cumplicidade e pelo respeito que mencionam nos seus exemplos, bem como também são fortemente destacadas e valorizadas ao longo das entrevistas a atenção e a entajuda.

“Para mim (...) foi sempre (...) de [bom] nível, sempre aquela **cumplicidade entre os formandos e [o]s formador[es]**... e acho que é só, foi sempre, foi positivo, (...) [tanto] que todos os meses havia umas avaliações, e normalmente, acho que falo por todos, em todos os meses tivemos sempre avaliações positivas” (R).

“Os professores são excelentes pessoas. (...) Não tenho razões de queixa, atenciosos, vão ajudando” (AS).

Dado que os entrevistados estiveram algum tempo afastados de qualquer tipo de ensino e formação, procurou-se saber como ocorreu a sua adaptação às modalidades de formação, respondendo na sua maioria que essa adaptação não foi problemática, contrapondo com algumas dificuldades sentidas em torno das áreas curriculares do Ensino Regular, associadas às já longas ausências do sistema de ensino e formação. No entanto, é vincado pelos testemunhos o apoio dado pelas equipas formativas em cada momento.

“Prontos, no meu caso foi uma mais-valia, para mim, [para o] futuro! Que a gente, derivado desta situação que estamos a viver [a reclusão]... [...] **Foi bom, complet[ei] o curso de dois anos sem uma falta! [...] No meu caso, como deixei (...) quando era novo, deixei a quarta classe, não é? Senti umas dificuldades a[o] nível (...) d[a] matemática, senti umas dificuldades, mas tive um bom desenvolvimento. Tive mais dificuldades (...) no inglês, na minha altura, na primária, não se aprendia o inglês ainda, não é? Infelizmente. Pronto, [quanto à] escrita e leitura sempre fui muito bom, tudo muito positivo” (R).**

“Eu, que foi um curso longo com princípio, meio e fim... é assim, [...] tivemos áreas no princípio, começamos na teórica, começamos com as aulas, tínhamos segundas, quartas e quintas, [...] terças e sextas era as práticas. **Souberam gerir bem, parte prática e parte teórica, e tivemos bons professores, tivemos pessoas que nos acompanharam muito bem e tentaram em cada, em cada elemento do curso souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira** (N).

“ [a] matemática foi mais (...) complicada! – A escrita, tenho boa escrita e ler também leio! Ora a matemática, é que para mim, é mais um bocado complicado, mas vou-me safando! [...] **Houve apoio!**” (I).

São, ainda, expostas as dificuldade de adaptação e de desenvolvimento como consequências da idade que já têm, referindo-se às aprendizagens como algo que se “*vai engolindo*”,

“Uma pessoa, tenta aprender [mais] um bocadinho... **já não é aquela coisa como era quando uma pessoa era mais jovem, não é?** Mas tenta-se aprender mais um bocadinho. **Engolir mais um bocadinho**” (MJ).

Outros referem que as dificuldades de aprendizagem conseguem-se ultrapassar pelos contributos dos hábitos adquiridos pelo trabalho;

“Já não é aquele cérebro de primária. [os professores] (...) ajudam, são simpáticos, ajudam. [onde voltar a estudar é conseguido, porque] (...) **para quem vem de lá de fora habituado a trabalhar (...) Não há grandes graus de dificuldade**” (RU).

Para outros, os problemas de adaptação iniciais aparecem pelas dificuldades de convivência com colegas do mesmo grupo de formandos, referindo que:

“Não foi fácil, porque estive muitos anos sem [voltar à] escola, **depois as turmas também não são fáceis, não é? Porque há sempre um ou outro [colega] que não agrada**,... como tudo na vida. [...] E no início não foi fácil, agora leva-se bem” (AS).

## As modalidades de formação e educação em parceria

Como já referimos, no atual contexto formativo implementado no EPPF, existe no terreno a partilha de funções nos cursos de formação. Neste sentido, a formação sociocultural e científica é assegurada pelo pólo da Escola Secundária de Paços de Ferreira (ESPF) (implementada dentro do EP) e a formação tecnológica é da responsabilidade do Centro Protocolar de Justiça (CPJ), que recruta os formadores das áreas específicas.

Quando questionados sobre esta modalidade em “*parceria*”, os indivíduos respondem positivamente, sublinhando que, na opinião deles, está ajustada às suas necessidades

“(…) foi um curso longo com princípio, meio e fim... é assim, nós tivemos, como está a se referir, tivemos áreas no princípio, começamos na teórica, começamos com as aulas, tínhamos segundas, quartas e quintas, não era? Era as teóricas... terças e sextas era as práticas. **Souberam gerir bem, parte prática e parte teórica, e tivemos bons professores, tivemos pessoas que nos acompanharam muito bem e tentaram em cada, em cada elemento do curso souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira**” (N).

“E para finalizar, somos uma equipa como sempre fomos, que estava bem exposto, já falando da parte prática, estava exposto de fazer um jardim, fizemos dois... como todas as áreas, **tanto a nível prático como teóricas, foi muito ajustado...**” (R).

Não está claro nos discursos o que mais valorizam, no entanto reforçam o profissionalismo e o acompanhamento face às características pessoais de cada um, dizendo que “*souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira*”. Salientam também o espírito de equipa e o respeito uns pelos outros.

## A Participação na formação: que motivações, motivos e sentidos?

Esta questão emerge num dos momentos finais de uma das entrevistas, e que girou em torno da motivação, revelando que alguns reclusos inscrevem-se na escola e só lá estão para criar problemas, outros sabendo que podem obter um diploma que lhes pode dar regalias estão nos cursos só com esse objetivo...Defendem que deveria ser “*obrigatório*” estar ocupado e a pensar na sua integração.

“E depois há outros que vão para a escola e também não [querem] aprender. **Só vão para ali para destabilizar o curso...**” (MJ).

“Qual é o meu objetivo no curso? É sair com um certificado quando for embora, que é quando chegar a altura de eu ter as minhas regalias, a minha [saída] precária ou sair o mais cedo possível daqui, a meio da pena, por exemplo, levar as coisas que tinha [conseguido realizar] para quando chegar a altura [sair] o mais cedo possível. [...] [Trabalhar para] Ter tudo certinho” (RU).

“Ter tudo. [e] **Dizer que este tempo e o que fizemos] não foi uma perda de tempo**” (MJ).

“Eu acho que [os reclusos] devia[m] ser mais... não é pressionado[s],... devia[m] ser mais integrado[s] aqui dentro [do Estabelecimento Prisional] n[esta] “sociedade”, deviam-nos quase [que] como obrigar a fazer qualquer coisa. Estar integrados, ter objetivos” (RU).

Existe, ainda, a sensação que a idade começa a ser um problema para arranjar trabalho, sendo que, segundo os testemunhos, o “*mundo do crime*” surge como sendo a única saída possível...

“Imaginemos, **imaginemos, que eu não tinha 48 anos... que eu não tivesse apoios**. Tanto de familiares, como de irmãos, se eu não tivesse apoios nenhuns. Saía daqui, o que é que eu ia ser? **O que é que eu ia fazer lá fora?** Por exemplo, **com 48 anos já não se arranja trabalho...** [...] Ia para o mundo do crime. Ia para voltar para um mundo que nunca foi o meu mundo! O meu mundo foi sempre o mundo do trabalho. **Agora, com 48 anos uma pessoa tinha que ir para o mundo do crime**” (MJ).

Este testemunho não deixa de ter fundamento, dado que a conjugação de alguns fatores, como a idade, a precariedade dos currículos pessoais, o estigma da prisão... conjugados com uma estrutura familiar, muitas vezes pouco estruturada ou até inexistente, conduzem estes homens para o regresso a percursos considerados marginais.

### **As medidas de flexibilização da pena**

Os princípios orientadores da execução das penas, da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, no artigo 3.º, dos Princípios gerais da execução e direitos e deveres do recluso, referem na alínea 6

**“A execução promove o sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas”.**

Sendo que daqui se percebe o envolvimento e investimento que cada um deve emprestar à sua permanência no EP. Gonçalves (2000:286), quando nos explica algumas das formas de adaptação à prisão, refere que os indivíduos tendencialmente assumem diferentes posicionamentos: há os que assumem a posição do “*cadastrolas*” (buscam posições de influência e “trabalham na rede informal da prisão”), os que tentam “*passar despercebidos*” (evitam problemas, criam amizades), e os reclusos que “*pensam utilizar a prisão como meio de reabilitação*” (usam este *internamento forçado* para proceder a mudanças “*radicais*” nas suas vidas). É aqui que encontramos estes nossos reclusos, que procuram a via da formação, consagrada pela Lei, para que num sentido de responsabilidade participem na execução da sua pena.

Ainda na mesma Lei n.º 115/2009, o artigo 21.º, Plano individual de readaptação, assinala-se na alínea 3 que

**“O plano individual de readaptação visa a preparação para a liberdade**, estabelecendo as medidas e actividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, actividades socioculturais e contactos com o exterior”.

Ou seja, este Plano Individual de Readaptação (PIR) pede que o recluso, pensando na sua liberdade, invista, entre outras actividades, na sua formação, procurando valorizar o seu currículo.

Para terminar, na mesma Lei n.º 115/2009, o artigo 40.º, sobre a Formação profissional, vem na alínea 5 explicar que *“O aproveitamento, a assiduidade e o comportamento nas acções de formação e de aperfeiçoamento profissionais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena”*. Por conseguinte, participar nos projetos formativos é visto como uma franca possibilidade de flexibilização da pena.

Dos discursos analisados existem duas derivações do que os reclusos entendem sobre as possibilidades de flexibilização da pena que estão a cumprir. Por um lado, a que é mais objetiva, diz respeito à oportunidade de trabalharem em áreas mais preservadas dentro do EP e até mesmo trabalhar no exterior:

**“(…) Através do curso deu-nos a possibilidade de trabalhar no interior do EP.** Neste caso estamos (...) [do] que fizemos no curso, (...) ficamos responsáveis pelos jardins que compusemos, eu o (I) e o (R). (...) E **tivemos colegas que através do curso foram trabalhar para o exterior**” (N).

**“(…) faço [minhas] as palavra do meu colega, tivemos a oportunidade de ficar no interior da cadeia, prontos... [regime aberto para o interior (RAI)]<sup>42</sup> Exatamente! É assim que se chama. [E] não é fácil!... Para quem não tem precárias<sup>43</sup> não é fácil! Mas como nós (...) completamos o curso com êxito, recebemos um louvor! (...) [recebemos] um voto de confiança da senhora diretora, e ficamos aqui no jardim, [que] temos ali [fora]” (R).**

**“Eu falo pela minha experiência, já são quatro cursos que [faço] através dos estabelecimentos [prisoniais], [e] através dos cursos dá-nos sempre mais “liberdade”, mais confiança através do EP para dar mais trabalho, mais (...) “espaço” de cumprimento de pena, e... [...] os dias passam melhor, não estamos inseridos sempre dentro de um pavilhão, que dentro de um pavilhão, claro que**

---

<sup>42</sup> Está definido pela Lei 40/2010 de 3 de Setembro, artigo 14º, alínea 6 – “a colocação do recluso em regime aberto no interior [RAI] e a sua cessação são da competência do diretor do Estabelecimento Prisional”. Ainda, segundo o TSR esta situação permite ao recluso ter uma ocupação no estabelecimento, submetido, porém, a uma vigilância descontinuada.

<sup>43</sup> Segundo o TSR, existem dois tipos de Saídas Precárias: A **Saídas Precárias Prolongadas** (SPP) que podem ser atribuídas a reclusos que tenham cumprido 6 meses ou um quarto de pena, podendo chegar ao máximo de 16 dias por ano, seguidos ou interpolados, sendo que são concedidas pelo Juiz do Tribunal de Execução de Penas; As **Saídas de Curta Duração** (SCD) que permite ao recluso a saída do estabelecimento por um período máximo de 48 horas, sendo da competência do Diretor do EP.

se isto é crime, naturalmente que dentro dos pavilhões haja sempre aquele ar pesado da criminalidade, [es]tamos cá é por isso, infelizmente! E faz-nos inserir na sociedade d[e] outra forma” (N).

Essa “*integração*” é vista pelos entrevistados como a obtenção de regalias que outros não têm, como é este exemplo do Regime Aberto no interior (RAI), que lhes permite estar diariamente “*fora*” do “*peso*” da reclusão que sentem quando regressam para as rotinas internas, próprias da cadeia. Sendo indiscutível que estar “*ocupado*”, seja na formação ou na escola, permite que o tempo passe melhor, afastando-os da centralidade dos pavilhões onde, como referem, existe “*sempre aquele ar pesado de criminalidade*”.

Por outro lado, entendemos que existem vantagens da participação nos projetos formativos e da relação destes com o sentido simbólico que atribuem às regalias que obtêm, assim como o sentido de reinserção que se retira dos seus testemunhos, por aquilo que representam no campo simbólico nas suas relações, uma vez que acabam por se sentirem mais valorizados pelos diferentes elementos que operam dentro do EP.

Ainda neste campo das possibilidades de flexibilização da pena surge a atribuição das saídas precárias, muitas vezes conseguidas pelo percurso pessoal que cada um realiza ao longo do tempo de permanência no EP, e que lhes podem ser suspensas quando não correspondem às imposições/obrigações que têm de cumprir para com a prisão.

“(…) [usufruí de] nove precárias (SPP)! E à nona precária (SPP) correu-me mal, (...) fiquei lá fora, ... atrasei-me e acabei por ficar sem [poder gozar de mais saídas] precárias (SPP), [o] que faz agora dois anos, (...) que estou... [sem precárias (SPP)]. (...) Meti agora uma precária (SPP)... a ver se...” (I).

Por conseguinte, a formação profissional é vista pelos sujeitos como “*trampolim*” para conseguir aceder a um regime aberto, seja para o interior (RAI) ou para o exterior (RAE)<sup>44</sup>, ou até para a realização de novas “*funções*” dentro do EP, como no caso dos três formandos que após a conclusão do Curso de Jardinagem ficaram com a responsabilidade de zelar pelos espaços ajardinados que construíram.

É, ainda, salientado por um formando que a formação que já trazia doutro EP, constituiu um fator que o ajudou na sua ocupação e integração no contexto do EPPF,

---

<sup>44</sup> A Lei 40/2010 de 3 de Setembro, artigo 14º, alínea 8 – “A colocação do recluso em regime aberto no exterior [RAE] e a sua cessação são da competência do director-geral dos Serviços Prisionais, sendo a decisão de colocação submetida a homologação prévia pelo tribunal de execução das penas, nos termos do artigo 172.º-A”. Segundo o TSR, este é um processo complexo, tem em conta imensos critérios a que cada recluso está sujeito para que se possa propor a ocupar um emprego fora do EP: - Deve em primeiro lugar ter cumprido, pelo menos, metade da pena com a perspectiva que esteja próxima a apreciação da liberdade condicional. Em segundo lugar, são avaliados pelo comportamento e ainda se a opção profissional proposta é adequada à inserção social do indivíduo.



revelando, pelo nosso entendimento, que percebeu as vantagens de prosseguir um percurso ativo e responsável de execução de pena.

“(…) quando eu vim para aqui, vinha já referenciado, estive treze meses na PJ do Porto, ajudava na faxina, ajudava naquilo que eles necessitavam, na mudança de lâmpadas desapertar torneiras, e etc. Por isso já vim referenciado para aqui, tanto é que eu tinha de estar aqui um mês,... um mês para ser, para ver qual é o meu comportamento com quem andava, para e só depois é que podia arranjar trabalho ou uma ocupação. E eu não precisei desse tempo, antes de um mês eu arranjei logo trabalho... As pessoas respeitam-me e até agora...” (AS).

Por isso, dizem que estar num curso de formação dá-lhes a possibilidade de “*estar aberto*” e proporciona-lhes o convívio com outros colegas, formadores e demais elementos do EP.

“(…) neste curso específico que tiramos de jardinagem, tenho que louvar muito [os formadores], tenho que louvar muito a coordenadora a Dr<sup>a</sup> (V), [os formadores] (P) e (H), tenho que louvar também, neste caso a parte da chefia e diretoria [do EPPF], porque deram-nos também a vantagem de poder usufruir do curso na parte interior do EP. Tivemos acesso a fazer um novo jardim, a fazer novas experiências, e tiveram sempre prontos da parte da diretoria e chefia, (...) acessíveis aos pedidos [dos formadores]... [por exemplo] a saída de reclusos, no meu caso tinha uma pena de 24 anos de prisão é uma pena longa, mas... fizeram um esforço, começamos com guardas [a vigiar-nos], fizeram o esforço de deslocar guardas para nos acompanhar, e [posteriormente] até [re]tiraram os guardas, era só com [o formador], tanto como [o] (P) [ou o] (H). Penso que, (...) foi mesmo um êxito, porque (...) o curso acabou e ainda nos louvam o [trabalho realizado pelo] nosso curso! Ainda louvam a equipa [formandos e formadores](...) (N)

Deste extrato da entrevista é visível a adaptação dos diferentes protagonistas no processo (corpo de segurança, formadores e reclusos), pois procuram ajustar a segurança em cada momento do curso o que, no nosso entendimento, facilita a aprendizagem criando um ambiente mais apropriado aos diferentes formadores que se deslocam para trabalhar num contexto como este, o da reclusão.

### **A importância da bolsa de formação**

A participação nos cursos de formação prevê a atribuição de uma bolsa<sup>45</sup> de formação paga de acordo com a frequência e assiduidade registada para cada um dos formandos. Receber esta remuneração revelou-se como sendo um fator decisivo para alguns dos entrevistados, permitindo uma maior independência financeira, não sobrecarregando a família e, em alguns casos, aparece como o único meio a que têm acesso no contexto prisional para conseguirem uma retribuição material.

---

<sup>45</sup> Anexo 8 - Lei n.º 115/2009 de 12 Outubro, pelo Artigo 40.º - Formação profissional, vem com a alínea 5 “— O aproveitamento, a assiduidade e o comportamento nas acções de formação e de aperfeiçoamento profissionais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena”.

**“(…) e também era a remuneração, porque a remuneração dentro do EP é sempre uma ajuda para nós e para não [es]tarmos dependentes também da família” (N).**

**“Claro, exatamente... eu aqui faço minhas [as] palavras as do (N) (...) ter alguma independência financeira (...) Ajuda sempre um bocadinho...” (R).**

Ainda assim alguns formandos mencionam o valor da bolsa como sendo insignificante, explicando que nunca conseguem receber a totalidade da bolsa, uma vez que não conseguem perceber porque é que o máximo que recebem sem faltas é inferior ao estipulado, e que depois o EP guarda 20% desse valor na reserva individual de cada um dos reclusos.

**“Mas é uma bolsa insignificante! Porque isso são €60 de bolsa, que isso não é absolutamente nada! Não sei como é que... no curso anterior, que é o caso do meu... um curso que foi tirado anteriormente havia uma bolsa de €120 e é reduzida para €60, precisamente para metade. [...] Que, aliás, nunca dá os €60! É uma bolsa de €60 mas nunca dá os €60. Eu não tenho uma única falta. E já frequento o curso há sete meses... não tenho uma única falta e nunca tirei mais de €45. Não sei como é que isso se justifica” (RU).**

Outros referem, ainda, que a bolsa de formação, poderia ser mais elevada convidando assim para o processo formativo mais público e que também reforçaria o valor simbólico que lhe atribuem.

**“Eu tenho apoios lá de fora, graças a Deus... e até bastantes, mas acho que devia ser mais reconhecido em termos de bolsa que se calhar até criava outras condições e dava outras... Outro apreço”. [...]**  
**“Se fosse uma bolsa de €100 ou €120 euros era... até era um incentivo para eles, para quem anda nos cursos” (RU).**

**“Não chega para nada”. [...] “É, [se fosse mais alta] chamava mais as pessoas. Porque senão as pessoas não fazem nada” (MJ).**

## **O significado do trabalho/actividade ocupacional<sup>46</sup> no contexto prisional**

Já aqui falámos de algumas vantagens reais que resultam da frequência de processos educativos/formativos dentro do contexto prisional: o papel do trabalho na ocupação do tempo quotidiano, as medidas de flexibilização da pena, a bolsa de formação, a construção de currículo profissional tendo em vista a liberdade, entre outras coisas. No entanto existem ainda representações simbólicas, por exemplo no caso dos formandos que já concluíram a formação, sobre o trabalho “fora” dos pavilhões: que permite

---

<sup>46</sup> A Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro, capítulo II, artigos 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º (anexo 8), regula “Princípios gerais do trabalho”, garantindo enquadramento que visam pelo “trabalho criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma actividade laboral após a libertação”.

“socializar”, sentir que são reconhecidos pelo seu trabalho, permitindo, como relatam, que o “estar ali é um ar fresco de liberdade”.

**“Para nós, estar ali é um ar fresco de liberdade, porque a gente sente uma diferença enorme de lá de fora para aqui, [para a] “pista”...” (R).**

Pelos seus discursos, as diferenças são “*enormes*” entre estas duas dimensões (o “*lá dentro*” e o “*cá fora*”, sendo que ambos são no interior do EP) do contexto prisional, que reforçam com a possibilidade de “*socializar principalmente*” onde sublinham que, por força do seu trabalho, vêm “*reconhecido também um bocado do nosso valor...*”

**“(...) nós, se não “dermos” [participarmos] [n]um curso, se não fizermos nada, estamos... passamos a maior parte do tempo fechados. [...] E no curso não. No curso estamos sempre abertos. [...] E podemos conviver seja com quem for, entre colegas e professores e tudo. Convivemos ali, conversamos e passa-se o tempo melhor” (MJ).**

**“O curso tem muitas vantagens. O curso e a escola, mas neste caso estamos no curso, temos as vantagens mesmo [d]o relacionamento... (...) com os guardas, no relacionamento com os professores... temos muito mais liberdade aqui dentro do que se não estivéssemos num curso ou noutro [lugar]... [sentem-se muito mais reconhecidos por toda a gente] Sim, sim, sim, sim” (MJ).**

Quando são questionados se percebem que são mais reconhecidos pelos diferentes intervenientes no EP, afirmam com toda a convicção: “*Muito, mas muito*” (RU).

No entanto, a formação é vista como um trabalho, “*apadrinha*” a manutenção de uma atividade que lhes pode permitir uma “*liberdade*” possível no quadro de reclusão em que vivem.

O trabalho é enquadrado como exercício de cidadania e o facto de não o ter produz exclusão pelo trabalho, uma vez que somos, nas sociedades modernas, ainda muito identificados pela profissão que desempenhamos.

O trabalho como o conhecemos hoje é diferente do trabalho de “*há três décadas atrás, [deixamos a] ocupação tipificada (...) para ser, desejavelmente, detentor de um conjunto de competências transferíveis em que a própria competência é a competência de continuamente adquirir novas competências – trainability*” (Stoer, Magalhães & Rodrigues, 2004).

### **Trabalhar em grupo e para o grupo:**

Para os formandos que já concluíram os cursos, as representações são mais objetivas, reconhecem as dificuldades do trabalho em equipa, sem que no entanto deixem

de acentuar os contributos das aprendizagens recebidas ao longo curso de formação, pelas experiências que viveram no trabalho e dos ensinamentos dos formadores. Sublinham os seus esforços de negociação, fundamentais ao trabalho em grupo em torno de objetivos comuns, onde apresentam a capacidade de respeito pelas opiniões, negociando e distribuindo funções entre eles.

“(…) Mutuamente! Negoceia-se a ideia, o (N) dá a ideia dele, o (I) dá a ideia dele, e chegamos a uma conclusão... [...] **E foi assim que [os formadores] (...) nos ensinaram a estar, a saber trabalhar em grupo.**” [...] **É assim, (...) este curso, foi muito bom em termos de novas visões de amanhã, (...) visões de amizade, saber respeitar, [nós já] não somos crianças, (...) estamos sempre a aprender (...)**” (N).

**“Respeitamo-nos.” [...] Nós aprendemos no início, e estamos um grupo, acho que trabalhamos bem. [...] Até [os formadores] ficavam surpreendid[os], porque (...) chegavam lá, [e] já não precisavam de dizer nada, porque o serviço que a gente tinha que fazer, nós próprios sabíamos o que tínhamos que fazer”** (R).

“E trabalhar em grupo não é fácil! Eu fui jogador da equipa do Futebol Club e sei o que é trabalhar, saber ordenar um grupo... [ter] Um objetivo comum, e **nós tivemos um objetivo que foi fazer um jardim em comum, que soubemos...** [o formador] (P) e o (H), souberam sempre dar um apoio a dizer assim...*«eu não preciso de dizer nada, vocês são um grupo, vocês têm que ser, vocês sabem que o vosso trabalho é este, nós temos que concluir isto com êxito até esta data, por isso vamos concluir até ao fim»*. E cada um sabia o seu lugar, eu vou ali, eu faço isto, eu faço aquilo... Quando [o formador] ia a ver, cada um estava a fazer o seu trabalho...” (N).

“Por isso até é que tiramos um louvor...” (I)

Este testemunho foi marcado pela forma entusiástica como explicavam o percurso; arriscamos mesmo afirmar que encontraram um certo nível de realização pessoal pelo orgulho (visível nos seus rostos) do e no trabalho que ainda desenvolvem com os jardins, assim como pelo louvor que dizem que receberam por parte do EPPF.

### **Significado/importância atribuída à qualificação e certificação profissional para o futuro**

Não querendo repetir do regulamento geral dos serviços prisionais os diferentes artigos que regulam o investimento (aconselhado) na formação, ela é vista pelos sujeitos de duas formas distintas. Dota-os de fortes potencialidades para a obtenção de um emprego, que lhes possa permitir uma melhor reinserção social, seja como trabalhadores por conta de outrem ou mesmo por conta própria. Já no que respeita a dimensão pessoal, é mencionada a realização pessoal e os projetos de futuro onde acentuam a articulação entre a aquisição de competências que lhes permitam encontrar uma nova profissão, com o desejo de *“construir uma vida”*.

Alguns destes relatos apontam para o facto de que, após a libertação, podem existir nichos no mundo do trabalho onde vislumbram a possibilidade de se conseguirem inserir, procurando a reinserção.

**“Eu acho que sim, em termos de... [para a ] liberdade, pelo menos o curso de jardinagem, este curso que acabei... [...] penso que posso ter sorte, na minha zona também há muitos jardins, que pertencem à câmara municipal... posso ter sorte...” (I).**

**“Valeu a pena! É mais uma opção, para a nossa futura reinserção social, se tivermos uma vaga num serviço de jardinagem, como sabemos e como gostamos, [o] que se nota nos três, que nós, por acaso gostamos daquilo que aprendemos e que neste momento fazemos, [o curso] é uma grande oportunidade para uma pessoa se[conseguir] inserir na sociedade com êxito!” (N).**

Por conseguinte, este desenvolvimento de novas competências é também visto como positivo dado que reconhecem que a formação profissional é fator importante no seu desenvolvimento social e pessoal.

**“(...) a formação é importante, tanto é importante que eu lá fora sempre tentei andar a fazer formação, [dado] que sem ela não vamos a lado nenhum!” (AS).**

**“Relativamente ao curso que eu estou a [frequentar] ...quando [me] foi proposto eu achei muito interessante. Eu sempre gostei muito [...] do ambiente natural da natureza. E o curso de jardinagem acho que vai ser...uma boa proposta para quando eu sair...tenho ideias de...trabalhar por conta própria... [...] Fazer disso a minha profissão” (RU).**

São ainda estabelecidas relações entre a qualificação e a certificação profissional e o seu sucesso individual, destacando a preparação que adquirem, as *“mais-valias que podem abrir mais possibilidades no mercado de trabalho”*, ou até, como refere um dos entrevistados ao *“objetivo de se estabelecer por conta própria”*, projetando assim no futuro em liberdade as consequências da formação que recebem.

**“É sempre bom, termos mais-valias, pois quanto mais valias [possuirmos], mais possibilidades teremos no mercado de trabalho. – Não sei... tenho uma (...) boa arte [padeiro] que... mas nunca se sabe no futuro” (AS).**

**“(...) eu sempre fui uma pessoa que, (...) me ensinaram a estar sempre pronta a aprender, (...) e é claro que quando me informaram que havia o curso de Jardinagem, eu disse... é mais um hobby, é mais um[a] [arte] que uma pessoa aprende para futuro! No dia de amanhã [pode ser útil]” (N).**

Estas representações da formação são visíveis nos discursos já analisados, onde no caso dos formandos que concluíram o curso de Jardinagem, existiu a possibilidade de sozinhos continuarem com o projeto como sinal de sucesso, só possível pelo trabalho que realizaram, percebendo-se que a formação tem sentido no presente e no futuro destes homens.

“(…) Mas como nós estivemos, [finalizamos] o curso com êxito, recebemos um louvor! Prontos... [foi nos dado] um voto de confiança [pela] senhora diretora, e ficamos aqui [a trabalhar] no jardim, [que] temos ali [fora]!” (R).

Os que ainda se encontram no processo formativo mostram fortes expectativas face ao volume de horas a serem ministradas, sublinhando que têm que aprender muita coisa,

“(…) quando eu me inscrevi no curso uma das coisas que eu fiz aqui na apresentação foi precisamente esse. O objetivo de tirar o curso era estabelecer-me por conta própria. [...] É um curso extenso. São 1900 horas... tem que se aprender muita coisa” (RU).

## O acompanhamento técnico e educativo no quotidiano

Pelos discursos recolhidos, pensamos que está presente, neste caso, uma humanização das relações entre os diferentes intervenientes, seja pela equipa e professores da ESPF, seja pelos formadores do CPJ, pelos TSR e até mesmo pelo corpo de segurança interno do EP. Alguns reclusos relatam que já são reconhecidos pelo nome e não pelo “*número*”, muito por força do trabalho e da conduta que têm optado por seguir, aparecendo o exemplo do cumprimento de um castigo interno, aplicado a um dos entrevistados, e que aconteceu fora do horário da formação, evitando as faltas e consequentes perdas de aprendizagem.

“Eu, no meu caso, com os anos de cadeia que tenho para cumprir, no meu caso, para já, não tenho razões de queixa, acho que estou a ser muito bem acompanhado, eu da minha parte falo. Falo que neste momento, com os anos que tenho de reclusão aqui no EP, as doutoras têm feito, têm estado atentas ao meu percurso, tanto é que já falei do caso que tive dum problema interno, deixaram-me concluir o curso, é porque estão atentos, não ao (XXX) que é o meu número, mas ao (N), por isso acho que estão atentos e espero que estejam atentos a[os] [meus] colegas (...) espero que aqui, o meu colega (R), que já o merece ir a casa” (N).

Deste testemunho sobressaem, por um lado, os valores de solidariedade para com os colegas, apoiando-se uns aos outros em momentos mais difíceis, assim como a partilha de preocupações de âmbito mais pessoal.

“E é isto, com o curso dele o apoio, nós, **eu posso estar em baixo hoje, que os meus colegas metem-me em cima, amanhã são eles a pôr-me em cima, e nós damos força uns aos outros**” (N).

“Tem de ser assim” (I).

Por outro lado, aborda uma questão que de alguma forma sempre nos “*incomodou*” da relação (tratamento) do sistema com o indivíduo recluso. Cunha (2008:101-103), aborda o tema dizendo que existe a

“Necessidade de tornar coerente o princípio de normalização da vida na prisão quer através da linguagem não-verbal, quer através da linguagem verbal utilizada nas dinâmicas de um estabelecimento

prisional (Resende, 2006). A linguagem verbal usada pelo *staff* prisional e a população reclusa (Resende, 2006; Cunha, 2002), se utilizada de forma enviesada, é um dos aspectos que pode adulterar a identidade social do recluso, dado o seu *papel de recluso* poder ser sobrevalorizado em detrimento de todos os outros papeis”.

Se recuperarmos Goffman, (1987) e o seu conceito da “*mutação do eu*”, que já referimos anteriormente, percebemos que se refere à perda de posse do nome próprio ou de família em favor de um número, sendo que, na perspectiva de Cunha, (2008:102-103) “*a não interpelação pelo nome (...) negadas de forma contínua e regular, contraria (...) o princípio de normalização da vida na prisão*”. Ainda nos é apresentado o exemplo da Bélgica onde este tipo de tratamento é classificado como “*impensável*”, citando Resende (2006), sendo ainda “*contraproducente tratar uma pessoa por um número num contexto que se pretende reabilitativo e ressocializador*”, verificando-se ainda que “*é muitas vezes um acto arbitrário*”, uma vez que, citando Resende (2006),

“pode constatar-se que os serviços de vigilância tendem para o tratamento por nome próprio no caso da população prisional feminina, ao passo que na grande maioria dos estabelecimentos prisionais masculinos esse tratamento se faz pelo número, vincando-se assim, inclusive, desigualdades de género” (*Ibidem*).

Concordamos que o tratamento pelo nome devolve e restabelece a humanização dos serviços, não se reconhecendo por isso que o tratamento pelo número seja por si só factor de maior disciplina por parte dos reclusos (*Ibidem*).

Muito embora se reconheçam vantagens do tratamento pelo nome, todos os atores no contexto prisional tendem a perpetuar a prática “*totalizadora*” de Goffman, (1987) que contraria os princípios “*de normalização na óptica da salvaguarda dos direitos humanos dos/as reclusos/as, os quais não deixam de ser cidadãos por se encontrarem privados de liberdade*” (*Ibidem*).

A nossa prática, enquanto coordenador, sempre se pautou pelo tratamento pelo nome, onde sempre nos preocupamos com esta dimensão do homem enquanto pleno de direito à sua identidade.

## **As percepções sobre os processos de reintegração pessoal e social após a reclusão**

### **Preparar a saída para a liberdade na perspectiva do recluso**

Pensar no futuro e no dia em que possam sair em liberdade é algo, como destacam, difícil de verbalizar e até de imaginar, pois ainda têm ainda muito tempo de pena a

cumprir, referindo antes que vão vivendo o dia-a-dia. Podemos afirmar que já se consciencializaram que o trajeto dentro do EP se realiza diariamente, “*construindo*” percursos de vida que lhes permitam alcançar o respeito que tanto valorizam, como sugere um dos entrevistados:

**“Vivo o dia-a-dia e tento fazer uma coisa que o Sr. professor disse, (...) tento demonstrar aquilo que sou, (...) e penso que os meus colegas devem pensar o mesmo. Nós temos que demonstrar aquilo que nós somos, não [são] uns erros que nós cometemos em liberdade que vão demonstrar aquilo que nós somos... porque o ser humano erra, todo[s] erra[m]... cada uma à sua maneira e eu, tento demonstrar quem é o (N), não o (XXX), [isto porque] nós aqui somos tratados pelo número. Mas com o passar dos anos, claro, lá está, há certos guardas que já não dizem «ó XXX!», já dizem «ó (N)!». Isso nota-se que as pessoas já começam a nos conhecer e já nos começam a respeitar” (N).**

Noutros discursos são visíveis as fracas expectativas do acompanhamento que o EP lhes possa oferecer, justificando-se com relatos de casos de colegas que aquando do dia de saída em liberdade saíram com o que entraram e, como não havia apoio no exterior, em pouco tempo voltaram a ser detidos:

**“Eu quando for lá para fora também não estou a contar com grandes ajudas aqui de dentro. Tenho que ser eu a trabalhar por mim mesmo. [...] Tenho de ser eu a trabalhar os meus currículos. (...) Eu conheço casos aí de pessoal que eu até me dava bem e foram embora e foram com o que tinham aqui. Porque eu sei que eles lá fora não tinham pais, não tinham irmãs, não tinham tios, não tinham casa, não tinham carro, não tinham filhos, nada. [...] Há reincidentes porquê? **Precisamente por causa disso. Vão com uma mão atrás e outra à frente. Portanto, acabou a pena deles, abriram-lhe a porta... “olha, vai-te embora!”... eles [sistema] é que se estão a importar se vai para casa ou se vai [para] debaixo da ponte. [...] Eles não criaram condições cá dentro**” (RU).**

“E daqui não se pode levar ajudas nenhuma. [...] Muitos deles estão aqui outra vez efetivamente. (...) Mais dia, menos dia estão aqui outra vez. [...] Porque isto é assim...” (MJ).

Verbalizam, ainda, a falta de condições que possam dotar as pessoas de instrumentos que lhes permitam retomar o controlo do rumo das suas vidas, demonstrando, pelos seus testemunhos, um quadro de grandes carências de estruturas e apoios fundamentais ao combate à reincidência no crime, marcado por um ciclo de entradas e saídas do sistema prisional.

**“É, eles aqui fazem-lhes uma avaliação. Enquanto nós não tivermos [saídas] precárias, [avaliam] se [existem] condições, se não [existirem] condições já não podem ir para precário porque não tem condições, não tem nada. Mas, chegando a altura de eles [poderem sair em liberdade] já têm condições, botam-nos ali fora da porta, «*agora segui, ide à vossa vida!*» Agora se sai uma pessoa daqui que não tenha apoios... (...) familiares, [que] não te[nham] nada... o que é que uma pessoa sozinha lá fora vai fazer à vida?” (MJ).**

“Nunca sai, então! [...] **Já ouvi muitos casos aí de gente que prefere estar aqui dentro do que ir lá [para] fora**” (RU).



“**Agora eles botam pessoas ali fora, e eles não saem [de junto] do portão.** Para onde é que eles vão? [...] Não têm apoios familiares não têm nada... Não há condições para [que possam sair em liberdade]...” (MJ).

“Não criam as condições... [...] **Porque há muitos reincidentes que conseguem...** vêm[-se]... tentados para criar essas condições cá dentro e, supostamente, eles chegavam lá fora e levavam uma vida normal. [Mas] Assim não. Assim... é impossível. Assim é impossível” (RU).

Em sentido contrário, assumem que muitos destes homens (reclusos) não querem fazer nada pela vida nem pelo seu futuro, mas reconhecem que é necessário desenvolver apoios para quem realmente esteja interessado em regressar à vida em liberdade com condições para sobreviverem autonomamente.

“**Eu é a primeira vez que estou preso,** mas o que eu vejo é que (...) não há preparação. **As pessoas aqui dentro vivem à... maneira delas.** Nós por acaso estamos num[a] [zona] de pessoal que está na escola, porque se interessa[m] ou querem aprender [para] depois [puderem] ter [regalias] (...) **E há muita gente que não quer [fazer mesmo] nada**” (RU).



## Capítulo V - Considerações finais

A participação em processos formativos está prevista pela Direção Regional dos Serviços Prisionais por decreto (conforme já referenciámos anteriormente), no entanto, como procurámos salientar ao longo do trabalho, a atribuição de sentidos para esta participação constrói-se na gestão da articulação entre as características do contexto prisional, a oferta institucional de processos formativos e os significados pessoal e interpessoalmente produzidos sobre estes processos para o presente no interior do EP e um futuro desejável de reintegração social. Neste sentido, interessa aqui sublinhar as ideias principais que decorrem da análise dos discursos dos diferentes intervenientes neste contexto: i) **o recluso**, por um lado motivado a participar porque recebe uma bolsa de formação, permitindo-lhe adquirir alguma autonomia financeira para as despesas diárias, e, por outro lado, olhando para a participação nos projetos formativos como instrumento de flexibilização da pena; ii) **o Estabelecimento Prisional** que por um lado, também, reconhece vantagens à distribuição das bolsas de formação, dado que minimiza algumas situações de carência e outros endividamentos a que muitas vezes os reclusos se sujeitam e, por outro lado encontrando na formação um processo de retirar o recluso da cela prisional, dar-lhe uma ocupação, funcionando a formação como “terapia” e até mesmo como importante contributo para a “paz dentro de muros”, e ainda também contribui para a avaliação de desempenho do recluso quando são levados a avaliação pelo conselho técnico no EP.

Quanto aos sentidos da formação profissional, percebe-se que para alguns reclusos estamos perante uma dimensão mais “curativa”, pois tende a resolver problemas do imediato, no aqui e no agora. E se é mais valorizada por uns, outros, classificam-na como “*hobby*”:

“É sempre bom, termos mais-valias, pois quanto mais valias [possuirmos], mais possibilidades teremos no mercado de trabalho. (...)” (AS).

“(...) e é claro que quando me informaram que havia o curso de Jardinagem, eu disse... **é mais um hobby, é mais um[a] [arte] que uma pessoa aprende para futuro! No dia de amanhã [pode ser útil]**” (N).

Contudo, a formação no dia-a-dia permite ao recluso aceder a um estatuto ativo, usufruindo de outras regalias na cadeia, possibilitando que o cumprimento da pena seja mais fácil.

“Eu falo pela minha experiência, já são quatro cursos que tiro através dos estabelecimentos, através dos cursos dá-nos sempre mais liberdade, mais confiança através do EP para dar mais trabalho, (...) mais espaço de cumprimento de pena. [...] Os dias passam melhor, não estamos inseridos sempre dentro de um pavilhão, que dentro de um pavilhão, claro que se isto é crime é naturalmente que dentro dos pavilhões haja sempre aquele ar pesado da criminalidade, ‘tamos cá é por isso infelizmente. E faz-nos inserir na sociedade doutra forma” (N).

As opções e a oferta formativa disponibilizada, segundo conversas informais, como já referimos anteriormente, obedece a um plano de formação solicitado pela tutela a cada EP (que sinaliza opções face às suas necessidades e potencialidades internas), posteriormente a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) determina as prioridades a implementar. De acordo com a análise documental e de outros dados recolhido, percebemos que existem áreas de formação mais sensíveis e que se repetem com maior frequência e que aqui destacámos: i) a área da indústria alimentar com os cursos de pastelaria, ii) a área das ciências informáticas com diversos cursos ligados às novas tecnologias, iii) a área dos materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros), com os cursos de marcenaria e derivados, iv) a área da metalurgia e metalomecânica, com os cursos de serralharia civil e mecânica. É nossa opinião que esta seleção de áreas e a sua consistência ao longo do tempo, está orientada para poder servir as necessidades de cada EP, seja porque é necessário fabricar pão para toda a população reclusa, ou mesmo qualificar mais indivíduos para se habilitarem a uma ocupação válida nas oficinas existentes.

Neste sentido, a Lei 115/2009 no artigo 40.º, sobre Formação Profissional, refere que se devem desenvolver “*ações de formação e aperfeiçoamento profissionais que, considerando as necessidades e aptidões do recluso, privilegiem a sua empregabilidade*” e que a sua organização está enquadrada com “*as políticas nacionais de educação e formação de adultos*”, tendo em conta as especificidade e recursos de cada EP. Contudo, pelo que podemos inferir, as necessidades e aptidões dos reclusos não estão numa linha prioritária da seleção, uma vez que outros valores se levantam dentro do EP.

De tudo isto emergem algumas questões... Que potencialidades e limites da formação no contexto prisional? A quem serve esta formação?

O potencial da formação numa ótica de pensar os seus efeitos para além da reclusão não foi objeto de estudo, uma vez que seria necessário trabalhar outras dimensões no terreno, selecionar ex-reclusos disponíveis a partilhar as suas histórias e experiências... Quem sabe se um dia...

Segundo a Lei n.º 115/2009:

**“artigo 5.º - Individualização da execução – ponto 2, o tratamento prisional consiste no conjunto de atividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação”.**

No entanto, não podemos deixar de sentir, após a análise dos processos formativos disponibilizados e dos significados que os reclusos lhes atribuem, que estamos perante um “dilema”... parece-nos que a formação ministrada no EP não tem ligações com o após reclusão, está concebida como instrumento “ortopédico”, individual, não estando a ser conseguida a desejada ligação entre o que se desenvolve como processo formativo no período de reclusão e os momentos após libertação. Do que conseguimos apurar, para os entrevistados a formação não se revela(ou) como alavanca suficiente da almejada (re)inserção social que se pretende, sendo mais evidente esta situação quando pensamos que alguns dos nossos entrevistados são reinicidentes...na formação, como na reclusão.

Lá “fora” fiz a quarta classe, depois tive alguma formação, como, fiz um curso de Soldadura de Mig, fiz um outro curso de Soldadura de Mag. [realizei estes cursos] no Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) em V.N.Gaia, e o de Soldadura de Mag fiz em Setúbal na Rinave. [...] Fiz também um curso de Técnico de Carroçarias no Cepra, na Maia e depois tive formação no nível da empresa onde trabalhava [...] numa empresa de marca, que é a (VVV) de Camiões com venda e reparação e fiz alguns cursos como Higiene e Segurança no Trabalho, Eletricidade, Mecânica” (AS)

Outro aspeto a que consideramos importante dar destaque prende-se com a possível “estigmatização” social que os próprios processos de formação desenvolvidos no interior do EP acarretam consigo. É que após a conclusão dos percursos formativos com sucesso, a consequente emissão dos certificados, previstos na Lei 115/2009 (capítulo I, artigo 38.º alínea 6) - onde se refere explicitamente que *“dos certificados de habilitações ou diplomas não pode [constar] a condição de recluso”* - em boa verdade, transporta consigo um “rótulo” que podendo não desqualificar a formação prosseguida, não deixa de assinalar para o exterior o contexto onde foi realizada. Com efeito, o panorama atual desde 2009 mostra-nos que a formação profissional está a ser na totalidade, assegurada pelo Centro Protocolar de Justiça (CPJ), logo se este certificado se identifica à entidade formadora CPJ é, sem dúvida, desvalorizado face o estatuto de recluso que lhe está subjacente.

Na tentativa de compreender o campo simbólico das relações humanas, é nossa opinião, fruto da experiência anterior, que as relações com a equipa pedagógica se

pautam, por um ambiente “*livre*” da carga institucional, “*devolve-se*” a identidade de cada um, deixam-se os números à porta da formação, entram homens livres, partilham de um espaço onde o ambiente é por excelência educativo e formativo. Das respostas obtidas, é unânime o sentimento que na formação se trabalha num ambiente livre de preconceitos,

“Para mim, (...) foi sempre [...] sempre aquela cumplicidade entre os formandos e as formadoras... E acho que é só... Foi sempre, foi positivo, [A] um nível, que todos os meses havia (...) avaliações, e normalmente, acho que falo por todos, em todos os meses tivemos sempre avaliações positivas” (R)

Para finalizar, gostaríamos de afirmar que a Educação e Formação de Adultos, particularmente neste contexto é importante, porque se assume como ferramenta de apoio ao sistema prisional, é uma alternativa às ocupações mais tradicionais de “faxina”, eleva os níveis académicos dos reclusos, aproxima o recluso dos processos de aprendizagem muitas vezes interrompida pelas suas histórias de vida, eleva e amplia as competências sociais dos indivíduos, derruba os estereótipos que muitas vezes perturbam as relações entre os diferentes elementos no terreno prisional

É, portanto, desejável que a Educação e Formação de Adultos se assuma como instrumento ao serviço da reinserção social e profissional dos sujeitos, e para isso é necessário repensar o modelo que está em funcionamento. Será talvez necessário “olhar” para o recluso a partir de uma abordagem de características mais “sistémicas”, apropriando-se da sua história, das suas fragilidades, do suporte familiar ou outros que possam existir, do contexto de origem, das suas experiências profissionais, da idade, cruzando-as com as variáveis de mercado da oferta de trabalho/emprego possíveis (ainda que num contexto de profunda retracção deste), entre tantos outros elementos a ter em conta.

Na perspetiva educativa, quando pensamos nestes homens, com “*as suas vidas suspensas*”, impedidos de comandar as suas opções, outros têm que se debruçar para o problema. Vejamos que o indivíduo é retirado à sociedade por um crime cometido, é encarcerado durante alguns anos, mas quando volta tudo está diferente; que apoios existem a este retorno? Como podem retomar o comando em suas vidas e a sua própria sobrevivência?

“Eu conheço casos aí de pessoal que eu até me dava bem e foram embora e foram com o que tinham aqui. Porque eu sei que eles lá fora não tinham pais, não tinham irmãos, não tinham tios, não tinham casa, não tinham carro, não tinham filhos, nada.” (RU)

“Agora se sai uma pessoa daqui que não tenha apoios... saia uma pessoa daqui que não tenha apoios familiares, não tem nada... o que é que uma pessoa sozinha lá fora vai fazer à vida? [ ] Agora, eles botam pessoas ali fora e eles não saem ali do portão. Para onde é que eles vão?” (MJ)

“Já ouvi muitos casos aí de gente que prefere estar aqui dentro do que ir lá p’ra fora.” (RU)

Não podemos só punir, é preciso (re)educar, criar alternativas válidas para o pós reclusão, acompanhar os percursos, caso contrário acontece encontrarmos gerações inteiras na cadeia, pais, filhos e netos, gente que sai e volta, gente que a única casa que conhecem é a cadeia, gente que as únicas amizades que têm estão na cadeia.





## Bibliografia

- Agência Nacional para a Qualificação, I. (s.d.). *Cursos de Educação e Formação de Adultos*. Obtido em 09 de 02 de 2012, de ANQ: <http://www.anq.gov.pt/default.aspx?access=1>
- Almeida, L. S., & Freire, T. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Lusografe - Braga.
- Alonso, M. L., Imaginário, L., Magalhães, J., Barros, G., Castro, J. M., Osório, A., & Sequeira, F. (2000). *Educação e Formação de Adultos - Referencial de Competências-Chave*. Lisboa: ANEFA.
- Bauman, Z. (2009). *A Sociedade Individualizada - Vidas Contadas e Histórias Vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Lda.
- Canário, R. (1999). *Educação de Adultos - Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- Carrasco, J. G. (1997). *Educación de Adultos*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Cavaco, C. (2009). *Adultos Pouco Escolarizados - Políticas e Práticas de Formação*. Lisboa: Guide Artes Gráficas, Lda.
- Coimbra, J. L. (2001). Construção de Competências Pessoais e Profissionais para o Trabalho. Em *II Encontro Internacional de Formação Norte de Portugal/Galiza* (pp. 47-56). Porto: IIEFP.
- Coimbra, J. L., Parada, F., & Imaginário, L. (2001). *Formação ao Longo da Vida e Gestão da Carreira*. Lisboa: Eurodois-Artes Gráficas, Lda.
- Correia, J. A. (1996). *Sociologia da Educação Tecnológica*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Correia, J. A. (1997). *Formação e Trabalho: Contributos para a construção de uma epistemologia da mediação*. Porto, Portugal: FPCE-UP.
- Correia, J. A., & Caramelo, J. (2003). Da Mediação Local ao Local da Mediação: Figuras e Políticas. *Educação, Sociedade & Culturas*, 20, pp. 167-191.
- Cunha, M. I. (2008). *Aquém e Além da Prisão - Cruzamentos e Perspetivas*. Porto: 90 Graus Editora, Lda.
- Delors, J. (1996). *Educação - Um tesouro a descobrir*. Porto: Edições ASA.

- Denzin, N. K., Lincoln, Y. S., & e colaboradores. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa - Teorias e Abordagens* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Esteves, A., & Azevedo, J. (1998). *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A.
- Goffman, E. (1987). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Brasil: Editora Perspetiva.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- IEFP. (s.d.). *Instituto do Emprego e Formação Profissional*. Obtido em 14 de Janeiro de 2012, de IEPF - Cursos de Aprendizagem - Regulamento Específico 2011: <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosAprendizagem/Paginas/RegulamentoEspecifico2011.aspx>
- Imaginário, L. (1999). *A Valorização da Formação Profissional através da Alternância*. Lisboa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, Lda.
- Imaginário, L., & Castro, J. M. (2011). *Psicologia da Formação Profissional e da Educação de Adultos: Passos Passados, Presentes e Futuros - Colectânea de Textos*. Porto: Livpsic / Legis Editora.
- Lacomblez, M., & Vasconcelos, R. (2009). Análise ergonómica da actividade, formação e transformação do trabalho: opções para um desenvolvimento durável. *Laboreal, Volume V, nº 1*, pp. 53-60.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Edições Piaget.
- Lima, L. C. (2000). *Educação de Adultos - Forum II*. Braga: Universidade do Minho.
- Lopes, A., & Picado, L. (2010). *Formação Profissional Contínua - Da Qualificação Individual à Aprendizagem Organizacional*. Mangualde: Edições Pedagogo, Lda.
- Nascimento, A. M. (2009). *A Formação Profissional nas Prisões - Estudo de Caso: O curso de Jardinagem EFA B3 (dissertação de mestrado não publicada)*. Lisboa, Portugal: Faculdade de Psicologia e de Ciências Da Educação.

- Pinho, A. F. (2012). *A Intervenção reeducativa e formativa com indivíduos em situação de reclusão: O trabalho do técnico de Reeducação e a Formação Profissional em contexto prisional - Tese de Mestrado*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto.
- Pires, A. L. (2005). *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e de Competências*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, M. Z. (2010). *O Projeto de uma Sociedade do Conhecimento - de Lev Vygotski a práticas efectivas de formação contínua em Portugal - Tese de Doutoramento*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Silva, A. M., Caetano, A. P., Freire, I., Moreira, M. A., Freire, T., & Ferreira, A. S. (2010). *Novos Actores no Trabalho em Educação: Os Mediadores Socieducativos*. Minho: Revista Portuguesa de Educação.
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, V. (2009). *Para o Estudo da Entrevista*. Lisboa: Edições Colibri.
- Stoer, S. R., Magalhães, A. M., & Rodrigues, D. (2004). *Os Lugares da Exclusão Social - Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Trilla, J. (1997 e 1998). *Animação Sociocultural - Teorias, Programas e Âmbitos*. Espanha: Editorial Ariel.
- Vasconcelos, R. J. (2008). *O Papel do Psicólogo do Trabalho e a Tripolaridade Dinâmica dos Processos de Transformação: contributo para a promoção da segurança e saúde no trabalho (Tese de doutoramento não publicada)*. Porto: FPCE-UP.
- Vasconcelos, R., & Lacomblez, M. (2002). *Análise Guiada do Trabalho e Desenvolvimento de Competências Profissionais: Contributos, Reflexões e Desafios*. Em *Cadernos de Consulta Psicológica 17-18* (pp. 295-303). Porto: Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento da FPCE-UP.



## Webgrafia

<http://www.angep.gov.pt/default.aspx?access=1> consultado em 23-07-2012.

[www.novasoportunidades.gov.pt](http://www.novasoportunidades.gov.pt) consultado em 23-07-2012.

<http://www.gep.msss.gov.pt/estudos/pne/pne2003.pdf> consultado em 20-06-2013.

<http://www.globalestrategias.pt/pt/consultoria/consultoria-qren-poph/Paginas/agenda-operacional-tematica-poph.aspx> Obtido em 18-03-2013.

<http://www.dgsp.mj.pt/> consultado em 20-06-2013 (cf. anexo 6 - Relatório de atividades de 2010 da DGSP).

<http://www.dre.pt/pdf1s/2009/10/19700/0742207464.pdf> obtido em 20-06-2013 (cf. anexo 8 – Lei n.º 115/2009 de 12 de outubro).

<http://www.didinho.org/DECLARACAOUNIVERSALDOSDIREITOSDOHOMEM.htm> Sítio do Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas, publicação GE.94-15440.

<http://www.dgsp.mj.pt/> consultado em 20-06-2013, Sítio da Direção Regional dos Serviços Prisionais.

<http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=389&newsID=1202> consultado em 20-06-2013, Sítio do POPH.



## **Anexos**





## NOTA INTRODUTÓRIA

A reforma penitenciária concretizada pelo Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e pelo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais instituiu um moderno e mais participado direito de execução de penas. Estabelece um compromisso que tem em conta a responsabilização dos reclusos em meio prisional, dos agentes integrados no sistema e de todos que com ele interagem.

Trata-se de um direito de execução de penas em que os direitos não ofuscam os deveres. Em que a disciplina e a ordem não se confundem com abuso de poder e arbitrariedade. Um direito de execução de penas estritamente controlado em todas as fases da sua aplicação pelo TEP (Tribunal de Execução das Penas) e por instâncias superiores. Mas sem olvidar as virtualidades da instituição penitenciária na gestão do dia-a-dia e o respeito pela autoridade e pelas regras da ordem, disciplina e segurança.

## Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da

### Liberdade

## Direitos e deveres do recluso

### Artigo 8.º

#### Estatuto jurídico do recluso

O recluso mantém a titularidade dos direitos fundamentais, salvo as limitações inerentes ao sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação de medida privativa da liberdade e as impostas, nos termos e limites do presente Código, por razões de ordem e de segurança do estabelecimento prisional.

### Artigo 7.º

#### Direitos do recluso

1 - A execução das penas e medidas privativas da liberdade garante ao recluso, nomeadamente, os direitos:

- a) A proteção da sua vida, saúde, integridade pessoal e liberdade de consciência, não podendo ser submetido a tortura, nem a tratamentos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos;
- b) Ao exercício dos direitos civis, políticos, culturais, incluindo o direito de sufrágio, salvo quando aquele for incompatível com o sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação da medida privativa da liberdade;
- c) À liberdade de religião e de culto;
- d) A ser tratado pelo nome e a que a situação de reclusão seja reservada, nos termos da lei, perante terceiros;
- e) A manter contactos com o exterior, designadamente mediante visitas, comunicação à distância ou correspondência, sem prejuízo das limitações impostas por razões de ordem, segurança e disciplina ou resultantes do regime de execução da pena ou medida privativa da liberdade;
- f) À proteção da vida privada e familiar e à inviolabilidade do sigilo da correspondência e outros meios de comunicação privada, sem prejuízo das limitações decorrentes de razões de ordem e segurança do estabelecimento prisional e de prevenção da prática de crimes;
- g) A manter consigo filho até aos 3 anos de idade ou, excepcionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias;
- h) A participar nas atividades laborais, de educação e ensino, de formação, religiosas, socioculturais, cívicas e desportivas e em programas orientados para o tratamento de problemáticas específicas;
- i) A ter acesso ao Serviço Nacional de Saúde em condições idênticas às que são asseguradas a todos os cidadãos;
- j) A ser pessoalmente informado, no momento da entrada no estabelecimento prisional, e esclarecido, sempre que necessário, sobre os seus direitos e deveres e normas em vigor;

l) A ter acesso ao seu processo individual e a ser informado sobre a sua situação processual e sobre a evolução e avaliação da execução da pena ou medida privativa da liberdade;

m) A ser ouvido, a apresentar pedidos, reclamações, queixas e recursos e a impugnar perante o tribunal de execução das penas a legalidade de decisões dos serviços prisionais;

n) À informação, consulta e aconselhamento jurídico por parte de advogado.

2 - No caso previsto na alínea g) do número anterior, são asseguradas ao menor assistência médica e atividades formativas e lúdicas adequadas à sua idade e às suas necessidades de desenvolvimento.

3 - Aos serviços prisionais cabe, em articulação com os competentes serviços públicos das áreas da saúde, educação, formação e emprego e segurança e ação social, assegurar o efetivo exercício dos direitos referidos nos números anteriores, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral.

### Artigo 3.º

#### Deveres do recluso

Durante a execução das penas e medidas privativas da liberdade, o recluso tem, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral, os deveres de:

- a) Permanecer ininterruptamente no estabelecimento prisional até ao momento da libertação, salvaguardados os casos de autorização de saída;
- b) Apresentar-se pontualmente no estabelecimento prisional no termo de autorização de saída;
- c) Cumprir as normas e disposições que regulam a vida no estabelecimento prisional e as ordens legítimas que receber dos funcionários prisionais no exercício das suas funções;
- d) Observar conduta correta, designadamente para com os funcionários prisionais, outras pessoas que desempenhem funções no estabelecimento prisional, autoridades judiciais, entidades policiais e visitantes;
- e) Observar conduta correta para com os demais reclusos, não podendo, em caso algum, ocupar posição que lhe permita exercer qualquer tipo de poder ou coação sobre estes;
- f) Participar de imediato as circunstâncias que representem perigo considerável para a vida, integridade e saúde próprias ou de terceiro;
- g) Sujeitar-se a testes para deteção de consumo de álcool e de substâncias estupefacientes, bem como a rastreios de doenças contagiosas, sempre que razões de saúde pública ou as finalidades da execução da pena ou medida o justifiquem;
- h) Respeitar os bens do Estado, de funcionários prisionais, dos reclusos e de terceiros;
- i) Apresentar-se limpo e cuidado;
- j) Participar nas atividades de limpeza, arrumação e manutenção do seu alojamento, respectivo equipamento e das instalações e equipamentos do estabelecimento prisional.

## HORÁRIOS

Abertura geral.....após as 08h00

Utilização dos balneários:

Período da manhã - das 11h30 às 12h30

Período da tarde - ~~das 17h00~~ às 17h45

Pequeno-almoço.....das 08h00 ~~às 08h30~~

Recreio a céu aberto.....~~das 08h00~~ às 18h45

Encerramento intermédio (RST):

Período da manhã.....~~08h45~~ às 10h00

Período da tarde.....12h30 às 15h00

Almoço.....~~das~~ 11h30 às 12h20

Encerramento dos reclusos com ocupação (facultativo):  
12h30 às 14h00

Jantar.....~~das~~ 17h45 às 18h30

Encerramento dos reclusos sem ocupação.....19h00

Encerramento dos reclusos com ocupação.....19h00

Período de silêncio obrigatório.....das 22h00 às 08h00

Nota:

A limpeza dos alojamentos ocorre no período da manhã, sendo permitida a limpeza a 4 alojamentos em simultâneo.

## VISITAS

As visitas ocorrem aos ~~dias da semana~~ nos seguintes períodos:  
09h30/11h00, 10h00/11h00 e 14h30/16h00, 16h00/18h00

Os reclusos são integrados em 3 grupos (RAI, PAR e IMPAR), sendo que a cada grupo, corresponde um período de visita em dias alternados.

Exemplo:

### HORÁRIO

RAI: 09h30/11h00 – 14h30/16h00

PAR/IMPAR: 10h00/11h00 – 15h00/16h00

Visitas pessoais:

- ~~artigos~~ 58.º e 59.º, 63.º a 65.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

- ~~artigos~~ 107.º a 119 e 222.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.

Visitas íntimas:

- ~~artigos~~ 120.º a 124.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.

Visitas ~~com Advogado, Solicitador, Notário ou Conservador entidades diplomáticas ou consulares~~

A comunicação pode efetuar-se das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 art.º 81 e ~~82.º~~ da Lei n.º 115/2009

Artigos 102 e 108 do ~~Decreto-Lei~~ n.º 51/2011

Visitas ocasionais e urgentes

- ~~artigos~~ 60.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

- ~~artigo~~ 113º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril

## CABINES TELEFÓNICAS

07h45 às 19h00

Exceção:

Faxinas – também das 19h00 às 20h00.

- ~~artigos~~ 70.º e 71.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

- ~~artigos~~ 8.º e 132.º a 135.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.

## BIBLIOTECA

Segunda a Sexta:

Manhã: 09h00 – 12h00

Tarde: 14h00 – 17h00

Sábados, domingos e feriados:

Manhã: 09h00 – 12h00

Tarde: 14h00 – 16h00

Para além da requisição de literatura diversificada pode ser consultada na biblioteca durante o horário de funcionamento a seguinte legislação:

- Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

- Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais

- Código Penal;

- Código do Processo ~~Penal~~ e

- Constituição da República Portuguesa

## ALOJAMENTO

O recluso é em regra alojado em cela individual, podendo ser alojado em comum nos casos legalmente previstos.

*"O recluso permanece no espaço de alojamento excepto quando esteja autorizado a deslocar-se ou a permanecer noutra zona do estabelecimento prisional, sendo-lhe vedado entrar nos alojamentos de outros reclusos."* – art.º 35.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.

- ~~artigo~~ 26.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

- ~~artigos~~ 34.º a 36.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.

## CORRESPONDÊNCIA

No envio da correspondência tem que figurar o nome completo do remetente.

No recebimento da correspondência deve figurar o nome completo do destinatário seguido do seguinte endereço:

Estabelecimento Prisional Paços de Ferreira

Av. Cadeia Central do Norte

4595-416 Seros – Paços de Ferreira

Telefone: 255861456

- ~~artigos~~ 67.º a 69.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

- ~~artigos~~ 126.º a 131.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DIREÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS



# INFORMAÇÕES GERAIS

Nos termos do artigo 9.º do

DL n.º 51/2011

de 11 de Abril

que aprovou o Regulamento  
Geral dos Estabelecimentos  
Prisionais

## *Anexo 2 – Criação da ANEFA*

### **Diário da República Eletrónico**

DATA : Terça-feira, 28 de Setembro de 1999

NÚMERO : 227/99 SÉRIE I-A

EMISSOR : Ministério da Educação

DIPLOMA / ATO : **Decreto-Lei n.º 387/99** (Rectificações)

SUMÁRIO : **Cria a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos**

PÁGINAS : 6672 a 6675

O desenvolvimento da educação e formação ao longo da vida, considerada como «condição para a plena participação na sociedade», assenta num conceito de educação de adultos definido como o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, através dos quais os adultos desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos, aperfeiçoam qualificações técnicas e profissionais e se orientam para satisfazer simultaneamente as suas próprias necessidades e as das suas sociedades, conforme definição da UNESCO estabelecida na Declaração de Hamburgo.

Uma política de educação de adultos que visa, em simultâneo, corrigir um passado marcado pelo atraso neste domínio e preparar o futuro deve assegurar respostas eficazes e adequadas que garantam a igualdade de oportunidades, permitam lutar contra a exclusão social através do reforço das condições de acesso a todos os níveis e tipos de aprendizagem, ao mesmo tempo que asseguram a transição para a sociedade do conhecimento.

Nesta óptica, a estratégia para a educação e formação de adultos deve combinar uma lógica de serviço público e uma lógica de programa, que se traduza no estímulo e apoio à iniciativa e à responsabilidade individual e de grupos, no sentido de uma capacitação crescente das pessoas e das comunidades, privilegiando para isso a dimensão local e regional e mobilizando a sociedade civil. Assim, a acção a desenvolver deve dar visibilidade e substância a estratégias de valorização pessoal, profissional, cívica e cultural, na óptica da empregabilidade, da criatividade, da adaptabilidade e da cidadania activa.

Neste enquadramento, foi constituído o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/98, de 14 de Julho, incumbido, desde logo, de desencadear o processo tendente à constituição da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

Assim, o presente diploma vem criar a ANEFA, com a natureza de instituto público, sujeito à tutela e superintendência dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, concebida como estrutura de competência ao nível da concepção de metodologias de intervenção, da promoção de programas e projectos e do apoio a iniciativas da sociedade civil, no domínio da educação e formação de adultos, e ainda da construção gradual de um sistema de reconhecimento e validação das aprendizagens informais dos adultos.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### **CAPÍTULO I - Objecto, natureza e atribuições**

#### **Artigo 1.º - Objecto**

O presente diploma define a natureza, as atribuições, a estrutura e o funcionamento da Agência Nacional de

Educação e Formação de Adultos, adiante designada por ANEFA.

#### **Artigo 2.º - Natureza**

A ANEFA é um instituto público dotado de personalidade jurídica, com autonomia científica, técnica e administrativa.

#### **Artigo 3.º - Tutela e superintendência**

A ANEFA fica sujeita à dupla superintendência e tutela dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade.

#### **Artigo 4.º - Atribuições**

São atribuições da ANEFA:

- Desenvolver e divulgar modelos, metodologias e materiais de intervenção pedagógica e sócio-educativa específicos para a educação e formação de adultos, dando particular atenção às pessoas mais carenciadas neste domínio;
- Promover programas e projectos nos domínios da educação e formação de adultos, a desenvolver por iniciativa própria ou com intervenção de entidades públicas e privadas, designadamente através da celebração de contratos-programa;
- Apoiar projectos e iniciativas de educação e formação de adultos que se articulem com as prioridades definidas e revistam um carácter inovador, designadamente as modalidades de ensino a distância e multimedia, com acompanhamento presencial;
- Promover a articulação entre entidades públicas e privadas, a nível central, regional e local, no âmbito do desenvolvimento da política de educação e formação de adultos, designadamente através da formalização de parcerias territoriais;
- Construir gradualmente um sistema de reconhecimento e validação das aprendizagens informais dos adultos, visando a certificação escolar e profissional;
- Realizar estudos e promover a investigação no domínio da educação e formação de adultos, bem como apoiar a formação especializada de formadores e outros agentes de intervenção sócio-educativa;
- Motivar, informar e aconselhar as pessoas adultas relativamente à possibilidade e oportunidades da aprendizagem ao longo da vida;
- Colaborar em projectos de cooperação nos domínios da educação e formação de adultos dirigidos às comunidades portuguesas de emigrantes, às comunidades imigrantes a residir em Portugal e a países de língua oficial portuguesa.

## **CAPÍTULO II – Órgãos**

#### **Artigo 5.º - Órgãos**

São órgãos da ANEFA:

- A comissão directiva;
- O conselho consultivo;
- O conselho administrativo.

#### **Artigo 6.º - Comissão directiva**

1 - A comissão directiva é o órgão que dirige a ANEFA, competindo-lhe:

- Submeter à aprovação dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade o plano e relatório de actividades, bem como o projecto de orçamento e relatório de contas e balanço de cada exercício da ANEFA;
- Assegurar a gestão e o funcionamento da ANEFA, a administração do seu património e a sua representação, em juízo ou fora dele;
- Elaborar e aprovar os regulamentos e as instruções necessárias ao bom funcionamento da ANEFA.

2 - A comissão directiva é constituída por um presidente e dois vice-presidentes, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

3 - A comissão directiva reúne ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer dos seus membros.

4 - A comissão directiva pode delegar no presidente ou em qualquer dos seus membros as competências que lhe estão cometidas.

#### Artigo 7.º - Conselho consultivo

1 - O conselho consultivo é um órgão de natureza consultiva, competindo-lhe pronunciar-se obrigatoriamente sobre:

- a) Planos e relatórios de actividades;
- b) Programas de acção a desenvolver pela ANEFA.

2 - Compete ainda ao conselho consultivo pronunciar-se sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos pelo presidente da comissão directiva.

3 - São membros permanentes do conselho consultivo:

- a) O presidente da comissão directiva, que a ele preside;
- b) Três representantes do Ministério da Educação, a designar pelo respectivo Ministro;
- c) Três representantes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a designar pelo respectivo Ministro;
- d) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- e) Um representante da Associação Nacional das Freguesias;
- f) Um representante da União Geral de Trabalhadores;
- g) Um representante da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;
- h) Um representante da Confederação dos Agricultores de Portugal;
- i) Um representante da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;
- j) Um representante da Confederação da Indústria Portuguesa;
- k) Um representante da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- l) Um representante da União das Misericórdias Portuguesas;
- m) Um representante da União das Mutualidades Portuguesas.

4 - São membros não permanentes do conselho consultivo representantes de outros organismos públicos e de entidades de natureza privada envolvidos na educação e formação de adultos e ainda personalidades de reconhecido mérito científico e pedagógico, até um número máximo de seis, a propor pelos membros permanentes.

5 - Os membros não permanentes são nomeados por despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, com mandatos de um ano, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

6 - O conselho consultivo reúne ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de um terço dos seus membros.

#### Artigo 8.º - Conselho administrativo

1 - O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria financeira, ao qual compete:

- a) Promover a elaboração do orçamento da ANEFA e acompanhar a sua execução;
- b) Promover a elaboração e aprovar a conta de gerência a remeter ao Tribunal de Contas;
- c) Assegurar a arrecadação de receitas;
- d) Verificar e controlar a legalidade da realização das despesas e autorizar o respectivo pagamento;
- e) Fixar o montante do fundo de maneo;

- f) Fixar o preço dos produtos e serviços;
- g) Autorizar a venda de material, equipamento e outros bens móveis considerados não operacionais;
- h) Pronunciar-se sobre assuntos da sua competência que lhe sejam submetidos pelo presidente da comissão directiva.

2 - Tendo em vista o adequado desempenho das suas funções, o conselho administrativo terá a faculdade de:

- a) Solicitar aos outros órgãos e aos vários serviços da ANEFA todas as informações, esclarecimentos ou elementos que considere necessários;
- b) Solicitar ao presidente da comissão directiva reuniões conjuntas dos dois órgãos para apreciação de questões compreendidas no âmbito das suas competências.

3 - São membros do conselho administrativo:

- a) O presidente da comissão directiva, que preside;
- b) O responsável pelos serviços de gestão administrativa e financeira;
- c) Um elemento a nomear por despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade.

4 - O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de qualquer dos seus membros.

5 - O conselho administrativo pode delegar no presidente ou em qualquer dos seus membros as competências que lhe estão cometidas.

#### Artigo 9.º - Disposições comuns

1 - Os órgãos colegiais da ANEFA só podem deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros.

2 - As deliberações dos órgãos da ANEFA são tomadas pela maioria dos membros presentes nas respectivas reuniões, tendo o presidente ou quem devidamente o substituir voto de qualidade.

#### Artigo 10.º - Serviços e regime de pessoal

1 - Os serviços e o funcionamento da ANEFA são estabelecidos por decreto regulamentar.

2 - O regime do pessoal da ANEFA é fixado em decreto-lei.

### CAPÍTULO III

#### Regime financeiro

#### Artigo 11.º - Receitas e despesas

1 - Constituem receitas da ANEFA:

- a) As dotações que lhe sejam atribuídas no Orçamento do Estado, através dos ministérios da tutela;
- b) As participações, dotações, transferências e subsídios concedidos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) As doações, heranças ou legados de que for beneficiária;
- d) O produto da venda de bens e serviços prestados, nomeadamente através da realização de estudos, inquéritos e outros trabalhos de carácter técnico;
- e) As receitas provenientes de contratos-programa celebrados com o Estado, autarquias, empresas, associações e confederações empresariais e sindicais;
- f) Os juros e valores depositados;
- g) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou título lhe sejam atribuídas e, bem assim, o produto da aplicação ou cedência a qualquer título de bens e direitos do seu património.



2 - Constituem encargos da ANEFA as despesas inerentes ao funcionamento e às actividades resultantes das atribuições previstas neste diploma.

#### Artigo 12.º - Gestão económica e financeira

1 - A gestão económica e financeira da ANEFA é disciplinada pelos seguintes instrumentos de gestão e controlo:

- a) Plano anual de actividades;
- b) Orçamento de tesouraria;
- c) Relatório anual de actividades;
- d) Conta de gestão.

2 - A ANEFA utiliza um sistema de contabilidade enquadrado no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

### CAPÍTULO IV

#### Disposições finais e transitórias

##### Artigo 13.º - Regime de instalação

A ANEFA entra em regime de instalação, nos termos do Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, por um período de dois anos.

##### Artigo 14.º - Comissão instaladora

1 - Na pendência do regime de instalação, a ANEFA é dirigida por uma comissão instaladora, composta por três membros.

2 - O presidente e os vogais da comissão instaladora são equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

##### Artigo 15.º - Competências

1 - À comissão instaladora e ao respectivo presidente cabem as competências fixadas no Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, incluindo a elaboração do projecto de diploma a que se refere o artigo 10.º deste decreto-lei.

2 - Compete, em especial, ao presidente da comissão instaladora coordenar a actividade da ANEFA no desenvolvimento das atribuições fixadas no artigo 4.º do presente diploma, para o que pode propor a constituição de equipas de projecto.

##### Artigo 16.º - Equipas de projecto

1 - Por despacho conjunto dos Ministros das Finanças, da Educação e do Trabalho e da Solidariedade e do membro do Governo responsável pela Administração Pública, podem ser criadas equipas de projecto, até ao máximo de quatro, nomeadamente no âmbito da organização da oferta educativa e formativa e da construção de um sistema de validação e certificação de saberes e competências informalmente adquiridos.

2 - O despacho referido no número anterior deve prever a constituição das equipas, a nomeação dos respectivos coordenadores e o período de duração, bem como os objectivos a prosseguir.

3 - Os coordenadores das equipas de projecto auferem uma remuneração de valor igual à atribuída a chefe de divisão.

4 - As estruturas mencionadas no presente artigo podem ser integradas, nomeadamente, por pessoal destacado ou requisitado aos serviços e organismos da Administração Pública, mantendo, nestes casos, o estatuto laboral de origem.

##### Artigo 17.º - Actividade regional e local

1 - A actividade da ANEFA é desenvolvida em articulação com as estruturas regionais dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade.

2 - A dinamização de iniciativas de educação e formação de adultos a nível local pode ser promovida por organizadores locais.

3 - O organizador local é um agente da ANEFA, a recrutar de entre pessoal afecto aos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade.

#### Artigo 18.º - Extinção do Grupo de Missão

1 - É extinto o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/98, de 14 de Julho.

2 - Todos os direitos e responsabilidades assumidos pelo Grupo de Missão referido no número anterior transitam para a ANEFA, constituindo o presente diploma título bastante para todos os efeitos legais.

3 - Consideram-se reportadas à ANEFA todas as referências feitas ao Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos.

#### Artigo 19.º - Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Julho de 1999. - Jaime José Matos da Gama - António Luciano Pacheco de Sousa Franco - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - João Cardona Gomes Cravinho - Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura - Luís Manuel Capoulas Santos - Guilherme d'Oliveira Martins - Fernando Lopes Ribeiro Mendes.

Promulgado em 17 de Setembro de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 20 de Setembro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

(obtido em 08-10-2013

<http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?Pesquisar>)

### Anexo 3 – O modelo do QREN

#### Diário da República Eletrónico

DATA : Segunda-feira, 17 de Setembro de 2007

NÚMERO : 179 SÉRIE I

EMISSOR : Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

DIPLOMA / ATO : **Decreto-Lei n.º 312/2007**

(Rectificações)

**SUMÁRIO : Define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais**

PÁGINAS : 6518 a 6543

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que define as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período 2007-2013 e para a estruturação dos programas operacionais temáticos e regionais, assume como grande desígnio a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

A prossecução deste desígnio, que consubstancia a ambição de promover um novo modelo de crescimento baseado na inovação e no conhecimento, é assegurada pela definição clara de prioridades estratégicas e de princípios estruturantes.

Foram estabelecidas no QREN cinco prioridades estratégicas, devendo salientar-se que a respectiva aplicação pelos programas operacionais regionais toma em consideração a situação, potencialidades e desafios específicos das regiões, as estratégias regionais de desenvolvimento e, no que respeita às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as orientações políticas dos Governos Regionais:

- Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade;
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objectivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante;
- Garantir a coesão social actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão social;
- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do

sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;

- Aumentar a eficiência da governação, privilegiando, através de intervenções transversais nos programas operacionais relevantes, os objectivos de modernização das instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

Os princípios orientadores do QREN e dos programas operacionais são os seguintes:

- A concentração das intervenções, dos recursos e das tipologias de acção, especialmente prosseguida através da consagração de um número reduzido de programas operacionais temáticos e de uma estruturação temática dos programas operacionais regionais do continente, que propiciam o estabelecimento de sinergias e complementaridades entre instrumentos de política pública, e, bem assim, de lógicas de atribuição de recursos e de priorização de domínios de actuação directamente associadas às prioridades estratégicas a prosseguir;
- A selectividade e a focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento, a concretizar pela utilização de critérios rigorosos de selecção e de hierarquização de candidaturas que efectivamente contribuam para a prossecução da estratégia de desenvolvimento adoptada;
- A viabilidade económica e a sustentabilidade financeira das actuações dirigidas à satisfação do interesse público, através da consideração dos respectivos efeitos sobre a despesa pública actual e futura;
- A coesão e a valorização territoriais que potenciem os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental de cada região e as suas diversificadas potencialidades de desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado do País;
- A gestão e monitorização estratégica das intervenções, que garanta a prossecução eficiente e eficaz do desígnio e da orientação estratégica definidos e propicie condições para que a selecção de candidaturas aos programas operacionais tome em particular atenção os seus contributos para a prossecução das metas e prioridades estratégicas estabelecidas.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### CAPÍTULO I - Disposições gerais

##### Artigo 1.º - Objecto

1 - O presente decreto-lei define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, adiante designado por QREN, e dos respectivos programas operacionais, adiante designados por PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, de auditoria e controlo, de certificação, de gestão, de aconselhamento estratégico, de acompanhamento e de avaliação, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

2 - O disposto no presente decreto-lei é aplicável subsidiariamente aos programas operacionais de cooperação territorial europeia, tendo em conta a prevalência do princípio de acordo entre os Estados membros que os integram e a Comissão Europeia.

Artigo 2.º - Governação do QREN e dos PO e respectivas articulações

1 — A governação do QREN e dos PO é exercida:

- a) Ao nível governamental, através da coordenação ministerial e da direcção política;
- b) Ao nível técnico, através da coordenação e monitorização estratégica, da coordenação e monitorização operacional e financeira, da auditoria e controlo, da certificação, da gestão, do aconselhamento estratégico, do acompanhamento e da avaliação.

2 — A coordenação, monitorização e gestão do QREN e dos PO são articuladas nos seguintes moldes:

- a) Articulação entre as operações co -financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, adiante designado por FEDER, pelo Fundo de Coesão, adiante designado por FC, e pelo Fundo Social Europeu, adiante designado por FSE, e as apoiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, adiante designado por FEADER, e pelo Fundo Europeu para a Pesca, adiante designado por FEP;
- b) Articulação do exercício das competências e responsabilidades atribuídas aos órgãos de monitorização, de certificação, de auditoria, de gestão, de aconselhamento estratégico e de acompanhamento dos PO;
- c) Articulação com as entidades responsáveis por importantes instrumentos de concepção, de programação ou de financiamento de políticas públicas, a concretizar no mesmo período, designadamente pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE), Plano Nacional de Emprego (PNE), Iniciativa Novas Oportunidades, Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), Plano Nacional de Acção para a Inclusão, Plano Nacional para a Igualdade (PNI), Plano Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade, Plano Tecnológico, Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX) e Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- d) Articulação com as entidades responsáveis por documentos de planeamento estratégico de políticas públicas a concretizar nas regiões autónomas no mesmo período.
- e) Artigo 3.º - Princípios orientadores da governação do QREN e dos PO
- f) A governação do QREN e dos PO respeita os seguintes princípios orientadores:
- g) Consistência política, no sentido de que as operações apoiadas no período 2007-2013 devem assegurar a concretização das prioridades e orientações governamentais, em prossecução da estratégia de desenvolvimento adoptada pelo QREN;
- h) Eficácia e profissionalização, implicando que a concretização das competências atribuídas aos diversos órgãos envolvidos e, especialmente, aos que detêm responsabilidades de gestão, são exercidas no respeito estrito pelas normas e regulamentos aplicáveis, observando as regras de eficiência que determinam a utilização mais racional e adequada dos recursos públicos e, bem assim, os valores éticos inerentes à qualidade do exercício de funções públicas, assegurando a prevenção de eventuais conflitos de interesses, e privilegiam o contributo das operações apoiadas para a produção de resultados e de efeitos positivos relativamente às prioridades estratégicas do QREN;
- i) Simplificação, que, atendendo à circunstância de que a governação de estratégias de desenvolvimento que pretendem actuar sobre fenómenos complexos é inevitavelmente influenciada por exigências procedimentais, é especialmente importante no que respeita ao relacionamento dos órgãos de gestão com os beneficiários, potenciais ou reais, das operações

apoiadas; o princípio da simplicidade traduz-se, assim, na exigência de ponderação permanente da justificação efectiva dos requisitos processuais adoptados, designadamente no que respeita às exigências que acarretam para os candidatos a apoio financeiro e para os beneficiários das operações aprovadas e, consequentemente, a correcção das eventuais complexidades desnecessárias;

- j) Proporcionalidade, que, sendo particularmente relevante no contexto dos instrumentos regulamentares e das normas processuais aplicáveis à gestão das operações que vão ser concretizadas pelos PO do QREN, determina que - no respeito pelo quadro jurídico nacional e comunitário - as exigências definidas sejam moduladas face à dimensão dos apoios financeiros concedidos.

## **Capítulo II - Governação do QREN e dos PO**

### **Secção I - Níveis e órgãos de governação**

#### **Artigo 4.º - Níveis de governação**

1 - A estrutura orgânica responsável pela governação do QREN e dos PO compreende os seguintes níveis de actuação:

- a) Nível global do QREN;
- b) Nível de cada um dos fundos comunitários (FEDER, FC e FSE);
- c) Nível de cada um dos PO.

2 - A gestão de cada um dos PO é dirigida pelos órgãos que integram o nível referido na alínea a) do número anterior e coordenada e monitorizada pelos mencionados na alínea b) do mesmo número.

3 - O aconselhamento estratégico, o acompanhamento e a participação dos municípios, dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais pertinentes é exercido ao nível referido na alínea c) do n.º 1.

#### **Artigo 5.º - Órgãos de governação**

1 - Os órgãos de governação do QREN e dos PO especializam-se em razão das funções que exercem, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Órgãos de direcção política;
- b) Órgãos de coordenação técnica e de monitorização estratégica, operacional e financeira;
- c) Órgãos de auditoria e controlo;
- d) Órgãos de certificação;
- e) Órgãos de aconselhamento estratégico;
- f) Órgãos de gestão;
- g) Órgãos de acompanhamento.

2 - O exercício das competências dos órgãos referidos no número anterior respeita os princípios orientadores definidos no artigo 3.º

### **Secção II - Governação global**

#### **Artigo 6.º - Coordenação ministerial e direcção política do QREN**

1 - A coordenação ministerial e a direcção política do QREN compreendem o exercício das seguintes competências:

- a) Coordenação global do QREN e dos PO;
- b) Estabelecimento de orientações relativas à monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN e dos PO;
- c) Apreciação e aprovação dos relatórios anuais de monitorização estratégica do QREN, referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º, e dos relatórios anuais de monitorização operacional e financeira, mencionados na alínea m) do n.º 1 do artigo 7.º;
- d) Instituição de centros de racionalidade temática, previstos no artigo 9.º;
- e) Estabelecimento de orientações gerais sobre a gestão dos PO, nomeadamente sob proposta da comissão técnica de coordenação do QREN, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º, e sobre as respectivas articulações, de acordo com o referido no n.º 2 do artigo 2.º;

- f) Apreciação dos relatórios referidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º;
- g) Apreciação e aprovação do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º;
- h) Apreciação e aprovação das especificações técnicas, bem como dos termos de referência, dos estudos de avaliação de âmbito estratégico do QREN, referidos na alínea h) do n.º 1 do artigo 8.º;
- i) Apreciação dos relatórios de auditoria referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º;
- j) Apreciação e aprovação dos relatórios de aferição do cumprimento do princípio da adicionalidade previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º;
- k) Estabelecimento de orientações em matérias relevantes que envolvam interações com a Comissão Europeia e demais órgãos e serviços comunitários;
- l) Apreciação das propostas de revisão e de reprogramação do QREN e dos PO referidas na alínea l) do n.º 7 do artigo 40.º, sem prejuízo da competência, atribuída nesta matéria, à comissão de acompanhamento de cada PO;
- m) Informação, através do ministro coordenador, ao Conselho de Ministros sobre a prossecução das prioridades estratégicas do QREN e dos PO, bem como sobre a respectiva execução operacional e financeira.

2 - A coordenação ministerial e a direcção política do QREN e dos PO incumbem à comissão ministerial de coordenação do QREN.

3 - A comissão ministerial de coordenação do QREN é composta por:

- a) Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto responsável pelo desenvolvimento regional, que coordena;
- b) Ministro coordenador da comissão ministerial de coordenação do PO Potencial Humano;
- c) Ministro coordenador da comissão ministerial de coordenação do PO Factores de Competitividade;
- d) Ministro coordenador da comissão ministerial de coordenação do PO Valorização do Território;
- e) Ministro coordenador dos instrumentos de programação do desenvolvimento rural e das pescas;
- f) Ministro responsável pela área das finanças.

4 - Serão chamados a participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN outros ministros relevantes em razão da matéria.

5 - Os representantes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira devem participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN sempre que esteja em causa matéria de interesse relevante que, pela sua natureza, possa ter implicações para as Regiões Autónomas.

6 - Pode participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN o presidente do conselho directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo convocado quando se trate de matérias estratégicas do QREN especialmente relevantes para os municípios.

7 - Pode participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN o coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico.

8 - O presidente da comissão técnica de coordenação do QREN pode participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN.

9 - Os relatórios anuais de monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN são, após aprovação pela comissão ministerial de coordenação do QREN, remetidos à Assembleia da República, bem como ao Conselho Económico e Social.

#### Artigo 7.º - Coordenação técnica do QREN

1 - A coordenação técnica do QREN compreende o exercício das seguintes competências:

- a) Articular o exercício das competências do Observatório do QREN, do Instituto Financeiro para o

Desenvolvimento Regional, I. P. (IFDR, I. P.), do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P. (IGFSE, I. P.), e da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) na promoção da eficácia e eficiência da execução dos PO;

- b) Assegurar a coordenação da monitorização estratégica, exercida pelo Observatório do QREN, com a monitorização operacional e financeira, exercida pelo IFDR, I. P., nas matérias relativas às operações co-financiadas pelo FEDER e pelo FC, e pelo IGFSE, I. P., no quadro das operações apoiadas pelo FSE;
- c) Propor à comissão ministerial de coordenação do QREN orientações gerais sobre a gestão dos PO e acompanhar a respectiva aplicação;
- d) Analisar e submeter à apreciação da comissão ministerial de coordenação do QREN os relatórios de aferição do cumprimento do princípio da adicionalidade;
- e) Analisar e submeter à apreciação das comissões ministeriais de coordenação dos PO pertinentes propostas de revisão e de reprogramação dos PO e do QREN;
- f) Emitir orientações técnicas que apoiem o exercício correcto das funções das autoridades de gestão e acompanhar a respectiva aplicação, sem prejuízo das atribuições do IFDR, I. P., do IGFSE, I. P., e da IGF;
- g) Aprovar a estratégia global de comunicação do QREN e as orientações transversais para os restantes níveis de comunicação e promover e acompanhar a respectiva aplicação;
- h) Assegurar a coerência e articulação funcional dos sistemas de informação no âmbito do QREN;
- i) Assegurar a coerência e articulação funcional a que se refere o n.º 2 do artigo 12.º;
- j) Promover o cumprimento dos normativos comunitários, incluindo os que se referem às regras da concorrência, à contratação pública, à protecção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade de género e à protecção dos direitos dos consumidores;
- k) Promover a articulação das acções e financiamentos e as necessárias sinergias entre os PO, bem como com as realizadas no âmbito dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP;
- l) Elaborar e submeter à apreciação da comissão ministerial de coordenação do QREN, através do respectivo ministro coordenador, relatórios anuais de monitorização operacional e financeira do QREN;
- m) Apoiar o funcionamento da comissão ministerial de coordenação do QREN.

2 - A coordenação técnica do QREN incumbe à comissão técnica de coordenação do QREN.

3 - A comissão técnica de coordenação do QREN é composta pelo coordenador do Observatório do QREN, que preside, e pelos presidentes dos conselhos directivos do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P., e pelo inspector-geral de Finanças.

4 - Podem participar nas reuniões da comissão técnica de coordenação do QREN, em razão da matéria, as autoridades de gestão dos PO, as autoridades de gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP, o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e os centros de racionalidade temática.

5 - A comissão técnica de coordenação do QREN pode reunir em plenário ou por secções.

6 - As secções da comissão técnica de coordenação do QREN são criadas por deliberação da comissão ministerial de coordenação do QREN, mediante proposta do ministro coordenador.

7 - A comissão técnica de coordenação do QREN responde perante a comissão ministerial de coordenação do QREN, competindo ao ministro coordenador assegurar as relações de tutela e os procedimentos de coordenação.

8 - A comissão técnica de coordenação do QREN elabora e aprova o respectivo regulamento interno, que



designadamente define a periodicidade das suas reuniões plenárias e por secção e as modalidades das respectivas convocatórias.

#### Artigo 8.º - Coordenação e monitorização estratégica

1 - As actividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN e dos PO compreendem o exercício das seguintes competências:

- a) Promover a prossecução das prioridades do QREN, assegurando designadamente a coerência da implementação dos PO no cumprimento da estratégia de desenvolvimento definida;
- b) Elaborar e submeter à apreciação da comissão ministerial de coordenação do QREN relatórios anuais de monitorização estratégica do QREN;
- c) Elaborar e apresentar à comissão técnica de coordenação do QREN, conforme referido na alínea e) do n.º 1 do artigo anterior, propostas de revisão e de reprogramação dos PO dirigidas a melhorar a prossecução das prioridades do QREN;
- d) Participar na elaboração dos relatórios anuais de execução do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego, designadamente nas matérias relativas ao respectivo contributo dos PO;
- e) Elaborar, até ao final de 2009 e de 2012, relatórios sobre o contributo dos PO para a execução dos objectivos da política comunitária de coesão, para o desempenho dos objectivos dos fundos comunitários com carácter estrutural, para a execução das prioridades definidas nas orientações estratégicas da Comunidade em matéria de coesão e das estabelecidas no QREN, para a concretização do objectivo de promoção da competitividade e da criação de emprego e para a consecução dos objectivos das orientações integradas para o crescimento e o emprego (2005 - 2008) ou de orientações equivalentes definidas pelo conselho Europeu, os referidos relatórios identificam designadamente a situação e as tendências sócio-económicas, as realizações, os desafios e as perspectivas futuras quanto à execução da estratégia de desenvolvimento do QREN, bem como exemplos de boas práticas;
- f) Elaborar o plano global de avaliação do QREN e dos PO, em articulação com o IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., bem como com as autoridades de gestão, que engloba avaliações de âmbito estratégico e operacional e inclui uma lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos para o período 2007-2013, a sua natureza e calendário respectivos;
- g) Emitir orientações técnicas sobre os exercícios de avaliação a realizar no período 2007-2013, participar no processo de selecção dos peritos e organismos que vão realizar os referidos estudos de avaliação, acompanhar, em estreita articulação com o IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., bem como com as autoridades de gestão, os exercícios de avaliação e emitir pareceres sobre os correspondentes relatórios intercalares e finais;
- h) Propor especificações técnicas, bem como os termos de referência dos estudos de avaliação de âmbito estratégico do QREN à comissão ministerial de coordenação do QREN e dos PO à comissão ministerial de coordenação PO respectivo;
- i) Acompanhar a elaboração dos relatórios de aferição do cumprimento do princípio da adicionalidade;
- j) Preparar anualmente relatórios que permitam à comissão ministerial de coordenação do QREN monitorizar a aplicação regional dos PO temáticos;
- k) Divulgar informação sobre a monitorização estratégica do QREN, designadamente no que respeita à prossecução das respectivas prioridades;
- l) Coordenar e centralizar as interacções e a comunicação com os serviços da Comissão Europeia de âmbito estratégico.

2 - As competências referidas no número anterior são exercidas pelo Observatório do QREN.

3 - As competências do Observatório do QREN referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são exercidas em articulação com os centros de racionalidade temática, a que se refere o artigo 9.º, e com os centros de observação das dinâmicas regionais, previstos no artigo 10.º

4 - O exercício das referidas competências é apoiado pelos sistemas de informação das autoridades de certificação, de auditoria e de gestão, aos quais o Observatório do QREN tem acesso, salvaguardada a protecção de dados reservados, de natureza pessoal ou resultantes das actividades de auditoria, pela recolha directa de informação, bem como pelas informações estatísticas disponibilizadas pelo Sistema Estatístico Nacional e pelo EUROSTAT.

5 - O Observatório do QREN responde perante a comissão ministerial de coordenação do QREN, competindo ao ministro coordenador assegurar as relações de tutela e os procedimentos de coordenação.

6 - O Observatório do QREN tem a natureza de estrutura de missão, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

7 - O funcionamento e as actividades realizadas pelo Observatório do QREN são financiados pelos PO de assistência técnica.

#### Artigo 9.º - Racionalidade temática do QREN

1 - A prossecução da racionalidade temática do QREN corresponde ao desenvolvimento das actividades técnicas adequadas a assegurar a interacção institucional e a tomar iniciativas em áreas temáticas relevantes para a prossecução dos objectivos do QREN, através do exercício das seguintes competências:

- a) Promover o contributo eficaz das operações apoiadas pelos PO para a prossecução das prioridades do QREN, de acordo com os objectivos das políticas públicas nacionais relevantes;
- b) Analisar a execução dos PO na perspectiva das políticas públicas pertinentes;
- c) Desenvolver iniciativas dirigidas à mobilização da procura qualificada nos PO e operações relevantes;
- d) Emitir parecer não vinculativo, elaborado na perspectiva das prioridades das políticas públicas cuja prossecução visam apoiar, sobre os regulamentos de aplicação dos PO, mediante solicitação das autoridades de gestão;
- e) Emitir, nos termos do artigo 47.º do presente decreto-lei, parecer não vinculativo sobre o mérito das candidaturas;
- f) Participar na avaliação dos resultados alcançados e dos efeitos produzidos no quadro dos correspondentes temas;
- g) Contribuir para o desenvolvimento das melhores práticas na execução dos PO.

2 - A prossecução da racionalidade temática do QREN é da responsabilidade de centros de racionalidade temática, instituídos pela comissão ministerial de coordenação do QREN no âmbito das políticas públicas especialmente relevantes para a prossecução das prioridades do QREN.

3 - O funcionamento dos centros de racionalidade temática é assegurado pelas entidades técnicas especialmente responsáveis pelas políticas públicas que venham a ser seleccionadas pela comissão ministerial de coordenação do QREN.

4 - A actividade dos centros de racionalidade temática é articulada com o exercício das funções de coordenação e monitorização estratégica do QREN e dos PO.

5 - As actividades realizadas pelos centros de racionalidade temática são financiadas pelos PO de assistência técnica.

#### Artigo 10.º - Observação das dinâmicas regionais

1 - A observação das dinâmicas regionais corresponde ao desenvolvimento das actividades técnicas adequadas a

assegurar a reflexão e a interacção institucional sobre os processos e as dinâmicas regionais de desenvolvimento económico, social e territorial, através do exercício das seguintes competências:

- a) Acompanhamento da execução e dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respectivos instrumentos de execução no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial das operações que são objecto de financiamento pelos PO e pelos instrumentos de programação do FEADER e do FEP;
- b) Desenvolvimento de iniciativas de análise e de reflexão estratégica sobre o desenvolvimento económico, social e territorial de cada região.

2 - A observação das dinâmicas regionais é da responsabilidade de centros de observação das dinâmicas regionais, instituídos pela comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente.

3 - A actividade dos centros de observação das dinâmicas regionais é dinamizada pelas respectivas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), que lhes prestam apoio técnico, administrativo e logístico.

4 - As actividades dos centros de observação das dinâmicas regionais são exercidas em articulação com o Observatório do QREN e apoiam o exercício de competências das comissões de aconselhamento estratégico dos PO regionais do continente.

5 - As actividades realizadas pelos centros de observação das dinâmicas regionais são financiadas pelas dotações para assistência técnica dos correspondentes PO regionais do continente.

6 - As CCDR asseguram a articulação das actividades realizadas pelos centros de observação das dinâmicas regionais com o Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo a que se refere o artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril.

#### Artigo 11.º - Coordenação e monitorização operacional e financeira

1 - A monitorização operacional e financeira do QREN e dos PO incumbe ao IFDR, I. P., nas matérias relativas às operações co-financiadas pelo FEDER e pelo FC, e ao IGFSE, I. P., no quadro das operações apoiadas pelo FSE.

2 - O IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., reportam às tutelas consagradas na Lei Orgânica do Governo, sem prejuízo de articularem de forma adequada as relações de cooperação institucional com a comissão ministerial de coordenação do QREN.

#### Artigo 12.º - Autoridades de certificação

1 - O IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., assumem as funções das autoridades de certificação, definidas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, relativamente a todos os PO temáticos, regionais e de assistência técnica, coordenam e centralizam as interacções e a comunicação com os serviços da Comissão Europeia de âmbito operacional e financeiro e, nos termos dos respectivos estatutos, são especialmente responsáveis pelo exercício das seguintes competências relativas ao FEDER e FC e ao FSE, respectivamente:

- a) Promover a prossecução das prioridades operacionais e financeiras do QREN;
- b) Elaborar e apresentar à Comissão Europeia declarações de despesa certificada e pedidos de pagamento, com base em informações disponibilizadas pelas autoridades de gestão;
- c) Apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a grandes projectos apresentadas pelas autoridades de gestão;
- d) Certificar que a declaração de despesas é exacta, resulta de sistemas de contabilidade fiáveis e se baseia em documentos justificativos verificáveis, bem como que as despesas declaradas estão em conformidade

com as regras comunitárias e nacionais aplicáveis e foram incorridas em relação a operações seleccionadas para financiamento em conformidade com os critérios aplicáveis aos PO e com as regras nacionais e comunitárias;

- e) Assegurar, para efeitos de certificação, que recebam informações adequadas das autoridades de gestão sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas constantes das declarações de despesas;
- f) Ter em conta, para efeitos de certificação, os resultados de todas as auditorias efectuadas pela autoridade de auditoria ou pelas estruturas de auditoria segregadas do IFDR, I. P., ou do IGFSE, I. P.;
- g) Assegurar os fluxos financeiros com a Comissão Europeia;
- h) Desenvolver os procedimentos necessários para garantir a compatibilização entre os sistemas de informação das autoridades de gestão e os sistemas de informação das autoridades de certificação, que seja mais eficaz para cumprir os objectivos do artigo 13.º;
- i) Manter registos contabilísticos informatizados e actualizados das despesas declaradas à Comissão Europeia;
- j) Manter o registo dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação, tendo em conta que os montantes recuperados devem ser restituídos ao orçamento geral da União Europeia antes do encerramento dos PO, mediante dedução à declaração de despesas seguinte;
- k) Emitir normas e orientações técnicas que apoiem o adequado exercício das funções das autoridades de gestão e que favoreçam o bom exercício das funções atribuídas às autoridades de certificação;
- l) Elaborar e apresentar à comissão técnica de coordenação do QREN, conforme referido na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º, propostas de revisão e de reprogramação dos PO dirigidas a melhorar a eficácia e a eficiência do QREN;
- m) Difundir boas práticas de gestão e acompanhar a respectiva aplicação pelas autoridades de gestão;
- n) Divulgar informação sobre a execução do QREN, designadamente no que respeita à prossecução das respectivas prioridades operacionais e financeiras;
- o) Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º;
- p) Participar no acompanhamento dos exercícios de avaliação do QREN e dos PO previstos no artigo 14.º

2 - O IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., asseguram o estabelecimento e o funcionamento eficaz de sistemas de informação no âmbito das suas atribuições específicas e o tratamento de dados físicos e financeiros sobre a execução do QREN, cuja coerência e articulação funcional é assegurada pela comissão técnica de coordenação do QREN.

3 - O IFDR, I. P., e o IGFSE, I. P., constituem a delegação portuguesa que é membro do Comité de Coordenação dos Fundos previsto no n.º 1 do artigo 103.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

4 - As funções das autoridades de certificação referidas no n.º 1 não são delegáveis.

### SECÇÃO III - Sistemas de informação, avaliação e comunicação

#### Artigo 13.º - Sistemas de informação

1 - A monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, a verificação do cumprimento do princípio da adicionalidade, a certificação, a auditoria e o controlo, o aconselhamento estratégico, a gestão, o acompanhamento e a avaliação dos PO são apoiadas por sistemas de informação.

2 - É desenvolvido, sob responsabilidade do Observatório do QREN, um módulo de integração dos sistemas de informação

das autoridades de certificação que agrega os indicadores necessários para o exercício das suas competências de coordenação e monitorização estratégicas, integrando outros indicadores relevantes para o exercício das suas competências e incluindo um conjunto focalizado de indicadores para a monitorização ambiental estratégica dos PO co-financiados pelo FEDER e FC, necessário para assegurar o cumprimento das disposições regulamentares nacionais e comunitárias aplicáveis.

3 - É da responsabilidade da autoridade de auditoria o desenvolvimento e a manutenção de um sistema de informação único para auditoria, com uma estrutura modular para os vários níveis de participação institucional e que, com coerência interna, acolha a informação fornecida ou recebida pelas diversas entidades e que comunique com o sistema de informação da Comissão Europeia (SFC 2007).

4 - É da responsabilidade das autoridades de certificação o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação específicos que designadamente integrem, a níveis agregados, as informações contidas nos sistemas de informação dos PO, que viabilizem a elaboração e a transferência automática para o sistema de informação da Comissão Europeia (SFC 2007), designadamente de declarações de despesa certificada e de pedidos de pagamento e que apoiem o exercício das competências de monitorização estratégica, operacional e financeira.

5 - É da responsabilidade das autoridades de gestão o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação específicos, que integrem bases de dados estatísticos, financeiros, de realização, de resultado e de impacto, construídas com base na informação prestada directamente pelos beneficiários e organismos intermédios, permitindo o respectivo tratamento automático bem como, nas situações pertinentes, a georreferenciação dos investimentos concretizados.

6 - Os organismos intermédios utilizam um sistema de informação que satisfaça as especificações técnicas definidas pela autoridade de gestão.

7 - Os indicadores de realização física e financeira dos PO são directa e exclusivamente produzidos pelos respectivos sistemas de informação das autoridades de gestão e de certificação, cabendo a estas últimas validar a qualidade da informação.

8 - Os sistemas de informação referidos nos n.os 2, 3, 4 e 5 apoiam igualmente as actividades de avaliação, informação e comunicação.

9 - Os sistemas de informação a que se refere o número anterior devem permitir o tratamento transversal da informação para o conjunto dos fundos comunitários e dos PO.

10 - O IFDR, I. P., assegura a ligação e articulação entre o sistema de informação do QREN e o sistema de informação da Comissão Europeia (SFC 2007), sem prejuízo das articulações directas entre os sistemas de informação das autoridades de certificação e o SFC 2007.

#### Artigo 14.º - Avaliação

1 - A avaliação visa melhorar a qualidade, a eficácia, a eficiência e a coerência das operações concretizadas com o apoio dos fundos comunitários com carácter estrutural.

2 - As avaliações têm lugar:

- a) Antes do início do período de programação, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade da programação, analisando designadamente os objectivos e os resultados a alcançar, bem como os efeitos que devem ser produzidos no quadro da situação temática ou territorial em apreço, das suas potencialidades e desafios, a coerência com a estratégia de desenvolvimento definida, os recursos mobilizados e os procedimentos adoptados para a respectiva governação;

- b) Durante o período de programação, examinando em especial a existência de desvios potenciais ou efectivos face aos objectivos estabelecidos;
- c) Após o período de programação, incidindo de forma particular sobre os factores de êxito ou de insucesso dos PO e as boas práticas.

3 - As avaliações a realizar durante o período de programação têm obrigatoriamente lugar no quadro dos processos de revisão ou de reprogramação dos PO.

4 - As avaliações a realizar durante o período de programação podem assumir:

- a) Natureza estratégica, dirigindo-se a analisar os contributos das operações, dos PO e do QREN para a prossecução dos respectivos objectivos e prioridades e a apresentar recomendações para melhorar os respectivos desempenhos;
- b) Natureza operacional, destinando-se a analisar a implementação das intervenções do PO ou de conjuntos de PO e a apresentar recomendações para melhorar o seu desempenho.

5 - As avaliações referidas na alínea b) do n.º 2 incidem igualmente sobre as dimensões relevantes em termos de avaliação ambiental estratégica.

6 - As avaliações referidas no n.º 3 deste artigo devem, quando respeitem a um PO ou a conjuntos de PO, ser apresentadas às correspondentes comissões de acompanhamento e transmitidas à Comissão Europeia.

7 - A responsabilidade pela realização dos estudos de avaliação, concretizados de acordo com o plano global de avaliação referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º, é atribuída às seguintes entidades:

- a) Às entidades responsáveis pela preparação dos documentos de programação no caso das avaliações a realizar antes do início do período de programação;
- b) Ao Observatório do QREN, no caso das avaliações de natureza estratégica a realizar durante o período de programação;
- c) Às autoridades de certificação e às autoridades de gestão, no caso das avaliações de natureza operacional a realizar durante o período de programação;
- d) À Comissão Europeia, no caso das avaliações a realizar após o período de programação.

8 - As responsabilidades definidas nos termos das alíneas b) e c) do número anterior podem ser exercidas de forma integrada e articulada.

9 - Sem prejuízo do disposto no n.º 7, a comissão ministerial do QREN e as comissões ministeriais dos PO podem decidir realizar estudos de avaliação de natureza estratégica, nomeadamente mediante proposta da comissão técnica de coordenação do QREN, que não se encontrem integrados no plano global de avaliação referido na alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º

10 - Os estudos de avaliação referidos na alínea b) do n.º 2 são apreciados pelas comissões ministeriais de coordenação dos PO pertinentes antes da respectiva apresentação às comissões de acompanhamento.

11 - O Observatório do QREN, as autoridades de certificação e as autoridades de gestão fornecem os recursos necessários para realizar as avaliações, organizam a produção e a recolha dos dados necessários, designadamente através dos sistemas de informação.

12 - As avaliações são realizadas por peritos ou organismos, internos ou externos à Administração Pública, funcionalmente independentes das autoridades de gestão, de certificação e de auditoria, bem como do Observatório do QREN.

13 - Os custos associados aos estudos de avaliação são imputados aos PO de assistência técnica do QREN e às dotações para assistência técnica dos respectivos PO, de acordo com o âmbito desses exercícios.

#### Artigo 15.º - Informação e comunicação

1 - As actividades de informação e comunicação no âmbito do QREN, dos fundos e dos PO são realizadas no quadro e de forma coerente com uma estratégia de comunicação, dirigida aos objectivos de melhorar e assegurar a eficácia das formas e dos procedimentos de comunicação e informação ao público, promovendo a mobilização dos parceiros, o aumento da transparência e a facilitação do acesso à informação, bem como a optimização da utilização das tecnologias de informação.

2 - A estratégia de comunicação referida no número anterior integra três níveis de formulação e de implementação:

- a) Estratégia global de comunicação do QREN, cuja elaboração é da responsabilidade do Observatório do QREN, que contém orientações transversais para os restantes níveis;
- b) Planos de comunicação por fundo comunitário, cuja elaboração e concretização compete às autoridades de certificação;
- c) Planos de comunicação dos PO, da responsabilidade das correspondentes autoridades de gestão.

3 - São elaborados, de forma coerente com a estratégia de comunicação referida no n.º 1, planos de comunicação para cada um dos níveis mencionados no número anterior, da responsabilidade das entidades aí referenciadas.

4 - A estratégia global de comunicação do QREN e as orientações transversais para os restantes níveis são aprovadas pela comissão técnica de coordenação do QREN.

5 - A concretização da estratégia global de comunicação do QREN é apoiada por uma rede informal de contacto, intercâmbio de experiência e boas práticas entre os responsáveis pela comunicação e informação das entidades referidas no n.º 2, coordenada pelo presidente da comissão técnica de coordenação do QREN.

#### SECÇÃO IV - Circuitos financeiros

##### Artigo 16.º - Circuitos financeiros

1 - As contribuições comunitárias relativas a cada um dos fundos, concedidas a título dos PO, são creditadas pelos serviços da Comissão Europeia directamente em conta bancária específica para cada fundo, a criar para o efeito pelo IFDR, I. P., e pelo IGFSE, I. P., junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.

2 - Compete ao IFDR, I. P., e ao IGFSE, I. P.:

- a) Efectuar transferências directas para os beneficiários, em regime de adiantamento ou de reembolso, executando autorizações de pagamento emitidas pelas autoridades de gestão, às quais compete proceder à validação da despesa e do pedido de pagamento do beneficiário, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte e no n.º 7;
- b) Efectuar transferências para as autoridades de gestão dos PO das Regiões Autónomas, às quais compete proceder à validação da despesa e do pedido de pagamento do beneficiário;
- c) Recuperar junto dos beneficiários os montantes que tenham sido indevidamente pagos, com juros de mora se for caso disso, sendo ainda responsável pelo reembolso dos financiamentos perdidos sempre que os montantes indevidamente pagos a um beneficiário não possam ser recuperados;
- d) Manter o registo contabilístico das operações realizadas a título de pagamento ou de recuperação relativas a cada beneficiário, bem como de todas as transferências efectuadas para os organismos intermédios, incluindo ainda os montantes devolvidos por estes organismos, nos casos em que tal ocorra;
- e) Dar conhecimento às autoridades de gestão dos pagamentos efectuados e dos montantes recuperados, no âmbito do respectivo PO;
- f) Organizar e manter actual o registo de dívidas aos PO.

3 - O IFDR, I. P., é responsável no âmbito do FEDER e FC e o IGFSE, I. P., no âmbito do FSE, pelo reembolso ao orçamento geral da União Europeia:

- a) Dos montantes recuperados a um beneficiário;
- b) Dos montantes que não possam ser recuperados junto do beneficiário, desde que se prove que o prejuízo sofrido resultou de erro ou negligência das autoridades de gestão e ou de certificação.

4 - Compete à autoridade de gestão:

- a) Verificar a elegibilidade das despesas apresentadas pelos beneficiários, de acordo com as regras gerais de elegibilidade, os regulamentos específicos do PO e as condições específicas de cada operação;
- b) Validar despesa e emitir autorizações de pagamento aos beneficiários e determinar os montantes a recuperar, mantendo os respectivos registos contabilísticos;
- c) Efectuar, no caso das autoridades de gestão dos PO das Regiões Autónomas, transferências para os beneficiários, em regime de adiantamento ou de reembolso, bem como manter o registo contabilístico das operações realizadas a esse título;
- d) Assegurar o registo, no sistema de informação do PO, dos dados referentes à validação da despesa, pagamento e aos montantes a recuperar, devendo salvaguardar a compatibilidade e a transferência automática de dados para o sistema de informação da autoridade de certificação.

5 - Compete conjuntamente às autoridades de certificação e de gestão e aos organismos referidos no n.º 7 assegurar que os beneficiários recebem os montantes de financiamento público a que têm direito no mais curto prazo possível, não podendo ser aplicada nenhuma dedução, retenção ou encargo ulterior específico que tenha por efeito reduzir esses montantes, sem prejuízo de compensação de créditos e das normas comunitárias e nacionais relativas à elegibilidade.

6 - Pode ser exercida por organismos intermédios responsáveis por subvenções globais ou organismos responsáveis pela gestão de sistemas de incentivos às empresas ou de mecanismos de engenharia financeira a função de transferência directa para os beneficiários, devendo tal ser definido mediante despacho do membro do Governo que tutela o IFDR, I. P., ou o IGFSE, I. P., consoante o fundo em questão.

7 - O regime de fluxos financeiros entre, por um lado, o IFDR, I. P., no caso do FEDER e FC, e o IGFSE, I. P., no caso do FSE, e, por outro, os organismos referidos no número anterior, deve ser definido em protocolo a estabelecer entre estas partes e as autoridades de gestão do(s) PO financiador(es).

8 - Os beneficiários apresentam os seus pedidos de pagamento à autoridade de gestão do PO no âmbito do qual as correspondentes operações foram aprovadas, de acordo com o que nesta matéria seja definido na regulamentação nacional aplicável aos PO.

9 - São definidas por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e do desenvolvimento regional, para o FEDER e FC, as normas complementares ao disposto no presente artigo a observar no âmbito dos circuitos financeiros entre as autoridades de certificação, as autoridades de gestão, os organismos intermédios e os beneficiários relativos a todos os PO.

10 - No âmbito do FSE, as regras complementares ao disposto no presente artigo são definidas através do decreto regulamentar referido no n.º 4 do artigo 30.º

#### SECÇÃO V - Auditoria e controlo

##### Artigo 17.º - Objecto

O exercício das funções de auditoria no âmbito do QREN e dos PO é regulado pelo disposto no presente decreto-lei.

##### Artigo 18.º - Princípios orientadores

O exercício das funções de auditoria subordina-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Existência de um modelo único para todo o QREN, que acolha as especificidades que decorrem das características particulares dos fundos estruturais, do fundo de coesão e dos PO;
- b) Promoção de acções de coordenação e articulação entre as diferentes entidades, garantindo a eficiência e a eficácia na sua articulação;
- c) Boa gestão financeira na utilização dos fundos disponibilizados através do QREN;
- d) Garantia do respeito pela separação de funções.

#### Artigo 19.º - Objectivos

O exercício das funções de auditoria tem por objectivo:

- a) Assegurar que os sistemas de gestão e controlo dos PO estão instituídos em conformidade com os requisitos dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, e funcionam de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa apresentadas à Comissão Europeia são correctas e, consequentemente, que as transacções subjacentes são legais e regulares;
- b) Prevenir e detectar as irregularidades, contribuindo para a correcção e recuperação dos fundos indevidamente pagos.

#### Artigo 20.º - Entidades

1 - A auditoria do QREN integra:

- a) A IGF, enquanto autoridade de auditoria de todos os PO;
- b) As estruturas de auditoria segregadas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P.;
- c) A comissão técnica de auditoria.

2 - As funções de auditoria do QREN são exercidas com base:

- a) Na regulamentação comunitária aplicável e no presente decreto-lei;
- b) Nos manuais de auditoria;
- c) Nos manuais de procedimentos das autoridades de certificação, das entidades pagadoras e das autoridades de gestão.

#### Artigo 21.º - Autoridade de auditoria

1 - As funções de autoridade de auditoria do QREN são exercidas pela IGF, sendo-lhe cometido o exercício das funções previstas na regulamentação comunitária aplicável, designadamente:

- a) Assegurar que são realizadas auditorias a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e de controlo do programa operacional;
  - b) Assegurar que são efectuadas auditorias e controlos sobre operações com base em amostragens adequadas que permitam verificar as despesas declaradas, nos termos definidos no âmbito do sistema de auditoria e controlo do QREN;
  - c) Apresentar à Comissão Europeia, num prazo de nove meses após a aprovação do programa, uma estratégia de auditoria que inclua os organismos que vão realizar as auditorias referidas nas alíneas anteriores, o método a utilizar, o método de amostragem para as auditorias das operações e a planificação indicativa das auditorias a fim de garantir que os principais organismos são controlados e que as auditorias são repartidas uniformemente ao longo de todo o período de programação;
  - d) Até 31 de Dezembro de cada ano durante o período de 2008 a 2015:
- I. Apresentar à Comissão Europeia um relatório anual de controlo que indique os resultados das auditorias levadas a cabo durante o anterior período de 12 meses que terminou em 30 de Junho do ano em causa, em conformidade com a estratégia de auditoria do programa, e prestar informações sobre eventuais problemas encontrados nos sistemas de

gestão e controlo do programa, sendo que o primeiro relatório, a ser apresentado até 31 de Dezembro de 2008, deve abranger o período de 1 de Janeiro de 2007 a 30 de Junho de 2008 e as informações relativas às auditorias realizadas após 1 de Julho de 2015 devem ser incluídas no relatório de controlo final que acompanha a declaração de encerramento;

II. ii) Emitir um parecer, com base nos controlos e auditorias efectuados sob a sua responsabilidade, sobre se o sistema de gestão e controlo funciona de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão Europeia são correctas e, consequentemente, dar garantias razoáveis de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade;

III. iii) Apresentar, se necessário nos termos do artigo 88.º, uma declaração de encerramento parcial que avalie a legalidade e a regularidade das despesas em causa;

- e) Apresentar à Comissão Europeia, até 31 de Março de 2017, uma declaração de encerramento que avalie a validade do pedido de pagamento do saldo final e a legalidade e regularidade das transacções subjacentes abrangidas pela declaração final de despesas, acompanhada de um relatório de controlo final.

2 - São realizadas directamente pela autoridade de auditoria ou através do recurso a auditores externos, as auditorias que visem:

- a) Garantir o bom funcionamento do sistema de gestão e de controlo dos PO;
- b) Assegurar que as auditorias das operações, a realizar pelas estruturas de auditorias segregadas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P., são realizadas com base numa amostra apropriada e suficiente, segundo normas técnicas e metodológicas internacionalmente aplicáveis.

3 - A IGF, enquanto autoridade de auditoria do QREN, deve também exercer análogas funções no âmbito dos PO de cooperação territorial europeia para os quais venha a ser cometida esta responsabilidade a Portugal.

#### Artigo 22.º - Estruturas de auditoria segregadas

1 - As estruturas de auditoria segregadas integram-se no IFDR, I. P., para o FEDER e FC, e no IGFSE, I. P., para o FSE.

2 - As estruturas de auditoria segregadas integram as estruturas orgânicas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P., no respeito do princípio da separação de funções e da salvaguarda de conflitos de interesses com o exercício das restantes atribuições destes organismos, designadamente as relativas à certificação de despesa.

3 - As estruturas de auditoria segregadas são responsáveis pela execução das auditorias em operações e asseguram:

- a) A formulação dos planos anuais de auditoria a operações, incluindo a elaboração das respectivas amostras;
- b) A realização de auditorias a operações, com meios próprios ou com recurso a auditores externos;
- c) Realizar acções de controlo cruzado, junto de outras entidades envolvidas, a fim de ter acesso às informações consideradas necessárias ao esclarecimento dos factos objecto da auditoria.

4 - Os técnicos que representem as estruturas de auditoria segregadas, sempre que tal seja necessário ao desempenho das suas funções e para além de outros previstos na lei, gozam dos direitos e prerrogativas seguintes:

- a) Aceder aos serviços e instalações das entidades objecto de auditoria;
- b) Utilizar instalações adequadas ao exercício das suas funções em condições de dignidade e eficácia, obtendo a colaboração de funcionários e restante pessoal que se mostre indispensável;

- c) Corresponder-se com quaisquer entidades públicas ou privadas sobre assuntos de interesse para o exercício das suas funções, ou para obtenção dos elementos que se mostrem indispensáveis;
- d) Proceder ao exame de quaisquer elementos em poder de serviços públicos, empresas públicas ou privadas, ou obter aí o seu fornecimento, quando se mostrem indispensáveis à realização das suas funções.

**Artigo 23.º - Articulação da actividade de auditoria**

1 - A articulação técnica global da actividade de auditoria, incluindo a concertação entre a IGF e as estruturas de auditoria segregadas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P., compreende o exercício das seguintes competências:

- a) Estabelecer o processo de planeamento anual das auditorias em operações, em conformidade com a estratégia de auditoria;
- b) Monitorizar o sistema de informação para as auditorias em operações, identificando as necessidades e correcções a introduzir;
- c) Identificar os requisitos do sistema de informação para as auditorias em operações, que permita a monitorização em rede de toda a respectiva actividade;
- d) Adoptar e divulgar orientações sistematizadoras para as entidades que exercem responsabilidades de auditoria;
- e) Promover a realização periódica de encontros de informação com as autoridades de gestão.

2 - A coordenação da actividade de auditoria é exercida pela comissão técnica de auditoria, adiante designada por CTA, composta pela IGF, que coordena, e pelas estruturas de auditoria segregadas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P.

**Artigo 24.º - Exclusividade do exercício das funções de auditoria**

1 - O exercício das funções definidas para a autoridade de auditoria, e para as estruturas de auditoria segregadas do IFDR, I. P., e do IGFSE, I. P., não é delegável, no todo ou em parte.

2 - O disposto no número anterior não abrange a contratação de serviços, incluindo de auditores externos.

3 - As entidades que desempenhem funções de organismos intermédios, nos termos do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, e no âmbito das modalidades de delegação de competências previstas para o QREN, estão sujeitas, para o conjunto da sua actividade neste âmbito, à auditoria das entidades referidas nos artigos 21.º e 22.º

**Artigo 25.º - Comunicação de irregularidades**

1 - No cumprimento do disposto nos artigos 27.º a 36.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, compete à autoridade de auditoria coordenar o tratamento da informação relativa às comunicações de irregularidades no âmbito do QREN.

2 - Para efeitos do número anterior compete à autoridade de auditoria:

- a) Centralizar as informações relativas a irregularidades detectadas;
- b) Promover as acções de articulação que se revelem necessárias, no âmbito da CTA;
- c) Elaborar, com a colaboração dos restantes intervenientes, as instruções e normas tendentes a um tratamento uniforme das informações previstas na alínea a).

3 - Serão instituídos, sempre que apropriado, procedimentos específicos para o tratamento das informações e acompanhamento dos processos relativos às irregularidades detectadas, com vista ao integral cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação da regulamentação relativa à comunicação de irregularidades à Comissão Europeia.

**Artigo 26.º - Aquisição de serviços de auditoria externa**

1 - A aquisição de serviços de auditoria externa, no âmbito do controlo do QREN, pode ser efectuada de acordo com as seguintes regras:

- a) Prévia qualificação, por concurso público internacional, a realizar pela autoridade de auditoria, de entidades auditoras externas, tendo em vista a constituição de um painel único, com a validade de 2 anos, renovável por iguais períodos com um limite máximo de 10 anos, com observância do regime legal aplicável;
- b) Negociação restrita às entidades pré-qualificadas, quando o valor do contrato seja igual ou superior a (euro) 75 000;
- c) Ajuste directo restrito às entidades pré-qualificadas, quando o valor do contrato seja inferior a (euro) 75 000;
- d) Celebração de contrato escrito, independentemente do valor.

2 - A renovação a que alude o número anterior obedece a regras e procedimentos a definir pela CTA.

**Artigo 27.º - Encargos de auditoria**

Os encargos com a auditoria do QREN devem ser incluídos e co-financiados no âmbito dos PO de assistência técnica ao QREN, sem prejuízo da aplicação das regras gerais de elegibilidade.

**Secção VI - Participação económica e social no QREN e nos PO**

**Artigo 28.º - Participação económica e social**

1 - A participação económica e social no âmbito do QREN é especialmente assegurada pelo Conselho Económico e Social.

2 - Para além do exercício das suas competências próprias, o Conselho Económico e Social aprecia os relatórios anuais de monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN e os relatórios de execução anual e final dos PO.

3 - As comissões de acompanhamento dos PO integram representantes dos parceiros económicos, sociais e institucionais, conforme explicitado no artigo 42.º

**Capítulo III - Governação dos PO**

**Secção I - Programas Operacionais**

**Artigo 29.º - Natureza dos PO**

1 - Os PO que integram o QREN têm natureza temática, regional, de assistência técnica e de cooperação territorial.

2 - Os PO temáticos são:

- a) PO Potencial Humano, co-financiado pelo FSE, com incidência territorial correspondente ao território continental;
- b) PO Factores de Competitividade, co-financiado pelo FEDER, com incidência territorial nas regiões correspondentes a unidades do nível ii da Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) Norte, Centro e Alentejo;
- c) PO Valorização do Território, co-financiado pelo FEDER e pelo FC com incidência territorial nas regiões correspondentes a unidades do nível ii da NUTS Norte, Centro e Alentejo no que respeita às operações co-financiadas pelo FEDER, e com incidência territorial nacional no que se refere às operações co-financiadas pelo FC.

3 - Os PO regionais do continente, cujo co-financiamento comunitário é assegurado pelo FEDER, são:

- a) Norte, com incidência territorial na região correspondente ao nível ii da NUTS Norte;
- b) Centro, com incidência territorial na região correspondente ao nível ii da NUTS Centro;
- c) Lisboa, com incidência territorial na região correspondente ao nível ii da NUTS Lisboa;
- d) Alentejo, com incidência territorial na região correspondente ao nível ii da NUTS Alentejo;

e) Algarve, com incidência territorial na região correspondente ao nível ii da NUTS Algarve.

4 - Os PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cujo co-financiamento é assegurado, em cada uma dessas regiões, pelo FEDER e pelo FSE, têm incidência territorial nas regiões correspondentes ao nível ii de cada uma das NUTS Açores e Madeira, respectivamente.

5 - O QREN integra dois PO de assistência técnica, co-financiados respectivamente pelo FEDER e pelo FSE, com incidência territorial nacional.

6 - Os PO de cooperação territorial são co-financiados pelo FEDER e têm a incidência transfronteiriça, transnacional e inter-regional especificada em cada um deles.

7 - As prioridades estratégicas do QREN são prosseguidas e os seus princípios orientadores são respeitados por todos os PO.

## SECÇÃO II - Governação dos PO

### Artigo 30.º - Regulamentos e orientações para a governação dos PO

1 - A governação dos PO é efectuada em conformidade com a legislação nacional, com a regulamentação comunitária, com o QREN, com as decisões da Comissão Europeia relativas à aprovação dos PO, com o conteúdo dos PO aprovados e com os regulamentos e as orientações técnicas, administrativas e financeiras estabelecidos no âmbito de cada tipologia de investimentos ou tipologia de acções susceptível de financiamento pelos PO.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os regulamentos específicos relativos a tipologias de investimentos ou de acções financiadas no âmbito de PO Regionais, do PO Valorização do Território, do PO Factores de Competitividade e dos instrumentos de programação do FEADER e FEP que sejam abrangidas pela intervenção do Regulamento (CE) n.º 1081/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho, relativo ao FSE, são instruídos com parecer do IGFSE, I. P.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os regulamentos específicos relativos a tipologias de investimentos ou de acções financiadas no âmbito de PO Potencial Humano que sejam abrangidas pela intervenção do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, são instruídos com parecer do IFDR, I. P.

4 - Sem prejuízo do disposto no presente decreto-lei, o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito do FSE é aprovado por decreto regulamentar.

5 - Os regulamentos relativos a cada tipologia de investimentos ou de acções susceptível de financiamento pelos PO, referidos no n.º 1, são aprovados pelas comissões ministeriais de coordenação dos respectivos PO, tendo em conta as orientações estabelecidas pela comissão ministerial de coordenação do QREN e salvaguardadas as situações em que a referida aprovação é da responsabilidade do Conselho de Ministros.

6 - As orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas a cada tipologia de investimentos susceptível de financiamento pelos PO, referidos no número anterior, são estabelecidas pelas autoridades de gestão.

7 - Os critérios de selecção das operações financiáveis pelos PO e as respectivas revisões ou alterações são aprovadas pelas respectivas comissões de acompanhamento, na sequência das propostas ou de documentos apresentados pelas autoridades de gestão, através dos respectivos gestores.

8 - Os regulamentos referidos nos n.os 1 e 5 contêm normativos sobre, designadamente, as seguintes matérias:

- Tipo e natureza das operações susceptíveis de financiamento pelos PO;
- Entidades beneficiárias;
- Condições de aceitabilidade ou admissibilidade dos beneficiários e das operações;

d. Despesas elegíveis para financiamento pelos PO e despesas não elegíveis;

e. Critérios de selecção das operações;

f. Descrição dos processos de apresentação das candidaturas, de verificação das condições de aceitabilidade, da apreciação de mérito, da decisão de financiamento, da contratação do financiamento, do acompanhamento da execução das operações financiadas e do respectivo controlo, apresentando um fluxograma destes processos que identifique os órgãos e entidades responsáveis e os prazos máximos de cada fase;

g. Taxas máximas de financiamento das despesas elegíveis;

h. Obrigações dos beneficiários das operações.

9 - A utilização de meios de comunicação electrónica respeita, na medida em que sejam exigíveis formas de utilização digital qualificada ou de certificação temporal, os requisitos legais e regulamentares do Sistema de Certificação Electrónica do Estado - Infra-Estrutura de Chaves Públicas.

### Artigo 31.º - Governação dos PO temáticos

1 - A governação dos PO temáticos compreende órgãos de direcção política, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento.

2 - O órgão de direcção política de cada PO Temático é a comissão ministerial de coordenação do PO.

3 - O órgão de gestão de cada PO temático é a autoridade de gestão.

4 - O órgão de acompanhamento de cada PO temático é a comissão de acompanhamento.

### Artigo 32.º - Princípios orientadores da governação dos PO temáticos

1 - O órgão de gestão de cada um dos PO temáticos assegura o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as autoridades de gestão.

2 - O órgão de gestão de cada PO temático responde perante o órgão de direcção política do respectivo PO, nos termos do n.º 4 do artigo 50.º, e reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo e de certificação.

3 - O órgão de acompanhamento de cada um dos PO temáticos assegura a participação dos municípios, dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade da matéria e é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento.

4 - O exercício da função e das competências atribuídas pelo presente decreto-lei ao gestor de cada um dos PO temáticos é profissionalizado.

### Artigo 33.º - Governação dos PO regionais do continente

1 - A governação dos PO regionais do continente compreende órgãos de direcção política, órgãos de aconselhamento estratégico, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento.

2 - O órgão de direcção política do conjunto dos PO regionais do continente é a comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente.

3 - O órgão de aconselhamento estratégico de cada PO regional do continente é a comissão de aconselhamento estratégico regional.

4 - O órgão de gestão de cada PO regional do continente é a autoridade de gestão.

5 - O órgão de acompanhamento de cada PO regional do continente é a comissão de acompanhamento.

### Artigo 34.º - Princípios orientadores da governação dos PO regionais do continente

1 - O órgão de gestão de cada um dos PO regionais do continente assegura o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as autoridades de gestão.

2 - O órgão de gestão de cada PO regional do continente responde perante o órgão de direcção política do conjunto dos PO regionais do continente, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º, e reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo, de certificação e à comissão de aconselhamento estratégico do respectivo PO.

3 - O órgão de acompanhamento de cada um dos PO regionais do continente assegura a participação dos municípios, dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade e é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento.

4 - A execução descentralizada ou em parceria de acções integradas pode ser contratualizada com as associações de municípios relevantes organizadas territorialmente de acordo com unidades de nível III da NUTS, devendo os correspondentes contratos de execução prever mecanismos que impeçam a atomização de projectos de investimento e garantam com eficácia o interesse supramunicipal de tais acções durante toda a sua realização.

#### Artigo 35.º - Governação dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

1 - A governação dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira compreende órgãos de orientação política e estratégica, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento.

2 - O órgão de orientação política e estratégica dos PO de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é a comissão governamental regional de orientação dos PO.

3 - O órgão de gestão de cada PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é a autoridade de gestão.

4 - O órgão de acompanhamento do conjunto dos PO de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é a comissão de acompanhamento.

#### Artigo 36.º - Princípios orientadores da governação dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

1 - O órgão de gestão de cada um dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira assegura o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as autoridades de gestão e reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo e de certificação.

2 - O órgão de acompanhamento do conjunto dos PO de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira assegura a participação dos municípios, parceiros económicos e sociais e é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento.

3 - Os Governos Regionais dos Açores e da Madeira definem a composição e as competências dos órgãos dos PO das respectivas Regiões, bem como a participação adequada dos municípios e dos parceiros económicos e sociais e designam os respectivos representantes nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do QREN.

4 - O exercício da função e das competências atribuídas pelo presente decreto-lei ao gestor dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é profissionalizado.

#### Artigo 37.º - Governação dos PO de assistência técnica

1 - A governação dos PO de assistência técnica compreende órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento.

2 - O órgão de gestão de cada PO de assistência técnica é a autoridade de gestão.

3 - O órgão de acompanhamento do conjunto dos PO de assistência técnica é a comissão de acompanhamento.

#### Artigo 38.º - Princípios orientadores da governação dos PO de assistência técnica

1 - Os órgãos de gestão dos PO de assistência técnica co-financiados pelo FEDER e pelo FSE asseguram o exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as autoridades de gestão.

2 - Os órgãos de gestão dos PO de assistência técnica co-financiados pelo FEDER e pelo FSE são tutelados pelo ministro responsável pelo desenvolvimento regional e pelo ministro responsável pelo emprego e pela formação profissional, respectivamente.

3 - O órgão de acompanhamento do conjunto dos PO de assistência técnica é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento.

#### Artigo 39.º - Governação dos PO de cooperação territorial europeia

Os órgãos de governação dos PO de cooperação territorial europeia têm as características específicas definidas na regulamentação comunitária e as acordadas entre os Estados membros intervenientes e a Comissão Europeia.

### SECÇÃO III - Órgãos de governação dos PO e respectivas competências

#### Artigo 40.º - Comissões ministeriais de coordenação dos PO

1 - A coordenação global da execução de cada um dos PO temáticos e do conjunto dos PO regionais do continente é exercida pelas respectivas comissões ministeriais de coordenação.

2 - As comissões ministeriais de coordenação de cada um dos PO Temáticos e do conjunto dos PO regionais do continente são compostas pelos ministros com responsabilidades governativas mais relevantes no âmbito dos respectivos PO e têm a seguinte composição:

- a) Comissão ministerial de coordenação do PO Potencial Humano — Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que coordena, Ministro de Estado e das Finanças, Ministro da Presidência, Ministra da Educação e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- b) Comissão ministerial de coordenação do PO Factores de Competitividade — Ministro da Economia e da Inovação, que coordena, Ministro da Presidência, Ministro da Justiça, e Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- c) Comissão ministerial de coordenação do PO Valorização do Território — Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, que coordena, Ministro da Presidência, Ministro da administração Interna, Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Ministra da Educação;
- d) Comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente — Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que coordena, Ministro da Economia e da Inovação, Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, Ministro da Saúde, Ministra da Educação, Ministra da Cultura e membro do Governo com a tutela da administração local.

3 - Serão chamados a participar nas reuniões das comissões ministeriais de coordenação dos PO temáticos e regionais do continente outros ministros relevantes em razão das matérias.

4 - Serão chamados a participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação do PO temático Valorização do Território os representantes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira sempre que estejam em causa matérias com interesse para as Regiões Autónomas.

5 - Pode participar nas reuniões da comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente o presidente do conselho directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo convocado quando que se trate de matérias estratégicas especialmente relevantes para os municípios.

6 - A comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente pode reunir em plenário para tratar de matérias relevantes para todos os PO regionais do continente ou de



forma restrita para tratar de assuntos específicos de uma região ou de um número limitado de regiões.

7 - A comissão ministerial de coordenação de cada um dos PO temáticos e do conjunto dos PO regionais do continente é especialmente responsável pelo exercício das seguintes competências:

- a) Coordenação global da execução dos PO respectivos;
- b) Promoção da participação económica, social e institucional no acompanhamento dos PO respectivos;
- c) Aprovação dos regulamentos específicos dos PO respectivos;
- d) Estabelecimento de orientações específicas sobre a gestão dos PO respectivos;
- e) Definição das tipologias de investimentos e de acções que, pela sua dimensão financeira ou pela especial relevância dos seus objectivos, resultados ou efeitos, são objecto de confirmação da decisão de financiamento pela respectiva comissão ministerial de coordenação;
- f) Definição, sob proposta do gestor, das tipologias de investimentos e de acções cujas candidaturas a financiamento pelo PO são objecto de apreciação de mérito com recurso a entidades externas;
- g) Aprovação dos contratos celebrados entre as autoridades de gestão e organismos intermédios relativos à execução do PO respectivo;
- h) Apreciação das propostas dos relatórios anuais e do relatório final de execução do PO respectivo;
- i) Apreciação e aprovação da proposta de plano de avaliação do PO respectivo;
- j) Apreciação dos relatórios finais de avaliação operacional do PO respectivo;
- k) Apreciação das propostas de revisão e de reprogramação do PO respectivo e do QREN, sem prejuízo da competência, atribuída nesta matéria, à comissão de acompanhamento de cada PO;
- l) Apreciação e aprovação das especificações técnicas, bem como dos termos de referência dos estudos de avaliação de âmbito estratégico do respectivo PO, referidos na alínea h) do n.º 1 do artigo 8.º

8 - A comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente é especialmente responsável pelo exercício das competências referidas no número anterior para o conjunto e para cada um dos PO regionais do continente, bem como pela promoção da coerência e sinergias entre as operações financiadas pelos PO regionais do continente e as apoiadas pelo FEADER e pelo FEP.

9 - A competência da comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente referida na alínea e) do n.º 7 é exercida na sequência de proposta da comissão directiva e depois de ouvida a comissão de aconselhamento estratégico do PO.

10 - Constituem competências específicas dos ministros coordenadores:

- a) Acompanhar a gestão corrente dos respectivos PO;
- b) Apreciar e decidir os recursos a actos praticados pelas autoridades de gestão dos respectivos PO.

Artigo 41.º - Comissões de aconselhamento estratégico dos PO regionais do continente

1 - O aconselhamento estratégico da execução de cada um dos PO regionais do continente incumbe à respectiva comissão de aconselhamento estratégico.

2 - A comissão de aconselhamento estratégico de cada um dos PO regionais do continente é composta pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, que preside, e da administração local, pelo presidente da CCDR, por um representante das instituições do ensino superior, por um representante das associações empresariais, por um representante das associações sindicais e por um representante de cada uma das associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as

unidades de nível III da NUTS, excepto quando necessário para perfazer o número mínimo de três.

3 - Os representantes das instituições do ensino superior, das associações empresariais e das associações sindicais, referidos no número anterior, devem assegurar representatividade regional na área de elegibilidade do respectivo PO.

4 - A comissão de aconselhamento estratégico de cada um dos PO regionais do continente reporta, através do membro do Governo responsável pelo desenvolvimento regional, à comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente.

5 - A comissão de aconselhamento estratégico de cada um dos PO regionais do continente é especialmente responsável pelo exercício das seguintes competências:

- a) Promover a concertação regional no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região;
- b) Emitir pareceres sobre a execução regional dos PO temáticos;
- c) Acompanhar a execução do PO regional, emitir pareceres sobre a adequação das operações apoiadas ao pleno aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento da região e emitir recomendações sobre as orientações de gestão da autoridade de gestão;
- d) Apreciar proposta da comissão directiva relativa à definição das tipologias de investimentos cujas candidaturas a apoio financeiro pelo PO são objecto de apreciação de mérito com intervenção de peritos, antes da correspondente deliberação pela comissão ministerial de coordenação;
- e) Apreciar e emitir parecer sobre os programas territoriais de desenvolvimento previstos no n.º 3 do artigo 64.º, antes da respectiva aceitação formal pela autoridade de gestão do PO regional;
- f) Tomar conhecimento dos contratos de delegação de competências da autoridade de gestão do PO regional em causa referidos nos artigos 63.º e 64.º e pronunciar-se sobre a respectiva execução.

6 — As competências das comissões de aconselhamento estratégico referidas nas alíneas a), b) e c) do número anterior são exercidas com o apoio técnico dos centros de observação das dinâmicas regionais.

Artigo 42.º - Composição das comissões de acompanhamento dos PO

1 - A comissão de acompanhamento dos PO é composta pelo gestor, que preside, e pelos seguintes membros:

- a) Um representante de cada membro da comissão ministerial de coordenação do PO;
- b) Os restantes membros da comissão directiva;
- c) Um representante de cada organismo intermédio com o qual a autoridade de gestão tenha estabelecido um contrato de delegação de competências;
- d) Um representante da autoridade de certificação respectiva;
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- g) Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente;
- h) Um representante da área da igualdade de género.

2 - De forma a reforçar o acompanhamento do PO, por parte dos parceiros sociais, a comissão de acompanhamento do PO Potencial Humano integra ainda uma comissão de acompanhamento permanente composta pela autoridade de gestão e por um representante de cada um dos parceiros económicos e sociais com assento na comissão permanente de concertação social.

3 - A comissão de acompanhamento do PO Valorização do Território integra ainda um representante da Região Autónoma dos Açores e um representante da Região Autónoma da Madeira.

4 - As comissões de acompanhamento dos PO regionais do continente integram ainda:

- a) Os membros da comissão de aconselhamento estratégico;
- b) Representantes, em número não superior a três, de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional;
- c) Os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP;
- d) O presidente do respectivo conselho da Região;
- e) Um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

5 - Os representantes dos parceiros económicos e sociais referidos na alínea g) do n.º 1, bem como o representante da área da igualdade de género referido na alínea h) do n.º 1, devem assegurar representatividade regional quando respeitem às comissões de acompanhamento dos PO regionais do continente.

6 - A composição das comissões de acompanhamento dos PO das Regiões Autónomas é definida pelo respectivo Governo Regional.

7 - As comissões de acompanhamento dos PO regionais do continente integram, a título consultivo, um representante da CCDR responsável pelo Plano Regional de Ordenamento do Território sempre que a área de intervenção do mesmo coincida apenas parcialmente com a área de elegibilidade do PO.

8 - As comissões de acompanhamento integram representantes da Comissão Europeia a título consultivo.

9 - As comissões de acompanhamento podem integrar representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento, a título consultivo, sempre que os correspondentes PO beneficiem de participação financeira dessas instituições.

10 - O Observatório do QREN, o coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, a autoridade de auditoria, o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e a autoridade de certificação que não integra o elenco dos membros referido no n.º 1 podem participar nas reuniões das comissões de acompanhamento, na qualidade de observadores.

11 - As autoridades de gestão dos PO temáticos podem participar nas reuniões das comissões de acompanhamento dos outros PO temáticos e dos PO regionais, na qualidade de observadores.

12 - As autoridades de gestão dos PO regionais do continente e das Regiões Autónomas podem participar nas reuniões das comissões de acompanhamento dos PO temáticos e dos outros PO regionais, na qualidade de observadores.

13 - Os membros observadores devem ser informados das respectivas agendas em simultâneo com os restantes membros.

14 - Quando a especificidade das matérias o justificar, as comissões de acompanhamento podem reunir com um número restrito de membros, nos termos previstos no respectivo regulamento interno.

15 - Em situações extraordinárias, devidamente justificadas, o gestor do PO pode solicitar a emissão de pareceres ou deliberações pela comissão de acompanhamento por procedimento escrito.

16 - Nas situações em que as comissões de acompanhamento exercem competências relativamente a vários PO, a respectiva presidência é assegurada rotativamente por cada um dos respectivos gestores.

17 - No caso dos PO de assistência técnica, dada a sua especialidade e carácter instrumental de apoio à gestão dos restantes PO, a composição da comissão de acompanhamento

é definida por despacho conjunto dos membros do Governo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 38.º, tutelam os respectivos órgãos de gestão.

#### Artigo 43.º - Competência das comissões de acompanhamento dos PO

1 - As comissões de acompanhamento dos PO asseguram a eficácia e a qualidade da execução dos respectivos PO, sendo especialmente responsáveis pelo exercício das seguintes competências:

- a) Analisar e aprovar os critérios de selecção das operações financiáveis e aprovar revisões ou alterações desses critérios;
- b) Examinar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos do PO designadamente no que respeita à realização dos objectivos específicos fixados para cada um dos eixos prioritários;
- c) Analisar e aprovar os relatórios anuais de execução e o relatório final de execução do PO;
- d) Analisar os resultados das avaliações estratégicas e operacionais relevantes para o PO e apresentar à autoridade de gestão propostas de realização de avaliações, designadamente quando os desvios entre os progressos verificados e os objectivos fixados em cada eixo prioritário forem considerados quantitativa ou qualitativamente significativos;
- e) Receber informação e analisar as conclusões do relatório de controlo anual, ou da parte do relatório que se refere ao PO, bem como sobre eventuais observações pertinentes expressas pela Comissão Europeia após a respectiva análise;
- f) Apresentar à autoridade de gestão propostas de revisão ou proceder a análises do PO susceptíveis de contribuir para a realização dos objectivos dos fundos comunitários referidos na regulamentação europeia ou de melhorar a gestão do PO, nomeadamente a sua gestão financeira;
- g) Examinar e aprovar eventuais propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos fundos comunitários;
- h) Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno.

2 - O exercício das competências referidas no número anterior é efectuado na sequência das propostas apresentadas pela autoridade de gestão, através do respectivo gestor.

#### Artigo 44.º - Autoridades de gestão dos PO

1 - As autoridades de gestão dos PO temáticos, dos PO de assistência técnica e dos PO regionais do continente têm a natureza jurídica de estrutura de missão, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

2 - As autoridades de gestão dos PO temáticos, dos PO de assistência técnica e dos PO regionais do continente têm a duração prevista para a execução dos respectivos PO, cessando funções com o envio à Comissão Europeia da declaração de encerramento, emitida pela autoridade de auditoria.

3 - As autoridades de gestão dos PO temáticos, dos PO de assistência técnica e dos PO regionais do continente são criadas por resolução do Conselho de Ministros, que estabelece:

- a) A designação da estrutura de missão;
- b) A identificação da missão;
- c) Os termos e a duração do mandato, com definição clara dos objectivos a alcançar;
- d) A composição do secretariado técnico, o estatuto e a forma de nomeação do ou dos secretários técnicos e dos elementos que o compõem;
- e) O número de elementos que integram o secretariado técnico e respectivas funções;
- f) O número máximo de elementos a recrutar nos termos da alínea a) b) e c) do n.º 4;
- g) Os encargos orçamentais e respectivo cabimento orçamental.

4 - O recrutamento dos elementos que integram as autoridades de gestão referidos nos números anteriores é efectuado com recurso:

- a) À requisição e ao destacamento de pessoal pertencente aos quadros dos serviços e organismos da Administração Pública, pela duração máxima estabelecida para a autoridade de gestão;
- b) À cedência ocasional de trabalhadores das pessoas colectivas públicas, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho;
- c) À celebração de contrato individual de trabalho, a termo, que cessa automaticamente com a cessação da autoridade de gestão.

5 - As autoridades de gestão dos PO temáticos, dos PO regionais do continente e dos PO de assistência técnica regem-se pelo disposto no presente decreto-lei e, pelo artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

6 - As autoridades de gestão dos PO temáticos, dos PO regionais do continente e dos PO de assistência técnica são representadas pelo respectivo gestor.

7 - A organização e o funcionamento das autoridades de gestão dos PO asseguram a prevenção de eventuais conflitos de interesse, tendo designadamente em conta as disposições pertinentes do Código do Procedimento Administrativo.

8 - As autoridades de gestão dos PO temáticos e dos PO de assistência técnica devem promover as soluções organizativas que favoreçam a partilha de recursos e a realização comum de tarefas de apoio.

Artigo 45.º - Competência da autoridade de gestão dos PO temáticos e de assistência técnica

1 - A autoridade de gestão dos PO temáticos e de assistência técnica é especialmente responsável pelo exercício das seguintes competências, através da comissão directiva, no caso dos PO temáticos, e do gestor, no caso dos PO de assistência técnica:

- a) Propor, no âmbito de cada tipologia de investimentos susceptível de financiamento pelo PO, regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas;
- b) Propor as tipologias de investimentos ou acções cujas candidaturas a financiamento pelo PO são objecto de apreciação de mérito com recurso a entidades externas;
- c) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- d) Assegurar-se de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- e) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- f) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- g) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- h) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- i) Verificar a elegibilidade das despesas;
- j) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- k) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código

contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;

- l) Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo PO, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, bem como para a monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN;
- m) Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a autoridade de certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;
- n) Assegurar o exercício das actividades necessárias no âmbito das candidaturas e execução dos projectos apoiados por programas de iniciativa comunitária ou por linhas orçamentais específicas do orçamento comunitário, designadamente nas situações em que se verifiquem complementaridades entre os referidos projectos e os que são financiados pelos respectivos PO;
- o) Fornecer às autoridades de certificação as informações que lhes permitam apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a grandes projectos;
- p) Elaborar e assegurar a execução do plano de comunicação do PO e garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos nos normativos comunitários e nacionais;
- q) Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e elaborar o plano de avaliação do PO;
- r) Assegurar que as avaliações operacionais do PO são realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis;
- q) Submeter à apreciação da comissão técnica de coordenação do QREN propostas de revisão e de reprogramação do PO, eventualmente envolvendo reprogramações noutros PO;
- s) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- t) Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;
- u) Elaborar e, após apreciação pela comissão ministerial de coordenação do PO, no caso dos PO temáticos, e aprovação pela comissão de acompanhamento do PO, apresentar à Comissão Europeia os relatórios anuais e final de execução do PO;
- v) Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;
- aa) Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do PO;
- bb) Nas situações previstas na alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º, propor a aprovação pela comissão ministerial de coordenação do PO das candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
- cc) Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
- dd) Confirmar as decisões de aprovação dos organismos intermédios;
- ee) Celebrar contratos de financiamento e assinar termos de aceitação relativos às operações aprovadas e

- acompanhar a realização dos investimentos ou a execução das acções;
- ff) Transmitir os relatórios referidos na alínea x), após aprovação, à Assembleia da República e ao Conselho Económico e Social.

2 - As competências referidas no número anterior são delegáveis no gestor que preside à comissão directiva.

3 - São competências do gestor que preside à comissão directiva:

- a. Representar a comissão directiva e o PO em quaisquer actos e actuar em nome desta junto da comissão ministerial de coordenação do PO, de instituições nacionais, estrangeiras, comunitárias e internacionais;
- b) Convocar e dirigir as reuniões da comissão directiva e assegurar o cumprimento das respectivas deliberações;
- c) Presidir ou integrar os órgãos participados pela autoridade de gestão;
- c) Praticar os actos necessários à regular e plena execução do PO, bem como ao normal funcionamento do respectivo secretariado técnico no âmbito da gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, tendo em conta os limites legais previstos, e que não constituam competência da respectiva comissão directiva;
- d) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, regulamento ou que lhe sejam delegados pela comissão directiva;
- e) Tomar as decisões e praticar todos os actos que, dependendo de deliberação da comissão directiva, por motivo imperioso de urgência, devam ser praticados imediatamente, sem prejuízo do dever de ratificação dos actos na primeira reunião ordinária subsequente;
- f) Distribuir pelouros pelos restantes membros da comissão directiva.

4 - Sem prejuízo do disposto no presente artigo, no âmbito do FSE podem ser definidas através do decreto regulamentar referido no n.º 4 do artigo 30.º outras competências da autoridade de gestão.

5 - No caso do PO de assistência técnica FSE, as decisões de aprovação são objecto de homologação pelo Ministro que tutela o respectivo órgão de gestão.

6 - No âmbito do FSE, nos casos em que haja delegação de competências de aprovação em organismos intermédios, as respectivas decisões de aprovação só são objecto de confirmação, quando tal seja expressamente definido no contrato que regula a relação de delegação.

Artigo 46.º - Competência da autoridade de gestão dos PO regionais do continente

1 - A autoridade de gestão dos PO regionais do continente é especialmente responsável pelo exercício das seguintes competências, através da comissão directiva mediante iniciativa de qualquer dos seus membros, em particular do presidente:

- a. Propor, no âmbito de cada tipologia de investimentos susceptível de financiamento pelo PO, regulamentos e aprovar orientações técnicas, administrativas e financeiras relativas às candidaturas a financiamento pelo PO, ao processo de apreciação das candidaturas e ao acompanhamento da execução das operações financiadas;
- b. Nas situações previstas na alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º, propor a aprovação pela comissão ministerial de coordenação do PO das candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
- c. Aprovar as candidaturas a financiamento pelo PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receberem apoio financeiro;
- d. Confirmar as decisões de aprovação dos organismos intermédios;

- e. Propor as tipologias de investimentos cujas candidaturas a financiamento pelo PO são objecto de apreciação de mérito com recurso a entidades externas;
  - f. Elaborar e, após apreciação pela comissão ministerial de coordenação do PO e aprovação pela comissão de acompanhamento do PO, apresentar à Comissão Europeia os relatórios anuais e final de execução do PO;
  - g. Fornecer às autoridades de certificação as informações que lhes permitam apreciar e transmitir à Comissão Europeia, nos termos regulamentares comunitários, as propostas relativas a grandes projectos;
  - h. Submeter à apreciação da comissão técnica de coordenação do QREN propostas de revisão e de reprogramação do PO, eventualmente envolvendo reprogramações noutros PO;
  - i. Assegurar o exercício das actividades necessárias no âmbito das candidaturas e execução dos projectos apoiados por programas de iniciativa comunitária ou por linhas orçamentais específicas do orçamento comunitário, designadamente nas situações em que se verifiquem complementaridades entre os referidos projectos e os que são financiados pelos respectivos PO;
  - j. Elaborar e assegurar a execução do plano de comunicação do PO e garantir o cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade estabelecidos nos normativos comunitários e nacionais.
- 2 — Constituem competências da comissão directiva delegadas no respectivo presidente, sem prejuízo da possibilidade de subdelegação:
- c) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
  - d) Assegurar de que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
  - e) Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
  - f) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
  - g) Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
  - h) Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
  - i) Verificar a elegibilidade das despesas;
  - j) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
  - k) Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
  - l) Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo PO, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, bem como para a monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN;
  - m) Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a autoridade de certificação recebe todas

as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;

- n) Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e elaborar o plano de avaliação do PO;
- o) Assegurar que as avaliações operacionais do PO são realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis;
- p) Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;
- q) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- r) Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;
- s) Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos;
- t) Transmitir os relatórios referidos na alínea f) do n.º 1, após aprovação, à Assembleia da República e ao Conselho Económico e Social;
- u) Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do PO.
- v) 3 — Constituem competências do presidente da comissão directiva, sem prejuízo da possibilidade da sua delegação:
  - w) Representar a comissão directiva e o PO em quaisquer actos e actuar em nome desta junto da comissão ministerial de coordenação do PO, de instituições nacionais e estrangeiras, comunitárias ou internacionais;
  - x) Convocar e dirigir as reuniões da comissão directiva e assegurar o cumprimento das respectivas deliberações;
  - c) Presidir ou integrar os órgãos participados pela autoridade de gestão;
  - y) Vincular a comissão directiva;
  - z) Praticar os actos necessários à regular e plena execução do PO, bem como ao normal funcionamento do respectivo secretariado técnico no âmbito da gestão dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, tendo em conta os limites legais previstos, e que não constituam competência da respectiva comissão directiva;
- aa) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, regulamento ou que lhe sejam delegados pela comissão directiva;
- bb) Tomar as decisões e praticar todos os actos que, dependendo de deliberação da comissão directiva, por motivo imperioso de urgência, devam ser praticados imediatamente, sem prejuízo do dever de ratificação dos actos na primeira reunião ordinária subsequente.

4 — As comissões directivas dos PO regionais do continente podem delegar nos seus membros executivos o exercício das competências transversais que lhes estão atribuídas, sendo as deliberações de delegação de competências objecto de confirmação formal pela comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente.

Artigo 47.º - Apreciação de mérito com recurso a entidades externas

1 - A apreciação de mérito das candidaturas com recurso a entidades externas referida nos artigos anteriores respeita à apreciação do seu contributo para a prossecução das prioridades do QREN, para a concretização das políticas públicas pertinentes e para os objectivos do PO e é efectuada através da solicitação, pela autoridade de gestão, de pareceres não vinculativos elaborados por:

- a. Peritos independentes;

- b. Entidades ou serviços públicos responsáveis tecnicamente pela formulação, execução ou monitorização das correspondentes políticas públicas;
- c. Centros de racionalidade temática.

2 - Podem ser fixados pela autoridade de gestão prazos máximos para emissão dos pareceres referidos no número anterior.

Artigo 48.º - Articulação entre a execução dos PO regionais e os planos regionais de ordenamento do território

1 - As estratégias de desenvolvimento regional dos PO regionais e os planos regionais de ordenamento do território (PROT) constituem os principais enquadramentos para a execução dos PO regionais do continente.

2 - Nos casos em que a delimitação geográfica de um PROT abranja territórios de elegibilidade de vários PO regionais, a CCDR responsável pelo PROT participa na monitorização da execução dos PO regionais abrangidos, com o intuito de promover uma compatibilização eficaz entre os dois instrumentos.

3 - A participação referida no número anterior é efectuada em moldes a estabelecer por portaria do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional.

Artigo 49.º - Controlo interno

1 - As autoridades de gestão dos PO são responsáveis pela implementação de um sistema de controlo interno, que previna e detecte as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objectivos que presidem à auditoria do QREN.

2 - Às autoridades de gestão são cometidas as funções previstas no artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, e no artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, devendo o sistema de controlo interno prevenir e detectar as situações de irregularidade e permitir a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas.

3 - Os procedimentos de controlo interno implementados pelas autoridades de gestão não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- a. A avaliação do risco, a efectuar pela autoridade de auditoria;
- b. A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas.

4 - A informação transmitida pelas autoridades de gestão às autoridades de certificação constitui um elemento essencial para a certificação das despesas declaradas à Comissão Europeia, podendo as insuficiências nos procedimentos de controlo interno inviabilizar aquela certificação.

5 - Um modelo padronizado de transmissão da informação requerida nos termos no número anterior deve ser elaborado pelas autoridades de certificação e apresentado pelas autoridades de gestão, associado às declarações de despesas.

Artigo 50.º - Autoridade de gestão dos PO temáticos

1 - A gestão dos PO temáticos incumbe à autoridade de gestão.

2 - A autoridade de gestão dos PO temáticos é composta pelos seguintes órgãos:

- a) Comissão directiva;
- b) Secretariado técnico.

3 - A autoridade de gestão é presidida pelo gestor.

4 - A autoridade de gestão de cada PO temático responde perante a correspondente comissão ministerial de coordenação, competindo ao ministro coordenador assegurar as relações de tutela e os procedimentos de coordenação.

5 - A autoridade de gestão de cada PO temático reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica,

operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo e de certificação.

**Artigo 51.º - Composição das comissões directivas dos PO temáticos**

A comissão directiva referida na alínea a) do n.º 2 do artigo 50.º é composta por um gestor, que preside, e por dois vogais executivos.

**Artigo 52.º - Autoridade de gestão dos PO regionais do continente**

1 - A gestão dos PO regionais do continente incumbe à autoridade de gestão.

2 - A autoridade de gestão dos PO regionais do continente é composta pelos seguintes órgãos:

- a) Comissão directiva;
- b) Secretariado técnico.

3 - A autoridade de gestão é presidida pelo gestor.

4 - A autoridade de gestão de cada PO regional do continente responde perante a correspondente comissão ministerial de coordenação, competindo ao ministro coordenador assegurar as relações de tutela e os procedimentos de coordenação.

5 - A autoridade de gestão de cada PO regional do continente reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo e de certificação e ao órgão de aconselhamento estratégico do respectivo PO.

**Artigo 53.º - Composição das comissões directivas dos PO regionais do continente**

1 - A comissão directiva referida na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior é composta pelo presidente da respectiva CCDD, que preside na qualidade de gestor do PO, por dois vogais não executivos designados por despacho conjunto dos ministros que compõem a comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente, e por dois vogais não executivos designados pelo conjunto dos municípios que integram a correspondente região, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Dois dos membros das comissões directivas dos PO do Norte, do Centro e do Alentejo desempenham funções executivas, sendo a sua designação efectuada pela correspondente comissão ministerial de coordenação, sendo um deles designado de acordo com a indicação dos municípios da respectiva região.

3 - No decurso do período de execução dos PO de Lisboa e do Algarve, a correspondente comissão ministerial de coordenação pode deliberar atribuir funções executivas a um dos vogais indicados pelos ministros e a um dos vogais indicados pelos municípios, caso o volume ou a complexidade do trabalho a desenvolver o justifiquem, de acordo com o procedimento estabelecido pelo número anterior.

**Artigo 54.º - Autoridade de gestão dos PO das Regiões Autónomas**

Os Governos Regionais dos Açores e da Madeira definem a composição e as competências das autoridades de gestão dos PO das respectivas Regiões.

**Artigo 55.º - Autoridade de gestão dos PO de assistência técnica**

1 - A gestão dos PO de assistência técnica incumbe à autoridade de gestão.

2 - A autoridade de gestão dos PO de assistência técnica é composta pelos seguintes órgãos:

- a. Gestor;
- b. Secretariado técnico.

3 - As competências e responsabilidades da autoridade de gestão do PO de assistência técnica co -financiado pelo FEDER são exercidas pelo IFDR, I. P.

4 - As competências e responsabilidades da autoridade de gestão do PO de assistência técnica cofinanciado pelo FSE são exercidas pelo IGFSE, I. P.

**Artigo 56.º - Secretariado técnico**

1 - O secretariado técnico, que integra as autoridades de gestão dos PO, tem por missão apoiar tecnicamente os gestores e as comissões directivas no exercício das suas competências.

2 - O secretariado técnico funciona sob a responsabilidade das comissões directivas, no caso dos PO temáticos e dos PO regionais do continente, e sob a responsabilidade do gestor, no caso dos PO de assistência técnica, tendo em conta o disposto no presente decreto -lei.

3 - O secretariado técnico desempenha as funções que lhe sejam conferidas pelo gestor do PO, por sua iniciativa ou na sequência de proposta da comissão directiva, sendo especialmente responsável pela verificação e emissão de parecer sobre a aceitabilidade das candidaturas a financiamento pelo PO, tendo em conta a disciplina jurídica aplicável.

4 - Os secretariados técnicos são criados pela resolução do Conselho de Ministros referida no n.º 3 do artigo 44.º

**SECÇÃO IV - Nomeação dos gestores e regime jurídico dos órgãos de governação**

**Artigo 57.º - Nomeação dos gestores**

1 - Os membros das comissões directivas dos PO temáticos são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, na sequência de proposta apresentada pela comissão ministerial de coordenação do QREN, através do ministro coordenador.

2 - Os presidentes das comissões directivas dos PO regionais do continente são, por inerência, os presidentes das CCDD.

3 — O gestor do PO de assistência técnica co -financiado pelo FEDER é, por inerência, o presidente do conselho directivo do IFDR, I. P.

4 — O gestor do PO de assistência técnica co -financiado pelo FSE é, por inerência, o presidente do conselho directivo do IGFSE, I. P.

5 — O provimento dos gestores dos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pode ser feito por nomeação ou por inerência, sendo competência dos órgãos próprios dos respectivos Governos Regionais.

**Artigo 58.º - Regime jurídico dos órgãos de governação**

O Observatório do QREN e as autoridades de gestão dos PO temáticos e regionais do continente têm a natureza de estruturas de missão, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho, tendo o respectivo coordenador, os membros das comissões directivas dos PO temáticos e os membros executivos das comissões directivas dos PO regionais do continente o estatuto que lhes seja atribuído na resolução do Conselho de Ministros que criar a correspondente estrutura de missão.

**SECÇÃO V - Financiamento**

**Artigo 59.º - Financiamento**

1 - O financiamento dos recursos e das actividades necessárias e adequadas à prossecução da missão e ao exercício das competências dos órgãos técnicos de governação do QREN é assegurado pelos PO de assistência técnica.

2 - O financiamento dos recursos e das actividades necessárias e adequadas à prossecução da missão e ao exercício das competências dos órgãos técnicos de governação dos PO é assegurado pelos recursos financeiros para assistência técnica dos respectivos PO.

3 - O apoio administrativo e financeiro ao Observatório do QREN é assegurado pelo IFDR, I. P.

4 - O apoio administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da comissão técnica de coordenação do QREN e das suas secções é assegurado pelo IFDR, I. P.

5 - O apoio administrativo e financeiro às autoridades de gestão dos PO temáticos é definido por resolução do Conselho de Ministros, nos termos do artigo 44.º

6 - O apoio administrativo e financeiro às autoridades de gestão dos PO regionais do continente é assegurado pelas CCDR.

7 - O apoio administrativo e financeiro às autoridades de gestão do PO de assistência técnica co -financiado pelo FEDER é assegurado pelo IFDR, I. P.

8 - O apoio administrativo e financeiro às autoridades de gestão do PO de assistência técnica co -financiado pelo FSE é assegurado pelo IGFSE, I. P.

9 - O financiamento dos recursos e das actividades necessárias e adequadas à prossecução da missão e ao exercício das competências dos órgãos técnicos de governação do QREN e dos PO é assegurado pelos PO de assistência técnica, no primeiro caso, e pelos recursos financeiros para assistência técnica dos respectivos PO no segundo.

#### **CAPÍTULO IV**

Execução dos PO e delegação de competências das autoridades de gestão

##### **SECÇÃO I - Definições e princípios gerais**

###### **Artigo 60.º - Definições**

1 - Para efeitos do disposto no presente capítulo, considera -se:

- a) «Operação» um projecto ou um grupo de projectos coerentes, seleccionados pela autoridade de gestão, ou sob a sua responsabilidade, de acordo com os critérios de selecção fixados pela comissão de acompanhamento, e executados por um ou mais beneficiários, que permitam alcançar os objectivos do eixo prioritário a que se referem;
- b) «Grande projecto» uma operação susceptível de financiamento pelo FEDER ou pelo FC que inclua uma série de obras, actividades ou serviços destinados a realizar uma acção indivisível de natureza técnica ou económica precisa, com objectivos claramente identificados e cujo custo total seja superior a 25 milhões de euros no domínio do ambiente e a 50 milhões de euros noutros domínios;
- c) «Beneficiário» um operador, organismo ou empresa, do sector público ou privado, responsável pelo arranque ou pelo arranque e execução de uma operação; no caso de operações relativas a auxílios de Estado, os beneficiários são empresas públicas ou privadas que realizam projectos individuais e recebem um auxílio estatal, os beneficiários responsáveis pelo arranque de operações são as entidades que, no quadro desse projecto, tomam a iniciativa, estabelecem as especificações técnicas e administrativas, contratam a execução, asseguram o financiamento, são responsáveis pela contabilização e apresentação dos documentos comprovativos das despesas realizadas decorrentes da contratação da execução realizada pelos destinatários das ajudas e acompanham a execução, os beneficiários responsáveis pelo arranque e execução de operações são as entidades que tomam a iniciativa, estabelecem as especificações técnicas e administrativas, executam, asseguram o financiamento, e são responsáveis pela contabilização e apresentação dos documentos comprovativos das despesas realizadas;
- d) «Organismo intermédio», qualquer organismo ou serviço público ou privado que actue sob a responsabilidade de uma autoridade de gestão ou que desempenhe funções em nome desta autoridade em relação aos beneficiários que executam as operações, os organismos intermédios são as entidades que, no quadro dessas operações, tomam a iniciativa, estabelecem as especificações técnicas e administrativas, contratam a execução, asseguram o financiamento, recebem os documentos comprovativos da execução e das despesas realizadas, acompanham a execução, exercem o controlo, designadamente financeiro, sobre a execução e avaliam as realizações e

os resultados alcançados, nos termos da delegação de competências de gestão que lhe forem conferidas;

- e) «Subvenção global» o apoio relativo a uma ou mais operações, relativamente à qual a autoridade de gestão delega competências no âmbito da respectiva gestão a um organismo intermédio, atribuindo a esse organismo intermédio recursos financeiros para o exercício das competências de gestão delegadas.

2 - Nos organismos intermédios a que se refere a alínea d) do número anterior, incluem -se entidades públicas centrais, regionais e locais, organismos de desenvolvimento regional e organizações não governamentais.

###### **Artigo 61.º - Princípios gerais**

1 - A execução dos PO é sempre concretizada através do estabelecimento de contratos relativos:

- a) Ao arranque e ao arranque e execução de operações com beneficiários;
- b) À delegação de competências das autoridades de gestão em organismos intermédios.

2 - Quer a contratualização com beneficiários quer a delegação de competências em organismos intermédios implicam sempre a celebração de contratos escritos com a autoridade de gestão, especificando as responsabilidades das partes contratantes.

3 - As competências da autoridade de gestão não são delegáveis em beneficiários, seja qual for a forma que os mesmos revistam.

4 - As competências das autoridades de gestão que sejam objecto de delegação em organismos intermédios através de subvenções globais não são susceptíveis de subdelegação.

5 - Não são susceptíveis de delegação em organismos intermédios nem de integração em subvenções globais as competências relativas a certificação, referidas no n.º 1 do artigo 12.º, auditoria e controlo, sem prejuízo da prestação de serviços de auditoria e controlo por entidades públicas ou privadas, incluindo auditores externos.

6 - O objecto da delegação de competências de gestão respeita a operações incluídas num único PO.

7 - Os relatórios de execução das operações objecto de contratualização da gestão são estruturados de acordo com os eixos prioritários do PO a que respeitam.

8 - As competências da autoridade de gestão objecto de delegação em organismos intermédios, nos termos referidos nos números anteriores, são as definidas:

- a) No n.º 1 do artigo 45.º, com excepção das alíneas a), b), m), n), o), p), q), r), s), t), v), x), z), aa), ab), ad) e af) no que respeita aos PO temáticos;
- b) No n.º 1 do artigo 46.º, com excepção das a), b), d), e), f), g), h), i) e j), e no n.º 2 do mesmo artigo, com excepção das alíneas j), l), m), n), o), q), s) e t), no que respeita aos PO regionais do continente.

9 - As competências da autoridades de gestão só podem ser objecto de delegação em organismos intermédios desde que propiciem condições para melhorar a eficácia e a eficiência da gestão ou para superar insuficiências quantitativas ou qualitativas em recursos.

10 - O exercício das competências das autoridades de gestão delegadas em organismos intermédios respeita os regulamentos, as orientações técnicas, administrativas e financeiras e as disposições sobre apreciação de mérito aplicáveis ao PO.

11 - A coerência dos projectos que integram uma subvenção global é assegurada através do estabelecimento, pelos correspondentes organismos intermédios, de estratégias integradas de desenvolvimento prosseguidas pela subvenção global e da sua subsequente aceitação formal pela autoridade de gestão.

12 - Os organismos intermédios com os quais sejam delegadas, pelas autoridades de gestão, competências de gestão no quadro de subvenções globais assumem

solidariamente a responsabilidade pela execução das operações apoiadas pela subvenção global.

13 - A contratualização com beneficiários ou a delegação em organismos intermédios referidas nos números anteriores não prejudica a responsabilidade financeira das autoridades de gestão e do Estado.

14 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o organismo intermédio responsável pela gestão de uma subvenção global deve fornecer garantias de solvabilidade e de competência no domínio em causa, bem como em matéria de gestão administrativa e financeira, devendo estar estabelecido ou representado no território abrangido pelo PO no momento da sua designação.

15 - Nas situações em que as operações sejam de iniciativa municipal, são preferencialmente objecto de financiamento pelo PO as que tenham natureza supramunicipal.

16 - O cumprimento dos requisitos de acesso ao financiamento pelo PO no âmbito do disposto nos números anteriores deve ser comprovado pelo beneficiário ou verificado pelo organismo intermédio, nos termos da legislação nacional e da regulamentação comunitária aplicável.

17 - Quando se verifique o estabelecimento de subvenções globais, o cumprimento dos requisitos de acesso dos beneficiários a financiamento deve ser comprovado pelo organismo intermédio, nos termos das normas regulamentares e legislativas nacionais e comunitárias.

18 - Os beneficiários e os organismos intermédios devem reflectir a execução do financiamento concedido na sua contabilidade.

19 - Os pagamentos de despesa são efectuados nos prazos fixados contratualmente, contra apresentação dos documentos e comprovativos exigidos nos termos da legislação nacional e da regulamentação comunitária aplicável.

20 - Os beneficiários e os organismos intermédios assumem responsabilidade financeira directa junto da autoridade de gestão, da entidade pagadora, do organismo intermédio ou de outra entidade designada para o efeito, nas situações que determinem devolução do financiamento atribuído.

21 - Os contratos referidos no presente artigo estabelecem mecanismos que impedem a atomização de projectos de investimento.

22 - As operações que beneficiem de financiamento pelos PO no âmbito da contratualização são objecto de informação e publicidade.

23 - Sem prejuízo das normas estabelecidas no presente capítulo que definem a relação entre os beneficiários e a autoridade de gestão, no âmbito do FSE tal relação pode ser estabelecida através de termos de aceitação.

24 - Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no âmbito do FSE podem ser delegadas nos organismos intermédios com subvenções globais outras competências da autoridade de gestão, para além das previstas na alínea a) do n.º 8.

## **SECÇÃO II - Execução dos PO e das operações**

### **Artigo 62.º - Contratos com beneficiários**

Os contratos com beneficiários responsáveis por operações explicitam designadamente:

- A operação que é objecto de financiamento pelo PO;
- Os objectivos e indicadores de realização e resultado a alcançar pela operação;
- As condições de financiamento da operação e a respectiva taxa de financiamento;
- Os prazos de pagamento aos beneficiários;
- O conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução da operação;
- A especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo as disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos;

- As responsabilidades formalmente assumidas pelas entidades contraentes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis.

### **Artigo 63.º - Contratos de delegação de competências com organismos intermédios**

1 - Os contratos de delegação de competências em organismos intermédios podem ser firmados com ou sem estabelecimento de subvenções globais.

2 - A única relação relevante para efeito de financiamento pelo PO no âmbito do disposto no número anterior é a que se estabelece entre a autoridade de gestão e o organismo intermédio, que é independente dos procedimentos que se estabeleçam entre esse organismo intermédio e os beneficiários que executam as correspondentes operações, sem prejuízo das garantias que estes tenham de assegurar junto dos organismos intermédios, de acordo com as regras e procedimentos entre eles estabelecidos, quanto à correcta aplicação dos financiamentos recebidos, no quadro de circuitos documentais e financeiros independentes dos respeitantes aos financiamentos comunitários.

3 - A aplicação da delegação de competências em organismos intermédios responsáveis pela gestão de subvenções globais circunscreve-se a situações em que seja reconhecido, de forma objectiva, que as entidades que podem receber essa delegação de responsabilidades estão em condições de exercer essas competências de forma mais eficaz do que as autoridades de gestão e se encontram dotadas das capacidades institucionais, técnicas e administrativas necessárias para exercerem essas responsabilidades de forma eficiente e profissional.

4 - Os contratos de delegação de competências referidos no n.º 1 especificam designadamente:

- A justificação para esta modalidade de gestão;
- A quantificação dos objectivos e dos indicadores de realização e resultado a alcançar pelas operações cuja gestão é objecto de delegação;
- A definição da tipologia de operações cuja gestão é objecto de delegação;
- A definição da taxa máxima de financiamento das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- A forma e os prazos de pagamento aos organismos intermédios, quando for o caso, e aos beneficiários, nos termos do artigo 16.º;
- A especificação das modalidades de utilização de juros eventualmente produzidos;
- O conteúdo e periodicidade dos relatórios de execução das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- A especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo as disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos;
- As responsabilidades formalmente assumidas pelas entidades contraentes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis.

5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, os contratos relativos à delegação de competências pelas autoridades de gestão com estabelecimento de subvenções globais incluem ainda:

- A tipologia de beneficiários elegíveis;
- Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações;
- A definição da taxa média de financiamento das operações e a metodologia para estabelecimento da taxa de financiamento de cada operação;
- Se for caso disso e quando o Estado ou a autoridade de gestão não prestarem garantia financeira para as operações objecto de delegação da gestão, as modalidades de utilização de uma garantia financeira.

6 - As decisões de aprovação do financiamento de operações por organismos intermédios responsáveis pela gestão por delegação de subvenções globais são objecto de confirmação pela autoridade de gestão e, nas situações referidas na alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º, pela comissão ministerial de



governação do PO, com excepção do disposto no n.º 6 do artigo 45.º

**Artigo 64.º - Delegação de competências em associações de municípios através do estabelecimento de subvenções globais**

1 - As disposições relativas à delegação de competências referidas no artigo anterior aplicam -se aos contratos das autoridades de gestão com associações de municípios, tendo em conta o disposto nos números seguintes.

2 - A delegação de competências de gestão implica o estabelecimento de subvenções globais e é celebrada com associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as unidades de nível III da NUTS.

3 - As estratégias integradas de desenvolvimento referidas no n.º 11 do artigo 61.º correspondem a programas territoriais de desenvolvimento da ou das unidades de nível III da NUTS abrangidas pela subvenção global.

4 - A comissão de aconselhamento estratégico do PO aprecia e emite parecer sobre os programas de desenvolvimento referido no número anterior antes da respectiva aceitação formal pela autoridade de gestão.

5 - A CCDR responsável pelo PROT onde se insere a subvenção global emite parecer favorável sobre a coerência entre, por um lado, o programa de desenvolvimento referido nos números anteriores e respectivas tipologias de operações e, por outro, o PROT, antes da respectiva aceitação formal pela autoridade de gestão.

6 - Até aprovação do PROT relevante para a subvenção global, o parecer referido no número anterior reporta-se às orientações do PNPOT pertinentes para o território em causa.

**Artigo 65.º - Contratualização com beneficiários responsáveis pela execução de políticas públicas nacionais**

1 - Nas situações em que se encontram regulamentadas de forma específica por legislação nacional, que designadamente estabeleça o tipo, natureza e destinatários, as condições, requisitos, modalidades e montantes relativos aos apoios financeiros a conceder e, bem assim, as competências institucionais pela gestão, decisão e avaliação das operações, a execução dos PO pode ser contratualizada pelas autoridades de gestão com os organismos formalmente competentes pela concretização dessas políticas ou instrumentos de políticas públicas nacionais, desde que esses organismos se encontrem dotados de recursos próprios, ou por eles directamente mobilizáveis, suficientemente robustos para assegurar a respectiva implementação regular e continuada.

2 - Os organismos referidos no número anterior assumem, perante a autoridade de gestão do PO, a qualidade de beneficiários responsáveis pelo arranque ou pelo arranque e execução da operação objecto de contratualização, conforme o disposto na alínea c) do artigo 60.º

3 - A relação relevante para efeito de financiamento pelo PO é a que se estabelece entre a autoridade de gestão e o beneficiário, quanto à correcta aplicação dos financiamentos recebidos, no quadro dos circuitos documentais e financeiros respeitantes aos financiamentos comunitários, não obstante os compromissos que se estabeleçam entre esse organismo e as entidades que executam as correspondentes operações, sem prejuízo das garantias que estas tenham de assegurar junto do organismo, de acordo com as regras e procedimentos entre eles estabelecidos.

4 - A presente modalidade de execução não prejudica a possibilidade dos organismos referidos no n.º 1, poderem ser abrangidos pelo disposto no n.º 3 do artigo 63.º, prescindindo neste caso da qualidade de beneficiário.

5 - As disposições específicas a que se referem os números anteriores não se aplicam às situações em que as operações revestem a forma de auxílios de Estado.

## **CAPÍTULO V**

**Regulamentação e processo de decisão no âmbito de auxílios de Estado**

**Artigo 66.º - Regulamentação no âmbito de auxílios de Estado**

1 - A disciplina jurídica que rege o financiamento de operações no âmbito de auxílios de Estado pelo PO temático Factores de Competitividade e pelos PO regionais do continente é estabelecida em diploma legislativo autónomo.

2 - A disciplina jurídica que rege o financiamento de operações no âmbito de auxílios de Estado pelos PO das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é estabelecida em diplomas legislativos regionais autónomos.

**Artigo 67.º - Processo de decisão no âmbito de auxílios de Estado**

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o processo de decisão de financiamento no âmbito de auxílios de Estado pelo PO temático Factores de Competitividade e pelos PO regionais do continente respeita as orientações e os procedimentos definidos nos números seguintes.

2 - As propostas de candidatura a financiamento pelos PO referidos no número anterior são apresentadas pelos respectivos beneficiários ao portal de sistemas de incentivos ao investimento produtivo do QREN, através de formulários electrónicos.

3 - O desenvolvimento e a manutenção do portal de sistemas de incentivos ao investimento produtivo do QREN é da responsabilidade da autoridade de gestão do PO Factores de Competitividade sendo, pela sua natureza transversal, financeiramente apoiado pelo PO de assistência técnica co - financiado pelo FEDER.

4 - As propostas de candidatura referidas no número anterior são distribuídas de forma automática e por via electrónica às autoridades de gestão do PO pertinente, bem como às entidades públicas de âmbito nacional e às CCDR responsáveis pela verificação ou confirmação das condições de aceitabilidade.

5 - As autoridades de gestão dos PO asseguram a apreciação do mérito das propostas de candidatura a que se referem os números anteriores, nos termos do disposto no artigo 47.º

6 - As autoridades de gestão dos PO apresentam à comissão de selecção dos sistemas de incentivos ao investimento produtivo do QREN, adiante designada por comissão de selecção, através dos respectivos gestores, as propostas de candidatura que reúnem condições de aceitabilidade, em conjunto com os correspondentes pareceres de apreciação de mérito.

7 - A composição da comissão de selecção referida no número anterior é definida na regulamentação dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas.

8 - A comissão de selecção, em sessão presidida pelo gestor do PO potencialmente financiador, aprecia as propostas apresentadas e aprova uma proposta de decisão de financiamento.

9 - A autoridade de gestão do PO financiador aprova ou propõe a aprovação, pela comissão ministerial de coordenação respectiva, da decisão de financiamento da proposta de candidatura, nos termos definidos pela alínea e) do n.º 7 do artigo 40.º, tendo em conta a proposta de decisão de financiamento referida no número anterior.

10 - A decisão de financiamento a que se refere o número anterior é transmitida às entidades públicas competentes, para efeitos de celebração do contrato de financiamento com o beneficiário.

## **CAPÍTULO VI**

**Disposições transitórias**

**Artigo 68.º - Transição entre o Quadro Comunitário de Apoio III e o QREN**

1 - A comissão ministerial de coordenação do QREN assume as funções cometidas à comissão de coordenação do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, adiante designado por QCA III.

2 - A comissão de acompanhamento do QCA III e a comissão de gestão do QCA III mantêm -se em funções até 31 de Dezembro de 2008.

3 - São fixadas, mediante deliberação da comissão ministerial de coordenação do QREN, as condições de transição a observar no sistema de auditoria e controlo do QCA III e no exercício das funções das autoridades de pagamento do QCA III, tendo em conta a implantação das orientações fixadas nos números seguintes.

4 - São extintas as autoridades de gestão dos PO sectoriais e regionais do continente do QCA III, nas condições reguladas pelos números seguintes.

5 - As atribuições, direitos e obrigações das autoridades de gestão dos PO sectoriais, regionais e de assistência técnica do QCA III são assumidas para efeitos do disposto no presente artigo pelas seguintes autoridades de gestão do QREN, tendo em conta o Fundo Comunitário mais relevante em cada situação:

- a) Autoridade de gestão do PO Potencial Humano — PO Educação (PRODEP), Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e Modernização da Administração Pública (POAP);
- b) Autoridade de gestão do PO Factores de Competitividade — PO Ciência e Inovação 2010 (POCI), Sociedade do Conhecimento (POSC) e Economia (PRIME);
- c) Autoridade de gestão do PO Valorização do Território — PO Saúde XXI (POS), Cultura (POC), Acessibilidades e Transportes (POAT) e Ambiente (POA);
- d) Autoridades de gestão dos PO regionais do continente — PO Regional equivalente do QCA III;
- e) Autoridade de gestão do PO da Região Autónoma dos Açores co -financiado pelo FEDER — PO de Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA);
- f) Autoridade de gestão do PO da Região Autónoma da Madeira co- financiado pelo FEDER — PO Plurifundos da Região Autónoma da Madeira (POPRAM III);
- g) Autoridade de gestão do PO de assistência técnica co -financiado pelo FEDER: PO de assistência técnica ao QCAIII (POATQCA).

6 - O disposto no número anterior produz efeitos mediante despacho conjunto do ministro coordenador da comissão ministerial de coordenação do PO de destino e do ministro que tutela o PO Sectorial do QCA III, que fixa, designadamente, para cada PO do QCA III, a data de extinção, as condições particulares a observar na transferências de funções e os recursos humanos a transitar.

7 - Durante o período de transição entre o QCA III e o QREN, é admitida a acumulação de funções de gestão no âmbito do QREN com funções de gestão no âmbito do QCA III, sem direito a acumulação remuneratória ainda que com possibilidade de opção pelo regime mais favorável aplicável.

8 - Com a data de produção de efeitos da deliberação da comissão ministerial de coordenação do QREN extinguem-se as nomeações do gestor, gestores de eixo ou de fundo, coordenadores ou equivalentes e chefes de projecto.

9 - Nas condições a fixar por deliberação da comissão ministerial de coordenação do QREN podem manter- se em funções os gestores de eixo ou de fundo, coordenadores ou equivalentes e chefes de projecto considerados indispensáveis para assegurar o normal encerramento dos PO do QCA III, no quadro de uma estratégia de redução proporcional e progressiva dos recursos afectos.

10 - O pessoal vinculado por contrato de trabalho às estruturas de gestão dos PO do QCA III pode transitar para as autoridades de gestão, em função das necessidades destas, nos termos previstos no Código do Trabalho para a transmissão de empresa ou estabelecimento, cessando funções o mais tardar com a apresentação à Comissão

Europeia da declaração de encerramento pela autoridade de auditoria, sem prejuízo da aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 44.º, para efeitos de eventual exercício de funções no âmbito do secretariado técnico.

11 - Os funcionários requisitados ou destacados nas estruturas de apoio técnico dos PO do QCA III podem transitar para as autoridades de gestão, em função das necessidades, sem prejuízo da aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 44.º, para efeitos de eventual exercício de funções no âmbito do secretariado técnico.

12 - As atribuições, direitos e obrigações das autoridades de gestão dos PO sectoriais do QCA III, relativos à agricultura e desenvolvimento rural e às pescas são regulados por diploma legislativo próprio.

#### Artigo 69.º - Regulamentação do FSE

Mantêm -se em vigor os regulamentos aplicáveis à gestão e financiamento do FSE até à entrada em vigor do novo quadro normativo relativo à sua gestão e financiamento no âmbito do QREN, em tudo o que não colida com os novos regulamentos comunitários.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Julho de 2007. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Luís Filipe Marques Amado — Fernando Teixeira dos Santos — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Rui Costa Pereira — Alberto Bernardes Costa — Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa — Fernando Pereira Serrasqueiro — Luís Medeiros Vieira — Mário Lino Soares Correia — José António Fonseca Vieira da Silva — António Fernando Correia de Campos — Valter Victorino Lemos — José Mariano Rebelo Pires Gago — Maria Isabel da Silva Pires de Lima.

Promulgado em 10 de Setembro de 2007.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 12 de Setembro de 2007.

O Primeiro- Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa. MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

<http://dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=d&cap=&doc=20073149&v01=1&v02=2007-09-> (obtido em 10-10-2013)

## PLANO NACIONAL DE EMPREGO 2003

### PARTE A - O CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EMPREGO: OS PROGRESSOS PARA ALCANÇAR OS TRÊS OBJECTIVOS

#### PARTE B – DIRECTRIZES

#### PARTE C - GOVERNANÇA E PARCERIAS NA EXECUÇÃO DAS DIRECTRIZES PARA O EMPREGO

## MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

### PARTE A- O CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EMPREGO: OS PROGRESSOS PARA ALCANÇAR OS TRÊS OBJECTIVOS

#### 1. Contexto

Portugal, tal como os outros Estados Membros (EM), atravessou desde o início da Estratégia Europeia para o Emprego (EEE) dois períodos diferenciados de comportamento da actividade económica e do mercado de emprego. Um primeiro período, até 2000, com um ritmo de crescimento do produto bastante significativo e superior ao da média comunitária, que aliou aumentos apreciáveis do emprego e acréscimos de produtividade. Um segundo período, caracterizado inicialmente por uma significativa desaceleração do ritmo de crescimento, reflexo do enquadramento internacional desfavorável e do processo de ajustamento da economia nacional, seguida, a partir do 2.º semestre de 2002, de uma redução do nível da actividade económica. A partir de 2001, a economia portuguesa deixou de convergir com a do conjunto da União Europeia (UE), o mercado de emprego passou a ter um comportamento desfavorável, com um aumento significativo do desemprego, cuja taxa passou de 3.9% em 2000, para 5.1% em 2002 e 6.2% no 2º trimestre de 2003, enquanto a produtividade, tradicionalmente de nível bastante baixo, passou a ter um comportamento desfavorável com incidências sérias em termos de competitividade. Acresce, ainda, o facto de Portugal se encontrar numa situação de défice excessivo.

A **taxa de emprego** apresentou tendência crescente de 1998 a 2001 (passou de 66.8% para 68.6% em 2001) continuando acima da meta estabelecida na Cimeira de Estocolmo para 2005 (67%), apesar da quebra registada de 2001 para 2002 (de 68.6% para 68.1%), movimento que se acentuou no final de 2002 e início de 2003 (67.2%). A taxa de emprego das mulheres (60.7% no 2º trimestre de 2003) e a dos trabalhadores dos 55 aos 64 anos (51.2%), têm mesmo um nível ligeiramente acima do fixado em Lisboa para 2010 (respectivamente, 60% e 50%). O diferencial entre as taxas de emprego femininas e as masculinas têm vindo a conhecer decréscimos graduais, sendo de referir que os valores da taxa de emprego em Portugal assentam num recurso ainda muito pouco significativo ao emprego a tempo parcial, quando comparado com a média europeia.

Por sectores de actividade, embora o sector terciário, juntamente com a Construção, se tenham vindo a comportar como motores do crescimento do emprego até 2002, a respectiva taxa de emprego (40.3%, em 2001) continua relativamente aquém da registada para a média da UE (44.4%, no mesmo ano). Porém, a composição sectorial dos Serviços em Portugal difere significativamente da média europeia, existindo um forte potencial de criação de emprego neste sector, tanto em segmentos intensivos em conhecimento, como nos ligados ao apoio às famílias, cuja qualidade precisa de melhorias nítidas.

De referir, ainda, que Portugal, tal como outros EM, enfrenta problemas demográficos, associados ao envelhecimento da população. De facto, de acordo com as Projeções da População Residente em Portugal (INE), construídas para o período 2000 a 2050, qualquer dos cenários considerados aponta para uma redução da população em idade activa e um significativo envelhecimento populacional, com consequentes repercussões, quer em termos de mercado de trabalho, quer das finanças públicas.

Não obstante os progressos realizados em várias das dimensões da **qualidade do trabalho**, o desempenho de Portugal permanece relativamente modesto, em si e se comparado com a média da UE. A título de exemplo, os Censos de 2001 apontam para uma melhoria bastante significativa do nível habilitacional da população portuguesa, em especial da mais jovem, em relação às décadas anteriores, mas a taxa de abandono escolar precoce, decrescendo modestamente de 1998 a 2002, continua elevada no contexto europeu e a participação da população adulta em acções de educação e formação é incipiente, quando medida pelo *Inquérito ao Emprego (INE)*. Noutra dimensão da qualidade do trabalho, podemos constatar que o peso dos contratos não permanentes, já anteriormente elevado, tem ganho uma importância crescente, enquanto a taxa de incidência dos acidentes de trabalho, por sua vez, tem-se reduzido significativamente, num claro processo de convergência face à UE. Finalmente, apesar da visível melhoria do *desvio* de género verificada especialmente ao nível das taxas de emprego, permanece bastante elevada a segregação das mulheres ao nível horizontal - sectorial e por profissões - e ao nível vertical, sendo as diferenças salariais no sector empresarial bastante significativas.

Embora a criação de emprego qualificado tenha tido um comportamento favorável, a criação de emprego não qualificado foi bastante mais intensa até 2002. O processo de criação/destruição de emprego e empresas, que em diversos países contribuiu para uma alteração substancial da estrutura produtiva, com importantes reflexos no aumento das actividades com maior intensidade tecnológica e de qualificações elevadas, bem como na aposta da inovação e tecnologia das actividades tradicionais, tem tido, em Portugal, uma dinâmica bastante lenta. A melhoria da competitividade da economia portuguesa passa designadamente pela afirmação do seu tecido empresarial (maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas), pelo que importa dotá-lo de uma visão estratégica, valorizar as sinergias, potencialidades e as dinâmicas associadas aos saberes tácitos existentes, nomeadamente no que diz respeito ao sector dos Serviços.

As notórias fragilidades ao nível da qualidade do trabalho, têm fortes reflexos no desempenho relativamente discreto de Portugal em termos de níveis e de crescimento da **produtividade**, nomeadamente numa óptica de convergência com a UE. De facto, os anos iniciais da primeira fase da EEE foram caracterizados por um forte crescimento do PIB português (4.6%, 3.8% e 3.7% respectivamente), mas também do emprego (2.7%, 1.9% e 1.7%), gerando um crescimento mediano da produtividade que, a partir de 2000, é já inferior ao da UE. Na origem do aparente esgotamento do modelo de crescimento económico português, trabalho-intensivo, está, entre outros, o facto da evolução da produtividade e da competitividade ter passado cada vez mais a depender não só de factores materiais, como o investimento físico, mas predominantemente de factores de índole imaterial, como é o caso do nível da qualificação da mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, da organização do trabalho, do investimento em I&D - que é especialmente baixo por parte das empresas portuguesas - e em novas tecnologias.

No que respeita à **Coesão Social**, a escassez de elementos estatísticos recentes, não nos permite ser conclusivos em termos de tendências gerais, observando-se movimentos divergentes em várias das suas dimensões. Em termos de comportamentos positivos, sublinha-se a redução do peso do desemprego de longa duração (12 e mais meses) no desemprego global (passou de 45.5% para 43.6% em 2000 e 35.5% no 2º trimestre de 2003), a diminuição do número de agregados familiares em idade activa sem nenhum membro empregado (5.9% em 1998 e 5.4% em 2002), sendo esta última situação bastante mais favorável do que a traduzida pela média da UE (12.2%) e, ainda, a diminuição do desvio entre as taxas de emprego e de desemprego feminina e a masculina. A taxa de emprego dos trabalhadores de baixa qualificação é elevada, e em 2001 a diferença entre a taxa de emprego dos imigrantes e a geral era das mais reduzidas da UE, segundo o *Labour Force Survey (LFS)*.

Não obstante, em 2000 os indicadores da desigualdade da distribuição dos rendimentos em Portugal situavam-nos numa posição desfavorável, sendo a proporção do rendimento recebido pelos 20% mais ricos da população 6.12 vezes superior à recebida pelos 20% mais pobres. Por seu lado, a população em risco de pobreza atingiu em 2000 os 19.2%, depois de retirado o efeito das transferências sociais, situando-se acima da média comunitária, que registava 15%, já em 1999.

Outros grupos emergem como particularmente vulneráveis, embora em situação de emprego, como seja o caso dos trabalhadores de baixos salários. Num contexto de baixos níveis salariais médios, cerca de 11% dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo auferiam, em 2000, ainda, menos de 2/3 do ganho mediano<sup>47</sup> (350,82 €), e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo das mulheres representava, no mesmo ano, para o sector empresarial cerca de 73.9% dos dos homens.

Por outro lado, como já foi referido, progressos muito moderados foram observados na alta percentagem dos que abandonam prematuramente o sistema escolar e na proporção dos adultos que frequentam acções de educação e formação, fenómenos que estão muito dependentes de factores culturais e sócio-económicos.

No reforço da Coesão Social, sobressai, também, a importância da redução das assimetrias entre regiões. As disparidades regionais, em termos de emprego, reduziram-se, passando o coeficiente de variação da taxa de emprego de 4.3% em 1998 para 3.7% em 2001, valor significativamente mais reduzido que o da média comunitária (14.4% para 2001). Persistem, ainda, assimetrias territoriais, tanto em termos de estrutura produtiva como dos níveis de rendimento médio das populações, devidas em especial às características da actividade económica (assente numa baixa diversidade e em sectores e estruturas empresariais com grandes vulnerabilidades), aos diferentes níveis de qualificação de mão-de-obra e mesmo à estrutura etária da população. Acresce o facto das tecnologias de informação e comunicação (TIC) apresentarem um grau de disseminação bastante diferenciado a nível regional. Na verdade, estas têm um duplo papel na inclusão social, já que por um lado, pode tirar-se partido das suas potencialidades para a inclusão através de novas oportunidades de emprego, pela melhoria ou geração de novos serviços para grupos e/ou áreas mais carenciadas e, por outro lado, garantir, pela supressão de obstáculos, que ninguém seja excluído de tirar partido, económico e social, das novas tecnologias.

## 2. Objectivos e linhas de estratégia

São Objectivos Estratégicos da 2ª fase da EEE, que se interligam entre si, a “Consecução do Pleno Emprego”, a “Melhoria da Qualidade e da Produtividade do Trabalho” e o “Reforço da Coesão e Inclusão Social”. O quadro da situação portuguesa, cujas potencialidades e vulnerabilidades atrás se indicaram, e os sérios desafios postos pelo alargamento da UE, pela necessária dinamização e disseminação da sociedade do conhecimento, pelo envelhecimento demográfico, aliados às incertezas do clima económico desfavorável no curto prazo e ao objectivo de garantir a estabilidade financeira e orçamental a médio prazo, o Governo Português considera que o alcançar dos três Objectivos Estratégicos desta 2ª fase exige políticas macro-económicas sãs, sustentáveis e, em simultâneo, favoráveis ao emprego e à qualificação, complementadas por uma gama de reformas estruturais. O objectivo de mais e melhor emprego produtivo tem que ser apoiado por medidas estruturais que estimulem ganhos de produtividade e aumentem a iniciativa empresarial. A consolidação orçamental constitui, igualmente, uma condição necessária. Neste quadro, o Governo procurará, também, garantir a articulação e coerência das várias políticas em torno dos diferentes objectivos, nomeadamente, entre a política económica, a política orçamental, a política fiscal, a política de emprego, a política de educação/formação, a política de protecção social, a política de I&D e a política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

A estratégia da política económica assenta na estabilidade orçamental, nas reformas estruturais do sector público e nas reformas económicas. No quadro das reformas estruturais do sector público assume particular relevância a missão da administração pública e o seu modo de funcionamento no serviço ao cidadão. Estão igualmente em curso um conjunto de medidas ligadas à gestão orçamental, à racionalização e reestruturação da administração pública e à gestão dos seus recursos humanos. Por sua vez, o conjunto de reformas económicas está a ser desenvolvido no Programa para a Produtividade e o Crescimento da Economia (PPCE), assim como o reforço e colaboração do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, visando o aumento sustentado da produtividade e da competitividade. Particularmente importante, neste contexto, foi a aprovação do Código do Trabalho, que procedeu a uma revisão da legislação do trabalho, com vista a aproximá-la dos quadros vigentes noutros Estados Membros. Esta reforma consagra, entre outros o relançamento da negociação colectiva, a agilização das relações laborais e o combate ao absentismo.

Por outro lado, outra opção política é a territorialização da política integrada de emprego e o fortalecimento de parcerias eficazes a nível nacional, regional e local. Numa óptica integrada do espaço nacional, os Planos de Emprego das Regiões Autónomas constituem um instrumento fundamental para a consecução dos objectivos assumidos, figurando em Anexo como parte integrante deste processo.

---

<sup>47</sup> Ganho mediano é o ganho do trabalhador que se encontra a meio da distribuição salarial de todos os trabalhadores. O conceito de trabalhador de baixos salários como o trabalhador com um ganho inferior a 2/3 do ganho mediano, tem sido utilizado em comparações internacionais

A estratégia a seguir pelo Governo português assenta numa aproximação integrada aos três objectivos, de médio prazo, complementada por uma intervenção de curto prazo de resposta à situação sócio-económica actual – Programa Emprego e Protecção Social (PEPS) – que integra medidas temporárias, de natureza especial, de emprego e protecção social para os trabalhadores em situação de desemprego e que, nos domínios do emprego e da formação profissional, visa reforçar os incentivos à criação de novos postos de trabalho e à mobilidade; aumentar a empregabilidade; reforçar os mecanismos de incentivo à formação profissional; consagrar mecanismos de incentivo à conversão de contratos a termo em contratos sem termo; combater a desigualdade existente na contratação de certas categorias de trabalhadores e simplificar os procedimentos em vigor por forma a permitir um melhor e mais fácil acesso às medidas de política de emprego e de formação profissional.

Deste modo, não obstante todos os condicionalismos apresentados, a actual conjuntura económica de crise com implicações nas condições de oferta e de manutenção dos postos de trabalho e as incertezas futuras existentes a nível internacional e nacional, o Governo Português assume para 2005 os seguintes compromissos, potenciando em simultâneo, o crescimento do emprego altamente qualificado:

- a taxa de emprego global se situe num nível superior ao da meta estabelecida pela Cimeira de Estocolmo para esse ano (67%);
- a taxa de emprego das mulheres e a dos trabalhadores mais idosos se situem acima das metas definidas para 2010 na Cimeira de Lisboa, respectivamente 60% e 50%.

Estas metas, embora pareçam pouco ambiciosas, são exigentes no curto prazo, já que o crescimento do emprego e a redução do desemprego dependem significativamente do nível da actividade económica, que em 2003 se encontrará em recessão (entre -1% e -0.5%), prevendo-se em 2004 uma retoma ainda que moderada do ritmo de crescimento do produto (entre 0.5% e 1.5%). Acresce que o objectivo de redução do défice orçamental<sup>48</sup> e as reformas estruturais em curso não produzem efeitos imediatos em termos de um crescimento mais intenso do produto.

A perspectiva de recuperação da economia baseia-se numa evolução mais positiva do enquadramento externo com reflexos favoráveis nas exportações, que constituirão o motor do crescimento económico e também nalguma recuperação da procura interna conduzida fundamentalmente pelo investimento privado. O emprego deverá apresentar uma manutenção face a 2003, perspectivando-se que se inicie uma recuperação quando o ritmo da actividade económica se tornar mais sustentado. A evolução prevista do emprego em 2004, em conjugação com crescimento previsto do PIB, poderá traduzir-se num aumento mais favorável da produtividade. Por seu turno, a taxa de desemprego, em 2004, deverá situar-se entre 6.5% e 6.75%.

A médio prazo, Portugal terá que conciliar um aumento do nível da produtividade global da economia e da sua competitividade com a progressão para o pleno emprego. Com o contributo do diálogo social, que desempenha um papel significativo neste campo, juntamente com as medidas estruturais agora iniciadas e a previsão de uma intensificação do ritmo de crescimento económico a partir de 2005, já será possível a fixação de metas mais ambiciosas para o período posterior, o que impõe, contudo, o desenvolvimento de uma estratégia integrada que incida, em simultâneo, no lado da procura e da oferta.

Neste contexto, destaca-se, do lado da procura, o PPCE, nomeadamente no quadro das intervenções associadas ao fomento do espírito empresarial, à dinamização da inovação e da sociedade do conhecimento, do estímulo ao investimento produtivo e à simplificação dos procedimentos administrativos e regulamentares ligados à criação e ao funcionamento da empresa (*vide* D2). Do lado da oferta, destaca-se como primeira prioridade o reforço da prevenção do desemprego de longa duração (DLD) e a activação dos DLD, procurando por um lado, uma maior eficiência das metodologias de abordagem preventiva do desemprego, através de uma maior focalização nos públicos com maior dificuldade de inserção e de uma maior racionalização e eficácia das medidas activas e, por outro, o combate à actual subida do desemprego, em particular o dos jovens, através do PEPS (*vide* D1 e D7). Em simultâneo, realça-se o desenvolvimento da estratégia para a aprendizagem ao longo da vida (*vide* D4), consubstanciado, nomeadamente, no quadro da dinamização das competências chave ao desenvolvimento e na sua inserção no sistema produtivo aliados ao combate ao trabalho não declarado (*vide* D9), assumindo-se envolver, a partir de 2006, 6% da população dos 25 aos 64 anos em acções de ALV. Focam-se, ainda, as intervenções em termos de gestão positiva e antecipativa das reestruturações (*vide* D3 e D1) e do estímulo à mobilidade (*vide* D3), designadamente através do PEPS.

Embora a taxa de participação da população na actividade económica, seja em Portugal relativamente favorável em relação às metas, os desafios postos pelo envelhecimento demográfico levam a uma centragem em medidas potenciadoras do aumento da oferta de mão-de-obra, através da promoção do envelhecimento activo e de uma maior participação das mulheres (*vide* D5, D8, D6 e transversalidade da abordagem de género). Por outro lado, os jovens cuja taxa de emprego e desemprego se encontra, normalmente, mais dependente da conjuntura económica, e nomeadamente os jovens detentores de qualificações médias e superiores verão, na actual conjuntura, reforçadas as medidas de integração no mercado de trabalho, através do PEPS.

Acresce que as várias directrizes do Plano Nacional de Emprego (PNE) preconizam, igualmente, um conjunto de intervenções que tem por objectivo a melhoria da qualidade e da produtividade no trabalho, com reflexos na coesão social futura. Destacam-se, entre outras, a importância atribuída à continuação e dinamização da estratégia para a aprendizagem ao longo da vida, com mais e melhores investimentos, apontando-se neste quadro o papel da nova Lei de Bases da Educação e da nova Lei da Formação Profissional, que se encontram em discussão pública, visando uma melhor articulação e um reforço dos subsistemas de qualificação inicial, a intensificação da formação contínua e a melhoria da qualidade da educação e formação. Salienta-se, ainda, o reforço das intervenções a desenvolver para os adultos pouco qualificados bem como das referentes ao reconhecimento, validação e certificação de competências (*vide* D4). Enquadra-se, igualmente, o carácter estratégico da dinamização da sociedade do conhecimento, por forma a promover o saber, alargar as formas de aprendizagem e assim contribuir para o objectivo último de aumento das qualificações, anteriormente referido, bem como para acelerar a modernização do tecido empresarial, em termos de processos e de produtos, com o intuito de promover a inovação e a competitividade, nomeadamente no quadro das pequenas e médias empresas (*vide* D2, D3 e D4). Para além do reforço das actuações, em termos de prevenção e combate à sinistralidade, com vista à redução até 2006, em 40% face a 2001, da taxa de incidência dos acidentes de trabalho, procurar-se-á promover uma melhor organização do trabalho e o

<sup>48</sup> Neste sentido, o Governo tomou um conjunto de medidas em 2002, entre as quais se evidenciam a introdução de limites para o crescimento da despesa dos organismos autónomos e para os níveis de endividamento da Administração Pública regional e local, a suspensão de admissão de novos funcionários, a definição de medidas que propiciem a mobilidade dos funcionários e a extinção e fusão de organismos públicos. Foram, ainda, tomadas medidas imediatas de contenção da despesa, em particular, nos sectores da Educação e Segurança Social.

desenvolvimento de novas formas de trabalho, procurando uma melhor conciliação entre segurança e flexibilidade no trabalho (*vide* D3) e lutar contra o trabalho não declarado (*vide* D9).

No domínio da coesão social, assumem-se, como metas a atingir, a redução substancial da taxa média de abandono escolar precoce (redução do abandono escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 35% em 2006 e para 25% em 2010), e a diminuição progressiva do peso do desemprego registado dos grupos mais desfavorecidos em relação ao desemprego registado total, incluindo a dos imigrantes e a redução das diferenciações salariais entre homens e mulheres.

Assumindo-se o emprego como um meio privilegiado para a inclusão social, o objectivo do reforço da Coesão Social assenta, no presente Plano, na implementação de medidas que aumentam a empregabilidade, com particular focalização nos públicos que apresentam já maiores dificuldades de inserção, para os quais se continuarão a elaborar Planos Pessoais de Emprego e, ainda, nos que, embora actualmente empregados, são potenciais públicos de risco. A gestão antecipativa e positiva das reestruturações (*vide* D1 e D3) e, sobretudo, a dinamização da estratégia para a aprendizagem ao longo da vida para todos (*vide* D4) e do desenvolvimento das possibilidades de progressão na carreira são pedras chave dessa estratégia. Também nesse sentido age o fortalecimento da articulação e complementaridade com a estratégia e acções do Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social 2003-2005, a montante e a jusante.

A luta contra a exclusão social e a pobreza impõe, para além das intervenções prioritárias da política de emprego abrangendo os grupos mais vulneráveis, uma forte aposta na política de educação/ formação, consubstanciada, nomeadamente, no combate à saída precoce do sistema escolar (*vide* D4 e D7), na promoção de espaços de informação e orientação profissional de jovens e na expansão e diversificação da qualificação inicial de jovens, bem como no desenvolvimento do ensino tecnológico (*vide* D4).

Salienta-se, ainda, a estratégia adoptada no domínio da Igualdade entre mulheres e homens (*vide* D6), designadamente no II Plano Nacional para a Igualdade (em discussão pública) e a visão integrada em desenvolvimento no campo da política de imigração (Plano Nacional para a Imigração), reforçando a coordenação das políticas, dinamizando programas de informação para imigrantes recentes, incrementando a formação profissional e linguística, promovendo uma melhor integração no mercado de trabalho, em estreita colaboração com intervenções no campo da inclusão social e na luta contra a discriminação e combatendo a imigração clandestina.

Pela sua importância, a questão da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens será encarada de forma transversal em todo o documento.

As assimetrias regionais actualmente existentes são, em larga medida, determinadas pelos respectivos tecidos produtivos, sistemas de emprego, pelas dotações de infra-estruturas e equipamentos sociais e, ainda, pelas características demográficas da população residente e activa. Assume-se, neste campo, a meta de redução gradual das assimetrias regionais. O reforço da coordenação entre as políticas sectoriais e de desenvolvimento regional, fazendo convergir nomeadamente, instrumentos da política fiscal, emprego, formação profissional e protecção social, criando condições dinamizadoras do investimento produtivo e no capital humano e que procurem ultrapassar as vulnerabilidades estruturais das regiões deprimidas são eixos estratégicos em desenvolvimento. Aposta-se, ainda, no reforço e dinamização de parcerias eficazes (*vide* D10).

## PARTE B – DIRECTRIZES

### DIRECTRIZ 1 - MEDIDAS ACTIVAS E PREVENTIVAS DIRIGIDAS AOS DESEMPREGADOS E AOS INACTIVOS

Os Estados Membros deverão desenvolver e implementar medidas activas e preventivas em prol dos desempregados e dos inactivos, destinadas a prevenir o influxo para o desemprego de longa duração e promover a integração sustentável no mercado de emprego dos desempregados e das pessoas inactivas. Deverão:

- Assegurar, numa fase precoce do ciclo de desemprego, que todos os candidatos a emprego beneficiem de uma identificação atempada das respectivas necessidades, e de serviços, tais como, de aconselhamento e orientação, de assistência na procura de emprego e planos de acção personalizados;
- Com base na identificação acima referida, proporcionar aos candidatos a emprego o acesso a medidas eficazes e eficientes que reforcem a respectiva empregabilidade e possibilidades de inserção, com especial incidência nas pessoas que enfrentam maiores dificuldades na esfera laboral. Os Estados Membros deverão assegurar que:

*...cada desempregado beneficie de uma nova oportunidade antes de completados seis meses de desemprego, no caso dos jovens desempregados, e 12 meses de desemprego, no caso dos adultos, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, um emprego ou outra medida de empregabilidade, combinada, se necessário, com assistência contínua à procura de emprego;*

*...até 2010, 25% dos desempregados de longa duração participem numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional ou outra medida de empregabilidade, com o objectivo de atingir a média dos três Estados Membros mais avançados.*

- Modernizar e reforçar as instituições do mercado de trabalho, em particular os serviços de emprego;
- Assegurar uma avaliação regular da eficácia e eficiência dos programas centrados no mercado de trabalho e proceder à sua revisão em conformidade.

#### 1. Contexto e Estratégia

Tanto o volume como a taxa de desemprego apresentaram comportamentos distintos ao longo do período de 1998 a 2002. A taxa de desemprego reduziu-se significativamente entre 1998 (5%) e 2000 (3.9%), com uma intensidade maior para as mulheres (6.2% para 4.9%) do que para os homens (4% para 3.1%) e uma redução do diferencial da taxa de desemprego dos jovens em relação à global (5.3 p.p. em 1998 e 4.7 p.p. em 2000). Nos anos seguintes, num clima de um significativo afrouxamento e mesmo quebra da actividade económica, a taxa de desemprego aumentou, situando-se nos 5.1% em 2002 (6.2% no último trimestre do ano) e 6.4% no 1º trimestre de 2003. Embora o desemprego feminino tivesse crescido a um maior ritmo do que o masculino, o diferencial da correspondente taxa de desemprego para a dos homens praticamente estacionou (1.9 p.p. em 2002); o desvio da taxa de desemprego dos jovens em relação à global foi de 6.4 p.p., voltando a agravar-se, sugerindo uma significativa vulnerabilidade deste grupo ao comportamento da economia. O DLD diminuiu o seu peso no desemprego global ao longo de toda a 1ª fase da EEE (45.5% em 1998,

43.6% em 2000 e 37.2% em 2002), não obstante essa proporção permanecer elevada e o seu volume começasse a aumentar de 2001 para 2002.

Na 1ª fase da EEE, foi desenvolvido, entre nós, um importante esforço para responder aos objectivos de combate ao desemprego dos jovens e de prevenção do DLD dos adultos, através da adopção, por parte do SPE, de uma abordagem precoce, preventiva e individualizada de combate ao desemprego. Neste sentido, foram introduzidas e desenvolvidas as metodologias INSERJOVEM e REAGE, que visam o acompanhamento individualizado dos jovens com menos de 25 anos, dos desempregados adultos e dos DLD e a construção de perfis de inserção específicos, de modo a viabilizar respostas adequadas às necessidades individuais e potenciadoras da efectiva integração no mercado de trabalho. A introdução destas metodologias, faseada ao longo do período (1998-2000) e articulada com a criação das Redes Regionais de Emprego (RRE), permitiu responder aos objectivos propostos e, simultaneamente, actuou sobre o modo de funcionamento do SPE, induzindo a sua modernização.

Portugal, com 29% em 2001, ultrapassou a meta de activação dos desempregados fixada nos 20% (limite mínimo) ao nível comunitário, mas não obstante o valor significativo da taxa de esforço, as taxas de entrada em DLD aumentaram tanto para os jovens como para os adultos, apresentando-se a dos adultos com um valor um pouco superior a 20% no final do ano transacto (*vide* Anexo I).

Actualmente, embora Portugal continue a apresentar uma situação relativamente favorável em termos de taxas de emprego e de desemprego, no quadro europeu, o aumento do desemprego tornou-se um importante problema a resolver, exigindo, face à actual conjuntura económica e aos desafios postos pelas deslocalizações e reestruturações, uma intensificação da consonância das políticas e da respectiva eficácia. No campo das Políticas Activas do Mercado de Trabalho (PAMT), as metodologias são reformuladas tendo em vista uma maior incidência dos recursos disponíveis em grupos considerados prioritários (com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho), que se consubstanciará numa maior diferenciação de tratamento dos candidatos, através de uma adequada segmentação dos públicos, e numa maior ênfase na necessidade de integração efectiva no mercado de trabalho. As prioridades, em termos de públicos a abranger, são estabelecidas com base numa grelha de prognóstico (baseada em factores como a idade, as habilitações, a experiência profissional, o nível de qualificação e outros factores específicos que dificultem o acesso ao emprego) que nos permite aferir sobre as reais dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, dadas as suas especificidades, continuam a ser elaborados Planos Pessoais de Emprego para todos os desempregados inscritos.

Paralelamente, foi delineado um conjunto de medidas de emprego, formação profissional e protecção social – PEPS - que integra medidas temporárias (18 meses), de natureza especial para enfrentar os efeitos decorrentes da actual conjuntura, para os trabalhadores em situação de desemprego e que, nos domínios do emprego e da formação profissional, abarácará cerca de 21.000 pessoas. Os públicos alvo prioritários deste Programa são os jovens, os DLD, os desempregados com mais de 45 anos e os jovens licenciados ou com formação média. Também uma particular atenção tem vindo a ser dada à gestão positiva e antecipativa das reestruturações, assegurando uma adequada reconversão interna e externa dos trabalhadores em risco de desemprego (*vide* D3).

As metodologias INSERJOVEM e REAGE, que vinham a ser utilizadas para os desempregados jovens e adultos, antes de atingirem 6 e 12 meses de desemprego, respectivamente, começaram a ser aplicadas aos DLD em 2001, dado que o peso do DLD no total do desemprego atingiu os 43.6%, no final de 2000. Conforme já referimos atrás, a situação actual é mais favorável.

Neste contexto, o SPE continua a ter um papel fundamental a desempenhar no cumprimento dos compromissos assumidos no quadro desta Directriz, prosseguindo a redefinição do modelo de intervenção dos Centros de Emprego, em articulação com outras estruturas públicas ou privadas devidamente acreditadas pelo IIEFP, bem como a sua modernização em termos de tecnologias de informação. É, ainda, essencial prosseguir a sistematização e racionalização das medidas activas de emprego, promovendo o seu acompanhamento, controlo e avaliação sistemáticos, optimizando os recursos e adequando-os, através de uma maior flexibilidade e selectividade na aplicação, às especificidades locais e sectoriais do mercado de trabalho. Justifica-se, também, o reforço dos mecanismos de articulação dos Centros de Emprego com os Centros de Formação Profissional de Gestão Directa, de forma a permitir uma maior consonância de processos.

Acresce, por outro lado, a aposta na mensuração da eficácia e eficiência das medidas, em termos de integração efectiva dos beneficiários no mercado de trabalho, o que coloca maiores exigências ao sistema de acompanhamento e de avaliação regular e ao sistema de informação de suporte, mecanismos estes que se irão aperfeiçoar.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

Cada desempregado deverá beneficiar de uma nova oportunidade antes de completados 6 meses de desemprego, no caso dos jovens desempregados, e 12 meses de desemprego, no caso dos adultos, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida de empregabilidade, combinada, se necessário, com assistência contínua à procura de emprego;

Até 2006 e 2010, respectivamente, 15% e 25% dos desempregados de longa duração participem numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional ou outra medida de empregabilidade, com o objectivo de atingir a média dos três Estados Membros mais avançados.

## 3. Eixos Estratégicos

- Prevenir e combater o desemprego juvenil, o desemprego de longa duração e o desemprego feminino, nomeadamente, através da melhoria da empregabilidade;
- Rever as metodologias de acompanhamento individual, integrado e personalizado dos candidatos a emprego;
- Reforçar as articulações entre os serviços operacionais com maiores responsabilidades na gestão do mercado de trabalho.

## 4. Linhas de Acção

Reajustamento das metodologias INSERJOVEM e REAGE, apostando numa maior diferenciação de tratamento dos candidatos de acordo com as suas características, através de uma adequada segmentação dos públicos, e numa maior ênfase na necessidade de integração efectiva no mercado de trabalho;

- Avaliação e racionalização dos programas e medidas activas de emprego, visando o aumento da sua eficácia e eficiência;

- Agilização do contributo dos Centros de Emprego, de maneira a que se possam constituir como espaços mais dinâmicos de ajustamento da procura e oferta de trabalho; - Reforço da divulgação de informação sobre medidas activas de emprego para jovens e adultos.

## 5. Instrumentos

- Metodologias de Intervenção dos Centros de Emprego no âmbito das Iniciativas INSERJOVEM e REAGE
- Orientação de 3º nível
- Qualificação Inicial de jovens
- Programa de Estágios Profissionais
- Formação Profissional para Desempregados, incluindo a formação de reconversão
- Incentivos à contratação de determinados grupos (Jovens, DLD e desempregados com mais de 45 anos) e apoios à criação do próprio emprego
- Formação para desempregados com qualificações médias e superiores
- Apoio a empresas que contratem e formem desempregados
- Programas Ocupacionais

## DIRECTRIZ 2 - CRIAÇÃO DE EMPREGO E ESPÍRITO EMPRESARIAL

Os Estados Membros deverão incentivar a criação de mais e melhores empregos, fomentando o espírito empresarial, a inovação, a capacidade de investimento e uma envolvente favorável a todas as empresas. Será dedicada especial atenção à exploração do potencial de criação de postos de trabalho das novas empresas e dos sectores dos serviços e da I&D. Apoiadas pelo processo de aferição comparativa das políticas empresariais e pela implementação da Carta Europeia das pequenas empresas, as iniciativas políticas visarão:

- Simplificar e reduzir os encargos administrativos e regulamentares para as empresas em arranque e as PME e para o recrutamento de efectivos, facilitando o acesso a capital às empresas em arranque, às PME recém criadas e já existentes e às empresas com elevado potencial de crescimento e de criação de empregos (*vide*, também, GOPE
- Promover o ensino e a formação em competências empresariais e de gestão e fornecer apoios, designadamente através da formação, para tornar o espírito empresarial uma opção de carreira para todos.

## 1. Contexto e Estratégia

O processo de criação/ destruição dos empregos e de empresas que, em países mais avançados, tem levado a uma substancial alteração da estrutura produtiva, traduzida na expansão de actividades com maior intensidade tecnológica e altas qualificações e num refrescamento das actividades tradicionais, em termos de inovação e tecnologia, tem assumido um movimento lento em Portugal no que respeita a alterações qualitativas. De 1998 a 2002, tanto o sector agrícola (incluída a Pesca) como a Indústria perderam peso, passando o primeiro de 13.4% para 12.4% e o segundo de 24.6% para 21.7%, contra 4.2% e 28.6% na média da UE. O emprego na Construção e nos Serviços tem registado um apreciável dinamismo, mas, em 2002, o peso deste último sector no total do emprego (53.8%), ainda que em crescimento, situava-se bastante abaixo da média comunitária (66.9%), em 2001, e com uma composição sectorial muito diferenciada. Como tem sido referido, Portugal dispõe de altas potencialidades de crescimento no sector dos Serviços, nomeadamente em termos de serviços intensivos em conhecimento a fornecer às empresas e outras instituições, como em serviços de apoio às famílias, para além do sector do Turismo e actividades associadas.

O trabalho por conta própria sem pessoal ao serviço, ainda que em ligeiro declínio, representa, nos sectores mais relevantes da economia, um peso substancial no total do emprego por conta própria, sendo de pouco menos de 50% na Indústria Transformadora, superior a 55% na Construção e mais de 65% nos Serviços e localiza-se essencialmente em trabalhadores com reduzidas qualificações (agricultura, pesca, artesanato, serviço doméstico,...) – mais de 80% em 2001, sendo o restante localizado sobretudo ao nível dos quadros superiores, ainda que com um decréscimo gradual anual de cerca de 6% desde 1998.

De acordo com informação disponibilizada pelos Quadros de Pessoal observa-se que, no sector empresarial, as empresas com menos de 20 pessoas tiveram tendência francamente crescente – de 90,8% em 1995 (34.9% do emprego) para 92.3% em 2000 (37% do emprego), enquanto que as de 500 e mais pessoas ao serviço passaram de 0.15% no 1º ano (19.1% do emprego) para 0.12% em 2000 (17.9% do emprego). Se a capacidade de adaptação pode ser um factor de mais fácil realização para as PME, a questão que se coloca liga-se com o facto de muitas delas serem micro-empresas, detendo muitos dos seus empresários um reduzido grau de habilitações/qualificações com repercussões no tipo de emprego que privilegiam, no tipo de tecnologia que usam, na visão estratégica que detém, na incorporação de conhecimentos em processos e produtos e na sua sustentabilidade a prazo. Nota-se que nos anos 90, tanto na UE como nos EUA, a taxa de crescimento do PIB passou a depender mais fortemente de factores de carácter imaterial, como a qualificação dos Recursos Humanos, tecnologia (investimento em I&D), organização, do que do investimento de ordem física, o que tem apontado para um certo esgotamento do modelo de crescimento português.

Na 1ª fase da EEE avançou-se em termos de redução da carga administrativa e regulamentar em todo o processo de criação e desenvolvimento das empresas. Os centros de formalidades de empresas (CFE) têm vindo progressivamente a afirmar-se em termos de capacidade de resposta e à medida que se vêm constituindo em rede, têm alargado a sua actuação a áreas complementares. Contudo, permanece a necessidade de alargamento a outras áreas, como dissolução de sociedades, de redução do tempo médio associado à criação de uma empresa, não se tendo ainda atingido a meta fixada no PNE 2002 (20 dias). Avançou-se, ainda, em termos de redução da taxa de imposto do IRC, que passou de 34% em 1998 para 30% em 2002.

Em Junho de 2002, foi aprovado o Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia (RCM n.º 103/2002, de 26 de Julho), que se consubstancia num conjunto de medidas coerentes e objectivas, complementares entre si e inovadoras, que visam a promoção da produtividade e competitividade, envolvendo vários ministérios e com um plano de execução devidamente calendarizado. As medidas que têm vindo a ser adoptadas pretendem assegurar um ambiente geral de concorrência sã, contribuindo para a revitalização do tecido empresarial e a incorporação nas empresas de I&D, de novos produtos e métodos produtivos,



promovendo a simplificação de processos, a desregulamentação e desburocratização e a qualificação dos recursos humanos, privilegiando, não só a sua formação técnico-científica, mas estimulando também o reforço da produtividade pelo desenvolvimento de tarefas mais motivadoras e compensadoras. Para tal, tem contribuído o apoio ao investimento pela via das participações de capital de risco, capital semente ou capital de desenvolvimento e de prémios atribuídos a projectos geradores de elevado valor acrescentado.

Também neste quadro, a revisão do Programa Operacional da Economia, agora denominado Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), estabelece três níveis de actuação estratégica: dinamização das empresas, qualificação dos recursos humanos e dinamização da envolvente empresarial. Deste modo, os objectivos que, no domínio da economia presidirão à definição de estratégias, políticas e medidas de acção a médio prazo passam pelo reforço da produtividade e competitividade das empresas, bem como da sua participação no mercado global e pela promoção de novos potenciais de desenvolvimento. A prossecução destes dois objectivos gerais e dos diferentes objectivos específicos para cada um dos sectores (indústria, comércio, serviços, turismo, construção e energia) terá subjacente uma estratégia de actuação na área das empresas que crie condições para, por um lado, facilitar a adaptação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade e, por outro lado, acelerar o processo de ajustamento da economia portuguesa em direcção a novos perfis de especialização, nomeadamente mediante a mobilização e valorização do potencial de inovação e empreendedorismo. O PRIME prevê, assim, uma actuação mais intensa ao nível do apoio ao investimento gerador de valor acrescentado, do fomento do capital de risco, do reforço dos capitais permanentes das PME, da promoção das empresas, dos produtos portugueses e do turismo, do apoio à inovação, I&D e do incentivo à qualificação dos recursos humanos nas PME. Este programa confere, ainda, uma importância especial à promoção da inovação, nos seus vários aspectos, que vão desde a tecnologia, aos domínios dos mecanismos de penetração nos mercados e da organização e gestão das empresas em articulação com a dinamização do Plano Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV).

Com o fim de dinamizar o crescimento da economia da Região Autónoma da Madeira, salientam-se as acções previstas no âmbito das Sociedades de Desenvolvimento, bem como da Madeira Parques Industriais.

A modernização da Administração Pública, no sentido da sua aproximação ao cidadão e da consolidação de uma cultura de serviço de qualidade é também um eixo estratégico desta directriz. Será consubstanciada por um conjunto de medidas que reforcem esses objectivos descentralizando os centros de decisão, simplificando os procedimentos e formalidades e assegurando o princípio da transparência e da responsabilidade do Estado. Transversal a todo esse processo é a ampla e racional utilização das TI, como forte impulsionador para colocar o sector público entre os melhores prestadores de serviços do país.

Considerando a perspectiva da transversalidade da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no quadro do Programa Iniciativas Locais de Emprego é concedido um prémio de igualdade de oportunidades entre os sexos – quando os projectos de criação de emprego originem, no mínimo a criação de 5 postos de trabalho e os mesmos não sejam preenchidos, em mais de 60%, por pessoas do mesmo sexo – cujo montante corresponde a 10% do valor total dos apoios concedidos.

## 2. Metas Nacionais

- Reduzir o tempo necessário à constituição de empresas para 20 dias
- Alargar a oferta de serviços dos Centros de Formalidades de Empresas a outras áreas complementares das actividades administrativas das empresas
- Redução da taxa de IRC de 30% para 25%, em 2004
- Promover o aumento do peso do capital de risco no financiamento das empresas dos actuais 0.1% do PIB para 0.5%, em 3 anos
- 100% dos organismos da Administração Pública Central ligados em Banda Larga, em 2005
- Apoiar a criação de 11 centros de competência em parques empresariais (com o mínimo de 50 empresas) para prestação de serviços empresariais em TI até 2005
- Duplicar, até 2005, o investimento em TI relativamente ao PIB (de 2% para 4.5%)
- Garantir que 10% das empresas com certificado de qualidade tenham Certificado de Qualidade Digital até 2005

## 3. Eixos Estratégicos

- Criar mais e melhores empregos, fomentando o investimento produtivo, por forma a garantir um aumento significativo e sustentado da produtividade e competitividade da economia portuguesa;
- Criar um ambiente favorável ao dinamismo empresarial e reforçar a internacionalização;
- Incentivar a inovação e a investigação e desenvolvimento tecnológico;
- Modernizar a Administração Pública, numa linha aproximação ao cidadão;
- Qualificar os recursos humanos das empresas, com enfoque nos perfis chave para o desenvolvimento da competitividade e produtividade, nomeadamente empresários, quadros dirigentes e quadros intermédios.

## 4. Linhas de Acção

- Revisão, simplificação e sistematização de todo o quadro normativo de apoio ao investimento produtivo, bem como de todos os procedimentos de criação, registo, transformação, licenciamento e falência das sociedades (Centros de Formalidades de Empresas, Interlocutor único e acessibilidade aos serviços notariais);
- Revisão dos custos de contexto ligados à actividade produtiva (acessibilidades, ambiente,...);
- Desenvolvimento de um sistema integrado de informação e divulgação às empresas, com especial enfoque nas PME;
- Desenvolvimento de um programa intensivo de captação de investimento directo estrangeiro;

- Desenvolvimento de incentivos fiscais e financeiros ao investimento das empresas produtoras de bens transaccionáveis, bem como das PME e das empresas com alto potencial de crescimento e promoção do acesso ao capital de risco;
- Criação da Reserva Fiscal para Investimento e redução substancial da taxa de IRC, entre 2004 e 2006;
- Implementação do Plano de desenvolvimento do sector do turismo;
- Lançamento do projecto “Marcas Portuguesas”, visando aumentar o valor acrescentado gerado e retido em Portugal, através de um conjunto complexo de factores que permitem criar características de qualidade, inovação, *design* e serviços efectivamente distintivos;
- Dinamização dos Programas de Apoio à Inovação, incentivando, nomeadamente a realização de pós-graduações e a inserção de quadros de investigação nas empresas e de quadros das empresas no sistema de formação superior nacional; a inserção de jovens investigadores nas empresas; a investigação em consórcio entre Instituições de I&D e empresas; a transferência de tecnologias e a valorização de resultados de I&D;
- Consolidação dos instrumentos de consultoria para a inovação, formação e apoio à gestão de pequenas e micro-empresas;
- Desenvolvimento do comércio electrónico nas suas diversas vertentes do *business to consumer* e do *business to business*;
- Dinamização da modernização da Administração Pública, nomeadamente tendo em consideração as Iniciativas Europeias *e-Europe* 2003-2005 e *e-Government*;
- Introdução de módulos de formação específica numa gama alargada de cursos pós-secundários não universitários, de cursos de ensino superior e de acções de formação promovidas pelo IEFP, com o fim de se produzirem competências indutoras da criação e desenvolvimento do espírito empresarial;
- Reforço da oferta e financiamento de formação avançada na área da Inovação e Tecnologia e da Sociedade da Informação, nomeadamente em domínios estratégicos para a competitividade da economia nacional.

## 5. Instrumentos

- Centros de Formalidades de Empresas
- Sistemas de Informação às Empresas
- Sistemas de Incentivos à criação e modernização das empresas
- Programas de apoio à inovação
- Capital de Risco e fundos de apoio ao reforço dos capitais permanentes das empresas
- Agência Portuguesa para o Investimento e Código do Investimento
- Programas de formação para PME
- Gabinetes de Apoio aos Novos Empresários do Comércio

## DIRECTRIZ 3 - FAZER FACE À MUDANÇA E PROMOVER A ADAPTABILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Os Estados Membros deverão facilitar a capacidade de adaptação à mudança dos trabalhadores e empresas, tomando simultaneamente em consideração a necessidade de flexibilidade e segurança e dando ênfase ao papel essencial dos parceiros sociais neste domínio.

Os Estados Membros deverão proceder à revisão e, se adequado, à reforma dos aspectos demasiado restritivos das respectivas legislações laborais que afectam a dinâmica do mercado de trabalho e o emprego dos grupos com dificuldades de acesso à esfera laboral, desenvolver o diálogo social, fomentar a responsabilidade social das empresas e empreender outras medidas consideradas adequadas para promover:

- A diversidade de modelos contratuais e de trabalho, designadamente em matéria de tempo de trabalho, para favorecer a progressão de carreira, um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar e entre flexibilidade e segurança;
- O acesso dos trabalhadores, em especial dos de baixa qualificação, à formação;
- Melhores condições de trabalho, designadamente no que respeita à higiene e segurança; em especial, as políticas visarão atingir uma redução substancial da taxa de incidência dos acidentes e doenças profissionais;
- A concepção e divulgação de formas de organização de trabalho inovadoras e sustentáveis que apoiem a produtividade do trabalho e a qualidade no trabalho;
- A antecipação e a gestão preventiva da mudança e das reestruturações económicas.

Os Estados Membros deverão solucionar insuficiências e estrangulamentos de mão-de-obra através de uma série de medidas tais como a promoção da mobilidade profissional e a eliminação dos obstáculos à mobilidade geográfica, em particular, implementando o Plano de Acção para as Competências e Mobilidade, melhorando o reconhecimento e a transparência de qualificações e competências, a transferibilidade dos direitos de segurança social e pensões e tomando em consideração os aspectos laborais da imigração.

Há que promover a transparência em termos de oportunidades de emprego e de formação a nível nacional e europeu, a fim de contribuir para uma correspondência eficaz entre a oferta e a procura de empregos. *Em especial, até 2005, os candidatos a emprego na UE deverão poder consultar todas as ofertas de trabalho publicitadas através dos Serviços de Emprego dos Estados Membros.*

## 1. Contexto e Estratégia

No domínio da modernização da organização do trabalho, a primeira fase da EEE ficou marcada pelo desenvolvimento de iniciativas ao nível da legislação e do diálogo social que permitiram avanços consideráveis. Portugal adoptou, como metodologia de revisão do enquadramento legislativo das relações laborais e de outros aspectos relacionados com a qualidade de emprego, o diálogo em sede de Concertação Social. Nesta sede, celebraram-se importantes acordos tripartidos, com base nos quais foram lançados diversos programas, designadamente no domínio da Segurança, Higiene e Saúde e da política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação, cujo desenvolvimento prosseguirá.

No que respeita às novas formas de trabalho, a situação em Portugal caracteriza-se por um recurso ainda relativamente modesto, embora em crescimento, ao trabalho a tempo parcial (que representava no 1º semestre de 2003, cerca de 12%) e por um recurso bastante significativo ao trabalho não permanente (aproximadamente, 21% do total de TCO, no 1º semestre de 2003).

Em 2003, foi aprovado o Código do Trabalho, que procedeu à revisão e à unificação de múltiplas leis laborais, consagrando, nomeadamente, a alteração da duração do contrato de trabalho a termo; a regulamentação do teletrabalho; dois regimes de adaptabilidade dos horários de trabalho, e um conjunto de dispositivos para fiscalizar as situações de absentismo injustificado e para a regularização do falso trabalho independente; o fomento da mobilidade funcional e o desenvolvimento de instrumentos que visam superar situações de bloqueamento da contratação colectiva.

Apesar dos avanços registados no domínio da produção legislativa e do diálogo social (*vide* parte C), persistem ainda na sociedade portuguesa dificuldades estruturais no domínio da adaptabilidade da organização do trabalho. De facto, não são ainda visíveis tendências de mudança significativa nas formas e estruturas de organização do trabalho, sendo também poucos expressivos os reflexos na negociação colectiva dos compromissos bilaterais assumidos pelos parceiros sociais nos domínios da qualidade do emprego, da formação e da organização do trabalho e da igualdade entre mulheres e homens. Por outro lado, há ainda um largo caminho a percorrer no domínio do apoio à inovação organizacional e à promoção de uma efectiva gestão da segurança e da saúde nos locais de trabalho. Importa ainda assinalar a importância que reveste, no caso português, a gestão dos processos de reestruturação, que geram importantes desigualdades regionais no mercado de trabalho.

Ao nível das novas formas de trabalho, a estratégia passa pela consagração dos mecanismos de incentivo à conversão de contratos a termo em contratos sem termo e pelo reforço dos incentivos ao trabalho a tempo parcial, teletrabalho e trabalho ao domicílio (*vide* D6), no quadro do estabelecido pelo PEPS. Também na Região Autónoma dos Açores será implementado o Programa Estabilizar, pelo qual se institui um prémio às empresas por cada trabalhador em situação precária que transite para um contrato permanente.

No contexto desta directriz, serão, também, relevantes os contributos da Iniciativa EQUAL, nomeadamente da Rede Temática “Inovação organizacional e formação em contexto de trabalho”.

No quadro da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST) impõe-se a existência de uma organização capaz de, em simultâneo, assegurar a prossecução de um vasto conjunto de atribuições em matéria de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais; garantir bons níveis de eficiência na articulação com a área da reparação; e reunir no seu acervo de competências aquelas que hoje se apresentam dispersas por um conjunto relativamente vasto de entidades.

A necessidade de promover um melhor ajustamento entre a oferta e a procura é igualmente uma prioridade da estratégia nacional de emprego. O desenvolvimento da capacidade do SPE para adequar as competências disponíveis às necessidades do mercado de emprego constitui uma das orientações básicas dessa estratégia, que visa aumentar a transparência da informação e melhorar a autonomia dos desempregados e dos empregadores nos mecanismos de ajustamento no âmbito do mercado de trabalho. A parceria e cooperação entre os SPE europeus, nomeadamente através da rede EURES, e beneficiando do recurso às TIC, permite melhorar a visibilidade da oferta e da procura no espaço europeu, e contribuir também para a resolução de alguns desajustamentos nacionais, através da livre circulação dos trabalhadores no espaço europeu e do recrutamento transnacional. Neste contexto, refira-se a importância do aumento da transparência das competências e qualificações, no espaço europeu. Neste sentido a Declaração de Bolonha, assinada em Junho de 1999, tem como objectivo conseguir uma maior compatibilidade e maior comparabilidade entre os sistemas de ensino superior, aumentando a sua competitividade internacional. Assumiu-se o compromisso de alcançar os seguintes objectivos: adopção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação; o estabelecimento de um sistema de créditos como meio para promover a maior mobilidade dos estudantes; promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade, promovendo as necessárias dimensões europeias no que respeita ao desenvolvimento curricular, à mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação. Ainda neste quadro, foi aprovada, em Novembro de 2002 a Declaração de Copenhaga que visa reforçar a dimensão europeia do ensino e da formação profissional, favorecer a mobilidade, a cooperação institucional e as parcerias, aumentar a transparência graças à racionalização dos instrumentos e das redes de informação e, por último, promover o reconhecimento das competências e/ou qualificações, bem como a cooperação em matéria de garantia de qualidade.

No âmbito da Reforma da Administração Pública é contemplada a revisão do seu modelo organizacional, do modelo de gestão, com a revisão do Estatuto dos Dirigentes da Administração Pública (redefinição das funções, cursos de formação específica e novo modelo de recrutamento) e a institucionalização de mecanismos de estímulo ao mérito e avaliação do desempenho dos serviços e dos indivíduos, dando ainda prioridade às vertentes da formação e da valorização profissional.

De referir, ainda, a instituição da Bolsa de Emprego de forma a manter on-line a informação sobre a procura e oferta de emprego no âmbito da Administração Pública, promovendo a mobilidade.

A gestão dos fluxos imigratórios, por via da previsão bianual de oportunidades de emprego e dos sectores de actividade em que as mesmas existem, também irá contribuir, no quadro do Plano Nacional de Imigração e do novo enquadramento legislativo que lhe confere suporte, para melhorar as condições de ajustamento do mercado de trabalho em Portugal.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Redução de 40%, relativamente a 2001, das taxas de incidência dos acidentes de trabalho, até 2006
- Até 2005, os candidatos a emprego na UE deverão poder consultar todas as ofertas de trabalho publicitadas através dos Serviços Públicos de Emprego dos Estados Membros
- Aumentar em 100% face a 2003, o número de reconhecimentos de habilitações e competências dos cidadãos estrangeiros

## 3. Eixos Estratégicos

- Modernizar a organização do trabalho e incentivar a inovação organizacional e as novas formas de trabalho, procurando conciliar flexibilidade e segurança no trabalho;
- Difundir uma cultura de prevenção e combater os riscos profissionais, a sinistralidade laboral e as doenças profissionais;
- Favorecer o desbloqueamento da negociação colectiva, com reforço da sua cobertura e alargamento do conteúdo das matérias negociadas;
- Promover a gestão antecipada e positiva das reestruturações, assegurando a adequada reconversão interna e externa dos trabalhadores;
- Fomentar a responsabilidade social das empresas;
- Adequar a gestão dos fluxos migratórios às necessidades previsíveis do mercado de trabalho português.

#### 4. Linhas de Acção

- Promoção da inovação organizacional e da gestão dos recursos humanos, visando apoiar a implementação de processos de inovação nas empresas que reforcem a sua competitividade e permitam a melhoria do emprego e das competências;
- Modernização do modelo organizacional e de gestão da Administração Pública;
- Desenvolvimento do Programa Nacional de Formação, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, dirigido a técnicos e representantes dos trabalhadores e dos empregadores;
- Modernização e redireccionamento das estruturas organizacionais de SHST, bem como o reforço dos meios e da actividade inspectiva, com particular intensidade nos sectores mais gravemente afectados pela sinistralidade laboral mortal e grave e apoiar o desenvolvimento de boas práticas nos locais de trabalho, no domínio da prevenção da sinistralidade laboral;
- Criação do Centro de Relações de Trabalho, de iniciativa e gestão tripartidas, para apoiar e promover o diálogo social, quer nas vertentes da informação sócio-económica e da formação de negociadores, quer no domínio da análise de conteúdos negociais e da promoção de mecanismos de resolução de conflitos;
- Promoção da gestão antecipada e positiva das reestruturações, através de um mecanismo de base tripartido de detecção e acompanhamento apoiada por um sistema de informação e do alargamento a todo o território de um programa apoio à reconversão profissional, interna ou externa, dos trabalhadores das empresas em situação económica difícil, pertencentes a sectores em reestruturação ou em processo de reorganização ou modernização tecnológica;
- Promoção da Responsabilidade Social das Empresas e disseminação de boas práticas neste domínio;
- Disponibilização nos Centros de Emprego de um sistema de livre serviços e informação baseado nas TIC e do interface do Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego do IEFP com o Sistema EURES, garantindo aos trabalhadores portugueses a possibilidade de consulta das ofertas de emprego disponíveis nos restantes países da União Europeia e aos desempregados desses países a possibilidade de consulta de ofertas de emprego registadas no IEFP;
- Aumento da transparência das competências e qualificações, no espaço europeu;
- Atribuição de graus e diplomas que, tendo em conta a livre circulação de pessoas na Europa e a dimensão europeia do mercado de trabalho, garantam a mobilidade de discentes e docentes, a comparabilidade das qualificações e a empregabilidade, garantidas pelo desenvolvimento de um sistema de avaliação da qualidade, credível a nível internacional;
- Reforço de incentivos à mobilidade geográfica (*vide* D10) e profissional;
- Promoção do acesso à formação profissional, em especial dos trabalhadores de baixas qualificações (*vide* D4);
- Adopção de um Plano Nacional de Imigração e gestão previsional dos fluxos migratórios em função das necessidades do mercado de trabalho;
- Agilização dos procedimentos de reconhecimento de habilitações e competências dos imigrantes, por forma a disponibilizar à sociedade de acolhimento o capital humano que representam e, simultaneamente, permitir a realização profissional dos imigrantes;
- Promoção de Boas Práticas, por parte das empresas e outras entidades, no quadro do Prémio “Igualdade é Qualidade”.

#### 5. Instrumentos

- Programas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- Campanhas de Prevenção Sectoriais
- Programa FACE
- Sistema de indicadores de alerta
- Programa RIO – Rede de Inovação Organizacional
- Centro de Relações de Trabalho
- Plano Nacional de Imigração
- Serviço Ciberemprego e IEFP NETemprego
- Rede EURES
- Bolsa de Emprego na Administração Pública
- Formação profissional contínua (*vide* D4)

- Sistemas de Certificação e Referenciais de Qualificações (*vide* D4)

## DIRECTRIZ 4 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Os Estados Membros deverão implementar estratégias para a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através da melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de educação e formação, de modo a dotar todas as pessoas das competências que se exigem de uma força de trabalho moderna numa sociedade assente no conhecimento, permitir a sua progressão de carreira e reduzir as disparidades e estrangulamentos de competências no mercado de trabalho.

*De acordo com as prioridades nacionais, as políticas visarão especialmente atingir as seguintes metas até 2010:*

- *pelo menos 85% das pessoas de 22 anos deverão ter habilitações de nível secundário superior na União Europeia*
- *o nível médio de participação na aprendizagem ao longo da vida na União Europeia deverá ser de, pelo menos, 12.5% da população adulta em idade de trabalhar (grupo etário 25-64 anos).*

As políticas formuladas terão, em especial, por objectivo alcançar um aumento do investimento nos recursos humanos. Neste contexto, importa que haja um aumento significativo, por parte das empresas, no investimento na formação de adultos, tendo em vista promover a produtividade, a competitividade e o envelhecimento em actividade. Será facilitado o investimento produtivo em capital humano por parte de empregadores e indivíduos.

### 1. Contexto e Estratégia

Não obstante os progressos realizados nos últimos anos, traduzidos numa redução da proporção da população residente com ensino básico ou menos de 85% em 1991 para 71.6% em 2001 e num acréscimo da que detém o ensino superior de 4.9% para 10.6%, Portugal apresenta, quando comparado com os restantes países da UE, uma estrutura de habilitações em que continua a dominar o peso dos níveis de instrução mais baixos, em resultado de défices acumulados de escolarização da população (79.4% em 2002 contra 35.4% na UE). Embora a situação melhore consideravelmente quando se considera apenas os grupos etários mais jovens (15-24 anos), para os quais a taxa de participação escolar se apresenta já bastante mais próxima da média comunitária, mesmo assim é bastante elevada a proporção dos que não possuem um nível superior aos 9 anos de escolaridade.

Nos grupos etários mais baixos, é preocupante a taxa de abandono escolar precoce<sup>49</sup> (45.4% em 2002) (*vide* D7) e a entrada precoce no mercado de trabalho, sem as qualificações mínimas, de um elevado número de jovens, cuja taxa de desemprego se agravou nos últimos anos.

A análise cruzada das qualificações da população empregada com os níveis de habilitações escolares, permite observar um baixo nível de habilitações literárias em todos os níveis de qualificação, o que indicia potenciais dificuldades numa rápida reconversão profissional da generalidade dos trabalhadores.

Tendo em conta a situação nacional e a Recomendação dirigida a Portugal nesta matéria, foi apresentada na revisão do PNE 2001 a estratégia para a aprendizagem ao longo da vida, onde se evidencia a horizontalidade da aprendizagem ao longo da vida face a um conjunto de políticas, entre as quais a de educação, a de formação, a da sociedade de informação e a de emprego.

Esta estratégia, que tem como principais prioridades a melhoria da qualidade da educação básica, a expansão e diversificação da formação inicial de jovens, a melhoria da qualificação e garantia da empregabilidade dos adultos e o lançamento de um sistema de credenciação de competências em TIC, para fins profissionais em articulação com Sistema Nacional de Certificação Profissional, integra e articula as participações dos sistemas de educação e formação nos diferentes níveis de intervenção: educação básica, que abrange o desenvolvimento da educação pré-escolar, da educação escolar e da formação inicial de jovens e o combate do abandono precoce do sistema educativo; transição para a vida activa, que consiste na construção de itinerários educativos e/ou de formação qualificantes, flexíveis e adaptados aos novos desafios; educação e formação de adultos, sendo uma das prioridades da estratégia o acesso generalizado dos adultos à progressão educativa, tecnológica, cultural e profissional, com uma tónica especial nos adultos menos qualificados. A formação e certificação de competências no uso das TIC é outro dos grandes objectivos da estratégia.

De facto, a sociedade do conhecimento reclama competências especiais para a utilização da informação e exige uma permanente capacidade de adaptação e de aprendizagem. Neste contexto, o Diploma de Competências Básicas em TIC, numa lógica modular e sequencial em torno das competências de utilização, visa a preparação de jovens e adultos para os desafios da Sociedade da Informação e da economia baseada no conhecimento.

Na sequência da definição e implementação da estratégia para a aprendizagem ao longo da vida, tem vindo a ser desenvolvido, encontrando-se em fase de finalização, um sistema de informação estatística, que visa acompanhamento e a obtenção de resultados relativos às diferentes medidas contempladas por esta estratégia.

A situação real em termos de qualificações é, certamente, mais favorável do que a que é possível desenhar a partir da informação estatística disponível, dada a ainda significativa subcertificação de competências, quer das adquiridas nos subsistemas informal e não formal, quer de muitas adquiridas no sistema formal de formação, mas não contabilizadas para efeitos estatísticos.

Salienta-se, neste contexto, que uma parte significativa da população adulta portuguesa adquiriu um conjunto de competências por via das experiências profissional e de vida que não se encontram certificadas, pelo que se justifica o esforço da construção gradual do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação das Competências (RVCC) adquiridas ao longo e em todos os domínios da vida, visando a certificação escolar e profissional, o qual se estenderá a todo o território nacional, segundo critérios de densidade demográfica e de dispersão geográfica, tendo em vista o atenuar das assimetrias regionais, favorecendo a equidade de oportunidades.

Como quadro de fundo, salientam-se os anteprojectos da Lei de Bases da Educação e da Lei da Formação Profissional, recentemente apresentados pelo Governo, cuja adopção enquadrará o sistema português de ALV e promoverá a maior articulação entre os sistemas de educação e formação profissional, e o desenvolvimento do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, nomeadamente nas vertentes ligadas ao acesso à formação contínua e aos desafios postos pela sociedade do conhecimento. De salientar, igualmente, o Código do Trabalho que, nesta área, veio consagrar o dever do empregador abranger, em cada ano, pelo menos 10% dos trabalhadores com contrato sem termo em acções de formação, o direito de cada

<sup>49</sup> Percentagem da população total de 18 a 24 anos que completou um nível de educação inferior ou igual ao secundário inferior (ISCED nível 2) e que não se encontra a frequentar qualquer curso de educação ou de formação.

trabalhador beneficiar de um número mínimo de 20 horas de formação certificada e o direito do menor contratado sem escolaridade obrigatória ou sem qualificação profissional receber educação ou formação que permita concluir a escolaridade obrigatória e/ou obter uma qualificação profissional.

A Lei de Bases da Educação, apresentada à Assembleia da República, pretende levar a cabo uma reforma estrutural do sistema educativo. Esta proposta consagra a opção estratégica do Governo de promover a integração coerente e progressiva do ensino e da formação profissional, convergindo numa abordagem de aprendizagem ao longo da vida. Promove-se a extensão progressiva dos serviços de creche e de educação pré-escolar, convergindo para a ideia de educação infantil (*vide* D6). Define-se educação escolar de nível básico, secundário e superior, em função das suas competências e objectivos, visando a criação de uma identidade própria de cada um desses níveis, destacando o primado da sequencialidade e a coerência dos trajectos escolares, através do princípio da verticalização dos projectos educativos das escolas. Prolonga-se e amplia-se o modelo de escolaridade obrigatória, aumentando-se a mesma de 9 para 12 anos; reorientando-a para uma visão integrada do ensino e da formação vocacional, no sentido de que nenhum jovem abandone o sistema de ensino sem dispor de um conjunto mínimo de competências profissionais. Por outro lado, criam-se os instrumentos para uma maior descentralização e autonomia das escolas, valorizando os seus projectos educativos, destacando os princípios da eficiência e da eficácia na gestão dos recursos públicos, sempre sujeitos ao primado da qualidade pedagógica e científica.

A Lei da Formação Profissional tem como objectivo a estruturação de um sistema de formação profissional que, através da responsabilidade partilhada dos múltiplos actores envolvidos – o Estado, as empresas, os parceiros sociais, as entidades formadoras e os próprios indivíduos – vá contribuir decisivamente para a disseminação de uma cultura de aprendizagem no sistema produtivo nacional e permitir a operacionalização de respostas adequadas à diversidade de necessidades organizacionais e de trajectórias individuais a considerar. Estes princípios concretizam-se através de um Plano Plurianual de Formação Profissional com base no sistema nacional de formação, o qual em estreita articulação com os Centros de Emprego garantirá respostas adequadas às necessidades de formação dos recursos humanos do país.

Neste quadro, prevê-se, entre outros, a implementação no ano lectivo de 2004-2005 da reforma do ensino secundário que consagra como objectivos estratégicos o aumento da qualidade das aprendizagens, o combate ao insucesso escolar (*vide* D7), a articulação progressiva entre as políticas de educação e da formação, o reforço da autonomia das escolas, o investimento na resposta aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento; a orientação do ensino tecnológico numa dupla perspectiva de prosseguimento de estudos para o ensino superior ou para os cursos de especialização tecnológica, valorização e a valorização do ensino profissional e incidência do mesmo sobre o desenvolvimento de competências visando dotar de competências adequadas todos os alunos que, tendo concluído a escolaridade básica, pretendam ingressar no mercado de trabalho, introdução do ensino obrigatório das TIC e introdução de uma forma mista no ensino recorrente que preveja as situações de ensino presencial e não presencial, podendo este último ser desenvolvido por recurso à aprendizagem à distância (*E-learning*).

Com vista a disponibilizar informação útil, orientação e utilização de sistemas de comunicação multimédia a todos os jovens açorianos, a Região Autónoma dos Açores desenvolveu a Rede Regional de Informação Juvenil. Esta Rede permite obter informação sobre as diferentes oportunidades de formação profissional, de programas de apoio à juventude e de domínio das TI.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Aumento da proporção de pessoas de 22 anos com o ensino secundário superior para 55% em 2006 e para 65% em 2010.
- O nível de participação na ALV em Portugal deverá ser de, pelo menos, 6% da população adulta em idade de trabalhar (25-64 anos) em 2006.

## 3. Eixos Estratégicos

- Promover uma melhoria substancial do investimento em recursos humanos, generalizando o acesso à educação e à formação profissional, designadamente à formação contínua e respondendo de forma inequívoca aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento e contribuindo para o aumento da competitividade das empresas;
- Reforçar o desenvolvimento e a qualidade da educação pré-escolar (*vide* D6), da educação escolar e extra-escolar e reforçar as medidas de prevenção e combate ao insucesso e abandono escolares (*vide* D7);
- Consolidar a educação/formação de adultos, enquanto sistema integrado facilitador do acesso generalizado dos adultos à progressão educativa e profissional, contribuindo para melhorar a sua qualificação e empregabilidade;
- Dinamizar os sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências, nomeadamente as adquiridas por via não formal ou informal;
- Promover a qualidade e a eficiência dos sistemas de educação e formação, nomeadamente, através da qualidade das aprendizagens, da identificação dos défices de competências, do estímulo das formações estratégicas e do reforço das ligações com o mundo do trabalho.

## 4. Linhas de Acção

- Reorientação dos sistemas de informação e orientação escolar e profissional de jovens e adultos, no quadro da ALV, com vista a mobilizar a procura de educação e formação escolar e profissional;
- Diversificação das ofertas de cursos de nível secundário e pós-secundário;
- Garantia das condições de acesso e utilização das TIC, sobretudo da Internet, de modo a democratizar o acesso ao conhecimento;
- Desenvolvimento de um processo nacional de formação e certificação de competências no uso das TIC;
- Desenvolvimento do ensino tecnológico e do ensino profissional, por forma a dotar de competências adequadas todos os alunos que tendo concluído a escolaridade básica, pretendem ingressar no mercado de trabalho;
- Promoção de campanhas de sensibilização da população para a aprendizagem ao longo da vida;
- Dotar os jovens e adultos de competências base, nomeadamente em TIC, línguas estrangeiras, cultura tecnológica, espírito empresarial e competências sociais que lhes permitam adaptar à evolução sócio-económica;

- Reforço da formação contínua, com especial incidência nas pessoas menos qualificadas;
- Fomento do acesso individual à formação, nomeadamente através da utilização das TIC;
- Desenvolvimento novos métodos de aprendizagem, designadamente através da utilização do *elearning*;
- Criação de referenciais de qualificações que suportem a estruturação da oferta formativa certificada, adequada às efectivas necessidades do mercado de trabalho, e o desenvolvimento do reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em contextos formais, não formais e informais;
- Consolidação e aumento da Rede de Centros de Recursos em Conhecimento;
- Consolidação da Rede de bibliotecas científicas nacionais e internacionais; - Reequacionamento do sistema de financiamento da aprendizagem ao longo da vida.

## 5. Instrumentos

- Informação e Orientação Profissional
- Formação inicial qualificante (Sistema de Aprendizagem, Cursos de Educação-Formação para jovens, Ensino Profissional, Ensino Tecnológico, Cláusula de formação nos contratos de trabalho de menores de 18 anos, 10º ano profissionalizante)
- Programa Ciência Viva
- Formação contínua (Formação Profissional Contínua, Cursos de Educação e Formação para Adultos e Acções Saber+)
- Sistemas de Certificação e referenciais de qualificações
- Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras
- Centros de Recursos em Conhecimento
- Centros de Estudos Superiores
- Programas de formação em TIC (Programa “Um computador por professor”, Programa Geração Millennium, Introdução da disciplina de TIC no 9º e 10º ano de escolaridade;
- Rede de bibliotecas científicas nacionais e internacionais
- CyberCentros
- Estudos Sectoriais Prospectivos
- Cursos de Especialização Tecnológica
- Programa de Estágios Curriculares

## DIRECTRIZ 5 - AUMENTAR A OFERTA DE MÃO-DE-OBRA E PROMOVER O ENVELHECIMENTO

### ACTIVO

Os Estados Membros deverão promover uma oferta adequada de mão-de-obra e de oportunidades de trabalho, de modo a apoiar o crescimento económico e o emprego, tomando em consideração a mobilidade profissional, tal como indicado na orientação específica 3. Em particular, deverão:

- aumentar a participação no mercado de trabalho, recorrendo às potencialidades de todos os grupos populacionais, através de uma abordagem global que incida especialmente na disponibilidade e no carácter atractivo dos empregos, torne o trabalho compensador, eleve os níveis de competências e proporcione medidas de apoio consentâneas;
- promover o envelhecimento activo, nomeadamente através do fomento de condições de trabalho conducentes à manutenção dos empregos – tais como o acesso a formação contínua, reconhecendo a especial importância da saúde e segurança no trabalho, e a formas inovadoras e flexíveis de organização do trabalho – e eliminar incentivos ao abandono precoce do mercado laboral, revendo para tal os regimes de reforma antecipada e assegurando compensações para os trabalhadores que permanecem activos, incentivando ao mesmo tempo os empregadores a empregar trabalhadores mais velhos.

*Em especial as políticas visarão atingir até 2010 um aumento de 5 anos da idade média efectiva de saída do mercado de trabalho na União Europeia (estimada em 2001 em 59,9). Neste contexto, os parceiros sociais têm um importante papel a desempenhar. As metas nacionais deveriam ser consentâneas com o resultado esperado a nível da União Europeia e tomar em consideração as circunstâncias nacionais específicas.*

- e, sempre que apropriado, entrar plenamente em consideração com a mão-de-obra adicional resultante da imigração.

### 1. Contexto e Estratégia

O grau de participação da população na actividade económica tem tido um comportamento favorável para a generalidade dos grupos, mesmo na fase de recessão económica que se está a atravessar, exceptua-se fundamentalmente o caso dos jovens mas cuja permanência no sistema escolar é de importância vital para Portugal. É verdade que o nível das taxas de emprego varia consoante os grupos em presença (homens/mulheres, adultos/idosos, etc), mas mesmo alguns daqueles que se encontram mais vulneráveis deste ponto de vista já atingiram taxas de emprego acima das metas estabelecidas pela Cimeira de Lisboa para 2010 e/ou uma posição mais favorável do que a média comunitária. Não obstante este facto, Portugal dá grande prioridade, a par do desenvolvimento de políticas destinadas a promover a criação de mais e melhores empregos, às políticas destinadas a promover uma oferta adequada de mão-de-obra, nomeadamente tornando o trabalho compensador (*vide* D8).

A taxa de emprego feminina manteve-se no final do 1º semestre de 2003, acima da meta estabelecida pela Cimeira de Lisboa para 2010. Contudo, continuar-se-á a estimular a participação das mulheres no mercado de trabalho, quer através de uma

política de igualdade de oportunidades, quer de estímulo à conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional, cujos traços gerais constam da D6.

A imigração assume actualmente em Portugal uma dimensão de relevo representando cerca de 5% da população residente e 9% da população activa. O diferencial entre a taxa de emprego dos imigrantes e a dos nacionais é uma das mais baixas da Europa dos 15, mas estes enfrentam sérios problemas de integração social e profissional. O seu trabalho, quer enquanto mão-de-obra pouco qualificada, quer a nível da mão-de-obra qualificada e altamente qualificada representa uma mais valia para o desenvolvimento económico e social da economia portuguesa. Convém, ainda, referir que não se verifica, em geral, uma competição directa entre cidadãos imigrantes e nacionais pelos mesmos postos de trabalho, mas sim uma competição entre imigrantes. Neste quadro, importa definir de uma forma transparente e realista as oportunidades de emprego. Nesta dinâmica deverá ser tido em consideração, prioritariamente, a plena integração profissional dos imigrantes que já estão em Portugal. De igual forma, deve ser considerada prioritária a integração sócio-profissional dos cônjuges, reunidos ao abrigo do reagrupamento familiar (*vide* D7).

Embora a informação disponível seja escassa, tudo aponta para que as pessoas com deficiência tenham, não só baixas taxas de emprego, como problemas especiais de inserção no mercado de trabalho (*vide* D7).

A participação dos trabalhadores mais idosos no mercado de emprego, medida, através da taxa de emprego (51,2% no 2 trimestre de 2003), cumpre já a meta comunitária para 2010 e a idade média de reforma (62 anos) encontra-se entre as mais elevadas da UE (59,9 anos).

No entanto, os cenários demográficos apontam para o aumento do peso relativo dos grupos etários dos 55 aos 64 anos relativamente à população em idade activa, colocando sob pressão as taxas de participação e de emprego registadas nestes grupos etários que, assim, assumem uma maior importância na evolução geral do mercado de trabalho.

O envelhecimento activo é assim parte integrante da estratégia global de aumento da participação da população total no mercado de trabalho, lutando-se, nomeadamente, contra a saída precoce da vida activa.

A tendência para a saída precoce do mercado de trabalho tem raízes em múltiplos factores, desde os ganhos de bem-estar dos beneficiários com carreiras contributivas mais longas, até às reestruturações do tecido produtivo. Dada a actual conjuntura, existem regras de flexibilização da idade de reforma que possibilitam a saída prematura do mercado de trabalho, contudo, as medidas estruturantes, de médio e longo prazo, vão no sentido da aproximação entre a idade real e a idade legal da reforma.

Cumulativamente, registou-se a adaptação de alguns dos planos de pensões já instituídos e financiados por fundos de pensões, no âmbito dos quais tem vindo a denotar-se um esforço para facilitar a opção pela reforma flexível.

A principal vulnerabilidade dos trabalhadores mais idosos prende-se com o baixo grau de habilitações/qualificações. De facto, para além de serem aqueles que apresentam níveis de qualificação mais baixos, os trabalhadores mais idosos são os que menos beneficiam de formação profissional. Este fenómeno é agravado pela insuficiente dinâmica empresarial ao nível da política de formação contínua e dos planos de requalificação e/ou reconversão profissional dos trabalhadores, bem como pela falta de capacidade por parte dos sistemas de organização de trabalho em proporcionar condições de flexibilidade que se adequem às características psíquicas e físicas destes trabalhadores.

Um dos principais desafios nacionais é a manutenção/elevação dos níveis de empregabilidade destes trabalhadores, de forma a que conservem os seus postos de trabalho, pois quando entram no desemprego, a sua reinserção profissional revela-se difícil.

Deste modo, para fazer face ao desafio do envelhecimento activo, é necessária uma abordagem integrada que vise mobilizar os trabalhadores, enquanto principais agentes desta mudança, sensibilizar as empresas, enquanto primeiros beneficiários da melhor gestão destes recursos, e promover um quadro geral de atractividade do trabalho tendo em conta as especificidades da economia portuguesa e a sua competitividade.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Manter, até 2005/2006, a idade média efectiva de saída do mercado de trabalho, estimada actualmente em 62 anos.

## 3. Eixos Estratégicos

- Estimular a permanência dos trabalhadores mais idosos no mercado de trabalho;
- Aumentar a sensibilidade das empresas e dos trabalhadores para esta temática;
- Garantir a eficiente valorização das qualificações adquiridas por via da experiência profissional, com base nos Sistemas de Reconhecimento de Competências;
- Garantir a portabilidade dos direitos garantidos e em formação dos trabalhadores imigrantes em Portugal, através de acordos internacionais com os seus países de origem.

## 4. Linhas de Acção

- Direccionamento de um conjunto de acções de formação, requalificação e reconversão profissional para adultos com mais de 55 anos, tendo em conta as necessidades do tecido empresarial e as características física, psíquicas e profissionais dos recursos humanos;
- Aumentar a atractividade do trabalho, por via de incentivos ao desenvolvimento de formas flexíveis de organização do trabalho, nomeadamente ao trabalho partilhado entre os menos e os mais jovens;
- Implementação da reforma parcial enquanto meio privilegiado de saída do mercado de trabalho, para todos os que não pretendam desenvolver uma carreira a tempo inteiro até aos 65 anos, permitindo uma passagem faseada e gradual da fase da vida activa para a reforma por velhice;
- Revisão do factor de redução do valor estatutário da pensão de velhice no regime de flexibilização da idade de reforma;
- Revisão do mecanismo de bonificação por retardamento da idade de reforma por velhice, por forma a que o beneficiário se mantenha activo para além dos 65 anos de idade, de um modo actuarialmente atractivo e salvaguardando a sustentabilidade financeira do sistema;
- Dinamização e divulgação dos sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências e validação social dos mesmos (*vide* D4);
- Desenvolvimento de instrumentos de detecção de oportunidades de emprego.



## 5. Instrumentos

- Regime de flexibilidade da idade de reforma
- Reforma parcial
- Campanhas de divulgação e promoção do envelhecimento activo
- Acordos internacionais em matéria de protecção social - Relatório de previsão de oportunidades de emprego

## DIRECTRIZ 6 - IGUALDADE DE GÉNERO

Através de uma abordagem integrada que combine a integração da perspectiva do género e acções políticas específicas, os Estados Membros deverão, encorajar a participação das mulheres no mercado de trabalho e alcançar uma diminuição substancial das disparidades existentes entre homens e mulheres em matéria de emprego, desemprego e remuneração, até 2010. O papel dos parceiros sociais é crucial neste domínio. *Em especial, tendo em vista a sua eliminação, as políticas visarão atingir, até 2010, em todos os Estados Membros, uma redução substancial das diferenças salariais entre homens e mulheres, através de uma abordagem multifacetada que contemple os factores subjacentes a esses diferenciais, nomeadamente a segregação sectorial e profissional, a educação e formação, a classificação de empregos e os sistemas de remuneração, a sensibilização e a transparência.*

Há que prestar atenção especial à conciliação da vida profissional e pessoal, nomeadamente através da disponibilização de serviços de cuidados a crianças e outras pessoas dependentes, incentivando a partilha das responsabilidades familiares e profissionais e facilitando o retorno ao trabalho depois de um período de ausência. *Os Estados Membros deverão eliminar os desincentivos à participação das mulheres na vida activa, e envidar esforços para, tomando em consideração a procura de estruturas de acolhimento de crianças e de acordo com os padrões nacionais de disponibilização de estruturas de acolhimento de crianças, facultar até 2010, em todos os EM, o acolhimento de pelo menos 90% das crianças entre os 3 anos e a idade de entrada na escola e a pelo menos 33% das crianças com menos de 3 anos.*

### 1. Contexto e Estratégia

Durante a primeira fase da EEE, as mulheres aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, passando a taxa de emprego de 58 % em 1998 para um valor próximo dos 60.8% na média de 2002 e no 2º trimestre de 2003, com uma ligeira quebra de 2001 para 2002; o diferencial entre a taxa feminina e masculina passou de cerca de -17 p.p. no início da EEE para cerca de -13 p.p. no 2º trimestre de 2003. Embora já se tenham alcançado as metas estabelecidas pela Cimeira de Estocolmo para 2005 (57%) e pela de Lisboa para 2010 (60%), o desafio coloca-se na sua sustentabilidade a prazo. Não obstante o emprego feminino ter tido um comportamento mais favorável que o masculino, a taxa de desemprego das mulheres (6.1% em 2002; 7.4% no 2º trimestre de 2003) continua a ser superior à dos homens (respectivamente, 4.2% e 5.4%), embora esse desvio seja inferior ao de 1998. Apesar das mulheres continuarem a deter o maior peso no total do DLD (56.8% em 2002, contra 55.2% no desemprego total), observou-se uma trajectória positiva neste domínio, representando o peso do DLD das mulheres no correspondente desemprego total 38.3% em 2002 (35.8% nos homens).

O grau de diferenciação dos ganhos médios entre homens e mulheres no sector empresarial passou de 72.6% em 1999 para 73.8% em 2000, em termos brutos, continuando a persistir uma maior concentração das mulheres em sectores e profissões de baixos salários, bem como alguns fenómenos de discriminação salarial indirecta.

Por sua vez, em termos de níveis habilitacionais, o diferencial existente em 2001 era favorável às mulheres, quer em termos de frequência do ensino superior (4.1% contra 3.4% de população que frequentava, nesse ano, o ensino superior, mestrado e doutoramento), quer no conceito mais lato de habilitações superiores às básicas (aqui o *gap* era de 1.8 p.p., ou seja, 17.4% para os homens contra 19.2% para as mulheres). No que diz respeito às qualificações, constata-se que, para iguais níveis de qualificação, as mulheres apresentam habilitações superiores às dos homens.

Porém, e apesar da elevada participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho, persistem profundas desigualdades, assentes na segregação horizontal e vertical, bem como no exercício dos direitos inerentes à maternidade e paternidade e à conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional.

A igualdade entre homens e mulheres continua a ser uma das prioridades da EEE, inscrita nos três grandes objectivos - pleno emprego, aumento da qualidade do trabalho e reforço da coesão e inclusão social - e, transversalizada, nas diferentes directrizes. Alcançar os objectivos e as metas fixadas, para além de impor exigências às políticas públicas, nomeadamente em termos de uma maior coordenação, implica o envolvimento dos parceiros sociais e carece de uma forte sensibilização da opinião pública tendente a uma mudança de mentalidades.

Neste sentido, é necessário aprofundar a coerência e o reforço mútuo entre instrumentos políticos e financeiros. Refere-se, a título de exemplo, o contributo que poderá ser dado pelas acções desenvolvidas no âmbito da Iniciativa EQUAL, onde a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens surge como um dos objectivos centrais, quer através de uma medida específica, quer da sua inclusão de forma transversal em todas as outras medidas. No quadro desta iniciativa, refere-se ainda o papel da Rede Temática - "Conciliação trabalho - vida familiar e social" - enquanto espaço privilegiado de partilha de experiências, debate e aprofundamento de questões que contribuam para a criação de novas soluções, de novos conhecimentos e de propostas a incorporar nas políticas públicas neste domínio.

Actualmente, Portugal já dispõe de um instrumento básico ao conhecimento regionalizado da oferta de equipamentos e serviços sociais, a denominada Carta Social, que é continuamente actualizado e que se encontra em aperfeiçoamento, através do desenvolvimento uma metodologia de conhecimento da procura (e suas características), de cuja interacção resultará uma programação de investimentos neste domínio e o estabelecimento de parcerias, mais consentânea com a adequação entre a oferta e a procura.

No âmbito da educação pré-escolar, o Governo decidiu alargar o calendário de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, procurando assegurar um regime de funcionamento e um horário flexível de acordo com as necessidades das famílias (Despacho n.º 19 310/2002, de 30 de Agosto).

O Plano Nacional para a Igualdade - 2003/2006, instrumento de política em matéria de igualdade entre mulheres e homens, contempla um conjunto de medidas estruturantes dirigidas à Administração Pública e outras medidas agregadas em função de grandes

áreas de intervenção, das quais se destacam a da actividade profissional e vida familiar, educação, formação e informação, cidadania e inclusão social.

No quadro desta directriz, que deverá ter uma forte articulação com o Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006, afigura-se necessário assegurar e reforçar o cumprimento dos direitos em matéria de igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, na protecção da maternidade e da paternidade e conciliação entre a actividade profissional e vida familiar. Importa, ainda, introduzir uma cultura de igualdade de género na sociedade em geral e nas empresas em particular.

De referir, ainda, dada a sua importância, a regulamentação do Código do Trabalho, no domínio da igualdade entre mulheres e homens e da conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Redução de 1/3 dos diferenciais entre as taxas de emprego e de desemprego masculinas e femininas até 2005/2006 face a 2001
- Redução gradual das diferenciações salariais entre homens e mulheres com vista à sua eliminação
- Cobertura de 20% das crianças dos 0-3 anos com serviços de cuidados a crianças, até 2006<sup>50</sup>
- Promover o crescimento e qualificação da rede social do ensino pré-escolar por forma a atingir uma taxa média de cobertura de 90%, no grupo etário dos 3 aos 5 anos, até 2010<sup>51</sup>

## 3. Eixos Estratégicos

- Melhorar a participação feminina no mercado de trabalho, em termos quantitativos e qualitativos;
- Reduzir as diferenciações salariais entre sexos;
- Fomentar uma representação mais equilibrada das mulheres e dos homens nos diferentes sectores e profissões;
- Promover uma maior conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar, designadamente através do aumento, diversificação e melhoria qualitativa da oferta de serviços de apoio às famílias (crianças e outros dependentes) e de uma melhor adequação da oferta à procura a nível regional e nacional;
- Favorecer a partilha das responsabilidades familiares entre mulheres e homens.

## 4. Linhas de Acção

- Introdução de uma cultura de igualdade na sociedade em geral e nas empresas em particular, designadamente, através de um maior aprofundamento dos instrumentos já existentes;
- Reforço da perspectiva de género em todas as políticas, acções e programas (*mainstreaming* de género);
- Investimento na sensibilização e formação enquanto factor estratégico para a alteração dos comportamentos;
- Desenvolvimento do empreendedorismo de mulheres, nos vários domínios de actividade, nomeadamente nas áreas em que estão subrepresentadas;
- Manutenção da majoração sistemática das medidas de apoio;
- Aprofundamento da cooperação com os parceiros sociais, através, nomeadamente, da activação do Observatório para a Igualdade na Contratação Colectiva e da disponibilização de instrumentos de informação/formação no domínio da integração da Igualdade no Diálogo Social;
- Assegurar o cumprimento dos direitos em matéria de igualdade, protecção da paternidade e maternidade e conciliação entre actividade profissional e vida familiar, designadamente através da divulgação generalizada da legislação e dos mecanismos que garantam a sua aplicação;
- Promoção de uma repartição mais equilibrada, entre mulheres e homens, das responsabilidades familiares, nomeadamente através da indisponibilidade do direito do pai a uma licença de 5 dias úteis no primeiro mês após o nascimento do filho;
- Apoio às entidades empregadoras no desenvolvimento de soluções inovadoras, no âmbito da organização do trabalho, facilitadoras da conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar das mulheres e dos homens;
- Expansão da rede de equipamentos e serviços e promover a flexibilização das respostas de apoio social;
- Apoio ao recrutamento e formação de desempregados/as contratados/as para substituir trabalhadores/as ausentes do posto de trabalho, nos termos da legislação sobre maternidade e paternidade;
- Desenvolvimento de estudos de avaliação do impacto da aplicação das medidas em matéria de igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de informação estatística, no sentido da disponibilização de toda a informação desagregada por sexo e promoção da sua divulgação;

---

<sup>50</sup> Neste quadro, refere-se que as iniciativas públicas e particulares a desenvolver na Região Autónoma da Madeira, permitirão assegurar até 2004, o crescimento da oferta pública e privada, por forma a atingir uma cobertura de 25% para as creches, apontando-se, em 2008 para uma cobertura próxima dos 40%.

<sup>51</sup> No caso do pré-escolar, salienta-se que as iniciativas públicas e particulares a desenvolver na Região Autónoma da Madeira, permitirão assegurar até 2004, o crescimento da oferta pública e privada, por forma a atingir uma cobertura de 85%, apontando-se, em 2008 para uma cobertura próxima dos 95%.

- Activação do sistema de informação para a monitorização e acompanhamento da igualdade de oportunidades, na perspectiva do seu desenvolvimento transversal.

## 5. Instrumentos

- Iniciativas Locais de Emprego no âmbito dos serviços de apoio à família
- Medida Emprego - Família
- Rede de Equipamentos e Serviços para dependentes
- Planos de Igualdade nas empresas
- Prémio “Igualdade é Qualidade” nas empresas e na Administração Pública
- Linha Verde e informação *on line* sobre igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional e direitos de maternidade e paternidade
- Observatório para a Igualdade na Contratação Colectiva
- Referenciais de formação de formadores/as no domínio da igualdade entre mulheres e homens

## DIRECTRIZ 7 - PROMOVER A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE PESSOAS DESFAVORECIDAS E COMBATER A DISCRIMINAÇÃO DE QUE SÃO ALVO

Os Estados Membros deverão fomentar a inserção de pessoas que enfrentam dificuldades especiais no mercado de trabalho, designadamente os jovens que abandonam o ensino precocemente, os trabalhadores não qualificados, as pessoas com deficiência, os imigrantes e as minorias étnicas, desenvolvendo a respectiva empregabilidade, aumentando as oportunidades de emprego e prevenindo toda e qualquer forma de discriminação de que sejam alvo.

*Em especial, as políticas visarão atingir até 2010:*

- *uma taxa média de abandono escolar precoce não superior a 10% em toda a UE;*
- *uma redução significativa em todos os Estados Membros das disparidades no desemprego de que são vítimas as pessoas desfavorecidas, de acordo com as metas e definições nacionais;*
- *uma redução significativa em todos os Estados Membros das disparidades no desemprego entre cidadãos comunitários e não nacionais, de acordo com as metas nacionais.*

### 1. Contexto e Estratégia

No quadro desta directriz sublinham-se em termos de comportamentos positivos, a redução do peso do desemprego de longa duração (12 e mais meses) no desemprego global (passou de 45.5% para 43.6% em 2000 e 35.7% no 1º trimestre de 2003), a diminuição do número de agregados familiares em idade activa sem nenhum membro empregado (5.9% em 1998 e 5.4% em 2002), sendo esta última situação bastante mais favorável do que a traduzida pela média da UE (12,2%) e, ainda, a diminuição do desvio entre as taxas de emprego e de desemprego feminina e a masculina. A taxa de emprego dos trabalhadores de baixa qualificação é elevada, e em 2001 a diferença entre a taxa de emprego dos imigrantes e a geral era das mais reduzidas da UE, segundo o *LFS*.

Não obstante, em 2000 os indicadores da desigualdade da distribuição dos rendimentos em Portugal situavam-nos numa posição desfavorável, sendo a proporção do rendimento recebido pelos 20% mais ricos da população 6.12 vezes superior à recebida pelos 20% mais pobres. Por seu lado, a população em risco de pobreza atingiu em 2000 os 19.2%, depois de retirado o efeito das transferências sociais, situando-se acima da média comunitária, que registava 15%, em 1999.

Outros grupos emergem como particularmente vulneráveis, embora em situação de emprego, como seja o caso dos trabalhadores de baixos salários. Num contexto de baixos níveis salariais médios, cerca de 11% dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo auferiam, em 2000, ainda, menos de 2/3 do ganho mediano (350,82 €), e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo das mulheres representava, no mesmo ano, para o sector empresarial cerca de 73.9% do dos homens.

Em relação aos imigrantes, os principais problemas não se caracterizam tanto em termos do diferencial da respectiva taxa de emprego em relação ao nacionais, que é relativamente pequeno em Portugal, mas sim em termos da sua integração na sociedade e de desempenho de funções, por vezes, menos exigentes que as respectivas qualificações requereriam, o que se alia a baixos níveis salariais.

Por outro lado, progressos muito moderados foram observados na alta percentagem dos que abandonam prematuramente o sistema escolar e na proporção dos adultos que frequentam acções de educação e formação, fenómenos que estão muito dependentes de múltiplos factores, entre os quais os factores culturais e sócio-económicos. As medidas previstas no quadro da reforma do ensino secundário, a implementar no ano lectivo de 2004-2005, designadamente o incentivo às escolas para a adopção de medidas visando o combate ao insucesso e abandono escolar, o reforço da componente da formação profissional, a reformulação dos cursos tecnológicos, o reforço do ensino tecnológico no 3º ciclo do ensino básico, reforço das Tecnologias da Informação e ensino obrigatório de TIC (*vide* D4) visam contribuir para a redução da taxa de abandono escolar precoce.

O conceito de pessoa desfavorecida encontra-se intimamente relacionado com o contexto sócio-económico das localidades em que se insere, contudo o objectivo de redução das disparidades será desenvolvido na D10.

Sendo a ‘coesão e um mercado de trabalho inclusivo’ um objectivo abrangente da segunda fase da EEE, com a preocupação de “redução do desemprego e das disparidades persistentes no acesso ao mercado de trabalho”, deve ser privilegiada a criação de condições para obtenção de um emprego, o desenvolvimento de competências para permanecer no mercado de trabalho e a consequente e progressiva melhoria qualificacional e remuneratória, nomeadamente das pessoas em situação de desvantagem. Neste sentido, torna-se prioritário identificar os públicos vulneráveis para desenvolver medidas selectivas.

Aqueles que abandonaram precocemente o sistema educativo<sup>52</sup>, as pessoas com deficiência, os desempregados e inativos que querem trabalhar, os trabalhadores pouco qualificados e desempregados de longa duração, imigrantes e minorias étnicas e outros grupos com reduzida participação no mercado de trabalho (ativos de famílias monoparentais, trabalhadores idosos, beneficiários de esquemas de rendimento mínimo), devem ser identificados e objecto de medidas activas e preventivas a favor da sua inclusão. Tais medidas contribuem para desenvolver as suas capacidades de empregabilidade, criando-lhes oportunidades específicas de emprego, sensibilizando e incentivando as entidades empregadoras a proporcionarem oportunidades a estas pessoas, prevenindo formas de discriminação, desenvolvendo a economia social e sectores para novos tipos de procura de bens e serviços (e que possam ser realizados por pessoas com desvantagem no mercado de trabalho).

A articulação entre esta Directriz e as medidas afectas ao Objectivo “Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços” do PNAI 2003-2005, contribuindo para o *mainstreaming* da inclusão social nas políticas nacionais, contribuirá certamente para a criação de novas oportunidades de emprego para pessoas com desvantagem no mercado de trabalho, reduzindo os seus níveis de desemprego e prevenindo a exclusão social desses grupos vulneráveis.

Os problemas de integração que se verificam em determinados grupos de pessoas justificam, igualmente, a elaboração de programas e intervenções específicas prévias e a montante do emprego.

Em relação às pessoas com deficiência será desenvolvida uma nova política assente na futura Lei de Bases para a Deficiência, concebendo apoios socialmente mais adequados, privilegiando a integração e a participação plena na sociedade e dinamizando medidas de incentivo ao teletrabalho e ao trabalho domiciliário.

Um contributo para esta directriz, poderá também ser dado pelas Redes Temáticas “Integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnica” e “Percursos integrados de formação – inserção de públicos desfavorecidos”, desenvolvidas no contexto da Iniciativa EQUAL, na medida em que estas Redes constituem espaços privilegiados de inovação, difusão, disseminação e transferência de resultados.

No que respeita ao Acolhimento e Integração dos imigrantes em Portugal tem vindo a ser percorrido um caminho que será consolidado em 2004, no qual o Governo se propõe assegurar o real exercício da igualdade de direitos e de deveres dos cidadãos estrangeiros, de acordo com o consagrado na Constituição e na legislação referente a estrangeiros; combater todas as formas de discriminação étnico-racial ou qualquer expressão de xenofobia, nomeadamente nos domínios do trabalho, da saúde, da educação e da cidadania; reforçar os sistemas e suportes de informação aos imigrantes, por forma a facilitar o seu acolhimento e integração; criar interfaces amigáveis e de resposta integrada entre os imigrantes e a Administração Central, através dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante; aprofundar o conhecimento das realidades da imigração, através de estudos promovidos pelo Observatório da Imigração; apoio e estímulo à rede associativa de imigrantes, bem como a associações nacionais que trabalham com imigrantes, promovendo a sua participação na definição e na execução das políticas de imigração e viabilizando o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a integração dos imigrantes na sociedade; agilizar mecanismos de reconhecimento de habilitações e competências de imigrantes, por forma a favorecer o seu pleno e adequado enquadramento profissional e beneficiar a sociedade de acolhimento com o seu capital humano; promover o ensino da Língua e Cultura Portuguesa aos imigrantes; sensibilizar a opinião pública para a tolerância e a diversidade, enquanto valores civilizacionais estruturantes da sociedade portuguesa e sensibilizar os meios de comunicação social para um contributo para a integração e combate à estigmatização dos imigrantes e das minorias étnicas.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Redução do abandono escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 35% em 2006 e para 25% em 2010
- Redução gradual do rácio do desemprego registado dos grupos mais desfavorecidos (imigrantes, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e pessoas portadoras de deficiência) no desemprego registado total;
- Redução gradual do desvio da taxa de desemprego entre cidadãos de países comunitários e não comunitários

## 3. Eixos Estratégicos

- Reforçar o desenvolvimento e a qualidade da educação pré-escolar, da educação escolar e extra-escolar e reforçar as medidas de prevenção e combate ao insucesso e abandono escolares (*vide* D4);
- Desenvolver medidas de inserção social para os grupos mais vulneráveis, 'a montante' e 'a jusante' da sua participação no mercado de trabalho, por forma a melhor potenciar a sua possibilidade de obtenção e/ou manutenção de um emprego;
- Actuar de modo a eliminar e a prevenir as armadilhas do desemprego, pobreza e inactividade e fomentar a participação no emprego das mulheres, dos trabalhadores mais velhos e das pessoas com deficiência e de todos quantos estão mais afastados do mercado de trabalho;
- Desenvolver a empregabilidade das pessoas em situação de desvantagem no mercado de trabalho, pelo combate à discriminação no acesso ao emprego, à educação, à formação e promoção profissionais e às condições de trabalho;
- Fomentar a inclusão sócio-profissional das populações migrantes;
- Facilitar o efectivo exercício dos direitos consagrados, bem como promover o acesso, em igualdade de circunstâncias, às oportunidades emergentes no mercado de trabalho e de aprendizagem ao longo da vida para os cidadãos imigrantes;
- Envolver os diversos actores da sociedade civil, incentivando à responsabilização e à acção na promoção da inclusão.

## 4. Linhas de Acção

- Detecção precoce de riscos de abandono escolar, acompanhada de acção precoce individualizada;

---

<sup>52</sup> De referir, que a Região Autónoma da Madeira, com uma taxa de abandono escolar precoce inferior à média nacional (29.8%), foi pioneira no lançamento dos Currículos Alternativos ao 3º ciclo, que têm permitido a continuação dos estudos a muitos jovens que corriam o risco de abandono escolar.

- Reformulação dos cursos tecnológicos, tornando-os mais atractivos;
- Promoção da inovação nos percursos de inserção de públicos desfavorecidos, designadamente promovendo a conceptualização de uma nova abordagem integrada dos percursos de orientação-formação-inserção; a complementaridade das “prestações” de diferentes dispositivos de educação-formação-emprego; a cooperação e a parceria entre organizações à contratualização; redes interorganizacionais e de cooperação comunitária para a inserção profissional;
- Promoção da inovação na integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas, designadamente promovendo a concepção de serviços integrados (e em parceria);
- Estímulo ao desenvolvimento de metodologias de apoio à auto-sustentação no emprego destes públicos;
- Apoio às soluções de auto-emprego, designadamente, potenciando a utilização das TIC e garantindo suportes específicos, nomeadamente, ao nível da gestão;
- Estímulo à participação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção em medidas activas de emprego;
- Promoção de dinâmicas locais, capazes de facilitar a implementação de projectos conducentes a uma inserção plena e definitiva (*vide* D10);
- Promoção de programas/medidas de emprego que fomentem a inclusão social, adequadas às características e necessidades específicas de cada grupo;
- Realização de acções de formação de curta duração para as famílias mais carenciadas, com vista ao reforço das competências pessoais e sociais dos seus membros;
- Promoção do acesso efectivo ao emprego das pessoas portadoras de deficiências, nomeadamente através de campanhas de sensibilização e de uma maior divulgação dos apoios ao emprego e formação profissional, do desenvolvimento de formação profissional adequada e da promoção de medidas que incentivem o respectivo recrutamento;
- Incentivo à iniciativa empresarial dos imigrantes, através do acesso aos mecanismos existentes de apoio à constituição de micro e pequenas empresas.

#### 5. Instrumentos

- Percursos diferenciados no ensino básico (currículos alternativos)
- Centros de Apoio Social Escolar
- Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI)
- Formação Profissional para Grupos Desfavorecidos
- Apoio à Inserção Socio-Profissional para pessoas com deficiência
- Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário
- Programa Escolhas
- Programa Portugal Acolhe
- Rede Nacional de Informação ao Imigrante
- Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante (Gabinete de Apoio ao Reconhecimento de Habilitações e Competências e Centros Locais de Apoio ao Imigrante)
- Programa Vida-Emprego
- Programa Rede Social
- INSERQUAL (Centros de Formação Profissional de Gestão Directa)
- Programa Nacional para a Inclusão dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação
- Empresas de inserção
- Programa Inserção- emprego
- Rendimento Social de Inserção
- Acções de formação de curta duração, destinadas a membros de famílias carenciadas

### DIRECTRIZ 8 - TORNAR O TRABALHO COMPENSADOR ATRAVÉS DE INCENTIVOS PARA AUMENTAR O SEU CARÁCTER ATRACTIVO

Os Estados Membros procederão à reforma dos incentivos financeiros com vista a tornar o trabalho atractivo e incentivar os homens e as mulheres a procurar e a aceitar um emprego e a permanecer na vida activa. Neste contexto, os Estados Membros deverão desenvolver as políticas adequadas com vista a reduzir o número de trabalhadores pobres. Os Estados Membros procederão à revisão e, se adequado, à reforma dos respectivos regimes fiscais e de prestações e da sua interacção, com vista a eliminar os ciclos persistentes do desemprego, pobreza e inactividade e fomentar a participação no emprego das mulheres, da mão-de-obra pouco qualificada, dos trabalhadores mais velhos e das pessoas com deficiência e de todos quantos estão mais afastados do mercado de trabalho.

Enquanto asseguram um nível adequado de protecção social, os Estados Membros procederão à revisão das taxas de substituição e da duração das prestações; assegurarão uma gestão eficaz das prestações, nomeadamente no que respeita à articulação com a procura activa de emprego, incluindo medidas de activação para apoiar a empregabilidade, atendendo a situações individuais;

considerarão a disponibilização de benefícios ligados à actividade profissional, sempre que tal se revelar adequado; e envidarão esforços para eliminar os ciclos persistentes de inactividade.

*Em especial, as políticas visarão atingir até 2010 uma redução significativa das taxas marginais de imposto e, sempre que adequado, da carga fiscal sobre o trabalho pouco remunerado, reflectindo as circunstâncias nacionais específicas.*

## 1. Contexto e Estratégia

A participação dos portugueses no mercado de trabalho tem sido relativamente favorável, ainda que decrescendo, situando-se as taxas de emprego global, a das mulheres, a dos não qualificados e a dos trabalhadores mais idosos acima da média europeia.

Não obstante os significativos progressos realizados nos últimos anos, os níveis das prestações sociais continuam relativamente baixos em Portugal, mas em conjugação com os baixos níveis de remunerações médias, resultam taxas de substituição relativamente elevadas, em várias situações. Em simultâneo, Portugal apresenta altas taxas de pobreza relativa, embora o nível das taxas de emprego seja relativamente favorável. Daí que qualquer juízo de valor sobre o nível das taxas de substituição, duração das prestações e, consequentemente, qualquer intervenção de reajustamento destinada a tornar o trabalho compensador, deva ter em conta, por um lado, as especificidades e contextos nacionais e, por outro, a respectiva interligação com as políticas de activação.

O peso dos impostos directos e o das contribuições para a Segurança Social no PIB é mais baixo em Portugal (1999, 10.7% e 12.3%, respectivamente) que na UE (14%, 14.7%), situando-se a taxa marginal do imposto sobre o rendimento mais as contribuições patronais e dos trabalhadores para a Segurança Social (em percentagem do custo da mão de obra) entre as mais baixas da Europa (OCDE, *Taxing Wages*, 2001). Acresce que, pelo menos até 2002, o ritmo de crescimento do emprego não-qualificado foi mais intenso que o do altamente qualificado. Existem deduções ou isenções das contribuições para a Segurança Social, destinadas a estimular o recrutamento de categorias que apresentam especiais vulnerabilidades de inserção no mercado do emprego, como é o caso dos jovens (acompanhadas com regalias fiscais), DLD e pessoas com deficiência.

Há ainda a assinalar, que Portugal tem desenvolvido princípios de activação na concessão de algumas das prestações sociais (caso do Rendimento Social de Inserção, acumulação do trabalho a tempo parcial com o subsídio de desemprego parcial, subsídio de desemprego, etc.).

Contudo, tendo em vista as metas assumidas para as taxas de emprego, Portugal procurará conciliar o sistema fiscal, o sistema de protecção social e a interacção de ambos de modo a torná-los incentivadores do trabalho, com o esforço de melhorar os níveis de protecção social, salvaguardando a sustentabilidade financeira do sistema de segurança social e tomando em devida conta o seu efeito económico e social, enquanto mecanismo de estabilização automática da economia.

Assim, no quadro das fragilidades existentes, procurar-se:

- Garantir uma interacção entre o sistema fiscal, o sistema de “prestações” e a estratégia de activação, que, tendo em conta os níveis dos rendimentos dos portugueses, torne o trabalho atractivo, fomentando a participação no mercado de trabalho e evitando as armadilhas da inactividade, do desemprego e da pobreza;
- Adaptar o sistema de protecção social às novas formas de trabalho, permitindo conciliar uma resposta mais flexível do emprego aos ciclos económicos com uma protecção social adequada;
- Promover um melhor equilíbrio na partilha das responsabilidades familiares e dinamizar o crescimento de infraestruturas sociais de apoio às famílias (*vide* D6);
- Reduzir os défices de qualificação apresentadas pelas gerações mais idosas e dinamizar o sistema de reconhecimento e validação de competências, não incentivando a reforma antecipada desses trabalhadores (*vide* D4).

No caso de Portugal, a meta comunitária de redução da carga fiscal (empregadores) sobre o trabalho pouco remunerado não é actualmente a primeira prioridade, na medida em que a criação de emprego de baixas qualificações tem sido significativamente superior à de altos níveis. Essa redução poderia até ter efeitos perversos na estrutura produtiva e de emprego, incentivando a criação de postos de trabalho pouco qualificados, para além de Portugal possuir já das menores cargas fiscais sobre trabalhadores com baixos salários.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

### 3. Eixos Estratégicos

- Rever os sistemas fiscais e o de prestações sociais, assim como as interacções entre si e com a estratégia de activação, de forma a tornar o trabalho compensador e eliminar as armadilhas da pobreza, do desemprego e da inactividade, tendo em especial atenção os grupos com maiores vulnerabilidades; - Adaptar o sistema de protecção social às novas formas de trabalho.

### 4. Linhas de Acção

- Criação de um grupo de trabalho tripartido para avaliação dos efeitos do sistema fiscal e “prestacional”, de forma a tornar o trabalho compensador e eliminar as armadilhas da pobreza, do desemprego e da inactividade;
- Reformulação das prestações que se mostrem desincentivadoras do trabalho, introduzindo/ reforçando critérios de activação na sua concessão, sempre que adequado, de modo a evitar que o usufruto destas prestações seja mais compensador que o trabalho;
- Melhoria da protecção social decorrente das novas formas de trabalho, por forma a assegurar a articulação entre flexibilidade e segurança ;
- Reforço da fiscalização das situações de usufruto indevido das prestações substitutivas dos rendimentos profissionais.

## 5. Instrumentos

- (a definir consoante as conclusões do G.T)

- Subsídio de desemprego parcial majorado
- Subsídio por doença: Introdução de limite máximo do valor do subsídio a atribuir e introdução de incidência fiscal sobre o valor do subsídio
- Subsídios de desemprego: introdução de critérios de activação.
- Fiscalização da Segurança Social/ Trabalho

## DIRECTRIZ 9 - TRANSFORMAR O TRABALHO NÃO DECLARADO EM EMPREGO REGULAR

Os Estados Membros deveriam desenvolver e pôr em prática acções e medidas gerais para eliminar o trabalho não declarado, que conjuguem a simplificação da envolvente empresarial, a supressão de desincentivos e a criação de incentivos adequados nos regimes fiscais e de prestações, a melhoria da aplicação da lei e a aplicação de sanções. Deveriam envidar os esforços necessários, a nível nacional e da União Europeia, para avaliar a extensão do problema e dos progressos obtidos no plano nacional.

### 1. Contexto e Estratégia

O combate ao falso trabalho independente e ao trabalho não declarado, cuja dimensão e formas não se conhecem com precisão, tem constituído uma prioridade da estratégia nacional de emprego. Para além dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no quadro da simplificação do processo de licenciamento das novas empresas e de outros procedimentos administrativos associados, tem-se assistido a um reforço da intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), que tem desenvolvido acções preponderantes para regularização de situações e para a inversão das práticas de ilegalidade, verificáveis pela diminuição dos falsos recibos verdes e do trabalho não declarado.

Assim, em 2001, a IGT desenvolveu acções abrangendo cerca de 280 000 trabalhadores efectivos e avaliou 54 107 relações de trabalho correspondentes a outros tipos de contratação, tendo contribuído para a regularização directa da situação de cerca de 5 000 trabalhadores. Os processos de legalização de trabalhadores clandestinos também contribuíram para fazer baixar a incidência do fenómeno.

No entanto, a ocorrência de situações de emprego ilegal nas empresas mantém-se relativamente elevada e, portanto, o nível de trabalho não declarado continua a ter uma importância significativa. Por outro lado, a verificada redução dos contratos dissimulados apresenta como contraponto um aumento das situações de contratos precários, de curta duração e sem fundamento legal.

A luta contra o trabalho não declarado visando transformá-lo em emprego regular será prosseguida em várias frentes, que vão desde o reforço das intervenções de natureza informativa e de sensibilização para os efeitos nefastos das mesmas, passando pelas intervenções destinadas a remover burocracias excessivas e tornar o sistema fiscal e prestacional favorável ao emprego regular (*vide* D2 e D8), até ao reforço da actividade inspectiva. O novo quadro regulamentar da imigração, assente numa política de vistos de trabalho, também contribuirá para reduzir o contributo dos fluxos migratórios para o agravamento do fenómeno.<sup>53</sup> Serão, ainda, desencadeados os trabalhos de medição da extensão do problema e dos progressos alcançados.

O envolvimento activo dos parceiros sociais será também uma pedra angular a todo este processo, nomeadamente na identificação dos casos de trabalho não declarado.

### 2. Metas Comunitárias e Nacionais

#### 3. Eixos Estratégicos

- Desenvolver uma abordagem lata e integrada do fenómeno, com base numa actuação preventiva estimulando a transformação do trabalho não declarado em emprego regular;
- Reforçar o combate ao trabalho ilegal e à imigração clandestina, melhorando, nomeadamente, a articulação da IGT com outros sistemas inspectivos;
- Conhecer a dimensão do fenómeno e as suas várias formas.

#### 4. Linhas de Acção

- Informação e sensibilização da opinião pública para os efeitos negativos do trabalho não declarado e estímulo a comportamentos de cidadania activa;
- Remoção dos desincentivos ao trabalho declarado, minimizando os efeitos dos sistemas fiscais e de prestações que favoreçam o trabalho não declarado;
- Minimização dos efeitos fiscais que favoreçam a criação do falso trabalho independente;
- Remoção das burocracias excessivas à criação e desenvolvimento das empresas (*vide* D2);
- Reforço das medidas de prevenção e de repressão da imigração ilegal;
- Incentivo à contratação legal, desde o país de origem, e à permanência, ao longo do tempo, na economia formal, condicionando a renovação do visto de trabalho, da autorização de permanência ou residência, à prova dessa inserção;
- Reforço da actividade da Inspeção Geral do Trabalho, em articulação com outros sistemas inspectivos, no domínio da prevenção e combate ao trabalho ilegal e à imigração clandestina;
- Revisão do regime sancionatório criminal que previne e reprime os actos ilícitos relacionados com a imigração clandestina e com a exploração de mão-de-obra de estrangeiros em situação não regularizada;

<sup>53</sup> Estima-se que presentemente cerca de 11% dos 450 000 imigrantes que trabalham em Portugal se encontram em situação ilegal.

- Desenvolvimento de um sistema de informação básico ao conhecimento do fenómeno e à sua monitorização;
- Criação de bases de dados da segurança social e articulação com outras bases de dados que previnam a evasão contributiva e a utilização indevida de prestações sociais.

## 5. Instrumentos

- Campanha pública de informação e sensibilização contra o trabalho não declarado
- Sistema fiscal e de prestações favoráveis ao trabalho declarado: Reavaliação
- Quadro de obrigações contributivas aplicáveis ao trabalho independente: Reavaliação
- Actividade inspectiva da IGT e de outros sistemas inspectivos, no domínio da prevenção e combate ao trabalho ilegal
- Sistema de informação relativo ao trabalho não declarado
- Bases de dados

## DIRECTRIZ 10 - DAR RESPOSTA ÀS DISPARIDADES REGIONAIS EM TERMOS DE EMPREGO

Os Estados Membros deveriam pôr em prática uma abordagem global no sentido da redução das disparidades regionais em matéria de emprego e desemprego. Deveria ser apoiado o potencial de criação de postos de trabalho a nível local, incluindo na economia social, e deverão ser incentivadas as parcerias entre todos os intervenientes relevantes. Os Estados Membros:

- promoverão condições favoráveis às actividades e ao investimento do sector privado nas regiões menos desenvolvidas;
- assegurarão que os apoios públicos nas regiões menos desenvolvidas se focalizam no investimento no capital humano e de conhecimento, bem como nas infra-estruturas adequadas (*vide*, também, GOPE 18<sup>9</sup> e 19<sup>54</sup>).

Deverá ser plenamente explorado o potencial dos Fundos de Coesão, dos Fundos Estruturais e do Banco Europeu de Investimento.

### 1. Contexto e Estratégia

Medindo o grau de coesão regional do mercado de emprego português ao nível das NUTII, através do coeficiente de variação das taxas de desemprego e de emprego, observa-se que se assistiu nos últimos anos, a uma redução das disparidades, tendo o coeficiente de variação da taxa de emprego passado de 5.4% em 1998 e para 4.5% em 2002 e no final do 1.º semestre de 2003 e o da de desemprego de, respectivamente, 37.1% para 24.9%. Contudo, cada uma dessas regiões detém especificidades muito próprias e agregam realidades muito diferenciadas; por outro lado, os indicadores em análise dão só uma imagem muito parcelar dos sistemas de emprego regionais.

A título de exemplo, as mais baixas taxas de desemprego do país, no 1º semestre de 2003, foram observadas nas Regiões Autónomas dos Açores (2.3%), da Madeira (3.2%) e na Região Centro (3.6%), mas enquanto as duas primeiras zonas acumulam das mais baixas taxas de emprego do país e os mais altos pesos do DLD no desemprego total, o que aponta para uma baixa participação da população na actividade económica dessas regiões e altos potenciais de inactividade, a região Centro combina, ainda, a mais alta taxa de emprego do país, uma alta taxa de desemprego de longa duração, dependendo mais de ¼ do seu emprego do sector agrícola; é uma das regiões com um dos mais níveis baixos rendimentos médios; só nos Açores e no Alentejo o PIB *per capita* regista um valor ainda mais baixo. As três regiões caracterizam-se por baixos níveis de qualificação, tanto em si como em termos relativos, quando medido pela % de quadros como de trabalhadores com muito baixas qualificações no total do emprego. No extremo oposto, com as mais altas taxas de desemprego, encontra-se o Alentejo (10.2%), Lisboa e Vale do Tejo (7.4%), o Algarve (7%) e o Norte (6.8%). Lisboa e Vale do Tejo, é uma das zonas de maior densidade populacional, sendo, igualmente, a que detem o mais elevado nível de rendimento médio e de qualificação, mas a taxa de emprego e a de desemprego situam-se, respectivamente, num nível inferior e superior ao da média do país; contudo, o seu tecido produtivo é mais diversificado, com um baixa taxa de emprego no sector agrícola (4.5%), sendo uma das regiões, juntamente com o Algarve, mais terciarizada do país. Por sua vez, o Alentejo, zona com graves problemas demográficos, caracteriza-se por um tecido produtivo débil, aliando a um baixo nível de qualificação, a maior taxa de desemprego e a taxa de emprego mais baixa do Continente, com um alto peso do DLD no desemprego total.

Melhorar o funcionamento dos mercados, por forma a que favoreçam o investimento nas regiões mais atrasadas, especialmente tomando medidas que permitam que os salários reais reflectam as diferenças de produtividade e as condições dos mercados de trabalho locais.

Assim, as assimetrias regionais existentes e potenciais são em larga medida determinadas pelas características dos respectivos tecidos produtivos, sistemas de emprego, disponibilidade de infraestruturas físicas e imateriais e equipamentos sociais e, ainda, pelas características demográficas da população residente e activa. A observação de uma tendência para a concentração da população nas grandes metrópoles levando ao quase despovoamento de várias zonas agravam as assimetrias regionais existentes.

Com o desenvolvimento da EEE e a decisão de conferir ao emprego prioridade política, o PNE e os Programas de Governo têm incorporado a territorialização como dimensão fundamental de concepção e execução de políticas, medidas e programas de emprego, sendo cada vez mais explícitos os instrumentos e as formas de a promover.

No nosso caso, as orientações indutoras da territorialização das políticas de emprego expressaram-se, na 1ª fase da EEE, principalmente, através da criação de Pactos Territoriais para o Emprego (PTE), Redes Regionais de Emprego (RRE) e Planos Regionais de Emprego (PRE).

As RRE, enquanto método para promover a intervenção concertada em zonas dotadas de identidade sócioeconómica, no sentido de resolver problemas de emprego e qualificação, com base numa melhor articulação dos recursos disponíveis, mostraram-

<sup>54</sup> Garantir que o apoio público às regiões mais atrasadas, incluindo o apoio da UE, privilegie o investimento em capital humano e em conhecimento, bem como em infra-estruturas adequadas, e que os programas de investimento, incluindo os apoiados por fontes comunitárias, sejam eficazmente concebidos e geridos para maximizar o seu impacto. Reforçar neste contexto, a cooperação operacional entre a Comissão e o BEI.



se importantes para a aplicação e desenvolvimento de alguns instrumentos da política de emprego, nomeadamente as metodologias INSERJOVEM e REAGE.

Por sua vez, os PRE foram criados em regiões com particulares dificuldades, com o objectivo de ajustar às realidades específicas a operacionalização da estratégia de emprego, possibilitando a criação de medidas de aplicação, exclusivamente, regional.

Dispondo de competências próprias, em matéria de emprego, no âmbito do Estatuto da Regiões Autónomas, as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira elaboraram, na primeira fase da EEE, os seus próprios PRE. Nesta segunda fase, estes Planos, ainda que elaborados autonomamente, estão mais fortemente articulados com o PNE e contribuirão para a concretização dos objectivos nacionais.

A existência de regiões com problemas actuais e potenciais do seu sistema produtivo e social preocupantes, a necessidade de avançar para um modelo assente em cadeias de valor mais elevadas, com as consequentes repercussões em termos de reconversões e reestruturações, impõe uma transição de modelo de forma equilibrada, evitando a emergência de situações sociais inaceitáveis. Neste contexto, o actual Governo promoveu, no quadro do PPCE, uma abordagem sistemática e coerente da questão do desenvolvimento económico e social equilibrado, através de um conjunto de medidas visando estabelecer soluções sustentadas para as regiões mais debilitadas. Pretende, deste modo, não só tratar os problemas já existentes, mas também antecipar as tendência de declínio das zonas mais atingidas pelas consequências da mudança de modelo de crescimento económico. Foi aprovada a RCM n.º 42/2003, de 26/3, que estabelece o desenvolvimento do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (PRASD), cuja coordenação pertence ao Ministro da Economia e ao Ministro da Segurança Social e Trabalho. Este Programa que se desenrola em cinco passos, parte da identificação das regiões em declínio económico, efectivo e potencial, apura as possíveis vocações, recursos e vantagens, para passar à identificação das âncoras de desenvolvimento, acabando na definição e implementação das políticas de apoio. Engloba, entre outros, uma discriminação positiva das taxas de IRC e incentivos financeiros ao investimento, programas de formação profissional, orientados de acordo com a região, programas de protecção social temporário, assistência técnica local e liga-se com outros programas existentes. No âmbito do PRASD, podem ser adoptados projectos específicos relativos a sectores particularmente relevantes para o desenvolvimento económico e equilibrado do país.

Com o objectivo fundamental de colmatar problemas graves de desemprego em determinadas regiões adoptou-se uma abordagem territorial em duas linhas: de curto prazo, para áreas geográficas de pequena dimensão com problemas conjunturais mais acentuados e de médio prazo, para áreas de maior dimensão e com problemas de natureza mais estrutural. Qualquer destas dimensões tem subjacente uma maior focalização das medidas e procura promover uma estreita articulação entre o meio sócio-económico e os serviços operacionais do mercado de trabalho.

Em simultâneo, com o fim de inverter a tendência para a excessiva concentração da população nas grandes regiões de Lisboa e Porto, estão em reformulação as Iniciativas das Cidades e Regiões Digitais, de forma a criar *clusters* regionais em algumas cidades de média dimensão. Neste contexto, destaca-se ao nível das Regiões Autónomas o Programa Madeira Digital, que se pretende afirmar como um pilar fundamental para o desenvolvimento de iniciativas na área da sociedade do conhecimento e da inovação.

Medidas incentivadoras da mobilidade geográfica são também tópicos importantes de todo este processo. Como exemplos de boas práticas a disseminar, serão consideradas as experiências inovadoras em desenvolvimento no âmbito da Rede Temática “Desenvolvimento local e empreendedorismo” da Iniciativa EQUAL.

## 2. Metas Comunitárias e Nacionais

- Redução progressiva das disparidades regionais das taxas de emprego e de desemprego

## 3. Eixos Estratégicos

- Promover o desenvolvimento social e económico equilibrado, visando estabelecer soluções duradouras e sustentadas para as regiões debilitadas, reforçando a coordenação entre políticas sectoriais e de desenvolvimento regional com vista à promoção e criação de mais e melhores empregos e à valorização dos recursos humanos;
- Desenvolver *clusters* regionais em algumas cidades de dimensão média;
- Incentivar a mobilidade geográfica;
- Reforçar o desenvolvimento de parcerias a nível regional e local.

## 4. Linhas de Acção

- Orientação de novos investimentos de acordo com as vocações e vantagens relativas identificadas para cada região, nomeadamente através da discriminação positiva de taxas de IRC e incentivos financeiros;
- Implementação de Áreas de Localização Empresarial e de Tecnopólos e apoio à instalação de novas empresas nestes espaços;
- Promoção do desenvolvimento de capital de risco;
- Desenvolvimento de serviços de consultoria e assistência técnica a nível local;
- Adequação da formação profissional às necessidades e condições da região, nomeadamente, do tecido produtivo, das necessidades colectivas e individuais não satisfeitas, da melhoria do aproveitamento das potencialidades em termos de recursos naturais;
- Potenciar a utilização das TIC na vasta gama de contextos de aprendizagem, fomentando uma cultura de aprendizagem ao longo da vida;
- Promoção do desenvolvimento da economia social e do 3º sector; - Reformulação das Iniciativas Cidades e Regiões Digitais;
- Promoção dos incentivos à mobilidade geográficas.

## 5. Instrumentos

- Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos: instrumentos fiscais, financeiros, projectos específicos relativos a sectores chave e programas de formação
- Iniciativas locais de emprego, nomeadamente no âmbito de serviços de apoio à família
- Esquema de incentivos à mobilidade geográfica
- Iniciativas Cidades e Regiões Digitais
- Planos Regionais de Emprego e Planos de Intervenção

## PARTE C - BOA GOVERNAÇÃO E PARCERIA NA EXECUÇÃO DAS DIRECTRIZES PARA O EMPREGO

Os Estados-Membros deverão assegurar a aplicação eficaz das Directrizes para o Emprego, nomeadamente aos níveis regional e local.

### Envolvimento dos órgãos parlamentares, dos parceiros sociais e de outros intervenientes relevantes

A boa governação e as parcerias são questões importantes na execução da Estratégia Europeia para o Emprego, no pleno respeito pelas tradições e práticas nacionais. O Parlamento Europeu terá aqui um papel importante a desempenhar. Cabe aos Estados-Membros a responsabilidade pela execução da Estratégia Europeia para o Emprego. Em conformidade com as tradições nacionais, os órgãos parlamentares relevantes, bem como os intervenientes relevantes no sector do emprego a nível nacional, regional e local têm importantes contribuições a dar.

Em função das tradições e práticas nacionais, os parceiros sociais a nível nacional deveriam ser convidados a garantir a eficaz aplicação das Orientações para o emprego e a dar conta dos contributos mais significativos em todas as áreas da sua responsabilidade, especialmente no que respeita à gestão da mudança e da adaptabilidade, às sinergias entre flexibilidade e segurança, ao desenvolvimento de capital humano, à igualdade entre homens e mulheres, às acções para tornar o trabalho compensador e ao envelhecimento em actividade, bem como à saúde e segurança no trabalho.

Os parceiros sociais europeus aos níveis interprofissional e sectorial são convidados a contribuir para a aplicação das Orientações para o Emprego e a apoiar os esforços empreendidos pelos parceiros sociais nacionais a todos os níveis, interprofissional, sectorial e local. Tal como anunciado no programa de trabalho conjunto, os parceiros sociais europeus a nível interprofissional darão conta anualmente dos respectivos contributos para a aplicação das Orientações para o emprego. Os parceiros sociais europeus a nível sectorial são convidados a comunicar as acções que adoptarem.

Além disso, os serviços operacionais deveriam concretizar, de forma eficaz e eficiente, os objectivos da política de emprego.

#### 1. Parcerias fortes

Por parte do Estado, a promoção do PNE é assegurada por uma comissão interministerial de acompanhamento, onde participam representantes dos ministérios envolvidos e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Esta comissão é dinamizada pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST) que conta, para o efeito, com um Grupo de Trabalho composto por representantes máximos dos diversos departamentos ministeriais. O apoio à actividade das referidas comissões e o trabalho técnico de monitorização do desenvolvimento do PNE são assegurados por uma estrutura específica montada, no âmbito de Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do MSST.

A participação parlamentar no desenvolvimento do PNE será efectuada no âmbito da Assembleia da República, onde este será apresentado e discutido em sede da Comissão Parlamentar de Trabalho e de Assuntos Sociais, onde também será feita a avaliação periódica da sua execução.

A preparação e a revisão do PNE são processos igualmente abertos à participação da sociedade civil, que se processa através de encontros periódicos com profissionais do meio académico e representantes de diversos corpos sociais, tanto a nível nacional como regional. A vertente regional foi fortemente dinamizada, nomeadamente através de reuniões realizadas ao nível das NUTII. Também a coordenação com os gestores dos Programas Operacionais foi reforçada, nomeadamente através de um maior número de reuniões e com um trabalho mais estreito com o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

Do ponto de vista institucional e paralelamente ao envolvimento directo na sua execução, a participação dos Parceiros Sociais na concepção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da estratégia, será promovida ao nível da Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS). Tendo em vista o reforço dessa participação foi constituído em 1999 um grupo de trabalho tripartido para acompanhamento técnico do desenvolvimento do PNE, cuja actividade foi reforçada nesta 2ª fase.

A experiência da primeira fase da estratégia tem vindo a revelar o peso crescente do papel dos Parceiros Sociais na formulação das medidas de política. Para além da Declaração Conjunta dos Parceiros Sociais sobre o PNE, assinada em 1998, foram celebrados no ano de 2001 acordos tripartidos sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação; Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade; e Segurança Social. Não obstante, a experiência sugere que será possível ir mais longe na concretização de compromissos bilaterais assumidos no âmbito da estratégia nacional de emprego.

Nesta linha, no âmbito da preparação do PNE, os Parceiros Sociais foram convidados a assumir compromissos formais com vista à efectiva concretização das directrizes e a reportar os seus contributos nas áreas da sua responsabilidade, particularmente no que se refere à gestão da mudança e da adaptabilidade, às sinergias entre flexibilidade e segurança, ao desenvolvimento de capital humano, à igualdade entre homens e mulheres, às acções para tornar o trabalho compensador e ao envelhecimento em actividade, bem como à segurança, higiene e saúde e no trabalho.

A segunda fase da EEE é mais exigente do ponto de vista do empenhamento dos Parceiros Sociais. Nas posições assumidas no quadro europeu e a nível nacional é manifesta a disponibilidade destes para um maior envolvimento em todas as fases e aos diversos níveis do processo. O Governo tem vindo a desenvolver todos os esforços para promover o diálogo social como suporte do desenvolvimento da estratégia nacional de emprego, propondo plataformas de entendimento tripartido.

Numa óptica tripartida, foi lançado em 2003 um processo de diálogo com os Parceiros Sociais visando a celebração de um Contrato Social para a Competitividade e o Emprego, que abrange matérias fortemente relevantes para a EEE, tais como Formação

Profissional e Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Investimento e Inovação, reforçando o contributo dos Parceiros Sociais.

Ultimamente, um conjunto de legislação relevante, nomeadamente ligada ao desenvolvimento da ALV (Lei da Formação Profissional e Lei de Bases da Educação), tem vindo a ser objecto de discussão neste âmbito. Também o projecto de Código do Trabalho, foi amplamente discutida no seio da concertação social, encontrando-se, actualmente em fase de regulamentação.

Na Região Autónoma dos Açores, uma referência para os Pactos Sociais de Sectores Estratégicos de Desenvolvimento, a desenvolver no âmbito do Conselho Regional de Concertação Estratégica.

A estratégia nacional de emprego será potenciada pela articulação com outras parcerias criadas, nomeadamente no âmbito da implementação de políticas sociais activas. Tais parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil, envolvem diversos actores de serviços públicos (quer Administração Central e Local, quer Autarquias) e organizações não governamentais (como IPSS, ADL, Associações Locais e outras) e assentam em complementaridades e articulações das respectivas competências em matéria de inclusão social e vêm tornando cada vez mais perceptível a importância da partilha de responsabilidades na detecção dos problemas, nas soluções encontradas e nas intervenções concertadas, territorialmente adequadas.

## 2. Serviços Públicos mobilizados

Se a boa governança depende de parcerias fortes entre o Estado e a Sociedade Civil, ela não depende menos da forma como os serviços públicos se organizam para prosseguir, de forma eficaz e eficiente, os objectivos da política de emprego.

Num plano mais global, a reforma da Administração Pública lançada pelo Governo constitui um poderoso instrumento para a mobilização dos serviços operacionais. É uma reforma que tem por objectivos prestigiar a missão da Administração Pública e os seus agentes, na busca da exigência e da excelência; delimitar as funções que o Estado deve assumir directamente; promover a modernização dos organismos, qualificando e estimulando os funcionários, inovando processos e introduzindo novas práticas de gestão; melhorar a avaliação dos desempenhos, seja dos serviços, seja dos funcionários; e apostar na formação e na valorização dos funcionários públicos.

No âmbito do SPE, para dar resposta aos novos desafios da EEE, serão lançadas iniciativas no sentido de modernizar a organização dos serviços e assegurar uma adequada territorialização das políticas de emprego.

Na óptica da organização será dada continuidade à modernização de toda a rede de sistemas de informação de apoio ao emprego e à formação, para além da disponibilização de novos conteúdos informativos e serviços interactivos na Internet. Serão também disponibilizados, em todos os Centros de Emprego, pontos privilegiados de acesso aos serviços interactivos de apoio à procura e à oferta de emprego (serviço CiberEmprego). Neste domínio serão ainda desenvolvidos esforços no sentido da consolidação do sistema de indicadores de monitorização, acompanhamento e avaliação da eficácia dos serviços interactivos de apoio à procura e à oferta de emprego, serviços esses que serão integrados no Portal do Cidadão.

Ainda ao nível da Internet serão criados instrumentos de divulgação integrados de toda a oferta educativa e formativa, inicial e contínua, existente a nível nacional, beneficiando de uma maior articulação entre os diversos organismos dos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho, da Educação, da Ciência e do Ensino Superior, com competências nestes domínios de intervenção.

Por outro lado, serão reforçados os mecanismos de articulação dos centros de emprego e os outros serviços operacionais do mercado de emprego e formação, de forma a permitir uma maior consonância de processos.

No âmbito da Rede EURES será promovida a mobilidade profissional e geográfica no Espaço da União Europeia, reforçando a parceria e a cooperação entre SPE, desenvolvendo o acesso e a visibilidade da informação sobre o mercado de emprego europeu.

Finalmente, será gradualmente generalizada, ao nível da rede de serviços públicos de emprego, a aplicação de instrumentos de avaliação da qualidade do funcionamento dos serviços prestados, com ênfase na dimensão da satisfação dos utentes/clientes face ao acolhimento e ao atendimento, bem como face aos resultados alcançados.

No domínio da territorialização das políticas de emprego, serão elaborados instrumentos destinados a minorar o impacto social dos desajustamentos resultantes do contexto sócio-económico específico das regiões a abranger, contribuindo em simultâneo para a mudança e para a inovação, favorecendo um crescimento económico rico em emprego e que contribua para a sustentabilidade e para a elevação dos níveis e da qualidade do emprego, nomeadamente planos de intervenção em zonas e sectores deprimidos considerados prioritários.

Em simultâneo, serão dinamizadas parcerias ao nível regional e local para a definição conjunta de estratégias e acções que melhor se adequem às especificidades das zonas e sectores em causa.

No âmbito do sistema de segurança social, a par da revisão dos principais regimes de protecção, na sequência da aprovação da respectiva lei de bases, será aprofundada a reforma orgânica dos respectivos serviços, tendo em vista melhorar a sua eficácia e eficiência na interface com os cidadãos.

Finalmente, na área inspectiva, será reforçada a actividade da IGT, em articulação com outros sistemas inspectivos, designadamente nos domínios do combate ao trabalho ilegal e à imigração clandestina, bem como do combate à sinistralidade laboral.

## 3. Afectação de recursos financeiros adequados

Ao desenvolvimento do PNE estão afectos recursos dispersos por diversas fontes e sedes institucionais, dado o carácter integrado da estratégia e, portanto, a transversalidade ao Plano de várias políticas sectoriais. A programação financeira apresentada respeita unicamente a 2003, observando-se que algumas das iniciativas anunciadas só começarão efectivamente a desenvolver-se nos anos seguintes.

Contando-se com um importante apoio financeiro de diferentes programas operacionais, com financiamento quer no quadro do FSE quer do FEDER, a previsão da despesa pública nas principais medidas integradas no PNE é de 1895100 mil euros. Desse total, cerca de 53.4% é financiado através dos Fundos Estruturais, pertencendo 33% ao FSE.

No quadro seguinte, destacam-se os valores dos recursos financeiros que, em 2003, estão afectos às directrizes que consubstanciam as principais prioridades do PNE, devendo-se evitar uma leitura restrita dos valores atribuídos a cada uma delas, pois algumas das medidas têm impacto em mais do que uma directriz e nem sempre foi possível fazer a correspondente imputação.

**Recursos financeiros afectos às principais prioridades no âmbito do PNE**

**2003**

Directrizes	Despesa Pública Total (1000 euros)
<b>D1-Medidas Activas e Preventivas para Desempregados e Inactivos</b>	346929
<b>D2-Criação de Emprego e Espírito Empresarial</b>	582647
<b>D3-Fazer Face à Mudança e Promover a Adaptabilidade</b>	11699
<b>D4- Promover o Desenvolvimento do Capital Humano e a Aprendizagem ao Longo da Vida</b>	648003
<b>D6- Igualdade de Género</b>	10571
<b>D7-Promover a Inserção do Mercado de</b>	196925
<b>Trabalho de Pessoas Desfavorecidas e Combater a Discriminação</b>	
<b>D10-Disparidades Regionais em termos de Emprego</b>	98319

Nota-se, por exemplo, que várias medidas de que beneficiam os públicos desfavorecidos, por exemplo, para prevenir o desemprego de longa duração e/ou aumentar o nível das suas competências estão inseridas em D1 e D4. O mesmo acontece em relação à D3 já que as medidas destinadas a melhorar o acesso à formação, em especial dos grupos com baixas qualificações, estão contidas na D4. Por outro lado, os valores previstos para a D10 estão sub-avaliados, pois não foi possível tomar em conta as despesas com as medidas fiscais destinadas a minorar as assimetrias regionais. Sendo a Igualdade de Oportunidades um objectivo transversal a várias directrizes, não se pode interpretar o montante indicado na D6, como sendo o afecto a tal fim.

## ANEXO I - INDICADORES ESTATÍSTICOS

Directriz	Indicador		2000	2001	2002	1ºtrim '03	2ºtrim '03	Fonte
1	PREV2 - % de jovens que ficaram desempregados no mês X, que ainda estão desempregados no mês X+6 e ainda não iniciaram um plano individual de acção	HM H M	6,8 7,5 6,4	23,9 26,3 22,7	13,0 14,0 12,4	15,3 15,4 15,2	14,1 15,3 13,2	IEFP
	PREV2 - % de adultos que ficaram desempregados no mês X, que ainda estão desempregados no mês X+12 e ainda não iniciaram um plano individual de acção	HM H M	11,6 11,4 11,8	21,7 22,7 21,0	14,7 15,4 14,2	13,1 13,5 12,7	14,4 17,0 12,6	IEFP *
	PREV3 - Taxa de Influxo em DLD (% de jovens que se mantêm desempregados, sem qualquer interrupção, no mês X+6)	HM H M	12,1 9,5 13,8	17,4 15,0 18,8	18,7 16,6 20,0	21,7 20,7 22,2	24,6 23,2 25,6	IEFP
	PREV3 - Taxa de influxo em DLD (% de adultos que se mantêm desempregados, sem qualquer interrupção, no mês X+12)	HM H M	14,4 16,7 13,2	17,6 20,1 16,3	22,5 25,9 20,6	22,6 24,1 21,7	25,0 25,8 24,5	IEFP
	ACT1 - n° participantes em formação e medidas similares que estavam antes registados como desempregados, em relação ao desemprego registado (médias anuais)	HM	22,3	29,4	27,4			IEFP *
	ACT1 - n° participantes em formação que estavam antes registados como desempregados, em relação ao desemprego registado (médias anuais)	HM	7,0	11,1	10,4			IEFP/UE
	ACT2 - taxa de influxo no emprego (3 ou 6 meses após participação numa medida)	HM	-	-	-	-	-	IEFP *
	ACT3 - taxa de influxo no desemprego (3 ou 6 meses após participação numa medida)	HM	-	-	-	-	-	
	NECKc1 - tendência dentro de cada Estado-Membro do rácio entre o total do stock de postos de trabalho vagos comparados com o total de desempregados	HM	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	IEFP
	NECKc2 - número médio de meses que um posto de trabalho se encontra vago, obtido com a divisão do stock de postos de trabalho vagos num determinado momento, pelo fluxo mensal de postos de trabalho vagos	HM	1,39	1,29	1,21	0,99	1,27	IEFP
	EOc9,Q24 - Prestação de cuidados às crianças (fora da família), como % do grupo etário	HM				-		
	- antes do sistema de educação pré-escolar (<3 anos)	HM						
6	- no sistema de educação pré-escolar (3 a 6 anos)	HM						
	- no sistema de educação primária	HM						
7	EOc10	HM	14,6 nd	16,0 nd	16,3 nd	nd	17,1** nd	
	Gap da taxa de desemprego dos grupos desfavorecidos		nd	nd	nd	nd	nd	
	DGc2,Q27		nd	nd	nd	nd	nd	
	DGc3,Q28		nd	nd	nd	nd	nd	
	DGc1		nd	nd	nd	nd	nd	
9	DGc4		nd	nd	nd	nd	nd	
	Trabalho não declarado		nd	nd	nd	nd	nd	

### NOTAS:

\* O sistema ainda não está preparado para fornecer os dados discriminados pelas medidas segundo a nova metodologia \*\* dados de Setembro de 2003

*Anexo 5 - Classificação dos Estabelecimentos Prisionais*

**Diário da República Eletrónico**

DATA : Sexta-feira, 11 de Janeiro de 2013

NÚMERO : 8 SÉRIE I

EMISSOR : Ministério da Justiça

DIPLOMA / ATO : Portaria n.º 13/2013

**SUMÁRIO : Determina a classificação dos Estabelecimentos Prisionais se faz em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão**

PÁGINAS : 164 a 166

O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, adiante designado por CEPMPL, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, determina que a classificação dos estabelecimentos prisionais se faz em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão.

Em função do nível de segurança, os estabelecimentos prisionais são de segurança especial, alta e média, sem prejuízo de poderem incluir unidades de diferente nível de segurança, criadas por despacho do Diretor -Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

A complexidade da gestão comporta um grau elevado e um grau médio, e afere -se em função da classificação de segurança, da lotação, das características da população prisional, da diversidade de regimes, dos programas aplicados e da dimensão dos meios a gerir.

Hoje, por virtude do acréscimo significativo da população reclusa comparativamente com a realidade existente em 2009, data em que foi aprovado o CEMPL, e considerando que se encontra em curso o processo de revisão da lotação oficial dos estabelecimentos prisionais, importa aditar ao elenco das variáveis que contribuem para a determinação do grau de complexidade de gestão, a ocupação existente em cada estabelecimento prisional.

Cumprindo pois, de acordo com aquela Lei, proceder à classificação dos estabelecimentos prisionais.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do CEPMPL manda o Governo, pela Ministra da Justiça, o seguinte:

**Artigo 1.º**

Critério de classificação de estabelecimento prisional em função do nível de segurança

1- O estabelecimento prisional de nível de segurança especial é aquele em que a execução das penas e medidas privativas da liberdade decorre, exclusivamente, no regime de segurança previsto no n.º 4 do artigo 12.º e artigo 15.º do CEPMPL.

2 - O estabelecimento prisional de nível de segurança alta é aquele em que a execução das penas e medidas privativas da liberdade decorre, predominantemente, no regime comum, previsto no n.º 2 do artigo 12.º e artigo 13.º do CEPMPL.

3 - O estabelecimento prisional de nível de segurança média é aquele em que a execução das penas e medidas privativas da liberdade decorre em regime aberto, previsto no n.º 3 do artigo 12.º e artigo 14.º do CEPMPL.

**Artigo 2.º**

Critério de classificação de estabelecimento prisional em função do grau de complexidade de gestão 1 - É de grau elevado de complexidade de gestão:

- a) O estabelecimento prisional de nível segurança especial;
- b) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com unidade prisional de segurança especial;
- c) O estabelecimento prisional de natureza hospitalar ou com unidade de saúde mental;
- d) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 500 reclusos;
- e) O estabelecimento prisional de nível de segurança alta com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, com mais do que um regime de execução, dotado de centro financeiro, com exploração económica.

2 - É também de grau elevado de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta, com lotação ou ocupação superior a 250 reclusos, predominantemente em regime comum, que aplique em cada ano civil todos os programas identificados nas alíneas seguintes:

- a) Programas de reabilitação dirigidos a:
  - i. Problemáticas criminais ou grupos de reclusos específicos, entre outros, programas dirigidos a agressores sexuais ou dirigidos a reclusos jovens;
  - ii. Problemáticas transversais, entre outros, programas de treino de competências e de prevenção da reincidência.
- b) Programas de formação e qualificação nas áreas do ensino e formação profissional visando a:
  - i. Certificação escolar de nível básico e/ou a qualificação profissional de nível 2;
  - ii. Certificação escolar de nível secundário ou superior e/ou a qualificação profissional de nível 3 ou 4;
  - iii. Obtenção de certificações e qualificações profissionais para a empregabilidade; iv. Aquisição e/ou desenvolvimento de competências escolares e/ou profissionais.
- c) Programas de promoção da saúde e prevenção da doença enquadrados em:
  - i. Planos de promoção da saúde. ii. Planos específicos de intervenção clínica.

3 - É de grau médio de complexidade de gestão o estabelecimento prisional de nível de segurança alta ou média com lotação ou ocupação até 250 reclusos.

**Artigo 3.º**

Classificação dos estabelecimentos prisionais

Em face dos critérios fixados nos artigos 1.º e 2.º da presente portaria, a classificação dos estabelecimentos prisionais

existentes no ordenamento jurídico português consta do Mapa I, anexo à presente portaria e que desta faz parte integrante.

#### Artigo 4.º

Prazo de vigência e revisão

1 - A presente portaria é válida pelo prazo de quatro anos contados da data da sua publicação.

2 - A apresentação ao membro do Governo responsável pela área da justiça da proposta de revisão da presente portaria, a formalizar pelo diretor-geral, ocorre no prazo máximo de 90 dias que antecede o seu termo.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, há lugar à revisão da classificação dos estabelecimentos prisionais quando se mantenha, durante um ano, alteração substancial nos pressupostos objetivos que conduziram à presente classificação.

4 - Em face do aumento da lotação ou ocupação decorrente da construção ou ampliação de pavilhões prisionais suscetível de alterar a classificação já atribuída ao estabelecimento prisional, há lugar, no prazo de 60 dias, à revisão da classificação do estabelecimento prisional, sob proposta a formalizar pelo Diretor -Geral, ao membro do Governo responsável pela área da justiça.

#### Artigo 5.º

Comissões de serviço

As comissões de serviço dos diretores de estabelecimento prisional e dos adjuntos de direção cessam na data de entrada em vigor do presente diploma, mantendo -se os trabalhadores no exercício de funções em gestão corrente até à nomeação de novo titular e por um prazo máximo de 30 dias.

#### Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

A Ministra da Justiça, Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz, em 14 de dezembro de 2012.

ODEMIRA .....	Alta	Médio
OLHÃO .....	Alta	Médio
PJ LISBOA .....	Alta	Médio
PJ PORTO .....	Alta	Médio
PONTA DELGADA + Fem .....	Alta	Médio
SILVES .....	Alta	Médio
VIANA DO CASTELO .....	Alta	Médio
VILA REAL .....	Alta	Médio
VISEU .....	Alta	Médio
BRAGANÇA .....	Média	Médio
COVILHÃ .....	Média	Médio
GUIMARÃES .....	Média	Médio
LAMEGO .....	Média	Médio
TORRES NOVAS .....	Média	Médio

#### Mapa I

(a que se refere o artigo 3º)

ESTABELECIMENTO PRISIONAL	CLASSIFICAÇÃO	
	SEGURANÇA	GRAU DE COMPLEXIDADE DE GESTÃO
MONSANTO .....	Especial	Elevado
ALCOENTRE .....	Alta	Elevado
CARREGUEIRA .....	Alta	Elevado
CAXIAS .....	Alta	Elevado
COIMBRA .....	Alta	Elevado
FUNCHAL + Fem .....	Alta	Elevado
HOSPITAL PRISIONAL S. JOÃO DE DEUS .....	Alta	Elevado
IZEDA .....	Alta	Elevado
LEIRIA (JOVENS) .....	Alta	Elevado
LINHÓ .....	Alta	Elevado
LISBOA .....	Alta	Elevado
PAÇOS FERREIRA .....	Alta	Elevado
PINHEIRO DA CRUZ .....	Alta	Elevado
PORTO .....	Alta	Elevado
SANTA CRUZ DO BISPO FEMININO .....	Alta	Elevado
SANTA CRUZ DO BISPO MASCULINO .....	Alta	Elevado
SETUBAL .....	Alta	Elevado
SINTRA .....	Alta	Elevado
TIRES Fem. + Tires Masc. .....	Alta	Elevado
VALE DE JUDEUS .....	Alta	Elevado
VALE DO SOUSA .....	Alta	Elevado
ANGRA HEROÍSMO + Fem .....	Alta	Médio
AVEIRO .....	Alta	Médio
BEJA .....	Alta	Médio
BRAGA .....	Alta	Médio
Cadeia de Apoio da Horta .....	Alta	Médio
CALDAS DA RAINHA .....	Alta	Médio
CASTELO BRANCO .....	Alta	Médio
CHAVES .....	Alta	Médio
ELVAS .....	Alta	Médio

Consultado em 10-10-2013

(<http://dre.pt/pdfgratis/2013/01/00800.pdf>)

## RELATORIO DE ACTIVIDADES de 2010

Volume II (pag 87 – 94)

### ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PAÇOS DE FERREIRA

#### Caracterização do E P

O Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira ficou, após separação do EPR do Vale do Sousa, com lotação para 548 reclusos.

O EPPF comporta a zona prisional, constituída por duas Alas, A e B, Enfermaria, Sector Disciplinar, Secção de Segurança e uma zona extra-muros, com oficinas e área agrícola/pecuária.

Na sequência do definido no Plano de Pormenor de 2009, foi aberta a nova sala de visitas, ficando assegurada a entrada diferenciada de visitantes e funcionários/entidades. Esta sala permite aos visitantes aguardarem pela entrada no EP em condições de conforto adequadas. Foi construído, no exterior do EP, um novo alojamento (casa dos pastores) para os reclusos que pernhoitam no exterior (reclusos do EPR Vale do Sousa) e que ficam responsáveis pelo rebanho, que conta actualmente com cerca de 155 ovelhas. No sector agro-pecuário foi ainda criada uma estufa, a qual permite fazer sementeiras para posterior transplantação.

Com o intuito de resolver um problema do EP, que se arrastava já há alguns anos, foi criado um espaço de arquivo, com cerca de 130 m<sup>2</sup> e 500 metros corridos de prateleiras, o qual dará resposta ao arquivo das diferentes secções.

Em Novembro transacto concretizou-se a separação das alas, que esteve a ser preparada ao longo de dois anos, com a realização de obras, criação de normas de execução permanente, nomeadamente horários diferenciados, etc. Dividiu-se o refeitório, passando os reclusos a entrar e sair pela Ala em que estão alojados, não permitindo o contacto ou passagem para a outra Ala. Foram ainda criados dois bares/cantina, um em cada ala, onde se encontram à venda, além de café, diversos produtos alimentares e de higiene, que até à data só eram vendidos na cantina. Desta forma conseguiu-se reduzir a dificuldade do EP, no serviço de cantina, onde se encontra apenas um funcionário. A abertura destes bares implicou a instalação de uma nova aplicação informática, a qual permite as vendas em três postos distintos, mediante a utilização de um cartão pré-carregado. Os restantes produtos da cantina (tabaco, cartões de telefone ...) passaram a ser também distribuídos na respectiva ala. Foi criado um gabinete na ala B, para a entrega da medicação, excepto metadona. Foi construído um gabinete, no Corpo Central, para o Graduado de Serviço.

Deu-se continuidade às obras da cozinha, com a colocação de azulejo e tijoleira em toda a sua área, o que permite uma melhor higienização do espaço. No ano em análise foram realizadas obras de restauro no sector administrativo, na Ala A, nomeadamente pintura de celas e gradões, colocação de novas clarabóias na zona das visitas e oficinas, bem como a colocação de uma cobertura no recreio da escola.

Com o objectivo de se melhorar as condições de segurança, foram pintados todos os muros exteriores do EP. Em Dezembro foi concluída a nova sala de convívio/refeições para os funcionários, com mobiliário confeccionado e reciclado pela marcenaria do EP, permitindo a libertação do anterior espaço onde foram iniciadas as obras de construção de uma nova camarata para o pessoal de vigilância, a qual permitirá a instalação de 10 camas, apoiada por um balneário com 2 chuveiros.

#### Recursos Humanos

No ano de 2010 trabalharam neste Estabelecimento 233 funcionários: dirigentes 1; adjuntos 3; técnico superior 2; técnico superior de reeducação 8; assistentes técnicos 17; assistentes operacionais 9; pessoal médico 2; pessoal de enfermagem 8, mais 1 a exercer funções de médico dentista; assistente religioso 1; pessoal de vigilância 181.

No ano 2010, frequentaram acções de formação, os seguintes grupos profissionais: dirigentes 1 (5 acções formação); adjuntos da directora 3 (9 acções formação); técnico superior 2 (2 acções formação); técnico superior de reeducação 7 (8 acções formação); assistentes técnicos 17 (12 acções formação); assistentes operacionais 8 (1 acção de formação), médico 2 (9 acções formação); pessoal de enfermagem 5 (3 acções de formação); vigilância 168 (3 acções formação).

Processos de acidente em serviço: 2 e acidentes de viação: 1.

#### Execução de Penas

O Conselho Técnico, presidido pelos Juízes do TEP do Porto, reuniu 11 vezes, só para apreciação de saídas jurisdicionais. Das 759 apreciações para concessão de saídas jurisdicionais, foram concedidas 462 e verificaram-se 4 não regressos. Realizaram-se 8 conselhos técnicos internos, tendo sido apreciados 249 pedidos e foram concedidos 80 RAI. Foram apreciados 13 pedidos para RAE, dos quais foram concedidos 3. Foram ainda avaliadas as medidas de escolta a 8 reclusos e 59 avaliações de internamento na secção de segurança. No âmbito do RAI, foram concedidas 231 licenças de curta duração, não se tendo verificado incumprimentos. Foram apreciadas 109 liberdades condicionais (em 30 sessões/CT) e foram concedidas 53 e dois reclusos libertados com pulseira electrónica.

Registaram-se neste ano 9 pedidos de indulto, não tendo sido concedido a nenhum recluso.

Registaram-se, no ano em análise, 1.010 infracções cometidas por reclusos. As infracções foram: 2 por negligência na limpeza e na ordem da sua pessoa ou do seu quarto de internamento; 3 por abandono injustificado do lugar que aos mesmos tiver sido destinado; 4 por incumprimento voluntário de obrigações laborais; 51 por atitude nociva aos companheiros; 18 por linguagem injuriosa; 4 por simulação de doença; 170 por posse ou tráfico de dinheiro ou de objectos não consentidos; 2 por comunicação fraudulenta; 1 por actos obscenos ou contrários ao decoro; 11 por intimidação dos companheiros ou abuso grave relativamente aos mesmos; 52 por apropriação ou dano dos bens da Administração; 36 por atitude ofensiva relativamente ao director, funcionários ou outras pessoas que entrem no estabelecimento; 197 por inobservância das ordens dadas ou atraso injustificado no seu cumprimento; 6 por instigação e participação

em desordens, sublevações ou motins; 34 por contratos não autorizados pelo director com outros reclusos, funcionários ou pessoas estranhas ao estabelecimento; 22 por outros factos previstos na lei como crime e 34 por outras infracções disciplinares, isto no âmbito do Dec. Lei 265/79, de 01 de Agosto.

Já no âmbito de vigência do novo CEP, as infracções disciplinares traduziram-se, enquanto infracções disciplinares graves em: 2 por simulação de doença ou situação de perigo para a saúde do recluso ou de terceiro, 4 por insulto, ofensa ou difamação a recluso ou terceiros, de forma pública e notória, 4 por resistir com violência ou desobedecer, de forma pública e notória, a ordens legítimas dos funcionários, 24 por ameaças e agressões a reclusos e funcionários, 4 por prática de facto previsto na lei como crime, 6 por danos em bens do E.P., de funcionários ou de outros reclusos de valor económico significativo ou criador de perigo para a ordem e a segurança, 1 por estabelecer comunicação não permitida com outro recluso no interior do E.P., 10 por insulto, ofensa ou difamação, de forma pública e notória, a funcionário do E.P., 15 por introdução, posse, detenção ou guarda de objectos proibidos e criar deste modo perigo para a ordem e segurança, 35 por detenção, posse e introdução de substâncias estupefacientes ou qualquer outra substância tóxica, fármaco não prescrito ou bebida alcoólica, 3 por intimidação ou relação de poder sobre outros reclusos, 6 por não cumprir, ou cumprir com injustificado atraso, os deveres impostos nos termos legais ou regulamentares, ou as ordens legítimas, e criar deste modo perigo para a ordem e a segurança. Enquanto infracções disciplinares simples em: 1 por não proceder, reiteradamente, à limpeza e arrumação do alojamento, 1 por não proceder, reiteradamente, à limpeza, arrumação e manutenção dos equipamentos e instalações do E.P., 8 por estabelecer comunicação não permitida ou por meios fraudulentos com o exterior ou, violando proibição expressa, com outros reclusos no E.P., 5 por simular doença ou situação de perigo para a sua saúde ou de terceiros, 34 por efectuar negócio não autorizado com outros reclusos, 48 por introdução, posse, detenção ou guarda de objectos proibidos, 33 por danos em bens do E.P., de funcionários ou de outros reclusos, 2 por insulto, ofensa ou difamação a reclusos ou terceiros, 15 por insulto, ofensa ou difamação a funcionário do E.P., 7 por resistência a ordens legítimas dos funcionários, 5 por praticar facto previsto na lei como crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular e 88 por não cumprir, ou cumprir com injustificado atraso, os deveres impostos nos termos legais ou regulamentares, ou as ordens legítimas dos funcionários.

De 481 reclusos infractores, 286 foram objecto de sanção disciplinar em cela de habitação/permanência obrigatória no alojamento, num de total de 2244 dias de internamento, 49 foram internadas em cela disciplinar, durante 511 dias e 141 reclusos ficaram proibidos de dispor do Fundo Disponível por 1460 dias.

Foram registadas 4 ausências ilegítimas, 1 apresentação voluntária e 0 recaptura.

Faleceram 3 reclusos, 1 por suicídio no EP e 2 por morte natural. Não se registaram evasões.

Não se registaram acidentes de trabalho com reclusos.

#### **Vigilância e Segurança**

Do acompanhamento e custódia de reclusos ao exterior, resultaram 1.901 diligências, das quais 347 a hospitais, 478 a clínicas, 633 a tribunais, 92 a OPC e 64 são outras diligências, tendo implicado um total de 3.800 movimentos de guardas.

Foram efectuadas 662 revistas a reclusos e 847 buscas no EP.

#### **Tratamento Penitenciário**

**Educação e ensino:** O serviço de educação e ensino integra 8 técnicos de reeducação, mantendo o acompanhamento de reclusos e o rácio TSR/recluso é de cerca de 72 reclusos por técnico. Para além deste acompanhamento, os técnicos tiveram a seu cargo os pelouros das áreas da escola, biblioteca, formação profissional, artesanato, voluntariado, ocupação laboral e actividades recreativas e desportivas. Realizaram-se 5458 entrevistas de primeiro atendimento e por solicitação. Emitiram-se 782 pareceres para concessão de saídas jurisdicionais, 249 para efeitos de RAI, 185 para efeito de colocação laboral, 14 para efeito de RAE, 59 de avaliação de internamento na Secção de Segurança, 9 avaliações de medidas de escolta, 43 para efeitos de transferência, 9 para concessão de Indulto e 120 para concessão de liberdade condicional e 180 pareceres para Planos Individuais de Readaptação.

Dos 226 reclusos inscritos no ano lectivo 2009/2010, distribuídos pelo 1º ciclo (32); 2º ciclo (18), 3º ciclo (118), secundário (49) e ensino superior (5), obtiveram aproveitamento 7 no 1º ciclo, 8 no 2º ciclo e 34 no 3º ciclo, 38 no secundário e 3 no ensino superior. Neste ano lectivo verificaram-se 120 anulações/rescisões de inscrição.

**Formação profissional e actividade laboral:** decorreram 9 cursos de formação profissional, 6 promovidos pelo CPI (2 de marcenaria, 2 de pastelaria/panificação, 1 de pintura da construção civil e 1 de técnicas de jardinagem), 2 pelo IEFP (1 de jardinagem e espaços verdes, 1 de olaria) e 1 pela PERFIL (electricidade de instalações). Estas formações são na modalidade EFA B2, EFA B3 e Secundário. A formação profissional, num total de 16.011 horas, envolveu 108 formandos e 52 formadores.

Estiveram ocupados em actividades laborais 310 reclusos, distribuídos pelas seguintes actividades: faxinas (113), cozinha/bares (37), artesanato (14), alfaiataria: (31), pichelaria e electricidade (6), marcenaria (26), obras de manutenção (22), serralharia (7), sapataria (34), reparações para empresa exterior – Brigada da Delta (20).

Ocupação e tempos livres: As actividades desportivas envolveram 500 reclusos e integraram a prática de damas, dominó, xadrez, futsal, atletismo, basquetebol, voleibol, ténis de mesa, cartas, matraquilhos, manutenção de actividade física no ginásio, yoga e remo indoor. Desenrolaram-se ao longo do ano de 2010 vários torneios. Realizou-se um encontro de futsal com a comunidade, e os reclusos do EP participaram na XI Taça Nacional Prisional de Futsal 2010, e no VIII Torneio Prisional Nacional Remoto Remo Indoor, VIII Torneio Prisional Regional Remo Indoor. O EP participou na Liga para a Inclusão Social realizando três encontros de futsal com a comunidade.

As actividades desenvolvidas no âmbito da Animação Recreativa e Cultural foram as seguintes:

Colóquios e debates: “Biotério – ciência e ética”, “A mente humana”, “O trabalho da Cruz Vermelha”, “Crianças Ocupadas”, “Viagem à Índia”, “Testemunhos de Voluntários”, “Romani – Voz cigana”, “Prisões sem guardas”; Eventos/exposições: Justiça Solidária, de 17 de Novembro a 9 de Dezembro de 2010, integrada na VI Montra de Intervenção Social de Paços de Ferreira. XVIII de Artesanato e Artes e Ofícios de Freamunde – 1 a 4 de Julho de 2010, Exposição de Pintura na Junta de Freguesia de Freamunde – 1 de Fevereiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010.

Publicações editadas: “O Acto” – Jornal do Estabelecimento, com duas edições no ano em causa (edição n.º 27 e edição n.º 28).

Intercâmbio Musical e Teatral: Deslocação do Grupo “Contratempo” para o XVI Festival de Música Inter-Prisões ao EP de Vale de Judeus, bem como ao EPR de Izeda para a festa do Natal.

Festas realizadas no EP: S. João e Natal. A Biblioteca, a 31 de Dezembro de 2010, dispunha de 8 217 livros (7 464 em língua portuguesa e 753 livros estrangeiros). O número médio mensal de livros requisitados e visitas à biblioteca, é respectivamente, 151 e 1616.

**Saúde:** Realizaram-se 12845 consultas internas, clínica geral (5568), psiquiatria (1964), infecciologia (643), medicina dentária (1579) e psicologia (3091). Foram realizados 189573 actos de enfermagem, onde se incluem, consultas de admissão de



enfermagem, triagem de Enfermagem para consultas emergente/urgentes, tomas assistidas de medicação, avaliação de parâmetros vitais, acções de educação para a saúde, pesquisas toxicológicas, pesquisas de glicemia capilar, injectáveis, vacinações, oxigenoterapia e nebulizações, aferições de controle de peso/altura e intervenções invasivas.

Em 31 Dezembro de 2010, 41 reclusos estavam infectados pelo VIH/sida e destes, 31 reclusos encontravam-se a fazer terapêutica anti-retrovírica. Destes 41, 35 estavam simultaneamente infectados pelo vírus da Hepatite B e/ou C; 6 reclusos encontravam-se em tratamento da Hepatite C.

No âmbito do tratamento da toxicod dependência, existem programas de antagonistas e agonistas opiáceos – Naltrexona, Cloridrato de Metadona e Suboxone. Nestes programas estiveram envolvidos 128 reclusos, dos quais 97 em Programa Metadona, 3 em Suboxone e 28 em Naltrexona.

Realizaram-se actividades educativas de promoção da saúde, onde se realizou a vacinação contra a gripe sazonal a 168 reclusos, gripe H1N1 a 20 reclusos, antitetânica a 4 reclusos e contra a hepatite B, a 119 reclusos, num total de 311 vacinas. No ano em análise, realizou-se o rastreio de tuberculose, tendo participado 495 reclusos, tendo sido diagnosticado um caso de Tuberculose pulmonar que se encontra em tratamento.

Realizaram-se 122 internamentos nos Serviços Clínicos do EP.

Ocorreram 3 óbitos, 1 destes por suicídio. Deu-se continuidade ao programa de despiste de Hipertensão arterial. Em colaboração com a ARS Norte e a CNIVIH-Sida, interviemos no programa de redução de riscos e minimização de danos, distribuindo preservativos e folhetos alusivos às doenças infecciosas, em locais estratégicos do Estabelecimento, com especial incidência na Unidade de Saúde.

**Relações com o exterior:** As chamadas telefónicas efectuadas pelos reclusos não podem ser contabilizadas uma vez que estes utilizam cabinas telefónicas (10 cabinas no EP). Foram expedidas 9.222 cartas e recebidas 9.733.

Registaram-se 548 visitas de advogados e 194 visitas de outras entidades. Os reclusos foram visitados por 17.293 vezes, por 27.947 visitas adultas e 6.737 menores.

### Avaliação Final

Destaca-se como factor que mais influenciou a organização e dinâmica interna do EP, as obras necessárias à implementação da separação das duas Alas, com a consequente divisão do refeitório e criação de dois bares para reclusos nas respectivas Alas, o que se traduziu num aumento da ordem e segurança internas.

Com a entrada do novo CEP, com uma formação específica a 87% dos trabalhadores do EP, alteraram-se dinâmicas e procedimentos a diferentes níveis, nomeadamente administrativos, que se traduziram num aumento considerável da carga burocrática, não acompanhada do aumento de efectivos, originando situações de eminente ruptura nos diferentes serviços. Considera-se ser de relevar os resultados obtidos na execução do objectivo n.º 1 da Unidade Orgânica – Redução de custos de consumos correntes, para o qual foi decisivo o contributo e empenho de todos os trabalhadores. Salienta-se também a dinâmica relativa ao Plano Individual de Readaptação diz respeito, traduzida num aumento de 56,38 % de PIR aprovados. Como nota final, não se poderá deixar de referir o empenho de todos os trabalhadores, que sendo cada vez menos, se esforçam cada vez mais, no desempenho das suas tarefas, dando resposta às novas exigências do serviço

OBJECTIVO / INDICADOR	Meta do Ano	Valor Final do Ano
<b>Obj1. Conceber, implementar e avaliar um "Plano de Redução de Custos de Consumos Correntes pela Eliminação do Desperdício", sem investimento associado</b>		
<b>Ind.1</b> Apresentar na 30ª semana o plano para a UO, identificando as áreas a abranger, os resultados a atingir, o início do prazo de implementação, os indicadores de partida e o esquema de monitorização e avaliação do mesmo	30ª Sem.	30ª Sem., com 10 medidas
<b>Ind.2</b> Apresentar em 30.09.2010 o 1º relatório de avaliação do plano, demonstrando as evidências das poupanças ponderadas (poupança obtida per/capita) obtidas em cada item do Plano	30.09.10	30.09.10
<b>Ind.3</b> Apresentar em 30.11.2010 o 2º relatório de avaliação do plano, demonstrando as evidências das poupanças ponderadas (poupança obtida per/capita) obtidas em cada item do Plano	30.11.10	30.11.10
<b>Obj2. Utilização em todo o Sistema Prisional do aplicacional de Gestão dos Procedimentos por Ajuste Directo, a disponibilizar pelos Serviços Centrais</b>		
<b>Ind.1</b> 100 % dos procedimentos por ajuste directo realizados no aplicacional a partir da data da disponibilização do Sistema	100%	Anulado
<b>Obj3. Aumentar em 10% a taxa de aprovação de PIRS em Conselho Técnico Interno (Para EP com predominância de condenados)</b>		
<b>Ind.1</b> Percentagem (%) de aumento do n.º de PIRS aprovados até 31.12.2010, face à % de PIRS aprovados até 31.12.2009	+ 10%	+56,38
<b>Obj3-A. Aprovar a avaliação dos reclusos preventivos em Conselho Técnico Interno (Para EP com predominância de preventivos)</b>		
<b>Ind.1</b> Percentagem (%) de reclusos com avaliação realizada nos 60 dias após a data de entrada no EP	100%	-
<b>Obj4. Qualificar os recursos humanos no âmbito do CEP</b>		

Consultado em 20-06-2013 <http://www.dgsp.mj.pt/>



## DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS

consultado em 20-06-2013

<http://www.dgsp.mj.pt/>

# ESTATÍSTICAS PRISIONAIS

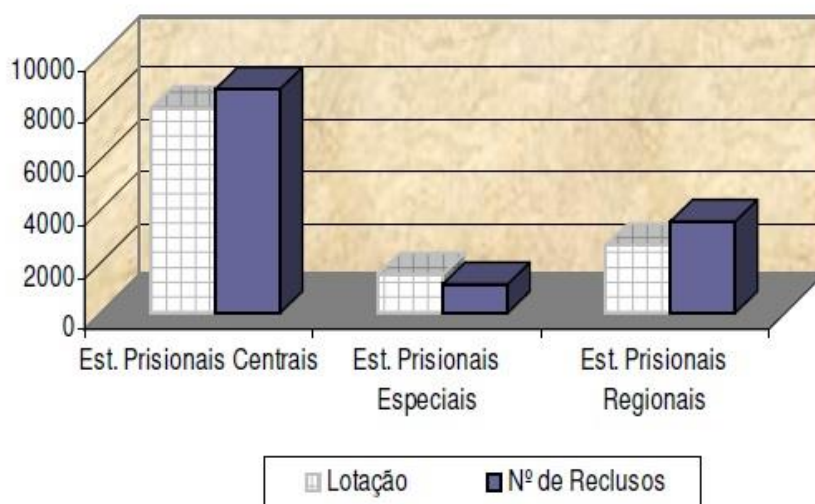


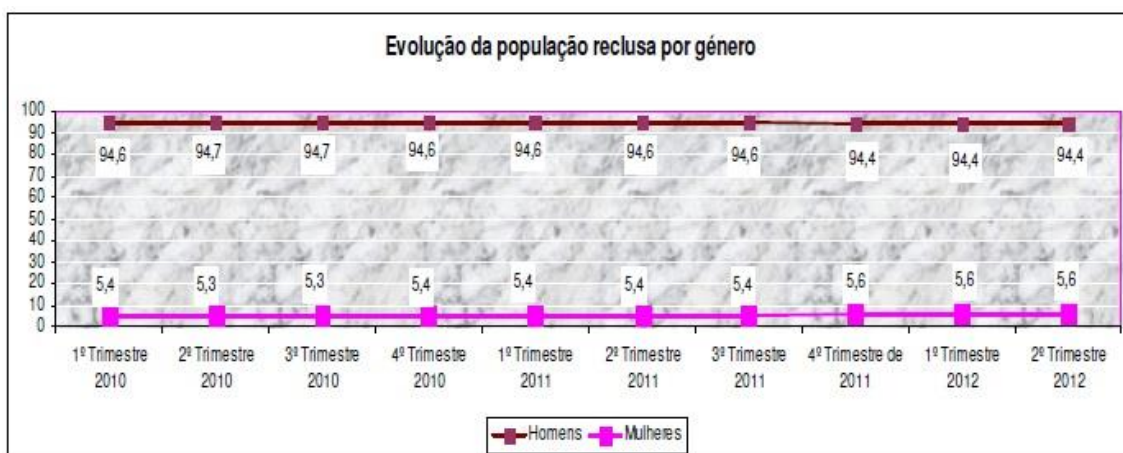
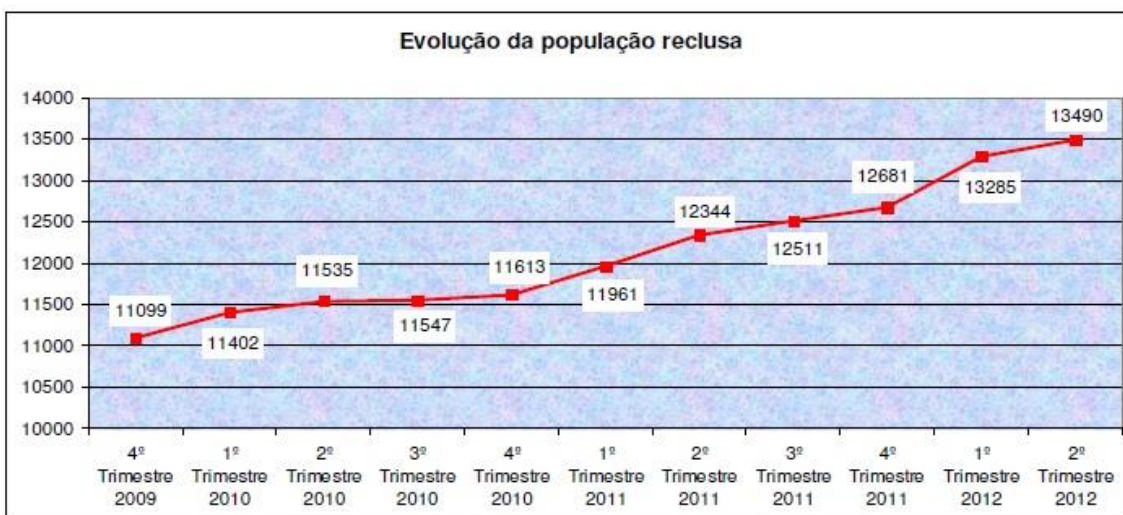
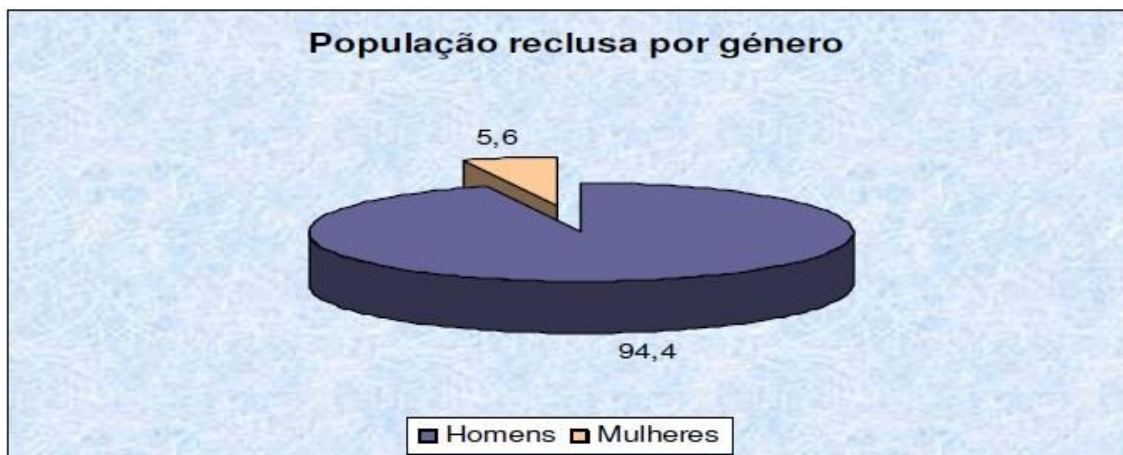
*(2º Trimestre de 2012)*

Distribuição dos Reclusos por Situação Penal, Sexo e Tipo de Estabelecimento / Lotação e Taxa de Ocupação  
(2º trimestre de 2012)

	PREVENTIVOS		CONDENADOS	TOTAL DE RECLUSOS	LOTAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	HOMENS	MULHERES
	Aguardar Julgamento	Aguardar Trans. Julgado						
Est. Prisionais Centrais	997	414	7258	8669	7966	108,8	8857	12
Est. Prisionais Especiais	186	63	845	1094	1 529	71,6	422	672
Est. Prisionais Regionais	769	206	2607	3582	2582	138,7	3524	58
<b>TOTAL nos E. P.</b>	<b>1952 (14,4%)</b>	<b>683 (5,1%)</b>	<b>10710 (79,4%)</b>	<b>13345</b>	<b>12077</b>	<b>110,5</b>	<b>12603 (94,4%)</b>	<b>742 (5,6%)</b>
Est. Psíqu. Não Prisionais			145 (1,1%)	145			127	18
<b>TOTAL de Reclusos</b>	<b>1952</b>	<b>683</b>	<b>10855</b>	<b>13490</b>			<b>12730</b>	<b>760</b>

Relação entre lotação e distribuição da população reclusa por tipo de estabelecimento prisional







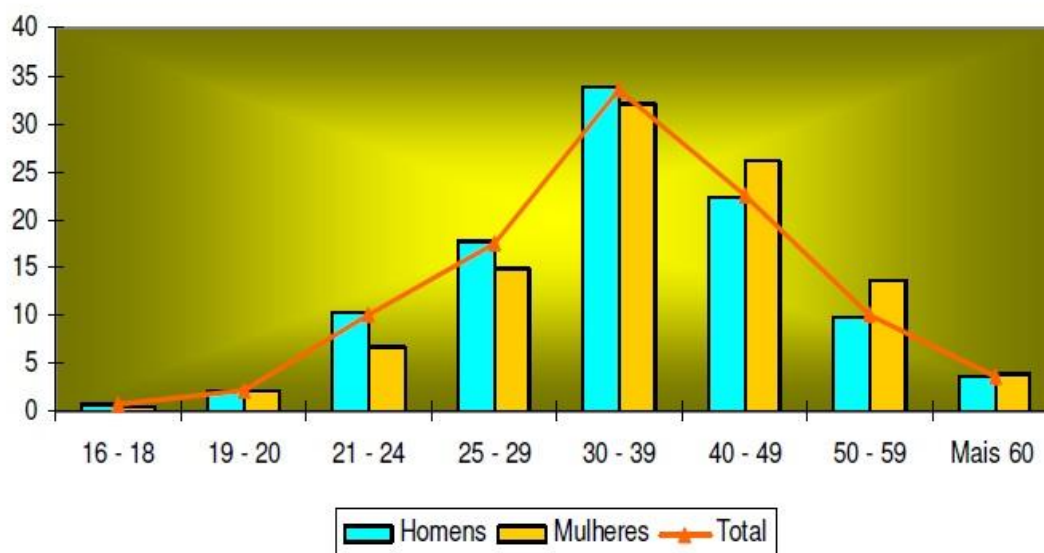
Estrutura etária dos reclusos por sexo e nacionalidade

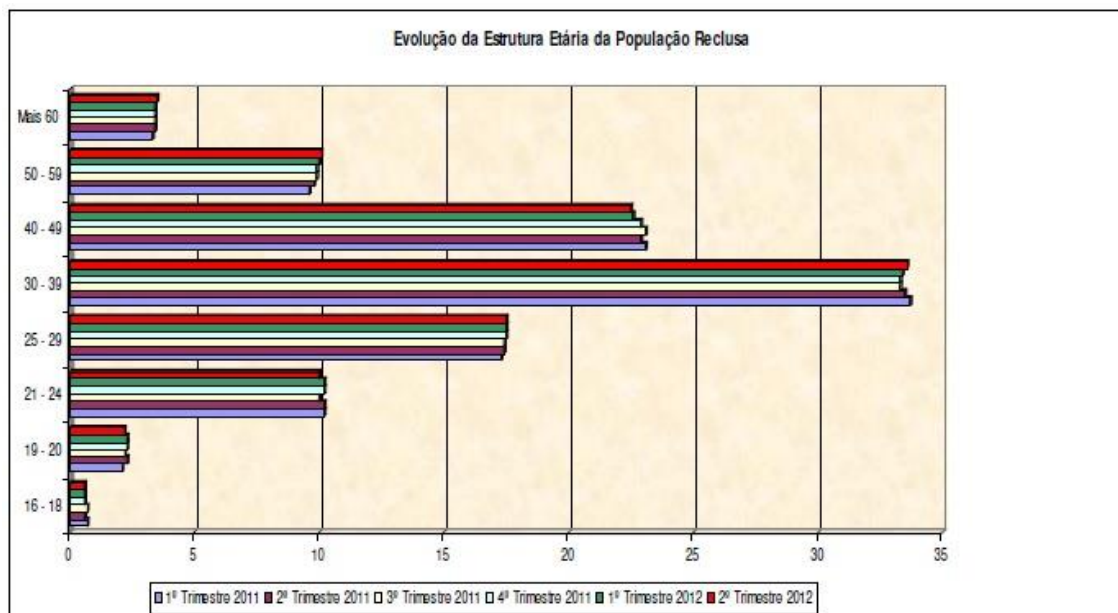
(2º trimestre de 2012)

Idade	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
16 - 18	58	0,6	16	0,6	74	0,6	2	0,3	1	0,6	3	0,4	77	0,6
19 - 20	193	1,9	88	3,5	281	2,2	11	1,9	6	3,3	17	2,2	298	2,2
21 - 24	945	9,2	353	14,2	1298	10,2	31	5,4	19	10,5	50	6,6	1348	10,0
25 - 29	1773	17,3	478	19,2	2251	17,7	85	14,7	28	15,5	113	14,9	2364	17,5
30 - 39	3453	33,7	833	33,5	4286	33,7	183	31,6	61	33,7	244	32,1	4530	33,6
40 - 49	2330	22,7	509	20,5	2839	22,3	159	27,5	40	22,1	199	26,2	3038	22,5
50 - 59	1079	10,5	180	7,2	1259	9,9	82	14,2	22	12,2	104	13,7	1363	10,1
Mais 60	412	4,0	30	1,2	442	3,5	26	4,5	4	2,2	30	3,9	472	3,5
<b>TOTAL*</b>	<b>10243</b>	<b>100</b>	<b>2487</b>	<b>100</b>	<b>12730</b>	<b>100</b>	<b>579</b>	<b>100</b>	<b>181</b>	<b>100</b>	<b>760</b>	<b>100</b>	<b>13490</b>	<b>100</b>

\*Estão contabilizados 145 (127 homens e 18 mulheres) reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais.

Distribuição etária da população reclusa por sexo





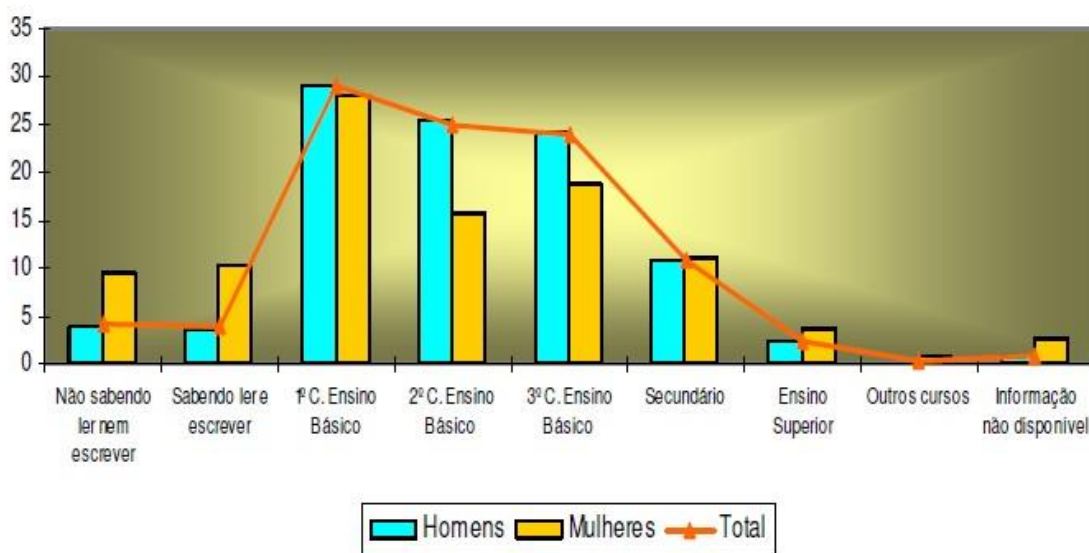
### Habilitações literárias dos reclusos por sexo e nacionalidade

( 2º trimestre de 2012)

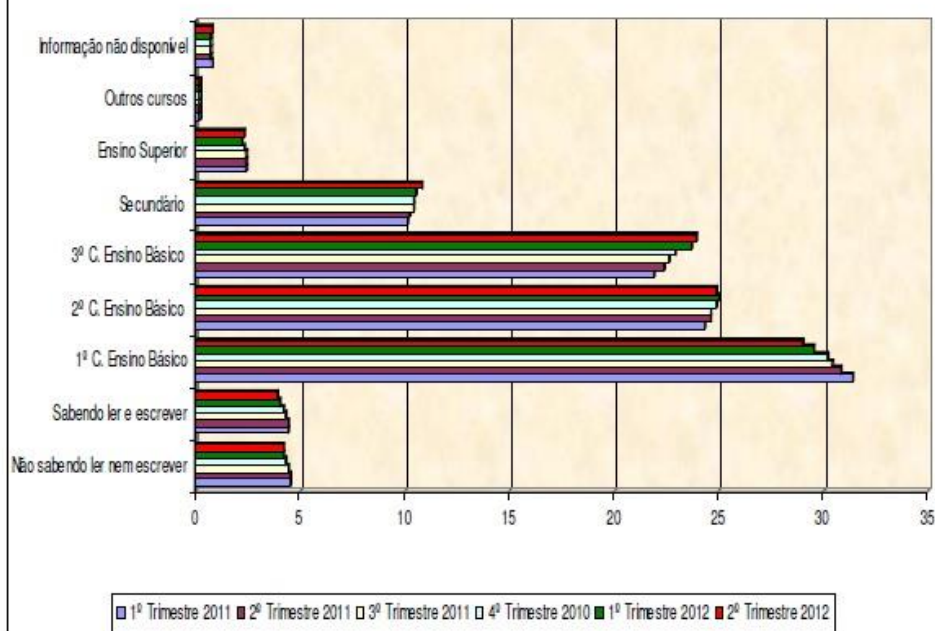
Hab. Literárias	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Não sabendo ler nem escrever	430	4,2	69	2,8	499	3,9	63	10,9	9	5,0	72	9,5	571	4,2
Sabendo ler e escrever	342	3,3	110	4,4	452	3,6	59	10,2	19	10,5	78	10,3	530	3,9
<b>Com Frequência de Ensino</b>	<b>9413</b>	<b>91,9</b>	<b>2281</b>	<b>91,7</b>	<b>11694</b>	<b>91,9</b>	<b>446</b>	<b>77,0</b>	<b>145</b>	<b>80,1</b>	<b>591</b>	<b>77,8</b>	<b>12285</b>	<b>91,1</b>
1º C. Ensino Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	3264	31,9	434	17,5	3698	29,0	172	29,7	41	22,7	213	28,0	3911	29,0
2º C. Ensino Básico (5º e 6º anos)	2833	27,7	406	16,3	3239	25,4	98	16,9	22	12,2	120	15,8	3359	24,9
3º C. Ensino Básico (7º, 8º e 9º anos)	2390	23,3	694	27,9	3084	24,2	109	18,8	33	18,2	142	18,7	3226	23,9
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	761	7,4	611	24,6	1372	10,8	54	9,3	30	16,6	84	11,1	1456	10,8
Ensino Superior	157	1,5	125	5,0	282	2,2	12	2,1	15	8,3	27	3,6	309	2,3
Outros cursos	8	0,1	11	0,4	19	0,1	1	0,2	4	2,2	5	0,7	24	0,2
Informação não disponível	58	0,6	27	1,1	85	0,7	11	1,9	8	4,4	19	2,5	104	0,8
<b>TOTAL*</b>	<b>10243</b>	<b>100</b>	<b>2487</b>	<b>100</b>	<b>12730</b>	<b>100</b>	<b>579</b>	<b>100</b>	<b>181</b>	<b>100</b>	<b>760</b>	<b>100</b>	<b>13490</b>	<b>100</b>

\*Estão contabilizados 145 (127 homens e 18 mulheres) reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais

### Distribuição da população reclusa por sexo e habilitações literárias



### Evolução das habilitações literárias da população reclusa





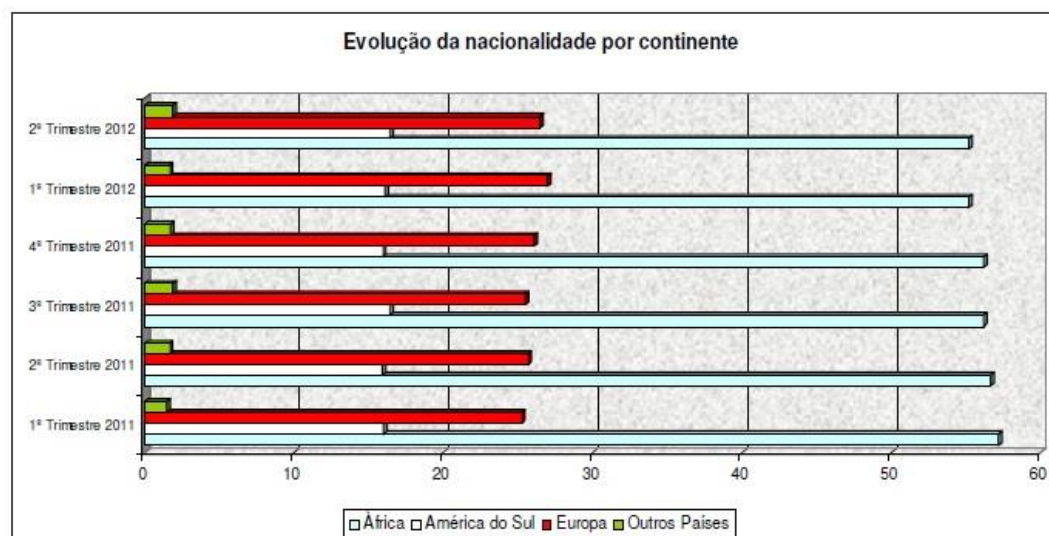
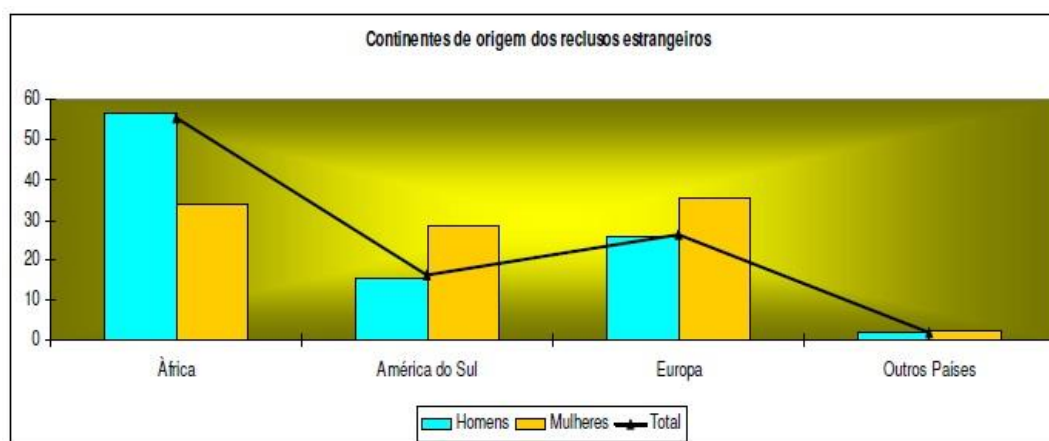
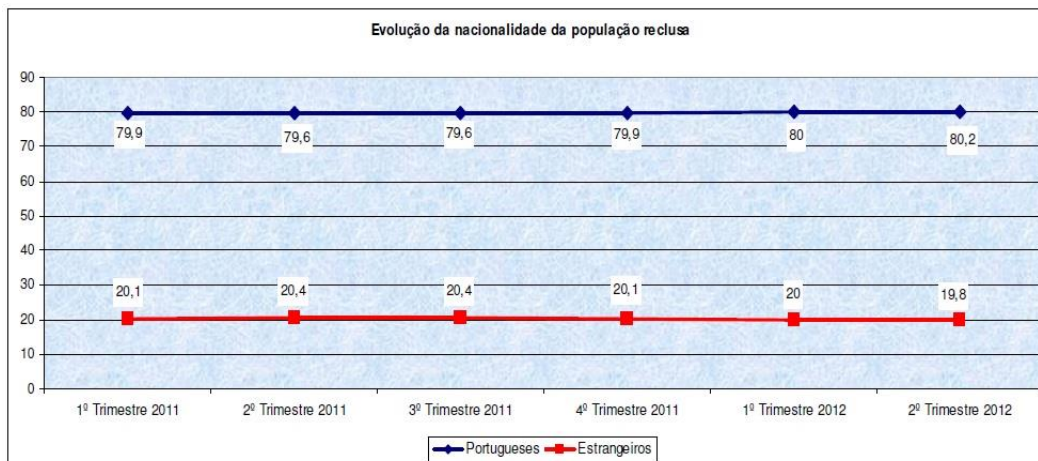
## Nacionalidade dos reclusos por sexo e idade

(2º Trimestre de 2012)

Sexo e idade Nacionalidade dos Reclusos:	HOMENS				MULHERES				TOTAL	
	Idade		Total		Idade		Total			
	16 -20	21 e mais	n	%	16 -20	21 e mais	n	%	n	%
TOTAL DE RECLUSOS*	355	12375	12730	100	20	740	760	100	13490	100
RECLUSOS PORTUGUESES	251	9992	10243	80	13	566	579	76,18	10822	80,2
RECLUSOS ESTRANGEIROS	104	2383	2487	19,5	7	174	181	23,8	2668	19,8
Países da África	72	1339	1411	56,7	1	60	61	33,7	1472	55,2
Angola	8	200	208	8,4		1	1	0,6	209	7,8
Cabo Verde	43	726	769	30,9		46	46	25,4	815	30,5
Guiné	1	20	21	0,8			0	0,0	21	0,8
Guiné Bissau	13	217	230	9,2	1	4	5	2,8	235	8,8
Marrocos	3	45	48	1,9		3	3	1,7	51	1,9
Moçambique		15	15	0,6			0	0,0	15	0,6
Nigéria		36	36	1,4		2	2	1,1	38	1,4
S. Tomé e Príncipe	3	40	43	1,7		1	1	0,6	44	1,6
Outros	1	40	41	1,6		3	3	1,7	44	1,6
Países da América do Sul	19	367	386	15,5	4	48	52	28,7	438	16,4
Argentina	1	7	8	0,3			0	0,0	8	0,3
Brasil	15	297	312	12,5	2	31	33	18,2	345	12,9
Colômbia		17	17	0,7		1	1	0,6	18	0,7
Venezuela	1	18	19	0,8		9	9	5,0	28	1,0
Outros	2	28	30	1,2	2	7	9	5,0	39	1,5
Países da Europa	12	630	642	25,8	2	62	64	35,4	706	26,5
Alemanha		11	11	0,4			0	0,0	11	0,4
Bulgária		13	13	0,5			0	0,0	13	0,5
Espanha	1	115	116	4,7		21	21	11,6	137	5,1
França	1	35	36	1,4		4	4	2,2	40	1,5
Grã-Bretanha		20	20	0,8		2	2	1,1	22	0,8
Holanda		30	30	1,2		2	2	1,1	32	1,2
Itália		17	17	0,7		2	2	1,1	19	0,7
Moldávia		30	30	1,2			0	0,0	30	1,1
Roménia	9	231	240	9,7		19	19	10,5	259	9,7
Rússia		12	12	0,5			0	0,0	12	0,4
Ucrânia	1	57	58	2,3		1	1	0,6	59	2,2
Outros		59	59	2,4	2	11	13	7,2	72	2,7
Outros países	1	47	48	1,9		4	4	2,2	52	1,9

\*Estão contabilizados 145 (127 homens e 18 mulheres) reclusos inimizáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos



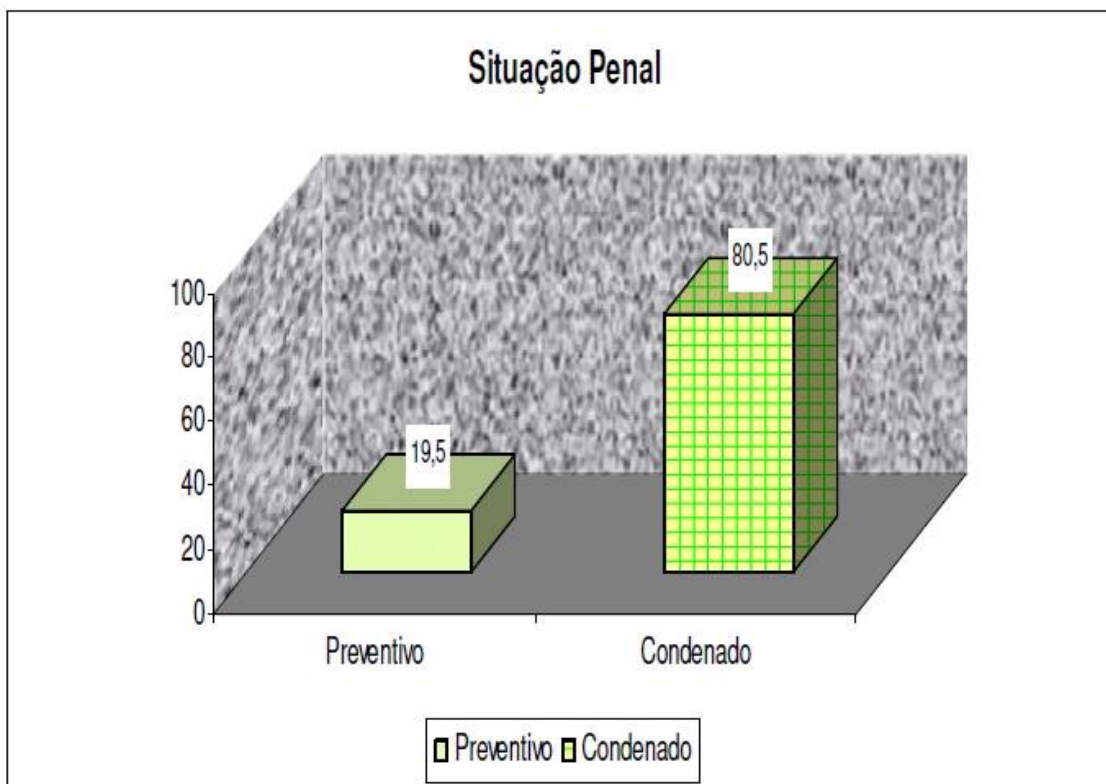


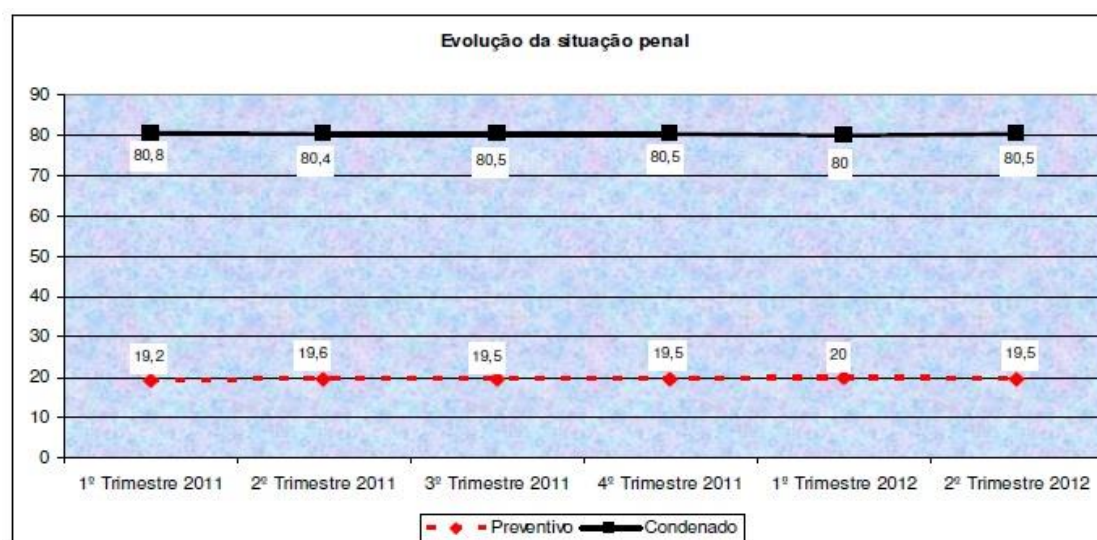
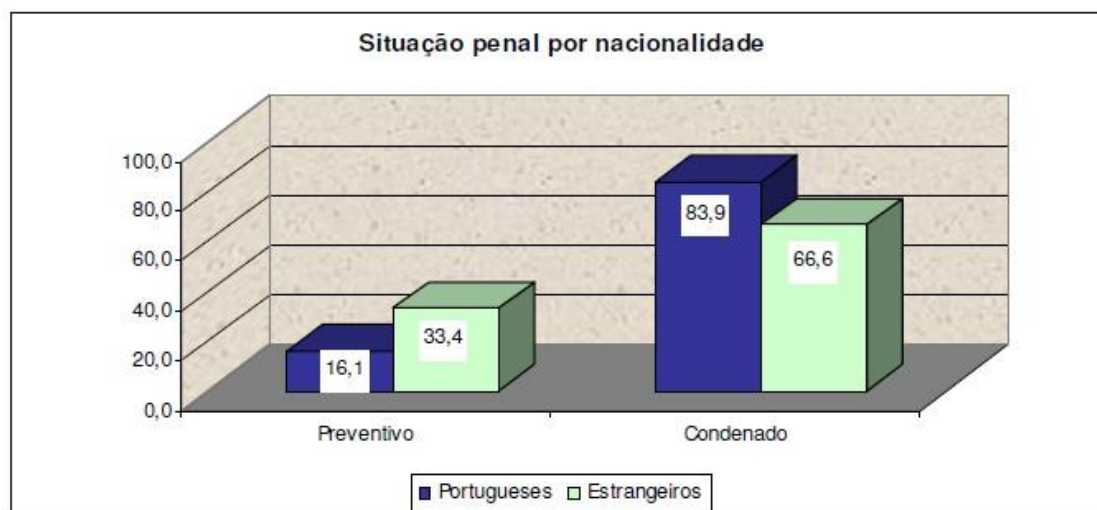
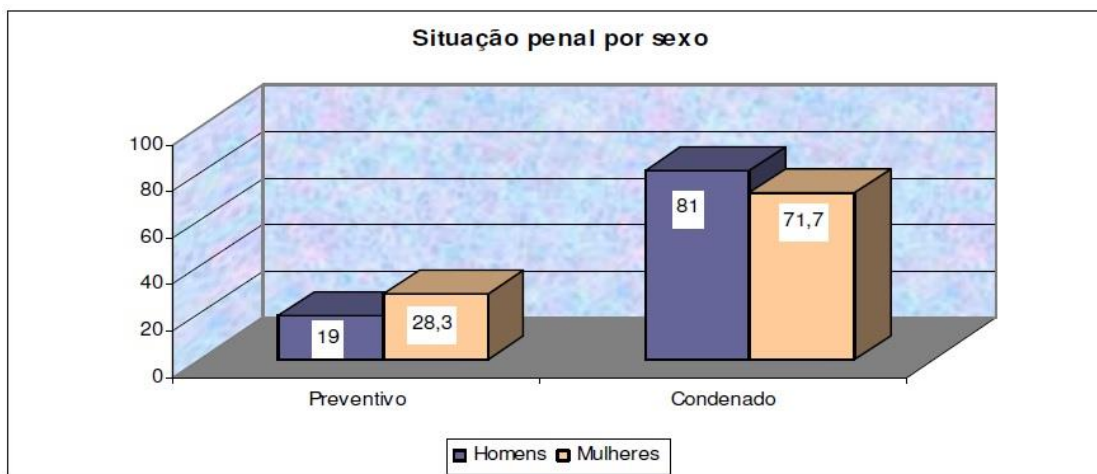
### Situação penal dos reclusos por sexo e nacionalidade

(2º trimestre de 2012)

	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Preventivos	1613	15,7	807	32,4	2420	19,0	132	22,8	83	45,9	215	28,3	2635	19,5
Condenados*	8630	84,3	1680	67,6	10310	81,0	447	77,2	98	54,1	545	71,7	10855	80,5
<b>TOTAL*</b>	<b>10243</b>	<b>100</b>	<b>2487</b>	<b>100</b>	<b>12730</b>	<b>100</b>	<b>579</b>	<b>100</b>	<b>181</b>	<b>100</b>	<b>760</b>	<b>100</b>	<b>13490</b>	<b>100</b>

\*Inclui 145 (127 homens e 18 mulheres) reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais e 86 reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Prisionais







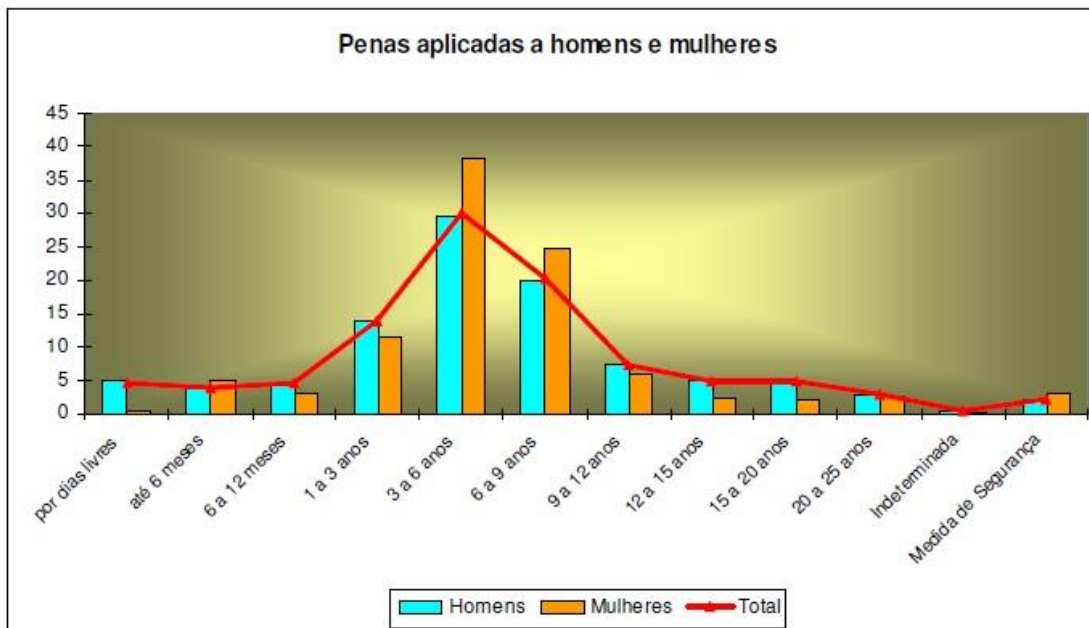
Reclusos condenados segundo as penas, sexo e nacionalidade

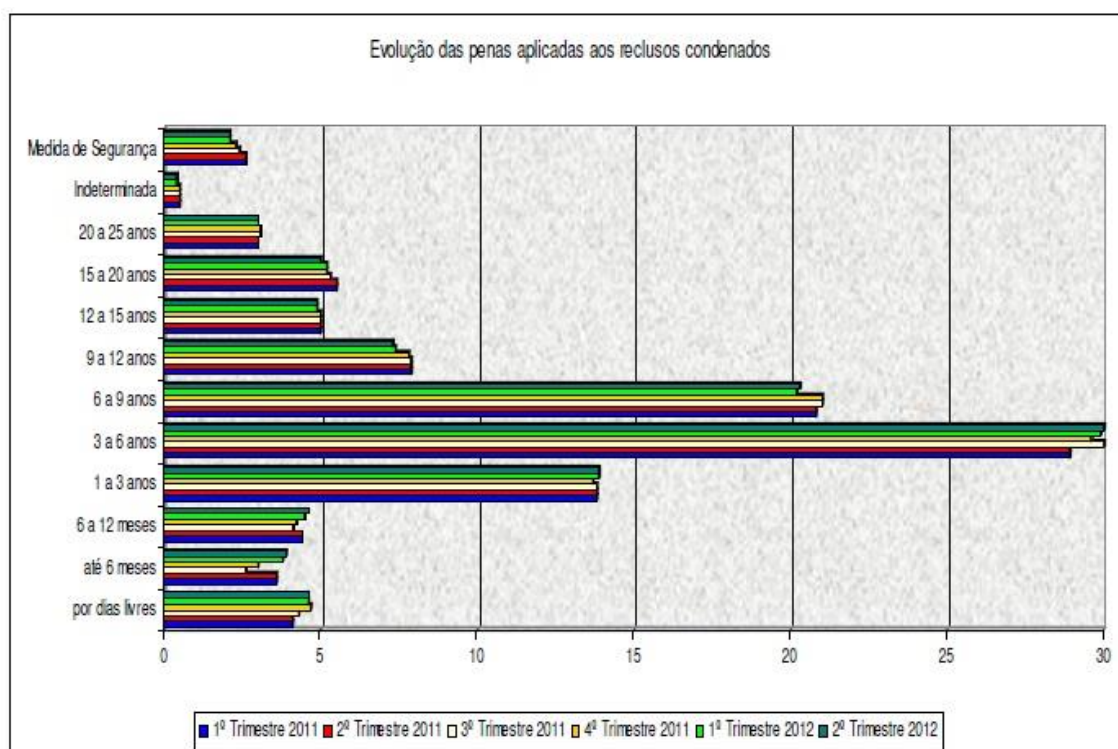
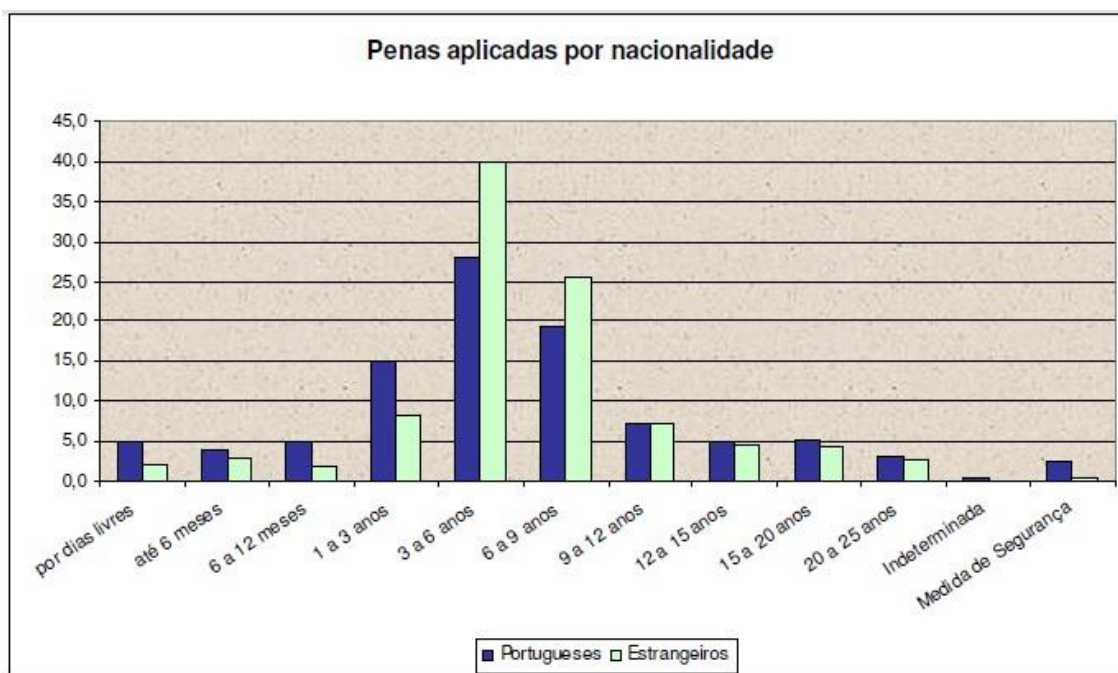
( 2º trimestre de 2012)

Penas	Homens						Mulheres						TOTAL	
	Portugueses		Estrangeiros		Total		Portugueses		Estrangeiros		Total		n	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
por dias livres	462	5,4	36	2,1	498	4,8	3	0,7		0,0	3	0,6	501	4,6
até 6 meses	340	3,9	52	3,1	392	3,8	26	5,8	1	1,0	27	5,0	419	3,9
6 a 12 meses	447	5,2	32	1,9	479	4,6	16	3,6	1	1,0	17	3,1	496	4,6
1 a 3 anos	1311	15,2	135	8,0	1446	14,0	53	11,9	10	10,2	63	11,6	1509	13,9
3 a 6 anos	2393	27,7	656	39,0	3049	29,6	153	34,2	56	57,1	209	38,3	3258	30,0
6 a 9 anos	1635	18,9	432	25,7	2067	20,0	114	25,5	21	21,4	135	24,8	2202	20,3
9 a 12 anos	634	7,3	126	7,5	760	7,4	29	6,5	3	3,1	32	5,9	792	7,3
12 a 15 anos	436	5,1	81	4,8	517	5,0	11	2,5	2	2,0	13	2,4	530	4,9
15 a 20 anos	460	5,3	76	4,5	536	5,2	10	2,2	2	2,0	12	2,2	548	5,0
20 a 25 anos	263	3,0	45	2,7	308	3,0	13	2,9	2	2,0	15	2,8	323	3,0
Indeterminada	45	0,5		0,0	45	0,4	1	0,2		0,0	1	0,2	46	0,4
Medida de Segurança*	204	2,4	9	0,5	213	2,1	18	4,0		0,0	18	3,3	231	2,1
<b>TOTAL**</b>	<b>8630</b>	<b>100</b>	<b>1680</b>	<b>100</b>	<b>10310</b>	<b>100</b>	<b>447</b>	<b>100,0</b>	<b>98</b>	<b>100,0</b>	<b>545</b>	<b>100</b>	<b>10855</b>	<b>100</b>

\* Medidas aplicadas a 86 inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Prisionais e a 145 inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais.

\*\* Estão contabilizados os 145 (127 homens e 18 mulheres) reclusos inimputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Não Prisionais.





**Reclusos Condenados segundo os crimes, o sexo, a idade e a nacionalidade**

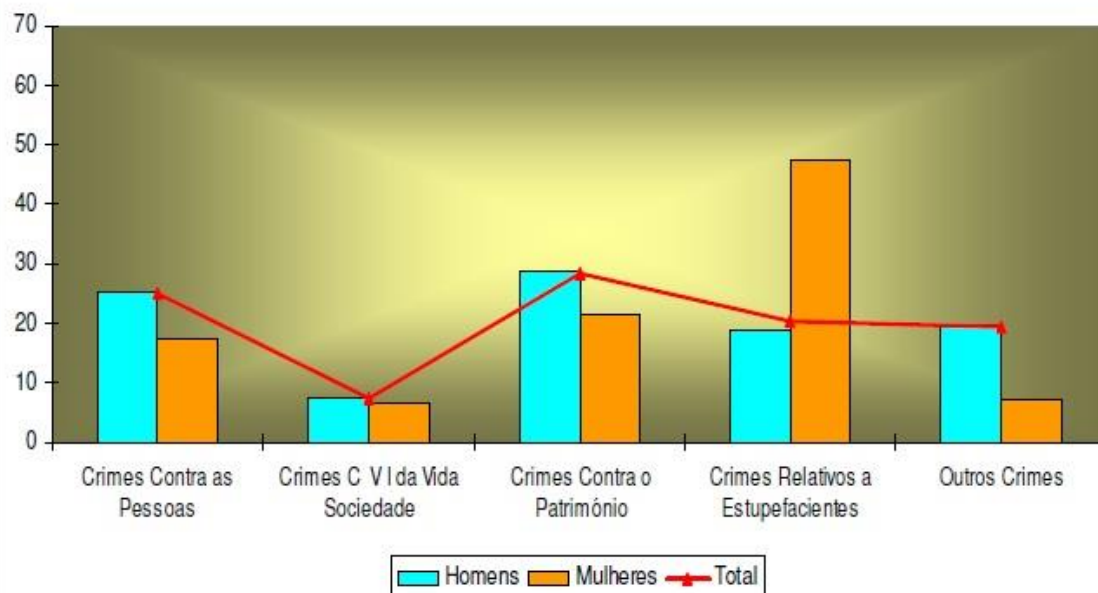
(2º trimestre de 2012)

Sexo e Idade	Homens												Mulheres												TOTAL						
	Portugueses						Estrangeiros						Portuguesas						Estrangeiras												
	16 - 20 anos		21 mais anos		TOTAL		16 - 20 anos		21 mais anos		Total		16 - 20 anos		21 mais anos		TOTAL		16 - 20 anos		21 mais anos		Total			TOTAL M					
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		n	%	n	%		
Crimes Contra as Pessoas	28	20	2223	26,2	2251	26,1	8	23,5	350	21,3	358	21,3	2609	25,3	3	0,0	83	18,9	86	19,2	0	###	9	9,2	9	9,2	95	17,4	2704	24,9	
Abuso sexual		0,0	230	2,7	230	2,7		0,0	23	1,4	23	1,4	253	2,5		0,0	5	1,1	5	1,1		###		0,0	0	0,0	5	0,9	258	2,4	
Homicídios	7	5,0	916	10,8	923	10,7		0,0	154	9,4	154	9,2	1077	10,4	1	0,0	43	9,8	44	9,8		###	7	7,1	7	7,1	51	9,4	1128	10,4	
Ofensas à Integridade física	2	1,4	302	3,6	304	3,5	3	8,8	27	1,6	30	1,8	334	3,2	1	0,0	8	1,8	9	2,0		###		0,0	0	0,0	9	1,7	343	3,2	
Violação	4	2,9	164	1,9	168	1,9	4	11,8	38	2,3	42	2,5	210	2,0		0,0	0	0,0	0	0,0		###		0,0	0	0,0	0	0,0	210	1,9	
Violência doméstica	1	0,7	97	1,1	98	1,1		0,0	15	0,9	15	0,9	113	1,1		0,0	3	0,7	3	0,7		###		0,0	0	0,0	3	0,6	116	1,1	
Outros	14	10,0	514	6,1	528	6,1	1	2,9	93	5,7	94	5,6	622	6,0	1	0,0	24	5,5	25	5,6		###	2	2,0	2	2,0	27	5,0	649	6,0	
Crimes Contra os Valores e Interesses da Vida em Sociedade	1	0,7	645	7,6	646	7,5	0	0,0	118	7,2	118	7,0	764	7,4	0	0,0	33	7,5	33	7,4	0	###	3	3,1	3	3,1	36	6,6	800	7,4	
Incêndio		0,0	17	0,2	17	0,2		0,0	2	0,1	2	0,1	19	0,2		0,0	2	0,5	2	0,4		###		0,0	0	0,0	2	0,4	21	0,2	
Outros	1	0,7	628	7,4	629	7,3		0,0	116	7,0	116	6,9	745	7,2		0,0	31	7,0	31	6,9		###		3	3,1	3	3,1	34	6,2	779	7,2
Crimes Contra o Património	86	61,4	2480	29,2	2566	29,7	22	64,7	370	22,5	392	23,3	2958	28,7	1	0	103	23,4	104	23,3	0	###	13	13,3	13	13,27	117	21,47	3075	28,3	
Roubo	58	41,4	1159	13,7	1217	14,1	20	58,8	288	16,3	288	17,1	1505	14,6	0		35	8,0	35	7,8		###	10	10,2	10	10,2	45	8,3	1550	14,3	
Furto simples qualificado	27	19,3	1190	14,0	1217	14,1	2	5,9	88	5,3	90	5,4	1307	12,7		0,0	45	10,2	45	10,1		###	2	2,0	2	2,0	47	8,6	1354	12,5	
Outros	1	0,7	131	1,5	132	1,5		0,0	14	0,9	14	0,8	146	1,4	1	0,0	23	5,2	24	5,4		###	1	1,0	1	1,0	25	4,6	171	1,6	
Crimes Relativos a Estupefacientes	10	7,1	1289	15,2	1299	15,1	2	5,9	637	38,7	639	38,0	1938	18,8	2	0	184	41,8	186	41,6	0	###	73	74,49	73	74,5	259	47,52	2197	20,2	
Tráfico (artº 29º e 24º a) e artº 21º b)	7	5,0	1116	13,2	1123	13,0	1	2,9	609	37,0	610	36,3	1733	16,8	2	0,0	167	38,0	169	37,8		###	70	71,4	70	71,4	239	43,9	1972	18,2	
Associação Criminosa (artº 28º b)		0,0	1	0,0	1	0,0		0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0		0,0	0	0,0	0	0,0		###		0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0	
Tráfico de menor gravidade (artº 25º b)	3	2,1	150	1,8	153	1,8	1	2,9	25	1,5	26	1,5	179	1,7		0,0	14	3,2	14	3,1		###	3	3,1	3	3,1	17	3,1	196	1,8	
Precursores (artº 22º b)		0,0	0	0,0	0	0,0		0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		0,0	0	0,0	0	0,0		###		0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
Tráfico - Consumo (artº 25º a) e artº 26º b)		0,0	10	0,1	10	0,1		0,0	1	0,1	1	0,1	11	0,1		0,0	2	0,5	2	0,4		###		0,0	0	0,0	2	0,4	13	0,1	
Outra (Dec. Lei 430/83 de 13 de Dezembro e Dec. Lei 19/93 de 22 de Janeiro)		0,0						0,0					0									###					1	0,2	15	0,1	
Outros Crimes	15	10,7	1846	21,8	1868	21,6	2	5,9	171	10,4	173	10,3	2041	19,8	1	0,0	37	8,4	38	8,5	0	###	0	0,0	0	0,0	38	7,0	2079	19,2	
Crimes rodoviários	15	10,7	937	11,0	952	11,0	1	2,9	87	5,3	88	5,2	1040	10,1	0		15	3,4	15	3,4		###		0,0	0	0,0	15	2,8	1055	9,7	
Outros	7	5,0	909	10,7	916	10,6	1	2,9	84	5,1	85	5,1	1001	9,7	1	0,0	22	5,0	23	5,1		###		0,0	0	0,0	23	4,2	1024	9,4	
TOTAL¹	140	100	8483	100	8620	100	34	100	1646	100	1680	100	10310	100	7	100	440	100	447	100	0	###	98	100	98	100	545	100	10855	100	

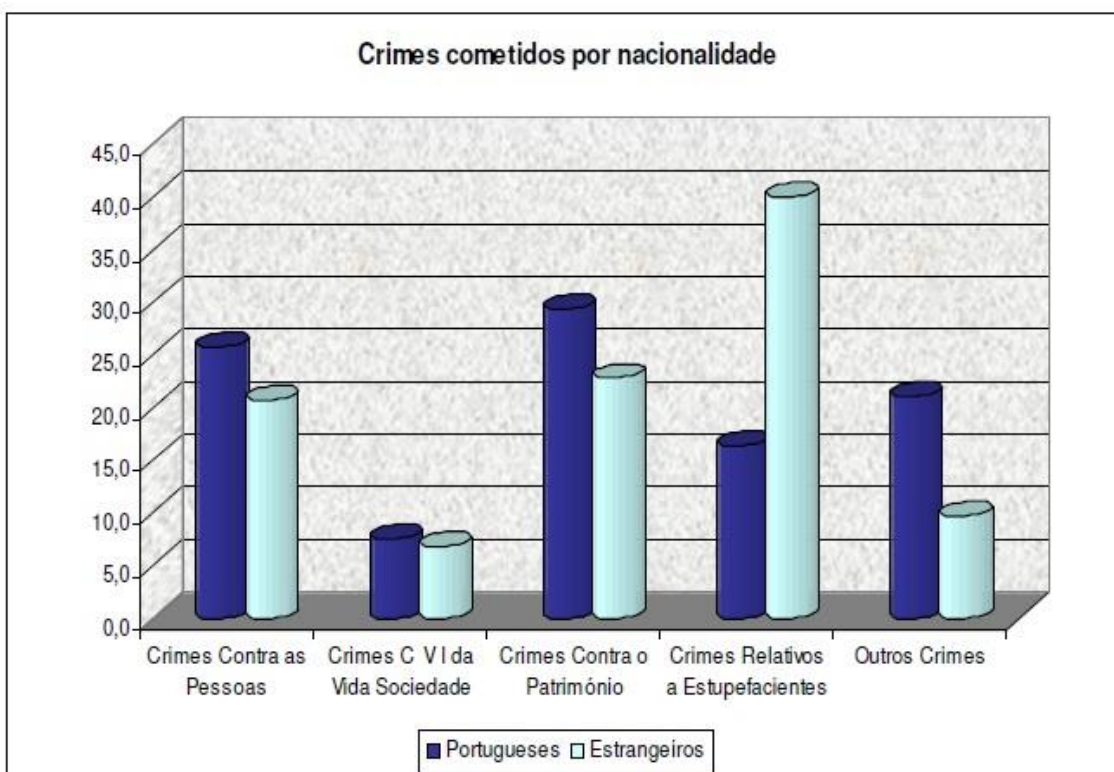
¹ São contabilizados os crimes cometidos pelos 86 imputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos Prisionais e pelos 143 imputáveis internados em Estabelecimentos Psiquiátricos não Prisionais.



### Crimes cometidos por homens e mulheres condenados



### Crimes cometidos por nacionalidade





Diário da República Eletrónico

DATA : Segunda-feira, 12 de Outubro de 2009

NÚMERO : 197 SÉRIE I

EMISSOR : ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIPLOMA / ATO : Lei n.º 115/2009

PÁGINAS : 7422 a 764

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Lei n.º 15/2009

de 12 de Outubro

#### Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

##### Artigo 1.º - Objeto

É aprovado o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, publicado em anexo à presente lei e que dela faz parte integrante.

##### Artigo 2.º - Regime de permanência na habitação

É correspondentemente aplicável à modalidade de modificação da pena prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 120.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade o disposto no n.º 1 do artigo 1.º, no artigo 2.º, nos n.ºs 2 a 5 do artigo 3.º, nos artigos 4.º a 6.º, nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 8.º e no artigo 9.º da Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto.

##### Artigo 3.º - Alteração ao livro X do Código de Processo Penal

Os artigos 470.º, 477.º, 494.º, 504.º e 506.º do Código de Processo Penal passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 470.º [...]

1 A execução corre nos próprios autos perante o presidente do tribunal de 1.ª instância em que o processo tiver corrido, sem prejuízo do disposto no artigo 138.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

2 — .....

Artigo 477.º [...]

1 — .....

2 — O Ministério Público indica as datas calculadas para o termo da pena e, nos casos de admissibilidade de liberdade condicional, para os efeitos previstos nos artigos 61.º e 62.º e no n.º 1 do artigo 90.º do Código Penal.

3 — .....

4 — O cômputo previsto nos n.ºs 2 e 3 é homologado pelo juiz e comunicado ao condenado e ao seu advogado.

5 — .....

Artigo 494.º [...]

1 — .....

2 — .....

3 — Quando a decisão não contiver o plano de reinserção social ou este deva ser completado, os serviços de reinserção social procedem à sua elaboração ou reelaboração, ouvido o condenado, no prazo de 30 dias, e submetem -no à homologação do tribunal.

##### Artigo 504.º - Reexame do internamento

1 — Havendo lugar ao reexame previsto no artigo 96.º do Código Penal, o tribunal ordena:

a) A realização de perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade, devendo o respectivo relatório ser -lhe apresentado dentro de 30 dias;

b) Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do internado ou do defensor, as diligências que se afigurem com interesse para a decisão.

2 — Se, na sequência da apreciação da perícia psiquiátrica, se concluir que há condições favoráveis, o magistrado pode solicitar relatório social contendo análise do enquadramento familiar, social e profissional do recluso.

3 — O reexame tem lugar com audição do Ministério Público, do defensor e do condenado, só podendo a presença deste ser dispensada se o seu estado de saúde tornar a audição inútil ou inviável.

Artigo 506.º [...]

É correspondentemente aplicável à medida de internamento o disposto no artigo 479.º»

Artigo 4.º

##### Aditamento ao livro X do Código de Processo Penal

É aditado o artigo 491.º - A ao Código de Processo Penal:

«Artigo 491.º - A

##### Pagamento da multa a outras entidades

1 — Sempre que, no momento da detenção para cumprimento da prisão subsidiária, o condenado pretenda pagar a multa, mas não possa, sem grave inconveniente, efectuar o pagamento no tribunal, pode realizá-lo à entidade policial, contra entrega de recibo, aposto no triplicado do mandado.

2 — Fora do caso previsto no número anterior ou quando o tribunal se encontre encerrado, o pagamento da multa pode ainda ser efectuado, contra recibo, junto do estabelecimento prisional onde se encontre o condenado.

3 — Para o efeito previsto nos números anteriores, os mandados devem conter a indicação do montante da multa, bem como da importância a descontar por cada dia ou fracção em que o arguido esteve detido.

4 — Nos 10 dias imediatos, a entidade policial ou o estabelecimento prisional remetem ou entregam a quantia recebida ao tribunal da condenação.»

##### Artigo 5.º - Alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro

Os artigos 91.º e 92.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 91.º - Competência

1 — Após o trânsito em julgado da sentença que determinou a aplicação de pena ou medida privativa da liberdade, compete ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a respectiva execução e decidir da sua modificação, substituição e extinção, sem prejuízo do disposto no artigo 371.º - A do Código de Processo Penal.



2 — Compete ainda ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a execução da prisão e do internamento preventivos, devendo as respectivas decisões ser comunicadas ao tribunal à ordem do qual o arguido cumpre a medida de coacção.

3 — Sem prejuízo de outras disposições legais, compete aos tribunais de execução das penas, em razão da matéria:

a) Homologar os planos individuais de readaptação, bem como os planos terapêuticos e de reabilitação de inimputável e de imputável portador de anomalia psíquica internado em estabelecimento destinado a inimputáveis, e as respectivas alterações;

b) Conceder e revogar licenças de saída jurisdicionais;

c) Conceder e revogar a liberdade condicional, a adaptação à liberdade condicional e a liberdade para prova; d) Determinar a execução da pena acessória de expulsão,

são, declarando extinta a pena de prisão, e determinar a execução antecipada da pena acessória de expulsão;

e) Convocar o conselho técnico sempre que o entenda necessário ou quando a lei o preveja;

f) Decidir processos de impugnação de decisões dos serviços prisionais;

g) Definir o destino a dar à correspondência retida;

h) Declarar perdidos e dar destino aos objectos ou valores apreendidos aos reclusos;

i) Decidir sobre a modificação da execução da pena de prisão relativamente a reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada;

j) Ordenar o cumprimento da prisão em regime contínuo em caso de faltas de entrada no estabelecimento prisional não consideradas justificadas por parte do condenado em prisão por dias livres ou em regime de semidetenção;

l) Rever e prorrogar a medida de segurança de internamento de inimputáveis;

m) Decidir sobre a prestação de trabalho a favor da comunidade e sobre a sua revogação, nos casos de execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade;

n) Determinar o internamento ou a suspensão da execução da pena de prisão em virtude de anomalia psíquica sobrevinda ao agente durante a execução da pena de prisão e proceder à sua revisão;

o) Determinar o cumprimento do resto da pena ou a continuação do internamento pelo mesmo tempo, no caso de revogação da prestação de trabalho a favor da comunidade ou da liberdade condicional de indivíduo sujeito a execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade;

p) Declarar a caducidade das alterações ao regime normal de execução da pena, em caso de simulação de anomalia psíquica;

q) Declarar cumprida a pena de prisão efectiva que concretamente caberia ao crime cometido por condenado em pena relativamente indeterminada, tendo sido recusada ou revogada a liberdade condicional;

r) Declarar extinta a pena de prisão efectiva, a pena relativamente indeterminada e a medida de segurança de internamento;

s) Emitir mandados de detenção, de captura e de libertação;

t) Informar o ofendido da libertação ou da evasão do recluso, nos casos previstos nos artigos 23.º e 97.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

u) Instruir o processo de concessão e revogação do indulto e proceder à respectiva aplicação;

v) Proferir a declaração de contumácia e decretar o arresto de bens, quanto a condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de pena de prisão ou de medida de internamento;

x) Decidir sobre o cancelamento provisório de factos ou decisões inscritos no registo criminal;

z) Julgar o recurso sobre a legalidade da transcrição nos certificados do registo criminal.

#### Artigo 92.º - Extensão da competência

Compete ainda ao tribunal de execução das penas garantir os direitos dos reclusos, pronunciando-se sobre a legalidade das decisões dos serviços prisionais nos casos e termos previstos na lei.»

#### Artigo 6.º - Alteração à Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto

O artigo 118.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 118.º [...]»

1 — Compete ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas competente, por sua iniciativa ou a requerimento da pessoa interessada, dar seguimento ao pedido de transferência.

2 — .....  
3 — .....  
4 — .....  
5 — .....»

#### Artigo 7.º

#### Alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto

Os artigos 124.º e 125.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 124.º - Competência

1 — Após o trânsito em julgado da sentença que determinou a aplicação de pena ou medida privativa da liberdade, compete ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a respectiva execução e decidir da sua modificação, substituição e extinção, sem prejuízo do disposto no artigo 371.º- A do Código de Processo Penal.

2 — Compete ainda ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a execução da prisão e do internamento preventivos, devendo as respectivas decisões ser comunicadas ao tribunal à ordem do qual o arguido cumpre a medida de coacção.

3 — Sem prejuízo de outras disposições legais, compete aos tribunais de execução das penas, em razão da matéria:

a) Homologar os planos individuais de readaptação, bem como os planos terapêuticos e de reabilitação de inimputável e de imputável portador de anomalia psíquica internado em estabelecimento destinado a inimputáveis, e as respectivas alterações;

b) Conceder e revogar licenças de saída jurisdicionais;

c) Conceder e revogar a liberdade condicional, a adaptação à liberdade condicional e a liberdade para prova; d) Determinar a execução da pena acessória de expulsão, declarando extinta a pena de prisão, e determinar a execução antecipada da pena acessória de expulsão;

e) Convocar o conselho técnico sempre que o entenda necessário ou quando a lei o preveja;

f) Decidir processos de impugnação de decisões dos serviços prisionais;

g) Definir o destino a dar à correspondência retida;

h) Declarar perdidos e dar destino aos objectos ou valores apreendidos aos reclusos;

i) Decidir sobre a modificação da execução da pena de prisão relativamente a reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada;

j) Ordenar o cumprimento da prisão em regime contínuo em caso de faltas de entrada no estabelecimento prisional não consideradas justificadas por parte do condenado em prisão por dias livres ou em regime de semidetenção;

l) Rever e prorrogar a medida de segurança de internamento de inimputáveis;

m) Decidir sobre a prestação de trabalho a favor da comunidade e sobre a sua revogação, nos casos de execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade;

n) Determinar o internamento ou a suspensão da execução da pena de prisão em virtude de anomalia psíquica sobrevinda ao agente durante a execução da pena de prisão e proceder à sua revisão;

o) Determinar o cumprimento do resto da pena ou a continuação do internamento pelo mesmo tempo, no caso de revogação da prestação de trabalho a favor da comunidade ou da liberdade condicional de indivíduo sujeito a execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade;

p) Declarar a caducidade das alterações ao regime normal de execução da pena, em caso de simulação de anomalia psíquica;

q) Declarar cumprida a pena de prisão efectiva que concretamente caberia ao crime cometido por condenado em pena relativamente indeterminada, tendo sido recusada ou revogada a liberdade condicional;

r) Declarar extinta a pena de prisão efectiva, a pena relativamente indeterminada e a medida de segurança de internamento;

s) Emitir mandados de detenção, de captura e de libertação;

t) Informar o ofendido da libertação ou da evasão do recluso, nos casos previstos nos artigos 23.º e 97.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

u) Instruir o processo de concessão e revogação do indulto e proceder à respectiva aplicação;

v) Proferir a declaração de contumácia e decretar o arresto de bens, quanto a condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de pena de prisão ou de medida de internamento;

x) Decidir sobre o cancelamento provisório de factos

ou decisões inscritos no registo criminal;

z) Julgar o recurso sobre a legalidade da transcrição nos certificados do registo criminal.

#### Artigo 125.º - **Extensão da competência**

Compete ainda ao tribunal de execução das penas garantir os direitos dos reclusos, pronunciando-se sobre a legalidade das decisões dos serviços prisionais nos casos e termos previstos na lei.»

#### Artigo 8.º - **Norma revogatória 1** — São revogados:

a) O Decreto -Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto;

b) O Decreto -Lei n.º 783/76, de 29 de Outubro;

c) A Lei n.º 36/96, de 29 de Agosto.

2 — São igualmente revogadas as seguintes disposições legais:

a) Os artigos 476.º, 480.º a 486.º, 488.º, 503.º, 505.º, 507.º e 509.º, o capítulo II do título IV e o título V do livro X do Código de Processo Penal;

b) O n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto.

#### Artigo 9.º - **Disposições transitórias**

1 — As disposições do livro II do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade não se aplicam aos processos iniciados anteriormente à sua vigência quando da sua aplicabilidade imediata possa resultar agravamento sensível e ainda evitável da situação processual do recluso ou quebra da harmonia e unidade dos vários actos do processo, continuando, nesses casos, os processos a reger -se, até final, pela legislação ora revogada.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a aplicação imediata das normas sobre renovação da instância nos processos de liberdade condicional.

3 — Para os efeitos previstos no artigo 145.º do Código, constituem-se em principais os primeiros autos registados e autuados após a data de entrada em vigor da presente lei.

#### Artigo 10.º - **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 23 de Julho de 2009.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 22 de Setembro de 2009.

Publique -se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

Referendada em 22 de Setembro de 2009.

O Primeiro- Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

### ANEXO CÓDIGO DA EXECUÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS PRIVATIVAS DA LIBERDADE LIVRO I

#### Da execução das penas e medidas privativas da liberdade

#### TÍTULO I

#### Aplicação

#### Artigo 1.º - **Âmbito de aplicação**

1 — O disposto no presente livro aplica -se à execução das penas e medidas privativas da liberdade nos

estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça e nos estabelecimentos destinados ao internamento de inimputáveis.

2 — O presente livro é regulamentado pelo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, adiante designado Regulamento Geral, aprovado por decreto -lei.

## **TÍTULO II**

### **Princípios gerais da execução e direitos e deveres do recluso**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Princípios gerais**

###### **Artigo 2.º - Finalidades da execução**

1 — A execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade visa a reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a protecção de bens jurídicos e a defesa da sociedade.

2 — A execução da prisão preventiva e do internamento preventivo visa assegurar a satisfação das exigências cautelares que justificaram a sua aplicação.

3

###### **Artigo 3.º - Princípios orientadores da execução**

1 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade assegura o respeito pela dignidade da pessoa humana e pelos demais princípios fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, nos instrumentos de direito internacional e nas leis.

2 — A execução respeita a personalidade do recluso e os seus direitos e interesses jurídicos não afectados pela sentença condenatória ou decisão de aplicação de medida privativa da liberdade.

3 — A execução é imparcial e não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum recluso, nomeadamente em razão do sexo, raça, língua, território de origem, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

4 — A execução respeita os princípios da especialização e da individualização do tratamento prisional do recluso, sem prejuízo do disposto no número anterior.

5 — A execução, na medida do possível, evita as consequências nocivas da privação da liberdade e aproxima-se das condições benéficas da vida em comunidade.

6 — A execução promove o sentido de responsabilidade do recluso, estimulando-o a participar no planeamento e na execução do seu tratamento prisional e no seu processo de reinserção social, nomeadamente através de ensino, formação, trabalho e programas.

7 — A execução realiza-se, na medida do possível, em cooperação com a comunidade.

###### **Artigo 4.º - Princípios orientadores especiais**

1 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas a jovens até aos 21 anos deve favorecer especialmente a reinserção social e fomentar o sentido de responsabilidade através do desenvolvimento de actividades e programas específicos nas áreas do ensino, orientação e formação profissional, aquisição de competências pessoais e sociais e prevenção e tratamento de comportamentos aditivos.

2 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas a maiores de 65 anos deve respeitar as suas necessidades específicas e o seu estado de saúde e de autonomia, nomeadamente garantindo -lhes o auxílio

necessário nas actividades da vida diária e assegurando-lhe condições de alojamento, segurança, actividades e programas especialmente adequados.

3 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas a mulheres deve ter em consideração as suas necessidades específicas, nomeadamente em matéria de saúde, higiene, protecção da maternidade e educação parental.

4 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas a reclusos estrangeiros ou pertencentes a minorias étnicas ou linguísticas deve, na medida do possível, permitir a expressão dos seus valores culturais, atenuar as eventuais dificuldades de integração social ou de domínio da língua portuguesa, designadamente proporcionando contactos com entidades consulares ou diplomáticas ou organizações de apoio aos imigrantes, cursos de português, tradução de documentos ou intervenção de intérpretes.

###### **Artigo 5.º - Individualização da execução**

1 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade orienta-se pelo princípio da individualização do tratamento prisional e tem por base a avaliação das necessidades e riscos próprios de cada recluso.

2 — O tratamento prisional consiste no conjunto de actividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação.

3 — O tratamento prisional é programado e faseado, favorecendo a aproximação progressiva à vida livre, através das necessárias alterações do regime de execução.

## **CAPÍTULO II**

### **Direitos e deveres do recluso**

###### **Artigo 6.º - Estatuto jurídico do recluso**

O recluso mantém a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação de medida privativa da liberdade e as impostas, nos termos e limites do presente Código, por razões de ordem e de segurança do estabelecimento prisional.

###### **Artigo 7.º - Direitos do recluso**

1 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade garante ao recluso, nomeadamente, os direitos:

a) À protecção da sua vida, saúde, integridade pessoal e liberdade de consciência, não podendo ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos;

b) Ao exercício dos direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais, incluindo o direito de sufrágio, salvo quando aquele for incompatível com o sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação da medida privativa da liberdade;

c) À liberdade de religião e de culto;

d) A ser tratado pelo nome e a que a situação de reclusão seja reservada, nos termos da lei, perante terceiros;

e) A manter contactos com o exterior, designadamente mediante visitas, comunicação à distância ou correspondência, sem prejuízo das limitações impostas por razões de ordem, segurança e disciplina ou resultantes do regime de execução da pena ou medida privativa da liberdade;

*f)* À protecção da vida privada e familiar e à inviolabilidade do sigilo da correspondência e outros meios de comunicação privada, sem prejuízo das limitações decorrentes de razões de ordem e segurança do estabelecimento prisional e de prevenção da prática de crimes;

*g)* A manter consigo filho até aos 3 anos de idade ou, excepcionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias;

*h)* A participar nas actividades laborais, de educação e ensino, de formação, religiosas, sócio-culturais, cívicas e desportivas e em programas orientados para o tratamento de problemáticas específicas;

*i)* A ter acesso ao Serviço Nacional de Saúde em condições idênticas às que são asseguradas a todos os cidadãos;

*j)* A ser pessoalmente informado, no momento da entrada no estabelecimento prisional, e esclarecido, sempre que necessário, sobre os seus direitos e deveres e normas em vigor;

*l)* A ter acesso ao seu processo individual e a ser informado sobre a sua situação processual e sobre a evolução e avaliação da execução da pena ou medida privativa da liberdade; *m)* A ser ouvido, a apresentar pedidos, reclamações, quei-

xas e recursos e a impugnar perante o tribunal de execução das penas a legalidade de decisões dos serviços prisionais;

*n)* À informação, consulta e aconselhamento jurídico por parte de advogado.

2 — No caso previsto na alínea *g)* do número anterior, são asseguradas ao menor assistência médica e actividades formativas e lúdicas adequadas à sua idade e às suas necessidades de desenvolvimento.

3 — Aos serviços prisionais cabe, em articulação com os competentes serviços públicos das áreas da saúde, educação, formação e emprego e segurança e acção social, assegurar o efectivo exercício dos direitos referidos nos números anteriores, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral.

#### Artigo 8.º - Deveres do recluso

Durante a execução das penas e medidas privativas da liberdade, o recluso tem, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral, os deveres de:

*a)* Permanecer ininterruptamente no estabelecimento prisional até ao momento da libertação, salvaguardados os casos de autorização de saída;

*b)* Apresentar -se pontualmente no estabelecimento prisional no termo de autorização de saída;

*c)* Cumprir as normas e disposições que regulam a vida no estabelecimento prisional e as ordens legítimas que receber dos funcionários prisionais no exercício das suas funções;

*d)* Observar conduta correcta, designadamente para com os funcionários prisionais, outras pessoas que desempenhem funções no estabelecimento prisional, autoridades judiciárias, entidades policiais e visitantes;

*e)* Observar conduta correcta para com os demais reclusos, não podendo, em caso algum, ocupar posição que lhe permita exercer qualquer tipo de poder ou coacção sobre estes;

*f)* Participar de imediato as circunstâncias que representem perigo considerável para a vida, integridade e saúde próprias ou de terceiro;

*g)* Sujeitar-se a testes para detecção de consumo de álcool e de substâncias estupefacientes, bem

como a rastreios de doenças contagiosas, sempre que razões de saúde pública ou as finalidades da execução da pena ou medida o justifiquem;

*h)* Respeitar os bens do Estado, de funcionários prisionais, dos reclusos e de terceiros;

*i)* Apresentar -se limpo e cuidado;

*j)* Participar nas actividades de limpeza, arrumação e manutenção do seu alojamento, respectivo equipamento e das instalações e equipamentos do estabelecimento prisional.

### TÍTULO III

#### Estabelecimentos prisionais

##### Artigo 9.º - Organização

1 — Os estabelecimentos prisionais podem ser constituídos por uma ou várias unidades, diferenciadas em função dos seguintes factores:

*a)* Situação jurídico-penal, sexo, idade, saúde física e mental e outros factores tendentes à especialização ou individualização do tratamento prisional do recluso;

*b)* Exigências de segurança;

*c)* Programas disponíveis;

*d)* Regimes de execução.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem existir estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados para a execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas:

*a)* A presos preventivos;

*b)* A reclusos que cumpram pena de prisão pela primeira vez;

*c)* A jovens até aos 21 anos ou, sempre que se revele benéfico para o seu tratamento prisional, até aos 25 anos;

*d)* A mulheres;

*e)* A reclusos que careçam de especial protecção.

3 — Podem ainda ser criadas nos estabelecimentos prisionais unidades mistas para execução das penas e medidas privativas da liberdade de reclusos casados entre si ou em união de facto, com vista a minorar os efeitos negativos da reclusão nos laços familiares e afectivos que os unem.

4 — Enquanto não vigorar o diploma previsto no n.º 3 do artigo 32.º, podem ainda existir estabelecimentos prisionais ou unidades de natureza hospitalar ou destinados à prestação de cuidados especiais de saúde, nomeadamente saúde mental, bem como destinados a inimputáveis ou a imputáveis internados, por decisão judicial, em estabelecimento destinado a inimputáveis, quando estes não devam ser internados em unidade de saúde mental não prisional, nos termos do n.º 2 do artigo 126.º

5 — Nos estabelecimentos prisionais ou unidades existem ainda sectores próprios destinados especificamente:

*a)* À colocação do recluso após o ingresso;

*b)* À colocação do recluso em cela de separação da restante população prisional;

*c)* À colocação do recluso em quarto de segurança junto do sector clínico;

*d)* À execução da medida disciplinar de internamento em cela disciplinar;

*e)* À colocação de recluso que se encontre em estado de particular vulnerabilidade.

##### Artigo 10.º - Classificação

1 — Os estabelecimentos prisionais são classificados por portaria do Ministro da Justiça, em função do nível de segurança e do grau de complexidade de gestão. 2 — Em função do nível de segurança, existem: a) Estabelecimentos de segurança especial;

b) Estabelecimentos de segurança alta;

c) Estabelecimentos de segurança média.

3 — Sem prejuízo da classificação atribuída nos termos do número anterior, os estabelecimentos prisionais podem incluir unidades de diferente nível de segurança criadas por despacho do director -geral dos Serviços Prisionais.

4 — A complexidade de gestão comporta um grau elevado e um grau médio e afere -se em função da classificação de segurança, da lotação, das características da população prisional, da diversidade de regimes, dos programas aplicados e da dimensão dos meios a gerir.

#### **Artigo 11.º - Estrutura e funcionamento dos estabelecimentos prisionais**

1 — A estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais são definidos no Regulamento Geral.

2 — Os cargos de director e de subdirector de estabelecimento prisional são providos por escolha, por despacho do Ministro da Justiça, sob proposta do director -geral dos Serviços Prisionais, sendo equiparados, para todos os efeitos legais, a dirigentes intermédios dos 1.º e 2.º graus, respectivamente.

### **TÍTULO IV Regimes de execução**

#### **Artigo 12.º**

##### **Modalidades e características**

1 — Tendo em conta a avaliação do recluso e a sua evolução ao longo da execução, as penas e medidas privativas da liberdade são executadas em regime comum, aberto ou de segurança, privilegiando-se o que mais favoreça a reinserção social, salvaguardados os riscos para o recluso e para a comunidade e as necessidades de ordem e segurança.

2 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime comum decorre em estabelecimento ou unidade de segurança alta e caracteriza-se pelo desenvolvimento de actividades em espaços de vida comum no interior do estabelecimento ou unidade prisional e dos contactos com o exterior permitidos nos termos da lei.

3 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime aberto decorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança média e favorece os contactos com o exterior e a aproximação à comunidade, admitindo duas modalidades:

a) O regime aberto no interior, que se caracteriza pelo desenvolvimento de actividades no perímetro do estabelecimento prisional ou imediações, com vigilância atenuada;

b) O regime aberto no exterior, que se caracteriza pelo desenvolvimento de actividades de ensino, formação profissional, trabalho ou programas em meio livre, sem vigilância directa.

4 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime de segurança decorre em estabelecimento ou unidade prisional de segurança especial e limita a vida em comum e os contactos com o exterior, admitindo a realização de actividades compatíveis com as particulares necessidades de manutenção da ordem e da segurança de bens jurídicos pessoais e patrimoniais.

#### **Artigo 13.º - Regime comum**

O recluso é colocado em regime comum quando a execução da pena ou medida privativa da liberdade não possa decorrer em regime aberto nem deva realizar -se em regime de segurança, nos termos dos artigos seguintes.

#### **Artigo 14.º - Regime aberto**

1 — O recluso condenado é colocado em regime aberto, com o seu consentimento, se:

a) Não for de recear que se subtraia à execução da pena ou medida privativa da liberdade ou que se aproveite das possibilidades que tal regime lhe proporciona para delinquir; e

b) O regime se mostrar adequado ao seu comportamento prisional, à salvaguarda da ordem, segurança e disciplina no estabelecimento prisional, à protecção da vítima e à defesa da ordem e da paz social.

2 — Verificados os pressupostos do número anterior, são colocados em regime aberto no interior os reclusos condenados em pena de prisão de duração igual ou inferior a um ano.

3 — Verificados os pressupostos do n.º 1, podem ser colocados em regime aberto no interior os reclusos condenados em pena de prisão de duração superior a um ano desde que tenham cumprido um sexto da pena.

4 — A colocação em regime aberto no exterior depende ainda do cumprimento de um quarto da pena, do gozo prévio de uma licença de saída jurisdicional com êxito e de que não se verifique pendência de processo que implique a prisão preventiva.

5 — A colocação do recluso em regime aberto cessa se deixarem de verificar-se os pressupostos previstos nos números anteriores ou se o recluso deixar de cumprir as condições estabelecidas aquando da sua concessão.

6 — A colocação do recluso em regime aberto e a sua cessação são da competência:

a) Do director do estabelecimento prisional, no caso de regime aberto no interior;

b) Do director-geral dos Serviços Prisionais, no caso de regime aberto no exterior.

7 — As decisões de colocação em regime aberto no interior, bem como de cessação deste, são comunicadas ao director -geral dos Serviços Prisionais.

8 — As decisões de colocação em regime aberto no exterior, bem como de cessação deste, são comunicadas ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas para verificação da legalidade.

9 — Os reclusos colocados em regime aberto estão sujeitos à realização periódica ou aleatória dos testes referidos na alínea g) do artigo 8.º

#### **Artigo 15.º - Regime de segurança**

1 — O recluso é colocado em regime de segurança quando a sua situação jurídico- penal ou o seu comportamento em meio prisional revelem, fundamentadamente, perigosidade incompatível com afectação a qualquer outro regime de execução.

2 — É susceptível de revelar a perigosidade referida no número anterior:

a) A indiciação ou condenação pela prática de facto que configure terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada ou a existência de fortes suspeitas de envolvimento neste tipo de criminalidade, sustentadas em informação escrita prestada por tribunal, órgão de polícia criminal ou serviço de segurança;

b) A assunção de comportamentos continuados ou isolados que representem perigo sério para bens jurídicos pessoais ou patrimoniais ou para a ordem, disciplina e segurança do estabelecimento prisional, designadamente os que se traduzam em intimidação, exploração ou condicionamento de outros reclusos ou funcionários;

c) O perigo sério de evasão ou de tirada, sustentado em informação escrita prestada por órgãos de polícia criminal, serviço de segurança ou pelos serviços prisionais.

3 — O acesso aos documentos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior pode ser negado ao recluso, por determinação do director-geral dos Serviços Prisionais, por se encontrarem classificados, nos termos da lei, ou por razões de ordem e segurança.

4 — As decisões de colocação, manutenção e cessação em regime de segurança são fundamentadas e competem ao director-geral dos Serviços Prisionais.

5 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime de segurança é obrigatoriamente reavaliada no prazo máximo de seis meses, ou de três meses no caso de recluso com idade até aos 21 anos, podendo sê-lo a todo o tempo se houver alteração de circunstâncias.

6 — As decisões de colocação e manutenção em regime de segurança, bem como as decisões de cessação, são comunicadas ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas para verificação da legalidade.

#### TÍTULO V

#### Ingresso, afectação, programação do tratamento prisional e libertação

##### Artigo 16.º - Princípios de ingresso

1 — O ingresso do recluso deve ter lugar sem a presença de outros reclusos e com respeito pela sua privacidade.

2 — Ao recluso são de imediato comunicados os seus direitos e deveres, explicados e traduzidos, se necessário, e garantido o direito de contactar familiar, pessoa da sua confiança e advogado.

3 — Ao recluso estrangeiro ou apátrida é também garantido o direito de contactar a respectiva entidade diplomática ou consular ou outra representativa dos seus interesses.

4 — Ao recluso é entregue documento onde constem os seus direitos e deveres.

5 — O recluso é sujeito a revista pessoal, com respeito pela sua dignidade e integridade e pelo seu sentimento de pudor.

6 — Os objectos, valores e documentos do recluso são examinados, inventariados e devidamente guardados, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 6 do artigo 26.º e 2 do artigo 56.º 7 — O ingresso do recluso é registado.

8 — O recluso é apresentado ao director do estabelecimento prisional com a brevidade possível.

9 — O Regulamento Geral concretiza os procedimentos de ingresso.

##### Artigo 17.º - Ingresso

O ingresso de recluso em estabelecimento prisional só pode ter lugar nos seguintes casos:

a) Mandado do tribunal que determine a execução da pena ou medida privativa da liberdade;

b) Mandado de detenção;

c) Captura, em caso de evasão ou ausência não autorizada;

d) Apresentação voluntária, que é sujeita a confirmação junto do tribunal competente;

e) Decisão da autoridade competente no âmbito da cooperação judiciária internacional em matéria penal;

f) Transferência;

g) Em trânsito entre estabelecimentos prisionais.

##### Artigo 18.º - Processo individual do recluso

1 — Para cada recluso é organizado um processo individual único relativo à sua situação processual e prisional, que é aberto ou reaberto no momento do ingresso e o acompanha durante o seu percurso prisional, mesmo em caso de transferência.

2 — O processo não é reaberto se se referir a factos já cancelados do registo criminal, caso em que é aberto um novo processo.

3 — O processo individual contém todos os elementos necessários para a realização das finalidades da execução, incluindo o plano individual de readaptação e as necessidades de segurança e ordem no estabelecimento.

4 — A consulta do processo individual é limitada ao recluso ou seu representante legal, ao seu advogado, à direcção do estabelecimento, aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento do recluso, ao responsável pelos serviços de vigilância, aos serviços de reinserção social, aos serviços de inspecção e ao Ministério Público e ao juiz do tribunal de execução das penas, ficando as pessoas que a ele acederem obrigadas a sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.

5 — O acesso a documentos classificados e a documentos nominativos de terceiros que constem do processo individual rege-se pelo disposto na lei geral.

6 — Quando o director entenda que o conhecimento de determinados elementos constantes do processo individual pode pôr em causa a ordem e segurança no estabelecimento prisional, determina que o acesso a esses elementos é reservado a quem seja por si autorizado.

##### Artigo 19.º - Avaliação do recluso

1 — Após o ingresso no estabelecimento prisional, o recluso é alojado em sector próprio destinado à admissão, onde permanece por período não superior a 15 dias, iniciando-se de imediato a sua avaliação através da recolha de elementos que, no prazo de 72 horas após o ingresso, permitam ao director do estabelecimento determinar:

a) Os cuidados de saúde a prestar ao recluso, mediante avaliação clínica;

b) As exigências de segurança, tendo em conta o eventual perigo de fuga, os riscos para a segurança de terceiros ou do próprio e a particular vulnerabilidade do recluso;

c) O apoio a prestar ao recluso na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes.

2 — A avaliação do recluso condenado tem em conta, designadamente, a natureza do crime cometido, a duração da pena, o meio familiar e social, as habilitações, o estado de saúde, o eventual estado de vulnerabilidade, os riscos para a segurança do próprio e de terceiros e o perigo de fuga e os riscos resultantes para a comunidade e para a vítima.

3 — A informação actualizada sobre o meio familiar e social do recluso, bem como sobre a eventual execução anterior de penas, é recolhida e transmitida pelos serviços de reinserção social, podendo ser solicitados elementos adicionais junto de outras entidades.

4 — Se o recluso der entrada no estabelecimento prisional já condenado por sentença transitada em julgado, a avaliação e a programação do tratamento prisional adequado

ou a elaboração do plano individual de readaptação, sempre que este seja obrigatório, são concluídas no prazo de 60 dias.

5 — A avaliação do recluso preventivo, tendo presente o princípio da presunção da inocência, é completada no prazo de 60 dias e visa a recolha de informação necessária à afectação adequada, à escolha do regime de execução e, com o seu consentimento, à inclusão em actividades e programas de tratamento.

6 — Para efeitos de reexame dos pressupostos ou de decisão sobre revogação ou substituição da prisão preventiva, nos termos do Código de Processo Penal, o juiz pode ter em conta a avaliação referida no número anterior.

7 — Se o recluso preventivo vier a ser condenado por sentença transitada em julgado, procede -se, no prazo de 60 dias, à actualização da respectiva avaliação e à programação do tratamento prisional adequado ou à elaboração do plano individual de readaptação, sempre que este seja obrigatório.

#### **Artigo 20.º - Afectação a estabelecimento prisional ou unidade**

1 — A afectação tem em conta a organização dos estabelecimentos prisionais e a avaliação do recluso, ponderando-se também:

a) A situação jurídico- penal, o sexo, a idade e o estado de saúde do recluso, o cumprimento anterior de pena de prisão, a natureza do crime cometido e a duração da pena a cumprir;

b) As exigências de ordem e segurança;

c) O regime de execução da pena;

d) A proximidade ao seu meio familiar, social, escolar e profissional, as vantagens em promovê-la e as exigências de aproximação à vida livre;

e) A necessidade de participação em determinados programas e actividades, incluindo as educativas;

f) A necessidade de especial protecção ou de satisfação de necessidades específicas.

2 — Sempre que possível, o recluso condenado deve ser ouvido sobre a sua afectação.

3 — A afectação a estabelecimento prisional ou unidade é da competência do director -geral dos Serviços Prisionais, sendo comunicada aos tribunais competentes e demais entidades nos termos do Regulamento Geral.

#### **Artigo 21.º - Plano individual de readaptação**

1 — Sempre que a pena, soma das penas ou parte da pena não cumprida exceda um ano, o tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, o qual é periodicamente avaliado e actualizado, nos termos previstos no Regulamento Geral.

2 — Independentemente da duração da pena, o plano individual de readaptação é obrigatório nos casos de reclusos até aos 21 anos ou de condenação em pena relativamente indeterminada.

3 — O plano individual de readaptação visa a preparação para a liberdade, estabelecendo as medidas e actividades adequadas ao tratamento prisional do recluso, bem como a sua duração e faseamento, nomeadamente nas áreas de ensino, formação, trabalho, saúde, actividades sócio-culturais e contactos com o exterior.

4 — A elaboração do plano individual de readaptação sustenta -se na avaliação do recluso, efectuada nos termos do artigo 19.º

5 — Na elaboração do plano individual de readaptação deve procurar-se obter a participação e adesão do recluso.

6 — No caso de recluso menor, o plano individual de readaptação é também elaborado com a participação dos pais, do representante legal ou de quem tenha a sua guarda, se houver benefício para a sua reinserção social.

7 — O plano individual de readaptação e as suas alterações são aprovados pelo director do estabelecimento prisional e homologados pelo tribunal de execução das penas.

8 — Um exemplar do plano individual de readaptação e das respectivas actualizações é entregue ao recluso.

#### **Artigo 22.º - Transferência**

1 — O recluso pode ser transferido para estabelecimento prisional ou unidade diferente daquele a que está afecto, para favorecer o seu tratamento prisional, a aproximação ao meio familiar e social, a execução do plano individual de readaptação, o tratamento médico e por razões de ordem e segurança.

2 — Sempre que possível e salvo se se opuserem fundadas razões de ordem e segurança, o recluso é ouvido sobre a proposta de transferência e os seus fundamentos.

3 — A decisão de transferência é fundamentada e compete ao director- geral dos Serviços Prisionais, por sua iniciativa, sob proposta do estabelecimento ou a requerimento do recluso, sendo comunicada aos tribunais competentes e, salvo fundadas razões de ordem e segurança, ao próprio e a pessoa ou pessoas por ele indicadas.

4 — O transporte do recluso efectua- se em condições que assegurem a privacidade do recluso e o arejamento, iluminação e segurança adequados.

5 — O Regulamento Geral dispõe sobre os procedimentos organizativos e logísticos relativos à transferência e ao transporte de reclusos.

#### **Artigo 23.º - Mandado de libertação**

1 — O recluso é libertado por mandado do tribunal competente.

2 — Em caso de urgência, a libertação pode ser ordenada por qualquer meio de comunicação devidamente autenticado, remetendo- se posteriormente o respectivo mandado.

3 — Quando considerar que a libertação do recluso pode criar perigo para o ofendido, o tribunal competente informa- o da data da libertação, reportando- o igualmente à entidade policial da área da residência do ofendido.

#### **Artigo 24.º - Momento da libertação**

1 — A libertação tem lugar durante a manhã do último dia do cumprimento da pena.

2 — Se o último dia do cumprimento da pena for sábado, domingo ou feriado, a libertação pode ter lugar no dia útil imediatamente anterior se a duração da pena justificar e a tal se não opuserem razões de assistência.

3 — Quando as razões referidas no número anterior o permitirem e o feriado nacional for o 25 de Dezembro, a libertação deve ter lugar durante a manhã do dia 23.

4 — O momento da libertação pode ser antecipado de dois dias quando razões prementes de reinserção social o justificarem.

5 — O disposto nos números anteriores não é aplicável à prisão em regime de semidetenção nem à prisão subsidiária da multa quando não tenha duração superior a 15 dias.

6 — Compete ao director do estabelecimento prisional escolher o momento da libertação, dentro dos limites estabelecidos nos números anteriores.

#### Artigo 25.º - **Libertação**

1 — Sempre que possível, o recluso é examinado pelo médico em momento anterior à libertação e, no caso de o médico considerar por escrito que a saída imediata representa perigo para a sua vida ou perigo grave para a sua saúde, o director do estabelecimento prisional, obtido o consentimento do recluso, pode autorizar a sua permanência neste pelo tempo estritamente indispensável à concretização do ingresso em estabelecimento de saúde adequado, no exterior, devendo solicitar a participação dos serviços de saúde e de apoio social competentes.

2 — O regime previsto no número anterior aplica-se à libertação de reclusa durante gravidez ou puerpério ou após interrupção de gravidez.

3 — A autorização prevista no n.º 1 é comunicada ao director-geral dos Serviços Prisionais e ao tribunal que tiver emitido o mandado de libertação.

4 — No momento da libertação, são devolvidos ao recluso os objectos, valores e documentos que lhe pertençam.

5 — O Regulamento Geral concretiza os procedimentos a adoptar no momento da libertação.

### TÍTULO VI

#### Instalações prisionais, vestuário e alimentação

##### CAPÍTULO I - **Instalações prisionais**

###### Artigo 26.º - **Alojamento**

1 — Os reclusos são alojados em cela individual.

2 — Os reclusos podem ser alojados em comum, em função dos regimes de execução e por razões familiares, de tratamento, de prevenção de riscos físicos ou psíquicos, desde que motivos de ordem e segurança não o desaconselhem.

3 — Fora dos casos previstos no número anterior, os reclusos só podem ser alojados em comum em caso de insuficiência temporária de alojamento.

4 — Os espaços de alojamento respeitam a dignidade do recluso e satisfazem as exigências de segurança e de habitabilidade, designadamente quanto a higiene, luz natural e artificial, adequação às condições climatéricas, ventilação, cubagem e mobiliário.

5 — O recluso que, nos termos do presente Código, mantenha consigo filho menor, é alojado em instalações adequadas à vida em comum de ambos.

6 — O recluso pode manter consigo objectos a que atribua particular valor afectivo, de uso pessoal e para a sua vida diária, devidamente registados, que pelo seu valor e utilização não comprometam a ordem, a segurança e a disciplina do estabelecimento prisional, devendo os serviços prisionais fornecer ao recluso meios que lhe permitam guardar esses objectos em segurança.

7 — É assegurada ao recluso a possibilidade de contactar permanentemente com pessoal dos serviços de vigilância e segurança.

8 — O Regulamento Geral regula os equipamentos existentes nos espaços de alojamento e as condições da sua utilização, a posse e uso de objectos pelo recluso e a permanência de filho menor em estabelecimento prisional.

###### Artigo 27.º - **Higiene**

1 — É assegurado ao recluso o acesso a instalações sanitárias em condições de higiene e que garantam, na medida do possível, a sua privacidade.

2 — São assegurados ao recluso um banho diário, a uma temperatura adequada à estação do ano, e os artigos e utensílios necessários à manutenção da sua higiene pessoal e

da do seu alojamento, nos termos e condições definidos pelo Regulamento Geral.

3 — O banho e o corte de cabelo ou de barba podem ser impostos por particulares razões de ordem sanitária.

#### Artigo 28.º - **Posse de objectos e valores**

1 — O recluso apenas pode ter em seu poder os objectos e valores permitidos nos termos do n.º 6 do artigo 26.º

2 — Os objectos e valores proibidos por lei geral são apreendidos, dando-se-lhes o destino que esta determinar.

3 — Os objectos e valores proibidos nos termos do presente Código e do Regulamento Geral são igualmente apreendidos, procedendo-se do seguinte modo:

a) São destruídos aqueles que se mostrem irremediavelmente deteriorados e insusceptíveis de qualquer aplicação útil e os que possam pôr em causa a integridade física de terceiro ou do próprio, sem prejuízo da sua conservação pelo tempo necessário para efeitos probatórios ou de investigação criminal;

b) Os restantes têm o destino fixado no Regulamento Geral, podendo, conforme os casos, ser devolvidos a terceiro indicado pelo recluso, depositados e entregues no momento da libertação ou declarados perdidos pelo tribunal de execução das penas.

#### Artigo 29.º - **Instalações para actividades da vida diária**

1 — Os estabelecimentos prisionais dispõem de instalações e de equipamentos com as características adequadas às necessidades da vida diária, designadamente de ensino, formação, trabalho, saúde, higiene, sócio-culturais, desportivas e de culto religioso.

2 — O Regulamento Geral dispõe sobre as condições de utilização das instalações para actividades da vida diária.

#### CAPÍTULO II - **Vestuário e alimentação**

##### Artigo 30.º - **Vestuário e roupa de cama**

1 — O recluso pode usar vestuário próprio, desde que seja adequado e por ele mantido em boas condições de conservação e higiene.

2 — O Regulamento Geral pode prever que os reclusos colocados em regime de segurança utilizem o vestuário fornecido pelo estabelecimento prisional.

3 — O vestuário fornecido pelo estabelecimento prisional deve ser adaptado às condições climatéricas, não pode ter características degradantes ou humilhantes, é mantido em boas condições de conservação e higiene e substituído sempre que necessário.

4 — No decurso de licenças de saída, o recluso usa o vestuário próprio ou outro que não permita a sua identificação como recluso.

5 — O estabelecimento prisional fornece roupa de cama adequada à estação do ano, que mantém e substitui de modo a assegurar o seu bom estado de conservação e limpeza.

6 — O Regulamento Geral regula as quantidades, tipologias, conservação e destruição por razões de higiene do vestuário.

##### Artigo 31.º - **Alimentação**

1 — O estabelecimento prisional assegura ao recluso refeições em quantidade, qualidade e apresentação que correspondam às exigências dietéticas, às especificidades da idade, do estado de saúde, natureza do trabalho prestado,



estação do ano e clima e às suas convicções filosóficas e religiosas.

2 — A Direcção -Geral dos Serviços Prisionais assegura, com regularidade, o controlo de qualidade, bem como da composição e valor nutricional das refeições ministradas nos estabelecimentos.

3 — O recluso deve ter permanentemente à sua disposição água potável.

4 — O recluso pode receber pequenas ofertas de alimentos do exterior, excepto se estiver colocado em regime de segurança, e adquirir a expensas suas, através do serviço de cantina do estabelecimento prisional, géneros alimentícios e produtos ou objectos úteis para a sua vida diária desde que razões de saúde, higiene e segurança não o desaconselhem.

5 — O Regulamento Geral dispõe sobre os alimentos que o recluso pode receber do exterior ou adquirir a expensas suas, designadamente o tipo, quantidade, acondicionamento e frequência.

## TÍTULO VII

### Saúde

#### Artigo 32.º - Princípios gerais de protecção da saúde

1 — Após o ingresso no estabelecimento prisional e durante o cumprimento da pena ou medida privativa da liberdade, incluindo licença de saída, é garantido ao recluso o acesso a cuidados de saúde em condições de qualidade e de continuidade idênticas às que são asseguradas a todos os cidadãos.

2 — O recluso é, para todos os efeitos, utente do Serviço Nacional de Saúde.

3 — O acesso e a prestação de cuidados de saúde são assegurados nos termos de diploma próprio e do Regulamento Geral.

4 — O recluso pode, a expensas suas, ser assistido por médico da sua confiança, em articulação com os serviços clínicos do estabelecimento prisional.

5 — Aos reclusos vítimas de maus tratos físicos, psicológicos ou sexuais e que sofrem de doenças crónicas é garantido o acesso a cuidados específicos e continuados.

6 — A cada recluso corresponde um processo clínico individual, distinto e autónomo do processo individual previsto no artigo 18.º, que o acompanha durante o seu percurso prisional, incluindo em caso de transferência, sendo a sua confidencialidade garantida nos termos gerais.

#### Artigo 33.º - Defesa e promoção da saúde

1 — São assegurados ao recluso aconselhamento e informação que lhe permitam:

a) Manter a sua higiene pessoal, a do seu espaço de alojamento e a das demais instalações do estabelecimento prisional;

b) Adoptar estilos de vida saudável, evitando comportamentos de risco e abstendo-se de actos lesivos da sua integridade pessoal e da de terceiros;

c) Colaborar, nos termos da lei, com as acções de profilaxia promovidas pelo Serviço Nacional de Saúde e pelos serviços prisionais;

d) Seguir, nos termos da lei, as prescrições e procedimentos que lhe forem fixados pelo competente pessoal de saúde.

2 — Podem ser impostos ao recluso rastreios de doenças contagiosas, de acordo com as orientações dos serviços clínicos, sempre que razões de saúde pública ou as finalidades da execução da pena ou medida o justifiquem.

3 — Podem ser realizados, com consentimento do recluso, rastreios de doenças transmissíveis, de acordo com as orientações dos serviços clínicos.

#### Artigo 34.º - Cuidados de saúde em ambulatório e internamento hospitalar não prisional

1 — O director do estabelecimento prisional pode, sob proposta dos serviços clínicos, autorizar a saída do recluso para receber cuidados de saúde ambulatórios.

2 — A reclusa grávida é autorizada a dar à luz em estabelecimento hospitalar.

3 — O internamento em unidade de saúde não prisional depende de autorização do director-geral dos Serviços Prisionais, salvo urgência médica, caso em que o director do estabelecimento prisional determina o internamento, comunicando-o de imediato ao director-geral.

4 — A vigilância do recluso internado é garantida pelos serviços prisionais.

5 — O recluso internado tem direito a receber visitas nos termos previstos no presente Código, sem prejuízo das limitações impostas por razões médicas ou de ordem e segurança e pelos regulamentos hospitalares.

#### Artigo 35.º - Cuidados de saúde coactivamente impostos

1 — As intervenções e os tratamentos médico-cirúrgicos e a alimentação não podem ser coactivamente impostos, salvo nas situações previstas no presente artigo e nos termos da lei.

2 — As intervenções e os tratamentos médico-cirúrgicos podem ser coactivamente impostos ao recluso em caso de perigo para a vida ou de perigo grave para o corpo ou para a saúde de outras pessoas.

3 — As intervenções e os tratamentos médico-cirúrgicos e a alimentação podem ainda ser coactivamente impostos se existir perigo para a vida ou perigo grave para o corpo ou para a saúde do recluso e se o seu estado lhe retirar o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance da recusa.

4 — As intervenções e os tratamentos médico-cirúrgicos e a alimentação coactivos limitam-se ao necessário e não podem criar perigo para a vida ou perigo grave para o corpo ou para a saúde do recluso.

5 — As intervenções e os tratamentos médico-cirúrgicos e a alimentação coactivos são ordenados por despacho fundamentado do director do estabelecimento prisional e executados ou ministrados sob direcção médica, sem prejuízo da prestação dos primeiros socorros quando o médico não puder comparecer em tempo útil e o adiamento implicar perigo para a vida ou perigo grave para o corpo ou saúde do recluso.

6 — As intervenções, os tratamentos médico-cirúrgicos e a alimentação coactivamente impostos são imediatamente comunicados ao director-geral dos Serviços Prisionais.

#### Artigo 36.º - Comunicação em caso de internamento, doença grave ou morte

1 — A doença grave ou o internamento hospitalar de recluso são comunicados, com o seu consentimento, a pessoa ou pessoas por ele indicadas.

2 — Se o estado de saúde do recluso o impedir de dar o seu consentimento e não havendo declaração sua em contrário anterior a esse estado, o internamento hospitalar é comunicado ao cônjuge ou a pessoa, de outro ou do mesmo

sexo, com quem o recluso mantenha uma relação análoga à dos cônjuges e ao seu advogado.

3 — A morte do recluso é comunicada às pessoas referidas nos números anteriores, ao director -geral dos Serviços Prisionais, aos tribunais competentes, à Procuradoria- Geral da República, aos serviços de identificação civil, da segurança social e da administração fiscal e, tratando- se de estrangeiro, ao respectivo representante diplomático ou consular e ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, havendo indício de morte violenta ou de causa desconhecida, preserva -se o local da ocorrência e informam -se imediatamente os órgãos de polícia criminal, o Ministério Público e as entidades de saúde competentes, nos termos do Regulamento Geral.

#### **Artigo 37.º - Deveres do pessoal clínico**

1 — Compete ao médico ou a outra pessoa legalmente autorizada que exerçam funções no estabelecimento prisional acompanhar a evolução da saúde física e mental dos reclusos e, em especial:

- a) Garantir a observação do recluso, nos casos e com a periodicidade exigidos no presente Código e no Regulamento Geral;
  - b) Manter actualizado o processo clínico individual do recluso, registando todas as queixas e resultados de exames e a descrição pormenorizada de lesões acidentais ou resultantes de acção directa do próprio ou de terceiro;
  - c) Criar, em articulação com os serviços de saúde do exterior, as condições necessárias à continuação de tratamento médico após a libertação do recluso.
- 2 — O pessoal clínico comunica imediatamente, por escrito, ao director do estabelecimento prisional:
- a) A existência de doenças que requeiram medidas especiais de redução de riscos de transmissibilidade;
  - b) Sintomas de privação do consumo de estupefacientes, de medicamentos ou de álcool;
  - c) A pressão psicológica ou emocional relacionada com a privação da liberdade, particularmente no caso de reclusos em regime de segurança;
  - d) A existência de sinais indiciadores de violência física;
  - e) Problemas de saúde física ou mental que possam dificultar o processo de reinserção social;
  - f) A alteração da aptidão física e mental dos reclusos para o trabalho e demais actividades proporcionadas pelo estabelecimento prisional.

3 — O médico ou outra pessoa legalmente autorizada e tecnicamente habilitada efectua inspecções regulares ao estabelecimento prisional e apresentam ao director recomendações em matéria de:

- a) Quantidade, qualidade, preparação e distribuição de alimentos;
- b) Higiene e limpeza do estabelecimento prisional e da pessoa dos reclusos;
- c) Instalações sanitárias, aquecimento, iluminação e ventilação do estabelecimento prisional, incluindo as celas.

4 — O director do estabelecimento prisional toma em consideração as comunicações referidas no n.º 2 e as recomendações referidas no número anterior e dá -lhes cumprimento adequado, ou, caso delas discorde, transmite-as, acompanhadas do seu parecer, ao director -geral dos Serviços Prisionais.

## **TÍTULO VIII**

### **Ensino, formação profissional, trabalho, programas e actividades**

#### **CAPÍTULO I - Ensino e formação profissional**

##### **Artigo 38.º - Ensino**

1 — O ensino organiza- se em conexão com a formação profissional e o trabalho, de modo a promover condições de empregabilidade e de reinserção social, no quadro das políticas nacionais de educação e de emprego e formação de adultos.

2 — A escolaridade obrigatória é assegurada com carácter prioritário a reclusos jovens ou iletrados.

3 — Deve promover- se a frequência pelo recluso de outros níveis de escolaridade, designadamente através do recurso a meios de ensino à distância.

4 — Ao recluso com necessidades educativas especiais é garantido o apoio que lhe permita aceder ao ensino em condições idênticas às dos restantes reclusos.

5 — Ao recluso estrangeiro, de língua materna diferente da portuguesa, é garantido o acesso a programas de ensino da língua portuguesa, pelo menos quando o tempo de pena a cumprir exceda um ano.

6 — Dos certificados de habilitações ou diplomas não pode resultar a condição de recluso.

7 — Os ministérios responsáveis pelas áreas da educação e do ensino superior asseguram as actividades de ensino nos estabelecimentos prisionais, nos termos da lei.

##### **Artigo 39.º - Incentivos ao ensino**

1 — A frequência assídua de cursos de ensino considera-se tempo de trabalho, sendo atribuído ao recluso um subsídio de montante fixado por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

2 — O aproveitamento escolar, a assiduidade e o comportamento no espaço educativo são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena e para efeito de atribuição de prémios.

3 — O Regulamento Geral concretiza as matérias referidas nos números anteriores.

##### **Artigo 40.º - Formação profissional**

1 — Nos estabelecimentos prisionais são desenvolvidas acções de formação e aperfeiçoamento profissionais que, considerando as necessidades e aptidões do recluso, privilegiem a sua empregabilidade.

2 — A organização da formação profissional enquadra-se nas políticas nacionais de educação e formação de adultos e tem em conta os recursos existentes nos estabelecimentos prisionais em matéria de trabalho e de desenvolvimento de actividades produtivas.

3 — Na organização da formação profissional atende -se especialmente às necessidades específicas dos reclusos jovens ou com necessidades educativas especiais.

4 — A frequência assídua de acções de formação e de aperfeiçoamento profissionais considera- se tempo de trabalho, sendo atribuída ao recluso uma bolsa de formação, nas condições e termos fixados na lei e no Regulamento Geral.

5 — O aproveitamento, a assiduidade e o comportamento nas acções de formação e de aperfeiçoamento profissionais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena.

6 — Dos certificados de frequência de acções de formação e aperfeiçoamento profissionais não pode resultar a condição de recluso.

## **CAPÍTULO II**

### **Trabalho e actividade ocupacional**

#### **Artigo 41.º - Princípios gerais do trabalho**

1 — O trabalho visa criar, manter e desenvolver no recluso capacidades e competências para exercer uma actividade laboral após a libertação.

2 — Deve ser assegurado ao recluso, de acordo com as ofertas disponíveis, trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial, tendo em conta as suas aptidões, capacidades, preparação e preferências, sem prejuízo do acesso ao ensino e à formação profissional e da participação nos programas referidos no capítulo seguinte.

3 — O trabalho deve respeitar a dignidade do recluso e as condições de higiene, de saúde e de segurança exigidas para trabalho análogo em liberdade, não podendo ser-lhe atribuídas, designadamente, tarefas perigosas ou insalubres nem ser prejudicado o seu direito ao descanso e ao lazer.

4 — O trabalho não se subordina exclusivamente a finalidades lucrativas ou a interesses económicos do estabelecimento prisional ou de terceiro.

5 — É devida remuneração equitativa pelo trabalho prestado.

6 — A assiduidade e o empenho do recluso nas actividades laborais são tidos em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena.

#### **Artigo 42.º - Organização do trabalho**

1 — O trabalho é realizado no interior ou no exterior dos estabelecimentos prisionais e pode também ser promovido com a colaboração de entidades públicas ou privadas, sob supervisão e coordenação dos serviços prisionais, compreendendo:

*a)* O trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial;

*b)* O trabalho organizado pelos estabelecimentos prisionais nas suas próprias instalações, que não se enquadre na alínea *a)*, e os serviços auxiliares e de manutenção das instalações e equipamentos.

2 — A organização e os métodos de trabalho aproximam-se dos que vigoram em liberdade, a fim de preparar o recluso para as condições normais de trabalho análogo da vida em sociedade.

3 — O recluso pode ser autorizado pelo director do estabelecimento prisional a trabalhar por conta própria, no âmbito do planeamento do seu tratamento prisional.

#### **Artigo 43.º - Trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial**

1 — O trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial assenta numa relação jurídica especial de trabalho, cuja disciplina consta de diploma próprio.

2 — O trabalho em unidades produtivas de natureza empresarial pode ser organizado pelo estabelecimento prisional ou promovido com a colaboração de entidades públicas ou privadas.

3 — A relação jurídica especial de trabalho referida no n.º 1 segue o regime geral das relações de trabalho em liberdade, ressalvadas as limitações decorrentes da execução das medidas privativas da liberdade.

4 — O diploma referido no n.º 1 determina os sujeitos da relação jurídica especial de trabalho, os seus direitos e deveres, nomeadamente quanto à remuneração, horário, duração, descanso sem perda de remuneração, contribuições sociais, acesso ao subsídio de desemprego e a outros mecanismos de protecção social, protecção por acidentes de trabalho e doenças profissionais, suspensão e dissolução da relação laboral e as condições de desenvolvimento de actividades económicas por outras entidades nos estabelecimentos prisionais, incluindo apoios e incentivos a estas entidades.

5 — O diploma previsto no n.º 1 regula também o trabalho de natureza empresarial realizado por conta própria.

#### **Artigo 44.º - Trabalho desenvolvido pelos estabelecimentos prisionais**

1 — Pelo trabalho organizado pelos estabelecimentos prisionais nas suas próprias instalações que não se enquadre na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 42.º e pela prestação de serviços auxiliares e de manutenção ou melhoria das instalações e equipamentos prisionais é devida remuneração fixada por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, tendo em atenção a natureza da actividade ou do serviço e a sua duração.

2 — Os reclusos que prestem os serviços referidos no presente artigo beneficiam de protecção em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais nos termos gerais.

#### **Artigo 45.º - Actividade ocupacional**

1 — Aos reclusos é proporcionada a realização de actividades ocupacionais de natureza artesanal, intelectual ou artística, em função das disponibilidades existentes em cada estabelecimento prisional.

2 — A receita líquida proveniente da actividade ocupacional é atribuída ao recluso.

#### **Artigo 46.º - Destino e repartição da remuneração**

1 — As remunerações e outras receitas são repartidas em quatro partes iguais, que são afectas à constituição de fundos com as seguintes finalidades:

*a)* Uso pessoal pelo recluso, designadamente em despesas da sua vida diária;

*b)* Apoio à reinserção social, a ser entregue ao recluso no momento da sua libertação e, excepcionalmente, apoio no gozo de licenças de saída;

*c)* Pagamento, por esta ordem, de indemnizações, multas, custas e outras obrigações emergentes da condenação;

*d)* Pagamento de obrigações de alimentos.

2 — No caso de o condenado não se encontrar sujeito às obrigações previstas nas alíneas *c)* ou *d)* do número anterior, o montante que lhes corresponde é repartido em partes iguais pelos restantes fundos.

3 — Atendendo a circunstâncias especiais, o director-geral dos Serviços Prisionais pode autorizar uma repartição diferente da prevista no presente artigo.

## **CAPÍTULO III - Programas**

#### **Artigo 47.º - Princípios orientadores**

1 — A execução das penas e medidas privativas da liberdade integra a frequência de programas específicos que permitam a aquisição ou o reforço de competências pessoais e sociais, de modo a promover a convivência ordenada no estabelecimento prisional e a favorecer a adopção de comportamentos socialmente responsáveis.

2 — Os programas são diferenciados, tendo em conta a idade, o sexo, a origem étnica e cultural, o estado de

vulnerabilidade, os perfis e problemáticas criminais, as necessidades específicas de reinserção social do recluso e os factores criminógenos, designadamente os comportamentos aditivos.

3 — Os programas, atendendo à sua finalidade, podem prever a realização dos testes referidos na alínea g) do artigo 8.º

4 — O recluso pode participar, com o seu consentimento, em programas de justiça restaurativa, nomeadamente através de sessões de mediação com o ofendido.

5 — A frequência de programas no âmbito do planeamento do tratamento prisional pode ser considerada tempo de trabalho, podendo ser atribuídos ao recluso subsídios de montante fixado por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

6 — A participação do recluso em programas é tida em conta para efeitos de flexibilização da execução da pena.

#### Artigo 48.º - Concepção e execução dos programas

1 — Na concepção, execução e avaliação de programas, os serviços prisionais podem obter a colaboração de instituições universitárias e outras entidades especializadas.

2 — Os programas são aprovados pelo Ministro da Justiça, sob proposta do director-geral dos Serviços Prisionais.

### CAPÍTULO IV - Actividades

#### Artigo 49.º - Actividades sócio- culturais e desportivas

1 — São organizadas nos estabelecimentos prisionais actividades sócio -culturais e recreativas, designadamente através da existência de bibliotecas, de serviço de leitura, de videotecas e de programas diversificados de animação cultural, das quais os reclusos possam usufruir, tendo em vista o seu bem -estar e o desenvolvimento das suas aptidões.

2 — São organizadas nos estabelecimentos prisionais actividades desportivas, sob orientação técnica adequada, a fim de assegurar o bem- estar físico e psíquico do recluso e de favorecer o espírito de convivência social ordenada.

3 — O recluso deve ser incentivado a participar na programação e na organização das actividades referidas nos números anteriores, sem prejuízo da manutenção da ordem e segurança.

4 — O Regulamento Geral dispõe sobre as condições de organização e fruição destas actividades.

#### Artigo 50.º - Tempo livre

1 — As actividades no estabelecimento prisional são organizadas de forma a garantir ao recluso tempos livres e de descanso, nos termos do Regulamento Geral.

2 — O recluso pode organizar o seu próprio tempo livre, com respeito pela disciplina, ordem e segurança do estabelecimento prisional.

#### Artigo 51.º - Permanência a céu aberto

1 — Ao recluso é garantido o direito de permanecer a céu aberto, por um período de duração não inferior a duas horas diárias, em espaços que ofereçam protecção contra condições climáticas adversas.

2 — Nos casos excepcionais expressamente previstos no presente Código, o período referido no número anterior pode ser reduzido, nunca podendo ser inferior a uma hora por dia.

## TÍTULO IX

### Apoio social e económico

#### Artigo 52.º - Princípios gerais

1 — A situação de reclusão não afecta o direito aos benefícios de segurança social previstos na lei.

2 — No decurso da execução das penas e medidas privativas da liberdade é prestado apoio social e económico ao recluso e ao seu agregado familiar que dele careçam para promover e manter os vínculos sociais e familiares e reforçar as condições de reinserção social.

3 — A situação de reclusão não desobriga as entidades públicas competentes da prestação de apoio social e económico no âmbito das respectivas atribuições, designadamente em matéria de segurança e acção social, emprego, formação profissional, ensino e saúde.

#### Artigo 53.º - Promoção do emprego

1 — Aos serviços prisionais, em articulação com os serviços públicos de emprego e formação profissional, compete realizar acções com vista à futura colocação laboral dos reclusos.

2 — A situação de reclusão não obsta à inscrição do recluso nos centros de emprego, devendo esta ser promovida pelos serviços prisionais até, pelo menos, aos três meses anteriores à data previsível da libertação.

3 — Os indivíduos que tenham cumprido pena ou medida privativa da liberdade e se encontrem desempregados podem beneficiar de medidas e programas especiais de promoção do emprego.

#### Artigo 54.º - Apoio social e económico

1 — O apoio social e económico é prestado segundo critérios de necessidade, razoabilidade e adequação às finalidades da execução, tendo em conta os meios disponíveis e o dever de gestão responsável pelo recluso dos seus recursos próprios.

2 — O apoio social visa, designadamente, contribuir para a resolução de problemas pessoais ou familiares decorrentes da situação de reclusão e o atendimento, informação e encaminhamento para outras entidades públicas e particulares.

3 — O apoio económico consiste na atribuição de prestações pecuniárias ou em espécie, com a finalidade de:

a) Atenuar necessidades prementes da família do recluso que deste dependa economicamente, nomeadamente através da concessão do rendimento social de inserção;

b) Facilitar a concretização de contactos com o exterior, em especial de visitas pessoais;

c) Contribuir para as despesas com transportes e manutenção, quando sejam concedidas licenças de saída jurisdicionais e administrativas de curta duração e de preparação para a liberdade;

d) Contribuir para as despesas imediatas com transportes e manutenção logo após a libertação do recluso;

e) Apoiar o desenvolvimento de projectos profissionais do recluso após a sua libertação, designadamente de auto-emprego.

4 — O apoio social e económico previsto no presente artigo é prestado nos termos a definir pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça, do trabalho e da segurança social.

#### Artigo 55.º - Instituições particulares e organizações de voluntários

1 — Os serviços prisionais incentivam, em articulação com outras entidades, nos termos do Regulamento Geral, a participação de instituições particulares e de organizações de voluntários, nomeadamente:

- a) No desenvolvimento de actividades de cariz cultural e de ocupação de tempos livres;
- b) No apoio social e económico a reclusos e seus familiares;
- c) Em actividades relevantes para o processo de reinserção social, designadamente apoio em matéria de emprego e alojamento.

2 — As instituições particulares e as organizações de voluntários colaboram, nos termos previstos no Regulamento Geral, na organização de actividades que contribuam para manter o recluso estrangeiro ligado à sua cultura de origem.

3 — Os serviços prisionais asseguram o adequado enquadramento da acção das instituições particulares e das organizações de voluntários, nomeadamente através da selecção, acreditação e formação específica dos voluntários.

4 — Os serviços prisionais devem manter a comunidade informada quanto aos objectivos e resultados do trabalho desenvolvido no sistema prisional de modo a favorecer a participação daquela na execução das penas e medidas privativas da liberdade.

## **TÍTULO X**

### **Assistência religiosa**

#### **Artigo 56.º - Liberdade de religião e de culto**

1 — São garantidos ao recluso a liberdade de consciência, de religião e de culto e o direito à assistência religiosa e à prática de actos de culto, devendo ser criadas as condições adequadas ao seu exercício.

2 — A realização ou participação em actos de culto, a posse de objectos religiosos e a assistência de ministros do culto apenas podem ser restringidas por razões de ordem e segurança do estabelecimento prisional, ouvido, sempre que possível, o ministro do culto respectivo.

3 — O recluso não pode ser obrigado a participar em qualquer acto ou cerimónia religiosa ou a receber visitas de qualquer ministro de culto.

4 — A assistência religiosa decorre fora do horário normal de visitas, podendo, em caso de doença grave do recluso, ter lugar fora dos dias e horas regulamentares.

5 — O Regulamento Geral concretiza as condições em que são exercidos os direitos e liberdades referidos no n.º 1.

#### **Artigo 57.º - Ministros do culto**

1 — É permitida a assistência religiosa aos reclusos por ministros do respectivo culto, credenciados nos termos da Lei da Liberdade Religiosa.

2 — Podem colaborar na assistência religiosa aos reclusos, com autorização do director do estabelecimento prisional, outras pessoas credenciadas para esse fim pela respectiva igreja ou comunidade religiosa, devendo as credenciais ser autenticadas pelo registo das pessoas colectivas religiosas.

3 — Quando o número de reclusos que professam a mesma crença religiosa o justifique, é permitida a assistência religiosa regular.

## **TÍTULO XI**

### **Contactos com o exterior**

#### **CAPÍTULO I - Visitas**

##### **Artigo 58.º - Princípios gerais**

1 — O recluso tem direito a receber visitas, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral.

2 — As visitas visam manter e promover os laços familiares, afectivos e profissionais do recluso.

3 — O período de visitas não pode ter duração inferior a uma hora por semana, devendo as visitas realizar-se em local adequado ao respeito pela dignidade e privacidade do recluso e das pessoas que o visitam.

4 — Os menores de 16 anos só podem visitar o recluso se forem seus descendentes ou equiparados, irmãos ou pessoas com quem o recluso mantenha relações pessoais significativas.

5 — Aplica-se o regime das visitas aos contactos que o recluso seja autorizado pelo director a manter através do sistema de videoconferência do estabelecimento prisional.

#### **Artigo 59.º - Visitas pessoais**

1 — O recluso tem direito a receber visitas regulares do cônjuge ou de pessoa, de outro ou do mesmo sexo, com quem mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, de familiares e outras pessoas com quem mantenha relação pessoal significativa.

2 — O recluso pode receber visitas alargadas de familiares e de outras pessoas com quem mantenha relação pessoal significativa, em ocasiões especiais, por motivo de particular significado humano ou religioso.

3 — O recluso que não beneficie de licenças de saída pode receber visitas íntimas regulares do cônjuge ou de pessoa, de outro ou do mesmo sexo, com quem mantenha uma relação análoga à dos cônjuges ou uma relação afectiva estável.

4 — Aos reclusos colocados em regime de segurança não são autorizadas as visitas previstas no n.º 2.

#### **Artigo 60.º - Visitas ocasionais e urgentes**

Devem ser autorizadas ao recluso as visitas necessárias à resolução de assuntos pessoais, jurídicos, económicos ou profissionais, insusceptíveis de serem tratados por carta ou através de terceiro ou adiados até à data da libertação.

#### **Artigo 61.º - Visitas de advogados, notários, conservadores e solicitadores**

1 — O recluso tem direito a receber a visita de advogado, notário, conservador ou solicitador, em horário próprio fixado em articulação com as respectivas entidades representativas da profissão e adequado à resolução de assuntos jurídicos a ele respeitantes, sem prejuízo da autorização de visitas urgentes.

2 — O controlo dos visitantes realiza-se através de equipamentos de detecção e por exibição do interior da pasta ou objecto similar de que se façam acompanhar.

3 — Durante a visita é assegurada a confidencialidade das conversas.

4 — Durante a visita apenas pode ser trocada com o recluso documentação necessária ao tratamento de assuntos jurídicos a ele respeitantes, não podendo o seu conteúdo ser controlado.

#### **Artigo 62.º - Visitas de entidades diplomáticas ou consulares**

As entidades diplomáticas ou consulares podem visitar o recluso estrangeiro, nos termos da lei e das convenções internacionais aplicáveis, no horário e condições fixados para as visitas de advogados.

#### Artigo 63.º - **Vigilância e controlo**

1 — As visitas pessoais previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 59.º são realizadas em local próprio, sob a vigilância necessária, proporcional e adequada à satisfação de exigências de ordem e segurança.

2 — O controlo auditivo das visitas só pode ter lugar na medida do estritamente necessário para garantir a ordem e segurança no estabelecimento prisional.

3 — As visitas pessoais previstas no n.º 1 do artigo 59.º aos reclusos colocados em regime de segurança decorrem em local que assegure a separação física integral entre recluso e visitante, salvo nos casos excepcionalmente autorizados pelo director, nos termos definidos pelo Regulamento Geral.

4 — O controlo dos visitantes realiza-se através de equipamentos de detecção, por palpação e por revista ao vestuário, calçado, mala pessoal ou objecto similar, com respeito pela sua dignidade e integridade e pelo seu sentimento de pudor.

5 — É proibida a revista dos visitantes por desnudamento.

6 — Durante a visita não é permitida a entrega directa de coisas e valores, com excepção do caso previsto no n.º 4 do artigo 61.º

#### Artigo 64.º - **Interrupção da visita**

1 — A visita pode ser interrompida se o recluso ou o visitante, depois de advertidos, persistirem na violação de normas legais ou regulamentares ou puserem em risco a ordem, a segurança e a disciplina do estabelecimento prisional.

2 — A interrupção da visita é imediatamente comunicada ao director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 65.º - **Não autorização e proibição de visita**

1 — O director do estabelecimento prisional pode não autorizar a visita quando não se verificarem os pressupostos previstos no presente capítulo e pode proibir a visita de pessoas que ponham em perigo a segurança e ordem do estabelecimento ou possam prejudicar a reinserção social do recluso.

2 — A proibição da visita não pode ter duração superior a seis meses.

3 — Decorrido o prazo de proibição fixado nos termos do número anterior e mantendo-se os pressupostos referidos no n.º 1, o director pode propor ao director-geral dos Serviços Prisionais que determine a proibição de visita por novo período, de duração até seis meses, prorrogável por iguais períodos de tempo.

4 — As decisões de não autorização, de proibição e de prorrogação da proibição de visita são fundamentadas e comunicadas ao recluso.

5 — O recluso pode impugnar a legalidade das decisões de não autorização, de proibição e de prorrogação da proibição de visita perante o tribunal de execução das penas.

6 — O disposto no presente artigo não é aplicável às visitas previstas nos artigos 61.º, 62.º e 66.º

#### Artigo 66.º - **Visitas aos estabelecimentos prisionais**

1 — Sem prejuízo do previsto em outras disposições legais, podem visitar os estabelecimentos prisionais, no exercício das suas funções:

a) O Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal

Constitucional, o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral da República, o Provedor de Justiça e o bastonário da Ordem dos Advogados;

b) Os demais titulares dos órgãos de soberania e magistrados do Ministério Público;

c) Os representantes de organizações internacionais com atribuições em matérias relativas à promoção e protecção dos direitos dos reclusos, nos termos de convenções internacionais em vigor em Portugal;

d) As pessoas que acompanhem as entidades referidas nas alíneas anteriores.

2 — Podem ainda visitar os estabelecimentos prisionais situados nas respectivas Regiões Autónomas, no exercício das suas funções, os Presidentes dos Governos Regionais, os Representantes da República e os Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, bem como as pessoas que os acompanhem.

3 — Podem ser autorizadas pelo Ministro da Justiça ou pelo director-geral dos Serviços Prisionais outras visitas, designadamente de docentes, estudantes e investigadores, no âmbito de trabalhos e investigações de carácter científico ou académico, e de organizações que visem a promoção de direitos humanos.

### CAPÍTULO II

#### **Correspondência e outros meios de comunicação**

##### Artigo 67.º - **Correspondência**

1 — O recluso tem direito a receber e a enviar, a expensas suas, correspondência e encomendas, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral, que pode estabelecer limites de recepção e expedição de encomendas, tendo em conta o regime de execução, a regularidade das visitas e o apoio sócio-familiar.

2 — Sempre que o solicite, o recluso é auxiliado na escrita e leitura da sua correspondência.

##### Artigo 68.º - **Controlo da correspondência**

1 — A correspondência e encomendas do recluso são verificadas por razões de ordem e segurança do estabelecimento prisional e para detecção de objectos proibidos por lei ou pelo Regulamento Geral.

2 — A leitura pode ser ordenada, por despacho fundamentado do director do estabelecimento prisional, quando a correspondência possa pôr em perigo as finalidades da execução, quando exista fundada suspeita da prática de crime ou por justificadas razões de protecção da vítima do crime ou de ordem e segurança.

3 — A decisão referida no número anterior é comunicada ao recluso, salvo em caso de receio fundado de grave prejuízo para os valores que através dela se pretendem acautelar.

4 — Não é objecto de qualquer controlo a correspondência com as pessoas e entidades referidas nos artigos 61.º e 62.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º nem a respeitante ao exercício do direito previsto nas alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 7.º

##### Artigo 69.º - **Retenção de correspondência**

1 — A retenção de correspondência e de encomendas do recluso só pode ter lugar mediante despacho fundamentado do director do estabelecimento prisional e na sequência do controlo previsto no artigo anterior, sendo comunicada ao recluso, salvo em caso de receio fundado de grave prejuízo para os valores que através dela se pretendem acautelar.

2 — As decisões de retenção de correspondência e de não comunicação ao recluso são comunicadas ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas para verificação da legalidade.

3 — Cabe ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas promover sobre o destino da correspondência retida.

4 — Os objectos proibidos encontrados na correspondência e nas encomendas são retidos, aplicando -se correspondentemente o disposto no artigo 28.º

#### Artigo 70.º - Contactos telefónicos

1 — O recluso pode efectuar, a expensas suas, chamadas telefónicas, nos termos do Regulamento Geral, salvo restrições impostas por fundadas razões de ordem, segurança ou reinserção social.

2 — O recluso pode ser autorizado a receber chamadas telefónicas em situações pessoais ou profissionais particularmente relevantes.

3 — O Regulamento Geral pode prever limitações aos contactos telefónicos dos reclusos colocados em regime de segurança.

4 — As decisões de restrição ou autorização previstas no presente artigo competem ao director do estabelecimento prisional.

5 — O recluso pode impugnar a legalidade das decisões de restrição previstas no n.º 1 perante o tribunal de execução das penas.

#### Artigo 71.º - Controlo dos contactos telefónicos

1 — Os contactos telefónicos podem ser objecto de controlo presencial, por despacho fundamentado do director, quando coloquem em perigo as finalidades da execução, quando exista fundada suspeita da prática de crime ou por justificadas razões de protecção da vítima do crime ou de ordem e segurança.

2 — Não são objecto de controlo os contactos telefónicos com as pessoas e entidades referidas nos artigos 61.º e 62.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º nem os respeitantes ao exercício do direito previsto nas alíneas *m*) e *n*) do n.º 1 do artigo 7.º

3 — A decisão de controlo dos contactos telefónicos é comunicada ao recluso, salvo em caso de receio fundado de grave prejuízo para os valores que através dela se pretendem acautelar.

#### Artigo 72.º - Outros meios de comunicação

1 — O director do estabelecimento prisional pode, a título excepcional, autorizar o recluso a utilizar qualquer outro meio técnico de comunicação existente no estabelecimento prisional, nomeadamente correio electrónico e telecópia, em situações pessoais ou profissionais particularmente relevantes ou urgentes, sendo controlado o respectivo conteúdo.

2 — Não é objecto de controlo o conteúdo das comunicações com as pessoas e entidades referidas nos artigos 61.º e 62.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º nem das respeitantes ao exercício do direito previsto nas alíneas *m*) e *n*) do n.º 1 do artigo 7.º

#### Artigo 73.º - Dever de sigilo

Os funcionários que tomarem conhecimento do conteúdo das comunicações previstas no presente capítulo e no anterior estão obrigados a sigilo, que apenas pode ser quebrado na medida do absolutamente necessário para prevenir ou impedir a prática de crime, proteger a vítima do

crime ou salvaguardar a ordem e segurança do estabelecimento prisional.

### CAPÍTULO III

#### Comunicação social

##### Artigo 74.º - Direito à informação

É assegurada ao recluso a possibilidade de se manter informado sobre os acontecimentos públicos relevantes, nomeadamente através de acesso a jornais, revistas, livros, emissões de rádio e de televisão.

##### Artigo 75.º - Contactos com órgãos de comunicação social

1 — Os órgãos de comunicação social podem, com autorização do director- geral dos Serviços Prisionais, visitar os estabelecimentos prisionais para realização de reportagens sobre o seu funcionamento e actividades desde que tal não prejudique a reinserção social dos reclusos ou a ordem, segurança e disciplina no estabelecimento prisional.

2 — Os órgãos de comunicação social podem igualmente ser autorizados a realizar entrevistas a reclusos, com o consentimento esclarecido e expresso deste, quando tal não prejudique a sua reinserção social nem ponha em causa a disciplina, ordem ou segurança no estabelecimento prisional, as finalidades da prisão preventiva, a privacidade ou a segurança de terceiros.

3 — Na decisão prevista no número anterior são especialmente ponderados os riscos de estigmatização do recluso decorrente da sua excessiva exposição mediática, de impacte negativo sobre a vítima ou familiares desta, de violação da privacidade de terceiros e de desvalorização da conduta delituosa e das suas consequências.

4 — A decisão prevista no n.º 2 é da competência do director- geral dos Serviços Prisionais, podendo ser impugnada pelo recluso perante o tribunal de execução das penas.

5 — Tratando- se de recluso preventivo, a autorização da entrevista depende ainda da não oposição do tribunal à ordem do qual o recluso cumpre prisão preventiva, com base na ponderação do prejuízo da entrevista para as finalidades da prisão preventiva. 6 — Em qualquer caso, não são permitidas:

*a)* A recolha e divulgação de imagens e sons que permitam a identificação de reclusos, salvo consentimento esclarecido e expresso dos mesmos;

*b)* A recolha e divulgação de imagens e sons que permitam a identificação de filhos que os reclusos mantenham consigo no estabelecimento;

*c)* Emissões de rádio ou televisão em directo do estabelecimento prisional;

*d)* Entrevistas a reclusos colocados em regime de segurança ou reportagens em estabelecimentos prisionais ou unidades de segurança especial;

*e)* A recolha e divulgação de imagens que possam pôr em risco a segurança do estabelecimento prisional.

### CAPÍTULO IV

#### Licenças de saída do estabelecimento prisional

##### Artigo 76.º - Tipos de licenças de saída

1 — Podem ser concedidas ao recluso, com o seu consentimento, licenças de saída jurisdicionais ou administrativas.

2 — As licenças de saída jurisdicionais visam a manutenção e promoção dos laços familiares e sociais e a preparação para a vida em liberdade.

3 — As licenças de saída administrativas compreendem:

a) Saídas de curta duração, para manter e promover os laços familiares e sociais;

b) Saídas para realização de actividades;

c) Saídas especiais, por motivos de particular significado humano ou para resolução de situações urgentes e inadiáveis;

d) Saídas de preparação para a liberdade.

4 — Independentemente do consentimento do recluso, é autorizada a sua saída custodiada para:

a) Comparência em acto judicial ou em acto de investigação criminal;

b) Receber cuidados de saúde não susceptíveis de serem prestados no estabelecimento prisional, nos termos da lei.

5 — O Regulamento Geral dispõe sobre os procedimentos relativos a licenças de saída.

#### Artigo 77.º - Disposições comuns

1 — O período de saída é considerado tempo de execução da pena ou da medida privativa da liberdade, excepto se a respectiva licença for revogada.

2 — O recluso é informado sobre os motivos da não concessão de licença de saída, salvo se fundadas razões de ordem e segurança o impedirem.

3 — A não concessão de licenças de saída não pode, em caso algum, ser utilizada como medida disciplinar.

4 — Os reclusos em regime de segurança apenas beneficiam das licenças de saída administrativas previstas na alínea c) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo anterior.

5 — Os reclusos preventivos apenas beneficiam das licenças de saída administrativas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo anterior.

6 — Na programação das licenças de saída deve ter-se em conta o normal desenvolvimento das actividades do recluso.

7 — As licenças de saída jurisdicionais, de curta duração e de preparação para a liberdade não podem ser gozadas consecutivamente.

8 — É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 22.º

#### Artigo 78.º - Requisitos e critérios gerais

1 — Podem ser concedidas licenças de saída quando se verificarem os seguintes requisitos:

a) Fundada expectativa de que o recluso se comportará de modo socialmente responsável, sem cometer crimes;

b) Compatibilidade da saída com a defesa da ordem e da paz social; e

c) Fundada expectativa de que o recluso não se subtrairá à execução da pena ou medida privativa da liberdade.

2 — Tendo em conta as finalidades das licenças de saída, ponderam-se na sua concessão:

a) A evolução da execução da pena ou medida privativa da liberdade;

b) As necessidades de protecção da vítima;

c) O ambiente social ou familiar em que o recluso se vai integrar;

d) As circunstâncias do caso; e

e) Os antecedentes conhecidos da vida do recluso.

3 — Na concessão de licenças de saída podem ser fixadas condições, adequadas ao caso concreto, a observar pelo recluso.

#### Artigo 79.º - Licenças de saída jurisdicionais

1 — As licenças de saída jurisdicionais são concedidas e revogadas pelo tribunal de execução das penas.

2 — As licenças de saída jurisdicionais podem ser concedidas quando cumulativamente se verifique:

a) O cumprimento de um sexto da pena e no mínimo seis meses, tratando-se de pena não superior a cinco anos, ou o cumprimento de um quarto da pena, tratando-se de pena superior a cinco anos;

b) A execução da pena em regime comum ou aberto;

c) A inexistência de outro processo pendente em que esteja determinada prisão preventiva;

d) A inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecederem o pedido.

3 — Nos casos de execução sucessiva de penas de prisão ou de pena relativamente indeterminada, o sexto e o quarto da pena determinam-se, respectivamente, em função da soma das penas ou da pena que concretamente caberia ao crime.

4 — Cada licença de saída não pode ultrapassar o limite máximo de cinco ou sete dias seguidos, consoante a execução da pena decorra em regime comum ou aberto, a gozar de quatro em quatro meses.

5 — As licenças de saída jurisdicionais não são custodiadas.

#### Artigo 80.º - Licenças de saída de curta duração

1 — O director do estabelecimento prisional pode conceder licenças de saída de curta duração desde que cumulativamente se verifique:

a) A execução da pena em regime aberto;

b) O gozo prévio com êxito de uma licença de saída jurisdicional;

c) A inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecederem o pedido.

2 — As licenças de saída de curta duração podem ser concedidas de três em três meses, até ao máximo de três dias seguidos, abrangendo preferencialmente os fins-de-semana.

3 — As licenças de saída de curta duração não são custodiadas.

#### Artigo 81.º - Licenças de saída para actividades

1 — O director-geral dos Serviços Prisionais pode conceder a reclusos que se encontrem em regime comum ou aberto:

a) Licenças de saída para actividades, com carácter ocasional, no âmbito laboral, do ensino, da formação profissional ou de outros programas;

b) Licenças de saída para visitas de estudo, de formação ou lúdicas, adequadas ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, organizadas pelo estabelecimento prisional.

2 — As licenças de saída previstas no número anterior são sempre custodiadas, excepto em situações excepcionais, devidamente fundamentadas.

3 — No caso de recluso em prisão preventiva, a concessão de licenças de saída previstas na alínea a) do n.º 1



depende da não oposição do tribunal à ordem do qual cumpre a medida de coacção.

#### Artigo 82.º - Licenças de saída especiais

1 — Podem ser concedidas pelo director do estabelecimento prisional licenças de saída custodiadas por motivos de particular significado humano ou para resolução de situações relevantes e inadiáveis, designadamente:

a) Em caso de doença grave ou falecimento de familiar próximo ou de pessoa com quem o recluso mantenha ligação afectiva análoga;

b) Por motivo de força maior ou de negócio ou acto jurídico que não possa ser resolvido no interior do estabelecimento prisional ou no exterior, por procurador ou gestor de negócios.

2 — As licenças de saída especiais decorrem pelo tempo estritamente necessário à concretização do fim a que se destinam, não podendo exceder doze horas.

3 — No caso de recluso em prisão preventiva, a concessão depende da não oposição do tribunal à ordem do qual cumpre a medida de coacção, salvo quando a demora possa tornar inútil a saída, caso em que esta é de imediato comunicada àquele tribunal, com indicação dos motivos e da urgência que a determinaram.

#### Artigo 83.º - Licenças de saída de preparação para a liberdade

A fim de facilitar a preparação para a liberdade, o director-geral dos Serviços Prisionais pode autorizar o recluso a sair do estabelecimento prisional, até ao máximo de oito dias, nos últimos três meses de cumprimento da pena ou nos últimos três meses que antecedem os cinco sextos de pena superior a seis anos de prisão.

#### Artigo 84.º - Renovação do pedido

Em caso de não concessão de licença de saída jurisdicional ou de curta duração, o recluso não pode apresentar novo pedido antes de decorridos quatro ou três meses, respectivamente, a contar da data daquela decisão, salvo se prazo inferior for fixado nesta.

#### Artigo 85.º

##### Incumprimento das condições

1 — Se, durante a licença de saída, o recluso deixar de cumprir injustificadamente qualquer das condições impostas, pode a entidade que a concedeu fazer-lhe solene advertência, determinar a impossibilidade de apresentação de novo pedido durante seis meses ou revogar a licença de saída.

2 — Tratando-se de licença de saída administrativa, o recluso pode impugnar perante o tribunal de execução das penas a legalidade da decisão de revogação.

3 — Tratando-se de licença de saída administrativa, o director comunica a revogação ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas para os efeitos previstos na alínea h) do artigo 141.º

4 — A revogação da licença de saída determina o desconto, pelo tribunal de execução das penas, no cumprimento da pena, do tempo em que o recluso esteve em liberdade.

5 — Ao revogar a licença de saída, a entidade que a concedeu determina a fixação de um prazo, entre 6 e 12 meses a contar do regresso ao estabelecimento prisional, durante o qual o recluso não pode apresentar novo pedido.

### TÍTULO XII

Ordem, segurança e disciplina

#### CAPÍTULO I - Princípios gerais

##### Artigo 86.º - Finalidades

1 — A ordem e a disciplina no estabelecimento prisional são mantidas como condição indispensável para a realização das finalidades da execução das penas e medidas privativas da liberdade e no interesse de uma vida em comum organizada e segura.

2 — A segurança no estabelecimento prisional é mantida para protecção de bens jurídicos fundamentais, pessoais e patrimoniais, para defesa da sociedade e para que o recluso não se subtraia à execução da pena ou da medida privativa da liberdade.

3 — O sentido de responsabilidade do recluso é fomentado como factor determinante da ordem, da segurança e da disciplina no estabelecimento prisional.

4 — A ordem, a segurança e a disciplina são mantidas com subordinação aos princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

#### Artigo 87.º - Manutenção da ordem e da segurança

1 — A manutenção da ordem e da segurança no estabelecimento prisional compete aos serviços prisionais, nomeadamente através do corpo da guarda prisional, sem prejuízo do recurso excepcional à intervenção de outras forças e serviços de segurança em caso de alteração grave ou nos casos previstos na Lei de Segurança Interna.

2 — A intervenção de outras forças e serviços de segurança processa-se em estreita articulação com os serviços prisionais, respeita o princípio da proporcionalidade e limita-se, nomeadamente quanto às suas extensão e duração e aos meios utilizados, ao estritamente necessário ao pronto restabelecimento da ordem e da segurança no estabelecimento prisional e à salvaguarda das finalidades legais que a determinaram.

### CAPÍTULO II

#### Meios de ordem e segurança

##### Artigo 88.º - Tipos, finalidades e utilização

1 — Para assegurar a ordem e a segurança no estabelecimento prisional são utilizados meios comuns e especiais de segurança, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral.

2 — São meios comuns de segurança, designadamente, a observação, a revista pessoal, a busca, o controlo periódico de presenças e o controlo através de instrumentos de detecção, de meios cinotécnicos ou de sistemas electrónicos de vigilância ou biométricos.

3 — Admitem-se exclusivamente os seguintes meios especiais de segurança:

a) Proibição do uso ou apreensão temporária de determinados bens ou objectos;

b) Observação do recluso durante o período nocturno;

c) Privação ou restrição do convívio com determinados reclusos ou do acesso a espaços comuns do estabelecimento prisional;

d) Utilização de algemas;

e) Colocação em cela de separação da restante população prisional;

f) Colocação em quarto de segurança.

4 — Os meios especiais de segurança apenas são utilizados quando haja perigo sério de evasão ou tirada ou quando, em virtude do seu comportamento ou estado psico-emocional, haja perigo sério de prática pelo recluso de actos de violência contra si próprio ou contra bens jurídicos pessoais ou patrimoniais.

5 — Os meios especiais de segurança têm natureza cautelar, mantêm-se apenas enquanto durar a situação de

perigo que determinou a sua aplicação e nunca são utilizados a título disciplinar.

6 — As decisões de utilização e de cessação dos meios especiais de segurança são fundamentadas e competem ao director do estabelecimento prisional ou a quem o substitua, devendo neste caso ser imediatamente comunicadas àquele.

7 — O recluso é informado dos motivos da utilização dos meios especiais de segurança, salvo se fundadas razões de ordem e segurança o impedirem.

#### Artigo 89.º - Revista pessoal e busca

1 — A revista pessoal é realizada quando não possam utilizar -se com êxito instrumentos de detecção, sendo efectuada por pessoa do mesmo sexo do recluso, com respeito pela sua dignidade e integridade e pelo seu sentimento de pudor.

2 — A revista pessoal por desnudamento pode ser efectuada, mediante autorização do director do estabelecimento prisional, quando existam suspeitas de que o recluso traz consigo objectos não permitidos e decorre em local reservado, de forma a respeitar a privacidade do recluso.

3 — O Regulamento Geral pode estabelecer situações em que as revistas previstas nos n.ºs 1 e 2 são obrigatórias.

4 — A intrusão corporal para extracção de objectos é realizada sob orientação médica e autorizada pelo tribunal de execução das penas.

5 — A busca ao espaço de alojamento do recluso é efectuada com respeito pelos objectos que lhe pertencem e, sempre que possível, na sua presença.

#### Artigo 90.º - Sistemas de vigilância

Nos estabelecimentos prisionais podem ser utilizados sistemas de vigilância electrónica, nomeadamente de videovigilância nos espaços comuns e de controlo biométrico, com salvaguarda da intimidade da vida privada, nos termos da lei e do Regulamento Geral.

#### Artigo 91.º - Utilização de algemas

1 — As algemas podem ser utilizadas, sempre que possível sob vigilância médica, pelo tempo estritamente indispensável, sempre que de outro modo não seja possível evitar que o recluso pratique actos de violência contra bens jurídicos pessoais, do próprio ou de terceiro, ou patrimoniais.

2 — As algemas podem ainda ser usadas nas deslocações ao exterior para prevenir perigo de evasão ou tirada ou de prática dos actos referidos no número anterior.

3 — As algemas apenas podem ser aplicadas nos pulsos, devendo ser retiradas quando o recluso compareça perante autoridade judicial ou administrativa e durante a realização de acto médico, excepto quando aquela autoridade ou quem realizar o acto médico determinar o contrário.

#### Artigo 92.º - Cella de separação

1 — A colocação do recluso em cela de separação da restante população prisional só pode ter lugar quando exista perigo sério de evasão ou tirada ou quando, devido ao seu comportamento, exista perigo sério da prática de actos de violência contra bens jurídicos pessoais, do próprio ou de terceiro, ou patrimoniais, se os meios especiais menos gravosos se revelarem ineficazes ou inadequados.

2 — A colocação do recluso em cela de separação exclui a vida em comum e a comunicação com os demais reclusos e limita os contactos com o exterior, podendo ser reduzido o período de permanência a céu aberto, com salvaguarda do limite previsto no n.º 2 do artigo 51.º

3 — É obrigatória a observação por médico ou enfermeiro num prazo máximo de vinte e quatro horas após o início da execução desta medida.

4 — Se o recluso se encontrar sob especial observação ou tratamento médico ou revelar ideação suicida ou no caso de gravidez, puerpério ou após interrupção de gravidez, é obrigatória a realização de exame médico prévio, salvo se se tratar de situação de perigo iminente e não for possível recorrer a outro meio de segurança, caso em que se procede posteriormente a exame médico urgente.

5 — Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 88.º, a colocação do recluso em cela de separação é obrigatoriamente reapreciada pelo director do estabelecimento prisional de 72 em 72 horas.

6 — A decisão de manutenção do recluso em cela de separação, na primeira reapreciação realizada em cumprimento do número anterior, é comunicada ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas, para verificação da legalidade.

7 — O director do estabelecimento prisional informa o Ministério Público da cessação deste meio especial de segurança.

8 — Se, decorridos 30 dias, se mantiverem os motivos que justificaram a aplicação deste meio especial de segurança, o director do estabelecimento prisional propõe a colocação do recluso em regime de segurança, nos termos do artigo 15.º

#### Artigo 93.º - Quarto de segurança

1 — A colocação do recluso em quarto de segurança só pode ter lugar em situação de grave alteração do seu estado psíco- emocional que represente sério perigo de actos de violência contra bens jurídicos pessoais, do próprio ou de terceiro, ou patrimoniais, se os outros meios especiais se revelarem ineficazes ou inadequados, podendo ser reduzido o período de permanência a céu aberto, com salvaguarda do limite previsto no n.º 2 do artigo 51.º

2 — O recluso colocado em quarto de segurança é imediatamente examinado pelo médico, devendo ser sujeito a acompanhamento clínico diário enquanto este meio especial de segurança se mantiver.

3 — O médico informa por escrito o director do estabelecimento prisional, após cada exame clínico, sobre o estado de saúde do recluso e sobre a eventual necessidade de fazer cessar este meio especial de segurança.

4 — Decorridos 10 dias e mantendo- se os pressupostos que conduziram à colocação em quarto de segurança, o recluso é transferido para estabelecimento ou unidade hospitalar adequada.

5 — A colocação do recluso em quarto de segurança é comunicada ao Ministério Público junto do tribunal de execução das penas para verificação da legalidade.

### CAPÍTULO III

#### Meios coercivos

##### Artigo 94.º - Princípios gerais

1 — É permitida a utilização de meios coercivos para afastar um perigo actual para a ordem e segurança do estabelecimento prisional que não possa ser eliminado de outro modo, designadamente:

a) Para impedir actos individuais ou colectivos de insubordinação, rebelião, amotinação ou evasão;

b) Para evitar a prática pelo recluso de actos de violência contra bens jurídicos pessoais, do próprio ou de terceiro, ou patrimoniais;

c) Para vencer a resistência activa ou passiva do recluso a uma ordem legítima;

d) Para impedir a tirada de reclusos ou a entrada ou permanência ilegais de pessoas no estabelecimento prisional.

2 — Os meios coercivos só podem ser utilizados pelo tempo estritamente indispensável à realização do objectivo que visam alcançar, de acordo com os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

3 — Os meios coercivos, quer pela sua natureza quer pela forma de utilização, não podem afectar a dignidade do recluso nem podem ser utilizados a título disciplinar.

4 — Os serviços prisionais asseguram ao seu pessoal formação permanente para uma correcta utilização dos meios coercivos.

#### **Artigo 95.º - Tipos e condições de utilização dos meios coercivos**

1 — São meios coercivos a coacção física, a coacção com meios auxiliares e as armas.

2 — Considera-se coacção física a que é exercida sobre pessoas através da utilização de força corporal.

3 — As algemas constituem meios auxiliares da coacção física.

4 — A utilização de meios coercivos é, sempre que possível, precedida de advertência.

5 — A utilização de meios coercivos é obrigatoriamente seguida de exame médico e de inquérito às circunstâncias que a determinaram.

6 — No interior da zona prisional, à excepção do bastão de serviço, não é admitido o porte de meios auxiliares ou armas por parte dos funcionários prisionais ou de outras pessoas que tenham contacto com os reclusos.

7 — A utilização de meios auxiliares ou armas por parte do pessoal do corpo da guarda prisional só é admitida quando seja estritamente necessária à salvaguarda ou reposição da ordem e da disciplina ou em caso de legítima defesa ou estado de necessidade.

8 — A utilização de armas de fogo por parte do pessoal do corpo da guarda prisional obedece aos requisitos e segue o regime das situações de recurso a arma de fogo em acção policial.

9 — Os tipos e as condições de utilização de meios coercivos são concretizados pelo Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Serviços Prisionais.

#### **Artigo 96.º - Decisão e comunicação**

1 — A utilização de meios coercivos é decidida pelo director do estabelecimento prisional e, no caso de recurso a armas, determina a abertura de processo de averiguações e é comunicada imediatamente ao director -geral dos Serviços Prisionais.

2 — Em caso de urgência ou perigo iminente, na ausência do director a decisão é tomada por quem o substitua ou pelo funcionário que tenha a responsabilidade de prevenir a situação, devendo neste caso ser comunicada imediatamente ao director.

#### **Artigo 97.º - Evasão ou ausência não autorizada**

1 — O director do estabelecimento prisional comunica de imediato a evasão ou ausência não autorizada do recluso às forças e serviços de segurança, ao director- geral dos Serviços Prisionais, ao tribunal à ordem do qual cumpre medida privativa de liberdade e ao tribunal de execução das penas, comunicando igualmente a captura.

2 — Ao condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de pena de prisão

ou de medida de internamento é correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 335.º, 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, relativos à declaração de contumácia, com as modificações seguintes:

a) Os editais e anúncios contêm, em lugar da indicação do crime e das disposições legais que o punem, a indicação da sentença condenatória e da pena ou medida de segurança a executar;

b) O despacho de declaração da contumácia e o decretamento do arresto são da competência do tribunal de execução das penas.

3 — Quando considerar que a evasão ou a ausência do recluso pode criar perigo para o ofendido, o tribunal competente informa- o da ocorrência, reportando -o igualmente à entidade policial da área da residência do ofendido.

4 — Qualquer autoridade judiciária ou agente de serviço ou força de segurança tem o dever de capturar e conduzir a estabelecimento prisional qualquer recluso evadido ou que se encontre fora do estabelecimento sem autorização.

### **TÍTULO XIII**

#### **Regime disciplinar**

#### **CAPÍTULO I - Disposições gerais**

##### **Artigo 98.º - Princípios**

1 — Só pode ser punida disciplinarmente a prática de facto que constitua infracção disciplinar nos termos do presente Código.

2 — Não é permitido o recurso à analogia para qualificar um facto como infracção disciplinar nem para determinar a medida disciplinar que lhe corresponda, aplicando- se unicamente as medidas disciplinares previstas no presente Código.

3 — A medida disciplinar, quer pela sua natureza quer pelo modo de execução, não pode ofender a dignidade do recluso nem comprometer a sua saúde ou integridade física.

4 — É proibida a aplicação colectiva ou por tempo indeterminado de medida disciplinar.

5 — Quando se mostre suficiente a mera advertência ou a mediação, não há lugar a procedimento para a aplicação de medida disciplinar.

6 — O recluso não pode ser punido disciplinarmente mais de uma vez pela prática da mesma infracção.

7 — O Regulamento Geral concretiza os procedimentos necessários à execução do disposto no presente título.

##### **Artigo 99.º - Reincidência disciplinar**

1 — Considera- se reincidência disciplinar o cometimento de nova infracção, da mesma ou de outra espécie, antes de decorridos três meses sobre a data da prática de anterior infracção disciplinar.

2 — Em caso de reincidência disciplinar, o limite temporal máximo da medida disciplinar é elevado de um terço.

##### **Artigo 100.º - Concurso de infracções disciplinares**

Quando o recluso tiver efectivamente praticado mais de uma infracção disciplinar, são -lhe aplicáveis as medidas disciplinares correspondentes a cada uma das infracções.

##### **Artigo 101.º - Infracção disciplinar continuada**

1 — Constitui uma só infracção disciplinar continuada a realização plúrima da mesma infracção disciplinar ou de várias infracções disciplinares semelhantes, executadas de forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do recluso.

2 — A infracção disciplinar continuada é sancionada com a medida disciplinar aplicável ao facto mais grave que integra a continuação.

## CAPÍTULO II

### Infracções e medidas disciplinares

#### Artigo 102.º - Classificação das infracções disciplinares

As infracções disciplinares classificam-se em:

- a) Infracções disciplinares simples;
- b) Infracções disciplinares graves.

#### Artigo 103.º - Infracções disciplinares simples

Considera-se infracção disciplinar simples:

- a) Não se apresentar, reiteradamente, limpo e arranjado;
- b) Não proceder, reiteradamente, à limpeza e arrumação do alojamento e respectivo equipamento;
- c) Não proceder, reiteradamente, à limpeza, arrumação e manutenção dos equipamentos e instalações do estabelecimento prisional;
- d) Organizar e participar em jogos de fortuna ou azar no estabelecimento prisional;
- e) Estabelecer comunicação não permitida ou por meios fraudulentos com o exterior ou, violando proibição expressa, com outros reclusos no estabelecimento prisional;
- f) Divulgar dolosamente notícias ou dados falsos relativos ao estabelecimento prisional;
- g) Simular doença ou situação de perigo para a sua saúde ou de terceiro;
- h) Efectuar negócio não autorizado com outros reclusos;
- i) Introduzir, produzir, fabricar, fazer sair, distribuir, transaccionar, ter em seu poder ou guardar no estabelecimento prisional objectos proibidos ou organizar essas actividades;
- j) Destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizáveis dolosamente bens de reduzido valor do estabelecimento prisional, de funcionários prisionais, dos demais reclusos ou de terceiros;
- l) Insultar, ofender ou difamar outro recluso ou terceiro no estabelecimento prisional ou durante saída custodiada;
- m) Insultar, ofender ou difamar funcionário prisional no exercício das suas funções ou por causa destas;
- n) Resistir a ordens legítimas dos funcionários no exercício das suas funções;
- o) Praticar, no estabelecimento prisional ou durante saída custodiada, qualquer outro facto previsto na lei como crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular; ou
- p) Não cumprir, ou cumprir com injustificado atraso, os deveres impostos, nos termos legais ou regulamentares, ou as ordens legítimas dos funcionários, no exercício das suas funções, no estabelecimento prisional ou durante saída autorizada.

#### Artigo 104.º - Infracções disciplinares graves

Considera-se infracção disciplinar grave:

- a) Estabelecer comunicação não permitida ou por meios fraudulentos com o exterior ou, violando proibição expressa, com outros reclusos no interior do estabelecimento prisional e criar deste modo perigo para a ordem e segurança do estabelecimento prisional;
- b) Divulgar dolosamente notícias ou dados falsos relativos ao estabelecimento prisional e criar deste modo perigo para a ordem e segurança deste;
- c) Simular doença ou situação de perigo para a sua saúde ou de terceiro, que implique deslocação ao exterior ou uma excepcional afectação de meios do estabelecimento prisional;
- d) Efectuar negócio não autorizado de valor económico elevado com outros reclusos ou, independentemente do seu valor, com funcionários do estabelecimento prisional ou terceiros;
- e) Insultar, ofender ou difamar, de forma pública e notória, outro recluso ou terceiro no interior do estabelecimento prisional ou fora deste durante saída custodiada;
- f) Insultar, ofender ou difamar, de forma pública e notória, funcionário do estabelecimento prisional no exercício das suas funções ou por causa destas;
- g) Destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizáveis, dolosamente ou com negligência grosseira, bens do estabelecimento prisional, de funcionários prisionais, dos demais reclusos e de terceiros, de valor económico significativo, ou, independentemente do prejuízo causado, criando perigo para a ordem e segurança do estabelecimento prisional;
- h) Resistir com violência ou desobedecer, de forma pública e notória, a ordens legítimas dos funcionários no exercício das suas funções;
- i) Introduzir, produzir, fabricar, fazer sair, distribuir, transaccionar, ter em seu poder ou guardar no estabelecimento prisional objectos proibidos ou organizar essas actividades e criar deste modo perigo para a ordem e segurança do estabelecimento prisional;
- j) Deter, possuir, introduzir, produzir, fabricar, distribuir ou transaccionar no estabelecimento prisional estupefacientes ou qualquer outra substância tóxica, fármacos não prescritos ou bebidas alcoólicas não autorizadas ou organizar essas actividades;
- l) Intimidar ou estabelecer relação de poder ou de autoridade sobre outros reclusos;
- m) Ameaçar, coagir, agredir ou constranger a acto sexual outro recluso, funcionário prisional ou terceiro, no estabelecimento prisional ou durante saída custodiada;
- n) Tentar evadir -se, evadir -se, promover ou participar em tirada de recluso;
- o) Promover ou participar em motim ou acto colectivo de insubordinação ou de desobediência às ordens legítimas dos funcionários no exercício das suas funções;
- p) Praticar, no estabelecimento prisional ou durante saída custodiada, qualquer outro facto previsto na lei como crime cujo procedimento não dependa de queixa; ou
- q) Não cumprir, ou cumprir com injustificado atraso, os deveres impostos, nos termos legais ou regulamentares, ou as ordens legítimas dos funcionários, no exercício das suas funções, no estabelecimento prisional ou durante saída autorizada, e criar deste modo perigo para a ordem e segurança do estabelecimento prisional.

#### Artigo 105.º - Medidas disciplinares

1 — São aplicáveis ao recluso as seguintes medidas disciplinares:

- a) Repreensão escrita;
- b) Privação do uso e posse de objectos pessoais não indispensáveis por período não superior a 60 dias;
- c) Proibição de utilização do fundo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º por período não superior a 60 dias;
- d) Restrição ou privação de actividades sócio-culturais, desportivas ou de ocupação de tempo livre por período não superior a 60 dias;
- e) Diminuição do tempo livre diário de permanência a céu aberto, por período não superior a 30 dias, salvaguardado o limite mínimo estabelecido no presente Código;
- f) Permanência obrigatória no alojamento até 30 dias;
- g) Internamento em cela disciplinar até 21 dias.

2 — A medida prevista na alínea g) do número anterior só é aplicável às infracções graves.

3 — A escolha e a determinação da duração da medida disciplinar são feitas em função da natureza da infracção, da gravidade da conduta e das suas consequências, do grau de culpa do recluso, dos seus antecedentes disciplinares, das exigências de prevenção da prática de outras infracções disciplinares e da vontade de reparar o dano causado.

4 — Em caso de concurso de infracções disciplinares, ainda que a soma das medidas disciplinares aplicadas exceda 120 dias, no caso das alíneas c), d) e e), ou 60 dias, no caso das alíneas f) e g) do n.º 1, a medida disciplinar executada não pode exceder aquelas durações, sem prejuízo do disposto no artigo 113.º

#### Artigo 106.º - Suspensão da execução da medida disciplinar

1 — A execução de medida disciplinar aplicada a infracções disciplinares simples pode ser suspensa pelo período máximo de três meses, mediante decisão fundamentada, sempre que seja de concluir que a simples censura do facto e a ameaça da sanção realizam de forma adequada e suficiente as suas finalidades.

2 — A suspensão da execução de medida disciplinar é subordinada ao cumprimento de deveres razoavelmente exigíveis destinados a reparar as consequências da infracção, nomeadamente:

a) Dar ao lesado imediata satisfação moral adequada;

b) Indemnizar o lesado, no todo ou em parte, dentro do prazo fixado;

c) Entregar a instituições de solidariedade social, nomeadamente associações de apoio à vítima e organizações de voluntariado, uma contribuição monetária ou prestação em espécie de valor equivalente;

d) Realizar, no prazo da suspensão, tarefas de interesse comum, não remuneradas, com consentimento, por período não inferior a 20 nem superior a 120 horas, sem prejuízo do normal desenvolvimento das suas actividades formativas e laborais.

3 — Se, durante o período de suspensão, o recluso, culposamente, deixar de cumprir qualquer dos deveres impostos ou praticar nova infracção disciplinar, é revogada a suspensão.

4 — Durante o período de suspensão não corre o prazo de prescrição da medida.

#### Artigo 107.º - Permanência obrigatória no alojamento

1 — A permanência no alojamento consiste na presença contínua do recluso naquele, podendo ser reduzido o período de permanência a céu aberto, com salvaguarda do limite previsto no n.º 2 do artigo 51.º

2 — O recluso mantém o direito à correspondência e a contactos com o seu advogado e com o assistente religioso.

3 — O director do estabelecimento prisional pode autorizar visitas regulares de familiares próximos com a duração máxima de uma hora por semana.

4 — Para não prejudicar a formação profissional ou escolar do recluso, o director do estabelecimento prisional pode autorizar o cumprimento desta medida em períodos interpolados.

#### Artigo 108.º - Internamento em cela disciplinar

1 — O internamento em cela disciplinar consiste na presença contínua do recluso em cela que assegure a sua separação da restante população prisional, podendo ser reduzido o período de permanência a céu aberto, com salvaguarda do limite previsto no n.º 2 do artigo 51.º

2 — Durante a execução da medida, o recluso é privado de actividades e de comunicações com o exterior, sem prejuízo dos contactos com o advogado ou o assistente religioso e do acesso a correspondência, jornais, livros e revistas.

3 — O director do estabelecimento prisional apenas pode autorizar visitas quando circunstâncias ponderosas o justificarem.

4 — Durante a execução da medida de internamento em cela disciplinar aplicada a recluso que mantenha consigo filho menor, é garantido a este acompanhamento e apoio e um tempo de convívio diário entre ambos.

5 — A cela disciplinar reúne as indispensáveis condições de habitabilidade, as características e o equipamento especificados no Regulamento Geral, que concretiza as demais matérias previstas no presente artigo.

#### Artigo 109.º - Assistência médica

1 — O recluso que se encontre a cumprir as medidas disciplinares previstas nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 105.º fica sob vigilância clínica, sendo observado com a frequência necessária pelo médico, que se pronuncia por escrito sempre que considere necessário interromper ou alterar a execução da medida disciplinar.

2 — O médico do estabelecimento prisional é ouvido antes da aplicação de medida disciplinar a recluso que se encontre em tratamento médico psiquiátrico ou que revele ideação suicida ou, no caso de gravidez, puerpério ou após interrupção de gravidez, quando se trate das medidas disciplinares previstas nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 105.º e, nos restantes casos, quando circunstâncias excepcionais o justifiquem.

#### CAPÍTULO III - Procedimento disciplinar

##### Artigo 110.º - Princípios gerais

1 — A aplicação de medida disciplinar é precedida de procedimento escrito ou gravado, salvo tratando -se de repreensão escrita.

2 — Iniciado o procedimento, o recluso é informado dos factos que lhe são imputados, sendo-lhe garantidos os direitos de ser assistido por advogado, ser ouvido e de apresentar provas para sua defesa.

3 — O procedimento disciplinar é considerado urgente, devendo ser concluído no prazo máximo de 10 dias úteis.

4 — A decisão final e a sua fundamentação são notificadas ao recluso e ao seu defensor, quando o tenha, e registadas no processo individual daquele.

5 — A tramitação do procedimento disciplinar é concretizada no Regulamento Geral.

#### Artigo 111.º - Medidas cautelares na pendência do processo disciplinar

1 — O director do estabelecimento prisional pode determinar, em qualquer fase do processo disciplinar, a aplicação das medidas cautelares necessárias para impedir a continuação da infracção disciplinar ou a perturbação da convivência ordenada e segura no estabelecimento prisional ou garantir a protecção de pessoa ou a preservação de meios de prova.

2 — As medidas cautelares devem ser proporcionais à gravidade da infracção e adequadas aos efeitos cautelares a atingir, podendo consistir em proibições de contactos ou de actividades ou, nos casos mais graves, em confinamento, no todo ou em parte do dia, em alojamento individual.

3 — A aplicação de medidas cautelares não pode exceder 60 dias ou, no caso de confinamento, 30 dias.

4 — Sendo aplicada medida cautelar de confinamento por todo o dia, é aplicável o n.º 1 do artigo 109.º

5 — Se o recluso vier a ser sancionado com a medida de permanência obrigatória no alojamento ou internamento em cela disciplinar, o tempo da medida cautelar cumprida é ponderado, para efeitos de atenuação, na sanção que vier a ser aplicada.

#### Artigo 112.º - Competência

1 — A aplicação de medida disciplinar compete ao director do estabelecimento prisional.

2 — Se a infracção disciplinar tiver sido praticada contra o director, a aplicação de medida disciplinar compete ao director -geral dos Serviços Prisionais.

3 — A decisão de aplicação de medida disciplinar pode ser precedida de audição do conselho técnico do estabelecimento prisional.

#### Artigo 113.º - Execução das medidas disciplinares

1 — A execução da medida disciplinar é imediata, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2 — Quando o recluso tiver de cumprir duas ou mais medidas disciplinares, a sua execução é simultânea sempre que as medidas forem concretamente compatíveis.

3 — A execução sucessiva de medida disciplinar de internamento em cela disciplinar não pode exceder 30 dias.

4 — Mostrando -se necessária a interrupção da execução da medida, nos termos do número anterior, esta é retomada decorridos oito dias.

5 — Em ocasiões de particular significado humano ou religioso, o director do estabelecimento prisional pode interromper o cumprimento das medidas disciplinares previstas nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 105.º pelo período máximo de vinte e quatro horas.

#### Artigo 114.º - Impugnação

1 — O recluso pode impugnar, perante o tribunal de execução das penas, as decisões de aplicação das medidas disciplinares de permanência obrigatória no alojamento e de internamento em cela disciplinar.

2 — A impugnação tem efeito suspensivo, sem prejuízo do disposto no artigo 111.º

#### Artigo 115.º - Prescrição

1 — O procedimento disciplinar extingue -se, por efeito de prescrição, quando tiverem decorrido quatro ou seis meses a contar da data do cometimento da infracção, conforme se trate de infracções simples ou graves, respectivamente.

2 — A prescrição referida no número anterior interrompe-se com a comunicação ao recluso da instauração do procedimento disciplinar.

3 — A medida disciplinar prescreve nos prazos de quatro ou seis meses a contar do dia seguinte ao da decisão que a aplicou, conforme se trate, respectivamente, de infracções simples ou graves.

4 — A prescrição referida no número anterior interrompe-se com o início de execução da medida.

### TÍTULO XIV

#### Salvaguarda de direitos e meios de tutela

#### Artigo 116.º - Direito de reclamação, petição, queixa e exposição

1 — O recluso tem direito a apresentar, por escrito, individual ou colectivamente, reclamações, petições, queixas e exposições relativas à execução das medidas privativas da liberdade para defesa dos seus direitos.

2 — As reclamações, petições, queixas e exposições podem ser dirigidas ao director do estabelecimento prisional, que:

a) Recorre à mediação, para alcançar soluções consensuais;

b) Se pronuncia sobre as reclamações, petições, queixas e exposições que lhe são dirigidas, no prazo máximo de 30 dias; ou

c) As envia de imediato às entidades ou organismos competentes, dando conhecimento ao recluso.

3 — As reclamações, petições, queixas e exposições podem também ser dirigidas ao director- geral dos Serviços Prisionais e ao Serviço de Auditoria e Inspeção da Direcção -Geral dos Serviços Prisionais.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o recluso pode igualmente apresentar petições, queixas e exposições aos órgãos de soberania e a outras entidades, designadamente à Inspeção -Geral dos Serviços de Justiça, ao Provedor de Justiça, à Ordem dos Advogados, ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, ao Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e ao Comité contra a Tortura da Organização das Nações Unidas.

5 — O Regulamento Geral concretiza as condições de exercício dos direitos referidos nos números anteriores.

#### Artigo 117.º - Direito à informação jurídica

1 — O estabelecimento prisional disponibiliza ao recluso informação jurídica escrita, designadamente legislação e doutrina penais e penitenciárias, o Regulamento Geral e convenções internacionais aplicáveis.

2 — Em especial ao recluso estrangeiro é disponibilizada informação, em língua que ele compreenda, sobre as possibilidades de execução no estrangeiro da sentença penal portuguesa e da sua transferência para o estrangeiro e sobre os termos da execução da pena acessória de expulsão.

### TÍTULO XV

#### Modificação da execução da pena de prisão de reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada.

#### Artigo 118.º - **Beneficiários**

Pode beneficiar de modificação da execução da pena, quando a tal se não oponham fortes exigências de prevenção ou de ordem e paz social, o recluso condenado que:

a) Se encontre gravemente doente com patologia evolutiva e irreversível e já não responda às terapêuticas disponíveis;

b) Seja portador de grave deficiência ou doença irreversível que, de modo permanente, obrigue à dependência de terceira pessoa e se mostre incompatível com a normal manutenção em meio prisional; ou

c) Tenha idade igual ou superior a 70 anos e o seu estado de saúde, física ou psíquica, ou de autonomia se mostre incompatível com a normal manutenção em meio prisional ou afecte a sua capacidade para entender o sentido da execução da pena.

#### Artigo 119.º - **Consentimento**

1 — A modificação da execução da pena depende sempre do consentimento do condenado, ainda que presumido.

2 — Há consentimento presumido quando a situação física ou psicológica do condenado permitir razoavelmente supor que teria eficazmente consentido na modificação se tivesse podido conhecer ou pronunciar-se sobre os respectivos pressupostos.

#### Artigo 120.º - **Modalidades de modificação da execução da pena**

1 — A modificação da execução da pena reveste as seguintes modalidades:

a) Internamento do condenado em estabelecimentos de saúde ou de acolhimento adequados; ou

b) Regime de permanência na habitação.

2 — O tribunal pode, se entender necessário, decidir-se pela fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, com base em parecer médico e dos serviços de reinserção social.

3 — O tempo de duração do internamento ou do regime de permanência em habitação é considerado tempo de execução da pena, nomeadamente para efeitos de liberdade condicional.

4 — As modalidades referidas no n.º 1 podem ser:

a) Substituídas uma pela outra;

b) Revogadas, quando o condenado infrinja grosseira ou repetidamente deveres resultantes da modificação da execução da pena, cometa crime pelo qual venha a ser condenado ou se verifique uma alteração substancial dos pressupostos da sua aplicação, e se revele inadequada ou impossível a medida prevista na alínea anterior.

5 — Para os efeitos previstos no número anterior, o tribunal solicita anualmente às entidades de saúde competentes a actualização do parecer previsto na alínea aplicável do n.º 2 do artigo 217.º

#### Artigo 121.º - **Deveres do condenado**

Recaem em especial sobre o condenado os deveres de permanecer no estabelecimento ou na habitação nos períodos de tempo fixados e de aceitar as medidas de apoio e vigilância dos serviços de reinserção social, cumprir as suas orientações e responder aos contactos, nomeadamente por via telefónica, que por este forem feitos durante os períodos em que deva permanecer no estabelecimento ou na habitação.

#### Artigo 122.º - **Extensão do regime**

1 — Quando, no momento da condenação, se encontrem preenchidos os respectivos pressupostos materiais, pode o tribunal que condena em pena de prisão decidir -se pela imediata aplicação, com as devidas adaptações, da modificação da execução da pena.

2 — No caso previsto no número anterior, aplica -se o disposto no artigo 477.º do Código de Processo Penal.

### **TÍTULO XVI**

#### **Regras especiais**

#### **CAPÍTULO I - Prisão preventiva e detenção**

##### **Artigo 123.º - Prisão preventiva**

1 — A prisão preventiva, em conformidade com o princípio da presunção de inocência, é executada de forma a excluir qualquer restrição da liberdade não estritamente indispensável à realização da finalidade cautelar que determinou a sua aplicação e à manutenção da ordem, segurança e disciplina no estabelecimento prisional.

2 — A prisão preventiva executa -se de acordo com o disposto na decisão judicial que determinou a sua aplicação.

3 — O recluso preventivo pode, querendo, frequentar cursos de ensino e formação profissional, trabalhar e participar nas outras actividades organizadas pelo estabelecimento prisional.

4 — O recluso preventivo tem o dever de proceder à limpeza, arrumação e manutenção do seu alojamento e de participar nas actividades de limpeza, arrumação e manutenção dos equipamentos e instalações do estabelecimento prisional.

5 — O recluso preventivo pode receber visitas, sempre que possível todos os dias.

6 — Na medida do possível e desde que razões de saúde, higiene e segurança não o desaconselhem, o recluso preventivo pode receber alimentos do exterior, nos termos do Regulamento Geral.

7 — O recluso preventivo colocado em regime de segurança está sujeito às limitações decorrentes deste regime impostas pelo presente Código.

##### **Artigo 124.º - Detenção**

1 — O detido apenas pode permanecer em estabelecimentos ou unidades prisionais destinados, por despacho do director- geral dos Serviços Prisionais, à guarda de detidos.

2 — Ao detido é aplicável o disposto no presente Código e no Regulamento Geral, com as necessárias adaptações.

3 — O detido tem direito a contactar com o seu advogado a qualquer hora do dia ou da noite.

4 — Quando fundadas razões de saúde o justifiquem, o detido é observado por médico do estabelecimento prisional ou, a expensas suas, por médico da sua confiança.

### **CAPÍTULO II**

#### **Prisão por dias livres e em regime de semidetenção**

##### **Artigo 125.º - Execução, faltas e termo do cumprimento**

1 — A execução da prisão por dias livres e da prisão em regime de semidetenção obedece ao disposto no presente Código e no Regulamento Geral, com as especificações fixadas neste capítulo.

2 — As entradas e saídas no estabelecimento prisional são anotadas no processo individual do condenado.

3 — Não são passados mandados de condução nem de libertação.

4 — As faltas de entrada no estabelecimento prisional de harmonia com a sentença são imediatamente comunicadas ao tribunal de execução das penas. Se este tribunal, depois de ouvir o condenado e de proceder às diligências necessárias, não considerar a falta justificada, passa a prisão a ser cumprida em regime contínuo pelo tempo que faltar, passando -se, para o efeito, mandados de captura.

5 — As apresentações tardias, com demora não excedente a três horas, podem ser consideradas justificadas pelo director do estabelecimento prisional, ouvido o condenado.

### CAPÍTULO III

#### **Medida de segurança de internamento e internamento de imputável portador de anomalia psíquica**

##### **Artigo 126.º - Princípios gerais**

1 — A execução da medida privativa da liberdade aplicada a inimputável ou a imputável internado, por decisão judicial, em estabelecimento destinado a inimputáveis orienta-se para a reabilitação do internado e a sua reinserção no meio familiar e social, prevenindo a prática de outros factos criminosos e servindo a defesa da sociedade e da vítima em especial.

2 — As medidas referidas no número anterior e o internamento preventivo são executados preferencialmente em unidade de saúde mental não prisional e, sempre que se justificar, em estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados, tendo em conta o determinado na decisão judicial e os critérios previstos no artigo 20.º, com as necessárias adaptações.

3 — A decisão de afectação a estabelecimento ou unidade prisional especialmente vocacionado, nos termos do número anterior, compete ao director -geral dos Serviços Prisionais e é comunicada ao tribunal de execução das penas.

4 — A execução de medida privativa da liberdade aplicada a inimputável ou a imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis, bem como do internamento preventivo, obedece ao disposto no presente Código, com as adaptações justificadas pela diferente natureza e finalidades destas medidas e com as especificações fixadas neste capítulo, e no Regulamento Geral.

5 — Quando a execução decorra em unidade de saúde mental não prisional, obedece ao disposto no presente Código, com as adaptações que vierem a ser fixadas por diploma próprio.

##### **Artigo 127.º - Regimes de execução**

1 — Os regimes de execução previstos no presente Código aplicam-se, com as necessárias adaptações, ao inimputável e ao imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis.

2 — A escolha e a alteração do regime de execução são efectuadas sob orientação médica.

##### **Artigo 128.º - Plano terapêutico e de reabilitação**

1 — No caso de aplicação de medida de segurança privativa da liberdade ou de internamento de imputável em estabelecimento destinado a inimputáveis, é obrigatória a elaboração de plano terapêutico e de reabilitação, estruturado em função das necessidades, aptidões individuais e avaliação de risco.

2 — O plano terapêutico e de reabilitação do internado: a) Respeita a sua individualidade e dignidade;

b) Promove o seu envolvimento e o dos seus familiares;

c) Compreende actividades ocupacionais e terapias individuais ou de grupo;

d) Privilegia a sua integração em programas de reabilitação e, sempre que a situação pessoal e processual o permita, em estruturas comunitárias;

e) Cria as condições necessárias para a continuidade do tratamento após a libertação.

3 — O plano é elaborado com a participação de especialistas em saúde mental, sendo remetido ao tribunal de execução das penas para homologação.

4 — Na elaboração do plano deve procurar -se obter a participação e adesão do internado, salvo se o seu estado de saúde tornar a participação inútil ou inviável.

5 — O plano é periodicamente avaliado e actualizado, em função das necessidades de tratamento do internado e das suas condições de inserção familiar e social.

6 — Ao inimputável e ao imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis é aplicável o disposto nas alíneas a) a d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Lei n.º 36/98, de 24 de Julho.

##### **Artigo 129.º - Processo individual**

1 — No processo individual do internado são integradas as comunicações recebidas do tribunal e registados os elementos a este fornecidos, bem como os relatórios de avaliação periódica dos efeitos do tratamento sobre a perigosidade do internado.

2 — Anualmente e sempre que as condições o justificarem ou o tribunal de execução das penas o solicitar, o director do estabelecimento remete para o processo organizado naquele tribunal o relatório de avaliação periódica.

##### **Artigo 130.º - Licenças de saída**

1 — Se não houver prejuízo para as finalidades terapêuticas, podem ser concedidas aos internados as licenças de saída previstas no presente Código, verificados os respectivos pressupostos, sob orientação médica.

2 — Durante o período mínimo de internamento aplicado nos termos do n.º 2 do artigo 91.º do Código Penal, apenas podem ser concedidas saídas jurisdicionais compatíveis com o plano terapêutico e de reabilitação.

##### **Artigo 131.º - Meios especiais de segurança**

A aplicação de meio especial de segurança relativamente a inimputável ou a imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis é ordenada pelo director, sob proposta e orientação do médico, salvo se se tratar de situação de perigo iminente.

##### **Artigo 132.º - Reclamação, petição, queixa, exposição e impugnação**

1 — O inimputável e o imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis são auxiliados no exercício dos seus direitos de reclamação, petição, queixa e exposição.

2 — O inimputável e o imputável internado em estabelecimento destinado a inimputáveis são assistidos por advogado, constituído ou nomeado, no exercício do direito de impugnação previsto no artigo 114.º

### LIVRO II

#### **Do processo perante o tribunal de execução das penas**

##### **TÍTULO I - Disposições gerais**

##### **Artigo 133.º - Jurisdicionalização da execução**

Compete aos tribunais judiciais administrar a justiça penal em matéria de execução das penas e medidas privativas da liberdade, nos termos da lei.



#### Artigo 134.º - **Intervenção do Ministério Público**

Ao Ministério Público cabe acompanhar e verificar a legalidade da execução das penas e medidas privativas da liberdade, nos termos do respectivo Estatuto e do presente Código.

#### Artigo 135.º - **Serviços prisionais**

1 — Os serviços prisionais garantem, nos termos da lei:

*a)* A execução das penas e medidas privativas da liberdade, de acordo com as respectivas finalidades;

*b)* A ordem, segurança e disciplina nos estabelecimentos prisionais.

2 — Os serviços prisionais efectuem as comunicações previstas no livro I aos tribunais competentes e promovem junto destes todas as diligências legalmente previstas.

#### Artigo 136.º - **Serviços de reinserção social**

1 — Os serviços de reinserção social intervêm na execução das penas e medidas privativas da liberdade prestando assessoria técnica aos tribunais de execução das penas e garantindo o acompanhamento da liberdade condicional e da liberdade para prova, nos termos previstos na lei.

2 — Os serviços de reinserção social colaboram com os serviços prisionais na preparação da liberdade condicional, promovendo a reinserção social e a prevenção criminal, nomeadamente através de mecanismos de natureza social, educativa e laboral.

### TÍTULO II

Tribunais de execução das penas

#### CAPÍTULO I

##### **Competência**

#### Artigo 137.º - **Competência territorial**

1 — A competência territorial do tribunal de execução das penas determina -se em função da localização do estabelecimento a que se encontre afecto o recluso.

2 — Quanto a arguido ou condenado residente no estrangeiro, é competente o Tribunal de Execução das Penas de Lisboa.

3 — Nos demais casos, é competente o tribunal de execução das penas com sede na área da residência do arguido ou do condenado.

4 — Se, por efeito das regras que determinam a competência territorial, o processo vier a ser transmitido a outro tribunal de execução das penas, a transmissão é notificada ao arguido, ao seu advogado, ao tribunal da condenação, aos serviços de reinserção social e, se o arguido estiver privado da liberdade, à Direcção -Geral dos Serviços Prisionais e aos directores dos estabelecimentos prisionais envolvidos.

#### Artigo 138.º - **Competência material**

1 — Compete ao tribunal de execução das penas garantir os direitos dos reclusos, pronunciando -se sobre a legalidade das decisões dos serviços prisionais nos casos e termos previstos na lei.

2 — Após o trânsito em julgado da sentença que determinou a aplicação de pena ou medida privativa da liberdade, compete ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a respectiva execução e decidir da sua modificação, substituição e extinção, sem prejuízo do disposto no artigo 371.º -A do Código de Processo Penal.

3 — Compete ainda ao tribunal de execução das penas acompanhar e fiscalizar a execução da prisão e do

internamento preventivos, devendo as respectivas decisões ser comunicadas ao tribunal à ordem do qual o arguido cumpre a medida de coacção.

4 — Sem prejuízo de outras disposições legais, compete aos tribunais de execução das penas, em razão da matéria:

*a)* Homologar os planos individuais de readaptação, bem como os planos terapêuticos e de reabilitação de inimputável e de imputável portador de anomalia psíquica internado em estabelecimento destinado a inimputáveis, e as respectivas alterações;

*b)* Conceder e revogar licenças de saída jurisdicionais;

*c)* Conceder e revogar a liberdade condicional, a adaptação à liberdade condicional e a liberdade para prova; *d)* Determinar a execução da pena acessória de expulsão, declarando extinta a pena de prisão, e determinar a execução antecipada da pena acessória de expulsão;

*e)* Convocar o conselho técnico sempre que o entenda necessário ou quando a lei o preveja;

*f)* Decidir processos de impugnação de decisões dos serviços prisionais;

*g)* Definir o destino a dar à correspondência retida;

*h)* Declarar perdidos e dar destino aos objectos ou valores apreendidos aos reclusos;

*i)* Decidir sobre a modificação da execução da pena de prisão relativamente a reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada, bem como da substituição ou da revogação das respectivas modalidades;

*j)* Ordenar o cumprimento da prisão em regime contínuo em caso de faltas de entrada no estabelecimento prisional não consideradas justificadas por parte do condenado em prisão por dias livres ou em regime de semidetenção;

*l)* Rever e prorrogar a medida de segurança de internamento de inimputáveis;

*m)* Decidir sobre a prestação de trabalho a favor da comunidade e sobre a sua revogação, nos casos de execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade; *n)* Determinar o internamento ou a suspensão da execução da pena de prisão em virtude de anomalia psíquica sobrevinda ao agente durante a execução da pena de prisão e proceder à sua revisão;

*o)* Determinar o cumprimento do resto da pena ou a continuação do internamento pelo mesmo tempo, no caso de revogação da prestação de trabalho a favor da comunidade ou da liberdade condicional de indivíduo sujeito a execução sucessiva de medida de segurança e de pena privativas da liberdade;

*p)* Declarar a caducidade das alterações ao regime normal de execução da pena, em caso de simulação de anomalia psíquica;

*q)* Declarar cumprida a pena de prisão efectiva que concretamente caberia ao crime cometido por condenado em pena relativamente indeterminada, tendo sido recusada ou revogada a liberdade condicional;

*r)* Declarar extinta a pena de prisão efectiva, a pena relativamente indeterminada e a medida de segurança de internamento;

*s)* Emitir mandados de detenção, de captura e de libertação;

*t)* Informar o ofendido da libertação ou da evasão do recluso, nos casos previstos nos artigos 23.º e 97.º;

u) Instruir o processo de concessão e revogação do indulto e proceder à respectiva aplicação;

v) Proferir a declaração de contumácia e decretar o arresto de bens, quanto a condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de pena de prisão ou de medida de internamento;

x) Decidir sobre o cancelamento provisório de factos ou decisões inscritos no registo criminal;

z) Julgar o recurso sobre a legalidade da transcrição nos certificados do registo criminal.

## CAPÍTULO II

### Incompetência e conflitos de competência

#### Artigo 139.º - Declaração de incompetência e efeitos

1 — A incompetência do tribunal é por este conhecida e declarada oficiosamente e pode ser deduzida pelo Ministério Público e pelo condenado até ao trânsito da decisão que ponha termo ao processo.

2 — Declarada a incompetência, o processo é remetido ao tribunal competente, sem prejuízo da prática dos actos processuais urgentes.

#### Artigo 140.º - Conflitos de competência

À definição, denúncia e resolução do conflito de competência aplicam-se, com as necessárias adaptações, as normas correspondentes do Código de Processo Penal.

## CAPÍTULO III

### Ministério Público

#### Artigo 141.º - Competência

Sem prejuízo de outras disposições legais, ao representante do Ministério Público junto do tribunal de execução das penas compete:

a) Visitar os estabelecimentos prisionais regularmente e sempre que necessário ou conveniente para o exercício das competências previstas no presente Código;

b) Verificar a legalidade das decisões dos serviços prisionais que, nos termos do presente Código, lhe devam ser obrigatoriamente comunicadas para esse efeito e impugnar as que considere ilegais;

c) Recorrer das decisões do tribunal de execução das penas, nos termos previstos na lei;

d) Participar no conselho técnico;

e) Impulsionar a transferência, para o país da nacionalidade ou da residência, de pessoa sujeita a medida privativa da liberdade por tribunal português ou dar seguimento ao pedido;

f) Promover a detenção provisória, a extradição activa e a entrega de pessoa contra a qual exista processo pendente no tribunal de execução das penas;

g) Diligenciar, junto do tribunal competente, pela promoção da realização do cúmulo jurídico de penas logo que, por qualquer forma, tome conhecimento da verificação dos respectivos pressupostos;

h) Promover o desconto, no cumprimento da pena, do tempo em que o recluso andou em liberdade, na hipótese de revogação de licença de saída administrativa ou jurisdicional;

i) Em caso de execução sucessiva de penas, proceder ao respectivo cômputo, para efeitos de concessão de liberdade condicional;

j) Em caso de revogação de licença de saída ou da liberdade condicional, calcular as datas para o termo de pena e, nos casos de admissibilidade de liberdade condicional, para os efeitos previstos nos artigos 61.º e 62.º do Código Penal e submeter o cômputo à homologação do juiz;

l) Dar parecer sobre a concessão do indulto e promover a respectiva revogação;

m) Suscitar a resolução do conflito de competência;

n) Instaurar a execução por custas;

o) Instaurar os procedimentos, promover e realizar as demais diligências previstas no presente Código.

## TÍTULO III - Conselho técnico

### Artigo 142.º - Competência

1 — O conselho técnico é um órgão auxiliar do tribunal de execução das penas com funções consultivas.

2 — Ao conselho técnico compete, designadamente:

a) Emitir parecer sobre a concessão de liberdade condicional, de liberdade para prova e de licenças de saída jurisdicionais e sobre as condições a que devem ser sujeitas;

b) Dar parecer sobre os assuntos que, nos termos da lei, sejam submetidos à sua apreciação pelo juiz do tribunal de execução das penas.

### Artigo 143.º - Presidência e composição

1 — O conselho técnico é presidido pelo juiz do tribunal de execução das penas com jurisdição sobre a área de localização do estabelecimento prisional e nele pode participar o representante do Ministério Público junto do mesmo tribunal.

2 — Quando participe no conselho técnico, o representante do Ministério Público pode intervir para solicitar a prestação de esclarecimentos ou a obtenção de elementos que entenda necessários para o exercício das suas competências.

3 — São membros do conselho técnico o director do estabelecimento prisional, que tem voto de qualidade, o responsável para a área do tratamento penitenciário, o chefe do serviço de vigilância e segurança e o responsável da competente equipa dos serviços de reinserção social.

4 — O juiz do tribunal de execução das penas pode chamar a participar na reunião do conselho técnico qualquer funcionário, sem direito de voto, se for considerada útil a sua colaboração para os assuntos em discussão.

5 — O conselho técnico reúne no estabelecimento prisional.

## TÍTULO IV - Processo

### CAPÍTULO I - Disposições gerais

#### Artigo 144.º - Natureza individual do processo

1 — O processo no tribunal de execução das penas tem natureza individual.

2 — Quando o processo tenha por base a comunicação a que se refere o artigo 477.º do Código de Processo Penal e a sentença abranja vários arguidos, extrair-se-ão, oficiosamente, tantas certidões quantos os arguidos.

### Artigo 145.º - Carácter único do processo

1 — No tribunal de execução das penas é organizado, relativamente a cada indivíduo, um único processo.

2 — Constituem-se em principais os autos que derem origem à abertura do processo.

3 — São autuados e correm por apenso aos autos principais todos os demais processos e incidentes.

4 — Na eventualidade de os autos a que se referem os dois números anteriores se encontrarem já findos, são

requisitados ao arquivo, ainda que de outro tribunal, seguindo-se o disposto no número anterior, salvo se se referirem a factos já cancelados do registo criminal.

#### Artigo 146.º - **Fundamentação dos actos e publicidade do processo**

1 — Os actos decisórios do juiz de execução das penas são sempre fundamentados, devendo ser especificados os motivos de facto e de direito da decisão.

2 — O processo no tribunal de execução das penas é, desde o seu início, acessível aos sujeitos que nele intervêm, ficando estes, porém, vinculados ao segredo de justiça.

3 — Relativamente a outras entidades, não judiciais, o processo torna-se público a partir da audição do arguido ou condenado, se a ela houver lugar.

4 — Se não houver lugar à referida audição, o processo é público depois de proferida a decisão em primeira instância.

5 — A publicidade do processo respeita sempre os dados relativos à reserva da vida privada do arguido ou condenado, mesmo que constituam meio de prova, preserva o seu processo de reinserção social e a dignidade, o bom nome e a reputação da vítima.

6 — A consulta do auto, a obtenção de cópias, extractos e certidões de partes dele e a reprodução, pelos órgãos de comunicação social, de peças processuais ou de documentos incorporados no processo dependem de requerimento dirigido ao juiz com indicação dos fins a que se destinam e limitam-se ao estritamente indispensável e adequado à realização da finalidade em causa.

7 — Constitui crime de desobediência simples a utilização da consulta do processo ou das cópias, extractos ou certidões para fins diversos dos expressamente indicados nos termos do número anterior.

#### Artigo 147.º - **Intervenção de advogado**

1 — É permitida a intervenção de advogado nos termos gerais de direito.

2 — É obrigatória a assistência de advogado nos casos especialmente previstos na lei ou quando estejam em causa questões de direito.

#### Artigo 148.º - **Rejeição e aperfeiçoamento**

Recebido o requerimento inicial, o juiz do tribunal de execução das penas, ouvido o Ministério Público, pode:

a) Rejeitá-lo, se manifestamente infundado ou quando contenha pretensão já antes rejeitada e baseada nos mesmos elementos;

b) Convidar ao aperfeiçoamento.

#### Artigo 149.º - **Comunicações, convocações e notificações**

São correspondentemente aplicáveis ao processo no tribunal de execução das penas as disposições do Código de Processo Penal relativas à comunicação de actos processuais, convocações e notificações.

#### Artigo 150.º - **Utilização da informática**

1 — A tramitação dos processos é efectuada electronicamente em termos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, devendo as disposições processuais relativas a actos dos magistrados e das secretarias ser objecto das adaptações práticas que se revelem necessárias.

2 — A portaria referida no número anterior regula, designadamente:

a) A apresentação de peças processuais e documentos;

b) A distribuição de processos;

c) A prática, necessariamente por meios electrónicos, dos actos processuais dos magistrados e dos funcionários;

d) Os actos, peças, autos e termos do processo que não podem constar do processo em suporte físico;

e) A comunicação com os serviços prisionais e de reinserção social.

#### Artigo 151.º - **Processos urgentes**

1 — Correm em férias os processos de concessão de adaptação à liberdade condicional, de liberdade condicional e de liberdade para prova, de modificação da execução da pena de prisão por motivo de doença grave, evolutiva e irreversível, de verificação da legalidade e de impugnação de decisões dos serviços prisionais com efeito suspensivo.

2 — São também considerados urgentes e correm em férias os processos cuja demora possa causar prejuízo, quando o juiz, oficiosamente ou a requerimento, assim o decida por despacho fundamentado.

#### Artigo 152.º - **Prazos**

1 — Salvo disposição legal em contrário, é de 10 dias o prazo para a prática de qualquer acto processual.

2 — À contagem dos prazos para a prática de actos processuais são aplicáveis as disposições da lei do processo civil.

#### Artigo 153.º - **Custas**

1 — Sem prejuízo do disposto na lei em matéria de apoio judiciário, nos processos que corram termos pelo tribunal de execução das penas são devidas custas, em conformidade com o Regulamento das Custas Processuais.

2 — O processo de indulto não está sujeito ao pagamento de quaisquer custas.

3 — A liquidação das custas é efectuada a final pela secção de processos, no prazo de cinco dias.

4 — Em caso de recurso, a liquidação é realizada após o trânsito em julgado da decisão final, no tribunal de execução das penas que tiver decidido em 1.ª instância.

5 — Sobre as quantias contadas ou liquidadas incidem juros de mora a partir do prazo estabelecido na lei para o respectivo pagamento.

6 — Em tudo o que não estiver previsto nos números anteriores é aplicável subsidiariamente o disposto no Regulamento das Custas Processuais.

#### Artigo 154.º - **Direito subsidiário**

Sempre que o contrário não resulte da presente lei, são correspondentemente aplicáveis as disposições do Código de Processo Penal.

### CAPÍTULO II - **Formas de processo**

#### Artigo 155.º - **Formas de processo**

1 — Para além dos previstos em lei avulsa, existem as seguintes formas de processo: internamento, homologação, liberdade condicional, licença de saída jurisdicional, verificação da legalidade, impugnação, modificação da execução da pena de prisão, indulto e cancelamento provisório do registo criminal.

2 — A todos os casos a que não corresponda uma forma de processo referida no número anterior aplica-se o processo supletivo.

### **CAPÍTULO III - Internamento**

#### **SECÇÃO I - Internamento anteriormente decretado**

##### **Artigo 156.º - Início do processo**

1 — Salvo nos casos previstos na subsecção II da presente secção, o processo no tribunal de execução das penas inicia-se com a atuação de certidão:

*a)* Da sentença que declare a inimputabilidade, determine o internamento do arguido e fixe o prazo máximo e, quando for caso disso, o prazo mínimo de duração deste;

*b)* Da sentença condenatória que determine o internamento de arguido imputável em estabelecimento destinado a inimputáveis pelo tempo correspondente à duração da pena;

*c)* Da decisão que revogue a suspensão da medida de internamento e determine a respectiva execução.

2 — No caso de o arguido se encontrar privado de liberdade, a certidão referida no número anterior deve fazer menção da sua localização.

3 — A instauração do processo é, independentemente de despacho, notificada ao arguido, comunicada ao tribunal da condenação e aos serviços de reinserção social e, verificando-se a hipótese prevista no número anterior, também à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e ao director do estabelecimento a que o condenado esteja afecto.

##### **Artigo 157.º - Defensor**

1 — Quando o condenado não tenha defensor constituído, o tribunal solicita à Ordem dos Advogados a nomeação de defensor.

2 — À nomeação do defensor e sua substituição aplicam-se as regras relativas à protecção jurídica e ao patrocínio judiciário em processo penal.

##### **Artigo 158.º - Revisão obrigatória**

1 — A revisão obrigatória da situação do internado tem lugar nos termos e prazos definidos no Código Penal.

2 — Para o efeito, o juiz, até dois meses antes da data calculada para a revisão, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do internado ou do seu defensor:

*a)* Ordena, consoante os casos, a realização de perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade e fixa prazo para a apresentação do respectivo relatório, o qual deve também conter juízo sobre a capacidade do internado para prestar declarações;

*b)* Determina a realização das demais diligências que se afigurem com interesse para a decisão.

3 — Com a antecedência mínima estipulada no número anterior:

*a)* Os serviços de reinserção social enviam relatório contendo a análise do enquadramento sócio-familiar e profissional do internado e a avaliação das suas perspectivas e necessidades de reinserção social;

*b)* O estabelecimento remete relatório de avaliação sobre a evolução clínica e comportamental do internado.

4 — O juiz ouve o internado, se para tal este for considerado capaz, fazendo extractar em auto as suas declarações.

5 — São notificados do despacho que designa data para a audição o Ministério Público e o defensor, que podem estar presentes.

##### **Artigo 159.º - Revisão a requerimento**

1 — Se for invocada a existência de causa justificativa da cessação do internamento, o tribunal aprecia a questão a todo o tempo.

2 — Têm legitimidade para requerer a revisão o internado, o seu representante legal, o Ministério Público e o director do estabelecimento a que aquele se encontre afecto.

3 — São correspondentemente aplicáveis as alíneas *a)* e *b)* do n.º 2 e os n.ºs 4 e 5 do artigo anterior, podendo ainda o tribunal solicitar os relatórios referidos no n.º 3 do mesmo preceito.

##### **Artigo 160.º - Alegações e vista ao Ministério Público**

Antes de ser proferida a decisão, é notificado o defensor para, em cinco dias, alegar o que tiver por conveniente, após o que são os autos continuados com vista ao Ministério Público para, no mesmo prazo, emitir parecer.

##### **Artigo 161.º - Decisão -**

A decisão é:

*a)* Notificada ao Ministério Público, ao internado, ao respectivo mandatário ou defensor e ao seu representante legal, se tiver sido este a requerer a revisão;

*b)* Comunicada ao tribunal da condenação, ao director do estabelecimento onde o internado se encontre, à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e aos serviços de reinserção social.

##### **Artigo 162.º - Prorrogação do internamento**

O disposto no artigo 158.º é correspondentemente aplicável à decisão sobre a prorrogação do internamento, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Código Penal.

##### **Artigo 163.º - Execução e incumprimento da liberdade para prova**

À execução e incumprimento da liberdade para prova são correspondentemente aplicáveis as normas correspondentes estabelecidas para a liberdade condicional, sendo ouvido obrigatoriamente o defensor.

### **SECÇÃO II**

#### **Internamento determinado pelo tribunal de execução das penas**

##### **Artigo 164.º - Outros casos de aplicação do processo**

1 — O processo de internamento é também aplicável:

*a)* Às situações de anomalia psíquica manifestada durante a execução da pena privativa da liberdade, nos casos previstos nos n.ºs 1 dos artigos 104.º, 105.º e 106.º do Código Penal;

*b)* À decisão a que se refere a parte final do n.º 6 do artigo 99.º do Código Penal.

2 — O processo de internamento é ainda aplicável, tratando-se de pena relativamente indeterminada, a partir do momento em que se mostre cumprida a pena que concretamente caberia ao crime cometido, tendo sido recusada ou revogada a liberdade condicional, nos termos do n.º 3 do artigo 90.º do Código Penal.

##### **Artigo 165.º - Início do processo**

1 — No caso previsto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo anterior, o processo inicia-se com o requerimento do condenado ou do seu representante legal, do Ministério Público ou do director do estabelecimento prisional a que aquele está afecto.

2 — O requerimento é fundamentado, devendo logo o requerente fornecer todas as provas e indicar os demais meios de prova a produzir.

3 — No caso previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, o processo tem início com a autuação de certidão da sentença que revogue a prestação de trabalho a favor da comunidade ou a liberdade condicional.

4 — Na hipótese prevista no n.º 2 do artigo anterior, o processo inicia -se com a autuação de certidão da decisão que, não tendo sido concedida ou tendo sido revogada a liberdade condicional, declare cumprida a pena que concretamente caberia ao condenado em pena relativamente indeterminada.

5 — É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 156.º

#### Artigo 166.º - Instrução

1 — Recebido o requerimento ou autuada a certidão, o juiz declara aberta a instrução, ordenando:

a) Quando for o caso, a realização de perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade e avaliação da capacidade do agente para prestar declarações;

b) Aos serviços de reinserção social, a elaboração de relatório contendo análise do enquadramento sócio-familiar e profissional do condenado e a avaliação das suas perspectivas e necessidades de reinserção social;

c) Oficiosamente ou a requerimento, a realização de outras diligências necessárias à decisão.

2 — No mesmo despacho, o juiz fixa os prazos em que devem ser apresentados os documentos e relatórios e realizadas as diligências a que se refere o número anterior.

3 — Aplica -se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 159.º e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 158.º

#### Artigo 167.º - Tramitação subsequente

1 — Proferido o despacho que declara encerrada a instrução, é o defensor notificado para, em cinco dias, alegar o que tiver por conveniente, após o que são os autos continuados com vista ao Ministério Público para, no mesmo prazo, emitir parecer.

2 — À notificação e comunicação da decisão aplica -se o disposto no artigo 161.º

#### Artigo 168.º - Remissão

1 — É correspondentemente aplicável o preceituado na subsecção anterior quanto à revisão, obrigatória e a requerimento, da situação do internado.

2 — Nos casos referidos na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 164.º, aplica -se ainda o disposto no artigo 163.º, relativo à execução e incumprimento da liberdade para prova.

### SECÇÃO III - Disposições comuns

#### Artigo 169.º - Substituição da prisão por prestação de trabalho a favor da comunidade

1 — Nos casos previstos no artigo 99.º e nos n.ºs 3 dos artigos 105.º e 106.º do Código Penal, o requerimento para a substituição do tempo de prisão por prestação de trabalho a favor da comunidade é apresentado até dois meses antes da data calculada para a revisão obrigatória ou no requerimento de revisão, devendo o condenado indicar as suas habilitações literárias e profissionais, a sua situação profissional e familiar e, se possível, a entidade na qual pretenda prestar trabalho.

2 — O tribunal pode solicitar informações complementares aos serviços de reinserção social, nomeadamente sobre o local e horário de trabalho.

3 — O Ministério Público emite parecer nos próprios autos.

4 — A decisão de substituição indica, designadamente, o número de horas de trabalho e respectivo horário e a entidade a quem é prestado, sendo:

a) Notificada ao recluso e ao Ministério Público;

b) Comunicada aos serviços de reinserção social e à entidade a quem o trabalho deva ser prestado.

#### Artigo 170.º - Revogação da prestação de trabalho a favor da comunidade

Ao incumprimento da prestação de trabalho a favor da comunidade é correspondentemente aplicável o disposto quanto ao incidente de incumprimento da liberdade condicional, sendo ouvido obrigatoriamente o defensor.

#### Artigo 171.º - Recursos e seu efeito

1 — Cabe recurso da decisão que determine, recuse, mantenha ou prorogue o internamento e da que decreta a respectiva cessação.

2 — São também recorríveis as decisões de substituição da pena de prisão ainda não cumprida por prestação de trabalho a favor da comunidade e a revogação desta.

3 — São ainda recorríveis as decisões de concessão, recusa ou revogação da liberdade para prova.

4 — Têm efeito suspensivo os recursos interpostos da decisão que:

a) Determine o internamento;

b) Substitua a pena de prisão ainda não cumprida por prestação de trabalho a favor da comunidade ou que revogue esta;

c) Revogue a liberdade para prova.

### CAPÍTULO IV - Homologação dos planos

#### Artigo 172.º - Tramitação

1 — Recebido e autuado o plano individual de readaptação ou o plano terapêutico e de reabilitação, a secretaria, independentemente de despacho, abre vista ao Ministério Público para que se pronuncie.

2 — De seguida, vão os autos conclusos ao juiz, o qual despacha no sentido de:

a) Homologar o plano;

b) Não homologar o plano, indicando as razões da sua decisão.

3 — O despacho de homologação é notificado ao Ministério Público e ao recluso e comunicado, acompanhado de certidão integral do plano homologado, ao respectivo estabelecimento e aos serviços de reinserção social.

4 — No caso de não homologação, o despacho é notificado ao Ministério Público e comunicado ao estabelecimento para que, no prazo de 15 dias e com observância das formalidades legalmente exigidas, se proceda à reformulação do plano.

5 — À homologação das alterações do plano aplica -se o disposto nos números anteriores.

### CAPÍTULO V - Liberdade condicional

#### SECÇÃO I - Concessão

#### Artigo 173.º - Instrução

1 — Até 90 dias antes da data admissível para a concessão de liberdade condicional, o juiz solicita, fixando prazo:

a) Relatório dos serviços prisionais contendo avaliação da evolução da personalidade do recluso durante a execução da pena, das competências adquiridas nesse período, do seu comportamento prisional e da sua relação com o crime cometido;

b) Relatório dos serviços de reinserção social contendo avaliação das necessidades subsistentes de reinserção social, das perspectivas de enquadramento familiar, social e profissional do recluso e das condições a que deve estar sujeita a concessão de liberdade condicional, ponderando ainda, para este efeito, a necessidade de protecção da vítima; c) Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do condenado, outros elementos que se afigurem relevantes para a decisão.

2 — A instrução deve estar concluída até 60 dias antes da data admissível para a concessão da liberdade condicional.

#### Artigo 174.º - **Tramitação subsequente**

1 — Encerrada a instrução, o juiz, por despacho, convoca o conselho técnico para um dos 20 dias seguintes e designa hora para a audição do recluso, a qual tem lugar em acto seguido à reunião daquele órgão.

2 — O despacho é notificado ao Ministério Público, ao recluso, ao defensor, quando o tenha, e comunicado ao estabelecimento prisional e aos serviços de reinserção social.

#### Artigo 175.º - **Conselho técnico**

1 — Os membros do conselho técnico prestam os esclarecimentos que lhes forem solicitados, designadamente quanto aos relatórios que os respectivos serviços hajam produzido.

2 — O conselho técnico emite parecer, apurado através da votação de cada um dos seus membros, quanto à concessão da liberdade condicional e às condições a que a mesma deve ser sujeita.

3 — Se o considerar oportuno, tendo em vista a eventual subordinação da liberdade condicional a regime de prova, o juiz solicita aos serviços de reinserção social a elaboração, no prazo de 15 dias, do plano de reinserção social.

4 — Da reunião do conselho técnico é lavrada acta.

#### Artigo 176.º - **Audição do recluso**

1 — O juiz questiona o recluso sobre todos os aspectos que considerar pertinentes para a decisão em causa, incluindo o seu consentimento para a aplicação da liberdade condicional, após o que dá a palavra ao Ministério Público e ao defensor, caso estejam presentes, os quais podem requerer que o juiz formule as perguntas que entenderem relevantes.

2 — O recluso pode oferecer as provas que julgar convenientes.

3 — O juiz decide, por despacho irrecorrível, sobre a relevância das perguntas e a admissão das provas.

4 — Caso perspetive como necessária a sujeição do recluso a tratamento médico ou a cura em instituição adequada, o juiz recolhe, desde logo, o seu consentimento. 5 — A audição do recluso é reduzida a auto.

#### Artigo 177.º - **Parecer do Ministério Público e decisão**

1 — O Ministério Público, nos cinco dias seguintes à audição do recluso, emite, nos próprios autos, parecer quanto à concessão da liberdade condicional e às condições a que esta deva ser sujeita.

2 — Quando conceder a liberdade condicional, o juiz: a) Determina a data do seu termo;

b) Determina a data em que se cumprem os cinco anos, no caso e para os efeitos previstos nos n.ºs 5 do artigo 61.º e 2 do artigo 90.º do Código Penal;

c) Fixa as condições a que a mesma fica sujeita; e

d) Aprova o plano de reinserção social, se impuser regime de prova.

3 — A decisão do juiz é notificada ao recluso, ao defensor e ao Ministério Público e, após trânsito em julgado, comunicada aos serviços prisionais e de reinserção social e, em caso de concessão, aos demais serviços ou entidades que devam intervir na execução da liberdade condicional e aos serviços de identificação criminal, através de boletim do registo criminal.

#### Artigo 178.º - **Suspensão da decisão**

O juiz pode suspender a decisão, por um período não superior a três meses, tendo em vista a verificação de determinadas circunstâncias ou condições ou a elaboração e aprovação do plano de reinserção social.

#### Artigo 179.º - **Recurso**

1 — O recurso é limitado à questão da concessão ou recusa da liberdade condicional.

2 — Têm legitimidade para recorrer o Ministério Público e o recluso, este apenas quanto à decisão de recusa da liberdade condicional.

3 — O recurso da decisão de concessão tem efeito suspensivo quando os pareceres do conselho técnico e do Ministério Público tiverem sido contrários à concessão da liberdade condicional e reveste natureza urgente, nos termos do artigo 151.º

#### Artigo 180.º - **Renovação da instância**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 61.º do Código Penal, nos casos em que a liberdade condicional não tenha sido concedida e a prisão haja de prosseguir por mais de um ano, a instância renova -se de 12 em 12 meses a contar da data em que foi proferida a anterior decisão.

2 — Tratando -se de pena relativamente indeterminada, até se mostrar cumprida a pena que concretamente caberia ao crime cometido, a instância renova -se:

a) Decorrido um ano sobre a não concessão da liberdade condicional;

b) Decorridos dois anos sobre o início da continuação do cumprimento da pena quando a liberdade condicional for revogada. Se a liberdade condicional não for concedida, a instância renova -se decorrido cada período ulterior de um ano.

3 — São aplicáveis à renovação da instância, com as devidas adaptações, as regras previstas nos artigos anteriores.

#### Artigo 181.º - **Prazos especiais**

Se a sentença condenatória transitar em julgado após o 90.º dia anterior à data admissível para a concessão da liberdade condicional:

a) O prazo para a conclusão da instrução é de 30 dias a contar da recepção dos elementos a que se refere o artigo 477.º do Código de Processo Penal;

b) Os prazos previstos nos n.ºs 1 do artigo 174.º, 3 do artigo 175.º e 1 do artigo 177.º são reduzidos a metade.

#### Artigo 182.º - **Substituição da liberdade condicional pela execução da pena de expulsão**

1 — Tendo sido aplicada pena acessória de expulsão, o tribunal de execução das penas ordena a sua

execução logo que estejam cumpridos dois terços da pena de prisão.

2 — O tribunal de execução das penas pode decidir a antecipação da execução da pena acessória de expulsão, em substituição da concessão de liberdade condicional, logo que julgue preenchidos os pressupostos desta.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, são seguidos os trâmites previstos na presente subsecção, devendo o consentimento do recluso abranger a substituição da eventual concessão da liberdade condicional pela execução da pena acessória de expulsão.

4 — A decisão que determine a execução da pena de expulsão é notificada às entidades referidas no n.º 3 do artigo 177.º e ainda ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

5 — O recurso interposto da decisão que decreta a execução da pena acessória de expulsão tem efeito suspensivo e reveste natureza urgente, nos termos do artigo 151.º

## **SECÇÃO II - Execução e incumprimento**

### **Artigo 183.º - Relatórios de execução**

Os serviços de reinserção social e os outros serviços ou entidades que devam intervir na execução da liberdade condicional, para apoio e vigilância do cumprimento das regras de conduta fixadas, remetem ao tribunal relatórios com a periodicidade ou no prazo por este fixados e sempre que ocorra uma alteração relevante no comportamento estipulado no plano fixado para o condenado.

### **Artigo 184.º - Comunicação de incumprimento**

1 — O incumprimento do plano de reinserção social ou das regras de conduta impostas é imediatamente comunicado ao tribunal de execução das penas pelos serviços de reinserção social e pelos demais serviços ou entidades que intervenham na execução da liberdade condicional.

2 — A condenação por crime cometido durante o período de liberdade condicional é imediatamente comunicada ao tribunal de execução das penas, sendo -lhe remetida cópia da decisão condenatória.

### **Artigo 185.º - Incidente de incumprimento**

1 — O incidente de incumprimento inicia -se com a autuação de comunicação referida no artigo anterior.

2 — O tribunal notifica a abertura do incidente ao Ministério Público, aos serviços de reinserção social e aos demais serviços ou entidades que intervenham na execução da liberdade condicional, ao condenado e seu defensor, com indicação dos factos em causa e da data e local designados para a audição, a qual ocorre num dos 10 dias posteriores.

3 — À audição referida no número anterior aplicam-se, com as necessárias adaptações, as regras previstas para a audição de recluso no processo de concessão da liberdade condicional.

4 — A falta injustificada do condenado vale como efectiva audição para todos os efeitos legais.

5 — Após a audição, o juiz ordena as diligências complementares que repute necessárias, designadamente junto dos serviços de reinserção social e dos demais serviços ou entidades que intervenham na execução da liberdade condicional.

6 — O Ministério Público emite parecer nos próprios autos quanto às consequências do incumprimento.

7 — A decisão do juiz é notificada ao recluso, ao defensor e ao Ministério Público e, após trânsito em julgado, comunicada aos serviços prisionais e de reinserção social, aos demais serviços ou entidades que estivessem a intervir na

execução da liberdade condicional e, em caso de revogação, aos serviços de identificação criminal, através de boletim do registo criminal.

8 — Em caso de revogação, o Ministério Público junto do tribunal de execução das penas efectua o cômputo da pena de prisão que vier a ser cumprida, para efeitos do n.º 3 do artigo 64.º do Código Penal, sendo o cômputo, depois de homologado pelo juiz, comunicado ao condenado.

### **Artigo 186.º - Recurso**

1 — Podem recorrer o condenado e o Ministério Público.

2 — O recurso é limitado à questão da revogação ou não revogação da liberdade condicional.

3 — Em caso de revogação, o recurso tem efeito suspensivo e reveste natureza urgente, nos termos do artigo 151.º

### **Artigo 187.º - Extinção da pena**

Após o termo da liberdade condicional, o juiz declara extinta a pena se não houver motivos que possam conduzir à sua revogação, aplicando-se correspondentemente o n.º 2 do artigo 57.º do Código Penal.

## **SECÇÃO III**

### **Período de adaptação à liberdade condicional**

#### **Artigo 188.º - Adaptação à liberdade condicional**

1 — O condenado pode requerer ao tribunal de execução das penas a concessão de adaptação à liberdade condicional em regime de permanência na habitação com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, a partir de dois meses antes do período máximo previsto para esse efeito no artigo 62.º do Código Penal.

2 — O requerimento é apresentado no estabelecimento prisional e contém indicação sobre o local onde o recluso pretende residir e declaração de consentimento das pessoas que ali residam.

3 — O director remete ao tribunal de execução das penas, no prazo de oito dias, o requerimento acompanhado de nota biográfica.

4 — Em caso de não rejeição, o juiz solicita que sejam elaborados, em 30 dias:

a) Relatório dos serviços prisionais contendo avaliação da evolução da personalidade do recluso durante a execução da pena, das competências adquiridas nesse período, do seu comportamento prisional e da sua relação com o crime cometido;

b) Relatório dos serviços de reinserção social contendo informação relativa à existência das condições legalmente exigíveis para a permanência na habitação com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância e avaliação das necessidades subsistentes de reinserção social, das perspectivas de enquadramento familiar, social e profissional do recluso, das condições a que deve estar sujeita a antecipação da liberdade condicional, ponderando ainda, para este efeito, a necessidade de protecção da vítima.

5 — O juiz pode solicitar outros elementos que considere relevantes, determinando um prazo para a sua apresentação.

6 — São aplicáveis à tramitação subsequente os artigos 174.º a 178.º e a alínea b) do artigo 181.º

7 — A execução da adaptação à liberdade condicional em regime de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, é efectuada de acordo com os artigos 183.º a 186.º e nos demais

termos previstos na lei, devendo os serviços de reinserção social:

a) Imediatamente após a libertação do recluso, proceder à instalação dos meios técnicos de controlo à distância, comunicando -a ao tribunal de execução das penas;

b) No termo do período de adaptação à liberdade condicional, retirar os meios técnicos de controlo à distância, comunicando -o ao tribunal de execução das penas.

## **CAPÍTULO VI - Licença de saída jurisdicional**

### **SECÇÃO I - Concessão**

#### **Artigo 189.º - Apresentação e instrução do requerimento**

1 — A concessão de licença de saída jurisdicional é requerida pelo recluso.

2 — O requerimento é dirigido ao juiz do tribunal de execução das penas territorialmente competente e apresentado na secretaria do respectivo estabelecimento prisional, contra recibo.

3 — Registado o requerimento, remete-se ao tribunal de execução das penas, instruído com os seguintes elementos:

a) Registo disciplinar;

b) Informação sobre o regime de execução da pena ou medida privativa da liberdade, data do início da privação da liberdade, processos pendentes, se os houver, medidas de coacção impostas e eventual evasão.

#### **Artigo 190.º - Tramitação subsequente**

1 — Autuado o processo, é concluso ao juiz, que, não sendo caso de indeferimento liminar, designa dia e hora para a reunião do conselho técnico.

2 — O juiz indefere liminarmente o requerimento quando dos elementos que instruem o processo resulte a não verificação dos requisitos previstos no artigo 79.º

3 — O despacho é notificado ao Ministério Público e comunicado ao estabelecimento prisional e aos serviços de reinserção social.

#### **Artigo 191.º - Conselho técnico**

1 — O conselho técnico emite parecer, apurado através da votação de cada um dos seus membros, quanto à concessão da licença de saída jurisdicional e às condições a que a mesma deve ser sujeita.

2 — Sempre que o entender necessário, o juiz interrompe a reunião do conselho técnico e procede à audição do recluso, na presença do Ministério Público.

3 — Da reunião do conselho técnico é lavrada acta, da qual consta súmula das declarações do recluso.

#### **Artigo 192.º - Decisão**

1 — O Ministério Público, querendo, emite parecer, após o que o juiz profere decisão ditada para a acta.

2 — Quando conceder a licença de saída jurisdicional, o juiz fixa a sua duração e condições.

3 — Quando não a conceder, pode o juiz, fundamentadamente, fixar prazo inferior ao previsto na lei para a renovação do pedido.

4 — A decisão é notificada ao Ministério Público e, nos termos do artigo seguinte, ao recluso e ainda comunicada aos serviços de reinserção social e demais serviços ou entidades que devam acompanhar o cumprimento das condições eventualmente impostas.

#### **Artigo 193.º - Mandado de saída e certidão**

O funcionário do estabelecimento prisional que cumprir o mandado de saída entrega ao recluso um duplicado do mandado e uma cópia da decisão e informa -o das condições da concessão e das sanções a que fica sujeito em caso de incumprimento, de tudo lavrando certidão.

## **SECÇÃO II**

### **Incumprimento**

#### **Artigo 194.º - Comunicação de incumprimento**

O incumprimento de qualquer das condições impostas na concessão de licença de saída jurisdicional é imediatamente comunicado ao tribunal de execução das penas pelo director do estabelecimento prisional e por quaisquer outras entidades ou serviços que devam acompanhar a sua execução.

#### **Artigo 195.º - Incidente de incumprimento**

1 — O incidente de incumprimento inicia-se com a autuação da comunicação referida no número anterior e, se tiver como fundamento o não regresso do recluso ao estabelecimento prisional dentro do prazo determinado, o juiz ordena, de imediato, a passagem de mandado de captura.

2 — É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 185.º

3 — A decisão do juiz é notificada ao recluso, ao defensor e ao Ministério Público e, após trânsito em julgado, comunicada aos serviços prisionais e de reinserção social.

4 — Em caso de revogação, o Ministério Público junto do tribunal de execução das penas efectua o cômputo da pena de prisão que vier a ser cumprida, indicando as datas calculadas para o termo da pena e para os efeitos previstos nos artigos 61.º e 62.º do Código Penal, sendo o cômputo, depois de homologado pelo juiz, comunicado ao condenado.

## **SECÇÃO III - Recursos**

### **Artigo 196.º - Recurso**

1 — O Ministério Público pode recorrer da decisão que conceda, recuse ou revogue a licença de saída jurisdicional.

2 — O recluso apenas pode recorrer da decisão que revogue a licença de saída jurisdicional.

3 — O recurso interposto da decisão que conceda ou revogue a licença de saída jurisdicional tem efeito suspensivo.

## **CAPÍTULO VII - Verificação da legalidade**

### **Artigo 197.º - Objecto**

O processo de verificação da legalidade tem por objecto a apreciação, pelo Ministério Público, da legalidade das decisões dos serviços prisionais que, nos termos do presente Código, lhe devam ser obrigatoriamente comunicadas para esse efeito.

#### **Artigo 198.º - Comunicação das decisões**

Os serviços prisionais comunicam ao Ministério Público imediatamente, sem exceder vinte e quatro horas, as decisões sujeitas a verificação da legalidade, acompanhadas dos elementos que serviram de base à decisão.

#### **Artigo 199.º - Tramitação**

Recebida a comunicação, o Ministério Público:

a) Profere despacho liminar de arquivamento quando conclua pela legalidade da decisão; ou

b) Impugna, nos próprios autos, a decisão, requerendo a respectiva anulação.



## **CAPÍTULO VIII - Impugnação**

### **SECÇÃO I - Princípios gerais e tramitação**

#### **Artigo 200.º - Impugnabilidade**

As decisões dos serviços prisionais são impugnáveis, nos casos previstos no presente Código, perante o tribunal de execução das penas.

#### **Artigo 201.º - Objecto do processo**

1 — O objecto do processo determina-se por referência à decisão impugnada e pode conduzir:

*a)* À anulação de decisão impugnada pelo Ministério Público em sequência do processo de verificação da legalidade;

*b)* À alteração ou anulação de decisão impugnada pelo recluso, nos restantes casos.

2 — Sem prejuízo do princípio do contraditório, o tribunal de execução das penas deve pronunciar-se sobre todas as causas de invalidade da decisão, sejam ou não expressamente invocadas.

#### **Artigo 202.º - Efeito da impugnação**

1 — Salvo quando o presente Código disponha diferentemente, a impugnação não tem efeito suspensivo.

2 — As impugnações com efeito suspensivo revestem natureza urgente, são tramitadas imediatamente e com preferência sobre qualquer outra diligência.

#### **Artigo 203.º - Prazo e forma**

1 — É de oito dias o prazo para a impugnação a contar da comunicação ou da notificação da decisão, salvo se se tratar de impugnação de decisão disciplinar, caso em que o prazo passa a ser de cinco dias.

2 — A impugnação não obedece a formalidades especiais, mas deve conter súmula das razões de facto ou de direito que fundamentem o pedido e ser rematada por conclusão, na qual o impugnante identifique concisamente a sua pretensão.

3 — Versando matéria de facto, o impugnante indica, a final, os meios de prova que pretende ver produzidos.

4 — Versando matéria de direito, o impugnante deve especificar, na conclusão, as normas jurídicas que entende terem sido violadas pela decisão.

#### **Artigo 204.º - Despacho liminar**

1 — Recebida a impugnação, o juiz despacha, no prazo de cinco dias, no sentido de a rejeitar, quando inadmissível ou manifestamente improcedente, ou de a admitir.

2 — O juiz pode convidar o impugnante a aperfeiçoá-la, nomeadamente quando seja omissa, deficiente, obscura ou quando seja ininteligível a conclusão.

#### **Artigo 205.º - Instrução**

1 — Admitida a impugnação, o juiz notifica o autor da decisão impugnada, bem como o Ministério Público quando não seja o impugnante, para, querendo, se pronunciarem, no prazo de cinco dias.

2 — Oficiosamente ou a requerimento, o juiz determina a realização das diligências de prova que entender necessárias.

3 — No caso de impugnação de decisão disciplinar, a secretaria, independentemente de despacho, solicita, pelo meio mais expedito, aos serviços prisionais a remessa de

cópia do procedimento disciplinar e de relatório médico, se o houver.

4 — O juiz indefere, por despacho irrecorrível, a produção de meios de prova que se afigurem dilatatórios ou sem interesse para a decisão a proferir.

#### **Artigo 206.º - Decisão**

1 — Produzida a prova, quando a ela houver lugar, o juiz profere decisão, que é notificada ao Ministério Público, ao recluso, ao autor do acto impugnado e às demais entidades que por ela possam ser afectadas.

2 — Se se tratar de impugnação de decisão disciplinar, o prazo para decisão é de cinco dias.

#### **Artigo 207.º - Revogação da decisão impugnada com efeitos retroactivos**

1 — Se, na pendência do processo ou anteriormente, sem que, neste caso, o Ministério Público ou o recluso disso tivessem ou devessem ter tido conhecimento:

*a)* For revogada, com efeitos retroactivos, a decisão impugnada e diferentemente regulada a situação; ou

*b)* For, de qualquer modo, alterada ou substituída, no todo ou em parte, a decisão impugnada por outra com idênticos efeitos: podem o Ministério Público ou o recluso requerer que o processo prossiga contra o novo acto, se o tiverem por ilegal, e, se assim entenderem, alegar novos fundamentos e oferecer diferentes meios de prova.

2 — O requerimento é apresentado no prazo de impugnação do acto revogatório e antes do trânsito em julgado da decisão que julgue extinta a instância.

#### **Artigo 208.º - Revogação sem efeitos retroactivos ou cessação da eficácia**

1 — Se, na pendência do processo ou anteriormente, sem que, neste caso, o Ministério Público ou o recluso disso tivessem ou devessem ter tido conhecimento, for revogada, sem efeitos retroactivos, a decisão impugnada, o processo prossegue em relação aos efeitos produzidos.

2 — O disposto no número anterior aplica-se também aos casos em que, por forma diversa da revogação, cesse ou se esgote a produção de efeitos da decisão impugnada.

3 — Se a cessação de efeitos da decisão impugnada for acompanhada de nova regulação da situação, o Ministério Público ou o recluso beneficiam da faculdade prevista no n.º 1 do artigo anterior.

#### **Artigo 209.º - Obrigação de executar a decisão**

1 — O autor da decisão impugnada, consoante os casos:

*a)* Toma nova decisão se assim o exigirem as circunstâncias do caso, no prazo máximo de cinco dias, respeitando os fundamentos da anulação;

*b)* Executa a sentença proferida pelo tribunal de execução das penas, no prazo nela fixado.

2 — Em qualquer caso, o autor da decisão impugnada deve reconstituir a situação que existiria se a decisão anulada não tivesse sido proferida, designadamente removendo no plano dos factos as consequências por ela produzidas.

#### **Artigo 210.º - Proibição de *reformatio in pejus***

O tribunal não pode modificar, em prejuízo do recluso, as medidas disciplinares constantes da decisão impugnada, na sua espécie ou medida.

#### **Artigo 211.º - Independência de julgados**

A decisão do tribunal de execução das penas quanto à legalidade ou ilegalidade da resolução dos serviços prisionais não pode ser afectada nos seus efeitos por sentença proferida em tribunal de outra ordem.

## **SECÇÃO II - Execução das sentenças**

### **Artigo 212.º - Petição**

1 — Quando os serviços prisionais não executem a sentença nos prazos definidos no artigo 209.º, o impugnante pode apresentar, nos 15 dias subsequentes, petição de execução no tribunal que a proferiu.

2 — Na petição, o exequente especifica os actos e operações que devam realizar-se para integral execução da sentença.

3 — O incumprimento do disposto no número anterior não conduz à rejeição da petição, podendo o juiz convidar o exequente ao aperfeiçoamento, no prazo de cinco dias.

### **Artigo 213.º - Tramitação subsequente**

1 — Aceite a petição, a secretaria procede à notificação:

a) Da entidade obrigada à execução, para responder no prazo de oito dias;

b) Do Ministério Público, se não tiver sido ele a apresentar a petição de execução.

2 — Recebida a resposta ou esgotado o respectivo prazo, o juiz ordena as diligências instrutórias que considere necessárias, aplicando-se correspondentemente o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 205.º, após o que profere decisão.

### **Artigo 214.º - Decisão**

Quando julgue procedente a pretensão do autor, o tribunal:

a) Especifica os actos e operações a realizar para dar execução à sentença; e

b) Fixa o prazo para a prática dos mesmos.

### **Artigo 215.º - Substituição na execução**

Se, terminado o prazo a que se refere o artigo anterior, a entidade requerida não tiver dado execução à sentença, o tribunal, oficiosamente ou a requerimento do exequente, manda notificar o titular de poderes hierárquicos ou de superintendência sobre aquela entidade para que execute a sentença em sua substituição.

## **CAPÍTULO IX**

### **Modificação da execução da pena de prisão de reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada.**

#### **Artigo 216.º - Legitimidade**

Têm legitimidade para requerer a modificação da execução da pena de prisão prevista no título XVI do livro I:

a) O condenado;

b) O cônjuge ou a pessoa, de outro ou do mesmo sexo, com quem o condenado mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, ou familiar;

c) O Ministério Público, oficiosamente ou mediante proposta fundamentada, nomeadamente do director do estabelecimento prisional.

#### **Artigo 217.º - Apresentação e instrução do requerimento**

1 — O requerimento é dirigido ao juiz do tribunal de execução das penas, que, fora dos casos de consentimento presumido, providencia pela imediata notificação do condenado, quando não seja o requerente, para que preste o

seu consentimento, aplicando-se correspondentemente o disposto quanto ao consentimento para a liberdade condicional.

2 — Obtido o consentimento expresso ou havendo ainda que comprovar-se o consentimento presumido, o tribunal de execução das penas promove a instrução do processo com os seguintes elementos, consoante se trate de recluso com doença grave e irreversível, com deficiência ou doença grave e permanente ou de idade avançada:

a) Parecer clínico dos serviços competentes do estabelecimento prisional contendo a caracterização, história e prognose clínica da irreversibilidade da doença, da fase em que se encontra e da não resposta às terapêuticas disponíveis, a indicação do acompanhamento médico e psicológico prestado ao condenado e a modalidade adequada de modificação da execução da pena;

b) Parecer clínico dos serviços competentes do estabelecimento prisional contendo a caracterização do grau de deficiência ou da doença, sua irreversibilidade, grau de autonomia e de mobilidade, a indicação do acompanhamento médico e psicológico prestado ao condenado e a modalidade adequada de modificação de execução da pena; ou

c) Certidão de nascimento e parecer clínico dos serviços competentes do estabelecimento prisional contendo a caracterização do grau de autonomia e de mobilidade, a indicação do acompanhamento médico e psicológico prestado ao condenado e a modalidade adequada de modificação de execução da pena.

3 — Em todos os casos o requerimento é ainda instruído com:

a) Relatório do director do estabelecimento relativo ao cumprimento da pena e à situação prisional do condenado;

b) Relatório dos serviços de reinserção social que contenha avaliação do enquadramento familiar e social do condenado e, tendo por base o parecer previsto no número anterior, das concretas possibilidades de internamento ou de permanência em habitação e da compatibilidade da modificação da execução da pena com as exigências de defesa da ordem e da paz social;

c) Parecer de médico do estabelecimento prisional quanto à impossibilidade de o condenado conhecer os pressupostos de modificação da execução da pena ou de se pronunciar sobre eles, sempre que haja de comprovar-se o seu consentimento presumido.

#### **Artigo 218.º - Tramitação subsequente**

1 — Finda a instrução, o processo é continuado com vista ao Ministério Público, se não for este o requerente, para, no prazo máximo de dois dias, emitir parecer ou requerer o que tiver por conveniente.

2 — Havendo o processo de prosseguir, o juiz pode ordenar a realização de perícias e demais diligências necessárias, após o que decide no prazo máximo de dois dias.

#### **Artigo 219.º - Decisão**

A decisão determina a modalidade de modificação da execução da pena e as condições a que esta fica sujeita, sendo notificada ao Ministério Público, ao condenado e ao requerente que não seja o condenado e comunicada ao estabelecimento prisional, aos serviços de reinserção social e demais entidades que devam intervir na execução da modificação.

#### **Artigo 220.º - Execução da decisão**

Compete aos serviços de reinserção social acompanhar a execução da decisão de modificação e, designadamente:

a) Elaborar relatórios contendo avaliação da execução, trimestralmente ou com a periodicidade determinada pelo tribunal;

b) Prestar ou diligenciar para que seja prestado adequado apoio psicossocial ao condenado e respectiva família, em coordenação com os serviços públicos competentes, nomeadamente nas áreas da saúde e segurança social, e com a colaboração das entidades, públicas ou privadas, cuja intervenção se justificar;

c) Comunicar de imediato ao tribunal de execução das penas a verificação das circunstâncias susceptíveis de conduzir à substituição da modalidade de execução determinada ou à sua revogação;

d) Comunicar ao tribunal de execução das penas o falecimento do condenado quando por outra razão não tenha sido declarada extinta a pena.

#### Artigo 221.º - **Alteração da decisão**

À substituição da modalidade de execução e à revogação da modificação da execução aplica -se, com as necessárias adaptações, o disposto quanto ao incidente de incumprimento da liberdade condicional.

#### Artigo 222.º - **Recurso**

1 — Cabe recurso das decisões de concessão, recusa ou revogação da modificação da execução da pena.

2 — Tem efeito suspensivo o recurso interposto da decisão de revogação da modificação da execução da pena.

3

### CAPÍTULO X - **Indulto**

#### Artigo 223.º - **Legitimidade**

O indulto, total ou parcial, de pena ou medida de segurança pode ser:

a) Pedido pelo condenado, pelo representante legal, pelo cônjuge ou por pessoa, de outro ou do mesmo sexo, com quem o condenado mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, ou por familiar;

b) Proposto pelo director do estabelecimento a que está afecto o recluso.

#### Artigo 224.º - **Apresentação do pedido**

O pedido ou a proposta é dirigido ao Presidente da República e pode ser apresentado até ao dia 30 de Junho de cada ano.

#### Artigo 225.º - **Instrução**

1 — O pedido ou a proposta é remetido pelo Ministério da Justiça ao tribunal de execução das penas para instrução.

2 — Autuado o pedido ou a proposta, a secretaria, independentemente de despacho, solicita, em cinco dias, os seguintes elementos:

a) Se o condenado estiver privado de liberdade:

i) Informações constantes do processo individual do recluso;

ii) Relatório dos serviços prisionais contendo avaliação da evolução da personalidade do recluso durante a execução da pena, das competências adquiridas nesse período, do seu comportamento prisional e da sua relação com o crime cometido;

iii) Parecer do director do estabelecimento prisional;

b) Relatório dos serviços de reinserção social, contendo avaliação das necessidades subsistentes de reinserção social, das perspectivas de enquadramento familiar, social e profissional do condenado e da necessidade de protecção da vítima;

c) Sempre que o pedido ou proposta se baseie em razões de saúde, informação sobre o estado de saúde e o modo como este se compatibiliza com a execução da pena;

d) Registo criminal actualizado do condenado;

e) Cópia da sentença ou acórdão condenatório;

f) Cômputo da pena, homologado pela autoridade judiciária competente.

3 — Obtidos os elementos referidos no número anterior, são os autos continuados com vista ao Ministério Público para promover outros actos instrutórios que entender necessários ou para proceder de acordo com o disposto no artigo seguinte.

4 — A instrução do processo deve estar concluída no prazo de 90 dias a contar da data de autuação no tribunal de execução das penas.

5 — O prazo referido no número anterior pode, excepcionalmente, ser prorrogado até ao limite de 120 dias se o juiz, oficiosamente ou a requerimento, assim o decidir fundamentadamente.

#### Artigo 226.º - **Pareceres e remessa dos autos**

1 — Finda a instrução, o Ministério Público emite parecer no prazo de cinco dias.

2 — Emitido o parecer, o juiz pronuncia-se no prazo de oito dias e ordena a remessa dos autos ao Ministro da Justiça, que os leva à decisão do Presidente da República.

#### Artigo 227.º - **Decreto presidencial e libertação imediata do recluso**

1 — O dia da concessão anual do indulto é o dia 22 de Dezembro.

2 — O decreto presidencial que conceda o indulto ou o despacho que o negue é, após baixa dos autos ao tribunal de execução das penas:

a) Comunicado ao condenado, ao requerente que não seja o condenado e ao Ministério Público;

b) Em caso de concessão, comunicado aos tribunais onde correram os respectivos processos de condenação e aos serviços de identificação criminal através de boletim do registo criminal.

3 — Quando a concessão do indulto implicar a imediata libertação do indultado, o decreto presidencial é logo comunicado, pelo Ministério da Justiça, ao tribunal de execução das penas com vista à emissão do correspondente mandado.

#### Artigo 228.º - **Revogação**

1 — O indulto pode ser revogado, até ao momento em que ocorreria o termo da pena, nos seguintes casos:

a) Se vierem a revelar-se falsos os factos que fundamentaram a sua concessão; ou

b) Se houver incumprimento de condições a que tenha sido subordinado.

2 — A revogação é promovida pelo Ministério Público, oficiosamente ou a solicitação do Ministro da Justiça.

3 — Realizadas as diligências instrutórias pertinentes, o juiz pronuncia-se e ordena a remessa dos autos ao Ministro da Justiça, que os fará presentes ao Presidente da República para decisão.

4 — O decreto presidencial que revogue o indulto é, após baixa dos autos ao tribunal de execução das penas:

a) Comunicado ao condenado e ao Ministério Público;

b) Comunicado aos respectivos processos de condenação e aos serviços de identificação criminal através de boletim do registo criminal.

## **CAPÍTULO XI**

### **Cancelamento provisório do registo criminal**

#### **Artigo 229.º - Finalidade do cancelamento e legitimidade**

1 — Para fins de emprego, público ou privado, de exercício de profissão ou actividade cujo exercício dependa de título público, de autorização ou homologação da autoridade pública, ou para quaisquer outros fins legalmente permitidos, pode ser requerido o cancelamento, total ou parcial, de decisões que devam constar de certificados de registo criminal emitidos para aqueles fins.

2 — O cancelamento pode ser pedido pelo interessado, pelo representante legal, pelo cônjuge ou por pessoa, de outro ou do mesmo sexo, com quem o condenado mantenha uma relação análoga à dos cônjuges, ou por familiar em requerimento fundamentado, que especifique a finalidade a que se destina o cancelamento, instruído com documento comprovativo do pagamento das indemnizações em que tenha sido condenado.

3 — Na impossibilidade de juntar o documento a que se refere o número anterior, pode ser feita por qualquer outro meio a prova do cumprimento das obrigações de indemnizar, da sua extinção por qualquer meio legal ou da impossibilidade do seu cumprimento.

4 — Com o requerimento podem ser oferecidas testemunhas, até ao máximo de cinco, bem como outros meios de prova da verificação dos pressupostos do cancelamento provisório, previstos na Lei de Identificação Criminal.

#### **Artigo 230.º - Despacho liminar**

1 — Recebido e autuado o requerimento, vai o processo concluso ao juiz para despacho liminar.

2 — Se for caso de indeferimento, por se mostrar, logo em face do requerimento inicial, suficientemente comprovada a falta dos pressupostos do cancelamento provisório, o juiz manda arquivar o processo e notificar o requerente.

3 — Do despacho de indeferimento proferido nos termos do número anterior cabe recurso para o tribunal da Relação.

4 — Havendo o processo de prosseguir, o juiz despacha no sentido de:

a) Notificar o requerente para, em prazo a fixar, completar o pedido ou juntar documentos em falta;

b) Ordenar a produção dos meios de prova oferecidos pelo requerente e os demais que tenha por convenientes para a boa decisão da causa.

#### **Artigo 231.º - Vista e parecer do Ministério Público**

Produzida a prova, o processo é continuado com vista ao Ministério Público para, em cinco dias, emitir parecer.

#### **Artigo 232.º - Notificação e comunicação da sentença**

1 — A sentença é notificada ao requerente, ao interessado que não seja o requerente e ao Ministério Público.

2 — Sendo procedente o pedido, a sentença é ainda comunicada aos serviços de identificação criminal através de boletim do registo criminal.

#### **Artigo 233.º - Revogação**

1 — O cancelamento provisório é revogado se o interessado incorrer em nova condenação por crime doloso e se se verificarem os pressupostos da pena relativamente indeterminada ou da reincidência.

2 — A revogação é declarada a requerimento do Ministério Público.

3 — Para efeito do disposto neste artigo, os serviços de identificação criminal informam o Ministério Público junto do tribunal de execução das penas da prolação de sentenças condenatórias contra arguidos relativamente aos quais vigore cancelamento provisório do registo criminal.

4 — A revogação do cancelamento provisório é comunicada aos serviços de identificação criminal através de boletim do registo criminal.

## **CAPÍTULO XII - Processo supletivo**

#### **Artigo 234.º - Tramitação**

O processo supletivo segue, com as devidas adaptações, os trâmites do processo de concessão da liberdade condicional.

## **TÍTULO V - Recursos**

### **CAPÍTULO I - Recurso para o tribunal da Relação**

#### **Artigo 235.º - Decisões recorríveis**

1 — Das decisões do tribunal de execução das penas cabe recurso para a Relação nos casos expressamente previstos na lei.

2 — São ainda recorríveis as seguintes decisões do tribunal de execução das penas:

a) Extinção da pena e da medida de segurança privativas da liberdade;

b) Concessão, recusa e revogação do cancelamento provisório do registo criminal;

c) As proferidas em processo supletivo.

#### **Artigo 236.º - Legitimidade**

1 — Salvo quando a lei dispuser diferentemente, têm legitimidade para recorrer:

a) O Ministério Público;

b) O condenado ou quem legalmente o represente, das decisões contra si proferidas;

c) O requerente, quando não seja o Ministério Público nem o condenado, relativamente às decisões que lhe sejam desfavoráveis.

2 — Não pode recorrer quem não tiver interesse em agir.

#### **Artigo 237.º - Âmbito do recurso**

1 — Salvo o disposto no número seguinte ou quando a lei dispuser diferentemente, o recurso abrange toda a decisão.

2 — O recurso pode ser limitado à questão de facto ou à questão de direito.

3 — A limitação do recurso não prejudica o dever do tribunal de recurso de retirar da procedência respectiva as consequências legalmente impostas relativamente a toda a decisão recorrida.

#### **Artigo 238.º - Regime de subida**

1 — Sobem nos próprios autos os recursos interpostos da decisão que ponha termo ao processo.

2 — Sobem em separado os demais recursos.

3 — Os recursos sobem todos imediatamente e apenas têm efeito suspensivo da decisão nos casos expressamente previstos no presente Código.

#### Artigo 239.º - Remissão

Em tudo o que não for contrariado pelas disposições do presente Código, os recursos são interpostos, tramitados e julgados como os recursos em processo penal.

### CAPÍTULO II

#### Recursos especiais para uniformização de jurisprudência

##### Artigo 240.º - Oposição de acórdãos da Relação

1 — Quando, no domínio da mesma legislação, um tribunal da Relação proferir acórdão que, relativamente à mesma questão de direito em matéria de execução das penas e medidas privativas da liberdade, esteja em oposição com outro da mesma ou de diferente Relação, é permitido recorrer do acórdão proferido em último lugar.

2 — Os acórdãos consideram -se proferidos no domínio da mesma legislação quando, durante o intervalo da sua prolação, não tiver ocorrido modificação legislativa que interfira, directa ou indirectamente, na resolução da questão de direito controvertida.

3 — Como fundamento do recurso só pode invocar -se acórdão anterior transitado em julgado.

##### Artigo 241.º - Legitimidade

Têm legitimidade para recorrer:

- a) O Ministério Público;
- b) O sujeito contra o qual foi proferido o acórdão.

##### Artigo 242.º - Recurso obrigatório

1 — O Ministério Público recorre obrigatoriamente, sendo o recurso sempre admissível:

- a) De quaisquer decisões proferidas contra jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça;
- b) De decisão proferida em processo especial de impugnação que, no domínio da mesma legislação e quanto a idêntica questão de direito, esteja em oposição com outra proferida por tribunal da mesma espécie;

2 — Para o efeito previsto no n.º 1, o sujeito contra o qual foi proferida a decisão recorrida pode requerer ao Ministério Público a interposição do recurso.

3 — Para o efeito previsto no n.º 1, os serviços prisionais e os serviços de reinserção social comunicam ao Ministério Público a oposição de decisões, logo que dela tomem conhecimento.

4 — O recurso é interposto nos 30 dias subsequentes à prolação da decisão em causa, pelo Ministério Público junto do tribunal que a tenha proferido, ao qual são dirigidas as comunicações a que se refere o número anterior e o requerimento previsto no n.º 2.

5 — O recurso interposto de decisão ainda não transitada em julgado suspende, até ao respectivo julgamento:

a) O prazo para interposição de recurso para a Relação;

b) Os termos subsequentes de recurso já instaurado, no que concerne à questão jurídica controvertida.

6 — Na hipótese prevista no número anterior, o recurso só tem efeito suspensivo da decisão recorrida se esse for em concreto o efeito legalmente atribuído à interposição de recurso para a Relação.

##### Artigo 243.º - Interposição

O recurso para fixação de jurisprudência é interposto para o pleno das secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça.

##### Artigo 244.º - Remissão

À interposição, tramitação e julgamento dos recursos anteriormente previstos e à publicação e eficácia da respectiva decisão aplicam -se, com as necessárias adaptações, os artigos 438.º a 446.º do Código de Processo Penal.

##### Artigo 245.º - Recursos no interesse da unidade do direito

1 — O Procurador- Geral da República pode determinar, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, que sejam interpostos recursos no interesse da unidade do direito.

2 — À interposição, à tramitação do recurso e à eficácia da respectiva decisão aplica -se o artigo 447.º do Código de Processo Penal.

##### Artigo 246.º - Legislação subsidiária

Consultado em 10-10-2013

Lei 115/2009

<http://dre.pt/pdfgratis/2009/10/19700.pdf>

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Decreto-Lei n.º 346/91**

de 18 de Setembro

O Decreto-Lei n.º 184/90, de 2 de Junho, ao instituir o novo sistema retributivo da função pública dotou-o de mecanismos que visam assegurar às diferentes realidades da Administração Pública um adequado enquadramento salarial.

Carreiras há, no entanto, relativamente às quais, apesar de integradas no novo sistema retributivo, se justifica um tratamento diferenciado, atenta a sua evolução específica, quer no tocante à natureza das tarefas que lhes estão cometidas, quer no que respeita ao nível habilitacional adquirido pelos que nelas se encontram providos.

É esta a situação que actualmente se verifica relativamente aos técnicos de educação pertencentes aos quadros de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, do Ministério da Justiça, já que estes possuem todos, sem excepção, habilitação equivalente ao grau de licenciatura, em virtude da recente equiparação a este grau do curso superior de Serviço Social.

Esta situação, a par da crescente complexidade das tarefas cometidas a estes técnicos, de nível funcional em tudo idêntico ao de carreiras de pessoal técnico superior, aconselha a que se proceda à revalorização desta carreira e ao enquadramento uniforme do pessoal nela provido.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É criada na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, do Ministério da Justiça, a carreira técnica superior de reeducação.

2 — A carreira técnica superior de reeducação integra-se no grupo de pessoal técnico superior, para todos os efeitos legais, e tem o conteúdo funcional constante do mapa 1 anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

3 — Os técnicos superiores de reeducação são recrutados nos termos previstos na lei geral para o pessoal técnico superior de entre indivíduos habilitados com licenciatura adequada ou habilitação equiparada.

Art. 2.º — 1 — Os técnicos de educação pertencentes aos quadros de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e possuidores de habilitação com o grau de licenciatura ou equiparada a este, nos termos da Portaria n.º 1144/90, de 20 de Novembro, transitam para a nova carreira, de acordo com as seguintes regras:

- a) Os técnicos especialistas principais, técnicos especialistas e técnicos principais são integrados nos escalões 6, 4 e 1 da categoria de técnico superior principal;
- b) Os técnicos de 1.ª classe são integrados no escalão 1 da categoria de técnico superior de 1.ª classe;
- c) Os técnicos de 2.ª classe são integrados no escalão 1 da categoria de técnico superior de 2.ª classe.

2 — Para efeitos de acesso na carreira de técnico superior de reeducação releva, na categoria para que

se operar a transição, todo o tempo de serviço prestado:

- a) Nas categorias de origem, no caso dos técnicos de educação principal, de 1.ª ou de 2.ª classes;
- b) Conjuntamente nas categorias de técnico de educação principal e especialista, no tocante aos titulares desta última categoria;
- c) Conjuntamente nas categorias de técnico de educação principal, especialista e especialista principal, no caso dos funcionários titulares da última destas categorias;
- d) Na categoria que possuíam na carreira técnica de educação na data em que transitaram para a carreira técnica superior, acrescido do prestado nesta última carreira, no caso dos funcionários a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º do presente diploma.

3 — Os estagiários da carreira técnica de educação admitidos à data da entrada em vigor do presente diploma ou na sequência de concurso pendente na mesma data transitam ou são admitidos como estagiários da carreira técnica superior de reeducação, sem prejuízo das habilitações a que se refere o n.º 1.

4 — Os técnicos de educação admitidos a concursos de acesso abertos antes da entrada em vigor do presente diploma mas promovidos apenas em data posterior transitam para a nova carreira, observado o disposto nos n.ºs 1 e 2, e para categoria correspondente desta carreira, de acordo com as regras definidas nos mesmos números, com efeitos à data da promoção.

Art. 3.º São extintos, desde já, os lugares de técnico de educação que vagarem por motivo de transição dos respectivos titulares para a carreira de técnico superior de reeducação, extinguindo-se os restantes lugares que se encontrem providos à medida que vagarem.

Art. 4.º — 1 — São aplicáveis aos técnicos superiores de reeducação, sem prejuízo do disposto no presente diploma, as regras relativas à abertura de concursos de acesso para assessor e à progressão nas categorias de integração previstas no diploma que cria a carreira técnica superior de serviço social.

2 — Os técnicos de educação portadores da habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 2.º que tenham sido providos em lugares da carreira técnica superior ao abrigo do sistema de intercomunicabilidade vertical previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e exerçam funções que se integrem no conteúdo funcional constante do mapa 1 anexo ao presente diploma transitam para a carreira de técnico superior de reeducação:

- a) Na categoria que resultar da aplicação do regime previsto no n.º 1 do artigo 2.º, tendo como referência a categoria de que eram titulares quando foram providos na carreira técnica superior; ou
- b) Em categoria e escalão idênticos aos que possuam na carreira técnica superior, se daí resultar tratamento mais benéfico que o decorrente da aplicação da alínea a).

Art. 5.º Os quadros do pessoal técnico superior de reeducação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais são os que constam do mapa 11 anexo ao presente diploma.



Art. 6.º O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Art. 7.º Os encargos decorrentes do presente diploma são suportados pelo Gabinete de Gestão Financeira na parte em que excederem as dotações orçamentais respectivas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Junho de 1991. — *Joaquim Fernando Nogueira* — *Luís Miguel Couceiro Pizarro Beza* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*.

Promulgado em 6 de Setembro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 10 de Setembro de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

#### MAPA I

##### Caracterização genérica do conteúdo funcional dos técnicos superiores de reeducação a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º

Propor e desenvolver as actividades necessárias ao acolhimento dos reclusos em colaboração com o Instituto de Reinserção Social e os restantes serviços do estabelecimento.

Conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos durante a execução das medidas privativas de liberdade, no-

meadamente no que respeita à elaboração e actualização do plano individual de readaptação e à emissão de pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados.

Prestar às direcções dos estabelecimentos a assessoria técnica necessária à execução do plano individual de tratamento dos detidos, nomeadamente no que concerne à colocação laboral, à frequência de cursos escolares e de formação profissional, à aplicação de sanções disciplinares e a alterações do regime de cumprimento de pena.

Apoio técnico aos tribunais de execução de penas através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos, durante a execução da pena, de modo a habilitar os respectivos juizes a avaliar a persistência ou não de perigosidade e a viabilidade da sua reinserção social.

Elaboração de programas e execução de estudos psico-sociais e acompanhamento individual dos delinquentes.

Concepção e ou desenvolvimento de projectos de actuação a nível de grupos específicos em risco psico-afectivo, designadamente toxicodépendentes, portadores de doenças transmissíveis, jovens adultos e doentes mentais.

Conceber programas de prevenção primária e secundária, nomeadamente de consultas, tratamento e apoio permanente a reclusos em risco e ou consumidores de drogas.

Organizar e dinamizar actividades culturais recreativas, formativas e de educação física, com a participação dos reclusos, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psico-social dos mesmos.

Organizar o contacto dos reclusos com o meio exterior, incentivando a troca de correspondência e o convívio periódico com familiares e amigos.

Organizar cursos escolares de diferentes graus de ensino, estimular os reclusos à sua frequência e estabelecer os contactos necessários com o Ministério da Educação.

Fomentar o acesso dos reclusos aos meios de comunicação social por forma a mantê-los informados dos acontecimentos relevantes da vida social.

Estimular a participação de grupos de voluntários da comunidade na vida prisional em ordem a viabilizar a ressocialização futura dos reclusos.

Organizar estudos estatísticos e elaborar planos e relatórios das actividades.

#### MAPA II

Quadro a que se refere o artigo 5.º

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares	Escala					
				1	2	3	4	5	6
Técnico superior . . . .	Técnico superior de reeducação	Assessor principal . . . . .	5	700	720	760	820	—	—
		Assessor . . . . .	15	600	620	650	680	720	—
		Técnico superior principal . . . .	41	500	520	550	580	610	640
		Técnico superior de 1.ª . . . . .	45	440	450	465	485	510	535
		Técnico superior de 2.ª . . . . .	52	380	390	405	425	445	—
		Estagiário . . . . .	—	300	—	—	—	—	—

*Anexo 10 – Organização Institucional da Formação: As opções e as áreas de eleição*

Entidades		Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012							
			Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.				
	Áreas de formação e Cursos													Nº Ações	Inscritos	certificados		
	521 - Metalurgia e Metalomecânica																	
IEFP	Qualificação - Serralheiro Civil (nível 2)	6	6															
IEFP	Qualificação - Serralharia Mecânica (nível 2)	9	6		12	10												
IEFP	Efa B3 - Serralharia Mecânica				12	8	12	8	13	7								
	Sub - totais	15	12		24	18	12	8	13	7			6	64	45			
	481 - Ciências Informáticas (e outros)																	
Perfi	Qualificação - Teletrebalho - (Pavilhões complementares)	15	14															
CPJ	Qualificação - Operador de Informática optica utilizador	12	6	12	10	12	9											
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório			12	7													
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório			12	7													
CPJ	Qualificação - Informática - Aplicações de Escritório			12	8													
Perfi	Qualificação - Informática - Gestão de Bases de Dados			12	10													
	Sub - totais	27	20	60	42	12	9						8	99	71			
	522 - Electricidade e Energia																	
Perfi	Efa B2 - Electricista de Instalações			14	13													
Perfi	Efa B3 - Electricista de Instalações							14	11									
	Sub - totais			14	13			14	11				2	28	24			
	582 - Construção Civil e Engenharia Civil																	
CPJ	Qualificação - Pintor de Construção Civil (nível 2)				12	10												
Prosals	Qualificação - Pintor de Construção Civil				12													
CPJ	Efa B3 - Pintura da Construção Civil						12	9										
CPJ	Qualificação - Canalizador												15	8				
CPJ	Qualificação - Canalizador 2ª ação												17	13				
	Sub - totais				24	10		12	9				32	21	5	68	40	
	541 - Industrias Alimentares																	
Prosals	Qualificação - Pasteleiro - padeiro	12																
CPJ	Qualificação - Pasteleiro - Padeiro (nível 2)	12	11															
CPJ	Efa B3 - Pastelaria - Panificação					14	13	12	10	15	11	11	8	17	14			
CPJ	Efa B2 - Pastelaria - Panificação								12	6	12	10						
	Sub - totais	24	11			14	13		27	17	23	18		17	14	9	105	73
	215 - Artesanato																	
IEFP	Efa B3 - Olaria			16	14		14	10	13	6								
	Sub - totais			16	14		14	10	13	6				3	43	30		
	543 - Materiais (Industria da Madeira (...))																	
CPJ	Qualificação - Marceneiro (nível 2)	12	5	12	9													
CPJ	EFA B1 + 2 - Marcenaria				12	10												
CPJ	EFA B2 - Marcenaria					13	9											
CPJ	EFA B3 - Marceneiro							12	9	15	11							
Perfi	Qualificação - Embutidor - Entalhador (nível 2)	14	13															
	Sub - totais	26	18	12	9	12	10	13	9	12	9	15	11		7	90	66	
	622 - Floricultura e Jardinagem																	
IEFP	Qualificação - Operador de Jardinagem	11	10															
IEFP	Efa B2 - Operador de Jardinagem				12	5												
IEFP	Efa B3 - Operador de Jardinagem						16	12										
CPJ	Efa B3 - Operador de Jardinagem												16	12				
CPJ	Efa NS - Técnicas de Jardinagem e Espaços Verdes								12	8								
	Sub - totais	11	10			12	5	16	12		12	8		16	12	5	67	47
	Outros Cursos																	
	Qualificação - Curso de Pescador					15		15										
ANJAF	Qualificação - Formação Social e Humana										15	14						
ANJAF	Qualificação - Formação Social e Humana II										18	14						
	Sub - totais					16	0	15	0				33	28		4	63	28
	Iniciativa Novas Oportunidade																	
CPJ	processo de CRVCC 2º ciclo								5	1	3		4					
CPJ	processo de CRVCC 3º ciclo						5		5	8	10		4					
CPJ	Processo secundário RVCC												5					
CPJ	Proocesso CRVCC 2º e 3º ciclos					21			11	19	28		41					
	Sub - totais					21	5		11	10	19	9	28	13	41	13	120	50



*Anexo 11 – Mapa da Formação Ministrada desde 1997*

			Anos		1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
Tipologia	Cursos	Entidades	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.	Insc.	Cert.		
Qualificação	Cerâmica Artesanal (nível 2)	IEFP	12				12	15	15	12												
	Marceneiro (nível 2)	CPJ					12	8	12	19		12	5	12	9							
	Jardinagem e Espaços Verdes (nível 1)	IEFP					16			14	10											
	Jardinagem	IEFP										11	10									
	Informática - Tratamento de Texto	DGSP		45	28																	
	Serralheiro Civil (nível 2)	IEFP				14	8		11	10	12	12	11	9	6	6						
	Talha e Embutidos	CPJ					12	19														
	Serralharia Mecânica (nível 2)	IEFP				12	7	12	12	7	12	5		9	6		12	10				
	Iniciação à Fotografia	M Saúde							20													
	Reconversão Administrativa	CESAE							8													
	Canalizador	Prosalis									12											
	Canalizador	CPJ																	15	8		
	Canalizador 2ª ação	CPJ																		17	14	
	Electricidade de Instalações	Prosalis										13										
	Informática Básica Aplicada à Gestão I	Perfil										14	11									
	Informática Básica Aplicada à Gestão II	Perfil										14	10									
	Pastelaria/Panificação	Prosalis												12								
	Pastelaria - Panificação (nível 2)	CPJ											12	11								
	Teletrabalho	Perfil											15	14								
	Operador de Informática (duas ações)	CPJ								12	4	12	4	12	6							
	Embutidor - Entalhador (nível 2)	Perfil											14	13								
	Informática - Aplicações de Escritório	CPJ													36	22						
	Informática - Gestão de Base de Dados	CPJ												12	10							
	Informática na Óptica do Utilizador	CPJ													12	9						
	Pintura da Construção Civil (nível 2)	CPJ									12	8			12	10						
	Pintura da Construção Civil	Prosalis													12							
	Curso de Pescador																					
Formação Social e Humana	ANJAF														15		15					
Formação Social e Humana 2ª ação	ANJAF																		15	14		
EFA B1 + 2	Marcenaria	CPJ												12	10							
EFA B2	Jardinagem	IEFP													12	5						
	Marcenaria	CPJ													13	9						
EFA B3	Pastelaria/Panificação	CPJ															12	6	12	10		
	Electricidade de Instalações	Perfil											14	14								
	Electricidade de Instalações	Perfil															14	11				
	Olaria	IEFP																				
	Serralharia Mecânica	IEFP													16	14						
	Pastelaria/Panificação	CPJ												12	8	12	8	13	7			
	Jardinagem nº 9	IEFP													14	13	12	10	15	11		
	Marcenaria	CPJ														16	12					
	Pintura da Construção Civil	CPJ														12	9	15	11			
	* Operador de Jardinagem (em execução)	CPJ															12	9				
EFA NS	* Pasteleiro(a) / Padeiro(a)	CPJ																				
RVCC	Técnicas Jardinagem Espaços Verdes	CPJ																13	8			
	processo de CRVCC 2º ciclo	CPJ															5	1	3	4		
	processo de CRVCC 3º ciclo	CPJ														5		7	10	4		
	Processo secundário	CPJ																		5		
Processo CRVCC 2º e 3º ciclos	CPJ															21			11	19	28	41
Registo pelo Ano de Início dos cursos			Inscritos:	12	45	26	64	66	89	76	103	90	72	101	107	53	55	61	106	1126		
NS: Nível Secundário			Certificados:	0	28	15	18	17	53	42	71	69	47	50	64	38	32	41	58	643		
Não foi possível confirmar certificados																						

## Anexo 12

### Entrevistas com os reclusos

#### Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

Data da realização: 20-03-2013

#### **Entrevistas com os reclusos formandos e ex-formandos**

Foram realizadas um total de seis entrevistas (três formandos que concluíram a formação e outros três que ainda frequentam um curso de formação dentro do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira (EPPF))

Inicialmente estava proposto entrevistas individuais, no entanto aconteceram alterações, os três formandos que concluíram a formação pediram para serem entrevistados em simultâneo, facto que aconteceu no período da manhã, tendo decorrido sem problemas. No início da tarde foram dois momentos de entrevista, um formando sozinho e depois os outros dois candidatos.

Previamente foram explicados os objetivos da entrevista, o seu enquadramento no Mestrado de Educação de Adultos, garantiu-se a confidencialidade dos dados recolhidos, pediu-se a maior clareza nas resposta e também foi pedido para que falassem livremente.

Para proteção da sua identidade os nomes foram alterados.

Com o objetivo de melhor retratar os seus discursos a reprodução dos seus testemunhos para texto, será a cópia fiel, incluindo erros e expressões que possam usar.

Os Ex-formandos que estiveram no mesmo curso e que atualmente estão responsáveis pelos jardins internos que ladeiam a cadeia:

- (I) – Curso de Jardinagem
- (N) – Curso de Jardinagem
- (R) – Curso de Jardinagem

Formandos que no presente momento estão a frequentar formação:

- (AS) – Curso de Panificação
- (MJ) – Curso de Panificação
- (RU) – Curso de Jardinagem

## Transcrição da Entrevista

N.º linha	Texto
2	<b>Formandos (3) que concluíram formação em Jardinagem</b>
	<b>1) Nome; 2) Naturalidade, 3) Idade e estado civil; 4) Área de residência</b>
	<b>I</b> – Sou (I), sou solteiro, tenho 36 anos, sou natural de Barcelos.
	<b>N</b> – Sou (N), 28 anos, natural do Porto-Maia, solteiro
	<b>R</b> – Sou (R), sou de Massarelos – Porto, tenho 31 anos, solteiro
8	<b>5) Qual a data de entrada no EP?</b>
	<b>I</b> - Entrei para este EP em 25 Janeiro de 2007
	<b>N</b> - Entrei para este EP em 02 de Maio de 2009
	<b>R</b> - Entrei neste EP em 09 de Dezembro de 2008
13	<b>6) Qual a Pena aplicada?</b>
	<b>I</b> - Estou a cumprir duas penas separadas, uma pena de <b>três anos</b> e dois meses (que já cumpri) e outra pena que estou a cumprir de <b>nove anos</b> .
	<b>N</b> - Estou a cumprir uma pena única de <b>24 anos</b> .
	<b>R</b> - Tive várias penas e em cúmulo jurídico fiquei em 18 anos de cadeia.
18	<b>7) Primário ou reincidente?</b>
	<b>I</b> - Sou Reincidente
	<b>N</b> - Sou Reincidente
	<b>R</b> - Sou Primário
24	<b>8) Qual a escolaridade e as experiências educativas/formativas antes da reclusão?</b>
	<b>I</b> - Tinha o <b>sexto ano incompleto</b> , quando cheguei cá, e fiz aqui dois cursos, com este que acabei agora, último, foi o terceiro que me deu equivalência ao 12º ano.
28	<b>N</b> - Bom, como é a segunda vez que estou detido, na primeira vez entrei com o sétimo ano, mas fiz um curso de Informática pelo Centro Protocolar de Justiça (CPJ), fiz outro curso de Calceteiro pela CPJ, e conclui o nono ano, pela Prosális num curso de Instalações de Eletricidade.
32	<b>LM</b> – Tudo cá?
	<b>N</b> - Na primeira reclusão... na primeira reclusão. Nesta segunda reclusão inseri na... tava... na... Escola para fazer o 12º mas quando ocorreu a oportunidade de vir para o curso, como era também de dois anos e havia formação e a prática também para aprender a Jardinagem, fiz o 12º no curso de Jardinagem.
36	<b>R</b> – Eu, no EP de Custóias, fui, muito preventivo, tirei o quinto e o sexto, porque lá fora tinha a quarta classe, tirei o quinto e sexto quando entrei num curso de Informática, vim para este EP, fiz um RVCC, depois do RVCC fiz sétimo, oitavo e nono, depois veio-me esta oportunidade deste curso, completei o curso de dois anos, de Jardinagem e fiquei na manutenção.
	<b>LM</b> – Para o 12º ano?
	<b>R</b> - Para o 12º ano exatamente.
43	<b>LM</b> – Toda a gente concluiu o 12º ano com aproveitamento? Todos agora têm o 12º ano?
	<b>(Todos)</b> - Exatamente!
	<b>LM</b> – Parabéns!
48	<b>N</b> - E mais um curso de formação de Jardinagem!
	<b>I</b> - Em termos que até que tivemos um louvor!
	<b>R</b> - O nosso curso recebeu um louvor!
51	<b>LM</b> – Portanto, vocês estiveram juntos no mesmo curso... parabéns!
	<b>9) Qual a experiência profissional no meio livre?</b>
	<b>I</b> - É assim, trabalhei agora por último, em... antes de vir preso, trabalhei em cafés, trabalhei em restaurantes cerca de três anos,
56	<b>LM</b> – Quer dizer que em termos de carteira profissional, não tinhas profissão definida!
	<b>I</b> - Não, não tinha profissão.
	<b>N</b> - Eu em liberdade, antes de ser detido esta segunda vez, estava como gerente numa cervejaria-restaurant em Lavra.
61	<b>R</b> - Eu antes de vir preso, a minha profissão era Padeiro e Pasteleiro, foi a única!

#### 10) Usufruem de algumas medidas de Flexibilização da Pena?

- I** - Acho que não... não!
- N** - [colega] (I), isto é se já tiveste precárias...
- 67 **I** - Já tive... tive nove precárias! E à nona precária correu-me mal, que fiquei lá fora, atrasei-me e acabei por ficar sem as precárias, que faz agora dois anos, pronto, que estou, prontos... sem... meti, meti agora uma precária a ver se...
- 70 **LM** - Então, isto quer dizer que o percurso formativo e todo este percurso positivo cá dentro, portanto, normalmente implica esta flexibilização da pena, não é? Dai, que nos dá este tipo de benesses! Certo?
- (Todos)** - Exatamente!
- 74 **LM** - (N), teve alguma destas medidas?
- N** - Não... porque a pena é... dado a pena ser longa, mas através do curso deu-nos a possibilidade de trabalhar no interior do EP. Neste caso estamos no... no global do que fizemos no curso, nós ficamos responsáveis pelos jardins que compusemos... eu o (I) e o (R).
- 79 **LM** - O que quer dizer que é um bom prémio!
- N** - É! E tivemos colegas que através do curso foram trabalhar para o exterior.
- LM** - Ok!... (R)...
- 82 **R** - Eu também não, mas de resto faço as palavra do meu colega. Tivemos a oportunidade de ficar no interior da cadeia, prontos...
- LM** - Portanto é um regime aberto para o interior!
- 85 **R** - Exatamente! É assim que se chama. Não é fácil!... Para quem não tem precárias não é fácil! Mas como nós estivemos, completamos o curso com êxito, recebemos um louvor! Prontos... tivemos um voto de confiança da senhora diretora, e ficamos aqui no jardim, temos ali!
- LM** - Quer dizer, isto é pergunta para os três: Portanto é sempre bom trabalhar neste tipo de formação?
- 91 **(Todos)** - Exatamente!
- LM** - Aumenta-vos as competências não é? E depois também vos ajuda a passar melhor os dias, não é? Por que isto...
- N** - Eu falo pela minha experiência, já são quatro cursos que tiro através dos estabelecimentos, através dos cursos dá-nos sempre mais liberdade, mais confiança através do EP para dar mais trabalho, mais ah... espaço de cumprimento de pena, e...
- 98 **LM** - Os dias passam melhor...
- N** - Exato, os dias passam melhor, não estamos inseridos sempre dentro de um pavilhão, que dentro de um pavilhão, claro que se isto é crime é naturalmente que dentro dos pavilhões haja sempre aquele ar pesado da criminalidade, tamos cá é por isso infelizmente. E faz-nos inserir na sociedade doutra forma.

#### 11) Que modalidade de ensino/formação frequentou desde que estão detidos?

- 105 **I** - Primeiro curso que tirei foi em 2008, foi de Marcenaria pelo CPJ, depois acabou este de Marcenaria, fui trabalhar para a Marcenaria. Sai da Marcenaria, fui chamado para Eletricista...
- 108 **LM** - Portanto Marcenaria era só de qualificação... O de Eletricista foi o tal de B3 ou B2?
- I** - Foi B2 (...) foi da Perfil-Psicologia e Trabalho, Lda para Eletricista... Depois entrei, fui para a Escola... depois [...] fui chamado para vir para este curso...
- 112 **LM** - Na escola estava no ensino normal... e foi chamado para este Curso B3?
- I** - Sim, que deu equivalência ao 12º ano
- LM** - Este curso foi com qual entidade?
- 115 **I** - Foi com o CPJ.
- LM** - Ok! (N) faz por favor uma cronologia dos cursos que já fizeste.
- N** - Especificamente... em 2003, o curso de... de Operador de Informática...
- LM** - Foi cá, ou?
- 119 **N** - Não, foi no EP da Guarda. 2004 Curso de Calceteiro, EP da Guarda, e 2005 para 2006 curso de Instalações de Eletricidade, um B2 e para concluir o 9º ano Instalações Eletricidade... e neste EP, Jardinagem um B3, com o CPJ
- LM** - ok! (R)...
- R** - Eu (R), cursos... só tive oportunidade de andar aqui no EPPF, foi o curso de Jardinagem que começou em 2011
- 125 **LM** - Então, já tinhas o nono ano?
- R** - Já tinha o nono ano feito, tirei... fiz este curso com formação.
- LM** - Ok...sim senhor... ora... (I)..., para todos:

#### 12) Como descrevem o vosso dia-a-dia no E.P

- 129 **I** - Levanto de manhã para tomar o pequeno-almoço, venho à cela... às nove horas, depois venho cá para fora para o jardim, é assim que passo o dia.
- LM** - Então, de manhã é sempre no jardim, sempre a trabalhar...
- I** - É, de manhã e depois vou almoçar, de tarde vou ao banho, às cinco, não é? Depois vamos a jantar...
- 134 **LM** - Queres acrescentar aqui mais algum pormenor (N)?
- N** - Especificamente... é

- LM – As rotinas são iguais para todos, não é?
- 137 N – É, as rotinas de manhã é praticamente o mesmo porque temos o mesmo setor de trabalho, abra as portas às oito da manhã, às oito e quarenta e cinco descemos, tomamos o nosso café no bar, nove horas saímos para o nosso local de trabalho, os três, a..., onze e um quarto, onze e vinte recolhemos, onze e meia vamos ao nosso almoço, temos a nossa horita de descanso até às duas da tarde. Depois à tarde lá nos encontramos e lá vimos nós para o nosso local de trabalho, Quatro da tarde, quatro e um quarto despegamos, no meu caso temos aqui o nosso ginásio do EP, vou fazer o meu ginásio, o meu desportozinho e pronto, e lá temos os nossos dias completos assim.
- 146 LM – Jantar é depois a que horas?
- N – É, às seis e meia
- 148 LM – às seis e meia, e depois como é que acontece depois disso... há o recolher a que horas?
- N – O recolher é às sete horas, seis, seis e meia é o jantar, abre mais cedo o refeitório mas é sempre a esta hora, entre as seis, seis e meia.
- 152 LM – Vocês estão todos juntos no mesmo espaço de cela... ou?
- (Todos) – Não, não!
- 154 R- Eu, (R), faço das minhas palavras as do meu colega (N), prontos... que no fim do serviço que é às quatro e meia, normalmente costumava sair e fazer aquela meia horazinha de desporto à tarde, até às cinco, antes de ir ao banho, entretanto deixei de ir porque ganhei esta lesão no ombro, prontos... e a partir daí,... prontos, já não faço isso mas, chego lá dentro ao pavilhão, ando aquele bocadinho no pavilhão, qua para mim é um bocadinho... constrangedor porque já... tá... tamos tão habituados a... estar fora daquele mundo... não é?
- 161 N – É sufocante!
- R- Torna-se um bocado sufocante, que é muita confusão, muito barulho! muita gente! E prontos e a gente...
- 164 LM – Então esta atividade para vocês também vos devolve um “bocadinho da sanidade mental”
- R- Exatamente!
- 167 N – Psicologicamente ajuda muito...
- LM – Isto é muito importante, não é? Sr. (I) muitas vezes lhe disse isto não foi?
- I – (Rizos)
- R- Não adianta! Porque a gente muitas vezes diz-lhe, e ele, “ai eu vou correr vou correr...”
- 172 LM – O desporto... eu acho que o desporto, e vocês descomprimirem isso, é muito bom.
- (Todos) – Exatamente
- R- Nem que seja uma meia horinha por dia, faz sempre bem, não é?

#### 6ª faixa

#### 13) Que faziam antes da formação?

- 179 I – Desta formação? A... tava na Escola, estava na escola e a depois é que entrei para o curso do CPJ de Jardinagem...
- LM – Ok. Estavas ocupado, não é?
- I – Acabei, acabei o curso e foi quando fui, vim aqui pá, pá... parte de fora, a parte da “pista”
- 184 LM – (N), antes de pegar neste curso, estava...
- 185 N – Antes de pegar neste curso estava inserido na, no secundário daqui do EPPF, na escola,
- LM – Também estavas na escola?
- N – Estava na Escola para concluir, mas como,... já referi à pouco apareceu a oportunidade do curso,... a... fui inserido no curso.
- 190 LM – Ok... (R)
- R- Prontos... tava inserido no, no B2, não é? No B2, sétimo oitavo e nono...
- LM – Foi uma transição direta?
- R- Não, não, eu acabei e depois fui selecionado para o curso de Jardinagem
- 194 LM – Esteve algum tempo lá dentro à espera, ou esta na escola a estudar?
- R- Foi durante umas férias zinhas, foi pouco tempo, mesmo, foi três semanas!

#### 14) Como decorreu a adaptação à formação?

- LM – Ok, voltando aos tempos antigos... (I)... se pegares na formação e olhares para o primeiro dia... como é que foi a adaptação... correu bem?
- 199 I – Correu bem, foi boa!
- LM – Ok, (N) como é que foi para si?
- N – Ora eu partindo da educação que tive... eu sempre fui uma pessoa que, que me ensinaram a estar sempre pronta a aprender, [...] daí eu também ter, destes anos todos de reclusão, ter tantos cursos, e é claro que quando me informaram que havia o curso de Jardinagem, eu disse... é mais um hobbies, é mais um serviço que uma pessoa aprende para futuro! No dia de amanhã...
- 206 LM – (R)...
- R- Prontos, no meu caso foi uma mais-valia, para mim, pró futuro! Que a gente derivado desta situação que estamos a viver...

- LM – E adaptação foi boa?
- R- Foi bom, completou o curso de dois anos sem uma falta!
- 211 LM – Ok! Isso foi ótimo!...
- 15) Como têm vivido, ou viveu esta experiência de voltarem aos estudos, ler, escrever, a matemática...?**
- 215 LM – (I)... pegando outra vez nesta pergunta, voltar a estudar, ler, escrever a matemática... como é que foi tudo isso?
- I – Matemática foi mais... um bocado... mais complicado!
- LM – E ler, a leitura a escrita?
- 219 I – A escrita, tenho boa escrita e ler também leio!... Ora matemática, é que para mim é mais um bocado complicado, mas vou-me safando!
- 221 LM – As ajudas existiram, houve algum apoio?
- 222 I – Houve apoio!
- LM – (N) e nós?
- N – É assim, eu sempre fui uma pessoa que,... Sempre gostei muito de ler, nunca fui uma pessoa que pôs de parte os livros, a adaptação foi boa! A adaptação é boa! É boa porque uma pessoa aprende sempre mais...
- 227 LM – Mas... e as matemáticas tiveste alguma dificuldade?
- N – É assim, na formação que tive, e na escolaridade que tive... não tive muita dificuldade, não senti muita dificuldade.
- 230 R- No meu caso, como deixei,... prontos, quando era novo deixei a quarta classe, não é? Senti umas dificuldades a nível de... prontos, de matemática (...) mas tive um bom desenvolvimento. Tive mais dificuldades foi no inglês... na minha altura, na primária, não se aprendia o inglês ainda, não é? Infelizmente. Pronto a nível de escrita e de leitura sempre fui muito bom, tudo muito positivo
- 16) Como compreendem a formação no futuro profissional?**
- 237 LM – (I), como compreendes a formação no futuro profissional, para o teu futuro profissional, revês que algum destes cursos que te possam ser uma chave de entrada... na vida lá fora em liberdade?
- I – Sim! Eu acho que sim, em termos de... prá liberdade, pelo menos o curso de jardinagem, este curso que acabei... é assim eu penso que posso ter sorte, na minha zona também há muitos jardins, que pertencem à câmara municipal... posso ter sorte...
- 244 LM – (N), o que acha... uma ação profissional vale a pena?
- N – Valeu a pena! É mais uma opção, para a nossa futura reinserção social, se tivermos uma vaga num serviço de jardinagem, como sabemos e como gostamos, que se nota-se nos três, que nós, por acaso, gostamos daquilo que aprendemos e que neste momento fazemos, é uma grande oportunidade para uma pessoa se inserir na sociedade com êxito!
- 250 LM – (R), partilha da mesma ideia...
- R- Eu partilho da mesma ideia, prontos, apesar de ter uma boa arte, prontos, porque a arte de pastelaria e padeiro é muito fácil de arranjar, não é? Prontos, eu sou profissional mas nunca se sabe se...
- 254 LM – Ok! Acabas por ter duas situações...
- R- Exatamente!
- 17) Por que razões decidiram pelo curso que frequentaram? Foi a primeira escolha?**
- 259 LM – (I), porque razões decidiram, ou decidiste para este curso? Foi a primeira escolha,... havia mais escolhas?
- 261 I – A razão para vir para este curso?... É assim eu estava na Escola!
- LM – Portanto tinha opção, ou continuavas na escola ou vinhas para o curso!
- I – Continuava na Escola, ou vinha para o curso...
- 264 LM – Então porque é que mudou?
- N – [...] fui chamado pelos serviços de educação para frequentar o curso...
- LM – Mas a opção era tua, não tinhas que ir... não é?
- I – Sim, mas eu optei por vir para o curso.
- 268 LM – Mas porquê? O que te motivou? O que é que procuravas com o curso?
- I – Aprender... ter a curiosidade de aprender... o que não sabia, porque até hoje já aprendi muito.
- 271 LM – (N) e nós... estava na escola, não é?
- N – Estava no secundário...(o (R) comenta que estavam na mesma situação) nós, eu e o (R) estávamos, por acaso calhámos na mesma turma, calhamos numa turma do secundário e estávamos na aula, estávamos na aula quando nos inscrevemos no curso, por vontade própria, mutua!
- 276 LM – Mas porquê que vocês decidiram sair da Escola e vir para aquele curso?
- N – No meu caso [...] em termos de escolaridade estávamos a tirar a mesma, (e um curso de formação refere o (R)) que era o 12º, segundo tínhamos mais uma profissão que podíamos aprender, e tínhamos gosto, se nos inscrevemos é porque tínhamos gosto, no meu caso eu sei que tenho, e no caso deles também sei que tenho, porque o me demonstraram e também era a remuneração, porque a remuneração dentro do EP é sempre uma ajuda para nós e para não termos dependentes também da família
- 284 LM – Liberta-vos um bocado!



- R- Claro, exatamente... eu aqui faço as minhas palavras, as do (N)...
- LM – É assim, ter alguma independência financeira, cá dentro, é sempre...
- 287 R- Ajuda sempre um bocadinho...

**18) Pensa que a qualificação e certificação profissional podem garantir o sucesso individual? De que forma?**

- 292 LM – Ok... a formação garante o teu sucesso individual (I), achas que isso?
- I – Acho que sim!
- 294 LM – (N), o que acha, garante o teu sucesso individual na formação? Ajuda?
- N – Futuramente, sem dúvida!
- LM – (R)...
- 297 R- Eu, garante o meu também, para futuramente ajuda-me muito.
- 19) Como são as relações com a equipa pedagógica? Sofreram algum tipo de estigma?**
- 300 LM – Voltando à escola... as relações com a equipa pedagógica, [...], pegando neste último curso, mas se quiserem partilhar outras situações de outros cursos que fizeram, partilhem!... Como é que foram estas relações? Correu sempre tudo bem? Houve alguma situação, algum estigma, algum problema (I)?
- 304 I – Parece-me que para mim correu sempre bem
- LM – Nunca houve nada a registar?
- I – Não, nada, nada a registar.
- 307 LM – (N), essas relações foram sempre positivas?
- N – Eu penso da, da experiência que tenho dos cursos que tirei, neste curso específico que tiramos de jardinagem, tenho que louvar muito as engenheiras, tenho que louvar muito a coordenadora a Dr<sup>a</sup> (V), as engenheiras (P) e (H), tenho que louvar também, neste caso a parte da chefia e diretoria, porque deram-nos também a vantagem de poder usufruir do curso na parte interior do EP. Tivemos acesso a fazer um novo jardim, a fazer novas experiências, e tiveram sempre prontos da parte da diretoria e chefia, tiveram sempre prontos e sempre acessíveis aos pedidos das engenheiras... a saída de reclusos, no meu caso tinha uma pena de 24 anos de prisão é uma pena longa, mas... fizeram um esforço, começamos com guardas, fizeram o esforço de deslocar guardas para nos acompanhar, e futuramente até tiraram os guardas, era só com a stora engenheira, tanto como a (P) e (H). Penso que, que acho que foi mesmo um êxito, porque até hoje o curso acabou e ainda nos louvam o nosso curso! Ainda louvam a equipa, não individualmente, louvam a equipa em si! Comigo, (R), porque toda a gente que conclui aquele curso com êxito, toda a gente, é preciso dizer este pormenor, quem concluiu aquele curso, toda a chefia e diretoria pôs-nos, em todos, em cada, em setores de trabalho e até este momento, toda a gente está a cumprir com êxito!
- 326 LM – Muito bem! Quer acrescentar alguma coisa (R)?
- R- Para mim também foi sempre [...], sempre aquela cumplicidade entre os formandos e as formadoras... e acho que é só... foi sempre, foi positivo, um nível que todos os meses havias umas avaliações, e normalmente, acho que falo por todos, em todos os meses tivemos sempre avaliações positivas.
- 331 LM – Vocês acabaram por responder à próxima questão, quer dizer que acham que este curso trouxe-vos efetivamente, portanto esta... eu ouço-vos falar nisto, ouço-vos falar com orgulho (todos comentaram positivamente) e revejo-me nas vossas palavras, porque este é um trabalho que eu sempre fiz por aqui, e sempre o fiz com alma, embora não tenha estado neste curso, também me congratulo com essa vossa... e dou-vos os parabéns!

**20) Sentem que a frequência na formação tem permitido uma melhor integração pessoal e social no contexto prisional?**

*Esta foi uma questão já abordada e respondida de uma forma indireta nas questões anteriores.*

**21) Esta modalidade de ensino/formação está ajustada às necessidades?**

- 345 LM – Ora bom, para terminar... esta modalidade de ensino/formação foi ajustada, foi... explicando melhor a questão, os cursos têm uma parte teórica, uma parte prática, tem outra parte da sociocultural, outra mais científica, tem uma área tecnológica, Vocês tiveram formadores diferentes, tiveram na escola com matemática, físico-química, desenvolvimento social e pessoal, mundo atual, entre outras coisas. Depois avançaram para a parte tecnológica, estiveram com disciplinas e unidades curriculares designadas como as UFCD's de tecnologia. Portanto a formação estava ajustada, foi ajustada, foi equilibrada?
- 353 I – por mim foi... foi ajustado!
- LM – Esta partilha, este partenariado entre escola com o normal e vocês é o CPJ com outra parte... funcionou bem?
- I – por mim foi... foi ajustado... funcionou bem, sempre bem!
- 357 LM – (N), o que você acha?
- N – Eu, que foi um curso longo com princípio, meio e fim... é assim, nós tivemos, como está a se referir, tivemos áreas no princípio, começamos na teórica, começamos com as aulas, tínhamos segundas, quartas e quintas, não era? era as teóricas... terças e sextas era as práticas. Souberam gerir bem, parte prática e parte teórica, e tivemos bons professores, tivemos pessoas que nos acompanharam muito bem e tentaram em cada, em cada elemento do curso souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira.
- 366 R- Bem... eu acho que não tenho mais nada a acrescentar... acho que foi tudo positivo,
- LM – Isto, porque cada um de vós viveu isto de maneira diferente... percebem?

- 369 **R** – Exato, eu acho que todas as áreas, acho que foi tudo, tudo muito bom.
- N** – E para finalizar somos uma equipa!
- 371 **R** – E para finalizar, somos uma equipa como sempre fomos, [...], já falando da parte prática, estava exposto de fazer um jardim, fizemos dois... como todas as áreas, tanto a nível prático como teóricas, foi muito ajustado...
- 378 **(7ª faixa)**
- 22) Conversa livre (Formandos que já concluíram)**
- 380 **LM** – Portanto, vocês em termos de equipa... começaram o curso, terminaram o curso, e agora estão a trabalhar todos juntos, (...) como são as decisões do vosso jardim? Quem é que toma as decisões?
- R** – Somos... entre os três!
- 384 **N** – Mutuamente! Negoceia-se a ideia, o (N) dá a ideia dele, o (I) dá a ideia dele, e chegamos a uma conclusão...
- R** – Respeitamo-nos
- N** – E foi assim que as engenheiras... nos ensinaram a estar, a saber trabalhar em grupo.
- 389 **R** – Nós aprendemos no início, e estamos um grupo ... trabalhamos bem.
- LM** – A equipa pedagógica faz uma diferença muito grande nestas coisas, não faz? Tudo isto dá contributos, não é?... A forma como vocês vão para as coisas... Como é que se apresentam...
- N** – É assim, neste curso, este curso, foi muito bom em termos de novas visões de amanhã, e de visões de amizade, saber respeitar, não somos crianças, nós estamos sempre a aprender (...)
- 396 **R** – Lógico!
- N** – E trabalhar em grupo não é fácil! Eu fui jogador da equipa do Futebol Club e sei o que é trabalhar, saber ordenar um grupo...
- LM** – E trabalhar para um objetivo comum!
- 400 **N** – Um objetivo comum, e nós tivemos um objetivo que foi fazer um jardim em comum, que soubemos... a engenheira (P) e a engenheira (H), souberam sempre dar um apoio a dizer assim..."eu não preciso de dizer nada, vocês são um grupo, vocês têm que ser, vocês sabem que o vosso trabalho é este, nós temos que concluir isto com êxito até esta data, por isso vamos concluir até ao fim". E cada um sabia o seu lugar, eu vou ali, eu faço isto, eu faço aquilo... Quando a engenheira ia a ver cada um estava a fazer o seu trabalho...
- 407 **R** – Até as engenheiras ficavam surpreendidas, porque elas chegavam lá, já não precisavam de dizer nada, porque o serviço que a gente tinha que fazer, nós próprios sabíamos o que tínhamos que fazer
- 411 **LM** – Eu gosto de vos ouvir falar, porque vocês, realmente...
- I** – Por isso até é que tiramos um louvor...
- R** – Recebemos todos um louvor...
- 414 **LM** – Eu,... olho para o (I)... olho aqui para o (I) e sinto que lhe "dei" muitas ajudas há algum tempo, e que chateei-o muitas vezes e ele sabe disso...
- N** – Mas foi para o bem dele!
- 417 **LM** – Eu, vou gostar que depois leiam o que escrevi, a determinada altura digo que muitas vezes tinha que "vestir o papel do carrasco, o que trás as más notícias, que os chamo à atenção", mas foi sempre esse resultado final que fez estar aqui, hoje, a falar convosco! Porque se eu não acreditasse no homem, em si, o que está "por de trás da pena", (...) não estava aqui convosco, não fazia este trabalho, porque, portanto, eu tenho uma história de vida muito complexa de áreas completamente diferentes e depois a determinada altura "peguei" neste... no contexto prisional, e foi o acreditar em vocês, que estou a fazer este estudo para tentar... porque do tempo que cá estive pelas cadeias, sempre achei que se poderia fazer um bocadinho mais do que se tem feito...
- 427 **N** – Exatamente!
- LM** – Ok, mas depende muito do que nós temos à nossa frente, do vosso querer, isto é feito convosco, para vocês! Porque eu posso ter a maior vontade do mundo, mas se o (I) chega, ou o (N), ou o (R) chega com um pai que está doente, uma mãe que "precisa de não sei das quê", um problema qualquer, ou porque vem a "pena", será que vou ou será que não vou... e tudo isso trás problemas para a formação, tudo isso trás problemas para o grupo (...).
- 434 Estou a adorar ver os vossos comentários, porque eles são convergentes daquilo que foi o curso e o desafio que eu vos lançava é que depois, logo à tarde, depois de terminar as entrevistas, vocês me procurassem, porque eu gostava de ver esse vosso bendito jardim, o que vocês fizeram!
- 438 **(Todos)** – Ficamos muito gratos e mostramos com muito gosto!
- LM** – Vamos concluir isto aqui, eu agradeço a vossa disponibilidade e em meu nome pessoal e em nome da FPCE-UP. Fica aqui a promessa de quando este trabalho estiver pronto, concluído, vou-vos fazer chegar aqui uma cópia, (...) podem procurar no gabinete da Drª.
- (8ª faixa)** (Conversa livre)
- 444 Vou contar-vos uma passagem... naqueles pavilhões novos, aqui nos pavilhões em cima, (...) nós fizemos lá cursos como o de Teletrabalho, Informática, e antes de ser um EP autónomo, havia um colega vosso que ele tinha trinta e nove, salvo erro, mas já vinha cá fora buscar-me as coisas ao carro, ajudar-me, aquela lides normais, com vocês estão, que eu acho que esta oportunidade que vocês têm de estar "cá fora", a lidar comigo, com os técnicos,... isto devolve-vos um bocado daquilo que é... alguma "dignidade"...
- 451 **N** – A sociedade principalmente...
- LM** – Esta parte da socialização percebem...



- N** – A socialização principalmente!
- 454 **R** – Sentir ser reconhecido também um bocado do nosso valor, não é?
- LM** – Mas isto de poderem falar com outras pessoas é sempre muito bom, porque acaba por ser um contacto com alguém de “exterior”, este contato com outras pessoas, embora seja cá dentro, acabam por ser, ou pelo menos um bocado de “ar fresco”...
- 459 **R** – Para nós, estar ali é um ar fresco de liberdade, porque a gente sente uma diferença enorme de lá de fora para aqui prá “pista”...
- LM** – Bom isto, quando eu digo aquele senhor, que vinha comigo ao carro ajudar... eu todo contente porque sabia que ele iria sair em liberdade, eu pensando que estava a dizer uma coisa muito boa, não é? Não me lembro do seu nome (...) e digo, «estás todo contente! Vais embora brevemente!».
- 465 Esse senhor “veste” uma cara tão triste, tão triste a olhar para mim e diz-me, diz-me assim, «oh professor, estou quase a fazer quarenta anos... já estou aqui á cerca de 20 anos, não tenho pai, não tenho mãe, sei que tenho uma tia, mas não sei onde é que mora... não tenho ninguém lá fora... o Sr. dá-me emprego? Os meus amigos estão todos cá “dentro” (apontando para o edifício do EP), ...a minha vida foi toda cá “dentro”. Eu vou para fora e enquanto tiver dinheiro vou gastar e depois quando não tiver dinheiro... olhe, vou tentar não aleijar ninguém e volto para aqui! A minha casa está aqui!»
- 473 Esta passagem, até hoje, “bate” aqui no fundo... o que é que eu posso fazer aqui? Que contributo posso dar aqui? E eis que aqui dentro, estou numa Tese de mestrado em Educação... É vos atribuído TSR que está convosco... e n o caso do (N) será 24 anos... (espero que consiga sair antes), mesmo que sejam 15 anos, são quinze anos de uma vida, é muito tempo... Eu penso que era de exigir a este técnico, que está como (N), por exemplo, que o conheça, as suas potencialidades, as capacidades que ele tem e que nos últimos anos possa começar a preparar a saída do (N), não entrega-lo a um Instituto de Reinserção Social (IRS), ou seja lá o que for, e “está aqui o (N)!” nunca o viram em lado nenhum, não o conhecem, não sabem do que ele é capaz. E portanto abrir esta porta, deste EP, a uma pessoa que esteve privada da liberdade, sem qualquer preparação, é para mim, preocupante, porque o (N) teve um acompanhamento, vocês têm acompanhamento dia a dia, com uma pessoa que tem obrigação de vos conhecer bem, conhecer bem a vossa família, a vossa história de vida, perceber o que vocês vão fazer e começar a preparar bem a vossa reintegração.
- 489 Acho que o sistema devia deixar esta parte mais punitiva, que penso que será necessária, acredito que ela seja necessária, mas se nós não fizermos aqui um pouco de educação, se só pensamos na punição só por si, não estamos aqui a fazer nada. Como no exemplo que vos damos todas as ferramentas dos cursos e não preparamos nada, o que será feito de vocês quando saírem?
- 494 **N** – Eu, no meu caso, com os anos de cadeia que tenho para cumprir, para já, não tenho razões de queixa, acho que estou a ser muito bem acompanhado. Falo que neste momento, com os anos que tenho de reclusão aqui no EP, as doutoras têm feito, têm estado atentas ao meu percurso, tanto é que já falei do caso que tive dum problema zinho interno, deixaram-me concluir o curso, é porque estão atentos, não ao (XXX) que é o meu número, mas ao (N), por isso acho que estão atentos e espero que estejam atentos a colegas, espero que aqui o meu colega (R), que já o merece ir a casa.
- 502 **R** – Pois, fiz agora um terço da pena, não é? mas...
- 503 **N** – E acho que estão atentos, são atentos parceiro.
- R** – É assim, eu penso que sim! Espero que estejam
- N** – Vais ver os teus meninos, vais ver!
- 506 **R** – Espero que sim, espero ir ver os meus gémeos.
- N** – E é isto, com o curso dele o apoio, nós, eu posso estar em baixo hoje, que os meus colegas metem-me em cima, amanhã são eles a pôr-me em cima, e nós damos força uns aos outros.
- 510 **I** – Tem de ser assim.
- LM** – Esse espírito de grupo tem que ser. Mas a saída, como é que vocês vêm a saída? Isso não é um sonho, pois não?
- R, I** – Não!
- 514 **LM** – Espero que seja uma realidade para enfrentar um dia destes.
- N** – Claro, estou um bocado calado porque...
- R** – Eu também.
- 517 **LM** – Não queres pensar muito nisso agora, não é?
- N** – Vivo o dia-a-dia e tento fazer uma coisa que o Sr. professor disse, que eu até fiquei pensativo e disse mesmo, é uma pessoa com visão mesmo para isto!
- 520 Eu tento demonstrar aquilo que sou, eu, é... e penso que os meus colegas devem pensar o mesmo. Nós temos que demonstrar aquilo que nós somos, não há uns erros que nós cometemos em liberdade que vão demonstrar aquilo que nós somos... porque o ser humano erra, o ser humano todo erra... cada uma á sua maneira e eu tento demonstrar quem é o (N), não o (XXX) que nós aqui somos tratados pelo número. Mas com o passar dos anos, claro, lá está, há certos guardas que já não dizem «oh (XXX)!», já dizem «oh (N)». Isso nota-se que as pessoas já começam a nos conhecer e já nos começam a respeitar.
- 528 **LM** – Eu dizia outra coisa, começam a devolver-vos a dignidade.
- R** – Exatamente.
- N** – A dignidade.
- 531 **LM** – Eu acho que, não menosprezando aquilo que tem que ser a segurança, a punição, porque se o crime existiu... nunca estive aqui para julgar ninguém, porque não sou juiz, eu sempre tentei dar o meu melhor contributo em termos de trabalho, ou pelo menos, ser parte integrante da vida das pessoas que cá estão, e deixar o meu exemplo como sendo... e tentar ser o melhor possível, porque acho que nós nos vamos construindo sobre aquilo que são os nossos ideais e se conseguirmos passa-los para os outros, daquilo que é nossa história de vida e daquilo que conseguimos e por isso é que digo muitas vezes com orgulho que fui para a Faculdade aos trinta anos.

- 540 **N** – Por acaso tocou nesse ponto e eu comecei a pensar um bocado no meu dia de amanhã... e disse assim...  
**LM** – Estás quase nos trinta.
- 543 **N** – Não, porque eu comecei a pensar, lá está, nos tempos de reclusão que vou ter de cumprir, e disse foi aos trinta e se for aos trinta e cinco... e será que também não posso ir?  
**LM** – É claro que podes!
- 547 **N** – Sinceramente, por acaso veio-me isso à ideia, veio-me isso à ideia.  
**LM** – Por acaso gosto muitas vezes de pegar nisto! Neste exemplo, considerando-me como sendo um bom exemplo porque tudo o que consegui foi com a ajuda destas duas mãos que estão aqui... e não nasci numa família rica.
- 551 **R** – E que demonstram o trabalho  
**LM** – Sempre persegui os meus objetivos, considero que tive alguma sorte, porque nós sem sorte na vida é muito mais complicado conseguir realizar o que pretendemos, Mas a sorte não faz tudo, temos de ir à procura dela, ir à luta, correr atrás dos nossos sonhos. E muitas vezes são estas conversas que parecendo fora de tempo, nos ligam “algumas luzes” e nos fazem encontrar o caminho. A minha decisão de só ir estudar aos trinta anos, parte inicialmente da passagem de ideais da minha mãe que na sua forma de idolatrar os senhores doutores e engenheiros para quem trabalhava, nos remetia para um papel de ser mais inferior, sem capacidades e por isso fui crescendo “servindo” no papel de pessoa “incapaz” de conseguir estudar e de vencer.
- 562 Acho que só acordei aos trinta anos, eu não sou inferior, eu consigo. Então fui, experimentei-me, desafiei-me, então fui! E isto parte de uma professora, que trabalhava comigo nos contextos prisionais, me desafia a estudar, acreditando e valorizando o trabalho que já desenvolvia. As suas palavras foram fundo, “tocaram” e fizeram com que acreditasse, concorri pelos maiores de 23, fiquei nos primeiros classificados e cá estou!
- 568 Esta minha história, para vocês que estão aqui algum tempo, pensem nisto, pensem no desafio de chegar mais longe, pensem no vosso futuro, preparem o vosso futuro, porque o estigma que carregam depois de cá estar, é muito pesado e só com ferramentas fortes irão conseguir o espaço que precisam para conseguirem a vossa realização e integração que desejam. Estudar é uma arma muito boa e foi por ter estudado, por me ter esforçado que aqui estou... gosto muito de ouvir os amigos dizerem – tu é que estás bem na vida!, pois estou, mas enquanto eu me esforçava (estava na escola até às onze e meia da noite e eles estavam no café), eles divertiam-se, gozavam a vida e acho que foram perdendo o sentido real da necessidade de escolherem os melhores caminhos a seguir, eu investi o meu tempo de maneira diferente!
- 579 Agarrem a vossa vida de frente, peguem no vosso futuro e trabalhem, procurem o vosso caminho, peçam ajuda, olhem para as pessoas que estão à vossa volta, os vossos Técnicos e desafiem-se” obriguem-se!
- Obrigado pelo vosso tempo!

#### **Formando (1) do Curso de formação em Panificação**

##### **9ª faixa**

##### **1 a) Nome; 2 a) Naturalidade, 3 a) Idade e estado civil; 4 a) Área de residência**

- 590 **AS** – (AS), 45 anos, divorciado, natural e residente em V. N. Gaia

##### **5 a) Qual a data de entrada no EP?**

**AS** – Em 2010

##### **6 a) Qual a Pena aplicada?**

- 596 **AS** – Pena de 12 anos

##### **7 a) Primário ou reincidente?**

- 598 **AS** – Primário

##### **8 a) Qual a escolaridade e as experiências educativas/formativas antes da reclusão?**

- 603 **AS** – Lá “fora” fiz a quarta classe, depois tive alguma formação, como, fiz um curso de Soldadura de Mig, fiz um outro curso de Soldadura de Mag  
**LM** – Onde fez esses cursos?  
**AS** – Fiz no Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) em V.N.Gaia, e o de Soldadura de Mag fiz em Setúbal na Rinave.
- 608 **LM** – Ok, e mais alguma experiência?  
**AS** – Fiz também um curso de Técnico de Carroçarias no Cepra, na Maia e depois tive formação no nível da empresa onde trabalhava [...] numa empresa de marca, que é a (VVV) de Camiões com venda e reparação e fiz alguns cursos como Higiene e Segurança no Trabalho, Eletricidade, Mecânica
- 613 **LM** – Já tem alguma experiência.

##### **9 a) Qual a experiência profissional no meio livre?**

- 616 **LM** – Na questão anterior, já foi respondendo à questão da experiência profissional, penso que estava muito na assistência, quer acrescentar algo mais?  
**AS** – Portanto, eu fui chapeiro durante 22 anos.
- 620 **LM** – 22 anos. De automóveis, é isso?

AS – De automóveis, camiões, autocarros.

**10 a) Usufruem de algumas medidas de Flexibilização da Pena?**

[Respondeu com o tipo de formação que está a fazer]

**11 a) Que modalidade de ensino/formação frequentou desde que estão detidos?**

AS – Eu aqui, frequentei já o Reconhecimento e Validação de Competências Chave (RVCC) e fiz o sexto ano, com equivalência ao sexto ano, Agora estou num Curso de Panificação que dá equivalência ao nono ano

631 LM – É um Curso de Educação e Formação de Adultos, um Efa B3

AS – Sim, dá equivalência ao nono ano e quem a duração de quase dois anos, acaba em Novembro que vem.

LM – Com que entidade está a fazer esse Curso de Panificação?

AS – É o CPJ.

636 LM – Então faz as matemáticas, o português... na escola

AS – Matemática, português, cidadania, inglês, tic,... é tudo na escola e depois temos a prática também.

LM – As práticas são realizadas aonde?

AS – São cá dentro, também.

641 LM – Mas essas práticas são lá dentro, mesmo? Na panificação?

AS – Sim, arranjamos aqui,... antigamente era lá fora, agora arranjaram uma sala cá dentro.

LM – Já recordo... essas práticas aconteciam fora da cadeia...

AS – O ano passado ainda era lá fora,

646 LM – Essa sala que foi preparada onde está localizada?

AS – É aqui, cá dentro, à beira do artesanato.

LM – Muito perto da escola, dentro da mesma zona?

649 AS – Sim tudo do lado de lá da escola.

**1 2 a ) Como descrevem o vosso dia-a-dia no E.P**

652 AS – Acordo de manhã, vou para a escola, tenho aulas até ao meio dia e dez, vou almoçar, normalmente fico na cela do meio dia e meio às duas, às duas vou para a escola até às cinco, às cinco vou ao banho, vou jantar e entretanto somos fechados às 19:00h.

**13 a) Que fazia antes da formação?**

658 LM – Tinha alguma ocupação antes de entrar para a escola?

AS – Trabalhei aqui dois anos na serralharia.

LM – Estava na serralharia cá no EPPF?

AS – Sim, tanto é que agora também estou de férias da escola e estou aqui a arranjar um autocarro.

663 LM – Muito bem,

AS – Eles precisavam que desse um jeito num autocarro...

665 LM – Mas isso é muito bom reconhecerem o seu trabalho como válido!

AS – Se eles vão reconhecer ou não, eu não sei!

LM – Sim, mas é sempre bom!

668 AS – Espero que sim! Eles pediram e eu estou ali a dar um jeito dentro do que sei. Desculpe, pois é por isso que estou todo sujo.

LM – Esteja à vontade por favor.

**14 a) Como decorreu a adaptação à formação?**

673 LM – Como foi esta adaptação à escola, tinha a quarta classe, fez o RVCC e agora está a tentar fazer o nono ano.

AS – Não foi fácil, porque estive muitos anos sem estar na escola, depois as turmas também não são fáceis, não é? Porque há sempre um outro que não agrada,... como tudo na vida.

678 LM – Claro.

AS – E no início não foi fácil, agora leva-se bem.

**15 a) Como têm vivido, ou viveu esta experiência de voltarem aos estudos, ler, escrever, a matemática...?**

683 LM – As outras disciplinas consegue, o português a matemática?

AS – Sim, sim

LM – Sente que o ensino agora está diferente ou está igual?

686 AS – Já me lembro muito pouco do que fiz lá fora e depois só tive a quarta classe, a matéria é completamente diferente da quarta classe para o nono ano, não é? Mas é uma coisa que nós querendo e quando temos dúvidas se perguntarmos acabamos por ir lá.

- LM – Está a conseguir!
- 691 AS – Sim, até porque na matemática antes de entrarmos para o curso tivemos que fazer uma, umas provas e eu na matemática já validei a unidade de MR que é a última do referencial.
- LM – Ok a do RVCC.
- 16 a) Como compreendem a formação no futuro profissional?**
- 697 LM – Acha que é importante?
- AS – Sim, a formação é importante, tanto é importante que eu lá fora sempre tentei andar a fazer formação, que sem ela não vamos a lado nenhum!
- 17 a) Por que razões decidiram pelo curso que frequentaram? Foi a primeira escolha?**
- 703 LM – Foi uma escolha só sua?
- AS – Este curso foi uma escolha minha, primeiro porque queria fazer o nono ano e queria aprender qualquer coisa diferente, isto é, se houvesse outros cursos, por exemplo ligados à mecânica, serralharia ou torneiro mecânicos eu preferia, na altura não havia outro... e também eu vou aprender coisas novas.
- 708 LM – Relembre-me o nome correto do curso que frequenta...
- AS – Curso de Panificação – pastelaria e padaria com o CPJ
- LM – Com o CPJ e para obter o nono ano.
- 18 a) Pensa que a qualificação e certificação profissional podem garantir o sucesso individual? De que forma?**
- 714 AS – É sempre bom, termos mais-valias, pois quanto mais valias tivermos, mais possibilidades teremos no mercado de trabalho.
- LM – Mas o seu futuro passa por esse curso da panificação?
- 717 AS – Não sei, eu tenho uma arte, tenho uma boa arte que... mas nunca se sabe no futuro.
- 19 a) Como são as relações com a equipa pedagógica? Sofreram algum tipo de estigma?**
- 722 LM – Como foi estar em sala, igual ao exterior, como é que sentiu?
- AS – As sala, como já disse anteriormente, há sempre um ou outro para destabilizar, mas caso contrário.
- 725 LM – E dos professores?
- AS – Os professores são excelentes pessoas.
- LM – Percebo, tudo a funcionar corretamente
- 728 AS – Sim, não tenho razões de queixa, atenciosos, vão ajudando.
- 20 a) Sentem que a frequência na formação tem permitido uma melhor integração pessoal e social no contexto prisional?**
- 733 LM – Na formação numa perspetiva de o antes e o agora do que é a sua vida, como é que se vê neste modelo?
- AS – Não, quando eu vim para aqui, vinha já referenciado, estive treze meses na PJ do porto, ajudava na faxina, ajudava naquilo que eles necessitavam, na mudança de lâmpadas desapertar torneiras, e etc. Por isso já vim referenciado para aqui, tanto é que eu tinha de estar aqui um mês,... um mês para ser, para ver qual é o meu comportamento com quem andava, para e só depois é que podia arranjar trabalho ou uma ocupação. E eu não precisei desse tempo, antes de um mês eu arranjei logo trabalho.
- 742 AS – As pessoas respeitam-me e até agora...
- LM – Esteve algum tempo sem estar a formação, sem ocupação...
- AS – Não, aqui só estive três semanas sem ter que fazer.
- 745 LM – Então esta mudança correu muito bem.
- AS – Sim
- 21 a) Esta modalidade de ensino/formação está ajustada às necessidades?**
- 749 LM – Já tinha referenciado que já se tinha passado algum tempo, desde que eixou a escola. Acha que a formação como se apresenta no momento está ajustada às suas necessidades? Como se está a organizar vai à escola diariamente?
- 753 AS – Sim, vou todos os dias.
- LM – Todos os dias vai à escola, e a formação prática como é que está organizada? Em que dias é que acontece?
- AS – As práticas, agora temos à terça-feira de tarde e à quinta-feira todo o dia.
- 757 LM – Então um dia e meio por semana e o resto é escola.
- AS – É isso, o resto é escola. Agora quando acabar este período na escola, em junho, passamos a ter práticas todos os dias até Novembro, até o fim do curso.
- LM – Termina assim a parte curricular e começam as práticas.
- 761 AS – Sim, sim!

## 22 a) Conversa livre (Formandos que já concluíram)

- 764 **LM** – Já está terminada a nossa entrevista e se quiser dizer mais alguma coisa esteja à vontade.  
De uma forma geral a formação está a correr bem!?
- AS** – Sim, está muito bem, a Panificação é uma coisa nova para mim.
- 768 **LM** – Em que ano está no curso?
- AS** – Já vamos para o segundo ano.
- LM** – Já fizeram algumas práticas.
- AS** – Já fizemos pão, uns croissant, bolas de Berlim, bolos de aniversário, etc.
- LM** – Isso acontece naquele espaço que me falou... tem todo o equipamento necessário, forno...
- 774 **AS** – Sim, sim, tem lá umas boas condições.
- LM** – Estamos concluídos, resta-me agradecer a sua disponibilidade para esta entrevista e muito boa sorte para o seu curso.
- AS** – Boa tarde.

## Formandos (2) do Curso de formação em Panificação

### 10ª faixa

- 783 **LM** – O meu nome é Leonel Madureira, isto é uma investigação para uma Tese de Mestrado em Educação de Adultos da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto. Pretende-se perceber a formação profissional e as possíveis implicações no vosso percurso, e não só cá dentro, dentro daquilo que são as vossas relações e como poderá servir na preparação para o mundo exterior, para quando chegar o dia da Liberdade.

## 1 b) Nome; 2 b) Naturalidade, 3 b) Idade e estado civil; 4 b) Área de residência

- LM** – Ora, eu começava então por lhes perguntar o nome.
- MJ** – (MJ).
- 794 **LM** – (MJ) é isso? De onde é que é? A sua naturalidade?
- MJ** – De Aveiro.
- LM** – Qual é a sua idade Sr. (MJ)?
- MJ** – Quarenta e oito.
- 798 **LM** – O seu estado civil Sr. (MJ)?
- MJ** – Sou viúvo.
- LM** – Qual a Área da residência Sr. (MJ)?
- MJ** – Vale de Cambra.
- LM** – Temos aqui também o Sr?...
- 803 **RU** – (RU).
- LM** – É natural de onde Sr, (RU)
- RU** – Aveiro.
- LM** – Qual a sua Idade Sr. (RU)?
- 807 **RU** – Quarenta.
- LM** – Sr. (RU) e o estado civil?
- RU** – Viúvo.
- LM** – Sr. (RU) e qual é a área de residência?
- RU** – ... Águeda.
- 812 **LM** – Águeda?
- RU** – Sim.

## 5 b) Qual a data de entrado no EP?

- LM** – Sr. (MJ), em que data é que entrou para o EP?
- MJ** – Vinte e... trinta de maio de 2009.
- 818 **LM** – Sr. (RU) qual a data de entrada, em que ano é que entrou aqui para o EP?
- RU** – 2011.

## 6 b) Qual a Pena aplicada?

- 822 **LM** – Sr. (MJ), a sua pena quantos anos é que...?
- MJ** – Dez.
- LM** – Sr. (RU) qual é a pena aplicada?
- 825 **RU** – Está em recurso...
- LM** – Está em recurso?

RU – Ainda não está definida.

**7 a ) Primário ou reincidente?**

LM – Ok. Portanto, o Sr. (MJ) é primário ou reincidente?

MJ – Primário.

832 LM – Primário... E o Sr. (RU)?

RU – Primário.

LM – Também é primário.

**8 b ) Qual a escolaridade e as experiências educativas/formativas antes da reclusão?**

LM – Ok. Sr. (MJ), qual a escolaridade antes de entrar aqui para o EP?

MJ – Quarta classe.

840 LM – Sr. (MJ), tinha alguma experiência de algum curso de formação, fez alguma formação antes da reclusão?

MJ – Nunca tinha... Nunca tinha tido curso nenhum, também nunca tive oportunidade disso, não é?

844 LM – Sr. (RU), qual é a escolaridade e que experiências formativas antes de cá chegar?

RU – Sexto ano.

847 LM – E em termos de cursos e formação?

RU – Em termos de curso tinha tirado um curso em 93 que agora não me lembro... não estou agora a ver o nome, era um curso ligado a... eletromecânica, qualquer coisa assim.

LM – E fê-lo aonde Sr. (RU)?

RU – Fiz lá na área da residência, no ...

853 LM – Numa escola?

RU – No Instituto de Formação Profissional.

LM – No IEFPP Sr. (RU)?

856 RU – No Instituto de Emprego.

**9 b) Qual a experiência profissional no meio livre?**

LM – Antes de acontecer este incidente nas vossas vidas, qual era a experiência profissional que tinha, Sr. (MJ)? Lá fora, qual era a sua profissão?

MJ – Era na construção civil.

862 LM – E o Sr. (RU)?

RU – Eu era encarregado de construção civil também.

864 LM – Portanto, os dois na construção civil.

**10 b) Usufruem de algumas medidas de Flexibilização da Pena?**

867 LM – Em termos de flexibilização da pena, neste momento gozam de alguma coisa, têm algum regime especial cá dentro ou não?

MJ – Não gozo de nada, andava na escola, disseram-me para sair da escola, para vir para o curso, que me ia beneficiar de outras saídas precárias e tudo.

871 LM – E está à espera, não é?

MJ – É a quarta, já é a quarta precária que estou sempre a levar corte.

LM – E o Sr. (RU)?

RU – Eu ainda não... não... não benefício de nada porque estou preso à relativamente pouco tempo e ainda, estou em recurso.

**11 b) Que modalidade de ensino/formação frequentam desde que estão detidos?**

879 LM – Qual é o curso que está a frequentar Sr. (MJ), estão no mesmo curso?

MJ – Não, não.

LM – Estão a estudar, Sr. (MJ), diga o nome do curso que está a frequentar.

882 MJ – Padaria.

LM – Está em Padaria, e como é que se chama a entidade que o promove?

MJ – Penso que é CPJ.

885 LM – CPJ... então é o Curso de Panificação, não é?

MJ – Sim está correto é o de Panificação.

LM – Para obter o nono ano, não é?

MJ – É, é!

889 LM – E o Sr. (RU)?

RU – É o curso de Jardinagem que dá equivalência ao nono ano.

- LM – Dá também equivalência ao nono ano?  
 RU – Dá equivalência ao nono ano.
- 894 LM – E também é do CPJ, não é?  
 RU – CPJ.
- LM – Ok. Portanto, ou seja, vocês estão naquela modalidade, fazem a matemática, o português e isso na escola normal...
- 898 MJ – Matemática, português, cidadania, inglês...  
 RU – Parte teórica e prática.
- LM – E depois as práticas é que são feitas com outros formadores não é?  
 RU – Nós temos prática.
- 902 LM – Ok.  
 RU – Temos prática de botânica e jardinagem, neste caso.

#### 12 b) Como descrevem o vosso dia-a-dia no E.P

- 906 LM – Ok, eu não sei se o vosso dia-a-dia é igual mas penso, parto do pressuposto que sim, mas expliquem como é o vosso dia-a-dia no EP? De manhã a que horas é que se levantam? Como decorre o dia?  
 MJ – De manhã por volta das sete, ir tomar o pequeno-almoço, nove horas ir para o curso, ir almoçar às onze e meia, meio-dia menos quê, tornar a ir para o curso às duas até as cinco.
- 912 LM – Até às cinco...Depois faz algum desporto, tem alguma ocupação?  
 MJ – Depois temos dois dias por semana eu e mais dois colegas meu, vamos para o ginásio. Vamos à terça e à quinta.
- LM – Ok, Sr. (RU) e o seu dia-a-dia são iguais ou é diferente?
- 916 RU – A minha rotina é. É levantar-me por volta das sete horas todos os dias, tomar o pequeno-almoço, ir para o curso porque não há folgas...há curso todos os dias a não ser que algum dos professores ou da... das engenheiras tenha que faltar. Depois é sair do curso por volta das onze e meia, almoçar, tomar banho, ir para o curso por volta das duas até às três e meia, quatro, cinco...
- LM – Depende dos dias, não é?
- 922 RU – É, depende dos dias, nem todos são iguais.

#### 13 b) Que faziam antes da formação?

- 925 LM – Ok. Cá dentro no EP, Sr. (MJ), o que é que você fazia antes do curso? Estava na escola é isso?  
 MJ – Estava na escola.
- 928 LM – Estava na escola... mas inscreveu-se por vontade própria?  
 MJ – Antes de ir para a escola fui para, andei a trabalhar para as obras mas depois como eu estava aqui dentro e já tinha a vida estragada então quis aproveitar ao menos o máximo possível do que estar a perder mais uma coisa.
- LM – Foi por sua iniciativa investir na escola, não é?
- 934 MJ – Sim, sim, sim, sim.  
 LM – E o Sr. (RU), o que é que fazia antes de ir para a formação?
- 936 RU – Antes de começar o curso não fazia absolutamente... não fazia nada, estava inscrito na escola, estava à espera de vagas na escola depois, entretanto, apareceu esta possibilidade de entrar no curso e a Drª, que é a minha Técnica de Educação, propôs-me essa situação e achava que era a mais confortável para mim e eu optei pelo curso.

#### 14 b) Como decorreu a adaptação à formação?

- 943 LM – Sr. (MJ), como foi esta adaptação, você tinha a quarta classe, esteve tantos anos sem estudar como é que ela correu? Como é que foi?  
 MJ – Foi uma experiência nova, foi uma experiência boa.
- LM – Como é que está a ser? Concentrada?
- 947 MJ – Sim. Está a ser bom, uma pessoa vai engolindo mais um bocadinho.  
 LM – E a sua turma tem quantos formandos?
- MJ – Nesta altura, estamos com onze ou doze.
- 950 LM – Sr. (RU)... e a sua adaptação? Como tem corrido?  
 RU – Tem corrido muito bem.
- LM – Tem corrido bem?
- RU – Positiva!
- LM – Quanto tempo esteve sem estudar Sr. (RU)?
- 955 RU – Ui!... Eu tirei o sexto ano de noite... desde 93 até à data.  
 LM – Desde 93 até à data...

#### 15 b) Como têm vivido, ou viveu esta experiência de voltarem aos estudos, ler, escrever, a matemática...?

- LM – Sr. (MJ) e as matemáticas e o português?...
- MJ – Sim, está a correr bem.
- 962 LM – Está a conseguir?
- MJ – Uma pessoa tenta aprender um bocadinho... já não é aquela coisa como era quando uma pessoa era mais jovem, não é? Mas tenta-se aprender mais um bocadinho. Engolir mais um bocadinho.
- LM – Tem conseguido?
- 967 MJ – Sim.
- LM – Sr. (RU) e nós como temos estado nesta fase?
- RU – Já não é aquele cérebro de primária.
- LM – E os professores? Os professores ajudam?
- MJ – Sim... ajudam, são simpáticos, ajudam.
- 972 LM – Sr. (RU), foi “pacífico” escrever, voltar a estudar...?
- RU – Sim! Foi...foi...
- LM – Conseguiu sem dificuldades?
- RU – Isto para quem vem de lá de fora habituado a trabalhar...
- LM – Ok.
- 977 RU – Não há grandes graus de dificuldade.
- 16 b) Como compreendem a formação no futuro profissional?**
- 980 LM – Agora, uma pergunta mais... generalista. Sr. (MJ), como é que compreende a formação no futuro profissional? Acha que é importante?
- MJ – Eu acho que sim... Tenho um irmão, meu... neste momento está... na Suíça e tem lá uma pequena padariazita. E então disse... «oh pá, tu vê lá se tentas aprender ao menos o básico... para depois dar arrasto para aqui... porque há pessoal que não quer trabalhar de noite...» uma pessoa aqui, eu pelo menos falo por mim, quero sair daqui... quero construir uma vida, não é?
- LM – Ok...
- 988 MJ – As coisas andam perdidas, mas...
- LM – E, portanto... acha que isto é capaz de ser uma saída, não é?
- MJ – Sim, sim, sim... um caminho bom!
- LM – O Sr. (RU), o que é que você acha disto? Como é que você compreende esta formação então, no futuro?
- 993 RU – Relativamente ao curso que eu estou a tirar...quando foi proposto eu achei muito interessante. Eu sempre gostei muito da... do ambiente natural da natureza. E o curso de jardinagem, acho que vai ser...uma boa proposta para quando eu sair...tenho ideias de...trabalhar por conta própria...
- LM – Muito bem!
- 998 RU – Fazer disso a minha profissão.
- 17 b) Por que razões decidiram pelo curso que frequentaram? Foi a primeira escolha?**
- 1002 LM – Sei que já abordaram aqui, mas esta decisão da escolha do curso, contem-me lá... Sr. (MJ), salvo erro já estava na escola, é isso?
- MJ – Sim, sim.
- LM – Mas como é que transita de um lado para o outro?
- 1006 MJ – Foi a Dra. que veio cá e disse... «oh senhor (MJ), você como é uma pessoa assídua na escola... você não quer entrar no curso? É o curso de pastelaria. É bom para você, para o futuro. Nunca se sabe.» É assim...
- LM – Pois, e na escola, tinha alguma bolsa... não?
- MJ – Não, não.
- LM – Não?
- 1013 MJ – Não tinha. Ao primeiro sim... ao primeiro tirei... fiz o sexto ano cá e tive uma bolsazita, mas depois a partir daí já não. Depois foi sempre no curso.
- LM – Mas este curso tem alguma bolsa, não tem?
- MJ – Tem, tem, tem. Uma bolsa...
- LM – Mas não é muito... É pequenina...
- 1018 RU – Mas é uma bolsa insignificante! Porque isso são €60 de bolsa, que isso não é absolutamente nada! Não sei como é que... no curso anterior, que é o caso do meu... um curso que foi tirado anteriormente havia uma bolsa de €120 e é reduzida para 60, precisamente para metade.
- 1022 LM – Metade, não é?
- RU – Que, aliás, nunca dá os €60! É uma bolsa de €60 mas nunca dá os €60. Eu não tenho uma única falta. E já frequento o curso há sete meses... não tenho uma única falta e nunca tirei mais de €45. Não sei como é que isso se justifica.
- LM – É mesmo muito pouco, não é?
- 1028 RU – Eu não sei como é que isso justifica.



- LM – Sr. (RU), a sua escolha para o curso então... também estava na escola...
- RU – Eu estava... não estava a frequentar a escola.
- LM – Estava à espera?
- RU – Estava inscrito na escola.
- RU – Mas como na escola eu ia tirar o nono e o curso também dava equivalência ao nono e dá, neste caso, dá um certificado de jardinagem... Eu optei pela escola. Mas como era mais favorável... depois as disciplinas são praticamente as mesmas.
- 1037 LM – Pois, e os professores são os mesmos? Neste caso até é!
- MJ – Sim, a maior parte é.
- LM – A parte do sociocultural e isso... é, não é?
- MJ – A maior parte... sim!
- 18 b) Pensa que a qualificação e certificação profissional podem garantir o sucesso individual? De que forma?**
- 1044 LM – Sabemos que esta modalidade agora está adaptada... porque esta contenção de custos que fez com que, neste caso particular aqui na cadeia, eles conseguissem, portanto, fazer esta parceria entre a DREN e o CPJ, não é? Porque são duas entidades estatais e... por exemplo, se fosse a minha entidade já não era possível, não é? Ora bom! Eu sei que vocês já foram falando nisto, não é? Mas de qualquer forma, portanto, a pergunta é esta: Se a qualificação e a certificação, se garantem então o sucesso individual e de que forma? Portanto, o Sr. (MJ) já me foi dizendo que está à espera, está a fazer isto para se preparar para o futuro, não é?
- MJ – Claro, claro, claro.
- LM – O Sr. (MJ) revê-se aqui nisto, nesta... nesta...nesta ideia.
- MJ – Sim, sim.
- 1056 LM – Sr. (RU), o que é que você acha? Portanto, já me disse que vai montar o seu negócio...
- RU – Sim! Esse é objetivo... quando eu me inscrevi no curso uma das coisas que eu fiz aqui na apresentação foi precisamente esse. O objetivo de tirar o curso era estabelecer-me por conta própria.
- 1061 LM – Portanto, ganhar aqui... ganhar aqui... ganhar bagagem para que realmente possa olhar para o negócio de uma...
- RU – É um curso extenso. São 1900 horas... tem que se aprender muita coisa.
- 1064 RU – São 1900 horas. Não estamos a falar de um curso de três meses ou quatro. São quase dois anos.
- 19 b) Como são as relações com a equipa pedagógica? Sofreram algum tipo de estigma?**
- 1069 LM – Sr. (MJ), esta relação com a equipa pedagógica... estou aqui a falar dos professores e dos formadores...que têm nas diferentes áreas da tecnológica... como é que tem sido esta relação? Senti isto normal...?
- MJ – Super bem, super bem! Respeito acima de tudo. Respeitar uns e respeitar outros e... tudo.
- 1074 LM – E tem corrido bem?
- MJ – Tudo bem. Tudo. Tudo bom.
- LM – E o Sr. (RU)? E no seu caso particular, como é que tem sido?
- RU – Não. São excecionais os professores. Não há... para já não, tenho nada a apontar a eles.
- 1078 LM – Portanto, tanto duma entidade como da outra, certo?
- RU – Sim, como não tenho razão de queixa, eles também não têm certamente de mim.
- 1082 LM – Muito bem ... o curso começa agora... não há muito tempo. Vocês estão agora a começar no segundo ano, não é isso? É isso que vocês estão a dizer, não é? Você está a entrar agora no segundo...?
- RU – Mas agora estou mais adiantado.
- MJ – O meu acaba agora para setembro, outubro.
- LM – Portanto, o Sr. (MJ), já está, já está quase no fim, o seu, o seu está a?
- 1088 RU – O meu supostamente irá acabar... em agosto de 2014
- 20 a ) Sentem que a frequência na formação tem permitido uma melhor integração pessoal e social no contexto prisional?**
- 1094 LM – Então, esta frequência no curso... tem permitido estar melhor... tem-lhes permitido estar aqui melhor com a equipa de guardas...
- MJ e RU – Sim!
- LM – Mas o que é que isto vos tem dado? O que não estar e estar no curso... que diferenças são que vocês notam nisto? Sr. (MJ)?
- 1099 MJ – Não. É diferenças boas porque... nós, se não dermos um curso, se não fizermos nada, estamos... passamos a maior parte do tempo fechados.
- LM – Fechados, não é?
- MJ – E no curso não. No curso estamos sempre abertos.
- LM – OK.
- 1104 MJ – E, podemos conviver seja com quem for, entre colegas e professores e tudo. Convivemos ali, conversamos e passa-se o tempo melhor.
- LM – Sr. (RU), é igual para si?

- 1107 **RU** – O curso tem muitas vantagens. O curso e a escola, temos as vantagens mesmo no relacionamento... relacionamento com os guardas, no relacionamento com os professores... temos muito mais liberdade aqui dentro do que se não estivéssemos num curso ou noutro...
- 1111 **LM** – Sentem-se mais reconhecidos por todo... por toda a gente?  
**MJ** – Sim, sim, sim, sim.  
**RU** – Muito, mas muito.
- 21 b) Esta modalidade de ensino/formação está ajustada às necessidades?**
- 1116 **LM** – Aproveitando a “boleia”, pensando nisto... no que é estar tanto tempo fora da escola e voltar agora a pegar nos livros... Sr. (MJ), esta modalidade de ensino e formação... ajusta-se na sua forma de estar? Tem conseguido... Corresponde às suas necessidades?  
**MJ** – Tem. Tem respondido a tudo, tem... E tenho-me sentido outra pessoa, tenho. Muito melhor.
- 1122 **LM** – Sr. (RU), o que é que acha disto?  
**RU** – Qual é a pergunta?  
**LM** – Portanto, esta... esteve todo este tempo sem estudar, não é?  
**RU** – Sim.
- 1126 **LM** – Já me foi dizendo que... que esteve no ativo, não vai sentindo grandes diferenças mas, de qualquer forma, portanto, esta modalidade de... em alternância... vocês fazem isto, as tais práticas nuns dias e fazem as teóricas noutros, não é?  
**RU** – Sim.
- 1132 **LM** – Tudo isto lhe parece ajustado? Funciona? Tem equilíbrio? Como é que você sente isto?  
**RU** – Funciona, funciona bem.  
**LM** – OK... Ora bom! Eu não tenho assim grandes questões...
- 22 b) Conversa livre (Formandos que já concluíram)**
- 1138 **RU** – O que eu acho é que devia haver uma bolsa com uma maior vantagem. O valor...  
**LM** – A vossa é muito baixa.
- 1141 **RU** – Muito baixa!  
**LM** – Muito e não permite fazer grandes coisas...  
**RU** – Não, não permite fazer grandes coisas. A bolsa devia ser... como era no curso anterior. Pelo menos os 120 euros.
- 1145 **LM** – A bolsa é igual nos dois cursos?  
**MJ** – É, nos dois.  
**RU** – É igual, porque depois suponhamos que o curso num mês dá 45 euros... 20% vão para a reserva, nesses já não podemos mexer. Só podemos mexer no que fica disponível e acho que é uma bolsa muito baixa porque no... no meu curso por exemplo...
- 1151 **LM** – Para quem não tem apoio nenhum lá de fora é muito... não chega para nada, não é?  
**MJ** – Não chega p’ra nada.  
**RU** – Eu tenho apoios lá de fora, graças a Deus... e até bastantes, mas acho que devia ser mais reconhecido em termos de bolsa que se calhar até criava outras condições e dava outras... Outro apreço...
- 1157 **LM** – Lá fora a bolsa não é muito diferente, É igual!  
**RU** – Cursos de 60 euros?
- 1159 **LM** – Pois digo-lhe que “estou” com a aprendizagem lá fora... eu estou com a aprendizagem lá fora, e o valor da bolsa na aprendizagem está a 42 euros de bolsa. Ainda recebem subsídio de alimentação, portanto, eles recebem mais qualquer coisa porque têm o subsídio de alimentação. Mas aqui, como vos dão a alimentação tiram-vos isso, não é? Percebem? Como vos dão alimentação e tiram-vos isso... portanto, o que eles recebem lá fora e vocês aqui é exatamente a mesma coisa, está a ver? Lá... lá fora como eles têm que ir almoçar a casa, dão o subsídio, que são 4 euros. Aqui como vos dão o almoço tiram-vos isso. Não é? É o que têm de pagar aí à cozinha.  
**RU** – Supostamente...
- 1169 **LM** – Mas garanto que a bolsa lá fora é de 42...42...42,92€.  
**RU** – Mas supostamente quem está a tirar um curso lá fora é alguém que está desempregado... maior parte. Supostamente...  
**LM** – Para os jovens, estou a falar da aprendizagem e estamos a falar até aos 25 anos...é a bolsa que eles recebem e só recebem algum dinheiro porque, efetivamente, portanto, têm o subsídio de alimentação.
- 1175 **MJ** – Têm outras regalias?  
**LM** – Não, têm subsídio de alimentação. A única regalia que têm é o pagamento do transporte para pagar o passe, é passe para usar, portanto não é dinheiro que entra para o bolso, não é? É para gasto, portanto a bolsa lá fora e a bolsa cá dentro está igual. Não se sintam injustiçados aí porque lá fora também temos esta miséria.
- 1181 **MJ** – Eu não me sinto injustiçado, não é? Para mim também é, também é...  
**RU** – Mas é baixo, muito baixo porque se fosse uma bolsa de 100 ou 120 euros era...até era um incentivo para eles, para quem anda nos cursos.  
**MJ** – É, e chamava mais as pessoas. Porque senão as pessoas não fazem nada.

- 1186 R – E os cursos têm muitas faltas.  
 RU – O pessoal se calhar não, não...  
 LM – Uma bolsa assim tão baixa não incentiva tanto, não é?
- 1189 RU – Claro.  
 LM – Não se mostra tão disponível, não é?  
 RU – Claro, com motivação... Porque há muita gente sem recursos que depende muito da bolsa.
- 1193 LM – Naturalmente que há muita gente aqui com grandes problemas e que não tem ajudas, não é?  
 RU – E sem ajudas lá de fora, não é?  
 LM – E no resto, no geral como é que tem corrido? A vossa técnica, já percebi que é a Dra. Dos dois, não é?
- 1198 MJ – Sim, sim, sim.  
 LM – E as coisas têm funcionado bem, não é?  
 RU – Têm, pessoalmente não tenho razão de queixa.
- 1201 LM – Ok, Pronto, meus amigos. Eu agradeço a vossa... Eu agradeço a vossa disponibilidade e espero que vocês tenham percebido, portanto, que eu aqui quero estudar, efetivamente, portanto, este impacto da formação naquilo que pode ser as ferramentas que tanto vocês procuram... naturalmente que essa questão da bolsa, é uma questão que vai aqui ficar registada. Como é óbvio, não é? Porque estes valores, portanto, efetivamente, são iguais aos de lá de fora. Não sinto aqui grandes diferenças, mas estamos neste declínio...
- 1208 RU – Eu quando for lá para fora também não estou a contar com grandes ajudas aqui de dentro. Tenho que ser eu a trabalhar por mim mesmo.  
 MJ – E daqui não se pode levar ajudas nenhuma.  
 LM – Não... aqui a ideia...
- 1212 RU – Tenho de ser eu a trabalhar os meus currículos.  
 LM – A grande utopia aqui... era pensar na formação num sentido muito mais abrangente, que vos pudesse, portanto... eu acho que a vossa saída tem de ser muito bem preparada, percebem? Principalmente quem não tem ninguém, não é? Porque vocês saem daqui com um rótulo tão pesado, com uma carga tão... às costas, que nunca mais ninguém vos tira, não é? Que é um bocadinho... que nunca mais sai e que... ou vocês têm grandes instrumentos de defesa que vos possa ajudar e/ou a montar o vosso negócio ou ter algum apoio lá fora ou então as coisas são extremamente complicadas, não é? E portanto, daí que eu acho que aqui a formação pode ser um contributo fundamental para que, realmente, vocês consigam ter alguma emancipação lá fora e consigam desbravar terreno sozinhos, não é?
- 1224 RU – Eu conheço casos aí de pessoal que eu até me dava bem e foram embora e foram com o que tinham aqui. Porque eu sei que eles lá fora não tinham pais, não tinham irmãs, não tinham tios, não tinham casa, não tinham carro, não tinham filhos, nada.  
 LM – E o que é que acontece a esses seus colegas?  
 RU – Nem sequer tiraram o curso deles....
- 1230 MJ – Muitos deles estão aqui outra vez efetivamente.  
 LM – É, não é?  
 MJ – Mais dia, menos dia estão aqui outra vez.
- 1233 LM – Mas isso é o que eu penso. Mas isso é o que eu penso há muito tempo.  
 RU – Há reincidentes porquê? Precisamente por causa disso. Vão com uma mão atrás e outra à frente.  
 LM – Porque o sistema está muito punitivo, não é?  
 RU – Portanto, acabou a pena deles... olha, vai te embora... eles é que se estão a importar se vai para casa ou se vai p'ra debaixo da ponte.  
 MJ – Porque isto é assim...  
 RU – Eles não criaram condições cá dentro.
- 1241 MJ – É, eles aqui fazem-lhes uma avaliação. Enquanto nós não tivermos precárias, se não tiver condições já não podes ir para precário porque não tem condições, não tem nada. Mas, chegando a altura de eles ir embora, já tem condições, botamos ali fora da porta, agora segui, ide à vossa vida.
- 1245 LM – E deve haver muitas histórias dessas, não é?  
 MJ – Agora se sai uma pessoa daqui que não tenha apoios... saia uma pessoa daqui que não tenha apoios familiares, não tem nada... o que é que uma pessoa sozinha lá fora vai fazer à vida?  
 RU – Nunca sai, então!
- 1250 MJ – Claro!  
 RU – Já ouvi muitos casos aí de gente que prefere estar aqui dentro do que ir lá p'ra fora.  
 MJ – Claro! E os guardas, mesmo, dizem...
- 1254 RU – Eu supostamente...  
 MJ – Agora, eles botam pessoas ali fora e eles não saem ali do portão. Para onde é que eles vão?  
 RU – Não criam as condições...
- 1258 MJ – Não têm apoios familiares não tem nada... Não há condições para isso...  
 RU – Porque há muitos reincidentes que conseguem... vêm... tentados para criar essas condições cá dentro e, supostamente, eles chegavam lá fora e levavam uma vida normal. Assim, é impossível, assim é impossível.

- 1262 **LM** – Eu espero que a formação vos traga alguma da... algum daqueles apoios que... porque isto, portanto, nós estávamos ao bocado a falar com o gravador desligado e, efetivamente, portanto, estávamos à volta disto, não é? Porque a ideia aqui assim é o vosso técnico, neste caso, que vos conhece ao fim de cinco... dependendo dos anos que vocês estão. E que, realmente, possa ser ele o elo de ligação. Mas o sistema em si tem que se começar a preparar para isso. Por que se não... é uma pescadinha de rabo na boca, não é?
- 1269 **RU** – Eu falo por mim... Se eu... se eu sáísse agora não tinha problemas nenhuns em chegar lá fora e ir trabalhar. Se não fosse em jardinagem era na construção. Se não fosse na construção era outra coisa qualquer. Trabalhava... Porque sempre trabalhei toda a vida.
- Portanto... Eu tenho 40 anos e tenho 20 e tal de descontos. Eu trabalhei até ao dia em que vim... em que fui detido, em que fui preso. Trabalhei de manhã e de tarde fui a julgamento e vim detido. Por isso não tinha problema nenhum em chegar lá fora e começar a trabalhar. Claro... há muita gente que não tem essas condições. Tenho família lá fora que me apoia. Família e amigos. Mas muita gente não tem as condições que eu tenho, não é? Porque saem daqui com algum dinheiro que têm na reserva... 40, 50, 100 euros. Isso não é dinheiro nenhum para ninguém, não é?
- 1281 **MJ** – Mas também há aqui muito pessoal que não faz pela vida, não é?
- LM** – Pois não.
- RU** – Há aqui... há as duas situações. Há aqui muita boa gente que precisava de ajuda... que precisava de ajuda...
- 1285 **LM** – Mas o que é que vocês acham que se podia fazer, que não se faz? Isto já não está aqui na entrevista. Já estamos aqui completamente...
- MJ** – Sei lá. Era dar mais apoio a esses... criar mais outras... outras perspetivas para essa gente. Porque quando é muita vez...
- 1289 **LM** – Mas pegue no seu caso pessoal. E se você não tivesse esse apoio? É do seu irmão, não é? Que está na Suíça?
- MJ** – Sim, sim. Eu tenho, graças a Deus, tenho apoio tanto de pais, como de irmãos, como de filhos... tenho apoios de tudo!
- 1293 **LM** – Mas que apoio é esse?
- MJ** – Mas se não tivesse...
- LM** – Eu tenho algumas ideias, mas gostava de vos ouvir. Que apoio é esse?
- RU** – Apoio aqui dentro?
- 1297 **LM** – Não. À saída. Essa preparação para a saída. Como é que havia de ser?
- RU** – Sim. A preparação? Teria de ser feita aqui dentro.
- LM** – Mas como?
- RU** – Eu é a primeira vez que estou preso, mas o que eu vejo é que... não há preparação. As pessoas aqui dentro vivem à... à maneira delas. Nós por acaso estamos num sítio de pessoal que está na escola, porque se interessa ou querem aprender e depois querem ter...
- 1304 **LM** – Mas há aí muita gente que não faz nada.
- RU** – E há muita gente que não quer nada.
- MJ** – E depois há outros que vão para a escola e também não faz por não aprender. Só vão para ali para destabilizar o curso...
- RU** – Exatamente. Qual é o meu objetivo no curso? É sair com um certificado quando for embora, que é quando chegar a altura de eu ter as minhas regalias, a minha precária ou sair o mais cedo possível daqui, a meio da pena, por exemplo, levar as coisas que tinha para quando chegar a altura.
- 1313 **MJ** – Ter tudo.
- RU** – Ter tudo certinho.
- MJ** – Dizer que não foi uma perda de tempo.
- 1315 **RU** – Eu acho que devia ser mais... não é pressionado... devia ser mais integrado aqui dentro na sociedade deviam-nos quase como obrigar a fazer qualquer coisa. Estar integrados, ter objetivos.
- 1318 **LM** – Eu... eu por acaso... isto tem-me feito pensar muitas vezes. O que se pode fazer... o que é que se pode fazer? O que é que a gente pode fazer por uma pessoa que não tem ninguém lá fora e que está aqui 15 anos e que tem 45, imaginem... Estou a pegar aqui num quadro, que às tantas deve estar a acontecer em muitos sítios por esse mundo fora, não é? Vamos pegar num indivíduo que tenha a minha idade, 45, não é? Pô-lo lá fora sem ninguém...
- 1324 **MJ** – Eu tenho 48 anos, eu.
- LM** – Sem ninguém... com 200, 300, 400 euros, seja lá o que for que conseguiu juntar lá desse tal...
- RU** – É voltar ao mesmo, no fundo.
- 1328 **LM** – Não é? É voltar ao mesmo, não é? O que é que nós podíamos fazer?
- MJ** – Imaginemos, imaginemos que eu não tinha 48 anos... que eu não tivesse apoios. Tanto de familiares, como de irmãos, se eu não tivesse apoios nenhuns. Saía daqui, o que é que eu ia ser? O que é que eu ia fazer lá fora? Por exemplo, com 48 anos já não se arranja trabalho...
- 1333 **LM** – Ia voltar a fazer a... Ia voltar a fazer...
- MJ** – Ia para o mundo do crime. Ia para voltar para um mundo que nunca foi o meu mundo. O meu mundo foi sempre o mundo do trabalho. Agora, com 48 anos uma pessoa tinha que ir para o mundo do crime.
- 1337 **RU** – Olhe, eu vou-lhe contar duas ou três situações que eu vi aí de pessoal que teve preso na Bélgica, em França, por exemplo, e até mesmo em Espanha. O que é que faziam lá? Qual era o sistema? Todas as pessoas lá tinham condições. Todos os reclusos tinham condições. Como é que eles tinham condições? Havia as oficinas lá dentro, com os negócios, ou de marcenaria ou de... de construção ou de calçado, têxteis, qualquer coisa, pronto. O que é que eles faziam? Ganhavam

sempre, a bolsa era sempre o ordenado mínimo. Faziam os descontos, como se estivessem lá fora a trabalhar dentro da cadeia para empresas no exterior... Estou-me a fazer entender? Trabalhavam dentro da cadeia para empresas no exterior, eram remunerados com o ordenado mínimo, faziam os descontos, ou quando tivessem que sair, tinham os descontos todos em dia para a Segurança Social. E quando saíssem, traziam...traziam um bom pé-de-meia para quando chegassem cá fora terem um suporte, não é? O que não acontece aqui dentro.

**LM** – É uma estratégia interessante.

1352 **RU** – Isto foi-me contado por muita gente aqui dentro. Por, pelo menos, 4...4 reclusos que estiveram aqui e que estiveram presos no estrangeiro e acontecia isso. Agora, quem tem penas pesadas...

**LM** – Mas o que é que há aqui dentro que podia ser aproveitado? Vocês acham que há aqui muita...

**RU** – Uma dessas situações, por exemplo.

**LM** – A marcenaria, não é? Serralharia...

1359 **RU** – Os sapatos...

**LM** – Os sapatos...

**RU** – A Marcenaria...

1362 **LM** – Os sapatos continua-se a fazer alguma coisa, que eu sei. Não é?

1363 **RU** – Há aí sapatos. Muitos andam a fazer sapatos, não é? Mas você está aqui dentro a trabalhar e não desconta e eu descontei isso...

**LM** – Mas o problema é este. É o ganhar pouco, não é?

**RU** – Claro! Eu descontei de... eu tenho 40 anos...

1367 **LM** – Quanto é que se ganha nos sapatos? Não faço a mínima ideia de como é que isso está agora.

**RU** – Aquilo é...

**MJ** – Aquilo acho que é ao saco. 5€ cada saco. 3, 4 sapatos.

1371 **LM** – Quanto tempo demora a fazer um sapato?

**MJ** – Acho que é meio-dia. Uns dizem que demoram meio-dia a fazer, a coser 10 pares de sapatos.

**RU** – Os sapatos são bem remunerados por que também...

1375 **MJ** – Perdem o interesse todo.

**RU** – Depende da arquitetura do desenho do sapato.

1377 **LM** – Não sei. Eu uma vez pensei isto nesta maneira: imaginem que eu conheço o (MJ) e conheço o (RU). E que o (MJ) até quer montar o seu negócio e o (RU) também. Porque não criar uma plataforma intermédia onde o (MJ) e o (RU) possam ter um sítio onde fazer a contabilidade, possam ter um sítio onde alugar um equipamento informático para fazer uma carta ou alguém que lhe trate das questões das apresentações, um sítio onde ter uma secretária para... e depois algum apoio logístico à constituição da empresa e isso...

1384 **RU** – Mas para isso as condições não estão criadas. E nunca vão ser criadas em Portugal. Muito dificilmente!

**LM** – Eu, para mim, eu acho que isto é uma utopia da minha cabeça, não é? Mas, mas muito dificilmente.

1388 **RU** – Na França, nas cadeias onde eles estiveram, esse pessoal que esteve aqui que comentou comigo, tinham um minimercado lá dentro, podiam... faziam as compras de um mês... era quase como se estivessem em casa. Só tinha era de... o problema se estarem detidos. As visitas eram completamente diferentes daqui. E tinham visitas durante a semana, de familiares, principalmente. Mulheres, filhos, irmãos... era só uma questão de telefonar, chegava lá as visitas, o recluso era avisado, dizia se queria a visita ou não, se estava interessado na visita naquele dia. No caso de estar, a visita era autorizada e o recluso estava com a visita, não é como aqui ao fim de semana. Só ao fim de semana é que, por vezes, as visitas chegam aqui... A visita é de uma hora. Por vezes, as visitas chegam aqui e nós estamos 20 a 30 minutos com as visitas, porque chegam ali à entrada, são barradas por causa da porcaria das vistorias. Mas, ainda pegando no caso do estrangeiro, tinha um minimercado lá dentro, as celas não era nada como isto. Eram um espaço assim...

**MJ** – Tinha frigoríficos e tudo.

1404 **RU** – ...como está aqui, onde tinham frigorífico, tinham micro-ondas, essas coisas todas. Cozinhavam para eles, quem quisesse. Cozinhava, fazia a vida normal dentro da cela, que era uma cozinha quase normal como nós temos, tínhamos todos ou temos em casa. E era assim a vida deles. Quase que cumpriam a pena, quase como se não estivessem presos.

1409 **LM** – Ok. São outros sistemas, não é? Pronto, meus amigos. Eu... isto é bom, isto é bom sempre ouvir estas coisas, percebem?

**RU** – Deixe-me só concluir...

1412 **LM** – Sim, sim senhor (RU)...

**RU** – Eles entravam lá, neste caso no estrangeiro, tinham descontado, suponhamos, 15 anos, entravam, só não tinham oportunidades se não quisessem, mas se quisessem pegar nas oportunidades tinham-nas, começavam a trabalhar e os descontos eram continuados. Davam seguimento àquilo que tinham feito no exterior. Agora aqui não. Eu descontei pelo menos 23 anos. Em quarenta descontei 23 ou 24 anos.

1419 **LM** – E agora vai estar parado este tempo todo, não é?

1420 **RU** – Agora vou estar sem descontos durante não sei quantos anos. Isso não tem lógica nenhuma. Não tem fundamento nenhum. Quando devia haver aqui um sistema semelhante àquele, onde nos desse uma continuidade de descontos, não é? Havia muito a fazer. As condições...

1424 **MJ** – Aqui não conseguem. Aqui eles não conseguem fazer...

**RU** – Essas condições nunca vão ser criadas

**LM** – Pronto, meus amigos.

1427 **RU** – Há muitas burocracias. Muitas burocracias.

LM – Anime-se Sr. (RU)!

MJ – Ai, que remédio!

1430 LM – Ok, obrigado pela vossa...pela vossa...por este bocadinho. É sempre interessante falar um bocado convosco e eu estou aqui mesmo porque é um velho sonho de tentar perceber um bocado isto.

Artigo elaborado pelas Técnicas Superiores de Educação:  
Dr<sup>a</sup> Maria José Mateus  
e Dr<sup>a</sup> Suzete Pires

Aquando da entrada de reclusos neste Estabelecimento Prisional os mesmos são atendidos por uma Técnica de Reeducação, a qual procede ao preenchimento de uma Ficha de Acolhimento, onde se pretende recolher o máximo de informação sobre o percurso de vida do recluso, sobre quaisquer problemas de saúde, sobre o agregado familiar (existência de menores ou idosos que estejam a seu cargo), e onde também é dado a conhecer ao recluso os seus direitos, bem como as suas

obrigações enquanto permanecerem neste E. P.

De uma forma resumida as funções de um Técnico de Reeducação passam por:

- 1) Desenvolver as actividades necessárias ao melhor acolhimento e acompanhamento dos reclusos;
- 2) Acompanhar os reclusos durante a execução das penas;
- 3) Organizar, com

a participação activa dos reclusos, actividades culturais, recreativas e de educação física, a fim de manter ocupados os seus tempos livres;

- 4) Promover conferências, colóquios e cursos especializados, de frequência facultativa, tendo como objectivo a aquisição de conhecimentos que facilitem a preparação para a liberdade;
- 5) Manter os reclusos

Maio de 2006

A espiga 



## Em Atendimento

- 6) Colaborar com os responsáveis pelo Sector do trabalho na distribuição dos reclusos pelas actividades profissionais mais adequadas às suas aptidões e motivá-los para o trabalho;
- 7) Emitir pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados, nomeadamente no caso de Saídas prolongadas e Liberdades Condicionais;
- 8) Acompanhar os reclusos durante o cumprimento de sanções disciplinares de internamento (Cela de Habitação/Cela Disciplinar);
- 9) Organizar, manter e dinamizar bibliotecas para uso

As Técnicas que trabalham deste Serviço poderão, por iniciativa própria, chamar os reclusos, para que seja avaliado o percurso de reclusão do recluso, assim como os reclusos também poderão solicitar o esclarecimento de qualquer dúvida junto da sua Educadora, e para tal deveram preencher um impresso próprio para o efeito, o qual se encontra no Gabinete do Chefe de Ala.



## CONTEÚDO FUNCIONAL

- Proceder ao acolhimento dos reclusos e ao seu acompanhamento durante a execução das penas;
- Conceber, adoptar e aplicar métodos e processos técnico - científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos.
- Organizar o contacto com o exterior, incentivando a troca de comunicação e o convívio periódico com familiares e amigos;
- Autorizar a emissão de cartões de visitante, dos familiares;
- Autorizar as visitas dos familiares, dentro das normas constantes do regulamento de visitas, em dias diferentes dos fixados;
- Autorizar a troca de visita em sistema rotativo, aos detentores de cartão, quando devidamente justificado;
- Autorizar visita extra, com possibilidade de almoço, no dia do aniversário dos reclusos.
- Apoio técnico aos tribunais de execução de penas através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos, ao longo da execução da medida privativa de liberdade. designadamente no caso de saída precária prolongada e liberdade condicional;
- Participar nas reuniões do Conselho Técnico dando pareceres, nos casos de Liberdade Condicional e Regime Aberto dos reclusos.
- Dar pareceres nos casos de licenças de saída do Estabelecimento.
- Organizar e dinamizar, com a participação activa dos reclusos, actividades recreativas, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psicossocial dos mesmos;

- Promover, apoiar e dinamizar a actividade musical dos grupos musicais, “Contratempo” e “ Popular”; com objectivos sócio – educativos e ocupação dos tempos livres
- Dinamização do sector de Artesanato.
- Estimular os reclusos na execução de trabalhos manuais, a fim de desenvolverem as suas faculdades, em ordem à reinserção social.

Lídia Martins Borges Alves

**Diário da República Eletrónico**

DATA : Segunda-feira, 11 de Abril de 2011

NÚMERO : 71 SÉRIE I

EMISSOR : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIPLOMA / ATO : Decreto-Lei n.º 51/2011

PÁGINAS : 2180 a 2225

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Decreto-Lei n.º 51/2011

#### de 11 de abril

O presente decreto-lei aprova o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, que visa regulamentar o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, concretizando os princípios fundamentais neste definidos.

Segundo a exposição de motivos da proposta de lei que lhe deu origem, o Código «contém os princípios fundamentais da execução das penas e medidas privativas da liberdade, pretendendo-se que venha a ser regulamentado por um Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, apto a garantir uma aplicação homogénea da lei em todo o sistema prisional». Assim, o artigo 1.º do Código estabeleceu que o seu livro I (que se ocupa da execução das penas e medidas privativas da liberdade) é regulamentado por um regulamento geral dos estabelecimentos prisionais, a aprovar por decreto-lei.

A aprovação de um regulamento geral dos estabelecimentos prisionais era de há muito proposta pela doutrina penitenciária. Por um lado, com um regulamento geral, aplicável a todos os estabelecimentos prisionais, garante-se uniformidade e igualdade na aplicação da regulamentação penitenciária no conjunto do sistema prisional.

Por outro lado, reunir e sistematizar num só documento matérias actualmente muito dispersas por numerosos regulamentos, circulares e despachos apresenta importantes vantagens, tanto para os aplicadores do direito penitenciário como para os seus destinatários, por tornar de mais fácil apreensão o direito aplicável.

O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais ocupa-se, nomeadamente, de matérias como os procedimentos de ingresso no estabelecimento prisional, a transferência de reclusos entre estabelecimentos prisionais, saídas e transporte, define quais os equipamentos e objectos existentes nos espaços de alojamento e as condições da sua utilização, as condições de utilização das instalações para actividades da vida diária, o tipo, quantidade e conservação do vestuário, o tipo, quantidade, acondicionamento e frequência da recepção de alimentos do exterior, as condições das visitas a reclusos e as condições de recepção e expedição de encomendas. Concretiza ainda os incentivos ao ensino e à formação, as condições de organização das actividades sócio-culturais e

desportivas e a colaboração com instituições particulares e organizações de voluntários.

A regulamentação desta matéria dá cumprimento ao Programa do XVIII Governo Constitucional, que, em matéria de reforço da eficácia na prevenção da criminalidade, promove a criação de melhores condições de reintegração social, a aposta na qualificação e uma maior cooperação entre os serviços prisionais e a sociedade civil.

Foram ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Ordem dos Advogados, o Provedor de Justiça, a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional e a Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Foi promovida a audição à Associação dos Directores e Adjuntos Prisionais, ao Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional, à Associação Sindical dos Trabalhadores dos Serviços Prisionais e ao Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º - Objecto

É aprovado o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 2.º - Estrutura orgânica e funcionamento dos estabelecimentos prisionais

A estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos estabelecimentos prisionais são definidos no diploma que aprova a estrutura orgânica da respectiva direcção-geral.

#### Artigo 3.º - Norma revogatória

É revogado o Despacho Normativo n.º 352/80, de 6 de Novembro.

#### Artigo 4.º - Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Fevereiro de 2011. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira — Alberto de Sousa Martins — Maria Helena dos Santos André — Ana Maria Teodoro Jorge — Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar — José Mariano Rebelo Pires Gago — Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas.

Promulgado em 17 de Março de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 18 de Março de 2011.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

#### ANEXO

(a que se refere o artigo 1.º)

# REGULAMENTO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

## PARTE I

### Aplicação

#### Artigo 1.º

#### Âmbito de aplicação

1 — O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais regulamenta o livro I do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, adiante designado por Código, nos termos do n.º 2 do seu artigo 1.º

2 — O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, adiante designado por Regulamento Geral, é aplicável a todos os estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça.

## PARTE II

### Regime comum

## TÍTULO I

#### Âmbito

#### Artigo 2.º - Regime comum

— As normas da presente parte aplicam-se aos reclusos colocados em regime comum, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º e no artigo 13.º do Código.

— Os reclusos colocados em regime comum são afectos a estabelecimento ou unidade prisional de segurança alta.

## TÍTULO II

Ingresso, afectação, transferências e libertação

### CAPÍTULO I

Ingresso no estabelecimento prisional

#### SECÇÃO I

#### Procedimentos de ingresso

#### Artigo 3.º - Ingresso inicial

— O ingresso em estabelecimento prisional é sempre precedido da verificação do título que o determina e da identidade pessoal do recluso.

— Sempre que alguém se apresente voluntariamente num estabelecimento prisional declarando ter uma pena de prisão a cumprir é elaborado auto e, após confirmação imediata dos fundamentos da apresentação junto do tribunal competente, dá -se início aos procedimentos de ingresso.

— Caso não seja possível confirmar os fundamentos da apresentação, é recusado o ingresso.

— Quando alguém se apresente declarando ter cometido um crime, não é permitido o seu ingresso, sendo contactado de imediato o órgão de polícia criminal competente.

— Os procedimentos de ingresso implicam, nos termos dos artigos seguintes:

O registo;

A revista pessoal;

O exame e inventário de objectos, documentos e valores;

A realização de contactos telefónicos;

A prestação de informações gerais;

A adopção de cuidados imediatos de saúde, quando necessário;

O registo de quaisquer ferimentos visíveis ou queixa de agressões anteriores;

A entrega de produtos de higiene e vestuário;

O levantamento das necessidades de apoio na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes.

#### Artigo 4.º - Registo do ingresso

1 — São registados no sistema de informação prisional os seguintes elementos:

Identificação pessoal;

Informações constantes do título que determinou o ingresso;

Data e hora do ingresso;

Imagem facial;

Características ou sinais físicos particulares objectivos;

Pessoa a contactar em caso de necessidade;

Pessoas pelas quais deseja ser visitado.

— O recluso que, por razões religiosas, filosóficas ou de saúde, pretenda um regime alimentar específico deve declará -lo expressamente.

— O recluso declara, no momento do ingresso, se pretende assistência espiritual e religiosa, sem prejuízo de a poder igualmente solicitar a todo o tempo.

— O registo referido na alínea d) do n.º 1 é efectuado com rosto e cabeça descobertos, de face e em perfis, actualizado anualmente ou sempre que se verifiquem alterações significativas na fisionomia do recluso.

#### Artigo 5.º - Revista pessoal

— O recluso é sujeito a revista pessoal por desnudamento, por dois elementos dos serviços de vigilância e segurança do mesmo sexo, em local reservado e com respeito pela sua dignidade e integridade e pelo seu sentimento de pudor.

— A revista é registada em documento escrito, com indicação da data, da hora e da identidade dos funcionários intervenientes, bem como dos resultados da mesma.

#### Artigo 6.º - Exame, inventário, apreensão e guarda de objectos

— Os objectos de que o recluso seja portador são examinados e inventariados, sendo apreendidos aqueles que são proibidos por lei geral, pelo Código ou pelo presente Regulamento Geral.

— Os objectos cuja posse constitua ilícito penal ou contra-ordenacional, bem como aqueles cuja apreensão seja solicitada para efeitos probatórios ou de investigação criminal, são entregues ao órgão de polícia criminal competente, acompanhados do auto respectivo.

— O inventário discrimina os objectos que o recluso mantém e aqueles que ficam guardados no estabelecimento prisional, sendo assinado pelo funcionário e pelo recluso, a quem é entregue cópia.

— Os medicamentos que o recluso tenha na sua posse e que pretenda manter consigo são cautelarmente retidos até se receberem instruções dos serviços clínicos, os quais são de imediato contactados pela via mais expedita.

— Os bens perecíveis que o recluso não possa ter consigo e que não possam ser entregues em tempo útil a terceiro por aquele indicado são destruídos, lavrando- se auto.

— Os objectos guardados pelo estabelecimento prisional são entregues a pessoa designada pelo recluso.

— Quando o recluso justificadamente não indique terceiro a quem entregar os seus objectos ou quando a pessoa indicada os não levantar, os mesmos permanecem no estabelecimento prisional até à libertação.

— O inventário dos objectos do recluso é mantido actualizado, procedendo- se ao registo de todas as entradas e saídas, nos termos dos números anteriores.

#### Artigo 7.º - Exame, inventário e guarda de documentos e valores

— Os documentos e valores de que o recluso seja portador são examinados e inventariados, procedendo -se à sua identificação individual com indicação do número e data de validade, caso exista.

— O inventário é assinado pelo funcionário e pelo recluso, a quem é entregue cópia.

— Os documentos e valores ficam guardados, respectivamente, junto ao processo individual único do recluso e na tesouraria do estabelecimento prisional.

— Os serviços do estabelecimento verificam a validade dos documentos de identificação e informam, por escrito, o recluso das respectivas datas de caducidade, cabendo a este, por sua iniciativa e a expensas suas, solicitar atempadamente aos serviços a revalidação dos documentos.

— Nos casos de comprovada incapacidade económica e mediante pedido fundamentado e atempadamente apresentado pelo recluso, a revalidação dos documentos é suportada pelos serviços prisionais.

— A entrega a terceiros de documentos e valores pressupõe a manifestação expressa e justificada do recluso nesse sentido, formalizada por escrito, indicando-se individualmente os documentos e valores entregues e assinando cada um dos intervenientes o respectivo termo.

— Para efeitos do presente artigo, consideram-se valores o dinheiro, cheques, letras, cartões de crédito e de débito e jóias.

#### **Artigo 8.º - Contactos telefónicos**

— É permitido ao recluso telefonar gratuitamente a um familiar ou uma pessoa da sua confiança e ao advogado.

— O contacto telefónico é realizado sob o controlo visual directo do elemento dos serviços de vigilância e segurança que procede ao ingresso, sendo assegurada a confidencialidade da conversa.

#### **Artigo 9.º - Prestação de informações gerais**

— O recluso é informado sobre os seus direitos e deveres, que lhe são explicados e traduzidos, se necessário.

— É entregue ao recluso folheto que indica os seus direitos e deveres, as normas em vigor relevantes para a execução da pena ou medida e as informações necessárias à sua integração no estabelecimento prisional, designadamente sobre os serviços e actividades disponíveis e os horários de funcionamento, bem como sobre o local onde pode ser consultada a legislação e regulamentação relevantes para a execução da pena ou medida.

— Os estabelecimentos prisionais dispõem do folheto a que se reporta o número anterior impresso em língua portuguesa e nos idiomas estrangeiros mais falados pela população prisional estrangeira.

#### **Artigo 10.º - Cuidados médicos imediatos**

— São assegurados cuidados médicos imediatos ao recluso que deles declare necessitar, que se apresente em evidente sofrimento ou com síndrome de privação de substâncias psico-activas ou alcoólicas.

— Para os efeitos previstos no número anterior e no n.º 4 do artigo 6.º, o elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pelo ingresso contacta os serviços clínicos ou o competente serviço de emergência médica, seguindo as instruções que lhe forem fornecidas.

#### **Artigo 11.º - Lesões anteriores ao ingresso**

— A constatação de qualquer ferimento visível ou a queixa de agressões anteriores ao ingresso são reduzidas a auto e, se o recluso consentir, as lesões são fotografadas.

— No caso previsto no número anterior, é sempre efectuado exame médico e elaborado o consequente relatório, assegurando-se cuidados médicos imediatos, quando exigíveis.

— O director do estabelecimento remete de imediato ao director-geral cópia do auto acompanhada, se o recluso nisso consentir, do relatório médico.

#### **Artigo 12.º - Higiene e vestuário**

— É entregue ao recluso um conjunto de produtos para prover às necessidades básicas de higiene, cuja composição é aprovada por despacho do director-geral.

— Sempre que razões de ordem sanitária o exijam, o recluso é sujeito às medidas de higiene necessárias e o seu vestuário é destruído, mediante auto lavrado no momento, do qual consta a forma e o motivo da destruição.

— Para os efeitos previstos no número anterior, o elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pelo ingresso contacta, se necessário, os serviços clínicos e segue as instruções que pelos mesmos forem fornecidas.

— Em caso de necessidade, é entregue ao recluso uma muda de roupa.

#### **Artigo 13.º - Apoio na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes**

— O recluso é questionado sobre se necessita de apoio na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes que não se compadeça com uma demora de 72 horas.

— Caso exista necessidade de apoio, o funcionário que procede ao ingresso transmite imediatamente a informação aos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, que garantem o apoio necessário.

— Se os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena não se encontrarem em funcionamento, o funcionário contacta o director, que determina os procedimentos necessários.

#### **Artigo 14.º - Abertura de processo e de conta**

— No prazo de dois dias úteis após o ingresso do recluso, é aberto o processo individual e são emitidos e entregues os cartões de identificação e de utente.

— No mesmo prazo é criada a conta corrente do recluso.

#### **Artigo 15.º - Cartões de identificação e de utente**

— Os cartões de identificação e de utente são pessoais e intransmissíveis.

— O cartão de identificação contém a fotografia do recluso, o nome e o número mecanográfico.

— O recluso faz-se acompanhar permanentemente do cartão de identificação, apostado de forma visível sobre a sua roupa.

— O cartão de utente destina-se, nomeadamente, à aquisição de bens e produtos disponibilizados no estabelecimento prisional e à utilização das cabinas telefónicas.

— Os encargos com a emissão de segundas vias, em virtude de extravio ou deficiente utilização do cartão, são suportados pelo recluso.

— O modelo dos cartões de identificação e de utente, que podem ser dois cartões ou um cartão único, é aprovado por despacho do director-geral.

### **SECÇÃO II**

#### **Processo individual**

##### **Artigo 16.º - Processo individual único**

1 — O processo individual único do recluso integra, obrigatoriamente:

Os dados constantes do registo de ingresso, previstos no n.º 1 do artigo 4.º;

Os inventários previstos nos artigos 6.º e 7.º;

Cópias das sentenças e despachos judiciais;

Cópia da procuração forense ou da nomeação oficiosa do advogado do recluso;

A avaliação inicial a que se refere o artigo 19.º e documentos respectivos;

O plano individual de readaptação, quando exista, e as alterações que venham a ser homologadas durante a sua execução ou documento equivalente que contemple o tratamento prisional, bem como as actualizações e avaliações periódicas nos termos dos artigos 67.º e 68.º;

Informações, notícias e relatórios respeitantes à avaliação de segurança;

Informações, notícias e relatórios respeitantes ao acompanhamento da execução da pena ou medida privativa de liberdade;

O registo disciplinar;

O registo das visitas;

As petições apresentadas pelo recluso;

As decisões judiciais ou administrativas respeitantes ao recluso;

Cópia das actas do conselho técnico respeitantes ao recluso.

— O modelo do processo individual único é aprovado por despacho do director-geral.

— A consulta do processo individual pelo recluso, pelo seu representante legal ou advogado é realizada na secretaria e na presença de funcionário, não sendo permitida a confiança do processo.

— É vedado o acesso aos documentos classificados ou a documentos nominativos de terceiros que constem do processo individual, nos termos da lei.

#### **Artigo 17.º - Acesso a documentos para fins de investigação académica**

— O director -geral pode autorizar, nos termos da lei, o acesso a documentos constantes de processos com vista à realização de estudos e investigações, especialmente no âmbito de licenciaturas, mestrados, pós-graduações e doutoramentos, quando susceptíveis de conduzir a um melhor conhecimento científico sobre a realidade prisional.

— O pedido de acesso é instruído com documento emitido pela autoridade académica, que explicita a finalidade do acesso, descrevendo o objecto e a metodologia do estudo ou investigação, e demonstra a necessidade da consulta dos documentos em causa para a concretização do estudo ou investigação.

— O pedido de acesso contém, ainda, declaração do requerente em que este se compromete a não proceder à recolha ou tratamento de dados pessoais, salvo com o consentimento prévio do titular dos dados, nem à utilização dos dados obtidos para fim diverso do que determinou o acesso.

— Não é permitida a extracção ou reprodução por cópia de documentos do processo nem a confiança do processo.

### **SECÇÃO III**

#### **Alojamento e avaliação inicial**

##### **Artigo 18.º - Alojamento no sector de admissão**

— Concluídos os procedimentos referidos na secção I, o recluso é alojado em sector próprio destinado à admissão, onde permanece por período não superior a 15 dias, com vista à avaliação inicial.

— A atribuição do alojamento tem em conta circunstâncias de particular vulnerabilidade do recluso e de eventual perigo para outrem ou para a ordem e segurança do estabelecimento prisional.

##### **Artigo 19.º - Avaliação inicial**

1 — Após o ingresso, em prazo não superior a 72 horas, o recluso é avaliado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e pelos serviços de vigilância e segurança, os quais registam na ficha de avaliação inicial os elementos respeitantes:

Às exigências de segurança, tendo em conta o eventual perigo de fuga, os riscos para a segurança de terceiros ou do próprio e a particular vulnerabilidade do recluso, particularmente o risco de suicídio, tendo em conta as informações constantes do sistema de informação prisional ou provenientes dos órgãos de polícia criminal, do próprio recluso e dos serviços centrais;

Ao apoio a prestar ao recluso na resolução de questões pessoais, familiares e profissionais urgentes.

— Nos prazos e termos previstos no artigo 53.º, o recluso é sujeito a avaliação clínica, com vista à identificação dos cuidados de saúde exigidos.

— Até ao termo do período de permanência no sector destinado à admissão, o recluso é presente ao director do estabelecimento prisional, o qual, tendo em conta os elementos avaliativos já disponíveis e, se necessário, ouvidos os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, os serviços de vigilância e segurança e os serviços clínicos, adopta as medidas que considerar adequadas, designadamente:

A determinação do futuro espaço de alojamento do recluso;

A prestação de cuidados de saúde especiais;

Medidas de prevenção de suicídio;

A prestação de cuidados psicoterapêuticos individualizados;

Medidas especiais de vigilância;

A inserção do recluso em determinadas actividades ou programas;

A proposta de transferência do recluso para outro estabelecimento prisional;

A colocação em regime aberto no interior ou a proposta de colocação em regime de segurança.

### **CAPÍTULO II**

#### **Afectação e transferências**

##### **Artigo 20.º - Afectação**

— Para efeitos de decisão sobre a afectação do recluso, os serviços centrais solicitam ao estabelecimento prisional a avaliação prevista no artigo 19.º do Código e a audição do recluso nos termos do artigo 20.º do Código.

— Quando se verifique, mesmo antes de estar concluída a avaliação inicial, que o recluso, por razões de perigosidade ou de especial vulnerabilidade, deva ser imediatamente afecto a estabelecimento ou unidade prisional mais adequado às suas características, o director do estabelecimento prisional informa, desde logo, por escrito, o director -geral, remetendo toda a informação de que disponha sobre o recluso.

##### **Artigo 21.º - Modalidades de transferência**

— A transferência do recluso pode ser precária ou definitiva.

— A transferência precária é efectuada por um período de tempo limitado, não determina a afectação do recluso ao estabelecimento prisional para onde é transferido e tem lugar, designadamente, nos seguintes casos:

Comparência a actos processuais;

Internamento hospitalar ou realização de acto médico;

Frequência de acções de formação profissional;

Visitas;

Cumprimento de medida disciplinar;

Execução de meio especial de segurança.

— A transferência precária prevista nas alíneas a) a c) do número anterior converte -se em definitiva quando se prolongue ininterruptamente por mais de três meses, sem prejuízo de a afectação do recluso poder ser revertida logo que se mostrem realizadas as finalidades que estiveram na base da transferência.

— No caso do número anterior, o estabelecimento prisional de origem remete o processo individual, informa os serviços centrais e procede às comunicações previstas no artigo seguinte.

##### **Artigo 22.º - Iniciativa da transferência**

— A transferência pode ser da iniciativa do director do estabelecimento prisional, dos serviços centrais ou a pedido do recluso.

— Quando seja da iniciativa do director do estabelecimento prisional, a proposta é fundamentada e acompanhada dos pareceres dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, dos serviços de vigilância e segurança e, caso se justifique, dos serviços clínicos.

— Quando seja da iniciativa do recluso, o pedido é fundamentado e entregue ao director do estabelecimento prisional, que o remete, no prazo de 15 dias, ao director-geral, acompanhado do seu parecer e das informações dos serviços referidos no número anterior.

— Quando a transferência não seja da iniciativa do recluso, este é previamente ouvido sobre a proposta de transferência, especialmente quando esta vise favorecer a aproximação ao meio familiar e social, o tratamento prisional, a execução do plano individual de readaptação ou o tratamento médico, ressalvados os casos em que fundadas razões de ordem e segurança se oponham à audição.

— O pedido de transferência indeferido só pode ser renovado pelo recluso decorridos seis meses sobre a data do indeferimento, salvo se ocorrer alteração dos pressupostos do indeferimento.

##### **Artigo 23.º - Comunicação das decisões**

— A decisão de afectação é comunicada a familiar ou a pessoa indicada pelo recluso, ao seu advogado, ao tribunal à ordem do qual o recluso cumpre a medida privativa da liberdade e ao Tribunal de Execução das Penas.

— A decisão de transferência é comunicada aos estabelecimentos prisionais de origem e destino, sendo notificada ao recluso pelo estabelecimento de origem, salvo quando razões de ordem e segurança o desaconselhem e constem do despacho de transferência, caso em que a notificação é efectuada pelo estabelecimento de destino, após a concretização da transferência.

— A decisão de transferência é comunicada a familiar ou a pessoa indicada pelo recluso, ao seu advogado e aos tribunais competentes pelo estabelecimento prisional de origem, excepto nas situações em que, nos termos do número anterior, não tenha havido prévia notificação do recluso,

caso em que a comunicação é efectuada pelo estabelecimento de destino, após a concretização da transferência.

— A decisão de transferência é também comunicada ao serviço responsável pelo transporte do recluso, acompanhada das informações pertinentes relativas aos riscos em matéria de ordem e segurança.

#### Artigo 24.º - Procedimentos de transferência

— A transferência efectua-se, de preferência, durante o período diurno.

— O estabelecimento prisional de origem emite guia de transferência, que acompanha o recluso, da qual consta:

A identidade, fotografia e situação jurídico-penal do recluso;

O estabelecimento prisional de destino;

O despacho que decide a transferência;

A modalidade da transferência;

O tipo de transporte utilizado;

Os meios e procedimentos de segurança aplicados;

Informação sobre eventual tratamento médico e medicamentoso a que o recluso esteja sujeito.

— Na guia referida no número anterior são ainda especificados os montantes existentes na conta corrente do recluso com a identificação dos respectivos fundos.

— O recluso a transferir é identificado presencialmente pelos serviços de vigilância e segurança, sendo acompanhado até ao veículo de transporte pelo elemento dos serviços de vigilância e segurança que tiver procedido à identificação.

— O recluso a transferir é portador dos seus documentos e dos objectos que, pelo seu peso e volume, sejam adequados ao espaço disponível no meio de transporte ou sejam permitidos pelos limites fixados pela transportadora, sendo examinados e relacionados à saída do recluso do estabelecimento prisional.

— É efectuada uma relação dos objectos deixados pelo recluso, da qual lhe é entregue cópia.

— Os objectos e valores deixados pelo recluso permanecem guardados no estabelecimento prisional, sendo entregues a pessoa por ele indicada, que não pode ser outro recluso, ou remetidos para guarda no estabelecimento prisional de destino.

— É efectuada ao recluso revista pessoal por desnudamento, nos termos do artigo 5.º, à saída e à entrada dos estabelecimentos prisionais.

#### Artigo 25.º - Ingresso de recluso por transferência

— Ao ingresso de recluso por transferência são aplicáveis as disposições relativas ao ingresso inicial constantes dos artigos 9.º, 10.º e 11.º

— O recluso é presente aos serviços de vigilância e segurança, aos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e aos serviços clínicos, em prazo não superior a 72 horas após a transferência.

— O estabelecimento prisional de destino credita a conta corrente do recluso pelos valores mencionados na guia de transferência e actualiza o saldo do cartão de utente.

#### Artigo 26.º - Transferência precária

— São aplicáveis à transferência precária, com as devidas adaptações, as disposições relativas à transferência definitiva.

— O estabelecimento prisional de destino assegura o acompanhamento adequado por parte dos serviços de vigilância e segurança, de educação e clínicos, tendo em conta o motivo da transferência precária e a sua duração previsível. 3 — O disposto no n.º 7 do artigo 24.º não é aplicável às transferências precárias.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 24.º, os objectos que o recluso pode transportar consigo têm em conta o motivo da transferência e a sua duração previsível.

#### Artigo 27.º - Transporte do recluso

— O transporte do recluso compete aos serviços prisionais e é efectuado em veículo celular, excepto quando as deslocações não se efectuam por via terrestre e nos casos previstos no n.º 5.

— Por razões de ordem e segurança, o director-geral pode determinar, por despacho fundamentado, a atribuição de escolta.

— O recluso permanece algemado durante o percurso, podendo o director do estabelecimento prisional dispensar a aplicação das algemas, por despacho fundamentado.

— As razões de ordem e segurança que fundamentam a atribuição de escolta e a dispensa de algemas são antecipadamente comunicadas aos serviços que efectuem o transporte do recluso.

— O transporte de recluso em estado de fragilidade de saúde, nomeadamente do que seja portador de deficiência física ou de anomalia psíquica, ou do que se encontre em período pós-operatório, é efectuado com os cuidados próprios, definidos pelo médico, se necessário com recurso a ambulância ou viatura não celular, mediante autorização do director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 28.º - Medicação em situação de transferência

— A medicação considerada imprescindível pelos serviços clínicos acompanha o recluso, em dose suficiente para, no mínimo, oito dias de tratamento.

— Os medicamentos prescritos, devidamente acondicionados e selados, são entregues ao elemento do corpo da guarda prisional que chefia a diligência, acompanhados de informação sobre a medicação a administrar ao recluso em carta fechada, com a menção «confidencial — sujeito a sigilo profissional» e dirigida aos serviços clínicos do estabelecimento de destino.

— Sempre que for necessário administrar medicamentos no decurso da transferência, estes seguem em separado, devendo os serviços clínicos dar, por escrito, instruções claras e inequívocas sobre os procedimentos a adoptar.

— No caso de transferência de recluso que siga um programa de produtos farmacológicos de substituição, o estabelecimento prisional de origem envia as doses necessárias para oito dias de tratamento, cabendo ao estabelecimento prisional de destino diligenciar junto da competente entidade de saúde local no sentido de garantir a continuidade do tratamento.

— O disposto nos n.ºs 1 e 2 não se aplica aos reclusos transferidos para efeitos de internamento hospitalar.

### CAPÍTULO III

#### Libertação

#### Artigo 29.º - Ordem de libertação

O director do estabelecimento prisional confirma a autenticidade das ordens de libertação que sejam recebidas nos termos do n.º 2 do artigo 23.º do Código.

#### Artigo 30.º - Determinação do momento da libertação

Para proceder à determinação do momento da libertação nos termos do n.º 4 do artigo 24.º do Código, o director do estabelecimento prisional solicita parecer aos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e procede à audição do recluso.

#### Artigo 31.º - Procedimentos de libertação

— A libertação do recluso é precedida da comprovação de que não pendem outras decisões judiciais que impliquem a privação da liberdade do recluso.

— Pendendo outros processos judiciais onde esteja ordenada a privação da liberdade do recluso, os mandados de libertação e subsequente detenção são sucessivamente cumpridos na secretaria do estabelecimento, informando-se imediatamente os correspondentes tribunais.

— O recluso a libertar é identificado presencialmente pelos serviços de vigilância e segurança, sendo acompanhado até à saída do estabelecimento prisional pelo elemento daqueles serviços que tiver procedido à identificação.

— A libertação do recluso, assim como a data e hora da mesma, são registadas no sistema de informação prisional e certificadas ao tribunal à ordem do qual o recluso cumpre a medida privativa da liberdade e ao Tribunal de Execução das Penas.

— É entregue ao recluso documento comprovativo da libertação.

— Ao recluso que esteja a tomar medicação que não deva interromper são fornecidos os medicamentos necessários para um período até oito dias.

— Sempre que possível, o recluso é examinado pelo médico em momento anterior à libertação e observam-se os procedimentos previstos no n.º 9 do artigo 56.º

— Os procedimentos de libertação têm natureza urgente, preferindo sobre todos os outros.

#### Artigo 32.º

##### **Entrega de objectos, documentos e valores**

— No momento da libertação são devolvidos ao recluso, mediante recibo, todos os seus objectos, documentos e valores que se encontrem guardados no estabelecimento prisional, incluindo as importâncias que integram os fundos de uso pessoal e de apoio à reinserção social.

— Os objectos e valores que comprovadamente o recluso não possa transportar consigo ficam depositados no estabelecimento prisional, sendo o recluso expressamente informado de que aqueles devem ser levantados no prazo máximo de 60 dias, findo o qual é efectuada comunicação ao Tribunal de Execução das Penas para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 4 do artigo 138.º do Código.

#### Artigo 33.º

##### **Libertação fora do estabelecimento prisional**

— Quando a ordem de libertação, subsequente a acto processual, deva ser cumprida de imediato, fora do estabelecimento prisional, o elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pela diligência, caso a guia de condução seja omissa quanto aos elementos referidos no

n.º 1 do artigo 31.º, contacta de imediato a secretaria do estabelecimento prisional.

— Se nada obstar à libertação, o elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pela diligência procede à anotação no próprio mandado dos elementos referidos no n.º 4 do artigo 31.º

— Aquando da libertação, é aferida a necessidade de apoio, nomeadamente para realização de contacto com familiar ou pessoa da sua confiança ou para transporte para o local de origem, caso em que os serviços do estabelecimento prisional asseguram o apoio necessário.

— O recluso é informado de que pode requerer posteriormente no estabelecimento prisional documento comprovativo da libertação.

— O recluso é informado de que os objectos, documentos e valores que tenha deixado no estabelecimento prisional ficam depositados nesse estabelecimento, devendo ser levantados no prazo de 60 dias, findo o qual é efectuada comunicação ao Tribunal de Execução das Penas para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 4 do artigo 138.º do Código.

— Os objectos que se encontrem no espaço de alojamento do recluso são retirados do mesmo e guardados no estabelecimento prisional, após realização de inventário efectuado por dois funcionários e por estes assinado.

— Os serviços clínicos são informados da libertação do recluso, de forma a comunicarem de imediato a sua saída ao centro de saúde onde está inscrito e enviarem o respectivo relatório clínico, caso o recluso tenha consentido nesse procedimento.

### TÍTULO III

Alojamento, objectos pessoais, vestuário, higiene pessoal, roupa de cama, alimentação e cantinas

#### CAPÍTULO I - Alojamento e objectos pessoais

##### **Artigo 34.º - Alojamento**

— O recluso colocado em regime comum é alojado em cela individual, excepto quando razões familiares, de tratamento ou de prevenção de riscos físicos ou psíquicos aconselhem o alojamento em comum, bem como em casos excepcionais de insuficiência temporária de alojamento.

— Os espaços de alojamento, individual ou comum, dispõem para cada recluso de equipamento constituído por uma cama, uma mesa, uma cadeira e um armário.

— Os espaços de alojamento são providos de lavatório e de sanita ou equivalente.

— Em cada espaço de alojamento é afixado inventário do equipamento existente.

— No lado exterior da porta do alojamento é afixado o nome do ocupante ou ocupantes e o respectivo número mecanográfico.

— Os espaços de alojamento são dotados de sistema de alarme e comunicação que permita ao recluso entrar em contacto com o pessoal em qualquer momento.

— O recluso é responsável pelos danos que cause nas instalações que ocupa e respectivos equipamentos. 8 — O recluso pode personalizar o seu espaço de alojamento através da afixação de fotografias, imagens, gravuras ou escritos, em *placard* destinado a esse fim.

8 — É proibido colocar cortinas, pendurar roupa ou outros objectos nas paredes, na porta ou nas janelas ou por qualquer forma ocultar, total ou parcialmente, o interior do espaço de alojamento ou dificultar a sua visibilidade a partir do exterior.

##### **Artigo 35.º - Abertura e encerramento dos espaços de alojamento**

— O recluso permanece no seu espaço de alojamento, excepto quando esteja autorizado a deslocar-se ou a permanecer noutra zona do estabelecimento prisional, sendo-lhe vedado entrar nos alojamentos de outros reclusos.

— Quando o recluso se encontra fora do espaço de alojamento, este é fechado.

— A abertura dos espaços de alojamento só pode ter lugar na presença do recluso, salvo determinação expressa em contrário do director do estabelecimento prisional e no caso previsto no artigo 150.º

— Na ausência do recluso, a abertura do espaço de alojamento é efectuada, no mínimo, por dois elementos dos serviços de vigilância e segurança.

##### **Artigo 36.º - Abertura dos espaços de alojamento no período nocturno**

— Após o encerramento geral e durante o período nocturno, a abertura dos espaços de alojamento só pode ter lugar, excepcionalmente, quando exista doença ou necessidade de administração de medicamentos, lesão ou sério perigo para a vida, integridade física, liberdade ou dignidade do recluso ou por razões de ordem e segurança do estabelecimento.

— Nas situações previstas no número anterior, a abertura é efectuada por, pelo menos, dois elementos dos serviços de vigilância e segurança e é registada em auto assinado pelos intervenientes, do qual consta, expressa e obrigatoriamente, a hora, o motivo que determinou a abertura do espaço de alojamento e o resultado da intervenção.

— São ainda objecto de participação escrita todas as situações em que o recluso não seja conduzido ao espaço de alojamento no momento do encerramento geral, com indicação do motivo.

— O disposto no número anterior não se aplica às situações em que o recluso, por motivo de trabalho, frequência de programas, atendimento pelos serviços clínicos ou de diligência ao exterior, deva recolher ao alojamento posteriormente.

##### **Artigo 37.º - Posse e uso de objectos**

— Ao recluso apenas é permitido o uso de aliança, de relógio e de um objecto de adorno que não possua valor económico elevado.

— O recluso pode substituir por outros de valor semelhante os objectos referidos no número anterior, apenas quando, simultaneamente, faça entrega dos que tem na sua posse.

— No espaço de alojamento são unicamente permitidos: a) artigos de higiene pessoal;

Vestuário e calçado para seu uso pessoal;

Livros, publicações periódicas e material de escrita;

Fonogramas, videogramas e jogos;

Televisor, aparelho de rádio, leitor de música e filmes, consola de jogos ou outro equipamento multimédia que não possibilite a comunicação electrónica, até ao máximo de três equipamentos, não sendo, em qualquer caso, permitidos os computadores;

Publicações de conteúdo espiritual e religioso e objectos pessoais de culto espiritual e religioso;

Alimentos, nas quantidades e espécies permitidas nos termos do presente Regulamento Geral;

Tabaco e instrumento de ignição, em quantidade adequada ao consumo próprio;

Objectos a que o recluso atribua particular valor afectivo, desde que não possuam valor económico elevado nem, pelas suas características ou quantidade, comprometam a ordem, segurança e disciplina do estabelecimento;



Outros objectos cuja permanência no alojamento seja imprescindível por razões de saúde do recluso, sob proposta do médico e mediante autorização do director do estabelecimento prisional.

— As quantidades, as dimensões e o tipo dos objectos e equipamentos referidos nas alíneas c) a g) do n.º 3 são aprovados pelo director-geral, tendo em consideração o tipo de estabelecimento e a circunstância de o alojamento ser individual ou em comum.

— Os equipamentos referidos na alínea e) do n.º 3 são verificados e selados antes da sua entrega ao recluso.

— Os objectos e equipamentos referidos nos n.ºs 1 e 2 são incluídos no inventário dos objectos do recluso, destinam-se a utilização pelo próprio e não podem ser cedidos, a qualquer título, a outro recluso ou a funcionário.

— A utilização de tais objectos e equipamentos não pode comprometer a ordem e segurança do estabelecimento prisional nem o bem-estar dos demais reclusos, caso em que são apreendidos, nos termos do disposto no artigo seguinte.

— O uso de objectos e equipamentos não pode causar ruído a partir da hora de silêncio.

— Não é permitida a posse de objectos e publicações ou partes destas que ponham em perigo os fins da execução ou a segurança e a ordem do estabelecimento prisional ou tenham carácter injurioso ou difamatório.

— Não é permitida a posse de dinheiro.

#### Artigo 38.º - Destino dos objectos e valores proibidos

— Os objectos e valores proibidos por lei geral, pelo Código e pelo presente Regulamento Geral que sejam encontrados na posse do recluso são apreendidos.

— Os objectos apreendidos nos termos do número anterior, e cuja posse constitua ilícito penal ou contra-ordenacional, bem como aqueles cuja conservação seja necessária para efeitos probatórios ou de investigação criminal, são entregues ao órgão de polícia criminal competente, acompanhados do auto respectivo.

— Os bens perecíveis que sejam apreendidos nos termos do n.º 1 e que não possam ser entregues em tempo útil a terceiro, indicado pelo recluso, assim como os irremediavelmente deteriorados e insusceptíveis de qualquer aplicação útil e ainda os que possam pôr em causa a integridade física de terceiro ou do próprio, sem prejuízo da sua conservação pelo tempo necessário para efeitos probatórios ou de investigação criminal, são destruídos, lavrando-se auto.

— Dos demais objectos cuja posse não seja permitida, nos termos do Código e do presente Regulamento Geral, bem como dos objectos apreendidos cuja propriedade não seja determinada, é feita comunicação ao Tribunal de Execução das Penas para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 4 do artigo 138.º do Código.

— Os objectos achados, quando proibidos por lei geral, pelo Código ou pelo presente Regulamento Geral, são igualmente apreendidos e, quando não se saiba a quem pertencem, é-lhes dado o seguinte destino:

Os que constituam ilícito penal ou contra-ordenacional são entregues ao órgão de polícia criminal competente acompanhados de auto;

Os demais reverterem a favor do Estado, sendo-lhes dado o destino que o director-geral determinar, sob proposta do director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 39.º - Objectos e valores abandonados

— Consideram-se abandonados, decorrido um ano sobre a data da libertação, da ausência ilegítima ou da evasão do recluso, os objectos e valores por este deixados no estabelecimento prisional.

— Os objectos e valores abandonados pelo recluso são apreendidos, sendo efectuado inventário que acompanha a comunicação ao Tribunal de Execução das Penas para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 138.º do Código.

— Os objectos declarados perdidos, nos termos do número anterior, podem ser afectos ao funcionamento do estabelecimento prisional e a este atribuídos.

— Os valores abandonados são entregues ao Tesouro.

— Anualmente, o estabelecimento prisional organiza processo tendente à venda dos bens abandonados aos quais o Tribunal de Execução das Penas não tenha definido outro destino.

— A venda decorre até ao final do mês de Janeiro do ano civil seguinte, segundo modalidade a definir pelo director do estabelecimento prisional, e o respectivo produto constitui receita da Direcção -Geral.

#### Artigo 40.º - Higiene e limpeza

— O recluso é responsável pela higiene e limpeza do seu espaço de alojamento, sendo-lhe distribuídos os artigos e utensílios necessários para o efeito.

— Nos espaços de alojamento comum, a higiene e a limpeza são asseguradas, rotativamente, pelos respectivos ocupantes.

— A limpeza dos espaços comuns é assegurada pelos reclusos designados para esse efeito pelo director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 41.º - Tabaco

— Ao recluso é permitido fumar ao ar livre, nas celas destinadas a fumadores e nos espaços destinados a esse fim.

— O tabaco e os instrumentos de ignição são obrigatoriamente adquiridos através do serviço de cantina ou do serviço de venda directa através de máquinas automáticas.

### CAPÍTULO II

Vestuário, higiene pessoal e roupa de cama

#### Artigo 42.º - Vestuário e calçado

— O recluso pode ter consigo vestuário e calçado nas quantidades e tipos determinados por despacho do director-geral.

— O director-geral pode autorizar quantidades diferentes das previstas no despacho referido no número anterior quando as condições climáticas ou a actividade laboral o justifiquem, por proposta do director do estabelecimento prisional.

— O estabelecimento prisional, sempre que a natureza do trabalho o exija, fornece vestuário adequado para o trabalho a executar.

— O estabelecimento prisional fornece roupa e calçado aos reclusos que deles necessitem e não disponham de meios para a sua aquisição, nomeadamente para deslocações ao exterior.

— O recluso é responsável pelo estado de conservação e limpeza da sua roupa e calçado, disponibilizando o estabelecimento prisional os meios e os equipamentos adequados para o efeito.

— Nos estabelecimentos prisionais onde não puder ser integralmente assegurada a lavagem de todo o vestuário pessoal dos reclusos, é permitido, excepcionalmente, o seu tratamento semanal no exterior, nas condições fixadas pelo director do estabelecimento prisional.

— Por razões de ordem sanitária, pode ser determinada a destruição de vestuário ou calçado, aplicando-se os procedimentos previstos no n.º 2 do artigo 12.º

#### Artigo 43.º - Higiene pessoal

— O recluso pode ter consigo produtos de higiene pessoal fornecidos pelo estabelecimento prisional ou adquiridos pelo recluso através do serviço de cantina, nas quantidades e tipos determinados por despacho do director-geral.

— É assegurado ao recluso um banho diário de água quente e o acesso ao serviço de barbearia em horário e condições a fixar por despacho do director do estabelecimento prisional.

— Apenas é permitido o uso de utensílios de barbear descartáveis e de máquinas de barbear fornecidos pelo estabelecimento prisional ou adquiridos pelo recluso através do serviço de cantina.

— O corte de cabelo e de barba, bem como o banho, podem ser impostos ao recluso por particulares razões de ordem sanitária, por despacho do director do estabelecimento prisional fundamentado em parecer dos serviços clínicos.

— Ao recluso que, comprovadamente, não disponha de meios para aquisição de produtos de higiene pessoal é fornecido periodicamente um conjunto básico idêntico ao previsto no n.º 1 do artigo 12.º

#### Artigo 44.º - Roupa de cama e de banho

— O estabelecimento prisional distribui a cada recluso a roupa de cama e de banho adequada, de acordo com a estação do ano.

— O estabelecimento prisional assegura a lavagem da roupa de cama e de banho e a sua muda semanal.

— O recluso é responsável pelo bom estado e conservação da roupa que lhe é fornecida e devolve-a no momento da transferência ou libertação.

— Não é permitida a utilização de roupa de cama e de banho proveniente do exterior.

### CAPÍTULO III

#### Alimentação

##### Artigo 45.º - Alimentação

— O estabelecimento prisional fornece três refeições diárias e um reforço nocturno distribuído com a 3.ª refeição.

— O estabelecimento prisional assegura dietas alimentares específicas que sejam prescritas pelo médico.

— Na medida do possível, o estabelecimento prisional disponibiliza regimes alimentares específicos que respeitem as convicções religiosas ou filosóficas do recluso.

— Não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas, admitindo-se, contudo, o fornecimento de uma bebida espirituosa, em duas ocasiões festivas por ano.

— É proibida a confecção de alimentos pelo recluso no espaço de alojamento.

##### Artigo 46.º - Controlo da alimentação

— O estabelecimento prisional controla diariamente a quantidade e qualidade de todas as refeições fornecidas, efectuando o respectivo registo.

— O controlo a que se refere o número anterior é efectuado nos locais de confecção e de distribuição das doses individuais.

— Semestralmente, ou sempre que necessário, o médico ou o nutricionista inspecionam e elaboram relatório relativamente às condições de conservação, armazenamento e confecção de alimentos, bem como à higiene dos locais de confecção e armazenamento dos géneros.

##### Artigo 47.º - Horário e local das refeições

— O recluso toma as refeições nos refeitórios do estabelecimento prisional, com excepção do disposto no n.º 4 e do reforço nocturno referido no n.º 1 do artigo 45.º

— Os reclusos estão impedidos de levar para o refeitório ou dele retirar quaisquer alimentos e bebidas.

— Nos estabelecimentos prisionais ou unidades onde não exista refeitório, o local das refeições é determinado pelo director do estabelecimento prisional.

— O recluso doente, em cumprimento de medida disciplinar ou sujeito a meio especial de segurança que impliquem permanência em espaço próprio, ou por determinação fundamentada do director do estabelecimento prisional, toma as refeições no espaço de alojamento.

— Nos estabelecimentos prisionais apenas são admitidos pratos e copos de material inoxidável, de plástico ou descartável e talheres de plástico.

— O horário das refeições é fixado pelo director do estabelecimento prisional.

— As ementas são anunciadas e afixadas com, pelo menos, uma semana de antecedência.

##### Artigo 48.º - Alimentos do exterior

— Só é permitida a entrada de alimentos no estabelecimento prisional nos termos expressamente admitidos no presente Regulamento Geral.

— É admitida a entrada, uma vez por semana, de pequenas quantidades de alimentos embalados com o peso máximo de 1 kg por cada entrega.

— Os tipos de alimentos cuja entrada é permitida, nos termos do número anterior, são aprovados por despacho do director -geral.

— Os alimentos são entregues em saco de plástico e são embalados em material que não constitua risco para a segurança do estabelecimento prisional, não sendo admitidas as embalagens em vidro, em metal, ou que não permitam a visualização do seu interior ou a pesquisa e análise fácil do seu conteúdo sem meios especializados.

— Por ocasião da visita de convívio alargado por motivo do aniversário do recluso, é admitida a entrada de um bolo de aniversário com peso até 2 kg, previamente fatiado.

— Por ocasião das visitas de convívio a que se refere o n.º 2 do artigo 59.º do Código, o recluso pode ser autorizado a partilhar com os visitantes, a expensas suas, uma refeição fornecida pelo estabelecimento prisional.

— Não é permitida a entrada de bebidas de qualquer tipo.

##### Artigo 49.º - Procedimentos de entrada de alimentos

— Os alimentos referidos no artigo anterior são entregues pelo visitante no estabelecimento prisional em momento imediatamente anterior à visita ao recluso.

— Os alimentos entregues pelos visitantes são examinados na sua presença, recusando-se a entrada daqueles que não obedecerem aos requisitos previstos no artigo anterior.

— O visitante é informado de que deve proceder, no termo da visita, à recolha dos alimentos cuja entrada foi recusada, sob pena de se proceder à sua imediata destruição.

— Os alimentos que não forem recolhidos, nos termos do número anterior, são de imediato destruídos, lavrando-se o competente auto.

— Não é admitida a recepção de alimentos por via postal, excepto no caso previsto no n.º 4 do artigo 127.º

##### Artigo 50.º - Serviço de cantina

— Em cada estabelecimento prisional existe um serviço de cantina ao qual o recluso pode recorrer para aquisição dos alimentos ou outros produtos e objectos úteis à sua vida diária, constantes de lista aprovada por despacho do director -geral.

— O director do estabelecimento prisional fixa e publica em ordem de serviço o dia da recepção das requisições e o dia da distribuição dos alimentos, produtos e objectos, divulgando ainda os respectivos preços, que devem aproximar-se o mais possível dos preços de venda ao público.

— Os alimentos, produtos e objectos são entregues ao recluso contra recibo.

— Todas as aquisições de bens e produtos efectuadas pelo recluso fazem-se por débito directo e imediato ao saldo do cartão de utente.

— A pedido do recluso, o saldo do cartão de utente é creditado quinzenalmente por débito no respectivo fundo de uso pessoal, até ao limite previsto no n.º 7.

— Nos estabelecimentos prisionais onde o cartão de utente ainda não se encontre em funcionamento, a requisição do recluso só é satisfeita após confirmação da existência de saldo no seu fundo de uso pessoal, ficando logo cativa a verba correspondente.

— O director -geral fixa anualmente o saldo máximo do cartão de utente e o valor máximo que cada recluso pode despende, quinzenalmente, nas aquisições de cantina.

##### Artigo 51.º - Serviço de venda directa

1 — Os estabelecimentos prisionais organizam um serviço de venda directa ou a instalação de máquinas automáticas para fornecimento dos seguintes produtos:

Café;

Água e outras bebidas sem álcool, em embalagem de plástico;

Produtos de pastelaria ou padaria;

Tabaco.

— Através do serviço referido no número anterior, podem ainda ser disponibilizados outros produtos de entre os constantes da lista prevista no n.º 1 do artigo anterior.

— O director do estabelecimento prisional fixa e publica em ordem de serviço os horários e condições de acesso aos serviços previstos no presente artigo.

— Os preços dos produtos devem aproximar-se o mais possível dos preços de venda ao público.

##### Artigo 52.º - Gestão dos serviços de cantina e de venda directa

Os procedimentos relativos à administração e gestão dos serviços de cantina e de venda directa, bem como os relativos à conta corrente do recluso, são aprovados por despacho do director -geral.

## TÍTULO IV

### Prestação de cuidados de saúde

#### Artigo 53.º - Avaliação clínica inicial

— No prazo máximo de 24 horas após o ingresso no estabelecimento prisional, o recluso é observado pelo enfermeiro de serviço na consulta de admissão, o qual procede à abertura do processo clínico, onde regista os dados pessoais e informações sobre o estado de saúde do recluso, adopta as medidas que se revelem necessárias e encaminha o recluso para as consultas subsequentes.

— Na recolha de informação prevista no número anterior são apurados os dados relativos à inscrição do recluso como utente do Serviço Nacional de Saúde, contactando-se subsequentemente o seu médico assistente, desde que o recluso o consinta, para obter informação quanto aos antecedentes clínicos.

— No prazo máximo de 72 horas após o ingresso no estabelecimento prisional, o recluso é presente a consulta médica, na qual é feita a sua avaliação.

— Durante a consulta médica referida no número anterior é prestada especial atenção aos seguintes aspectos:

Presença de distúrbios mentais;

Factores de risco para o suicídio;

Síndromas de abstinência, sinais de agressão ou violência física ou de cariz sexual;

Doenças transmissíveis e contagiosas e patologias crónicas.

— Quando se revele necessário, o médico prescreve, segundo critérios clínicos, a realização de exames complementares de diagnóstico que permitam o rastreio de doenças organo- metabólicas e doenças transmissíveis e contagiosas.

— Caso o recluso não esteja inscrito como utente do Serviço Nacional de Saúde, os serviços promovem a sua inscrição, para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 7.º e do n.º 2 do artigo 32.º do Código.

#### Artigo 54.º - Informação e aconselhamento

— No momento da avaliação clínica inicial, o recluso é informado sobre os deveres dos técnicos de saúde, designadamente em matéria de confidencialidade e independência dos actos clínicos, sobre os procedimentos de acesso e horários de atendimento dos serviços clínicos, sendo-lhe ainda disponibilizados folhetos com informação no âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença.

— No decurso da execução da pena ou medida privativa da liberdade, é prestada ao recluso informação sobre programas específicos de promoção da saúde e prevenção da doença em meio prisional.

#### Artigo 55.º - Plano de promoção da saúde e planos específicos de intervenção clínica

— Cada estabelecimento prisional elabora e submete à aprovação do director -geral um plano de promoção da saúde e prevenção da doença, com particular incidência na vertente da redução dos comportamentos de risco.

— A aplicação de planos específicos de intervenção clínica, designadamente nas áreas da toxicod dependência e utilização abusiva de substâncias, das doenças infecciosas, da saúde mental e ainda da prevenção do suicídio e dos comportamentos autolesivos deliberados, carece de aprovação do director -geral.

— O director do estabelecimento prisional procede à divulgação junto dos reclusos e dos funcionários do estabelecimento prisional das normas relativas ao acesso e funcionamento dos planos referidos no presente artigo.

#### Artigo 56.º - Processo clínico individual

— O processo clínico individual contém a história clínica do recluso e o registo de todas as consultas e observações, exames complementares de diagnóstico, tratamentos efectuados, medicação prescrita e outros documentos relevantes.

— Todos os contactos do recluso com serviços clínicos são documentados no processo clínico individual, registando -se a data, o motivo, o técnico de saúde interveniente e os tratamentos prescritos.

— São sempre registados no processo clínico individual os pedidos de atendimento do recluso, as suas queixas e os resultados da

observação efectuada, procedendo -se à descrição pormenorizada e, sempre que possível, ao registo fotográfico de lesões apresentadas, com menção da causa apontada pelo recluso e juízo técnico sumário quanto à possível adequação da causa apontada à observação clínica.

— Os registos referidos no número anterior referentes às lesões físicas compatíveis com situação de agressão devem ser levados de imediato ao conhecimento do director do estabelecimento prisional, sendo essa comunicação registada no processo clínico individual.

— Constan do processo clínico individual as declarações subscritas pelo recluso de consentimento para a realização de exames ou de tratamentos prescritos.

— São registadas no processo clínico individual, com indicação da data e do serviço em causa, as declarações de recusa do recluso em efectuar consulta, realizar tratamento ou exame ou tomar medicação prescrita.

— O processo clínico individual acompanha o recluso durante o seu percurso prisional, mesmo em caso de transferência, e é reaberto caso o recluso reingresse em estabelecimento prisional.

— Os dados do processo clínico individual podem estar contidos em processo desmaterializado incluído no sistema de informação prisional, ao qual apenas acedem as pessoas referidas no n.º 1 do artigo seguinte, sendo o acesso do recluso feito através de suporte de papel.

— Antes da libertação, com a antecedência adequada, o estabelecimento prisional, com o consentimento do recluso, encaminha- o para o centro de saúde competente para efectuar o seu seguimento, ao qual remete relatório médico que descreva a sua situação clínica.

#### Artigo 57.º - Acesso a dados clínicos

— O acesso ao processo clínico individual é efectuado nos termos da lei, sendo restringido ao recluso e aos técnicos de saúde responsáveis pelo seu acompanhamento.

— O recluso que pretenda ter acesso ao seu processo clínico individual, mesmo após a sua libertação, solicita -o por escrito ao director do estabelecimento prisional.

— Nos casos em que o Código ou o presente Regulamento Geral prevejam a prestação de informação clínica, cabe ao médico prestá -la, através de relatório escrito.

— As pessoas que tenham acesso a dados de saúde do recluso ficam obrigadas ao sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.

#### Artigo 58.º - Procedimentos de acesso aos cuidados de saúde

— A prestação de cuidados de saúde ao recluso faz- se nos estabelecimentos prisionais e, quando necessário, em unidades de saúde no exterior.

— A solicitação de cuidados de saúde é efectuada por escrito, em impresso próprio disponível nas alas prisionais, que inclui um campo para que o recluso descreva sucintamente, querendo, o motivo principal da sua solicitação. 3 — O recluso deposita a sua solicitação em receptáculo destinado a esse fim na zona prisional, ao qual só têm acesso elementos dos serviços clínicos, que procedem à sua recolha, sempre que possível, diariamente.

— O recluso é observado com a periodicidade fixada pelo médico e, pelo menos, uma vez por ano.

— A medicação é ministrada ao recluso preferencialmente através da toma observada directamente e, sempre que possível, assegurada pelo pessoal clínico.

#### Artigo 59.º - Prestação de cuidados de saúde e internamento no exterior

— Sempre que os cuidados ambulatoriais exigidos pelo estado de saúde do recluso não possam ser prestados em estabelecimento prisional, o director do estabelecimento prisional autoriza, sob proposta dos serviços clínicos, a saída do recluso ao exterior para o efeito.

— A necessidade de internamento do recluso em unidade de saúde no exterior é comunicada pelos serviços clínicos ao director do estabelecimento prisional, que propõe a saída do recluso ao director -geral para autorização.

— No caso de o internamento do recluso em unidade de saúde no exterior resultar de uma situação de urgência, compete ao director do

estabelecimento prisional autorizar a saída, com salvaguarda das exigências de segurança, comunicando tal facto ao director -geral.

— O recluso que deva receber cuidados de saúde no exterior do estabelecimento prisional é acompanhado de toda a informação clínica necessária e relevante para o mais rápido despiste da situação, documentação esta que é entregue ao elemento do corpo da guarda prisional que chefia a diligência, em envelope fechado com a menção «confidencial — sujeito a sigilo profissional» e dirigida ao médico ou aos serviços de saúde de destino.

— No regresso, o recluso é acompanhado da informação que tinha transportado ao médico no exterior, acrescentando -se a informação sobre os meios de diagnóstico utilizados, os resultados, diagnóstico e terapêuticas instituídas, bem como recomendações para o posterior seguimento do recluso, documentação esta que é entregue ao elemento do corpo da guarda prisional que chefia a diligência, em envelope fechado com a menção «confidencial — sujeito a sigilo profissional» e dirigida aos serviços clínicos do estabelecimento prisional.

— Quando o recluso deva receber cuidados de saúde no exterior, o transporte é efectuado em viatura celular, com a excepção prevista no n.º 5 do artigo 27.º

#### Artigo 60.º - Acesso do recluso a médico da sua confiança

— A assistência ao recluso por médico da sua confiança é efectuada a expensas suas e depende de pedido escrito dirigido ao director do estabelecimento prisional.

— Os actos a praticar pelo médico de confiança do recluso decorrem nos serviços clínicos do estabelecimento prisional, no horário normal de atendimento.

— Ao médico de confiança do recluso é prestado o apoio necessário à realização dos actos médicos e facultada toda a informação clínica disponível sobre o recluso, designadamente acesso ao respectivo processo clínico individual.

— A observação e a eventual prescrição de medicação pelo médico de confiança do recluso são registadas no seu próprio papel timbrado e arquivadas no processo clínico individual.

— O pedido de realização de actos médicos no exterior é apresentado pelo médico de confiança do recluso ao director do estabelecimento prisional, que o confirma junto do recluso e solicita aos serviços clínicos parecer sobre o local adequado à sua realização.

#### Artigo 61.º - Rastreio de doenças transmissíveis e contagiosas

— A realização gratuita de testes de rastreio de doenças contagiosas e transmissíveis é garantida ao recluso, segundo critério clínico, quer no momento da avaliação clínica inicial quer, periodicamente, ao longo da execução da pena ou medida privativa da liberdade.

— O pedido ou a declaração de consentimento do recluso para a realização de testes de rastreio de doenças contagiosas e transmissíveis é junto ao processo clínico.

— Sempre que haja a fundada necessidade de realizar teste de rastreio de doença contagiosa que represente perigo para a saúde pública e o recluso não o consinta, os serviços clínicos procedem a comunicação escrita ao director do estabelecimento prisional, que determina a realização coerciva do teste e adopta as medidas necessárias, adequadas e proporcionais à sua realização.

— Sem prejuízo da comunicação das doenças de notificação obrigatória, nos termos da lei e do disposto no artigo seguinte, os resultados dos testes de rastreio são confidenciais e são transmitidos ao recluso por técnico de saúde.

#### Artigo 62.º - Tratamento e acompanhamento de doença contagiosa

— Em caso de resultado positivo do teste previsto no artigo anterior, os serviços clínicos informam por escrito e confidencialmente o director do estabelecimento prisional do resultado e propõem as medidas adequadas a prevenir o contágio de terceiros.

— O director do estabelecimento prisional adopta, com base na proposta dos serviços clínicos, as medidas adequadas a prevenir o contágio de terceiros, designadamente limitando, na medida do necessário, o contacto do recluso com outras pessoas.

— Os serviços clínicos informam o director do estabelecimento prisional logo que as medidas adoptadas deixem de ser necessárias.

— O director do estabelecimento prisional informa a unidade orgânica competente dos serviços centrais da doença detectada e das medidas adoptadas, bem como da sua cessação.

#### Artigo 63.º - Comunicação de internamento, doença grave ou morte

— A comunicação de internamento hospitalar ou doença grave é efectuada no prazo máximo de 24 horas e pelo meio mais expedito, de preferência por contacto telefónico, às pessoas referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 36.º do Código.

— A comunicação a que se refere o número anterior é efectuada pelo director do estabelecimento prisional ou por funcionário dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena por aquele designado. 3 — A morte do recluso é comunicada de imediato:

Às pessoas e entidades referidas no artigo 36.º do Código;

Ao Ministério Público;

Ao órgão de polícia criminal;

Ao Serviço de Auditoria e Inspecção da Direcção--Geral;

À Inspecção -Geral dos Serviços de Justiça;

Às entidades de saúde competentes.

4 — Quando a morte ocorra no exterior, os serviços clínicos do estabelecimento prisional diligenciam junto da unidade hospitalar ou médico que assistiu o recluso no sentido de apurar a causa da morte.

#### Artigo 64.º - Morte violenta ou de causa desconhecida

— Nos casos de morte previstos no n.º 4 do artigo 36.º do Código, o director do estabelecimento prisional determina as medidas adequadas à preservação do local da ocorrência, dos indícios e dos elementos de prova, até à chegada do competente órgão de polícia criminal, interditando o acesso a esse local e, se necessário, determinando a criação de um perímetro de segurança assegurado por elementos dos serviços de vigilância e segurança.

— O director do estabelecimento prisional ou o responsável pelos serviços de vigilância e segurança podem determinar o encerramento imediato de todos os reclusos quando necessário para assegurar a preservação de meios de prova ou a ordem e segurança no estabelecimento.

— A morte do recluso é comunicada de imediato às pessoas e entidades referidas no n.º 3 do artigo anterior.

#### Artigo 65.º - Greve de fome

— A decisão de iniciar ou terminar greve de fome é declarada por escrito pelo recluso e confirmada por funcionário do estabelecimento prisional, com indicação dos respectivos motivos.

— A declaração do recluso é efectuada em impresso próprio, aprovado por despacho do director -geral, sendo assinado pelo recluso e por funcionário ou, no caso de recusa daquele, por dois funcionários.

— A declaração do recluso é entregue ao director do estabelecimento prisional, que determina a sua audição pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, para confirmação da situação e seus motivos, e dá de imediato conhecimento aos serviços clínicos, para acompanhamento do recluso, e aos serviços de vigilância e segurança, para os demais procedimentos exigidos.

— O director do estabelecimento prisional dá conhecimento de imediato ao director -geral e ao Tribunal de Execução das Penas, remetendo cópia do impresso referido no n.º 2.

— Iniciada greve de fome, o recluso é alojado individualmente, sem contacto com outros reclusos, não tendo acesso a quaisquer outros alimentos para além dos previstos no n.º 7.

— Se a greve de fome não incluir greve de sede, é garantido ao recluso o acesso a água potável, sem adição de quaisquer substâncias.

— Ao recluso é garantida a permanência a céu aberto por um período não inferior a duas horas, separadamente dos restantes reclusos.

— As refeições são apresentadas ao recluso às horas regulamentares no seu alojamento e, se aquele manifestar o seu propósito de continuar a greve de fome, são imediatamente retiradas.

— Se o recluso declarar, nos termos do n.º 1, que cessa a greve de fome, inicia regime alimentar prescrito pelos serviços clínicos, sendo aconselhado e informado sobre as práticas alimentares adequadas à normalização do seu estado clínico e permanecendo, se necessário, sob observação.

— O termo da greve de fome é levado de imediato ao conhecimento do director do estabelecimento prisional e do director -geral.

#### **Artigo 66.º - Acompanhamento de greve de fome**

— O recluso em greve de fome é acompanhado pelos serviços clínicos, que preenchem uma ficha diária de monitorização da situação clínica levada, também diariamente, ao conhecimento do director do estabelecimento prisional.

— A recusa de realização pelo recluso de quaisquer exames clínicos é confirmada por duas testemunhas, identificadas na ficha de monitorização da situação clínica.

— No acompanhamento clínico da greve de fome, o técnico de saúde informa o recluso dos possíveis efeitos lesivos e riscos decorrentes da greve.

— Quando a evolução do estado de saúde do recluso exija o seu internamento em unidade de saúde no exterior, aplica-se o disposto no artigo 59.º

### **TÍTULO V**

#### **Tratamento prisional**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Avaliação e programação do tratamento prisional**

#### **Artigo 67.º - Avaliação do recluso**

— Após o termo do período de permanência do recluso no sector destinado à admissão, os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, com a participação dos serviços de vigilância e segurança e dos serviços clínicos, completam a avaliação iniciada nos termos do artigo 19.º

— A avaliação tem por base entrevistas com o recluso e com elementos do seu agregado familiar, recolha de informação actualizada sobre o meio familiar e social onde o recluso se encontra integrado, consulta da documentação existente no processo e, se necessário, em processos anteriores, análise de informação sobre a eventual execução anterior de penas, bem como análise dos dados relativos ao comportamento e atitudes do recluso desde o ingresso e de toda a demais informação relevante.

— A avaliação é completada nos prazos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4, 5 e 7 do artigo 19.º do Código e abrange, designadamente, os seguintes factores:

Antecedentes criminais;  
Competências sociais;  
Competências pessoais e emocionais;  
Eventuais comportamentos aditivos;  
Enquadramento familiar;  
Percurso e comportamento prisional;  
Enquadramento escolar e formação profissional;  
Trabalho e emprego;  
Saúde;  
Motivação para a mudança;  
Eventual estado de vulnerabilidade do recluso;  
Avaliação de segurança.

— A avaliação de segurança do recluso é efectuada pelos serviços de vigilância e segurança, com a colaboração dos demais serviços do estabelecimento prisional.

— A avaliação de segurança tem por objecto o eventual perigo de fuga, os riscos para a segurança de terceiros ou do próprio, a vulnerabilidade do recluso e os riscos resultantes para a comunidade e para a vítima, tendo especialmente em vista o envolvimento do recluso em:

Actuações colectivas contra a ordem e a segurança prisional, bem como a prática de actos violentos, individuais ou colectivos, entre reclusos ou contra funcionários;

Evasões e tiradas de reclusos, tanto do interior dos estabelecimentos prisionais como no decurso de diligências no exterior;

Actividades ilícitas no interior dos estabelecimentos prisionais ou a partir destes;

Entrada e circulação no interior dos estabelecimentos prisionais de objectos e substâncias ilícitas ou susceptíveis de afectar a segurança, designadamente armas, explosivos, dinheiro, telemóveis e substâncias estupefacientes;

Contactos não autorizados com o exterior, designadamente contactos com vítimas e co-arguidos ou colaboradores em actividade ilícita.

— A programação do tratamento prisional baseia-se nos resultados da avaliação e é elaborada pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, com a participação dos serviços de vigilância e segurança e, quando necessário, dos serviços clínicos, bem como com a participação e, tanto quanto possível, adesão do recluso.

— A programação do tratamento prisional é aprovada pelo director do estabelecimento prisional, ouvido o respectivo conselho técnico, sendo dada a conhecer ao recluso e arquivada no processo individual.

#### **Artigo 69.º - Plano individual de readaptação**

— A programação do tratamento prisional tem por base um plano individual de readaptação, nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º do Código.

— O plano individual de readaptação estabelece os objectivos a atingir pelo recluso, as actividades a desenvolver, o respectivo faseamento, bem como as medidas de apoio e controlo do seu cumprimento a adoptar pelo estabelecimento prisional, contemplando as seguintes matérias:

Escolaridade e formação profissional;  
Trabalho e actividades ocupacionais;  
Programas;  
Actividades sócio-culturais e desportivas;  
Saúde;  
Contactos com o exterior;  
Estratégias de preparação para a liberdade.

— O plano individual de readaptação é elaborado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, com a participação dos serviços de vigilância e segurança e dos serviços clínicos.

— No decurso da elaboração do plano individual de readaptação, o recluso é ouvido e estimulado a apresentar propostas e projectos, podendo manifestar a sua adesão ao plano através de declaração nele incluída.

— No caso de recluso menor, os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda podem igualmente ser ouvidos, se se considerar que há benefício para a sua reinserção social.

— A execução do plano individual de readaptação é continuamente acompanhada pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e pelos serviços de vigilância e segurança e é avaliada anualmente, salvo se for fixado prazo inferior pelo director do estabelecimento prisional ou as circunstâncias o justificarem.

— As alterações do plano que se mostrem necessárias são efectuadas nos termos previstos nos números anteriores.

— No planeamento anual e plurianual das actividades do estabelecimento, são tidas em conta as necessidades que resultem dos planos em execução no estabelecimento.

#### **Artigo 70.º - Aprovação e homologação do plano individual de readaptação**

— O plano individual de readaptação é aprovado pelo director do estabelecimento prisional após audição do respectivo conselho técnico.

— Após aprovação, o plano é remetido ao Tribunal de Execução das Penas para os efeitos previstos no artigo 172.º do Código.

— Caso o plano não seja homologado, o estabelecimento prisional procede à sua reformulação, no prazo de 15 dias, seguindo todos os procedimentos previstos no artigo anterior.

— O plano individual de readaptação e as respectivas actualizações são sempre dados a conhecer ao recluso, sendo-lhe entregue cópia após homologação pelo Tribunal de Execução das Penas, e arquivados no processo individual.

— É também remetida cópia do plano individual de readaptação a todas as entidades que intervêm na sua execução.

### **CAPÍTULO II**

#### **Ensino e formação profissional**

#### **Artigo 71.º - Organização do ensino**

— A actividade escolar e formativa é estruturada de acordo com os mesmos princípios técnicos e pedagógicos estabelecidos no meio livre e enquadrada na programação do tratamento penitenciário.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena procedem anualmente à caracterização das necessidades educativas da população prisional afecta ao estabelecimento prisional e, em articulação com as escolas associadas e outros parceiros locais, elaboram o projecto educativo do estabelecimento prisional.

— O projecto educativo é aprovado pelo director do estabelecimento prisional e remetido aos competentes serviços do Ministério da Educação, sendo enviada cópia à unidade orgânica dos serviços centrais que gere essa área do tratamento prisional.

— O estabelecimento prisional garante o suporte material e afecta os espaços necessários à realização de actividades escolares e formativas, com as necessárias condições de funcionalidade e de segurança e providos do adequado equipamento.

— Para além dos espaços destinados às actividades lectivas, sempre que possível, cada estabelecimento prisional afecta ainda para apoio ao ensino uma sala polivalente equipada com materiais didácticos e meios informáticos, com salvaguarda da segurança e das regras de restrição de comunicação dos reclusos com o exterior.

#### **Artigo 72.º - Acesso ao ensino, acompanhamento e avaliação dos cursos e acções de formação**

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena disponibilizam informação sobre a oferta educativa disponível e motivam o recluso para a frequência do ensino, principalmente os jovens, os iletrados e aqueles que apresentem necessidades específicas.

— Os reclusos que pretendam frequentar o ensino formulam esse pedido através de formulário disponibilizado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena iniciam os procedimentos tendentes à inscrição dos reclusos e à organização dos diversos grupos ou turmas e, em articulação com as escolas associadas e demais entidades formadoras, elaboram a lista dos reclusos matriculados em cada curso ou acção.

— Os reclusos matriculados em cada curso ou acção são registados em aplicação informática do sistema de informação prisional, tendo em vista o acompanhamento e a avaliação dos cursos e acções.

— No início das actividades escolares e formativas, é entregue ao recluso um cartão de aluno, que contém o horário das actividades e que o acompanha sempre que se desloque para o espaço escolar.

— Os encargos com a emissão de segundas vias do cartão de aluno, em virtude de extravio ou deficiente utilização, são suportados pelo recluso.

— São afixadas junto aos espaços de alojamento as listas dos alunos que se encontrem a frequentar as actividades escolares e formativas, com indicação dos respectivos horários.

— O recluso que frequenta actividades escolares e formativas está sujeito aos deveres de assiduidade e pontualidade.

#### **Artigo 73.º - Incentivos ao ensino**

— Para os efeitos previstos no artigo 39.º do Código, o aproveitamento escolar, a assiduidade e o comportamento do recluso no espaço educativo são avaliados regularmente pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, com base na informação recolhida junto dos responsáveis pelas actividades escolares e formativas, ficando os respectivos registos arquivados no processo individual do recluso.

— As faltas injustificadas determinam a perda do subsídio previsto no n.º 1 do artigo 39.º do Código pelo período correspondente.

— As faltas que resultem do cumprimento de medidas disciplinares ou da imposição de medidas cautelares ou de medidas especiais de segurança incompatíveis com a frequência de actividades escolares e formativas determinam a perda do subsídio previsto no n.º 1 do artigo 39.º do Código pelo período correspondente.

— Os prémios referidos no n.º 2 do artigo 39.º do Código são atribuídos pelo director do estabelecimento prisional, sob proposta da entidade responsável pelas actividades escolares e formativas e ouvidos os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, ao recluso que obtenha, em cada curso, as melhores classificações.

— Os montantes dos prémios referidos no n.º 2 do artigo 39.º do Código são fixados por despacho do director-geral.

— Os prémios e subsídios referidos no artigo 39.º do Código não são atribuídos se a frequência do ensino estiver integrada em curso que confira bolsa de formação ou prestação económica equivalente.

— O recluso que pretenda frequentar níveis de ensino não disponíveis no estabelecimento prisional, nomeadamente o ensino superior, é apoiado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena na articulação com o respectivo estabelecimento de ensino, nomeadamente no contacto com os serviços administrativos e com os docentes, e, quando não disponha dos necessários recursos económicos, é apoiado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena em articulação com os serviços sociais dos respectivos estabelecimentos de ensino, nomeadamente para candidatura à atribuição de bolsas e outros benefícios.

#### **Artigo 74.º - Organização da formação profissional**

— O estabelecimento prisional disponibiliza os espaços e garante as necessárias condições de funcionalidade e segurança para a realização de acções de formação profissional.

— O director -geral aprova o plano anual de formação profissional sustentado nos diagnósticos de necessidades e nas ofertas de formação profissional apresentadas pelos estabelecimentos prisionais.

— O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça participa na organização da formação profissional, nos termos do protocolo homologado pela Portaria n.º 538/88, de 10 de Agosto.

— Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem promover acções de formação profissional nos estabelecimentos prisionais as entidades formadoras certificadas que celebrem acordo de cooperação com a Direcção -Geral.

— A certificação da conclusão de acção de formação profissional cabe à entidade formadora.

— A execução do plano anual de formação, os resultados das acções de formação profissional e a acção das entidades formadoras são objecto de avaliação regular promovida pela Direcção -Geral.

— Os reclusos inscritos em cada curso ou acção de formação profissional são registados em aplicação informática do sistema de informação prisional para os efeitos previstos no número anterior.

#### **Artigo 75.º - Acesso à formação profissional**

— O plano anual de formação profissional é divulgado junto dos estabelecimentos prisionais, cabendo aos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena aconselhar e orientar o recluso para as acções de formação que melhor se adequem às suas necessidades e aptidões pessoais e às exigências do mercado de trabalho, em prol da empregabilidade.

— O recluso é auxiliado pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena na obtenção da documentação necessária à candidatura para frequência da acção de formação profissional.

— A candidatura do recluso é instruída com pareceres dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, dos serviços de vigilância e segurança e, quando a natureza da formação o justifique, dos serviços clínicos.

— O director do estabelecimento prisional designa os candidatos sujeitos a selecção técnico -pedagógica por parte da entidade formadora e aprova a lista dos candidatos seleccionados, que é afixada no estabelecimento prisional em local acessível aos reclusos.

— Sempre que possível, a frequência de acções de formação profissional é antecedida de orientação profissional.

— O recluso sem qualificações profissionais ou habilitações escolares ou com escolaridade reduzida tem preferência na frequência de acções de formação profissional.

#### **Artigo 76.º - Frequência de acção de formação profissional**

1 — A frequência de acção de formação profissional pelo recluso pressupõe a celebração de contrato de formação em que são partes o recluso, a entidade formadora e o Estado, através da Direcção- Geral, representada pelo director do estabelecimento prisional, que prevê:

Direitos e deveres do formando;

Regime de faltas e seus efeitos;

Regras de atribuição e perda de bolsa de formação e de outros benefícios;

Causas de cessação do contrato.

— Sempre que se justifique, o recluso em formação beneficia de seguro de acidentes pessoais.

— O director do estabelecimento prisional pode fazer cessar o contrato sempre que a conduta do recluso ponha em causa a ordem, a segurança ou a disciplina, comunicando tal decisão à entidade formadora.

— Se o recluso que frequente acção de formação profissional for libertado, a entidade formadora deve diligenciar no sentido de possibilitar a continuidade da frequência no exterior.

### CAPÍTULO III

#### Trabalho e actividade ocupacional

##### Artigo 77.º - Âmbito de aplicação

As disposições previstas no presente capítulo aplicam-se ao trabalho previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º e no artigo 45.º do Código.

##### Artigo 78.º - Organização das actividades laborais

— O director do estabelecimento prisional fixa as actividades laborais disponíveis, o local, o horário e as respectivas condições de funcionamento.

— O número de postos de trabalho, funções e categorias correspondentes a cada actividade laboral são aprovados pelo director - geral, mediante proposta do director do estabelecimento prisional.

— Cada actividade laboral é supervisionada por um funcionário designado pelo director do estabelecimento prisional.

##### Artigo 79.º - Colocação laboral do recluso

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena disponibilizam informação ao recluso sobre as actividades laborais disponíveis e os critérios de selecção e afectação às mesmas.

— O recluso pode manifestar o interesse em desenvolver determinada actividade laboral através de requerimento em impresso próprio para o efeito.

— A decisão de colocação do recluso no posto de trabalho cabe ao director do estabelecimento prisional, ouvido o respectivo conselho técnico.

— Sempre que a natureza do trabalho a efectuar o justifique, a colocação laboral do recluso é precedida de avaliação médica quanto à sua aptidão física e mental.

— A colocação laboral é efectuada mediante termo de aceitação, do qual constam todas as condições estabelecidas.

— Pode ser permitida a colocação laboral dos reclusos a tempo parcial, de modo a tornar possível a frequência da escola ou de outro tipo de programas ou actividades, no quadro da programação do seu tratamento prisional, bem como, se tal for necessário, para rentabilizar a oferta de trabalho disponível.

##### Artigo 80.º - Critérios para a colocação laboral

1 — A colocação laboral tem em conta a avaliação e a programação do tratamento prisional do recluso, bem como os seguintes critérios:

Aptidão para o posto de trabalho;

Obrigações de indemnização à vítima;

Encargos familiares;

Outras obrigações decorrentes de decisões judiciais;

Frequência de formação profissional;

Maior duração da pena aplicada;

Necessidade de uma actividade laboral por razões de saúde, conforme parecer dos serviços clínicos;

Manifesta carência económica ou inexistência de apoio sócio - familiar.

2 — Na colocação laboral tem -se ainda em conta a eventual extinção de anteriores actividades laborais pelos motivos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 e a) e b) do n.º 2 do artigo 85.º

##### Artigo 81.º - Direitos do recluso trabalhador

No âmbito da actividade laboral, o recluso tem direito:

À não discriminação em função da raça, da nacionalidade, da orientação sexual, do crime praticado, da condição social e das convicções religiosas e políticas;

À integridade moral e física e à adequada política de prevenção de riscos profissionais de acordo com a legislação em vigor;

À remuneração correspondente à actividade produtiva desenvolvida e ao descanso semanal;

A participar na organização e planeamento do trabalho quando tal lhe for solicitado;

À segurança, higiene e saúde no trabalho;

À formação profissional adequada ao desempenho da actividade produtiva.

##### Artigo 82.º - Deveres do recluso trabalhador

Sem prejuízo de outros que possam ser definidos em função da especificidade do estabelecimento prisional e da actividade produtiva, o recluso, no âmbito da relação de trabalho, tem o dever de:

Respeitar e tratar com urbanidade e probidade os funcionários prisionais, as outras pessoas que desempenhem funções no estabelecimento prisional, terceiros e os demais reclusos;

Comparecer no seu local de trabalho com assiduidade e pontualidade;

Realizar o trabalho com zelo e diligência;

Cumprir as ordens e instruções que legitimamente lhe forem transmitidas;

Velar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho que lhe forem confiados;

Promover ou executar todos os actos tendentes à melhoria da produtividade;

Cooperar para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;

Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho.

##### Artigo 83.º - Suspensão da actividade laboral

— A actividade laboral pode ser suspensa pelos seguintes motivos:

Mútuo acordo;

Incapacidade temporária inferior a um terço do período de vigência da actividade laboral;

Maternidade e puerpério, pelo período de 120 dias imediatamente posteriores ao parto;

Frequência de tratamentos médicos ou programas terapêuticos;

Motivo de força maior, não imputável ao recluso.

— Podem ainda ser causa de suspensão motivos conexos com o cumprimento da pena ou medida privativa de liberdade, designadamente:

Cumprimento de medidas disciplinares, até ao limite de 10 dias de ausência do posto de trabalho;

Ausências autorizadas, por períodos determinados, do estabelecimento prisional;

Razões de ordem, disciplina e segurança do estabelecimento prisional.

##### Artigo 84.º - Efeitos da suspensão

— Quando ocorra a suspensão da actividade laboral, não há lugar ao pagamento da remuneração.

— O posto de trabalho que se encontre livre, por força de uma suspensão, pode ser ocupado, durante o correspondente período, por outro recluso.

— Logo que cesse a causa que determinou a suspensão, o recluso ocupa o seu posto de trabalho.

##### Artigo 85.º - Extinção da actividade laboral

1 — A actividade laboral extingue-se, designadamente, pelos seguintes motivos:

Mútuo acordo;

Vontade expressa do recluso, manifestada com a antecedência de 30 dias;

Violação culposa e reiterada dos deveres constantes do artigo 82.º que determine a impossibilidade de manutenção da actividade laboral;

Inaptidão superveniente do recluso para a colocação no posto de trabalho;

Incapacidade temporária igual ou superior a um terço do período de duração da actividade laboral;

Morte ou incapacidade permanente do recluso;

Incapacidade de adaptação às modificações técnicas operadas no seu posto de trabalho, decorridos dois meses sobre a introdução das mesmas;

Termo da empreitada, obra ou serviço que ocupava o recluso;

i) Motivo de força maior que inviabilize de forma permanente a manutenção da actividade laboral.

— Podem, igualmente, constituir causa de extinção da actividade laboral os motivos relacionados com o cumprimento da pena ou medida privativa de liberdade, designadamente:

Cumprimento de sanções disciplinares que se traduzam em ausência do posto de trabalho por um período igual ou superior a 11 dias;

Ausência não autorizada do estabelecimento prisional;

Libertação;

Transferência do recluso;

Razões de ordem, disciplina e segurança do estabelecimento prisional.

#### Artigo 86.º - Efeitos da extinção

A extinção da actividade laboral implica apenas a perda do posto de trabalho e a consequente cessação dos direitos e deveres inerentes ao exercício da actividade laboral.

#### Artigo 87.º - Avaliação do exercício de actividade laboral

— O funcionário referido no n.º 3 do artigo 78.º avalia mensalmente o exercício da actividade laboral, tendo em conta a assiduidade, o comportamento e a produtividade do recluso.

— Consideram -se justificadas todas as faltas que resultem de doença, devidamente comprovada, bem como todas as outras que decorram de motivos não imputáveis ao recluso.

#### Artigo 88.º - Saúde, higiene e segurança no trabalho

— O médico procede anualmente, ou sempre que o estado de saúde do recluso o torne necessário, à reavaliação da aptidão física e mental dos reclusos para o trabalho.

— O director do estabelecimento prisional promove a realização de inspecções regulares às oficinas e demais locais de trabalho no estabelecimento prisional, em matéria de higiene, limpeza e segurança das instalações e equipamentos utilizados no trabalho pelos reclusos.

— O Estado é responsável pelos acidentes de trabalho e doenças profissionais que decorram das actividades laborais compreendidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Código.

#### Artigo 89.º - Actividades ocupacionais

— Os reclusos podem desenvolver actividades ocupacionais de natureza artesanal, intelectual ou artística.

— A actividade é autorizada pelo director, mediante pedido do recluso, que especifica:

A identificação da actividade em causa;

A enumeração completa dos materiais e ferramentas que são utilizados, bem como a forma da sua aquisição e da sua entrada no estabelecimento prisional;

O destino final dos produtos.

— No início do desenvolvimento das actividades, procede-se a um inventário dos materiais e ferramentas utilizados, sejam propriedade do recluso ou fornecidos pelo estabelecimento prisional, que é subscrito pelo recluso e pelo funcionário responsável e é regularmente conferido e actualizado.

— No caso de bens destinados a venda ao público, o director do estabelecimento prisional determina as respectivas condições de venda.

#### Artigo 90.º - Remunerações e outras receitas

As remunerações e demais receitas provenientes do trabalho ou actividade ocupacional do recluso são obrigatoriamente percebidas através do estabelecimento prisional, sendo afectas aos fundos constituídos na conta de recluso, nos termos previstos no artigo 46.º do Código.

### CAPÍTULO IV

#### Programas

#### Artigo 91.º - Tipos de programas

1 — Os estabelecimentos prisionais desenvolvem programas específicos, considerando o perfil e as características da população reclusa, os quais visam, designadamente:

A aquisição, promoção ou reforço de competências pessoais, emocionais e sociais;

A promoção da mudança de atitudes e de comportamentos;

O controlo da agressividade e de comportamentos violentos em grupos diferenciados de reclusos, nomeadamente nos reclusos jovens;

A promoção da empatia para com a vítima e a consciencialização do dano provocado, nomeadamente através do envolvimento dos reclusos em programas de mediação e de justiça restaurativa;

A prevenção da reincidência e da recaída, nomeadamente em crimes de natureza sexual, de violência doméstica ou relativos à condução de veículo sem habilitação legal ou em estado de embriaguez ou sob a influência de substâncias estupefacientes.

2 — Os programas específicos de tratamento disponibilizados pelo estabelecimento prisional são aprovados pelo membro do Governo responsável pela área da justiça.

#### Artigo 92.º - Condições

— A participação em programas pressupõe a adesão expressa do recluso.

— Os programas assentam na celebração de um contrato, do qual constam obrigatoriamente as regras, condições e eventuais prémios de participação e as causas de exclusão do programa.

— Os programas são preferencialmente executados dentro do estabelecimento prisional.

— Sempre que o recluso trabalhe e cumulativamente frequente um programa que implique a sua ausência temporária do local de trabalho, esta não implica perda de remuneração.

— No caso de não ser possível compatibilizar os horários de trabalho com os dos programas, estes podem ser organizados em horário pós-laboral.

— Ao recluso que participa em programas pode ser atribuído subsídio, nos termos do n.º 5 do artigo 47.º do Código.

### CAPÍTULO V

#### Actividades sócio -culturais e desportivas

#### Artigo 93.º - Actividades culturais e recreativas

— As actividades culturais e recreativas programadas pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena são enquadradas na programação de tratamento prisional e têm em conta a diversidade cultural dos reclusos.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena organizam, pelo menos trimestralmente, a fim de assegurar o bem-estar físico e psíquico e favorecer o espírito de convivência social dos reclusos, eventos de promoção da leitura, exposições, colóquios, espectáculos musicais ou teatrais, tendo em atenção as sugestões dos reclusos e envolvendo -os na respectiva programação.

— A programação e a realização das actividades envolvem, sempre que possível, as entidades que têm intervenção directa junto da população reclusa, nomeadamente os professores e os voluntários.

— É fomentada a participação de entidades do exterior ligadas a estas actividades.

#### Artigo 94.º - Serviço de leitura e biblioteca



— Em cada estabelecimento prisional é assegurado um serviço de leitura para todos os reclusos, o qual dispõe de géneros literários diversificados e de publicações editadas nos idiomas estrangeiros mais falados no estabelecimento.

— O director do estabelecimento prisional aprova as normas relativas à requisição e consulta de publicações, à permanência dos reclusos na biblioteca e ao horário de funcionamento.

— Em todas as bibliotecas estão disponíveis para consulta o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais e uma compilação dos regulamentos e despachos do director-geral e do director do estabelecimento prisional que dão execução àquela legislação.

— A organização do serviço de leitura e da biblioteca compete aos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, fomentando-se a colaboração dos reclusos na sua gestão e na formulação de propostas para aquisições que considerem de interesse.

— É promovida a articulação com entidades públicas e privadas, com vista à permanente actualização do espólio literário da biblioteca.

— É promovida, nomeadamente, a articulação com entidades diplomáticas ou consulares ou com entidades representativas dos interesses dos estrangeiros ou dos imigrantes com vista à disponibilização de publicações nos idiomas estrangeiros falados no estabelecimento.

— O disposto no presente artigo é aplicável à disponibilização de videogramas e fonogramas.

#### **Artigo 95.º - Actividade desportiva**

— A actividade desportiva é estruturada de acordo com princípios técnicos e pedagógicos e enquadrada na programação do tratamento prisional, cabendo aos estabelecimentos prisionais garantir o devido suporte material, orgânico e técnico no sentido de proporcionar aos reclusos as condições necessárias para a prática desportiva de modalidades individuais ou colectivas e a participação em quadros competitivos internos e externos.

— Devem ser particularmente desenvolvidas metodologias desportivas de índole colectiva, sem prejuízo de práticas físicas de carácter individual que visem o desenvolvimento de capacidades psicomotoras, excluindo-se aquelas que impliquem situações de confronto físico directo entre praticantes.

— Os horários das actividades desportivas organizadas são compatibilizados com os de outras actividades, designadamente laboral, escolar ou de formação profissional, sendo para o efeito criados grupos com horário pré ou pós-laboral, incluindo quando possível os fins-de-semana.

— A actividade desportiva organizada funciona com base na constituição de grupos por modalidades desportivas e na frequência de espaços desportivos específicos.

— É fomentada a participação de entidades externas em actividades desportivas.

#### **Artigo 96.º - Acesso à actividade desportiva organizada**

— Todos os reclusos têm acesso às actividades desportivas organizadas, formalizando essa vontade mediante o preenchimento de impresso adequado para o efeito, indicando qual a modalidade ou forma de prática desportiva pretendida de entre as disponíveis no estabelecimento prisional.

— O acesso à prática da actividade desportiva organizada depende de declaração favorável por parte dos serviços clínicos, a qual é renovada anualmente, bem como dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e dos serviços de vigilância e segurança.

— O acesso à prática desportiva organizada depende da existência de vagas nos grupos em funcionamento, sendo o número de elementos constituintes de cada grupo definido de acordo com as condições de espaço e o equipamento existente, e das características da modalidade desportiva.

— Caso a procura relativa às actividades desportivas organizadas exceda as possibilidades de oferta, é elaborada uma lista de espera por ordem cronológica de inscrição, sendo os pedidos contemplados de acordo com as eventuais vagas surgidas no final de cada mês, sem prejuízo de parecer clínico que aconselhe a admissão imediata de um recluso em algum grupo de modalidade desportiva.

— A participação nas actividades desportivas organizadas é registada através de uma ficha de presenças, sendo motivo de exclusão do grupo a ausência não justificada a 25 % das sessões mensais.

### **TÍTULO VI**

#### **Apoio social e económico**

#### **Artigo 97.º - Acompanhamento pelo estabelecimento prisional**

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena efectuam o acompanhamento dos reclusos com vista especialmente a detectar as situações em que estes não auferem qualquer tipo de rendimentos, não recebem visitas regulares ou não dispõem de qualquer outro tipo de apoio do exterior, particularmente no caso dos reclusos estrangeiros.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena promovem e propõem ao director do estabelecimento prisional as medidas de apoio social e económico que incumbem ao estabelecimento prisional, nos termos definidos de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 54.º do Código.

#### **Artigo 98.º - Articulação com outras entidades**

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena informam o recluso sobre as entidades, públicas ou privadas, competentes ou vocacionadas para prestar o apoio social e económico de que necessita ou a que tenha direito, bem como os tipos e características dos apoios disponíveis.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena, com o consentimento do recluso, transmitem às entidades referidas no número anterior os elementos relevantes para a prestação de apoio social e económico que por elas sejam solicitados, informando-as em caso de transferência ou libertação do recluso.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena efectuam o encaminhamento para as entidades públicas competentes em matéria de segurança e acção social, emprego, formação profissional, ensino e saúde, em função das necessidades de apoio detectadas no decurso do acompanhamento.

#### **Artigo 99.º - Instituições particulares**

1 — A participação de instituições particulares em actividades de cariz cultural e de ocupação de tempos livres, no apoio social a reclusos e seus familiares e em actividades relevantes para o processo de reinserção social, designadamente em matéria de emprego e alojamento, pressupõe a celebração de acordo escrito com a Direcção- Geral, no qual são definidos:

O objectivo da intervenção;

As acções a realizar;

As condições de acesso dos reclusos;

Os procedimentos de articulação e avaliação;

As formas e causas de cessação da respectiva vigência.

— Além dos casos estipulados nos termos da alínea e) do número anterior, o director do estabelecimento prisional pode determinar a suspensão ou propor a cessação da colaboração da instituição particular, em todos ou em alguns domínios de actividade, por fundados motivos de ordem e segurança, comunicando a sua decisão ao director-geral.

— O estabelecimento prisional assegura a formação inicial, o enquadramento e o apoio técnico às instituições particulares e coordena, supervisiona e avalia as actividades realizadas por estas, nos termos do acordo celebrado.

#### **Artigo 100.º - Voluntariado**

— A organização do voluntariado e a prestação de trabalho voluntário obedecem ao disposto na lei, designadamente em matéria de princípios enquadramentos, direitos e deveres do voluntário e relações entre este e o estabelecimento prisional.

— A prestação de trabalho voluntário em actividades de cariz cultural e de ocupação de tempos livres, no apoio social a reclusos e seus familiares e em actividades relevantes para o processo de reinserção social, designadamente em matéria de emprego e alojamento, é feita ao abrigo dos acordos previstos no n.º 1 do artigo anterior.

— Para além dos casos previstos na lei, a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário pode ser determinada pelo director

do estabelecimento prisional por fundados motivos de ordem e segurança, dando-se conhecimento aos serviços centrais.

#### **Artigo 101.º - Assistência espiritual e religiosa**

A assistência religiosa rege-se pelo disposto na Lei da Liberdade Religiosa, aprovada pela Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, e no Regulamento da Assistência Espiritual e Religiosa nos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 252/2009, de 23 de Setembro.

### **TÍTULO VII**

#### **Contactos com o exterior**

### **CAPÍTULO I**

#### **Comunicação com advogado, solicitador, notário ou conservador**

##### **SECÇÃO I**

##### **Comunicação com advogado**

###### **Artigo 102.º - Direito de comunicação com advogado**

— O recluso tem direito a comunicar com advogado, pessoal e reservadamente, em local que assegure a confidencialidade da comunicação e o controlo meramente visual da mesma.

— A comunicação com advogado não depende de autorização.

###### **Artigo 103.º - Horário**

— A comunicação com advogado tem lugar nos dias úteis, em horário a fixar pelo estabelecimento prisional, dentro do período normal de expediente, ouvido o competente conselho distrital da Ordem dos Advogados.

— A comunicação com advogado pode ter lugar fora do horário fixado e dos dias úteis, desde que o carácter urgente e o prejuízo que o adiamento da comunicação importaria para o cabal exercício do patrocínio forense sejam sumariamente justificados, ainda que verbalmente, pelo advogado.

— No caso previsto no número anterior, a comunicação não terá lugar quando possa pôr em causa a ordem e segurança do estabelecimento ou quando razão imperiosa de serviço o imponha, cabendo, nesse caso, ao director do estabelecimento ou ao seu substituto legal, por escrito, justificar ao advogado e ao recluso as razões determinantes da não realização da comunicação e fornecer ao advogado o horário alternativo em que a comunicação pode ter lugar, no mais curto espaço de tempo possível.

— O expediente relativo à efectivação ou à recusa da comunicação, nos termos dos n.ºs 2 e 3, é presente ao director do estabelecimento prisional no 1.º dia útil seguinte.

###### **Artigo 104.º - Entrada no estabelecimento prisional**

— O advogado deve comprovar a sua identidade através da exibição da respectiva cédula profissional, que não pode, em caso algum, ser retida.

— O recluso pode ser visitado por advogado estrangeiro, observados os requisitos exigidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados para o exercício da advocacia em Portugal.

— A comunicação com o advogado depende de pedido ou consentimento do recluso ou detido, que, em caso de recusa, o declara por escrito.

— São sempre registados os elementos identificativos do advogado, o nome do recluso ou detido e o dia e a hora da comunicação.

— É feito controlo de detecção de metais através de passagem no pórtico ou de detector manual.

— No caso de ser sinalizado algum metal, é solicitado ao advogado que verifique a origem do sinal, até que seja identificada.

— A verificação do conteúdo da pasta ou objecto similar transportado pelo advogado é efectuada através de aparelho adequado ou, na sua falta, visualmente, não podendo em caso algum proceder-se à leitura dos documentos que contém.

— Os documentos transportados pelo advogado não podem, em caso algum, ser objecto de controlo sobre o seu conteúdo.

— Durante a comunicação, o advogado pode entregar ao recluso e receber deste escritos e documentos para resolução de assuntos de

natureza jurídica respeitantes ao recluso, não podendo ser feito qualquer controlo sobre o seu conteúdo.

#### **Artigo 105.º - Telemóveis, computadores e outros equipamentos**

— O advogado pode ser portador, para seu uso exclusivo e no âmbito da sua actividade profissional, de telemóveis ou outros aparelhos que permitam a comunicação sem fios, bem como de computadores pessoais portáteis.

— No caso previsto no número anterior, é feito registo do número e identificação dos aparelhos transportados.

— Ao advogado é garantida a utilização dos aparelhos referidos no presente artigo nas mesmas condições de confidencialidade e reserva em que decorre a comunicação com o recluso.

— A utilização não permitida dos equipamentos referidos no presente artigo determina a imediata interrupção da visita e é objecto de participação escrita para o director do estabelecimento, que a transmite ao director -geral para efeitos de participação à Ordem dos Advogados.

##### **SECÇÃO II**

##### **Visitas de solicitadores, notários e conservadores**

###### **Artigo 106.º - Visitas de solicitadores, notários e conservadores**

— As visitas de solicitadores, notários e conservadores, bem como dos substitutos legais ou ajudantes de notário ou conservador por aqueles designados para o acto, não carecem de prévia autorização e decorrem em dias úteis, em horário a fixar pelo estabelecimento prisional, dentro do período normal de expediente, ouvidos, respectivamente, o competente conselho regional da Câmara dos Solicitadores, a Ordem dos Notários e o Instituto dos Registos e do Notariado.

— São aplicáveis às visitas de solicitadores, notários e conservadores, bem como dos substitutos legais ou ajudantes de notário ou conservador por aqueles designados para o acto, as disposições previstas nos artigos 102.º a 104.º, com as devidas adaptações.

— Os solicitadores, notários e conservadores, bem como os substitutos legais ou ajudantes de notário ou conservador por aqueles designados para o acto, podem ser portadores de computadores pessoais portáteis, para seu uso exclusivo e no âmbito da sua actividade profissional.

— No caso previsto no número anterior, é feito registo de identificação do computador e a sua utilização não permitida determina a imediata interrupção da visita e é objecto de participação escrita para o director do estabelecimento, que a transmite ao director -geral para efeitos de participação à Câmara dos Solicitadores, à Ordem dos Notários ou ao Instituto dos Registos e do Notariado.

### **CAPÍTULO II**

#### **Visitas**

##### **SECÇÃO I**

##### **Visitas pessoais**

###### **Artigo 107.º - 1.ª visita**

— A 1.ª visita de pessoa indicada pelo recluso nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º depende de verificação da identidade do visitante, através dos respectivos documentos de identificação.

— Na 1.ª visita são entregues ao visitante os documentos necessários à sua acreditação.

— A 1.ª visita de pessoas indicadas pelo recluso em momento posterior depende da conclusão do processo de acreditação.

###### **Artigo 108.º - Procedimentos de acreditação de visitas regulares**

— Com vista à sua acreditação, o visitante, na sua 2.ª visita, devolve o formulário preenchido com os seus dados de identificação, acompanhado, quando for invocada relação familiar com o recluso, pelos documentos probatórios adequados.

— A efectivação da 2.ª visita de pessoa indicada nos termos da alínea g) do artigo 4.º depende da entrega pelo visitante do formulário referido no número anterior, preenchido.

— Ao entregar o formulário preenchido, o visitante recebe uma guia, válida por 30 dias, que substitui provisoriamente o cartão de visitante, o qual é emitido no mesmo prazo.

— As visitas subsequentes dependem da exibição do cartão de visitante.

— Em caso de transferência do recluso para outro estabelecimento prisional, é permitida visita aos possuidores de cartão de visitante emitido no estabelecimento de origem.

#### Artigo 109.º - Cartão de visitante

— O modelo do cartão de visitante é aprovado pelo director - geral.

— O cartão de visitante indica o nome do visitante, o número e espécie do respectivo documento de identificação, o nome do recluso visitado e a natureza da relação entre ambos.

— O recluso ou o visitante comunicam ao estabelecimento prisional as alterações que ocorram na natureza da sua relação.

— O cartão de visitante não é um documento de identificação e não dispensa a confirmação, em cada visita, da identidade do visitante, através dos respectivos documentos de identificação.

#### Artigo 110.º - Registo das visitas

— As visitas são registadas no sistema de informação prisional e no processo individual do recluso, devendo constar o nome do recluso visitado e o nome, domicílio, número do documento de identificação pessoal, data e hora de entrada e saída do visitante, assim como a natureza da relação deste com o recluso.

— Na 1.ª visita, o visitante é informado do registo previsto no número anterior e do direito que lhe assiste de acesso e rectificação dos seus dados.

#### Artigo 111.º - Duração das visitas regulares e número de visitantes

— O recluso beneficia de dois períodos de visita pessoal regular por semana com duração de até uma hora cada, preferencialmente durante o fim -de -semana.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar diversa duração e periodicidade das visitas sempre que a pessoa visitante resida fora do território nacional ou a visita envolva dificuldades de deslocação, nomeadamente entre as Regiões Autónomas ou entre estas e o território continental.

— A requerimento do recluso, apresentado com oito dias de antecedência, o director do estabelecimento prisional pode, se as condições do estabelecimento o permitirem, autorizar a acumulação dos dois períodos de visita semanal num único dia de visita, até ao limite de duas horas, sendo a autorização comunicada ao recluso com a antecedência de, pelo menos, dois dias da data pretendida.

— O recluso apenas pode receber três pessoas em cada período de visita, não se incluindo neste limite um menor com idade inferior a 3 anos.

— Não é permitida, durante cada período de visita, a substituição dos visitantes, com a excepção dos menores, caso em que é possível uma substituição.

— O tempo despendido pelos visitantes nas formalidades de entrada não é considerado tempo de visita, desde que o visitante compareça com a antecedência necessária, a fixar pelo director do estabelecimento prisional, para serem efectuados os procedimentos de controlo.

#### Artigo 112.º - Visitas familiares alargadas

— Decorrido o prazo de seis meses após o ingresso, o recluso pode beneficiar de visitas alargadas de familiares e de outras pessoas com quem mantenha relação pessoal significativa, em data ou por motivo de particular significado humano ou religioso.

— O aniversário do recluso constitui data de particular significado para os efeitos previstos no número anterior.

— A visita é requerida pelo recluso, com a antecedência mínima de 15 dias, indicando os motivos e identificando os visitantes até ao limite máximo de seis pessoas.

— A autorização da visita depende da avaliação do recluso, sendo também ponderadas razões de ordem, segurança e disciplina.

— O director fixa o dia e a hora da visita, cuja duração máxima é de duas horas, preferencialmente ao fim-de -semana.

— As visitas decorrem no local mais apropriado ao convívio do recluso com os seus visitantes, desde que existam as condições necessárias.

— Os estabelecimentos prisionais podem criar espaços específicos para reuniões familiares entre o recluso, o seu cônjuge, ou

pessoa com quem mantenha relação análoga, e os respectivos descendentes menores, dotados de mobiliário e equipamento adequados a estimular o convívio entre o recluso e as crianças.

#### Artigo 113.º - Visitas ocasionais e urgentes

— As visitas previstas no artigo 60.º do Código são requeridas pelo recluso ou pelo visitante, justificando a necessidade da sua urgente realização.

— Comprovados os motivos da urgência, o director do estabelecimento prisional autoriza a visita, a qual se realiza tão rapidamente quanto possível, ponderadas razões de ordem e segurança.

— A visita tem a duração estritamente indispensável à resolução do assunto que a motiva.

#### Artigo 114.º - Local e vigilância das visitas

— As visitas decorrem no parlatório, sempre sob o controlo visual directo de elementos dos serviços de vigilância e segurança.

— Quando necessário, por razões de ordem e segurança, o director do estabelecimento prisional pode determinar, fundamentadamente, que as visitas decorram sob o controlo auditivo presencial de um funcionário.

— Quando as características do estabelecimento ou unidade especialmente o justifiquem, a vigilância nos locais onde decorrem as visitas e nos respectivos acessos pode também ser efectuada através de sistema de videovigilância, nos termos estabelecidos no artigo 155.º e nos demais termos legais.

— A visita pode ser interrompida nos termos do artigo 64.º do Código.

#### Artigo 115.º - Controlo de visitantes

1 — O controlo dos visitantes previsto no n.º 4 do artigo 63.º do Código é efectuado no momento de entrada no estabelecimento, por elemento dos serviços de vigilância e segurança do mesmo sexo, podendo envolver:

Sujeição ao pórtico detector de metais ou a detector de metais móvel;

Palpação minuciosa de vestuário;

Palpação de cabelos e observação do interior da boca;

Revista ao calçado e acessórios de vestuário, que pode implicar o descalçar de sapatos e a retirada de cintos;

Revista de mala pessoal ou objecto similar.

— Todos os objectos transportados pelos visitantes, incluindo mala pessoal ou similar e o calçado, podem ser submetidos a exame por aparelho de RX ou equipamento semelhante.

— Os objectos penalmente ilícitos que sejam encontrados durante a revista são retirados e entregues ao órgão de polícia criminal competente, juntamente com o auto da ocorrência.

— Não é permitida a entrada da mala pessoal ou objecto similar.

— As malas pessoais, bem como os outros objectos ou valores que o visitante não queira ou não possa transportar no decurso da visita, ficam guardadas em local próprio para o efeito, cuja chave fica na posse do visitante.

— A revista a visitantes não envolve desnudamento, ainda que parcial.

— Pode ser efectuada revista ao vestuário de crianças, incluindo de colo.

— Se o visitante recusar sujeitar-se aos procedimentos de segurança e controlo, não lhe é permitida a entrada no estabelecimento prisional nem o acesso à visita.

— Finda a visita, procede-se de imediato à revista dos reclusos, a qual pode implicar desnudamento integral.

— Não é permitida a saída dos visitantes do estabelecimento prisional antes de concluída a revista dos reclusos e de comprovado individualmente o seu regresso à zona prisional, devendo os visitantes ser disso previamente informados.

#### Artigo 116.º

##### Entrega de bens na visita

— No decurso da visita não é permitido ao visitante entregar directamente ao recluso ou receber deste qualquer objecto, documento ou valor.

— Os bens, objectos, documentos ou valores trazidos pelo visitante destinados ao recluso são entregues nos serviços do estabelecimento prisional.

— O visitante pode entregar, para este efeito, nas quantidades e espécies permitidas nos termos do presente Regulamento Geral:

Alimentos;

Livros e publicações;

Fonogramas, videogramas e jogos.

4 — O director do estabelecimento prisional pode autorizar, a requerimento do recluso, a entrega pelo visitante de:

Vestuário e calçado;

Televisor, aparelho de rádio, leitor de música e filmes, consolas de jogos ou outros equipamentos multimédia, desde que não disponham de funcionalidades de comunicação electrónica, e instrumentos musicais.

— Os serviços de vigilância e segurança procedem ao exame dos bens, objectos ou valores entregues, recusando a entrada daqueles que excedam as quantidades permitidas e daqueles cuja posse não é permitida ao recluso ou que sejam proibidos por lei geral, emitindo recibo, que é entregue ao visitante, quanto àqueles cuja entrada é aceite.

— Os bens e objectos previstos no n.º 3 são imediatamente verificados, sendo entregues ao recluso após a conclusão da visita, informando-se o visitante de que deve proceder, no termo da visita, à recolha dos bens e objectos cuja entrada for recusada.

— Os bens e objectos previstos no n.º 4 são verificados e entregues em momento posterior, informando-se o visitante de que, em caso de recusa de entrada, deve proceder à sua recolha na visita seguinte.

— Caso o visitante não recolha os bens e objectos recusados, estes são entregues a pessoa designada pelo recluso, sob pena de apreensão caso não sejam recolhidos no prazo de 60 dias.

— O visitante pode entregar nos serviços do estabelecimento prisional dinheiro destinado ao recluso, o qual é afecto ao fundo de uso pessoal, sendo emitido recibo. 10 — À violação do disposto no n.º 1 aplica-se o disposto no artigo 64.º do Código.

11 — O recluso pode entregar ao visitante documentos, objectos ou valores que tenha em sua posse, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 e após verificação pelos serviços.

#### Artigo 117.º - **Visitas por videoconferência**

— Os contactos por videoconferência são autorizados pelo director do estabelecimento prisional, a pedido do recluso, quando este não tenha visitas presenciais frequentes, por motivo de considerável distância ou difícil acesso entre o estabelecimento e a residência dos visitantes.

— Os visitantes efectuem o contacto utilizando o sistema de videoconferência do estabelecimento prisional mais próximo da sua residência.

— Os contactos são calendarizados em função da disponibilidade do sistema em ambos os estabelecimentos prisionais.

— Aplicam-se aos contactos por videoconferência as regras aplicáveis às visitas regulares no que se refere à acreditação de visitantes, registo e vigilância da visita.

— Os contactos por videoconferência podem ser alargados a sistemas colocados em outras entidades públicas, em território nacional ou no estrangeiro, após certificação da respectiva segurança, por despacho do director -geral.

— O tempo em que a visita se interrompa por eventual dificuldade no funcionamento do sistema não é considerado tempo de visita.

### SECÇÃO II

#### **Não autorização e proibição de visita**

##### Artigo 118.º - **Não autorização de visita**

— Quando, no decurso da verificação da identidade e acreditação dos visitantes regulares, bem como da avaliação da indicação feita pelo recluso nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º, se constata que a visita constitui perigo para a segurança e ordem do estabelecimento ou prejudica a reinserção social do recluso, os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena ou os serviços de vigilância e

segurança propõem ao director do estabelecimento prisional que não autorize essas visitas.

— São notificados ao recluso a recusa de autorização e os respectivos fundamentos, com excepção dos casos em que estes assentem em informação de segurança classificada ou em segredo de justiça, com a indicação expressa de que pode impugnar a decisão perante o Tribunal de Execução das Penas.

— A recusa de autorização pode ser reapreciada, por iniciativa do recluso, do visitante ou do director do estabelecimento prisional, decorridos seis meses sobre a decisão.

— A não autorização da visita é registada no sistema de informação prisional.

##### Artigo 119.º - **Proibição de visitas**

— Quando no decurso das visitas se constata que estas constituem perigo para a segurança e ordem do estabelecimento ou prejuízo para a reinserção social do recluso, os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena ou os serviços de vigilância e segurança propõem ao director do estabelecimento prisional que proíba essas visitas.

— A proibição de visitas e a sua prorrogação são, sempre que possível, precedidas de audição do visitante.

— São notificados ao recluso a proibição da visita e os respectivos fundamentos, com excepção dos casos que assentem em informação de segurança classificada ou em segredo de justiça, com a indicação expressa de que pode impugnar a decisão perante o Tribunal de Execução das Penas.

— A proibição da visita e a sua prorrogação são registadas no sistema de informação prisional.

### SECÇÃO III

#### **Visitas íntimas**

##### Artigo 120.º - **Requisitos**

1 — Pode ser autorizado a receber visitas íntimas o recluso que não tenha beneficiado de licença de saída jurisdicional há mais de seis meses e que, à data do início da reclusão:

Seja casado; ou

Mantenha relação análoga à dos cônjuges ou relação afectiva estável com pessoa que tenha sido indicada nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 4.º e visite regularmente o recluso ou mantenha com ele correspondência regular.

— Pode igualmente ser autorizado a receber visitas íntimas o recluso referido no número anterior que, no decurso da reclusão, celebre casamento ou, não sendo casado, inicie relação afectiva com a pessoa visitante, desde que tenha recebido desta visitas regulares ou correspondência regular ao longo de um ano.

— O recluso e a pessoa visitante devem ter idade superior a 18 anos, excepto se forem casados entre si.

##### Artigo 121.º - **Autorização das visitas**

— As visitas íntimas são autorizadas pelo director do estabelecimento prisional, após verificação dos requisitos indicados no artigo anterior e ponderada a avaliação actualizada do recluso constante do processo individual, ouvido o conselho técnico do estabelecimento prisional.

— A autorização para a realização das visitas íntimas é requerida pelo recluso, juntamente com declaração de consentimento nas visitas e de aceitação das respectivas condições, subscrita pelo recluso e pela pessoa visitante.

— No caso de a pessoa visitante se encontrar também reclusa, as visitas íntimas são autorizadas também pelo director do estabelecimento prisional a que se encontra afecta, nos termos dos n.ºs 1 e 2.

##### Artigo 122.º - **Periodicidade e duração**

— O recluso pode beneficiar de uma visita íntima mensal.

— A data das visitas é definida pelo director do estabelecimento prisional, tanto quanto possível de entre as indicadas pelo recluso, preferencialmente nos dias úteis.

— O director pode estabelecer periodicidade diferente da prevista no n.º 1, sempre que a pessoa visitante resida fora do território

nacional ou a visita envolva deslocações entre Regiões Autónomas ou entre estas e o território continental, não podendo contudo o número anual de visitas ser superior a 12.

— Cada visita tem a duração máxima de três horas, em horário definido pelo director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 123.º - Realização das visitas

— As visitas íntimas realizam -se em instalações apropriadas, dotadas de mobiliário e condições adequadas, designadamente de privacidade.

— O estabelecimento prisional disponibiliza preservativos e informação escrita sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

— O visitante leva consigo os objectos pessoais necessários, designadamente de higiene e roupa de cama, os quais, após o termo da visita, não podem ser deixados ao recluso visitado.

— No caso de a pessoa visitante se encontrar também reclusa, a roupa de cama é fornecida pelo estabelecimento onde se realiza a visita.

— No termo da visita, as instalações, o mobiliário e os objectos nelas existentes são deixados, pelo recluso e pelo visitante, no mesmo estado de limpeza, conservação e utilização em que os encontraram, disponibilizando o estabelecimento prisional os produtos de limpeza necessários para o efeito.

— Antes e após a realização da visita, o recluso é obrigatoriamente submetido a revista por desnudamento.

— Após a realização da visita o recluso pode ser submetido a testes para detecção de consumo de álcool ou de estupefacientes, cuja contra- análise pode requerer a expensas suas, sendo reembolsado se a contra- análise tiver resultado negativo.

— Aplicam -se ao visitante as regras de controlo de visitas previstas no artigo 115.º, com as adaptações decorrentes do disposto no presente artigo.

#### Artigo 124.º - Suspensão, revogação e cessação

1 — O director do estabelecimento prisional pode suspender a realização de visitas íntimas por um período máximo de seis meses, sempre que se verifique:

Violação das regras de realização das visitas;

Aplicação de medida disciplinar de permanência obrigatória no alojamento ou de internamento em cela disciplinar;

Conduta da pessoa visitante que constitua facto ilícito ou que ponha em causa a ordem, a segurança ou a disciplina do estabelecimento prisional ou a reinserção social do recluso.

— A autorização para a realização de visitas íntimas pode ser revogada pelo director, ouvido o conselho técnico do estabelecimento prisional, quando ocorra com especial gravidade, ou de forma reiterada, qualquer das circunstâncias referidas no número anterior.

— A autorização para realização de visitas íntimas cessa ainda:

A pedido do recluso ou da pessoa visitante;

Quando seja concedida licença de saída, excepto se a pessoa visitante se encontrar reclusa e não beneficiar de licenças de saída há mais de seis meses.

— As decisões de suspensão ou revogação da autorização para realização de visitas íntimas são sempre notificadas ao recluso.

— O recluso pode requerer nova autorização para realização de visitas íntimas decorridos seis meses sobre a revogação, aplicando -se o disposto nos artigos 120.º e 121.º

### SECÇÃO IV

#### Visitas aos estabelecimentos prisionais

#### Artigo 125.º - Visitas aos estabelecimentos prisionais

— As visitas previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º do Código não dependem de autorização, sendo, salvo nos casos em que a lei ou convenção preveja o acesso sem aviso prévio, comunicadas previamente ao director - geral.

— Os visitantes são sujeitos ao controlo de detecção de metais através de detector manual ou passagem no pórtico.

— A realização de visitas nos termos do n.º 3 do artigo 66.º do Código é autorizada caso a caso, ponderadas as respectivas motivações e finalidades.

— O director- geral fixa os termos e condições das visitas previstas no número anterior, sendo aplicáveis a estes visitantes as regras de identificação, registo e controlo previstas para as visitas regulares e as medidas de vigilância adequadas.

### CAPÍTULO III

#### Correspondência

#### Artigo 126.º - Envio e recepção de correspondência

— A correspondência do recluso é enviada em sobrescrito que menciona obrigatoriamente o nome completo do recluso remetente, assegurando- se a respectiva expedição até ao termo do 2.º dia útil seguinte.

— O director do estabelecimento prisional fixa os períodos diários destinados à entrega e recepção de correspondência pelos serviços de vigilância e segurança, garantindo -se a entrega da correspondência ao recluso até ao termo do 1.º dia útil seguinte ao da sua recepção.

— A correspondência de recluso iletrado ou que não possa ler ou escrever pode ser escrita ou lida por pessoa da sua confiança, nomeadamente durante as visitas, podendo também, a pedido do recluso, ser escrita ou lida por funcionário designado para o efeito pelo director do estabelecimento prisional, no prazo de 24 horas.

— Nos casos de comprovada insuficiência económica, o estabelecimento prisional fornece ao recluso, a seu pedido, o papel, sobrescritos e selos necessários para remeter até quatro cartas por mês.

#### Artigo 127.º - Envio e recepção de encomendas

— O recluso pode receber, através do correio, uma encomenda por mês remetida pelas pessoas que estejam registadas como seus visitantes, com o peso máximo de 5 kg cada.

— As encomendas referidas no número anterior não podem conter alimentos.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar o recluso que não receba visitas regulares a receber até um máximo de duas encomendas por mês, com o peso máximo de 5 kg cada, e a receber encomendas de pessoas que não estejam registadas como visitantes, após verificação da respectiva identidade e de declaração de aceitação do recluso.

— No caso previsto no número anterior, pode ainda autorizar- se que as encomendas contenham alimentos, cuja entrada seja permitida nos termos do artigo 48.º, com o peso máximo de 1 kg de alimentos por encomenda.

— Quando o recluso pretenda adquirir vestuário ou calçado, livros e publicações e outros objectos permitidos, o director do estabelecimento prisional pode autorizar que estes sejam adquiridos por correspondência e entregues pela mesma via.

— As quantidades de objectos adquiridos nos termos do número anterior respeitam os limites fixados para os objectos que o recluso pode ter na sua posse.

— O recluso pode expedir encomendas destinadas às pessoas que estejam registadas como seus visitantes, com os limites previstos no n.º 1.

#### Artigo 128.º - Correspondência registada

— Os encargos com a correspondência registada ou remetida com aviso de recepção são suportados pelo recluso e são deduzidos do seu fundo de uso pessoal.

— Caso o recluso não disponha de saldo no fundo de uso pessoal, a expedição é recusada, disso se dando imediato conhecimento ao recluso.

— Os talões de aceitação de registo e de aviso de recepção são entregues ao recluso até ao final do 2.º dia útil seguinte ao do seu recebimento no estabelecimento prisional.

#### Artigo 129.º - Recusa de recepção e reenvio

— O recluso que recuse receber correspondência que lhe é dirigida manifesta por escrito essa vontade, podendo a mesma ser devolvida ao remetente, a expensas do recluso, se este assim o pretender, acompanhada de cópia da sua declaração.

— A correspondência recusada que não seja devolvida é depositada pelo prazo de seis meses, findo o qual é destruída.

— A correspondência proveniente de quaisquer entidades oficiais que o recluso recuse receber é de imediato devolvida ao remetente, acompanhada de cópia da declaração prevista no n.º 1.

— Se o recluso se encontrar internado em estabelecimento diferente do mencionado no endereço postal do destino da correspondência, esta é reexpedida para aquele estabelecimento.

— Os encargos com as devoluções e reexpedições previstas nos n.ºs 3 e 4 são suportados pelo estabelecimento.

#### **Artigo 130.º - Registo da correspondência e encomendas**

— A correspondência expedida e recebida pelo recluso é registada, incluindo o nome e endereço completos do remetente e destinatário, a data em que foi remetida ou recebida e, tratando -se de encomenda, a relação dos artigos que a compõem.

— É entregue ao recluso recibo relativo a correspondência entregue para expedição, quando seja destinada às pessoas e entidades referidas nos artigos 61.º e 62.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 66.º do Código, assim como a respeitante ao exercício do direito previsto nas alíneas m) e n) do n.º 1 do artigo 7.º do Código, excepto quando enviada sob registo, com ou sem aviso de recepção, caso em que é entregue ao recluso o respectivo comprovativo.

— A correspondência destinada ao recluso proveniente das pessoas e entidades referidas no número anterior é entregue ao recluso contra a assinatura deste em protocolo.

#### **Artigo 131.º - Controlo e retenção da correspondência e encomendas**

— A correspondência e encomendas dirigidas ao recluso são abertas na sua presença por elemento dos serviços de vigilância e segurança, que efectua a respectiva verificação para detecção da presença de objectos ilícitos ou cuja posse não seja permitida pelo Código e pelo presente Regulamento Geral.

— Na verificação da correspondência e encomendas podem utilizar-se equipamentos e instrumentos de detecção.

— A leitura da correspondência prevista no n.º 2 do artigo 68.º do Código é feita por funcionário designado pelo director.

— O controlo da correspondência não implica, em caso algum, a rasura ou truncagem do escrito.

— Após a leitura da correspondência, esta é devolvida ao recluso, excepto quando seja retida nos termos do artigo 69.º do Código.

— A correspondência e encomendas expedidas pelo recluso são fechadas por elemento de vigilância, na presença do recluso, depois de efectuado o respectivo controlo, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do Código.

— A correspondência prevista no n.º 4 do artigo 68.º do Código não é objecto de qualquer controlo.

— As decisões de retenção de correspondência e de não comunicação ao recluso são comunicadas ao Ministério Público junto do Tribunal de Execução das Penas, para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 69.º do Código.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Contactos telefónicos e outros meios de comunicação**

##### **Artigo 132.º - Comunicações telefónicas**

1 — O recluso pode efectuar uma chamada telefónica por dia para o exterior, com a duração máxima de cinco minutos, bem como uma chamada telefónica por dia para o seu advogado ou solicitador, com a mesma duração. 2 — Os contactos telefónicos são, exclusivamente, efectuados através das cabinas instaladas para o efeito nos estabelecimentos prisionais, dotadas de sistemas de bloqueamento electrónico que permitam o acesso dos reclusos apenas aos contactos autorizados, sendo vedada a utilização, a posse ou a mera detenção de quaisquer outros aparelhos telefónicos, designadamente telemóveis.

— As cabines telefónicas destinadas aos reclusos utilizam, exclusivamente, meios de pagamento electrónicos facultados aos reclusos pelos estabelecimentos prisionais.

— Os meios de pagamento e de bloqueamento podem utilizar o mesmo sistema informático e os respectivos dados podem ser registados.

— O director do estabelecimento prisional pode, em casos individuais, por razões de ordem, segurança ou reinserção social, restringir a periodicidade e a duração dos contactos telefónicos, bem como proibir ou restringir os contactos com determinadas pessoas, sendo a decisão e os respectivos fundamentos notificados ao recluso.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar contactos telefónicos mais frequentes ou de maior duração ao recluso que não receba visitas regulares.

##### **Artigo 133.º - Identificação dos destinatários**

— O recluso é autorizado a contactar com 10 números telefónicos, por si indicados.

— A autorização pressupõe a prévia confirmação da identidade dos destinatários e da relação destes com o recluso, bem como da expressa aceitação, por escrito, desses destinatários.

— Aos contactos previstos no n.º 1 acrescem os dos advogados ou solicitadores, após confirmação da respectiva identidade e qualidade profissional.

— O recluso pode aceder livremente aos números telefónicos de interesse público, definidos por despacho do director -geral, que não são bloqueados.

— O recluso pode alterar os contactos previstos no n.º 1 com periodicidade trimestral.

##### **Artigo 134.º - Recepção de comunicações telefónicas**

— Não é permitido ao recluso receber chamadas telefónicas do exterior.

— O director pode autorizar a recepção de chamadas, excepcionalmente, por motivos de particular significado humano, designadamente em caso de doença grave ou falecimento de familiar próximo ou de pessoa com quem o recluso mantenha ligação afectiva análoga, ou para resolução de assunto profissional urgente.

— Excepcionam -se também do disposto no n.º 1 chamadas telefónicas provenientes de entidades a que a lei ou convenção atribua direito de acesso aos reclusos a qualquer hora.

— A decisão de recusa de um contacto solicitado nos termos dos números anteriores é escrita e fundamentada.

##### **Artigo 135.º Controlo dos contactos telefónicos**

— Os contactos telefónicos decorrem sob o controlo visual directo de um elemento dos serviços de vigilância e segurança.

— O controlo presencial previsto no n.º 1 do artigo 71.º do Código é feito por funcionário a designar pelo director do estabelecimento.

— As cabinas telefónicas são colocadas em local que permita o controlo visual permanente e, quando necessário, o controlo presencial.

##### **Artigo 136.º - Outros meios de comunicação**

— O director pode, excepcionalmente e em caso de manifesta urgência, autorizar o recluso a receber e expedir comunicações através de telecópia, nos casos previstos no n.º 1 do artigo 72.º do Código, desde que não ocorra prejuízo para as comunicações do estabelecimento prisional, aplicando -se a estas comunicações as regras previstas para o registo e entrega de correspondência ao recluso, sendo sempre controlado o respectivo conteúdo através de leitura por funcionário designado pelo director, com as excepções previstas no n.º 2 do mesmo artigo.

— Nos casos previstos no número anterior, o director pode também autorizar o recluso a receber e expedir comunicações através de correio electrónico, utilizando o endereço dos serviços administrativos do estabelecimento prisional, desde que não ocorra prejuízo para o funcionamento dos serviços.

— Para o efeito previsto no número anterior, as mensagens que o recluso pretenda expedir são por ele escritas em documento, sendo este subsequentemente copiado pelos serviços para o texto da mensagem electrónica a expedir, não sendo permitido o acesso directo do recluso ao computador.

— As mensagens recebidas por correio electrónico destinadas ao recluso são impressas e entregues e registadas como a demais correspondência, sendo sempre previamente lido o seu conteúdo por funcionário designado pelo director, com as excepções previstas no n.º 2 do artigo 72.º do Código.

— Não é permitido o acesso do recluso a sistemas de mensagem instantânea.

#### Artigo 137.º - Contactos com órgãos de comunicação social

— O pedido de autorização de realização de entrevista a reclusos previsto no n.º 2 do artigo 75.º do Código é dirigido por escrito ao director-geral e contém uma descrição detalhada do teor, sentido e objectivo da entrevista solicitada.

— Quando o pedido de realização de entrevista não seja dirigido a recluso determinado, a Direcção -Geral indica o recluso a entrevistar.

— Para a obtenção do consentimento do recluso previsto no n.º 2 do artigo 75.º do Código é-lhe entregue cópia integral do pedido, o qual lhe é explicado de forma inequívoca por funcionário do estabelecimento prisional.

— O consentimento do recluso é prestado por escrito e é revogável pela mesma forma até à publicação ou difusão da entrevista.

— O consentimento do recluso menciona expressamente se abrange a divulgação do seu nome e imagem.

— As entrevistas decorrem na presença de funcionário do estabelecimento prisional, podendo ser interrompidas quando a conduta ou as declarações do recluso ou do jornalista ponham em risco a disciplina, a ordem e a segurança do estabelecimento prisional, as finalidades da prisão preventiva, a privacidade ou a segurança de terceiros, aplicando-se à interrupção o disposto no artigo 64.º do Código. 7 — O disposto no n.º 1 aplica-se aos pedidos de reportagem previstos no n.º 1 do artigo 75.º do Código.

— As reportagens a que se refere o número anterior são acompanhadas por funcionário, que assegura que não são tomadas imagens de locais não permitidos ou de reclusos que não autorizaram a divulgação da sua imagem.

— A reportagem e as imagens colhidas não podem ser utilizadas para fins diferentes dos mencionados no pedido de autorização.

### CAPÍTULO V

Licenças de saída do estabelecimento prisional

#### Artigo 138.º - Licenças de saída jurisdicionais

— O requerimento a que se refere o n.º 2 do artigo 189.º do Código é apresentado na secretaria do estabelecimento prisional, até 30 dias antes da data pretendida para a saída.

— A secretaria do estabelecimento prisional regista o requerimento e entrega ao recluso o recibo respectivo.

— O requerimento é remetido no prazo de cinco dias ao Tribunal de Execução das Penas, acompanhado dos elementos previstos no n.º 3 do artigo 189.º do Código, para os efeitos previstos nos artigos 190.º e seguintes do Código.

— Quando, entre a data da concessão de licença de saída e a data da sua concretização, ocorra facto ilícito ou alteração superveniente dos pressupostos legais de concessão da licença, o director suspende a execução do mandado de saída, dando imediato conhecimento do facto ao Tribunal de Execução das Penas.

— No decurso de licença de saída, o recluso faz-se acompanhar de duplicado do mandado de saída, de cópia da decisão que a autoriza, dos seus documentos de identificação e de outros documentos pessoais cuja necessidade de utilização seja especialmente justificada.

— No termo da licença, o recluso apresenta-se no estabelecimento prisional onde se encontra a cumprir a pena, salvo diferente determinação.

— No termo da licença são recolhidos os elementos que permitam confirmar o cumprimento das condições a que o juiz sujeitou o recluso, junto das entidades referidas no n.º 4 do artigo 192.º do Código.

#### Artigo 139.º - Licenças de saída para actividades

— As licenças de saída para actividades são concedidas pelo director -geral, mediante proposta do director do estabelecimento prisional, apresentada com a antecedência mínima de 10 dias.

— A proposta do director do estabelecimento prisional inclui a informação necessária à apreciação dos pressupostos constantes dos artigos 78.º e 81.º do Código.

#### Artigo 140.º - Licenças de saída especiais

— As licenças de saída especiais são concedidas pelo director do estabelecimento prisional a requerimento do recluso, que indica a finalidade da saída, a duração prevista e o local de destino.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena informam da necessidade e oportunidade da saída e os serviços de vigilância e segurança da existência de condições de segurança e meios operacionais que permitam a sua concretização.

— A custódia das licenças de saída especiais é garantida pelos elementos dos serviços de vigilância e segurança que no dia em causa se encontrem escalados para o serviço normal de diligências no exterior.

— Os guardas custodiantes asseguram a custódia devidamente fardados, excepto em situações excepcionais reconhecidas pelo director na decisão de concessão da licença, nomeadamente cerimónias fúnebres, desde que razões de segurança não o desaconselhem.

— As licenças de saída especiais são executadas em viatura celular, apenas sendo admitidas as excepções autorizadas pelo director -geral, sob proposta fundamentada do director do estabelecimento prisional.

— Durante as licenças de saída especiais, os reclusos não podem ser portadores de dinheiro ou documentos pessoais, os quais, caso a situação o justifique, devem ser entregues ao responsável pela diligência.

— O requerimento previsto no n.º 1, as informações previstas no n.º 2 e a decisão do director são feitos em formulário aprovado pelo director -geral.

— As licenças de saída concedidas são comunicadas aos serviços centrais, através de remessa de cópia do formulário previsto no número anterior e de informação sobre eventuais incidentes ocorridos no seu decurso.

#### Artigo 141.º

##### Licenças de saída de preparação para a liberdade

— As licenças de saída de preparação para a liberdade previstas no artigo 83.º do Código são requeridas pelo recluso e concedidas pelo director -geral.

— O requerimento é apresentado pelo recluso com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data pretendida para a saída, indicando os dias necessários e o fim a que a saída se destina.

— O requerimento é instruído com informações sobre a necessidade da saída, tendo em conta os motivos invocados pelo recluso, e sobre a evolução do seu comportamento, elaboradas, respectivamente, pelos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e pelos serviços de vigilância e segurança, e com parecer do director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 142.º - Outras licenças de saída administrativas

— As saídas para comparência em acto judicial ou em acto de investigação criminal, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 76.º do Código, são autorizadas pelo director do estabelecimento prisional, salvo quando impliquem a transferência do recluso para outro estabelecimento prisional, caso em que são autorizadas pelo director -geral.

— A autorização das saídas previstas no número anterior depende de prévia solicitação escrita do tribunal, do Ministério Público ou do órgão de polícia criminal competentes, no âmbito de processo penal em curso, de onde conste:

O número de identificação do processo penal;

A finalidade da saída, incluindo o tipo de acto a que o recluso deve comparecer, o responsável pela sua realização e o local de destino;

A data e a hora da comparência, a duração prevista e a data e hora previstas para regresso ao estabelecimento;

d) A identificação do responsável pela guarda do recluso, sempre que a custódia não deva ser assegurada pelos serviços prisionais.

3 — As saídas para receber cuidados de saúde, a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 76.º do Código, são autorizadas nos termos do disposto no artigo 59.º do presente Regulamento Geral.

#### Artigo 143.º - Apoio no gozo de licenças de saída

A utilização excepcional do fundo de apoio à reinserção social para apoio no gozo de licenças de saída prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º do Código é autorizada pelo director do estabelecimento prisional.

#### Artigo 144.º - Lesões no regresso de saída

Sempre que no regresso de saída se verifique qualquer ferimento visível ou a queixa de agressões anteriores, é aplicável o disposto no artigo 11.º

#### Artigo 145.º - Incumprimento das licenças de saída jurisdicionais

— O não regresso ao estabelecimento prisional na data fixada na licença de saída é comunicado de imediato ao Tribunal de Execução das Penas, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 195.º do Código, bem como às entidades referidas no n.º 1 do artigo 97.º do Código.

— O incumprimento das demais condições impostas nas licenças de saída jurisdicional é comunicado ao Tribunal de Execução das Penas, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 194.º e 195.º do Código.

— As decisões de revogação das licenças de saída jurisdicionais são notificadas de imediato ao recluso, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 196.º do Código.

— Em caso de não regresso ao estabelecimento prisional na data fixada na licença de saída, a notificação prevista no número anterior é efectuada imediatamente após a captura ou a apresentação do recluso.

#### Artigo 146.º - Incumprimento das licenças de saída administrativas

— Quando se verifique o incumprimento das condições impostas para as saídas administrativas, o recluso é ouvido, se estiver presente.

— Quando a licença de saída seja revogada com fundamento no não regresso do recluso na data fixada na licença de saída, a decisão é remetida ao Tribunal de Execução das Penas para os efeitos previstos na alínea t) do n.º 4 do artigo 138.º do Código, ao Ministério Público para os efeitos previstos na alínea h) do artigo 141.º do Código e às entidades referidas no n.º 1 do artigo 97.º do Código.

— As decisões de revogação do director do estabelecimento prisional são comunicadas aos serviços centrais.

— Quando se trate de incumprimento de licença concedida pelo director-geral, o director do estabelecimento prisional comunica ao director-geral, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 85.º do Código, remetendo as declarações do recluso, quando existam.

— As decisões previstas no n.º 1 do artigo 85.º do Código e os respectivos fundamentos são notificados ao recluso.

### TÍTULO VIII

#### Ordem e segurança

##### CAPÍTULO I

#### Meios comuns de segurança

##### Artigo 147.º - Meios comuns de segurança

1 — A utilização regular dos meios comuns de segurança tem em vista a manutenção da ordem e da segurança prisional, particularmente no que se refere à prevenção:

a) Da actuação colectiva de reclusos contra a ordem e a segurança prisional, bem como da prática de actos violentos, individuais ou colectivos, entre reclusos ou contra funcionários;

De evasões de reclusos, tanto do interior dos estabelecimentos prisionais como no decurso de diligências no exterior;

Da tirada de reclusos, tanto do interior dos estabelecimentos prisionais como no decurso de diligências no exterior;

De actividades ilícitas no interior dos estabelecimentos prisionais ou a partir destes;

Da entrada e circulação no interior dos estabelecimentos prisionais de objectos e substâncias ilícitas ou susceptíveis de afectar a segurança, designadamente armas, explosivos, dinheiro, telemóveis e estupefacientes;

De contactos não autorizados dos reclusos com o exterior, designadamente de contactos com vítimas e co-arguidos ou colaboradores em actividade ilícita.

2 — Os meios comuns de segurança são regularmente accionados, recorrendo -se, entre outros, à observação de reclusos, ao controlo periódico de presenças, ao batimento de grades, a instrumentos de detecção, à revista pessoal, à busca, ao uso de meios cinotécnicos e aos

sistemas electrónicos de vigilância e biométricos, nos termos dos artigos seguintes.

##### Artigo 148.º - Observação de reclusos

— A observação dos reclusos tem por objectivo o conhecimento dos seus movimentos, actividades e comportamento habitual, a sua inserção em grupos, assim como o seu relacionamento com os demais e a influência, benéfica ou nociva, que sobre estes exercem.

— A observação pode ser efectuada directamente ou através de sistemas de videovigilância, neste caso com observância do disposto no artigo 155.º

— Os factos ou circunstâncias relevantes para a ordem e segurança do estabelecimento prisional que sejam constatados na observação são imediatamente comunicados e objecto de informação escrita.

##### Artigo 149.º - Controlo periódico de presenças

— São realizadas contagens regulares de reclusos no momento de abertura geral das celas, no período do almoço e no momento do encerramento geral nocturno.

— As contagens periódicas destinam-se à efectiva confirmação da presença do recluso no estabelecimento prisional, sendo o termo de conto assinado pelos guardas prisionais que o efectuam e entregue ao chefe de guardas.

— Os serviços de vigilância e segurança registam obrigatoriamente as alterações de local de alojamento dos reclusos, sempre que possível por meios informáticos, mantendo-se essa informação em arquivo pelo período mínimo de um ano.

— Procede-se igualmente ao controlo dos acessos e dos movimentos dos reclusos nos locais para onde se deslocam para trabalho ou outras actividades.

— Sem prejuízo do disposto no n.º 1, pode ser determinada pelo director do estabelecimento prisional uma contagem extraordinária dos reclusos sempre que necessário.

— Sempre que a contagem periódica coincida com mudanças de turno do pessoal de vigilância, esta é efectuada e assinada por elementos de ambos os turnos.

— Durante o período nocturno procede-se, aquando das rendições, ao controlo da presença dos reclusos, preferencialmente através do visor ou, se tal se revelar inviável, através da abertura da cela na presença de dois elementos dos serviços de vigilância e segurança, sendo neste caso objecto de registo.

##### Artigo 150.º - Batimento de grades

— O pessoal de vigilância e segurança procede diariamente ao batimento de todas as grades da zona prisional, sempre que possível em horários diversificados.

— O batimento das grades é registado em impresso próprio, com menção da hora e das anomalias detectadas.

##### Artigo 151.º - Instrumentos de detecção

— Quando transite entre zonas diferentes do estabelecimento prisional, ou quando provenha do exterior, o recluso é controlado através da passagem por instrumentos fixos de detecção de metais ou, quando estes não existam, através da utilização de instrumentos portáteis.

— Podem ainda ser utilizados instrumentos de detecção sempre que o director do estabelecimento prisional, por imperativos de segurança, assim o determine, salvo se a situação exigir actuação imediata, caso em que a sua utilização é objecto de registo escrito e logo reportada ao director do estabelecimento prisional.

##### Artigo 152.º - Revista pessoal

— A revista pessoal é realizada quando não possam utilizar -se com êxito instrumentos de detecção, sendo efectuada por pessoa do mesmo sexo do recluso, por palpação, com respeito pela sua dignidade e integridade e pelo seu sentimento de pudor.

— Em acto prévio à revista é sempre comunicado ao recluso que é sujeito à mesma.

— O recluso pode ser sujeito a revista pessoal em quaisquer situações em que tenha acesso ao exterior ou a pessoas vindas do exterior e



é obrigatoriamente revistado na saída das zonas de trabalho e no regresso das visitas que ocorram sem separação física.

— O recluso pode ser sujeito a revista por desnudamento nos seguintes casos:

a) Verificada situação concreta de perigo iminente para a ordem e segurança do estabelecimento;

Sempre que regresse de saída ao exterior, ainda que custodiada, desde que haja fundada suspeita de esconder em si objecto cuja posse não seja permitida;

Sempre que na ida para qualquer tipo de visitas ou no seu regresso haja a suspeita de que transporta consigo objecto cuja posse não seja permitida;

Perante a suspeita fundada de que esconde em si objecto cuja posse não seja permitida.

— Nos casos previstos no número anterior, a revista depende de autorização prévia do director do estabelecimento prisional, salvo se a situação prevista na alínea a) exigir actuação imediata, do que é dado conhecimento ao director do estabelecimento prisional.

— A revista por desnudamento é obrigatória nos seguintes casos:

Quando o recluso ingresse pela primeira vez no estabelecimento prisional, ainda que em trânsito entre estabelecimentos;

Sempre que o recluso regresse de saída ao exterior não custodiado;

Sempre que o recluso deva dar entrada em cela disciplinar, em cela de separação ou em quarto de segurança;

Quando o recluso ingresse pela primeira vez em ala livre de droga;

No decurso de busca ao espaço de alojamento do recluso ou quando se proceda a busca geral ao estabelecimento prisional ou parte deste onde o recluso se encontre.

— A revista por desnudamento decorre em local reservado, de forma a respeitar a privacidade do recluso, e é efectuada por dois elementos dos serviços de vigilância e segurança.

— A revista por desnudamento é sempre objecto de registo, o qual inclui a data, a hora, o local e o motivo da sua realização, a identificação dos elementos dos serviços de vigilância e segurança que a efectuaram, assim como o resultado da mesma.

— Para efeitos do presente artigo, considera -se revista por desnudamento a que implique a nudez, ainda que parcial.

— A intrusão corporal para identificação e extracção de objectos só pode ter lugar mediante autorização do Tribunal de Execução das Penas, a requerimento do director do estabelecimento prisional, e é sempre executada sob orientação médica.

#### Artigo 153.º - Busca

— A busca depende de ordem ou autorização do director do estabelecimento prisional, salvo se a situação exigir actuação imediata.

— A busca é sempre objecto de registo, o qual inclui a data, a hora, o local e o motivo da sua realização, assim como o resultado da mesma, assinalando-se igualmente qualquer dano ou destruição de bens do recluso ou de terceiro.

— Salvo razões de urgência ou de segurança, devidamente fundamentadas, a busca aos espaços de alojamento é realizada na presença dos seus ocupantes.

— No decurso da busca deve preservar -se a integridade das coisas, evitando-se danificar bens do recluso ou de terceiro, a menos que a destruição seja imprescindível para a eficácia da diligência.

— Sempre que no decurso da busca seja necessário retirar da cela determinado objecto que exija exame mais complexo ou demorado, o objecto é selado e esse exame é feito posteriormente, na presença do recluso ou de terceiros não envolvidos na busca, lavrando -se auto.

— No decurso da busca podem ser utilizados instrumentos de detecção e meios cinotécnicos.

— Cada estabelecimento prisional deve realizar, pelo menos, uma busca geral por ano, sem prejuízo de buscas sectoriais a realizar regularmente.

— Sempre que situações excepcionais de segurança o justifiquem, pode o director -geral determinar que a busca seja efectuada com recurso a elementos de vigilância de outros estabelecimentos prisionais ou do Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.

#### Artigo 154.º

### Meios cinotécnicos

— É permitido o recurso a meios cinotécnicos próprios ou pertencentes a outras forças de segurança.

— A utilização dos meios previstos no número anterior tem natureza essencialmente preventiva e visa a detecção de produtos ilícitos, a intervenção em revistas e buscas aos espaços de alojamento e demais instalações do estabelecimento prisional e a guarda e patrulha das instalações nas zonas de portaria, periferia e perimetria.

— Os meios cinotécnicos podem ainda ser utilizados para reposição da ordem e recaptura de reclusos evadidos.

— A utilização dos meios cinotécnicos para revista e busca, bem como para reposição da ordem, carece de prévia autorização do director do estabelecimento prisional, devendo o resultado da intervenção ser reduzido a escrito pelo elemento de vigilância responsável pela acção e comunicado por relatório imediato ao director -geral.

— O recurso a meios cinotécnicos faz -se com respeito pela dignidade e integridade física das pessoas.

— Em tudo o que não estiver previsto no presente artigo, aplica-se à utilização de meios cinotécnicos o disposto no Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Serviços Prisionais.

#### Artigo 155.º - Videovigilância

— O recurso ao sistema de videovigilância só é admitido nos espaços comuns e na área circundante do estabelecimento prisional, com salvaguarda da intimidade da vida privada, para assegurar a ordem e a segurança no estabelecimento prisional, nos termos estabelecidos nos artigos 88.º e 90.º do Código e nos demais termos legais.

— A gravação de imagens decorre ininterruptamente e as imagens recolhidas são conservadas no equipamento de gravação durante 30 dias, após o que são automaticamente apagadas, salvo se estas puderem servir como meio de prova da prática de crime, caso em que as imagens são conservadas até determinação em contrário da autoridade judiciária, sendo imediatamente comunicada a sua existência ao Ministério Público, juntando -se uma cópia das imagens gravadas.

— Nas situações em que ocorra a aplicação de meios coercivos sobre um recluso, ou ainda quando tenham sido apresentadas participações contra reclusos, visitantes ou funcionários, as imagens são conservadas durante seis meses, procedendo-se à conservação nos termos do número anterior caso venha a ser exercido o direito de queixa.

— As imagens de actos susceptíveis de consubstanciar a prática de factos ilícitos, por recluso ou funcionário, bem como as imagens de utilização de meios coercivos, são sempre comunicadas de imediato ao director do estabelecimento.

— O acesso às gravações de imagens é limitado ao director-geral, ao director do estabelecimento prisional, ao chefe de guardas, a outras pessoas para o efeito autorizadas por despacho do director -geral, ao Serviço de Auditoria e Inspecção e à Inspecção - Geral dos Serviços de Justiça, bem como às pessoas ou entidades a que lei ou convenção atribua direito de acesso.

— A Direcção -Geral, enquanto entidade responsável pelo cumprimento do disposto no presente artigo, adopta as medidas técnicas, organizativas e de segurança necessárias ao seu cumprimento.

## CAPÍTULO II

### Meios especiais de segurança

#### Artigo 156.º - Apreensão temporária de objectos

Os objectos temporariamente apreendidos aos reclusos nos termos da alínea a) do n.º 3 e nas circunstâncias previstas no n.º 4 do artigo 88.º do Código são registados, inventariados e guardados pelo estabelecimento prisional.

#### Artigo 157.º - Observação durante o período nocturno

— A observação durante o período nocturno é determinada pelo director do estabelecimento prisional, que fixa a periodicidade e o local onde esta deve ser efectuada.

— O elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pela observação apresenta ao director do estabelecimento prisional relatório no termo de cada período de observação.

#### Artigo 158.º - Privação ou restrição do convívio com determinados reclusos ou do acesso a espaços comuns do estabelecimento prisional

— O director do estabelecimento prisional pode proibir ou restringir a um recluso o contacto com outros reclusos determinados ou o acesso a espaços comuns, quando ocorram as circunstâncias previstas no n.º 4 do artigo 88.º do Código.

— As medidas previstas no número anterior e os respectivos fundamentos são registados no sistema de informação prisional.

— As proibições ou restrições previstas nos números anteriores mantêm-se apenas enquanto subsistirem os fundamentos que lhes deram origem, devendo, em qualquer caso, a decisão do director que as determina fixar o respectivo termo final, que pode ser diferido após reavaliação.

#### **Artigo 159.º - Utilização de algemas**

— Sempre que seja necessária a utilização de algemas para evitar que o recluso pratique actos de violência contra si próprio, contra terceiro ou contra coisas, procede-se, se possível, a advertência prévia.

— Decorrida uma hora e subsistindo a necessidade de manter o recluso algemado, são contactados os serviços clínicos, para avaliação e adopção das medidas que se entendam adequadas ao seu estado clínico.

— Aplica-se à utilização de algemas o disposto no Regulamento de Utilização dos Meios Coercivos nos Serviços Prisionais.

#### **Artigo 160.º - Cella de separação**

— A colocação do recluso em cela de separação da restante população prisional tem lugar unicamente no sector do estabelecimento prisional destinado a esse fim, o qual é devidamente identificado.

— A cela de separação dispõe do mobiliário e equipamento previstos para os espaços de alojamento individual.

— O despacho fundamentado do director do estabelecimento prisional que decide a colocação do recluso em cela de separação da restante população prisional é notificado ao recluso, excepto se a tanto obstarem razões de ordem e segurança.

— No despacho referido no número anterior, atentas as circunstâncias do caso, o director determina ainda quais os objectos que o recluso pode ter na sua posse e fixa o tipo e a periodicidade dos contactos com o exterior.

— O dia e a hora da entrada e da saída do recluso de cela de separação são registados em livro próprio e em meio informático, no qual se anota ainda o motivo da colocação, os funcionários que acompanham o recluso, bem como eventuais lesões que sejam visíveis no seu corpo e, neste caso, o registo da observação por médico ou enfermeiro.

— São garantidos os cuidados médicos regulares que decorram da observação e do exame médico a que, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º do Código, o recluso deve ser sujeito previamente ou logo após a entrada na cela de separação.

— Os serviços de vigilância e segurança apresentam diariamente ao director do estabelecimento prisional informação escrita sobre a evolução do comportamento do recluso.

— Sem prejuízo da obrigatoriedade de reapreciação a que se refere o n.º 5 do artigo 92.º do Código, o director faz cessar a medida sempre que das informações referidas no número anterior resulte que esta já não é necessária.

— Não sendo possível a execução da medida no estabelecimento prisional, o director solicita a imediata transferência do recluso para cumprimento da mesma noutro estabelecimento prisional, competindo ao director deste último a observância do disposto no presente artigo e a comunicação ao Ministério Público prevista nos n.ºs 6 e 7 do artigo 92.º do Código.

#### **Artigo 161.º - Quarto de segurança**

— O quarto de segurança situa-se preferencialmente no sector clínico, podendo apenas ser utilizado nas situações previstas no artigo 93.º do Código.

— O quarto de segurança é especificamente construído e equipado por forma a salvaguardar a integridade física do recluso e de terceiros.

— O despacho fundamentado do director do estabelecimento prisional que decide a colocação do recluso em quarto de segurança é imediatamente comunicado ao médico para efeito do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 93.º do Código.

— O dia e a hora da entrada e da saída do recluso do quarto de segurança são registados em livro próprio e em meio informático, no qual

se anota ainda o motivo da colocação, os funcionários que acompanham o recluso, eventuais lesões que sejam visíveis no seu corpo e, neste caso, o registo da observação por médico ou enfermeiro, bem como o exame médico e o acompanhamento clínico diário.

— Se decorridos 10 dias se mantiverem os pressupostos que determinaram a aplicação da medida, o director do estabelecimento prisional diligencia pelo internamento do recluso em estabelecimento ou unidade de saúde hospitalar adequada.

### **TÍTULO IX**

#### **Procedimento disciplinar**

#### **SECÇÃO I**

#### **Procedimento**

#### **Artigo 162.º - Notícia da infracção**

1 — Sempre que um funcionário dos serviços prisionais presenciar ou tiver conhecimento de qualquer facto praticado por recluso que constitua infracção disciplinar, levanta auto de notícia, do qual consta:

A descrição do facto praticado;

O dia, a hora, o local e as circunstâncias do facto;

A identidade do autor da infracção;

Os meios de prova conhecidos, nomeadamente testemunhas.

— O auto é assinado pelo funcionário que o lavrou e apresentado ao director do estabelecimento prisional, até ao termo do dia útil seguinte ao conhecimento da ocorrência, sem prejuízo da sua comunicação imediata quando as circunstâncias o exijam.

— Quando o conhecimento dos factos que constituem infracção disciplinar resulte de denúncia, o funcionário dos serviços prisionais tem o dever de os participar ao director do estabelecimento prisional, no prazo previsto no número anterior, identificando o autor da denúncia.

— Sempre que o director do estabelecimento prisional tenha conhecimento, por qualquer outra via, de factos que possam constituir infracção disciplinar, determina que os mesmos sejam investigados, nos termos dos artigos seguintes.

#### **Artigo 163.º - Processo de inquérito**

— Quando o auto não identifique suficientemente o autor da infracção disciplinar mas haja indícios da prática desta, o director do estabelecimento prisional determina a abertura de processo de inquérito, designando instrutor.

— O processo de inquérito é concluído em 10 dias úteis, com relatório final em que se descrevem os factos indiciados e o seu presumível autor, se conhecido.

#### **Artigo 164.º - Formas de processo**

O processo disciplinar segue a forma comum ou abreviada.

#### **Artigo 165.º - Processo disciplinar comum**

— Sendo conhecido o autor dos factos e se se entender que a simples advertência ou a mediação não são adequadas ou suficientes, o director do estabelecimento prisional determina a abertura de processo disciplinar logo que lhe seja presente o auto de notícia ou o processo de inquérito concluído.

— No despacho que determina a abertura do processo disciplinar, o director do estabelecimento prisional nomeia o instrutor, preferencialmente um jurista, sempre que possível pertencente a grupo profissional diverso daquele onde se integre o autor do auto de notícia.

— O director do estabelecimento prisional, fundamentadamente e sempre que se mostre necessário, determina a imposição da medida cautelar adequada, nos termos do artigo 111.º do Código, sem prejuízo de o instrutor, a todo o tempo, poder suscitar a sua adopção.

#### **Artigo 166.º - Instrução**

1 — O instrutor nomeado fixa no primeiro despacho todas as diligências que previsivelmente careça de realizar para instrução do processo, designadamente:

Interrogatório do arguido e inquirição das testemunhas;

Junção do registo disciplinar do arguido;

Exame e descrição dos objectos relacionados com a infracção;

d) Junção de relatórios de testes de despistagem de consumo de álcool e de estupefacientes.

— O arguido é notificado da data designada para interrogatório, informado sobre os factos que lhe são imputados e de que pode, até ao termo do processo, oferecer as provas que entenda úteis para sua defesa.

— Sempre que o recluso declare que pretende ser assistido por advogado, a data para o interrogatório é -lhe notificada com, pelo menos, três dias úteis de antecedência.

— Incumbe ao recluso contactar o seu advogado e assegurar a sua presença na data designada para o interrogatório, sendo -lhe para tanto facultado o acesso a contacto telefónico, se necessário.

— Todas as declarações são gravadas ou reduzidas a escrito e, neste caso, assinadas pelos intervenientes.

— Caso tenham sido impostas medidas cautelares, o instrutor propõe ao director do estabelecimento prisional a sua imediata cessação logo que conclua que não são necessárias.

— A instrução do processo é concluída com um relatório no qual se descrevem resumidamente as diligências realizadas e o seu resultado, os factos provados e a sua relevância disciplinar e se elabora proposta final fundamentada propondo o arquivamento do processo ou a aplicação de medida disciplinar.

#### Artigo 167.º - **Decisão e notificação**

— Elaborado o relatório final, o processo é concluído ao director do estabelecimento prisional, que, caso entenda não ser necessária nenhuma outra diligência de instrução, profere decisão, tendo em conta o prazo previsto no n.º 3 do artigo 110.º do Código.

— O director pode, previamente à decisão, ouvir o conselho técnico do estabelecimento prisional, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do Código.

— O director do estabelecimento prisional pode, fundamentando, aplicar medida disciplinar diferente da proposta pelo instrutor, de entre as tipificadas no artigo 105.º do Código.

— Na aplicação de medida de permanência obrigatória no alojamento ou de internamento em cela disciplinar a recluso que tenha sido sujeito a medida cautelar nos termos do artigo 111.º do Código, o director do estabelecimento prisional pondera, para efeitos de atenuação, o período de tempo cumprido ao abrigo desta medida.

— A notificação da decisão ao recluso e ao seu advogado, quando o tenha, inclui toda a respectiva fundamentação, bem como, nos casos previstos no n.º 1 do artigo 114.º do Código, a menção de que pode ser impugnada.

#### Artigo 168.º - **Processo abreviado**

— Há lugar a processo abreviado quando a infracção tenha sido constatada em flagrante delito pelo funcionário que levantou o auto de notícia.

— Para efeitos do disposto no número anterior, considera -se flagrante delito toda a infracção que se está cometendo ou acabou de cometer ou a situação em que o agente, logo após a infracção, foi perseguido ou encontrado com objectos ou sinais que demonstrem claramente que acabou de a cometer ou de nela participar.

— No caso previsto no n.º 1, ao ser -lhe presente o auto de notícia, o director do estabelecimento prisional determina que o processo siga a forma abreviada e designa instrutor.

— O recluso é ouvido pelo instrutor, que o informa dos factos constantes no auto de notícia e lhe pergunta se pretende confessá-los integralmente e sem reservas, caso em que o processo é concluído ao director do estabelecimento prisional com a proposta do instrutor acompanhada do registo disciplinar daquele.

— A confissão integral e sem reservas é ponderada, para efeitos de atenuação, na aplicação da medida disciplinar.

— O recluso é notificado do teor da decisão do director do estabelecimento prisional e da faculdade que eventualmente lhe assista de impugnação judicial da medida disciplinar.

— Caso o recluso declare que não pretende confessar, o processo segue a forma comum.

#### Artigo 169.º - **Consulta do processo disciplinar e passagem de certidões**

— O recluso, por si ou por intermédio do seu advogado, tem o direito, mediante requerimento, de consultar o processo disciplinar em que seja visado, bem como documentos ou imagens que dele constem.

— Existindo no processo documentos que contenham dados de terceiros ou informações do foro da reserva da vida privada de terceiros, que não sejam relevantes para o processo, é previamente expurgada a informação correspondente.

— Existindo no processo documentos que contenham informações cujo conhecimento possa pôr em causa a ordem e segurança no estabelecimento prisional ou a segurança do Estado ou possa prejudicar processo de inquérito ou investigação criminal, é previamente expurgada a informação correspondente.

— Existindo no processo documentos preparatórios de decisões a proferir no âmbito de outros processos ou constantes de processos ainda não concluídos, a sua consulta, até à tomada de decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração, é possível se o director considerar que não existe inconveniente.

— O direito de consulta abrange o direito de, mediante requerimento e pagamento das importâncias devidas, obter certidão ou reprodução dos documentos constantes do processo, com as limitações previstas no presente artigo.

#### Artigo 170.º - **Suspensão da execução da medida disciplinar**

— Em caso de incumprimento culposo das condições impostas ou de prática de infracção disciplinar na pendência da suspensão, o director do estabelecimento prisional revoga, nos termos do n.º 3 do artigo 106.º do Código, a suspensão e determina a imediata execução da medida disciplinar aplicada.

— No termo do período de suspensão, o processo disciplinar é apresentado ao director do estabelecimento prisional, que declara a extinção da medida disciplinar, ordenando os competentes registos, excepto se existirem processos disciplinares pendentes por factos praticados no seu decurso, caso em que se aguarda pela respectiva conclusão.

#### Artigo 171.º - **Execução da medida disciplinar**

— No caso de serem aplicadas as medidas disciplinares de permanência obrigatória no alojamento ou de internamento em cela disciplinar a recluso que se encontre em tratamento médico psiquiátrico, ou tenha ideação suicida conhecida, o director do estabelecimento prisional determina a prévia sujeição do recluso a exame médico.

— Não existindo no estabelecimento prisional cela destinada à execução da medida de internamento em cela disciplinar ou quando não seja previsível que num prazo máximo de 30 dias se possa dar início à execução, é solicitada a transferência precária do recluso para outro estabelecimento prisional, onde permanece pelo tempo estritamente necessário ao cumprimento da medida.

— O director do estabelecimento prisional para o qual o recluso é transferido para cumprimento da medida disciplinar não pode alterá-la na sua espécie e medida.

— Nos termos do n.º 2 do artigo 114.º do Código, as medidas disciplinares de permanência obrigatória no alojamento ou de internamento em cela disciplinar não são executadas imediatamente, apenas se iniciando a execução quando se esgotar o prazo para a impugnação ou, se a decisão for impugnada, quando houver decisão definitiva do Tribunal de Execução das Penas.

#### Artigo 172.º - **Registo**

Relativamente a cada processo disciplinar são registados, por súmula, no sistema de informação prisional, o número do processo, o facto que originou a sua instauração e respectiva data, a aplicação de medidas cautelares, a decisão final e a eventual impugnação judicial.

### SECÇÃO II

#### **Execução das medidas de permanência obrigatória no alojamento e de internamento em cela disciplinar**

#### Artigo 173.º - **Permanência obrigatória no alojamento**

— O início da medida de permanência obrigatória no alojamento é registado em livro próprio com menção da data e da hora de início e com descrição de eventuais lesões visíveis no corpo do recluso, as quais são fotografadas.

— No livro referido no número anterior regista-se igualmente o número de dias que o recluso tem a cumprir e a data efectiva do termo da medida, toda a assistência médica dispensada ao recluso neste período e qualquer ocorrência com ele relacionada.

— As visitas autorizadas nos termos do n.º 3 do artigo 107.º do Código decorrem no parlatório, se possível em horário em que não estejam presentes outros reclusos.

— A permanência a céu aberto decorre individualmente e tem a duração de duas horas diárias, que pode ser reduzida até uma hora, por despacho do director, quando os espaços disponíveis para o efeito sejam insuficientes.

— No decurso de execução de medida disciplinar, a medicação e as refeições são asseguradas no próprio alojamento.

— Nos casos previstos no n.º 4 do artigo 107.º do Código, o director pode, ponderadas as circunstâncias do caso, fixar os períodos interpolados para o cumprimento desta medida, que podem ser:

Os fins -de -semana e dias feriados, bem como todos aqueles em que não haja lugar a actividades escolares ou formativas em que o recluso esteja integrado;

Os períodos do dia em que não haja lugar a actividades escolares ou formativas.

#### **Artigo 174.º - Internamento em cela disciplinar**

— A entrada do recluso em cela disciplinar é registada em livro próprio, existente no sector disciplinar, com menção da data e da hora da entrada e dos funcionários que custodiam o recluso e com descrição de eventuais lesões visíveis no corpo do recluso, que são fotografadas.

— No livro referido no número anterior regista-se igualmente o número de dias que o recluso tem a cumprir em cela disciplinar e a data efectiva do termo da medida, toda a assistência médica dispensada ao recluso no período em que permaneça no sector disciplinar e qualquer ocorrência com ele relacionada.

— No momento do ingresso em cela disciplinar, o recluso é revistado com desnudamento integral.

— Ao recluso não é permitida a posse de quaisquer objectos no interior da cela disciplinar, salvo os necessários à sua higiene pessoal e os previstos no n.º 8, os quais lhe podem ser temporariamente retirados se for posta em causa a ordem e a segurança ou a integridade física do próprio.

— O consumo de tabaco e a posse de instrumentos de ignição apenas são permitidos durante o recreio a céu aberto.

— As visitas excepcionalmente autorizadas nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Código decorrem no parlatório, em horário em que não estejam presentes outros reclusos.

— O recluso pode ter consigo livros, jornais ou revistas, com o limite de um exemplar de cada espécie simultaneamente.

— A permanência a céu aberto decorre individualmente e tem a duração de duas horas diárias, que pode ser reduzida até uma hora, por despacho do director, quando os espaços disponíveis para o efeito sejam insuficientes.

— O recluso que mantenha consigo filho menor permanece na cela disciplinar no período entre a abertura geral e o encerramento geral, após o que retorna ao seu espaço de alojamento para acompanhar o menor durante a noite.

— As refeições são tomadas na cela disciplinar, bem como a medicação, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 58.º

#### **Artigo 175.º - Assistência médica**

— O recluso em cumprimento de medida de permanência obrigatória no alojamento ou internamento em cela disciplinar, ou sujeito à medida cautelar de confinamento por todo o dia prevista no n.º 4 do artigo 111.º do Código, fica sob vigilância clínica, sendo visitado diariamente por enfermeiro e sendo observado pelo médico com a frequência que este entenda necessária.

— É garantido ao recluso o acesso às terapias de substituição aconselhadas, quando este esteja integrado em programas terapêuticos específicos ou de redução de riscos.

— Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 109.º do Código, o médico é ouvido antes da aplicação das medidas a que se refere o n.º 1.

— Em qualquer dos casos, quando da observação médica resulte que o cumprimento da medida é susceptível de afectar gravemente o estado

de saúde física ou mental do recluso, o médico propõe por escrito ao director a interrupção da execução da medida ou a sua alteração.

#### **Artigo 176.º - Características e equipamento da cela disciplinar**

— A cela disciplinar reúne as indispensáveis condições de habitabilidade, no que respeita às dimensões, ventilação e luz natural, bem como luz artificial, estando dotada de sistema de alarme e comunicação que permita, a todo o tempo, entrar em contacto com o pessoal.

— A cela disciplinar é dotada de uma cama fixa ao solo, uma mesa fixa e uma cadeira de material flexível e inquebrável, bem como de instalações sanitárias constituídas por materiais inquebráveis.

— A cela disciplinar é dotada de um gradão de segurança com gradeamento vertical, que impeça o acesso directo do recluso à porta da cela e permita a algemagem do recluso e a entrega das refeições sem abertura da cela.

— A cela, o respectivo equipamento e as instalações sanitárias não devem apresentar pontos de fixação que permitam que o recluso atente contra a sua vida ou integridade física.

### **TÍTULO X**

#### **Salvaguarda de direitos e meios de tutela**

#### **Artigo 177.º - Exercício do direito de reclamação, petição, queixa e exposição**

— As reclamações, petições, queixas e exposições dirigidas pelo recluso ao director do estabelecimento prisional são entregues aos serviços do estabelecimento prisional, que as registam, emitem recibo e entregam ao director para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 116.º do Código.

— Os estabelecimentos prisionais dispõem de uma caixa fechada, colocada em zona acessível que garanta privacidade, onde os reclusos podem depositar reclamações, petições, queixas e exposições.

— O funcionário designado pelo director do estabelecimento prisional procede diariamente à recolha da caixa, que apresenta ao director para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 116.º do Código.

— O recluso pode ainda remeter por via postal os escritos respeitantes ao exercício do direito de reclamação, petição, queixa e exposição dirigidos às entidades previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 116.º do Código, aplicando-se a esta correspondência o disposto no artigo 130.º do presente Regulamento Geral e não podendo a mesma ser objecto de qualquer controlo.

#### **Artigo 178.º - Acesso ao estabelecimento prisional**

Os juízes e magistrados do Ministério Público junto do Tribunal de Execução das Penas e as demais entidades a quem a lei ou convenção atribua tal direito têm acesso a todos os locais do estabelecimento prisional e a todos os reclusos, a qualquer hora, podendo ouvir os reclusos sempre que o entendam necessário, em condições que assegurem a confidencialidade.

### **PARTE III**

#### **Regime aberto**

##### **Artigo 179.º - Regime aberto**

— Aos reclusos colocados em regime aberto nos termos do artigo 14.º do Código aplicam-se as disposições da presente parte e, onde estas não as afastem, as disposições aplicáveis ao regime comum, com as necessárias adaptações.

— Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Código, o regime aberto admite as modalidades de regime aberto no interior e de regime aberto no exterior.

— A colocação em regime aberto e as condições estabelecidas exigem o consentimento do recluso.

— É limitada e sujeita a controlo a participação do recluso em regime aberto em actividades laborais, escolares ou outras que envolvam contacto com reclusos do regime comum.

##### **Artigo 180.º - Iniciativa e procedimento de colocação em regime aberto no interior**

— A colocação em regime aberto no interior é proposta pelos serviços centrais ou pelos serviços do estabelecimento prisional ou requerida pelo recluso, sendo em qualquer caso dirigida ao director.

— Recebida a proposta ou o requerimento referidos no número anterior, os serviços do estabelecimento prisional reúnem todas as informações necessárias à verificação dos pressupostos constantes do artigo 14.º do Código, bem como as avaliações a que se refere o artigo 67.º do presente Regulamento Geral e a declaração de consentimento do recluso, quando não seja este o requerente.

— A colocação em regime aberto no interior compete ao director do estabelecimento prisional, ouvido o conselho técnico.

#### **Artigo 181.º - Iniciativa e procedimento de colocação em regime aberto no exterior**

— A colocação em regime aberto no exterior é proposta pelos serviços centrais ou pelos serviços do estabelecimento prisional ou requerida pelo recluso.

— O director do estabelecimento prisional ouve o conselho técnico e remete aos serviços centrais, para decisão do director -geral, os seguintes elementos:

Requerimento do recluso ou proposta dos serviços do estabelecimento prisional ou dos serviços centrais e declaração de consentimento do recluso, quando não seja este o requerente;

Cópia da certidão da decisão condenatória, caso não esteja disponível por meios informáticos;

Cópia da acta do conselho técnico de onde constem o parecer dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e dos serviços de vigilância e segurança, os relatórios e as avaliações previstas no artigo 67.º e o relatório clínico, quando a concessão do regime vise uma actividade laboral ou um programa de tratamento, bem como o parecer do director do estabelecimento prisional; d) Proposta da entidade patronal de onde conste a identificação desta, o local de trabalho, o vencimento, o horário e demais condições impostas pela legislação ou pelo instrumento de regulação colectiva de trabalho aplicáveis à actividade a exercer; ou

Informação sobre o programa de formação profissional ou de ensino de onde conste a localização da instituição de formação ou de ensino e respectiva duração e horário; ou

Informação sobre o programa de tratamento, discriminando o respectivo tipo, duração, localização e horário, acompanhada de comprovativo de admissão;

Horário de entrada e saída do estabelecimento prisional, bem como referência aos meios de transporte utilizados;

Informação sobre eventual pagamento de indemnização à vítima;

Indicação do técnico responsável pelo acompanhamento do regime aberto e, nos casos de concessão do regime para efeitos de tratamento da toxicod dependência, indicação do técnico de saúde do estabelecimento prisional responsável pela articulação com a instituição de destino.

#### **Artigo 182.º - Decisão e comunicações**

— A decisão de colocação do recluso em regime aberto estabelece as condições a que o recluso fica sujeito.

— As condições previstas no número anterior incluem, obrigatoriamente:

A actividade concreta a desempenhar pelo recluso;

Os respectivos horários e regras de assiduidade;

Injunções e proibições de conduta.

— As condições previstas nos números anteriores são dadas a conhecer ao recluso antes de este prestar o seu consentimento sobre a colocação em regime aberto.

— A decisão de colocação em regime aberto no interior é comunicada ao director -geral, juntamente com os elementos referidos no n.º 2 do artigo 180.º

— A decisão de colocação em regime aberto no exterior, acompanhada dos elementos que a fundamentaram, é comunicada imediatamente, sem exceder 24 horas, ao Tribunal de Execução das Penas para efeitos de homologação, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 14.º e no artigo 172.º -A do Código.

— A decisão de colocação do recluso em regime aberto no exterior só produz efeitos após a sua homologação pelo Tribunal de Execução das Penas.

#### **Artigo 183.º - Afectação**

— Os reclusos colocados em regime aberto são afectos a estabelecimento ou unidade prisional de segurança média.

— Nos estabelecimentos prisionais onde existam unidades prisionais com diferentes níveis de segurança, os reclusos em regime aberto são alojados em edifícios ou zonas prisionais distintos daqueles em que se encontram os reclusos em regime comum, por forma a limitar e controlar os contactos entre os reclusos colocados nos dois regimes.

— Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 14.º do Código, a colocação do recluso em regime aberto ocorre após a permanência no sector de admissão pelo período de 15 dias a que se refere o artigo 18.º e depois de concluída a avaliação a que se refere o artigo 19.º, ambos do presente Regulamento Geral.

— Durante o período de 15 dias referido no número anterior, aplicam -se ao recluso as regras do regime comum.

#### **Artigo 184.º - Alojamento**

— O recluso colocado em regime aberto é alojado em cela individual, sendo também admitido o alojamento em comum.

— O recluso pode permanecer fora do seu espaço de alojamento, utilizando as áreas comuns do estabelecimento ou unidade prisional, até à hora do encerramento.

#### **Artigo 185.º - Posse e uso de objectos**

As quantidades, dimensões e tipo dos objectos, equipamentos, bens e produtos cuja posse e uso são autorizados ao recluso em regime aberto, para além dos previstos no artigo 37.º, são aprovados por despacho do director - geral.

#### **Artigo 186.º - Alimentação**

— O recluso colocado em regime aberto pode ser autorizado a confeccionar as suas refeições em locais apropriados para o efeito, a definir pelo director do estabelecimento, sem prejuízo do direito a receber as refeições fornecidas pelo estabelecimento prisional.

— No caso previsto no número anterior, os utensílios e equipamento de cozinha são fornecidos pelo estabelecimento prisional e os géneros utilizados na confecção são adquiridos pelo recluso, a expensas suas, através do serviço de cantina.

— As quantidades e espécies de alimentos cuja entrada no estabelecimento ou unidade prisional é permitida constam de despacho aprovado pelo director-geral.

#### **Artigo 187.º - Revista pessoal**

— O recluso em regime aberto é sujeito a revista pessoal sempre que regresse ao estabelecimento ou unidade prisional.

— A revista prevista no número anterior é efectuada com desnudamento quando haja a suspeita de que transporta consigo objectos, bens ou produtos cuja posse não seja permitida.

#### **Artigo 188.º - Visitas**

— O recluso beneficia de dois períodos de visita pessoal regular por semana com a duração de até uma hora e meia cada, preferencialmente durante o fim -de-semana.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar diversa duração e periodicidade das visitas sempre que a pessoa visitante resida fora do território nacional ou a visita envolva dificuldades de deslocação, nomeadamente nas Regiões Autónomas ou entre estas e o território continental.

— A requerimento do recluso, apresentado com oito dias de antecedência, o director do estabelecimento prisional pode, se as condições do estabelecimento o permitirem, autorizar a acumulação dos dois períodos de visita semanal num único dia de visita, até ao limite de três horas, sendo a autorização comunicada ao recluso com a antecedência de, pelo menos, dois dias da data pretendida.

— O recluso apenas pode receber quatro pessoas em cada período de visita, não se incluindo neste limite um menor com idade inferior a 3 anos.

— Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 14.º do Código, o prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 112.º do presente Regulamento Geral é reduzido a um mês.

#### **Artigo 189.º - Licenças de saída de curta duração**

— Para além das licenças de saída previstas nos artigos 79.º e 81.º a 83.º do Código, o recluso colocado em regime aberto pode ainda beneficiar de licenças de curta duração, de acordo com o disposto no artigo 80.º do Código e nas condições previstas nos números seguintes.

— O recluso apresenta o requerimento de concessão de licença de saída de curta duração na secretaria do estabelecimento prisional, até 10 dias antes da data pretendida para a saída.

— Os serviços do estabelecimento prisional juntam ao requerimento informação da qual consta:

O regime de execução da pena;

Gozo prévio de licença de saída jurisdicional;

Inexistência de evasão, ausência ilegítima ou revogação da liberdade condicional nos 12 meses que antecedam o pedido;

Data da última licença de saída de curta duração.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena e os serviços de vigilância e segurança emitem parecer sobre a concessão da saída.

— O director fixa as datas e os horários das licenças de curta duração, bem como as condições que o recluso deve respeitar durante o período da licença.

— Dentro do limite máximo previsto na lei, as licenças são concedidas por dias inteiros, a gozar uma única vez de três em três meses e preferencialmente aos fins-de-semana, não podendo ser cumuladas com licenças de saída jurisdicionais.

— No decurso de licença de saída, o recluso faz-se acompanhar de guia emitida pelo estabelecimento prisional, dos seus documentos de identificação e de outros documentos pessoais cuja necessidade de utilização seja especialmente justificada.

— No termo da licença, o recluso apresenta-se no estabelecimento prisional onde se encontra a cumprir a pena, salvo determinação diferente.

— No termo da licença, quando necessário, são recolhidos os elementos que permitam confirmar o cumprimento das condições, designadamente junto das competentes entidades policiais.

#### **Artigo 190.º - Incumprimento das condições das licenças de saída de curta duração**

— Quando se verifique o incumprimento das condições impostas para a saída de curta duração, o recluso é ouvido, se estiver presente.

— Quando o director do estabelecimento prisional revogue a licença de saída com fundamento no não regresso do recluso na data fixada na licença de saída, a decisão é remetida ao Tribunal de Execução das Penas para os efeitos previstos na alínea *t*) do n.º 4 do artigo 138.º do Código, ao tribunal à ordem do qual o recluso cumpre a medida privativa de liberdade, ao Ministério Público, para os efeitos previstos na alínea *h*) do artigo 141.º do Código, às autoridades policiais e aos serviços centrais. 3 — As decisões do director previstas no n.º 1 do artigo 85.º do Código e os respectivos fundamentos são notificados ao recluso, sendo- o imediatamente em caso de revogação, para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

#### **Artigo 191.º - Cessação do regime aberto**

— A avaliação periódica dos reclusos em regime aberto inclui a apreciação dos riscos de subtração à execução da pena ou da prática de delitos, do comportamento prisional, das exigências de ordem, segurança e disciplina do estabelecimento, das necessidades de protecção da vítima e da ordem e da paz social, bem como do cumprimento das condições estabelecidas.

— O regime aberto cessa quando, na avaliação do recluso, se constata que deixaram de verificar-se os pressupostos previstos no n.º 1 do artigo 14.º do Código ou que aquele deixou de cumprir as condições estabelecidas aquando da sua concessão.

— O regime aberto cessa também quando:

O recluso tenha pendente processo que implique a prisão preventiva; ou

O recluso recuse realização dos testes previstos no n.º 9 do artigo 14.º do Código.

— O regime aberto cessa, ainda, por motivo não imputável ao recluso, designadamente por extinção do posto de trabalho ou termo da actividade desempenhada, bem como nos casos em que o recluso, por motivo de saúde, deixe definitivamente de poder trabalhar ou desempenhar essa actividade, sem que seja possível a afectação a outra.

— Quando seja aberto procedimento disciplinar contra o recluso, o director do estabelecimento prisional pode suspender o regime aberto, até à conclusão do processo disciplinar, submetendo esta decisão a ratificação do director-geral no caso de regime aberto no exterior.

— Só há lugar à suspensão do regime aberto no caso previsto no número anterior.

— A decisão de aplicação de medida disciplinar não implica automaticamente cessação do regime aberto.

#### **Artigo 192.º - Procedimento de cessação**

— A decisão de cessação do regime aberto no interior é precedida de audição do recluso e compete ao director do estabelecimento prisional, sendo comunicada ao director-geral, juntamente com o auto com as declarações do recluso e os documentos relativos à avaliação prevista no n.º 1 do artigo anterior, bem como os demais documentos relevantes, nomeadamente, quando for o caso, a decisão disciplinar logo que transitada.

— A cessação do regime aberto no exterior é proposta ao director-geral pelo director do estabelecimento prisional, depois de ouvido o recluso, quando a essa audição não obstem razões de ordem, segurança ou disciplina.

— Com a proposta, o director do estabelecimento prisional remete ao director-geral o auto com as declarações do recluso e os documentos relativos à avaliação prevista no n.º 1 do artigo anterior, bem como os demais documentos relevantes, nomeadamente, quando for o caso, a decisão disciplinar logo que transitada.

— A decisão de cessação do regime aberto é sempre fundamentada e notificada ao recluso, sendo também comunicada ao Tribunal de Execução das Penas se se tratar de cessação de regime aberto no exterior.

### **PARTE IV**

#### **Regime de segurança**

##### **Artigo 193.º - Regime de segurança**

Aos reclusos colocados em regime de segurança, nos termos do artigo 15.º do Código, aplicam-se as disposições da presente parte e, onde estas não as afastem, as disposições aplicáveis ao regime comum.

##### **Artigo 194.º - Iniciativa e competência**

— A decisão de colocação em regime de segurança é da competência do director-geral, mediante proposta dos serviços centrais ou do director do estabelecimento prisional, verificados os pressupostos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º do Código.

— A decisão a que se refere o número anterior é fundamentada e é comunicada imediatamente, sem exceder 24 horas, ao Ministério Público junto do Tribunal de Execução das Penas, nos termos e para os efeitos do artigo 198.º do Código.

— O recluso é notificado da colocação em regime de segurança e, salvo na medida em que razões de ordem e segurança o impedirem, dos respectivos fundamentos.

— A notificação prevista no número anterior é efectuada a pelo estabelecimento prisional de origem, salvo quando razões de ordem e segurança que constam do despacho de transferência o desaconselhem, caso em que a notificação é efectuada pelo estabelecimento de destino, após a concretização da transferência.

##### **Artigo 195.º - Registo diário de ocorrências**

— Nos estabelecimentos ou unidades prisionais de segurança especial existe um registo diário de ocorrências em modelo uniformizado.

— O registo diário de ocorrências é efectuado pelo elemento dos serviços de vigilância e segurança responsável pela chefia.

##### **Artigo 196.º - Afectação**

— Os reclusos colocados em regime de segurança são afectos a estabelecimento ou unidade prisional de segurança especial.

— Nos estabelecimentos prisionais onde existam unidades prisionais com diferentes níveis de segurança, é assegurada a separação física da unidade prisional de segurança especial, de forma a impedir completamente os contactos com reclusos colocados em regimes diferentes.

#### Artigo 197.º - Alojamento

— O alojamento é sempre efectuado em cela individual.

— A limpeza das celas é efectuada pelos reclusos que as habitam e a das áreas comuns, rotativamente, pelos reclusos designados por despacho do director, não podendo o número de reclusos simultaneamente envolvidos ser superior a três.

#### Artigo 198.º - Posse e uso de objectos

— Ao recluso apenas é permitido o uso de aliança e de relógio de pulso.

— No espaço de alojamento são unicamente permitidos:

O vestuário e calçado fornecidos pelo estabelecimento ou unidade prisional e o autorizado nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo seguinte; artigos de higiene pessoal fornecidos pelo estabelecimento ou unidade prisional ou adquiridos pelo recluso através do serviço de cantina;

Fotografias e imagens colocadas obrigatoriamente no *placard* destinado a esse fim e que não excedam a área de exposição respectiva;

Televisor, aparelho de rádio ou leitor de música e filmes, fornecidos pelo estabelecimento ou unidade prisional a expensas do recluso, salvo se o respectivo director, fundamentadamente, autorizar procedimento diferente, designadamente o uso de aparelhos pertencentes ao próprio recluso;

Livros, jornais, revistas, fonogramas ou videogramas, com o limite de um exemplar de cada espécie simultaneamente, requisitados à biblioteca ou adquiridos, a expensas do recluso, através do serviço de cantina do estabelecimento;

Uma publicação de conteúdo espiritual ou religioso e objectos pessoais de culto espiritual e religioso que não constituam risco para a segurança;

Outros objectos cuja permanência no alojamento seja imprescindível por razões de saúde do recluso, sob proposta do médico e mediante autorização do director do estabelecimento ou unidade prisional.

— O recluso pode requisitar à biblioteca livros, jornais, revistas, fonogramas ou videogramas, que devolve quando proceder a nova requisição.

— Os equipamentos referidos na alínea *d*) do n.º 2 são verificados e selados antes da sua colocação no espaço de alojamento.

— Os objectos referidos nos n.ºs 1 e 2 são incluídos no inventário dos bens do recluso, destinam-se a utilização pelo próprio e não podem ser cedidos, a qualquer título, a outra pessoa.

#### Artigo 199.º - Vestuário e roupa de cama

— O vestuário e calçado fornecidos pelo estabelecimento ou unidade prisional, no momento do ingresso, são de modelo aprovado pelo director -geral.

— O recluso tem na sua posse vestuário em quantidade que permita três mudas semanais, salvo tratando-se de roupa interior, em que é assegurada uma muda diária.

— O estabelecimento ou unidade prisional fornece roupa de cama, de harmonia com a época do ano, e ainda roupa de banho adequada, assegurando o seu bom estado de conservação e limpeza e a muda semanal.

#### Artigo 200.º - Utilização de vestuário próprio

— Sempre que se desloque ao exterior, o recluso pode utilizar o vestuário próprio que se encontra depositado no estabelecimento ou unidade prisional.

— O recluso pode usar a sua própria roupa interior, em quantidade correspondente a uma muda diária.

— O recluso pode ter na sua posse um par de calçado para a prática desportiva.

— Os bens referidos nos n.ºs 2 e 3 podem ser substituídos com periodicidade semestral ou quando o estado de deterioração pelo uso o

aconselhe, através dos serviços do estabelecimento prisional e a expensas do recluso.

#### Artigo 201.º - Exame e inventário de objectos

— No momento do ingresso, os objectos, vestuário e calçado próprio, documentos e valores de que o recluso seja portador são examinados e inventariados, sendo o inventário assinado pelo funcionário e pelo recluso, a quem é entregue cópia.

— Os objectos, vestuário e calçado próprio, documentos e valores cuja posse não seja permitida ao recluso ficam guardados no estabelecimento ou unidade prisional.

— O inventário discrimina os objectos, vestuário e calçado próprio, documentos e valores que ficam guardados no estabelecimento ou unidade prisional e aqueles que ficam na posse do recluso.

— O recluso pode solicitar, por escrito, que os objectos, vestuário e calçado próprio, documentos e valores que ficam guardados no estabelecimento ou unidade prisional sejam entregues a pessoa por si indicada.

#### Artigo 202.º - Higiene pessoal

— O recluso tem acesso aos produtos de higiene pessoal, fornecidos pelo estabelecimento ou unidade prisional ou adquiridos através do serviço de cantina, em quantidade, espécie e periodicidade estabelecidas por despacho do director -geral.

— O corte de cabelo é assegurado mensalmente pelo estabelecimento ou unidade prisional, sendo realizado na presença de elemento do pessoal de vigilância.

— É assegurado um banho diário de água quente.

#### Artigo 203.º - Alimentação

— A alimentação é exclusivamente fornecida pelo estabelecimento ou unidade prisional, sendo interdita a entrada de alimentos vindos do exterior.

— As refeições são tomadas na própria cela.

— Não é permitido o consumo ou posse de bebidas alcoólicas.

#### Artigo 204.º - Visitas

— O recluso beneficia de dois períodos de visita pessoal regular por semana com duração de até uma hora cada, um deles durante o fim -de-semana.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar diversa duração e periodicidade das visitas sempre que a pessoa visitante resida fora do território nacional ou a visita envolva dificuldades de deslocação, nomeadamente nas Regiões Autónomas ou entre estas e o território continental.

— O recluso apenas pode receber três pessoas em cada período de visita, não se incluindo neste limite um menor com idade inferior a 3 anos.

— Não é permitida, durante cada período de visita, a substituição dos visitantes, com a excepção dos menores, caso em que é possível uma substituição.

— Uma vez por ano, em dia com especial significado humano ou religioso para o recluso, ponderada a respectiva avaliação e os riscos para a segurança, pode ser autorizada uma visita extraordinária, com a duração de duas horas, podendo ser autorizado um número de visitantes superior ao referido no n.º 3.

— Podem ser autorizadas visitas íntimas nas condições previstas nos artigos 120.º a 124.º

— Não é permitido ao visitante entregar ao recluso, directamente ou através dos serviços do estabelecimento prisional, qualquer bem, objecto ou valor.

— A requerimento do recluso, o director do estabelecimento prisional pode autorizar o visitante a entregar, através dos serviços do estabelecimento prisional, o vestuário e o calçado previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 200.º

— O visitante pode entregar nos serviços do estabelecimento prisional dinheiro destinado ao recluso, o qual é afecto ao fundo de uso pessoal, sendo emitido recibo.

#### Artigo 205.º - Acreditação de visitas regulares

— A primeira visita e acreditação de visitantes de recluso que ingresse directamente em regime de segurança seguem os procedimentos previstos nos artigos 107.º e 108.º

— No caso de recluso colocado em regime de segurança transferido de estabelecimento prisional de segurança média ou alta, é permitida visita aos possuidores de cartão de visitante emitido no estabelecimento de origem, após reapreciação, pelo director do estabelecimento ou unidade prisional, das autorizações concedidas, aplicando -se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 118.º

#### **Artigo 206.º - Local das visitas e vigilância**

— As visitas decorrem no parlatório, com vidro inquebrável de separação, sem contacto directo entre visitantes e visitado.

— O director do estabelecimento prisional pode determinar, fundamentadamente, por razões de ordem e segurança, que a conversa entre o recluso e o visitante seja controlada por audição presencial através de elemento do pessoal de vigilância, sendo-lhes essa decisão comunicada no início da visita e registada no diário de ocorrências.

— A visita a que se refere o n.º 5 do artigo 204.º decorre em local adequado determinado pelo director, sem vidro de separação, no interior do estabelecimento ou da unidade prisional, é sujeita a vigilância contínua e não permite o contacto com os restantes reclusos.

— Excepciona -se do previsto no número anterior o caso em que tenha sido autorizado um número de visitantes superior, caso em que, por fundadas exigências de ordem e segurança, o director pode determinar que a visita decorra com vidro de separação.

— No termo das visitas que não decorram com vidro de separação e permitam contacto directo entre visitantes e visitado, o recluso é revistado com desnudamento.

#### **Artigo 207.º - Comunicação com advogados, solicitadores, notários e conservadores e visitas de representantes diplomáticos ou consulares**

— A comunicação com advogados, solicitadores, notários e conservadores e as visitas de representantes diplomáticos ou consulares, no exercício das suas funções, decorrem em local reservado que assegure a confidencialidade da comunicação e o controlo visual da mesma, sem vidro de separação.

— Não é possível o porte de telemóvel ou de outros aparelhos que permitam a comunicação sem fios, os quais ficam guardados em local próprio para o efeito, cuja chave fica na posse do visitante.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar a utilização de computadores pessoais portáteis, para seu uso exclusivo e no âmbito da sua actividade profissional, não sendo permitida qualquer ligação ao exterior por seu intermédio, designadamente através da Internet.

#### **Artigo 208.º - Encomendas**

— Não é permitida a recepção ou expedição de encomendas por via postal ou entrega directa.

— O disposto no número anterior não se aplica a reclusos estrangeiros no que respeita à recepção de livros, jornais ou revistas escritos na respectiva língua materna, devendo ser disponibilizados nos termos e com os limites da alínea e) do n.º 2 do artigo 198.º

#### **Artigo 209.º - Contactos telefónicos**

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar o recluso, a expensas deste, a efectuar dois telefonemas por semana em telefone da rede fixa, com duração não superior a dez minutos cada.

— O recluso efectua pedido específico para utilização do telefone, do qual conste o número de destino e o nome do destinatário, com a antecedência mínima de 24 horas.

— O director do estabelecimento prisional pode autorizar a efectivação de telefonema a expensas do recluso, em caso de comprovada situação de especial significado na vida deste.

— As ligações telefónicas são sempre efectuadas por elemento do pessoal de vigilância.

— Por razões de ordem e segurança, o director do estabelecimento prisional pode determinar o controlo auditivo da conversa telefónica, por funcionário designado para o efeito, disso dando prévio conhecimento ao recluso, procedendo -se ao registo no diário de ocorrências. 6 — O recluso não pode receber telefonemas.

#### **Artigo 210.º - Telefonema para advogado**

1 — O recluso, sempre que o solicite e a expensas suas, pode contactar diariamente por telefone o seu advogado. 2 — A chamada telefónica a que se refere o número anterior não pode exceder cinco minutos e a ligação é sempre efectuada por elemento do pessoal de vigilância.

— Em casos justificados ou mediante requerimento do advogado, o director pode autorizar uma duração da chamada ao advogado superior à prevista no número anterior.

— Para efeitos do disposto no presente artigo, o recluso indica previamente o número de telefone do advogado, o qual é registado no diário de ocorrências.

#### **Artigo 211.º - Outros meios de comunicação**

Não é permitida a utilização de outros meios de comunicação com o exterior, para além da correspondência e da utilização do telefone da rede fixa, nos termos constantes dos artigos anteriores.

#### **Artigo 212.º - Actividades formativas ou laborais e programas**

Podem ser autorizadas actividades formativas ou laborais e frequência de programas que seja possível realizar no interior do espaço de alojamento ou em espaço físico apropriado para esse efeito e que sejam compatíveis com a ordem e a segurança.

#### **Artigo 213.º - Actividades físicas e lúdicas**

— Desde que não seja posta em causa a ordem e segurança, é permitida a prática de uma hora diária de actividade física em ginásio ou outro local a tal destinado, bem como a realização de jogos de mesa, com a participação máxima de quatro reclusos em simultâneo.

— A privação ou restrição do convívio com determinados reclusos ou do acesso a espaços comuns faz -se nos termos do artigo 158.º

— Se o espaço físico o permitir, o director do estabelecimento prisional pode autorizar a realização de actividades colectivas, incluindo actividades desportivas a céu aberto, fixando -se caso a caso o número máximo de participantes.

#### **Artigo 214.º - Permanência a céu aberto**

— Ao recluso são concedidas duas horas diárias de permanência a céu aberto.

— Não é permitida a permanência a céu aberto de mais de três reclusos em simultâneo no mesmo local.

#### **Artigo 215.º - Assistência médica**

— A prestação dos cuidados de saúde é efectuada nos serviços clínicos do estabelecimento ou unidade prisional, preferencialmente sem contacto com os demais reclusos.

— A data e a hora de realização dos exames médicos são sempre objecto de registo no diário de ocorrências.

#### **Artigo 216.º - Prestação de cuidados de saúde e internamento no exterior**

— Sempre que os cuidados ambulatoriais exigidos pelo estado de saúde do recluso não possam ser prestados no estabelecimento ou unidade prisional, o director - geral autoriza, sob proposta do director do estabelecimento prisional e ouvidos os serviços clínicos, a saída do recluso ao exterior para o efeito.

— A necessidade de internamento do recluso em unidade de saúde no exterior é comunicada pelos serviços clínicos ao director do estabelecimento prisional, que propõe a saída do recluso ao director -geral para autorização.

— Quando o internamento do recluso em unidade de saúde no exterior resulte de uma situação de urgência, compete ao director do estabelecimento prisional autorizar a saída, com salvaguarda das exigências de segurança, comunicando tal facto ao director -geral.

— O recluso é escoltado na deslocação ao exterior quando o despacho do director - geral o determine, sendo nesse caso a escolta assegurada pelo Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.

#### **Artigo 217.º - Licenças de saída administrativas**



— As licenças de saída administrativas dos reclusos preventivos ou condenados em regime de segurança previstas na alínea c) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 76.º do Código são autorizadas pelo director-geral.

— Em caso de urgência, a autorização a que se refere o número anterior pode ser obtida por qualquer meio.

— No caso das licenças a que se refere a alínea c) do n.º 3 do artigo 76.º do Código, o director do estabelecimento prisional solicita previamente a concordância do tribunal à ordem do qual é executada a medida de coacção e comunica-a ao director-geral, excepto nos casos em que a demora possa tornar inútil a saída, designadamente nos casos de falecimento ou estado de doença grave de familiares próximos.

— O recluso é escoltado na deslocação ao exterior quando o despacho do director-geral o determine, sendo nesse caso a escolta assegurada pelo Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.

#### **Artigo 218.º - Acompanhamento**

— Os pedidos de audiência dirigidos pelo recluso ao director do estabelecimento prisional são registados no diário de ocorrências.

— Os serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena efectuam o atendimento dos reclusos pelo menos uma vez por semana.

#### **Artigo 219.º - Avaliação**

— A decisão de colocação em regime de segurança é obrigatoriamente reavaliada no prazo máximo de seis meses, ou de três meses no caso de recluso com idade até aos 21 anos.

— Independentemente dos prazos fixados no número anterior, quando haja alteração das circunstâncias que determinaram a colocação em regime de segurança, pode esta ser reavaliada a todo o tempo por iniciativa do estabelecimento prisional ou a requerimento do recluso.

— Para os efeitos previstos nos números anteriores, o director do estabelecimento prisional organiza processo do qual consta:

Relatório dos serviços de vigilância e segurança contendo a descrição e avaliação do comportamento do recluso, nomeadamente a interacção com os demais reclusos, no período em apreço;

Relatório dos serviços responsáveis pelo acompanhamento da execução da pena contendo a avaliação da participação do recluso em programas ou em actividades de ensino e formação, laborais, físicas e lúdicas que lhe foram propostas e evolução do estado psico-emocional;

Relatório de avaliação médica;

Relatório do director do estabelecimento prisional contendo a apreciação sobre a actualidade dos motivos que determinaram a colocação em regime de segurança.

3 — A reavaliação a que se referem os n.ºs 1 e 2 é efectuada em reunião do conselho técnico do estabelecimento que elabora parecer em acta, da qual consta proposta de manutenção ou de cessação do regime e que, juntamente com cópia dos relatórios referidos no n.º 3, é submetida a apreciação e despacho do director-geral.

#### **Artigo 220.º - Comunicação das decisões**

As decisões de colocação e manutenção em regime de segurança, bem como as decisões de cessação são de imediato, em prazo não superior a 24 horas, comunicadas ao Ministério Público junto do Tribunal de Execução das Penas para o efeito previsto no n.º 6 do artigo 15.º do Código.

### **PARTE V**

### **Regras especiais**

#### **TÍTULO I**

#### **Prisão preventiva**

#### **Artigo 221.º - Âmbito**

— A execução da prisão preventiva decorre em estabelecimento ou unidade prisional próprios, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Código.

— O recluso em prisão preventiva é colocado em regime comum ou em regime de segurança, sendo correspondentemente aplicáveis as disposições das partes II e IV do presente Regulamento Geral, com as necessárias adaptações constantes dos artigos seguintes.

— A colocação em regime comum ou em regime de segurança tem em conta a avaliação prevista no artigo 19.º do presente Regulamento Geral, sem prejuízo do ingresso directo no regime de segurança quando se verificarem, desde logo, os pressupostos do artigo 15.º do Código.

#### **Artigo 222.º - Visitas**

— O recluso preventivo colocado em regime comum pode receber visitas, sempre que possível todos os dias.

— Ao recluso preventivo colocado em regime de segurança aplicam-se as correspondentes normas do presente Regulamento Geral.

#### **Artigo 223.º - Alimentação**

1 — Não é permitida a entrada de refeições confeccionadas no exterior, nem de bebidas de qualquer tipo. 2 — Desde que razões de saúde, higiene e segurança não o desaconselhem, é admitida a entrada de pequenas quantidades de alimentos, até ao peso máximo total de 1 kg por cada entrega, observando-se o disposto no artigo 48.º

#### **Artigo 224.º - Licenças de saída para actividades**

— O recluso preventivo colocado em regime comum pode beneficiar das licenças de saída para actividades previstas no n.º 1 do artigo 81.º do Código.

— Tratando-se das licenças previstas no n.º 3 do artigo 81.º do Código, o director do estabelecimento prisional comunica previamente a proposta de licença ao tribunal à ordem do qual é executada a medida de coacção.

— Quando o tribunal não se oponha à concessão da licença, o director do estabelecimento prisional remete a proposta, para decisão, ao director-geral, acompanhada de cópia da resposta do tribunal.

#### **Artigo 225.º - Licenças de saída especiais**

— A concessão de licenças de saída especiais ao recluso preventivo colocado em regime comum é da competência do director do estabelecimento prisional.

— A concessão de licenças de saída especiais depende da não oposição do tribunal à ordem do qual é executada a medida de coacção, excepto nos casos em que a demora resultante da comunicação com o tribunal possa tornar inútil a saída, designadamente nos casos de falecimento ou estado de doença grave de familiares próximos.

### **TÍTULO II**

#### **Prisão por dias livres e regime de semidetenção**

#### **Artigo 226.º - Ingresso**

— No primeiro ingresso do recluso em cumprimento de pena de prisão por dias livres ou em regime de semidetenção aplicam-se os procedimentos de ingresso previstos nos artigos 3.º a 16.º

— Nos ingressos subsequentes aplicam-se os procedimentos previstos nos artigos 5.º, 10.º e 11.º

— Os objectos, documentos e valores que o recluso transporte consigo no início de cada período de prisão e que não lhe seja permitido manter nos termos do presente Regulamento Geral são examinados e inventariados, sendo depositados em local a determinar pelo director e devolvidos em cada saída.

— O inventário é assinado pelo funcionário que o elabora e pelo recluso, a quem é entregue cópia.

— O recluso pode ser autorizado a manter consigo medicamentos na quantidade necessária para 48 horas, desde que venha acompanhado por carta do seu médico assistente que confirme a prescrição e as respectivas doses.

— A medicação e a carta referidas no número anterior são verificadas na observação a que se refere o n.º 1 do artigo 53.º

#### **Artigo 227.º - Execução**

— A execução da prisão por dias livres e em regime de semidetenção decorre em sector próprio do estabelecimento prisional que garanta a total separação dos demais reclusos.

— As entradas e saídas do recluso do estabelecimento prisional são anotadas de acordo com o disposto no artigo 125.º do Código e registadas no sistema de informação prisional.

— O recluso em cumprimento de prisão por dias livres não pode receber visitas nem correspondência ou encomendas.

#### **Artigo 228.º - Faltas e incumprimentos**

As faltas de entrada no estabelecimento prisional do condenado em prisão por dias livres ou em regime de semidetenção, nos termos indicados na sentença condenatória, são imediatamente comunicadas ao Tribunal de Execução das Penas para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 125.º do Código.

### TÍTULO III

#### Reclusos estrangeiros

##### Artigo 229.º - Âmbito

— Ao recluso estrangeiro aplicam -se as normas constantes das partes II, III e IV do presente Regulamento Geral, consoante o regime em que está colocado, com as especificidades previstas no presente título.

— A execução das penas e medidas privativas da liberdade de recluso estrangeiro tem particularmente em consideração os princípios orientadores constantes do n.º 4 do artigo 4.º do Código.

##### Artigo 230.º - Contacto com entidade diplomática ou consular

— No momento do ingresso, o recluso estrangeiro ou apátrida é informado da possibilidade de ser dado conhecimento da sua situação de reclusão à respectiva entidade diplomática ou consular ou a entidade representativa dos seus interesses e regista- se a sua manifestação de vontade.

— Ao recluso estrangeiro ou apátrida que tenha manifestado vontade de contactar a respectiva entidade diplomática ou consular ou a entidade representativa dos seus interesses é permitido telefonar gratuitamente para a mesma, sem prejuízo dos demais contactos telefónicos previstos no artigo 8.º

— O estabelecimento prisional remete cópia da declaração a que se refere o n.º 1 aos serviços centrais competentes.

##### Artigo 231.º - Comunicação das decisões

Quando tiver sido dado conhecimento da situação de reclusão a entidade diplomática ou consular ou a entidade representativa dos interesses de recluso estrangeiro ou apátrida, a esta são igualmente comunicadas as decisões e informações que ao mesmo respeitam, sem prejuízo das demais comunicações às entidades previstas nos correspondentes artigos do presente Regulamento Geral.

##### Artigo 232.º - Visitas de entidades diplomáticas ou consulares

— As visitas de entidades diplomáticas ou consulares não dependem de autorização e decorrem em dias úteis, em horário a fixar pelo director do estabelecimento prisional, dentro do período normal de expediente.

— Com a antecedência de 24 horas, a entidade que pretenda efectuar a visita comunica essa intenção ao director do estabelecimento prisional, para obtenção do consentimento do recluso na visita.

— São aplicáveis às visitas de entidades diplomáticas ou consulares, com as devidas adaptações, as disposições previstas nos artigos 102.º a 104.º, relativas à comunicação com advogado.

##### Artigo 233.º - Mandatário estrangeiro

O recluso estrangeiro pode ser visitado por advogado estrangeiro observados os requisitos exigidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados para o exercício da advocacia em Portugal.

##### Artigo 234.º - Visitas pessoais e contactos telefónicos

— As normas respeitantes à duração e periodicidade das visitas pessoais e aos contactos telefónicos podem ser adaptadas, por despacho do director do estabelecimento prisional, sempre que a pessoa visitante resida fora do território nacional.

— Em caso de manifesta e comprovada necessidade económica do recluso, é- lhe assegurada a realização de duas chamadas telefónicas por mês, com a duração de cinco minutos cada, para o cônjuge ou pessoa com quem mantenha relação análoga ou relação pessoal significativa, sempre a efectuar por funcionário.

##### Artigo 235.º - Transferência de pessoas condenadas

O recluso estrangeiro é informado da faculdade que lhe assiste de pedir transferência para o país de origem para cumprir o remanescente

da pena em que tiver sido condenado, ao abrigo da lei ou de tratados e convenções internacionais, nomeadamente a Convenção Relativa à Transferência de Pessoas Condenadas, dirigindo para o efeito um pedido ao Ministério Público junto do Tribunal de Execução das Penas.

##### Artigo 236.º - Libertação de recluso estrangeiro com pena acessória de expulsão

— No caso de recluso estrangeiro ao qual tenha sido aplicada pena acessória de expulsão, o director do estabelecimento prisional comunica ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com uma antecedência de dois meses, a data previsível do termo da pena ou da libertação.

— A comunicação prevista no número anterior é acompanhada de informação relativa ao prazo de validade dos documentos de identificação do recluso.

### TÍTULO IV

#### Mulheres

##### Artigo 237.º

##### Âmbito

— A execução das penas e medidas privativas da liberdade das mulheres decorre em estabelecimento ou unidade prisional próprio, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º do Código.

— Às mulheres reclusas aplicam -se as normas constantes das partes II, III e IV do presente Regulamento Geral, consoante o regime em que estão colocadas, com as especificidades previstas no presente título.

##### Artigo 238.º - Higiene pessoal

— O estabelecimento prisional fornece periodicamente à reclusa que, comprovadamente, não disponha de meios para a sua aquisição um conjunto básico de produtos de higiene, cuja composição é aprovada por despacho do director -geral.

— É assegurado à reclusa o acesso a serviço de cabeleireiro, cuja periodicidade e horário são fixados pelo director do estabelecimento prisional.

##### Artigo 239.º - Assistência médica

— O estabelecimento prisional garante acompanhamento médico adequado e o despiste periódico de doenças do foro ginecológico.

— Às reclusas no período de gravidez ou puerpério é proporcionado acompanhamento médico especializado.

— Na medida do possível, são tomadas todas as providências para que o parto tenha lugar num hospital não prisional.

##### Artigo 240.º - Transporte das reclusas

— Durante o transporte é sempre garantido o acompanhamento da reclusa por um elemento dos serviços de vigilância e segurança do sexo feminino.

— O transporte de reclusa que se encontre em estado de gravidez ou puerpério é efectuado com os cuidados próprios, se necessário com recurso a ambulância, mediante autorização do director.

— A reclusa com filhos que tenha que deslocar- se ao exterior pode fazer -se acompanhar por estes, quando esteja a amamentar.

##### Artigo 241.º - Execução de medidas disciplinares de permanência no alojamento e de internamento em cela disciplinar

— O médico do estabelecimento prisional é ouvido antes da aplicação de medida disciplinar à reclusa nos casos de gravidez, puerpério ou após a interrupção de gravidez, quando se trate das medidas disciplinares previstas na alínea f) e g) do n.º 1 do artigo 105.º do Código.

— A medida prevista na alínea g) do artigo 105.º do Código não é aplicável às reclusas nos seis meses seguintes ao parto.

##### Artigo 242.º - Libertação

Em momento anterior à libertação, no caso de reclusa em estado de gravidez ou puerpério ou após interrupção da gravidez, esta é examinada pelo médico e, no caso de este considerar que a saída imediata representa perigo para a sua vida ou perigo grave para a sua saúde, informa por escrito o director do estabelecimento prisional, o qual, obtido o consentimento da reclusa, pode autorizar a sua permanência neste pelo tempo estritamente indispensável à concretização do ingresso em estabelecimento de saúde adequado, no exterior.

## **TÍTULO V**

### **Reclusos com filhos menores**

#### **Artigo 243.º - Âmbito**

— À execução das penas e medidas privativas da liberdade dos reclusos que têm consigo filho menor, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 7.º do Código, aplicam-se as normas constantes das partes II e III do presente Regulamento Geral, consoante o regime em que estão colocados, com as especificidades previstas no presente título.

— Ao recluso colocado em regime de segurança não é permitido ter consigo filho menor.

#### **Artigo 244.º**

##### **Alojamento**

— O espaço de alojamento do recluso que tem consigo filho menor situa-se em zona do estabelecimento prisional destinada a esse efeito, separada dos alojamentos dos demais reclusos.

— O espaço de alojamento é dotado do mobiliário e equipamento necessários à permanência do menor e têm a dimensão adicional adequada.

#### **Artigo 245.º - Posse de objectos**

— Ao recluso com filho menor é permitido ter ainda no seu espaço de alojamento os produtos de puericultura e higiene infantil, o vestuário do menor e brinquedos, nas quantidades e tipos determinados pelo director do estabelecimento prisional.

— A entrada dos bens e produtos referidos no número anterior no estabelecimento prisional fica sujeita aos procedimentos de exame de entrada dos bens e produtos destinados a reclusos.

#### **Artigo 246.º - Alimentação e outras necessidades do menor**

— O estabelecimento prisional garante a alimentação dos filhos menores, conforme as suas necessidades e de acordo com as indicações médicas.

— São assegurados aos filhos menores leite pediátrico e papas infantis, de acordo com as indicações médicas, quando os reclusos comprovadamente não disponham de meios para a sua aquisição.

— As refeições do recluso com filho menor são tomadas em local próprio, separado dos demais reclusos

4 — O estabelecimento prisional fornece os produtos de puericultura e higiene infantil necessários, quando os reclusos comprovadamente não disponham de meios para a sua aquisição.

#### **Artigo 247.º - Assistência médica**

— O estabelecimento prisional assegura a assistência médica aos filhos menores, garantindo, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde, o cumprimento do plano nacional de vacinação e saúde infantil, bem como os rastreios para diagnóstico e tratamento de doenças, tendo em vista o seu normal desenvolvimento físico e intelectual.

— Caso os filhos menores tenham que se deslocar ao exterior para consulta ou acto médico, os reclusos podem acompanhá-los mediante autorização do director do estabelecimento prisional.

#### **Artigo 248.º - Transporte de menores**

O transporte de recluso acompanhado de filho menor efectua-se preferencialmente em viatura não celular, desde que a isso não se oponham razões de ordem ou segurança.

#### **Artigo 249.º**

##### **Actividades para os filhos menores**

— O estabelecimento prisional organiza actividades lúdicas e de ocupação de tempos livres, em instalações adequadas.

— Sempre que possível e com o consentimento do recluso, deve fomentar-se a participação dos menores em actividades no exterior adequadas à idade, nomeadamente garantindo o acesso à rede pública pré-escolar.

#### **Artigo 250.º - Visitas**

— Nos casos em que os progenitores do menor estejam em cumprimento de pena ou medida privativa da liberdade em estabelecimentos prisionais distintos e desde que não obstem razões de

segurança, são permitidas as visitas entre o casal e o menor, para manutenção dos laços familiares.

— Sempre que possível, as visitas previstas no número anterior têm uma periodicidade quinzenal.

#### **Artigo 251.º - Diligências ao exterior**

Os reclusos com filho menor que tenham que se deslocar ao exterior podem fazer-se acompanhar por estes, sempre que a diligência seja de duração superior a um dia e tenham que pernoitar noutro estabelecimento prisional, desde que este reúna as condições necessárias.

## **TÍTULO VI**

### **Medida de segurança de internamento e internamento de imputável portador de anomalia psíquica**

#### **Artigo 252.º - Âmbito**

— Aos inimputáveis ou imputáveis internados, por decisão judicial, em estabelecimento destinado a inimputáveis aplicam-se as normas constantes das partes ii, iii e iv do presente Regulamento Geral, consoante o regime em que estão colocados, com as necessárias adaptações e as especificidades previstas nos artigos 126.º a 132.º do Código e no presente título.

— Sempre que, nos termos do n.º 2 do artigo 126.º do Código, o internamento não deva ser executado em unidade de saúde mental não prisional, a execução decorre em estabelecimento ou unidade prisional próprio, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Código.

#### **Artigo 253.º - Restrições e orientação médica**

— Os internados são sujeitos a acompanhamento médico permanente, desde o momento do ingresso.

— As restrições às regras aplicáveis ao regime em que o internado se encontra colocado são determinadas pelo director do estabelecimento prisional, mediante parecer médico escrito prévio, salvo situações de urgência em que não seja possível estabelecer imediato contacto por qualquer meio com o médico responsável.

— As restrições previstas no número anterior são individualizadas e submetem-se aos princípios da necessidade, adequação e proporcionalidade, sendo aplicadas pelo tempo estritamente necessário.

— A decisão de aplicação das restrições previstas no n.º 2 é escrita e fundamentada e define o prazo da sua aplicação, pelo máximo de dois meses, podendo ser prorrogado, após reapreciação, por igual prazo, sob orientação médica.

#### **Artigo 254.º - Plano terapêutico e de reabilitação**

— O plano terapêutico e de reabilitação a que se refere o artigo 128.º do Código é completado no prazo de 60 dias e é aprovado pelo director do estabelecimento prisional após audição do respectivo conselho técnico.

— Após aprovação, o plano é remetido ao Tribunal de Execução das Penas para os efeitos previstos no artigo 172.º do Código.

— O plano terapêutico e de reabilitação e as respectivas actualizações são, sempre que possível, dados a conhecer ao recluso, sendo -lhe entregue cópia após homologação pelo Tribunal de Execução das Penas, e são arquivados no processo individual.

— É também remetida cópia do plano terapêutico e de reabilitação a todas as entidades que intervêm na sua execução.

— O disposto no presente artigo aplica-se, com as necessárias adaptações, à execução de internamento em unidades de saúde mental não prisionais.

#### **Artigo 255.º - Meios especiais de segurança**

— A aplicação de meios especiais de segurança é determinada pelo director do estabelecimento prisional, sob proposta e orientação do médico, salvo se se tratar de situação de perigo iminente.

— A aplicação dos meios previstos no artigo anterior é efectuada na presença de pessoal clínico e, tanto quanto possível, sem a presença de outros internados

— O internado sujeito aos meios previstos no n.º 1 fica sob vigilância directa, permanente, de pessoal clínico.

— A aplicação dos meios previstos no n.º 1 é registada no processo individual do internado, com a menção do termo inicial e final da mesma, das circunstâncias e motivos que a determinaram, dos meios usados

e do médico que a acompanhou, bem como das lesões eventualmente resultantes.

<http://dre.pt/pdfgratis/2011/04/07100.pdf>

#### **Artigo 256.º - Formação**

O pessoal afecto a estabelecimento prisional destinado ao internamento de inimputáveis recebe formação específica para o efeito.

### **PARTE VI**

#### **Disposições finais**

#### **Artigo 257.º - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente Regulamento Geral contam -se de acordo com as normas previstas no Código do Procedimento Administrativo quando se trate de prazos relativos a procedimentos da administração penitenciária, contando -se em dias corridos nos demais casos.

#### **Artigo 258.º - Comunicações e notificações**

— As comunicações previstas no presente Regulamento Geral, nomeadamente entre os estabelecimentos prisionais, os serviços centrais e os tribunais de execução das penas são efectuadas, sempre que possível, por via electrónica, em condições que permitam a verificação da sua autenticidade.

— As notificações ao recluso são efectuadas por notificação pessoal e, caso o mesmo recuse a notificação, o facto é certificado com recurso a, pelo menos, uma testemunha.

#### **Artigo 259.º - Sistema de informação prisional**

As menções do presente diploma ao sistema de informação prisional referem -se à base de dados com tratamento automatizado relativa a pessoas penalmente privadas da liberdade prevista e regulada no Decreto-Lei n.º 144/2001, de 26 de Abril.

#### **Artigo 260.º - Manuais de procedimentos**

O director- geral aprova em manuais de procedimentos:

As regras e procedimentos de prestação de cuidados de saúde aos reclusos;

As orientações técnicas, os instrumentos e os modelos utilizados na avaliação do recluso e na programação do tratamento prisional, designadamente os respeitantes ao plano individual de readaptação e ao plano terapêutico e de reabilitação;

As características dos espaços desportivos e de ginásios, os respectivos equipamentos, as regras e procedimentos da sua utilização e a organização e participação em competições desportivas.

#### **Artigo 261.º - Horários**

— Os horários de abertura e encerramento dos espaços de alojamento e a definição do período de silêncio são aprovados pelo director -geral, sob proposta dos directores dos estabelecimentos prisionais.

— No prazo de 30 dias após a entrada em vigor do presente Regulamento Geral, o director de cada estabelecimento prisional fixa, por despacho:

Os horários relativos às refeições, à permanência a céu aberto e às visitas;

As regras de utilização dos telefones pelos reclusos, que definem os termos de acesso e o horário em que se efectuam;

Os horários das actividades e funcionamento dos serviços nos estabelecimentos prisionais.

3 — Os horários e regras previstos no número anterior são submetidos a homologação do director -geral.

#### **Artigo 262.º - Inspeções aos estabelecimentos prisionais**

É efectuada anualmente, pelo Serviço de Auditoria e Inspecção, uma inspecção comum aos estabelecimentos prisionais, sem prejuízo das inspecções extraordinárias que se revelem necessárias em função das ocorrências.

**Leonel Madureira**

---

**De:** Leonel Madureira <madureira.leonel@gmail.com>  
**Enviado:** segunda-feira, 17 de Junho de 2013 14:42  
**Para:** lmarques@cpj.pt  
**Assunto:** RE: Cursos Ministrados pelo CPJ no EP de Paços de Ferreira

Boa tarde Dr. Leandro Marques,  
Este e-mail é no sentido de solicitar a sua atenção para o pedido que lhe remeti no mês de Maio.  
Como o "tempo" está a terminar para a entrega da Tese, gostaria de saber se tem este assunto previsto para resolução.  
De facto é muito importante produzir um documento com a informação real dos números de certificados emitidos pela vossa entidade.  
Os melhores cumprimentos

**LEONEL MADUREIRA**  
Coordenação Pedagógica  
937 528 760

**De:** Leonel Madureira [mailto:madureira.leonel@gmail.com]  
**Enviada:** terça-feira, 14 de Maio de 2013 16:42  
**Para:** lmarques@cpj.pt  
**Cc:** jsilveira@dgsp.mj.pt  
**Assunto:** Cursos Ministrados pelo CPJ no EP de Paços de Ferreira

Boa tarde Dr. Leandro Marques  
Como referi este estudo faz parte de uma Tese de Mestrado em Educação de Adultos que estou a frequentar na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.  
Solicito a vossa melhor atenção e ajuda no esclarecimento da formação dada no EP e a indicação dos certificados emitidos.  
Os melhores cumprimentos

**LEONEL MADUREIRA**

LEONEL MONTEIRO MADUREIRA  
Aluno de Mestrado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação  
UNIVERSIDADE DO PORTO



Para: Exma. Sr.ª Diretora do EP de Paços de Ferreira  
ATT: Dr. José António  
DATA : 2013-01-28

Vossa REFª SAÍDA: Ofício nº 174/DSPRE  
de 2012-09-20

**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE COMPUTADOR PESSOAL**

Dr.ª Elisabete Dias

No âmbito do desenvolvimento da Investigação Académica para a obtenção do Mestrado em Educação de Adultos, solicito a autorização para transportar para o Estabelecimento Prisional um Computador Pessoal com as seguintes características:

- Marca **Samsung**
- Modelo Cod: **NP550P5C-T01PT**
- Acessórios: - Carregador 220v; - Rato ótico

Este equipamento será para utilização nas deslocações ao E.P. sendo recolhido para fora do E.P. no final de cada visita.

Assim, solicito a V. Exa. se digne autorizar a entrada dos respetivos equipamentos.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Leonel Madureira

LEONEL MONTEIRO MADUREIRA  
BI nº 8224082

endereço de correio eletrónico [madureira.leonel@gmail.com](mailto:madureira.leonel@gmail.com)

Leonel Monteiro Madureira

Mestrando da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

UNIVERSIDADE DO PORTO



**Guião da entrevista - Formandos do EP de Paços de Ferreira**

1. Nome (facultativo)
2. Naturalidade
3. Idade e estado civil
4. Área de residência
5. Data de entrada no EP
6. Pena aplicada
7. Primário/Reincidente
8. Qual a escolaridade e as experiências educativas/formativas antes da reclusão
9. Experiência profissional no meio livre
10. Usou de Medidas de Flexibilização da Pena?
11. Que modalidade de ensino/formação frequenta ou frequentou?
12. Como descrevem o vosso dia-a-dia no E.P?
13. Que faziam antes da formação?
14. Como decorreu a adaptação à formação?
15. Como têm vivido, ou viveu esta experiência de voltarem aos estudos, ler, escrever, a matemática...?
16. Como compreendem a formação no futuro profissional?
17. Por que razões decidiram pelo curso que frequentaram? Foi a primeira escolha?
18. Pensa que a qualificação e certificação profissional podem garantir o sucesso individual? De que forma?
19. Como são as relações com a equipa pedagógica? Sofreram algum tipo de estigma?
20. Sentem que a frequência na formação tem permitido uma melhor integração pessoal e social no contexto prisional?
21. Esta modalidade de ensino/formação está ajustada às necessidades?



## **Mestrado em Educação e Formação de Adultos**

### **Anexo 18**

Grelha de Análise das Entrevistas com os reclusos - Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

**Orientadores:**

**João Caramelo**

**Joaquim Luís Coimbra**

**Discente:**

**Leonel Madureira**

**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DO PORTO**

**Ano letivo 2012-2013**



Tema	Subtema	Excertos da Entrevista			Interpretação
		Linha			
Caracterização Dos Entrevistados	Estado Civil	6	I – (...) sou solteiro, tenho 36 anos, sou natural de Barcelos	Nascimento 1977	- São <b>Portugueses</b> , do <b>norte</b> do país, desde Barcelos, Maia, Porto, V.N. Gaia e Aveiro. - Os entrevistados têm <b>idades entre os 28 e os 48 anos, idade ativa para o trabalho e para a formação</b> - Dos entrevistados, três são solteiros, um é divorciado e dois estão viúvos.
		7	N – (...) 28 anos, natural do Porto-Maia, solteiro	Nascimento 1985	
	Idade	8	R – (...) sou de Massarelos – Porto, tenho 31 anos, solteiro	Nascimento 1982	
		590	AS – (...) 45 anos, divorciado, natural (...) V. N. Gaia	Nascimento 1968	
	Naturalidade	794 -799	MJ – De Aveiro. (...) 48 anos. (...) Sou viúvo.	Nascimento 1965	
		805 -809	RU – Aveiro. (...) 40 anos. (...) Viúvo.	Nascimento 1973	
Condição da Reclusão	O Início da reclusão	11	I - Entrei (...) em 25 Janeiro de 2007		- Dos testemunhos percebe-se que os sujeitos <b>entraram para o E.P. muito recentemente, entre os anos de 2007 a 2011.</b>
		12	N - Entrei para este EP em 02 de Maio de 2009		
		13	R - Entrei (...) em Dezembro de 2008		
		593	AS – Em 2010		
		817	MJ – (...) trinta de maio de 2009.		
		819	RU – em 2011.		
	Primário ou reincidente	16, 22	I - Sou Reincidente. (...) a cumprir duas penas (...) uma pena de <b>três anos</b> e dois meses (que já cumpri) e outra pena que estou a cumprir de <b>nove anos</b> .		- Dos sujeitos entrevistados temos <b>dois reincidentes e quatro primários.</b> - Relativamente às penas que estão a <b>cumprir a média é de 15 anos</b> sendo que da amostra um ainda não tem pena definida, está em recurso  Nota: Verificar / relacionar a média das penas com o acesso à formação. Questionar e verificar a análise documental
		18, 23	N - Sou Reincidente. (...) Estou a cumprir uma pena (...) de <b>24 anos</b> .		
		19, 24	R - Sou Primário. (...) Tive várias penas e em cúmulo jurídico fiquei em <b>18 anos</b> de cadeia.		
	Pena aplicada	596, 599	AS – Sou Primário (...) A cumprir <b>12 anos</b>		
		823, 831	MJ – Primário. (...) a cumprir pena de <b>10 anos</b> .		
		827, 833	RU – Primário. (...) A pena está em recurso... Ainda <b>não está definida</b> .		
Habilitações escolares e profissionais anteriores à reclusão	Habilitações escolares	28	I - Tinha o <b>sexto ano incompleto</b> (...)	Em 1977 – 6º Ano	- Todos os entrevistados possuíam <b>níveis baixos de escolaridade</b> quando entraram para o sistema prisional: três com o primeiro ciclo; um não terminou o sexto ano; um com o sexto ano; e outro com o sétimo ano. - Apresentam <b>percursos curtos de escolarização</b> - <b>Ingresso no mundo do trabalho</b> após o fim da escolarização
		30	N – (...) na primeira vez, entrei com o <b>sétimo ano</b> (...)	Em 1985 – 9º Ano	
		40	R – (...) lá fora tinha a <b>quarta classe</b> ...	Em 1982 – 9º Ano	
		603	AS – Lá “fora” fiz a <b>quarta classe</b> (...)	Em 1968 – 6º Ano	
		840	MJ – <b>Quarta classe</b> .	Em 1965 – 4º Ano	
		846	RU – <b>Sexto ano</b> .	Em 1973 – 6º Ano	
	Habilitações profissionais	56	I – (...) trabalhei em cafés, (...) restaurantes cerca de três quatro anos		- Apresentam alguma experiencia profissional mas que não está devidamente habilitada e certificada.
		60	N – (...) gerente numa cervejaria-restaurant em Lavra.		
		62	R – (...) a minha profissão era Padeiro e Pasteleiro (...)		
		618	AS – Portanto, eu fui chapeiro durante 22 anos.		

		861	MJ – Era na construção civil.	
		863	RU – Eu era encarregado de construção civil também.	
Experiências profissionais e de formação anteriores à reclusão	Experiências Profissionais	56	I – (...) trabalhei em cafês, (...) restaurantes cerca de três quatro anos	- Quanto à experiência profissional dos entrevistados, dois trabalhavam na construção civil; dois no setor da restauração; um exercia como padeiro e pasteleiro e o outro no setor da reparação automóvel.  - Destes seis indivíduos, <b>só dois exercem profissões mais qualificadas</b> e mais ou menos exigentes em termos de formação.
		60	N – (...) gerente numa cervejaria-restaurant em Lavra.	
		62	R – (...) a minha profissão era Padeiro e Pasteleiro (...)	
		618	AS – Portanto, eu fui chapeiro durante 22 anos.	
		861	MJ – Era na construção civil.	
		863	RU – Eu era encarregado de construção civil também.	
	Experiências formativas		I – Não refere	- Da mesma forma se percebe que apresentam baixos investimentos na educação-formação.  Destes, quatro não referem a sua existência, reforçando a falta de oportunidades;  Outro refere que frequentou formação para a qualificação no contexto de empresa e um último indica que realizou formação no Instituto de Emprego e Formação Profissional, num curso de qualificação.
			N – Não refere	
			R – Não refere	
		604-612	AS – (...) fiz curso de Soldadura de Mig, (...) outro curso de Soldadura de Mag (...); Fiz também um curso de Técnico de Carroçarias (...); no nível da empresa (...) fiz alguns cursos como Higiene e Segurança no Trabalho, Eletricidade, Mecânica.	
		843	MJ – Nunca tinha tido curso nenhum, também nunca tive oportunidade disso, não é?	
		848-854	RU – (...) tinha tirado um curso em 93 que agora não me lembro... (...) era um curso ligado a... eletromecânica, (...) No Instituto de Formação Profissional.	
Viver em reclusão	Ocupação antes da inscrição na formação	179-180	I – (...) tava na Escola, estava na escola e a depois é que entrei para o curso do CPJ de Jardinagem... (...) - Acabei, acabei o curso e foi quando fui, vim aqui pá, pá... parte de fora, a parte da “pista”	- Da nossa amostra, verificamos que só um indivíduo estava sem ocupação. Quatro já se encontravam em processos educativos/formativos. Um estava a trabalhar nas oficinas do E.P.  - Dos discursos sobressai a preocupação de estudar para que por um lado possam evoluir nos estudos e por outro possam estar mais ocupados durante o dia.  - É visível dentro do EP, a relação entre a escola e a formação profissional como sendo um percurso a seguir neste contexto.  - Percebemos que a escola funciona como “triagem” e de “orientação” para a formação profissional.  - O papel do Técnico de Educação surge, dos discursos, como preponderante nas opções de mudança da escola para a formação.
		185-189	N – Antes de pegar neste curso estava inserido na, no secundário daqui do EPPF, na escola. - Estava na Escola para concluir, mas como,... já referi à pouco apareceu a oportunidade do curso,... a... fui inserido no curso.	
		191-195	R - Prontos... tava inserido no, no B2, não é? No B2, sétimo oitavo e nono... - (...) eu acabei e depois fui selecionado para o curso de Jardinagem	
		658-662	AS – Trabalhei aqui dois anos na serralharia. - (...) tanto é que agora também estou de férias da escola e estou aqui a arranjar um autocarro.	
		925-931	MJ – Estava na escola. (...) - Antes de ir para a escola fui para, andei a trabalhar para as obras mas depois como eu estava aqui dentro e já tinha a vida estragada então quis aproveitar ao menos o máximo possível do que estar a perder mais uma coisa.	
		935-937	RU – Antes de começar o curso não fazia absolutamente ... não fazia nada, estava inscrito na escola, estava à espera de vagas na escola depois, entretanto, apareceu esta possibilidade de entrar no curso e a Dr <sup>a</sup> (L), que é a minha Técnica de Educação, propôs-me essa situação e achava que era a mais confortável para mim e eu optei pelo curso.	

Viver em reclusão	O cotidiano para quem frequenta a escola ou a formação	129-133	<b>I</b> – <i>Levanto de manhã para tomar o pequeno-almoço, venho à cela, depois espero para as nove horas, depois venho cá para fora para o jardim, (...) sempre a trabalhar (...) depois vou almoçar, de tarde vou ao banho, às cinco, não é? Depois vamos a jantar...</i>	<p>- Como se percebe as rotinas não são diferentes para os nossos entrevistados, estejam em formação ou não, levantam e realizam as mesmas tarefas dentro dos mesmos horários.</p> <p>- Compreende-se que se referem a estas rotinas como algo incontornável acentuado que a atividade física surge como opção para alguns dos indivíduos, dado que procuram algum bem-estar e algum conforto psicológico.</p> <p>- Destas atividades físicas destacam o hábito de caminhar dentro do pavilhão ou as práticas de exercício com a frequência no ginásio.</p> <p>- Consideram que estar com uma ocupação, no caso dos que já terminaram a frequência num curso de formação, lhes permite “<i>estar fora daquele mundo</i>”, que classificam de ser “<i>sufocante, que é muita confusão, muito barulho, muita gente!</i>”</p> <p>- Por conseguinte, estarem ocupados com a formação acaba por preencher os dias de reclusão evitando as rotinas de quem está com um regime mais fechado.</p>
		137-155	<b>N</b> – <i>É, as rotinas de manhã é praticamente o mesmo porque temos o mesmo setor de trabalho, abra as portas às 08:00h da manhã, às 08:45h descemos, tomamos o nosso café no bar, 09:00h saímos para o nosso local de trabalho, (...) 11:30h vamos ao nosso almoço, (...) Depois à tarde lá nos encontramos e lá vimos nós para o nosso local de trabalho, ±16:15h despegamos, no meu caso temos aqui o nosso ginásio do EP, vou fazer o meu ginásio (...) O recolher é às 19:00h, 18:30h é o jantar...</i>	
		154-170	<b>R</b> – <i>Eu, (...) no fim do serviço que é às 16:30h, normalmente costumava sair e fazer aquela meia horazinha de desporto à tarde, até às cinco, antes de ir ao banho, entretanto deixei de ir porque ganhei esta lesão no ombro, (...) mas, chego lá dentro ao pavilhão, ando aquele bocadinho no pavilhão, que para mim é um bocadinho... prontos, constrangedor porque já... tá... tamos tão habituados a... estar fora daquele mundo... não é? (...) - Torna-se um bocado sufocante, que é muita confusão, muito barulho! muita gente! E pronto e a gente, ... (andar) Psicologicamente ajuda muito...</i>	
		652-654	<b>AS</b> – (...) de manhã, vou para a escola, tenho aulas até ao 12:10h, vou almoçar, normalmente fico na cela do meio dia e meio às duas, às 14:00h vou para a escola até às 17:00h, (...) vou ao banho, vou jantar e entretanto somos fechados às 19:00h.	
		909-914	<b>MJ</b> – <i>De manhã por volta das 07:00h (...) pequeno-almoço, 09:00h ir para o curso, ir almoçar às 11:30h, (...) tornar a ir para o curso às 14:00h até 17:00h (...) temos dois dias por semana eu e mais dois colegas meu, vamos para o ginásio. Vamos à terça e à quinta.</i>	
		916-920	<b>RU</b> – <i>É levantar-me por volta das 07:00h (...), tomar o pequeno-almoço, ir para o curso (...) Depois é sair do curso por volta das 11:30h, almoçar, tomar banho, ir para o curso por volta das 14:00h até às 15:30h, 16:00h, 17:00h...</i>	
A educação e formação no contexto de reclusão	Percurso académico e de formação dentro do E.P.	29 105-107 111	<b>I</b> (...) <i>fiz aqui dois cursos, com este que acabei (...) foi o terceiro que me deu equivalência ao 12º ano. Primeiro (...) foi em 2008, foi de Marcenaria pelo CPJ, (...) fui trabalhar para a Marcenaria. (...) fui chamado para (o curso de) Eletricista (de Instalações EFAB2. (...) Depois entrei, fui para a Escola... (...) fui chamado para vir para este curso (Jardinagem com equivalência ao 12º ano)</i>	<p>- São evidentes os progressos académicos dos sujeitos entrevistados onde se verifica progressões ao longo do tempo, com trajetos que passam pelo ensino recorrente, o RVCC, os EFA(s), e a formação profissional:</p> <p>Três dos ex-formandos, um com a quarta classe, outro com o sexto ano e um com o sétimo ano já concluíram o 12º ano, sendo de destacar que um inicia o seu trajeto académico com um RVCC para obter 7º, 8º e 9º ano);</p> <p>Dos restantes formandos, um realizou também um RVCC para obter o 6º ano e estão ainda em cursos de formação que lhes poderão dar a equivalência ao 9ºano.</p> <p>- A opção pela dupla certificação (escolar e profissional) é uma realidade presente em todos os entrevistados, onde destacamos os cursos profissionais em áreas como a Informática, Marcenaria, Eletricista de</p>
		31, 36	<b>N</b> – (...) <i>Na primeira reclusão (em 2003) (...) fiz um curso de Informática pelo Centro Protocolar de Justiça (CPJ), fiz outro curso de Calceteiro (em 2004) pela CPJ, e concluí o nono ano, pela Prosális num curso de Instalações de Eletricidade (2006). (...) para concluir o 9º ano (...)</i>	
		117-121	- <i>Nesta segunda reclusão (...) Estava na Escola para fazer o 12º (...) e mudou (...) para o curso, (...) e havia formação e a prática também para aprender a Jardinagem, fiz o 12º no curso de Jardinagem.</i>	

		41 – 45 123-125	<b>R</b> - Eu no EP de Custóias, (...) tirei o 5º e o 6º ano, (...) quando entrei num <b>curso de Informática</b> , vim para este EP, (...) depois <b>do RVCC fiz 7º, 8º e 9º anos</b> , (...) no <b>curso (de Jardinagem)</b> , completei o curso (...) Para o 12º ano (...) que começou em 2011.	Instalações, Jardinagem, Calceteiro e Padaria e Panificação. Devemos salientar que estes cursos podem validar saídas de níveis diferentes, dependendo do perfil de cada um dos referenciais de formação.
		628-634	<b>AS</b> – Eu aqui, <b>frequentei</b> já o Reconhecimento e Validação de Competências Chave (RVCC) e fiz o sexto ano, (...) Agora estou num <b>Curso de Panificação</b> que dá equivalência ao nono ano (...) tem a duração de quase dois anos, acaba em Novembro que vem. (Com o CPJ).	
		883-888	<b>MJ</b> – (Está no) <b>curso de Padaria / Panificação</b> (...) (pelo) <b>CPJ</b> . (...) Para obter o nono ano (...)	
		891	<b>RU</b> – É o curso de <b>Jardinagem</b> que dá equivalência ao nono ano.	
	A adaptação à formação	199 217-222	<b>I</b> – Correu bem, foi boa! – O <b>Matemática</b> foi mais... um bocado... mais <b>complicado!</b> – A escrita, tenho boa escrita e ler também leio!... Ora matemática, é que para mim é mais um bocado complicado, mas <b>vou-me safando!</b> – <b>Houve apoio!</b>	<p>- No geral todos afirmam que a adaptação não foi problemática.</p> <p>- Das dificuldades de adaptação só referem as temáticas em torno das áreas curriculares da escola, muito marcada pelas já longas ausências do sistema de ensino e formação</p> <p>- São vincadas dificuldade de adaptação e de desenvolvimento como consequências da idade que já têm, referindo-se às aprendizagens como algo que se “vai engolindo”</p> <p>- Outros formandos não referem dificuldades de maior, dizem, muito facilitadas pelos fortes hábitos de trabalho.</p> <p>- Outros apresentam problemas de adaptação marcados pelos problemas de convivência com colegas do grupo de formandos</p> <p>- Surgiram também nos discursos problemas decorrentes das diferenças entre matérias de anos diferentes.</p>
		201-205 224-227	<b>N</b> – (...) eu sempre fui uma pessoa que, que <b>me ensinaram a estar sempre pronta a aprender</b> , (...) e é claro que quando me informaram que havia o curso de <b>Jardinagem</b> , eu disse... é mais um hobby, <b>é mais um serviço que uma pessoa aprende para futuro!</b> No dia de amanhã...  – A adaptação é boa! É boa porque uma pessoa aprende sempre mais...	
		206-211 230-234	<b>R</b> - Prontos, <b>no meu caso foi uma mais-valia, para mim, pró futuro!</b> Que a gente derivado desta situação que estamos a viver... - Foi bom, <b>completou o curso de dois anos sem uma falta!</b>  - No meu caso, (...) senti umas <b>dificuldades a nível de...</b> prontos, de <b>matemática</b> senti umas dificuldades, mas tive um bom desenvolvimento. Tive <b>mais dificuldades foi no inglês...</b> na minha altura, na primária, não se aprendia o inglês ainda, não é? Infelizmente. Pronto a nível de escrita e de leitura sempre fui muito bom, tudo muito positivo	
		675-679 686-692	<b>AS</b> – Não foi fácil, porque estive muitos anos sem estar na escola, depois as turmas também não são fáceis, não é? Porque há sempre um outro que não agrada,... como tudo na vida. – E no início não foi fácil, agora leva-se bem.  – (...) depois só tive a quarta classe, a matéria é completamente diferente da quarta classe para o nono ano, não é? Mas é uma coisa que nós querendo e quando temos duvidas se perguntarmos acabamos por ir lá.	
A educação e formação no contexto de reclusão		944.948 962-964	<b>MJ</b> – Foi uma experiência nova, foi uma experiência boa. - Está a ser bom, <b>uma pessoa vai engolindo mais um bocadinho.</b>  - Uma pessoa, tenta aprender um bocadinho... <b>já não é aquela coisa como era quando uma pessoa era mais jovem</b> , não é? Mas tenta-se aprender mais um bocadinho. <b>Engolir mais um bocadinho.</b>	

		950-955 968-976	<b>RU</b> – Tem corrido muito bem. (...) Positiva! - Já não é aquele cérebro de primária. - Os professores ajudam (...) são simpáticos, ajudam. - Isto para quem vem de lá de fora habituado a trabalhar... Não há grandes graus de dificuldade.	
A educação e formação no contexto de reclusão	A escolha do Curso	261-270	<b>I</b> – É assim eu estava na Escola! – Continuava na Escola, ou vinha para o curso... – Sim, mas eu optei por vir para o curso. – Aprender... <b>ter a curiosidade de aprender</b> ... o que não sabia, porque até hoje já aprendi muito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As escolhas são no geral consequência de um trabalho realizado pela Técnica dos serviços de Reeducação do E.P.</li> <li>- A maior parte dos entrevistados estavam na escola, tendo sido chamados para integrarem um curso de formação com a dupla certificação.</li> <li>- As perspectivas de futuro são também indicadas nos discursos dos entrevistados onde o desenvolvimento de uma nova profissão se apresenta como muito positivo.</li> <li>- Denota-se que existe a curiosidade de aprenderem coisas novas.</li> </ul>
		277-283	<b>N</b> – É assim, fui chamado pelos serviços de educação para frequentar o curso... - No meu caso, no meu caso, se é para falar especificamente... é... em termos de escolaridade estávamos a tirar a mesma, (...)que era o 12º, segundo tínhamos mais uma profissão que podíamos aprender, e tínhamos gosto, se nos inscrevemos é porque tínhamos gosto, no meu caso eu sei que tenho, e no caso deles também sei que tenho, porque o me demonstraram e também era a <u>remuneração</u> , porque a remuneração dentro do EP é sempre uma ajuda para nós e para não estarmos dependentes também da família	
		285-287	<b>R</b> - Claro, exatamente... eu aqui faço as minhas palavras as no (N)...	
		704-710	<b>AS</b> – Este curso foi uma escolha minha, primeiro porque queria fazer o 9º ano e queria aprender qualquer coisa diferente, isto é, se houvesse outros cursos, como por exemplo ligados à mecânica, serralharia ou torneiro mecânicos eu preferia, na altura não havia, era o que havia e também eu vou aprender coisas novas.	
		1006-1014	<b>MJ</b> – Foi a Dra. que também veio cá e ela disse... “ô senhor (M), você como é uma pessoa assídua na escola e tudo... você não quer entrar no curso? É o curso de pastelaria. É bom para você, para o futuro. Nunca se sabe”. É assim...	
		1028-1033	<b>RU</b> – Eu estava... não estava a frequentar a escola. – Estava inscrito na escola. - Mas como na escola eu ia tirar o 9º ano e o curso também dava equivalência ao 9º ano e dá, neste caso, dá um certificado de jardinagem ...	
Vantagens de participar nos projetos formativos	Apoios à formação: A BOLSA	280-287	<b>N</b> – (...) porque a remuneração dentro do EP é sempre uma ajuda para nós e para não estarmos dependentes também da família	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Receber uma remuneração para a frequência num curso de formação revelou-se como sendo um fator decisivo para alguns dos entrevistados, permitindo uma maior independência financeira não sobrecarregando a</li> </ul>
		285-287	<b>R</b> - Claro, exatamente... eu aqui faço as minhas palavras as no (N... (...) <b>ter alguma independência financeira</b> , (...) - Ajuda sempre um bocadinho ...	

		1018-1024	<p><b>RU</b> – Mas é uma <b>bolsa insignificante!</b> Porque isso <b>são €60 de bolsa</b>, que isso não é absolutamente nada! Não sei como é que... no curso anterior, que é o caso do meu... um curso que foi tirado anteriormente havia uma bolsa de €120 e é reduzida para 60, precisamente para metade.</p> <p>- Que, aliás, nunca dá os €60! É uma bolsa de €60 mas nunca dá os €60. Eu não tenho uma única falta. E já frequento o curso há sete meses... não tenho uma única falta e nunca tirei mais de €45. Não sei como é que isso se justifica.</p> <p>(...) – o curso num mês dá 45 euros... <b>20% vão para a reserva</b>, nesses já não podemos mexer. Só podemos mexer no que fica disponível e acho que é uma <b>bolsa muito baixa</b> porque no... no meu curso por exemplo...</p> <p>(...) – Eu <b>tenho apoios lá de fora</b>, graças a Deus... e até bastantes, mas acho que <b>devia ser mais reconhecido em termos de bolsa</b> que se calhar até <b>criava outras condições</b> e dava outras... Outro apreço...</p> <p>(...) – se fosse uma bolsa de 100 ou 120 euros era...até <b>era um incentivo</b> para eles, para quem anda nos cursos.</p> <p>(...) – Claro, <b>com motivação</b>... Porque <b>há muita gente sem recursos que depende muito da bolsa</b>.</p> <p>(...) – E os cursos têm muitas faltas.</p>	<p>família e em alguns casos aparece como o único meio financeiro que usufruem.</p> <p>- Alguns formandos mencionam o valor da bolsa como sendo insignificante, retribuindo com uma explicação de que nunca conseguem receber a totalidade da Bolsa, onde por um lado, não conseguem explicar porque o máximo que recebem sem faltas é inferior ao estipulado e que depois o E.P. guarda 20% desse valor na reserva.</p> <p>- É destacada a importância da família como suporte de ajuda financeira.</p> <p>- Por último, é também referido que se a bolsa fosse mais alta daria outro valor, outro apreço”.</p>
		1146-1152 1181-1190	<p><b>LM</b> – A bolsa é igual nos dois cursos?</p> <p><b>MJ</b> – É, nos dois.</p> <p><b>MJ</b> – <b>Não chega p’ra nada.</b></p> <p><b>RU</b> – se fosse uma bolsa de 100 ou 120 euros era...até <b>era um incentivo</b> para eles, para quem anda nos cursos.</p> <p><b>MJ</b> – É, e chamava mais as pessoas. Porque <b>senão as pessoas não fazem nada.</b></p>	
Vantagens de participar nos projetos formativos	Possibilidades de Flexibilização da Pena	65-69	<p><b>I</b> - <i>Acho que não... não! - Já tive... tive nove precárias! E à nona precária correu-me mal, que fiquei lá fora, atrasei-me e acabei por ficar sem as precárias, que faz agora dois anos, (...)</i></p>	<p>Existem, dos discursos analisados, duas derivações do que entendem sobre as medidas de flexibilização da pena que estão a cumprir, por um lado a que é mais <b>objetiva</b>, dado que têm a oportunidade de trabalharem em áreas mais preservadas dentro do EP, assim como o pleno gozo de saídas precárias (muitas vezes conseguidas pelo percurso pessoal de cada um) e por outro, aquilo que representa no campo <b>simbólico</b> nas suas relações dado que acabam por se sentirem mais valorizados pelos diferentes elementos que operam dentro do E.P.</p> <p>- A ocupação dos indivíduos, seja na formação profissional ou seja na escola, permite que o tempo passe melhor, afastando-os da centralidade dos pavilhões onde, como referem, existe “sempre aquele ar pesado de criminalidade”.</p>
		75-80	<p><b>N</b> - <i>Não... porque a pena é... dado a pena ser longa, mas através do curso deu-nos a possibilidade de trabalhar no interior do EP. Neste caso estamos (...) do que fizemos no curso, nós ficamos responsáveis pelos jardins que compusemos... eu o I. e o R. (...) E tivemos colegas que através do curso foram trabalhar para o exterior.</i></p>	
		91-101	<p><i>Eu falo pela minha experiência, já são quatro cursos que tiro através dos estabelecimentos, através dos cursos dá-nos sempre mais liberdade, mais confiança através do EP para dar mais trabalho, mais ah... espaço de cumprimento de pena (,,) os dias passam melhor, não estamos inseridos sempre dentro de um pavilhão, que dentro de um pavilhão, claro que se isto é crime é naturalmente que dentro dos pavilhões haja sempre aquele ar pesado da</i></p>	



			<i>criminalidade, tamos cá é por isso infelizmente. E faz-nos inserir na sociedade doutra forma.</i>	<p>- A formação profissional é vista pelos sujeitos, como “trampolim” para novas regalias, como a obtenção de um regime aberto, seja para o interior ou para o exterior, seja para a execução de novas funções dentro do E.P.</p> <p>- Neste sentido existe o exemplo dos três formandos que após a conclusão do curso de jardinagem ficaram com a responsabilidade de zelar pelos espaços ajardinados que construíram.</p>
		82-89	<b>R</b> – (...) Tivemos a oportunidade de ficar no interior da cadeia, prontos... (regime aberto para o interior). (...) Não é fácil!... <b>Para quem não tem precárias não é fácil! Mas como nós estivemos, completamos o curso com êxito, recebemos um louvor! Prontos... tivemos um voto de confiança da senhora diretora, e ficamos aqui no jardim...</b>	
			<b>AS</b> – Não refere!	
		870-873	<b>MJ</b> – <b>Não gozo de nada</b> , andava na escola, disseram-me para sair da escola, para vir para o curso, que me ia beneficiar de outras saídas precárias e tudo. (...) <b>É a quarta, já é a quarta precária que estou sempre a levar corte.</b>	
		876	<b>RU</b> – Eu ainda não... não... não <b>benefício de nada</b> porque estou preso à relativamente pouco tempo e ainda, <b>estou em recurso.</b>	
Sentidos e importância atribuídos à qualificação e certificação profissional	No futuro	240-242	<b>I</b> – Sim! Eu acho que sim, em termos de... prá liberdade, pelo menos <b>o curso de jardinagem, este curso que acabei...</b> é assim eu <b>penso que posso ter sorte</b> , na minha zona também há muitos jardins, que pertencem à câmara municipal... posso ter sorte...	<p>- A formação profissional é vista pelos sujeitos de duas formas. Com fortes potencialidades para a obtenção de um emprego que permita uma melhor reinserção social, seja como trabalhadores ou mesmo por conta própria. Na dimensão pessoal, mencionam a realização pessoal, os projetos de futuro onde dizem “<i>quero construir uma vida</i>”, podendo vir a fazer disso a sua nova profissão.</p> <p>- Alguns destes relatos apontam para o facto de que após a libertação podem existir alguns nichos de mercado com a possibilidade de se conseguirem inserir no mundo do trabalho.</p> <p>- O desenvolvimento de novas competências é também visto como positivo dado que alarga a oferta e a procura de emprego.</p> <p>- Reconhecem que a formação profissional é fator importante no desenvolvimento pessoal.</p>
		245-247	<b>N</b> – Valeu a pena! <b>É mais uma opção, para a nossa futura reinserção social</b> , se tivermos uma vaga num serviço de jardinagem, como sabemos e como gostamos, que se nota-se nos três, que nós, por acaso, gostamos daquilo que aprendemos e que neste momento fazemos, <b>é uma grande oportunidade para uma pessoa se inserir na sociedade com êxito!</b>	
		251-253	<b>R</b> - Eu, <b>partilho da mesma ideia</b> , prontos, <b>apesar de ter uma boa arte</b> , prontos, porque a arte de pastelaria e padeiro é muito fácil de arranjar, não é? Prontos, eu sou profissional mas <b>nunca se sabe</b> , se...	
		698	<b>AS</b> – Sim, <b>a formação é importante</b> , tanto é importante que eu lá fora <b>sempre tentei andar a fazer formação</b> , que sem ela não vamos a lado nenhum!	
		982-990	<b>MJ</b> – <b>Eu acho que sim</b> . Eu acho que... tenho um irmão, meu, que tenho... neste momento está... na Suíça e tem lá uma pequena padariazinha. E então disse... “oh pá, tu vê lá se tentas aprender ao menos o básico... para depois dar arrasto para aqui... porque há pessoal que não quer trabalhar de noite”... uma pessoa aqui, eu pelo menos falo por mim, <b>quero sair daqui... quero construir uma vida</b> , não é? - As coisas andam perdidas, mas,...(...) Sim, sim, sim... um caminho bom!	
		993-998	<b>RU</b> – Relativamente ao curso que eu estou a tirar...quando foi proposto eu <b>achei muito interessante</b> . Eu sempre gostei muito da... do ambiente natural da natureza. E o <b>curso de jardinagem</b> , acho que vai ser... <b>uma boa proposta para quando eu sair...tenho ideias de...trabalhar por conta própria...</b> - <b>Fazer disso a minha profissão.</b>	
	No futuro	293	<b>I</b> – Acho que sim!	

A qualificação e certificação profissional podem garantir o sucesso individual?		296 224-227	<b>N</b> – <i>Futuramente, sem dúvida!</i> - (...) eu sempre fui uma pessoa que, que me ensinaram a estar sempre pronta a aprender, (...) e é claro que quando me informaram que havia o <b>curso de Jardinagem</b> , eu disse... é mais um hobby, é mais um serviço que uma pessoa aprende para futuro! No dia de amanhã...	<p>- Quando são questionados sobre as qualificações e certificações profissionais e a sua relação com o sucesso de cada um, os entrevistados respondem todos afirmativamente, destacando a preparação que se consegue, as “<i>mais-valias</i> que podem abrir <i>mais possibilidades no mercado de trabalho</i>”, com a referência de um dos entrevistados ao “<i>objetivo de se estabelecer por conta própria</i>”, <b>projetando assim a formação no futuro.</b></p> <p>- Estas <b>representações da formação</b> são visíveis nos discursos já analisados, onde no caso dos formandos que concluíram o curso de Jardinagem, existiu a possibilidade de sozinhos continuarem com o projeto como sinal de sucesso, só possível pelo trabalho que realizaram, percebendo-se que a <b>formação tem sentido no presente</b> destes homens.</p> <p>- Os indivíduos que ainda se encontram em processo formativo têm fortes expectativas face ao volume de horas a serem ministradas, sublinhando que <i>tem que se aprender muita coisa</i>, pelo que</p>
		298	<b>R</b> - <i>Eu, garante o meu também, para futuramente ajuda-me muito</i>	
		714-718	<b>AS</b> – <i>É sempre bom, termos mais-valias, pois quanto mais valias tiver, mais possibilidades teremos no mercado de trabalho.</i> – Não sei, eu tenho uma arte, tenho uma boa arte que... mas nunca se sabe no futuro.	
		1051	<b>MJ</b> – <i>Claro, claro, claro.</i> (preparar para o futuro)	
		1056-1064	<b>RU</b> – <i>Sim! Esse é objetivo... quando eu me inscrevi no curso uma das coisas que eu fiz aqui na apresentação foi precisamente esse. O objetivo de tirar o curso era estabelecer-me por conta própria.</i>  <i>- É um curso extenso. São 1900 horas... tem que se aprender muita coisa.</i>	
A experiência da Formação	A Relação Pedagógica	305	<b>I</b> – <i>Parece-me que para mim correu sempre bem.</i> – (...) nada, nada a registar.	<p>- Não foram apresentados problemas de relacionamento com os formadores, tendo sido reforçados alguns profissionais pelo seu excelente trabalho na formação.</p> <p>- Dos discursos recolhidos, percebemos que nesta <b>relação pedagógica</b> é valorizada a <b>relação humana</b>, pela cumplicidade e pelo respeito que mencionam, são valorizados também a <b>proximidade, atenção e a ajuda</b> fortemente destacados ao longo das entrevistas.</p>
		309-325	<b>N</b> – (...) neste curso específico que tiramos de jardinagem, <b>tenho que louvar muito as engenharias</b> , (...) a coordenadora (...), neste caso a parte da <b>chefia e diretoria</b> , porque deram-nos também a <b>vantagem de poder usufruir do curso na parte interior do EP.</b> (...)	
		327-331	<b>R</b> - Para mim (...) sempre <b>aquela cumplicidade entre os formandos e as formadoras</b> ... e acho que é só... foi sempre, foi positivo, um nível que todos os meses havias umas avaliações, e normalmente, acho que falo por todos, em <b>todos os meses tivemos sempre avaliações positivas.</b>	
		723-728	<b>AS</b> – <i>Os professores são excelentes pessoas.</i> - (...) <b>não tenho razões de queixa, atenciosos, vão ajudando.</b>	
		1070	<b>MJ</b> – <i>Super bem, super bem! Respeito acima de tudo. Respeitar uns e respeitar outros e... tudo.</i> - Tudo bem. Tudo. Tudo bom.	
		1076-1080	<b>RU</b> – <i>Não. São excecionais os professores.</i> Não há... para já não, tenho nada a apontar a eles. – (...), <b>como não tenho razão de queixa, eles também não têm certamente de mim.</b>	
A integração pessoal e social no contexto prisional	As Implicações da frequência na formação		<b>I</b> -	<p>- Para os formandos que já concluíram a formação a participação no processo formativo e o tipo de curso que realizaram foi preponderante na possibilidade de se manterem num local privilegiado, cuidando do jardim que ajudaram a construir. Onde se identificam como estando num ambiente onde sentem mais liberdade e confiança no seu trabalho</p> <p>- Essa integração é vista pelos entrevistados como a obtenção de regalias que outros não têm, como o exemplo do regime aberto para o interior do E.P. que lhes permite estar diariamente “fora” do peso da reclusão que sentem quando regressam para as rotinas internas, próprias da cadeia.</p>
		91-101	<b>N</b> - Eu falo pela minha experiência, já são quatro cursos que tiro através dos estabelecimentos, <b>através dos cursos dá-nos sempre mais liberdade</b> , mais confiança através do EP para dar <b>mais trabalho</b> , mais ah... <b>espaço de cumprimento de pena</b> (...), os dias passam melhor, não estamos inseridos sempre dentro de um pavilhão, que dentro de um pavilhão, claro que se isto é crime é naturalmente que dentro dos pavilhões haja sempre aquele ar pesado da criminalidade, tamos cá é por isso infelizmente. <b>E faz-nos inserir na sociedade doutra forma.</b>	
		82-89	<b>R</b> – (...) <b>Tivemos a oportunidade de ficar no interior da cadeia</b> , prontos... (regime aberto para o interior). (...) Não é fácil!... <b>Para quem não tem precárias não é fácil! Mas como</b>	



			<i>nós estivemos, completamos o curso com êxito, <b>recebemos um louvor!</b> Prontos... <b>tivemos um voto de confiança da senhora diretora, e ficamos aqui no jardim...</b></i>	<p>- É reforçada por um formando a formação que já possuía como tendo sido elemento que ajudou na sua ocupação e integração no contexto da cadeia, revelando, pelo nosso entendimento, que percebem as vantagens de levarem um percurso ativo.</p> <p>- Estar num curso de formação é também vista como a possibilidade de “estar aberto” e ser possibilitado o convívio com outros colegas, formadores e demais elementos do E.P.</p> <p>- Em suma a formação é vista como trabalho, apadrinha a manutenção de uma atividade que lhes pode permitir uma “liberdade” possível num quadro de reclusão que vivem.</p>
		735-740	<i><b>AS</b> – Não, quando eu vim para aqui, vinha já referenciado, estive treze meses na PJ do porto, ajudava na faxina, ajudava naquilo que eles necessitavam, na mudança de lâmpadas desaperpear torneiras, e etc. Por isso <b>já vim referenciado para aqui</b>, tanto é que eu tinha de estar aqui um mês,... um mês para ser, para ver qual é o meu comportamento com quem andava, para e só depois é que podia arranjar trabalho ou uma ocupação. E eu não precisei desse tempo, antes de um mês eu arranjei logo trabalho.</i>	
		1098-1104	<i><b>MJ</b> – (...) diferenças boas porque... nós, se não dermos um curso, se não fizermos nada, estamos... passamos a maior parte do tempo fechados. (...) - E no curso não. No curso estamos sempre abertos. (...) - E, podemos conviver seja com quem for, entre colegas e professores e tudo. Convivemos</i>	
		1006-1112	<i><b>RU</b> – O curso tem muitas vantagens. O curso e a escola, mas neste caso estamos no curso, temos as <b>vantagens</b> mesmo <b>no relacionamento</b>... relacionamento <b>com os guardas</b>, no relacionamento <b>com os professores</b>... temos muito <b>mais liberdade</b> aqui dentro do que se não estivéssemos num curso ou noutro... (mais reconhecimento)</i>	
A integração pessoal e social no contexto prisional	O papel do trabalho No contexto Prisional	446-465	<p><b>LM</b> – (...) acho que esta oportunidade que vocês têm de estar “cá fora”, a lidar comigo, com os técnicos,... isto devolve-vos um bocado daquilo que é... alguma “dignidade”...</p> <p><b>N</b> – A sociedade principalmente...</p> <p><b>LM</b> – Esta parte da socialização percebem...</p> <p><b>N</b> – A <b>socialização</b> principalmente!</p> <p><b>R</b> – <b>Sentir, ser reconhecido também um bocado do nosso valor, não é?</b></p> <p><b>LM</b> – Mas isto de poderem falar com outras pessoas é sempre muito bom, porque acaba por ser um contacto com alguém de “exterior”, este contato com outras pessoas, embora seja cá dentro, acabam por ser, ou pelo menos um bocado de “ar fresco”...</p> <p><b>R</b> – <b>Para nós, estar ali é um ar fresco de liberdade, porque a gente sente uma diferença enorme de lá de fora para aqui prá “pista”...</b></p>	<p>- Para os formandos que já concluíram a formação, o trabalho “fora” dos pavilhões, permite socializar, sentir que são reconhecidos pelo seu trabalho, permitindo como relatam que o “<i>estar ali é um ar fresco de liberdade</i>”.</p> <p>a questão da dimensão simbólica (que se conjuga com a dimensão material da bolsa) pode surgir como interpretação e não necessariamente para designar a categoria</p>
	Acompanhamento técnico e educativo no quotidiano da reclusão	494-510	<p><b>N</b> – Eu, <b>no meu caso</b>, com os anos de cadeia que tenho para cumprir, (...) para já, <b>não tenho razões de queixa</b>, acho que <b>estou a ser muito bem acompanhado</b>, (...). Falo que (...) <b>as doutoras</b> têm feito, <b>têm estado atentas ao meu percurso</b>, tanto é que já <b>falei do caso</b> que tive <b>dum problema zinho interno, deixaram-me concluir o curso</b>, é porque <b>estão atentos, não ao (XXX) que é o meu número, mas ao (N)</b>, (...) espero que estejam atentos a colegas, espero que <b>aqui o meu colega (R), que já o merece ir a casa.</b></p> <p><b>R</b> – Pois, fiz agora um terço da pena, não é? mas...</p> <p><b>N</b> – E acho que estão atentos, são atentos parceiro.</p> <p><b>R</b> – É assim, eu penso que sim! Espero que estejam</p> <p><b>N</b> – Vais ver os teus meninos, vais ver!</p> <p><b>R</b> – Espero que sim, <b>espero ir ver os meus gémeos.</b></p>	<p>- São perceptíveis <b>valores simbólicos de solidariedade</b> para com os colegas apoiando-se uns aos outros em momentos mais difíceis, assim como pela partilha de preocupações de âmbito mais pessoal.</p> <p>- Sentem também que já são reconhecidos pelo nome e não pelo “número”, muito por força do trabalho e da conduta que têm optado por seguir, surgindo o exemplo do cumprimento de um castigo interno fora do horário da formação para evitar perdas de aprendizagem.</p> <p>- Pensamos que está presente, neste caso, uma humanização das relações entre os diferentes intervenientes.</p>

			<p><b>N</b> – E é isto, com o curso dele <b>o apoio</b>, nós, <b>eu posso estar em baixo hoje, que os meus colegas metem-me em cima, amanhã são eles a pôr-me em cima, e nós damos força uns aos outros.</b></p> <p><b>I</b> - Tem de ser assim.</p>	
A experiência da Formação	Modalidades de formação e educação	357	<p><b>I</b> – (...) <i>por mim foi... foi ajustado!</i> - <i>Funcionou bem, sempre bem!</i></p>	<p>- No atual contexto formativo existe no terreno a partilha de funções do processo educativo e formativo, onde está implementada que a formação curricular ocorre na Escola tradicional e a formação profissional é da responsabilidade do Centro Protocolar de Justiça (CPJ) que recruta os formadores.</p> <p>- Quando questionados sobre esta modalidade em “parceria”, respondem que funciona e que está ajustada às suas necessidades, pensam eles.</p> <p>- Não é claro o que mais valorizam, no entanto reforçam o profissionalismo e o acompanhamento face às características pessoais de cada um, dizendo que “<i>souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira</i>”. Salientam também o espírito de equipa e o respeito uns pelos outros.</p>
		360-366	<p><b>N</b> – <i>Eu que foi um curso longo com princípio, meio e fim... é assim, nós tivemos, como está a se referir, tivemos áreas no princípio, começamos na teórica, começamos com as aulas, tínhamos segundas, quartas e quintas, não era? era as teóricas... terças e sextas era as práticas. Souberam gerir bem, parte prática e parte teórica, e tivemos bons professores, tivemos pessoas que nos acompanharam muito bem e tentaram em cada, em cada elemento do curso souberam as capacidades de cada um para nos saberem ensinar cada um à sua maneira.</i></p>	
		367-377	<p><b>R</b> - <i>Bem... eu acho que não tenho mais nada a acrescentar... acho que foi tudo positivo. – (...) eu acho que todas as áreas, acho que foi tudo, tudo muito bom.</i></p> <p>- <i>E para finalizar, somos uma equipa como sempre fomos, que estava bem exposto, já falando da parte prática, estava exposto de fazer um jardim, fizemos dois... como todas as áreas, tanto a nível prático como teóricas, foi muito ajustado...</i></p>	
		756-759	<p><b>AS</b> – (...) <i>vou todos os dias. (...) - As práticas, agora temos à terça-feira de tarde e à quinta-feira todo o dia.</i></p> <p>– <i>É isso, o resto é escola. Agora quando acabar este período, na escola agora em junho, depois passamos a ter práticas todos os dias até Novembro, até o fim do curso.</i></p>	
		1071-1074	<p><b>MJ</b> – <i>Super bem, super bem! Respeito acima de tudo. Respeitar uns e respeitar outros e...</i></p>	
		1076-1080	<p><b>RU</b> – <i>Não. São excecionais os professores. Não há... para já não, tenho nada a apontar a eles.</i></p> <p>– (...) <i>não tenho razão de queixa, eles também não têm certamente de mim.</i></p>	

O Trabalho como consequência da formação	As decisões no trabalho de grupo	383-411	<p><b>LM</b> – (...) em termos de equipa... começaram o curso, terminaram o curso, e agora estão a trabalhar todos juntos, (...) como são as decisões do vosso jardim? Quem é que toma as decisões?</p> <p><b>R</b> - Somos... <i>entre os três!</i></p> <p><b>N</b> – <i>Mutuamente! Negoceia-se a ideia, o (N) dá a ideia dele, o (I) dá a ideia dele, e chegamos a uma conclusão ...</i></p> <p><b>R</b> - <i>Respeitamo-nos</i></p> <p><b>N</b> – <i>E foi assim que as engenheiras... nos ensinaram a estar, a saber trabalhar em grupo.</i></p> <p><b>R</b> - <i>Nós aprendemos no início, e estamos um grupo, acho que trabalhamos bem.</i></p> <p><b>N</b> – <i>É assim, neste curso, este curso, foi muito bom em termos de novas visões de amanhã, e de visões de amizade, saber respeitar, não somos crianças, nós estamos sempre a aprender (...)</i></p> <p><b>R</b> - <i>Lógico!</i></p> <p><b>N</b> – <i>E trabalhar em grupo não é fácil! Eu fui jogador da equipa do Futebol Club e sei o que é trabalhar, saber ordenar um grupo ...</i></p> <p><b>LM</b> – E trabalhar para um objetivo comum!</p> <p><b>N</b> – <i>Um objetivo comum, e nós tivemos um objetivo que foi fazer um jardim em comum, que soubemos... a engenheira (P) e a engenheira (H), souberam sempre dar um apoio a dizer assim... "eu não preciso de dizer nada, vocês são um grupo, vocês têm que ser, vocês sabem que o vosso trabalho é este, nós temos que concluir isto com êxito até esta data, por isso vamos concluir até ao fim". E cada um sabia o seu lugar, eu vou ali, eu vou ali, eu faço isto, eu faço aquilo... Quando a engenheira ia a ver cada um estava a fazer o seu trabalho...</i></p> <p><b>R</b> - <i>Até as engenheiras ficavam surpreendidas, porque elas chegavam lá, já não precisavam de dizer nada, porque o serviço que a gente tinha que fazer, nós próprios sabíamos o que tínhamos que fazer</i></p> <p><b>LM</b> – Eu gosto de vos ouvir falar, porque vocês, realmente...</p> <p><b>I</b> – <i>Por isso até é que tiramos um louvor...</i></p> <p><b>R</b> - <i>Recebemos todos um louvor...</i></p>	<p>- No caso dos antigos formandos, as representações são objetivas, reconhecem as dificuldades do trabalho em equipa, no entanto reforçam os contributos das aprendizagens recebidas no curso de formação pelas experiências que viveram com os formadores. Sublinham os seus esforços de negociação fundamentais do trabalho em grupo em torno de objetivos comuns.</p> <p>- Apresentam competências de respeito pelas opiniões, com estratégias de negociação e da distribuição de funções dentro de uma equipa.</p> <p>- Percebe-se que se encontram num certo nível de realização pessoal pelo orgulho (visível nos seus rostos) no trabalho que ainda desenvolvem com os jardins assim como pelo louvor que receberam.</p>
Perceções sobre os processos de reintegração pessoal e social após a reclusão	No futuro	515-531	<p><b>LM</b> – (...) Mas a saída, como é que vocês vêm a saída? Isso não é um sonho, pois não?</p> <p><b>R</b> - <b>I</b> – <i>Não!</i></p> <p><b>LM</b> – Espero que seja <b>uma realidade para enfrentar um dia destes.</b></p> <p><b>N</b> – <i>Claro, estou um bocado calado porque...</i></p> <p><b>R</b> - <i>Eu também.</i></p> <p><b>LM</b> – Não queres pensar muito nisso agora, não é?</p> <p><b>N</b> – <i>Vivo o dia-a-dia e tento fazer uma coisa que o sr professor disse, que eu até fiquei pensativo e disse mesmo, é uma pessoa com visão mesmo para isto!</i></p>	<p>- Pensar no futuro e no dia em que possam sair em liberdade é algo, como destacam, difícil de falar e de imaginar, pois ainda têm ainda muito tempo de pena a cumprir, comentando que vão vivendo o <i>dia-a-dia</i>.</p> <p>- Percebem que o trajeto dentro EP se realiza pelo trabalho diário, “construindo” percursos de vida que lhes permitam alcançar o respeito que acham que lhes é de direito. Como exemplo um dos entrevistados cita que “com o passar dos anos (...) há certos guardas que já não dizem oh xxx, já dizem oh (N! (...)) já nos começam a respeitar”</p>

		<p><i>Eu tento demonstrar aquilo que sou, eu, é... e penso que os meus colegas devem pensar o mesmo. Nós temos que demonstrar aquilo que nós somos, não há uns erros que nós cometemos em liberdade que vão demonstrar aquilo que nós somos... porque o ser humano erra, o ser humano todo erra... cada uma à sua maneira e eu tento demonstrar quem é o (N), não o (XXX) que nós aqui somos tratados pelo número. Mas com o passar dos anos, claro, lá está, há certos guardas que já não dizem oh (XXX), já dizem oh (N). Isso nota-se que as pessoas já começam a nos conhecer e já nos começam a respeitar.</i></p> <p><b>LM</b> – Eu dizia outra coisa, começam a devolver-vos a dignidade.</p> <p><b>R</b> – Exatamente.</p> <p><b>N</b> – A dignidade.</p>	<p>- Noutros discursos, percebemos que não têm grandes expectativas do acompanhamento que o E.P., possa oferecer.</p> <p>- Temos ainda relatos de casos de colegas que aquando da saída em liberdade saíram com o que entraram e como não havia apoio no exterior, em pouco tempo voltaram a ser detidos, pois mencionam que “vão com uma mão a trás e outra à frente”.</p> <p>- Falam ainda, da falta de condições que possam dotar as pessoas de instrumentos que lhes permitam retomar o rumo das suas vidas.</p>
	1207-1282	<p><b>RU</b> – Eu quando for lá para fora também não estou a contar com grandes ajudas aqui de dentro. Tenho que ser eu a trabalhar por mim mesmo.</p> <p><b>MJ</b> – E daqui não se pode levar ajudas nenhuma.</p> <p><b>RU</b> – Tenho de ser eu a trabalhar os meus currículos. (...) Eu, conheço casos aí de pessoal que eu até me dava bem e foram embora e foram com o que tinham aqui. Porque eu sei que eles lá fora não tinham pais, não tinham irmãs, não tinham tios, não tinham casa, não tinham carro, não tinham filhos, nada.</p> <p><b>LM</b> – E o que é que acontece a esses seus colegas?</p> <p><b>RU</b> – Nem se quer tiraram o curso deles....</p> <p><b>MJ</b> – Muitos deles estão aqui outra vez efetivamente. (...) Mais dia, menos dia estão aqui outra vez.</p> <p><b>RU</b> – Há reincidentes porquê? Precisamente por causa disso. Vão com uma mão atrás e outra à frente.</p> <p><b>RU</b> – Portanto, acabou a pena deles, abriram-lhe a porta... olha, vai te embora... eles é que se estão a importar se vai para casa ou se vai p’ra debaixo da ponte.</p> <p><b>MJ</b> – Porque isto é assim...</p> <p><b>RU</b> – Eles não criaram condições cá dentro.</p> <p><b>MJ</b> – É, eles aqui fazem-lhes uma avaliação. Enquanto nós não tivermos precárias, se tiver condições, se não tiver condições já não podes ir para precário porque não tem condições, não tem nada. Mas, chegando a altura de eles ir embora, já tem condições, botam-nos ali fora da porta, agora segui, ide à vossa vida.</p> <p><b>MJ</b> – Agora se sai uma pessoa daqui que não tenha apoios... saia uma pessoa daqui que não tenha apoios familiares, não tem nada... o que é que uma pessoa sozinha lá fora vai fazer à vida?</p> <p><b>RU</b> – Nunca sai, então!</p> <p><b>MJ</b> – Claro!</p> <p><b>RU</b> – Já ouvi muitos casos aí de gente que prefere estar aqui dentro do que ir lá p’ra fora.</p> <p><b>MJ</b> – Claro! E os guardas, mesmo, dizem...</p> <p><b>RU</b> – Eu supostamente...</p>	<p>- Os discursos convergem para a reincidência: “já ouvi muitos casos aí de gente que prefere estar aqui dentro do que ir lá p’ra fora”.</p> <p>- É também assumido que muitos destes homens não querem fazer nada pela vida</p>

			<p><b>MJ</b> – Agora eles botam pessoas ali fora e eles não saem ali do portão. Para onde é que eles vão?</p> <p><b>RU</b> – Não criam as condições...</p> <p><b>MJ</b> – Não têm apoios familiares não tem nada... Não há condições para isso...</p> <p><b>RU</b> – <b>Porque há muitos reincidentes que conseguem ... vêm... tentados para criar essas condições cá dentro e, supostamente, eles chegavam lá fora e levavam uma vida normal.</b> Assim não. Assim... assim é impossível. Assim é impossível.</p> <p><b>RU</b> – Eu falo por mim... Se eu... se eu saísse agora não tinha problemas nenhuns em chegar lá fora e ir trabalhar. Se não fosse em jardinagem era na construção. Se não fosse na construção era outra coisa qualquer. Trabalhava... Porque sempre trabalhei toda a vida.</p> <p>Portanto...Eu tenho 40 anos e tenho 20 e tal de descontos. Eu trabalhei até ao dia em que vim... em que fui detido, em que fui preso. Trabalhei de manhã e de tarde fui a julgamento e vim detido. Por isso não tinha problema nenhum em chegar lá fora e começar a trabalhar.</p> <p>Claro... <b>há muita gente que não tem essas condições. Tenho família lá fora que me apoia.</b> Muito apoio. Família e amigos. Mas muita gente não tem as condições que eu tenho, se calhar as condições que eu tenho, não é? Porque saem daqui com algum dinheiro que têm na reserva... 40, 50, 100 euros. Isso não é dinheiro nenhum para ninguém, não é?</p> <p><b>MJ</b> – Mas também há aqui muito pessoal que não faz pela vida, não é?</p> <p><b>RU</b> – Há aqui... há as duas situações. Há aqui muita boa gente que precisava de ajuda... que precisava de ajuda...</p>	
Perceções sobre os processos de reintegração pessoal e social após a reclusão	Preparar a saída para a liberdade na perspetiva do recluso	1284-1335	<p><b>LM</b> – Mas o que é que vocês acham que se podia fazer, que não se faz?</p> <p><b>MJ</b> – Sei lá. Era dar mais apoio a esses... criar mais outras... outras perspetivas para essa gente. Porque quando é muita vez...</p> <p><b>RU</b> – (...) A preparação? Teria de ser feita aqui dentro. (...) - Eu é a primeira vez que estou preso, mas o que eu vejo é que... não há preparação. As pessoas aqui dentro vivem à... à maneira delas. Nós por acaso estamos num sítio de pessoal que está na escola, porque se interessa ou querem aprender e depois querem ter... (...) - E há muita gente que não quer nada.</p> <p><b>MJ</b> – E depois há outros que vão para a escola e também não faz por não aprender. Só vão para ali para Destabilizar o curso ...</p> <p><b>RU</b> – Exatamente. Qual é o meu objetivo no curso? É sair com um certificado quando for embora, que é quando chegar a altura de eu ter as minhas regalias, a minha precária ou sair o mais cedo possível daqui, a meio da pena, por exemplo, levar as coisas que tinha para quando chegar a altura o mais cedo possível.</p> <p><b>MJ</b> – Dizer que não foi uma perda de tempo.</p> <p><b>RU</b> – Eu acho que devia ser mais... não é pressionado... devia ser mais integrado aqui dentro na sociedade deviam-nos quase como obrigar a fazer qualquer coisa. Estar integrados, ter objetivos.</p> <p><b>LM</b> – (...) Vamos pegar num indivíduo que tenha a minha idade, 45, não é? Pô-lo lá fora sem ninguém...</p> <p><b>RU</b> – É voltar ao mesmo, no fundo.</p>	<p>- A questão traduziu-se com dois reclusos que se alongaram em algumas explicações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. A questão da motivação, pois alguns não querem fazer nada...</li> <li>. Alguns inscrevem-se na escola e só lá estão para criar problemas...</li> <li>. Outros sabendo que podem obter um diploma que lhes pode dar regalias estão nos cursos só com esse objetivo...</li> <li>. Defendem que deveria ser “obrigatório” estar ocupado e a pensar na sua integração...</li> </ul> <p>- Existe a sensação que a idade começa a ser um problema para arranjar trabalho, sendo o “<i>mundo do crime</i>” a única saída possível.</p>

			<p><b>LM</b> – Não é? É voltar ao mesmo, não é? O que é que nós podíamos fazer?</p> <p><b>MJ</b> – Imaginemos, imaginemos que eu não tinha 48 anos... que eu não tivesse apoios. Tanto de familiares, como de irmãos, se eu não tivesse apoios nenhuns. Saía daqui, o que é que eu ia ser? O que é que eu ia fazer lá fora? Por exemplo, <b>com 48 anos já não se arranja trabalho...</b></p> <p><b>LM</b> – Ia voltar a fazer a... Ia voltar a fazer...</p> <p><b>MJ</b> – <b>Ia para o mundo do crime.</b> Ia para voltar para um mundo que nunca foi o meu mundo. O meu mundo foi sempre o mundo do trabalho. Agora, com 48 anos uma pessoa tinha que ir para o mundo do crime.</p>	
--	--	--	--	--

LEONEL MONTEIRO MADUREIRA  
Aluno de Mestrado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação  
UNIVERSIDADE DO PORTO



Para: Exma. Sr.ª Diretora do EP de Paços de Ferreira  
ATT: Dr. José António  
DATA : 2013-03-20

Vossa REFª SAÍDA: Ofício nº 174/DSPRE  
de 2012-09-20

**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTRADA DE COMPUTADOR PESSOAL**

Dr.ª Elisabete Dias

No âmbito do desenvolvimento da Investigação Académica para a obtenção do Mestrado em Educação de Adultos, solicito a autorização para transportar para o Estabelecimento Prisional um gravador de voz com as seguintes características:

- Marca Olympus
- Modelo Cod: VN-8500PC
- Acessórios: - Cabo Usb

Este equipamento será para utilização nas entrevistas no E.P. sendo retirado para fora do E.P. no final de cada visita.

Assim, solicito a V. Exa. se digne autorizar a entrada dos respetivos equipamentos.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Leonel Madureira

LEONEL MONTEIRO MADUREIRA  
BI nº 8224082

endereço de correio eletrónico: [madureira.leonel@gmail.com](mailto:madureira.leonel@gmail.com)

**Diário da República Eletrónico**

DATA : Quarta-feira, 2 de Setembro de 2010

NÚMERO : 171 SÉRIE I

EMISSOR : ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIPLOMA / ATO : Lei n.º 33/2010

PÁGINAS : 3851 a 3856

## **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

### **Lei n.º 33/2010**

**de 2 de Setembro**

**Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância electrónica) e revoga a Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, que regula a vigilância electrónica prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal.**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Parte geral**

##### **Artigo 1.º - Âmbito**

A presente lei regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância, adiante designados por vigilância electrónica, para fiscalização:

Do cumprimento da medida de coacção de obrigação de permanência na habitação, prevista no artigo 201.º do

Código de Processo Penal;

Da execução da pena de prisão em regime de permanência na habitação, prevista no artigo 44.º do Código Penal;

Da execução da adaptação à liberdade condicional, prevista no artigo 62.º do Código Penal;

Da modificação da execução da pena de prisão, prevista no artigo 120.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade;

Da aplicação das medidas e penas previstas no artigo 35.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro.

##### **Artigo 2.º - Sistemas tecnológicos**

1 — A vigilância electrónica pode ser efectuada por: a) Monitorização telemática posicional;

Verificação de voz;

Outros meios tecnológicos que venham a ser reconhecidos como idóneos.

2 — O reconhecimento de idoneidade e as características dos equipamentos a utilizar na vigilância electrónica são determinados por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça.

##### **Artigo 3.º - Princípios orientadores da execução**

— A execução da vigilância electrónica assegura o respeito pela dignidade da pessoa humana e os direitos e interesses jurídicos não afectados pela decisão que a aplicou.

— A vigilância electrónica não acarreta qualquer encargo financeiro para o arguido ou condenado.

##### **Artigo 4.º - Consentimento**

— A vigilância electrónica depende do consentimento do arguido ou condenado.

— O consentimento é prestado pessoalmente perante o juiz, na presença do defensor, e reduzido a auto.

— Sempre que a vigilância electrónica for requerida pelo arguido ou condenado, o consentimento considera-se prestado por simples declaração pessoal deste no requerimento.

— A utilização da vigilância electrónica depende ainda do consentimento das pessoas, maiores de 16 anos, que coabitem com o arguido ou condenado.

— As pessoas referidas no número anterior prestam o seu consentimento aos serviços de reinserção social, por simples declaração escrita, a qual deve acompanhar a informação referida no n.º 2 do artigo 7.º, ou ser enviada, posteriormente, ao juiz.

— O consentimento do arguido ou condenado é revogável a todo o tempo.

##### **Artigo 5.º - Direitos do arguido ou condenado**

O arguido ou condenado tem, em especial, os seguintes direitos:

Participar na elaboração e conhecer o plano de reinserção social delineado pelos serviços de reinserção social em função das suas necessidades;

Receber dos serviços de reinserção social um documento onde constem os seus direitos e deveres, informação sobre os períodos de vigilância electrónica, bem como um guia dos procedimentos a observar durante a respectiva execução;

Aceder a um número de telefone de acesso livre, de ligação aos serviços de reinserção social que executam a decisão judicial.

##### **Artigo 6.º Deveres do arguido ou condenado**

Recaem sobre o arguido ou condenado os deveres de:

Permanecer nos locais onde é exercida vigilância electrónica durante os períodos de tempo fixados;

Cumprir o definido no plano de reinserção social;

Cumprir as indicações que forem dadas pelos serviços de reinserção social para a verificação de voz;

Receber os serviços de reinserção social e cumprir as suas orientações, bem como responder aos contactos, nomeadamente por via telefónica, que por estes forem feitos durante os períodos de vigilância electrónica;

Contactar os serviços de reinserção social, com pelo menos três dias úteis de antecedência, sempre que pretenda obter autorização judicial para se ausentar excepcionalmente durante o período de vigilância electrónica, fornecendo para o efeito as informações necessárias;

Solicitar aos serviços de reinserção social autorização para se ausentar do local de vigilância electrónica quando estejam em causa motivos imprevistos e urgentes;

Apresentar justificação das ausências que ocorram durante os períodos de vigilância electrónica;

Abster-se de qualquer acto que possa afectar o normal funcionamento dos equipamentos de vigilância electrónica;

Contactar de imediato os serviços de reinserção social se ocorrerem anomalias que possam afectar o normal funcionamento do equipamento de vigilância electrónica, nomeadamente interrupções do fornecimento de electricidade ou das ligações telefónicas;



Permitir a remoção dos equipamentos pelos serviços de reinserção social após o termo da medida ou da pena.

#### Artigo 7.º - Decisão

— Sem prejuízo do disposto no artigo 213.º do Código de Processo Penal, a utilização de meios de vigilância electrónica é decidida por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público ou do arguido, durante a fase do inquérito, e oficiosamente ou a requerimento do arguido ou condenado, depois do inquérito.

— O juiz solicita prévia informação aos serviços de reinserção social sobre a situação pessoal, familiar, laboral e social do arguido ou condenado e a sua compatibilidade com as exigências da vigilância electrónica.

— A decisão prevista no n.º 1 é sempre precedida de audição do Ministério Público, do arguido ou condenado.

— A decisão que fixa a vigilância electrónica especifica os locais e os períodos de tempo em que esta é exercida, levando em conta, nomeadamente, o tempo de permanência na habitação e as autorizações de ausência estabelecidas na decisão de aplicação da medida ou da pena.

— A decisão que fixa a vigilância electrónica pode determinar que os serviços de reinserção social, quando suspeitem que uma ocorrência anómala seja passível de colocar em risco a vítima ou o queixoso do procedimento criminal, os informem de imediato.

— A decisão é comunicada ao arguido ou condenado e seu defensor, aos serviços de reinserção social e, quando aplicável, ao estabelecimento prisional onde aqueles se encontrem, bem como aos órgãos de polícia criminal competentes, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 8.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º

#### Artigo 8.º - Início da execução

— A vigilância electrónica inicia-se no prazo máximo de quarenta e oito horas após a recepção da decisão do tribunal por parte dos serviços de reinserção social, com a instalação dos meios técnicos de vigilância electrónica, em presença do arguido ou condenado.

— O início da vigilância electrónica é comunicado pelos serviços de reinserção social ao tribunal.

— No caso de reclusos, os serviços de reinserção social acordam com os serviços prisionais o momento em que aqueles são conduzidos ao local de vigilância electrónica.

#### Artigo 9.º - Entidade encarregada da execução

— Cabe à Direcção-Geral de Reinserção Social, adiante designada por DGRS, proceder à execução da vigilância electrónica.

— A DGRS pode recorrer aos serviços de outras entidades para adquirir, instalar, assegurar e manter o funcionamento dos meios técnicos utilizados na vigilância electrónica.

— Nas respostas a alertas e alarmes, no âmbito da execução da vigilância electrónica, as viaturas da DGRS podem utilizar os sinais sonoros e luminosos previstos no Código da Estrada para os serviços urgentes de interesse público.

#### Artigo 10.º - Relatórios

— Os serviços de reinserção social informam o tribunal sobre a execução da medida ou da pena, através da elaboração de relatórios periódicos.

— Os serviços de reinserção social informam o tribunal, através do envio de um relatório de incidentes, sempre que ocorram circunstâncias susceptíveis de comprometer a execução da medida ou da pena.

— O relatório referido no número anterior tem carácter de urgência, devendo ser presente ao juiz de

imediato, que decide as providências que se afigurarem necessárias ao caso, nomeadamente a revogação da vigilância electrónica.

#### Artigo 11.º - Ausências do local de vigilância electrónica

— As ausências do local determinado para vigilância electrónica são autorizadas pelo juiz.

— Excepcionalmente, podem os serviços de reinserção social autorizar que o arguido ou condenado se ausente do local de vigilância electrónica quando estejam em causa motivos imprevistos e urgentes.

— As ausências previstas no número anterior dependem de solicitação prévia aos serviços de reinserção social, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 6.º, que decidem tendo em conta os fundamentos invocados, a segurança da comunidade e o controlo de execução da medida ou da pena.

— Os serviços de reinserção social fiscalizam as ausências, conforme as finalidades e horários autorizados, podendo para o efeito recorrer a meios móveis de monitorização electrónica.

— Os serviços de reinserção social informam o tribunal de todas as ausências concedidas nos termos dos números anteriores, em sede de relatório de execução a enviar periodicamente, conforme definido no artigo anterior, e com as especificidades definidas na parte especial da presente lei.

#### Artigo 12.º - Ausências ilegítimas do local de vigilância electrónica

— Sem prejuízo do n.º 2 do artigo 10.º, em caso de ausência ilegítima do local de vigilância electrónica por parte do arguido ou condenado, os serviços de reinserção social comunicam este facto ao tribunal competente, ao Ministério Público e às forças e serviços de segurança, comunicando igualmente a captura.

— Qualquer autoridade judiciária ou agente de serviço ou força de segurança tem o dever de capturar e conduzir ao local de vigilância electrónica qualquer arguido ou condenado que se ausente, sem autorização, deste local, sem prejuízo da decisão do juiz ao abrigo do disposto do n.º 3 do artigo 10.º

— Quando considerarem que a ausência ilegítima do local de vigilância electrónica por parte do arguido ou condenado pode criar perigo para o ofendido, os serviços de reinserção social informam-no da ocorrência, reportando-o igualmente à entidade policial da área de residência do ofendido.

— Ao condenado que dolosamente se tiver eximido, total ou parcialmente, à execução de pena de prisão com vigilância electrónica é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 97.º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

#### Artigo 13.º - Aviso por incumprimento

— Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º, os serviços de reinserção social podem emitir avisos escritos ao arguido ou condenado quando ocorram incumprimentos pouco graves no âmbito da execução da medida ou da pena.

— Ao terceiro aviso corresponde necessariamente a elaboração de relatório de incidentes para os autos, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º

#### Artigo 14.º - Revogação da vigilância electrónica

Sem prejuízo do disposto no Código Penal, no Código de Processo Penal e no Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, a decisão que fixa a vigilância electrónica é revogada quando:

O arguido ou condenado revogar o consentimento;

O arguido ou condenado danificar o equipamento de monitorização, com intenção de impedir ou dificultar a vigilância, ou, por qualquer forma, iludir os serviços de vigilância ou se eximir a esta;

O arguido ou condenado violar gravemente os deveres a que está sujeito.

#### Artigo 15.º - Termo da vigilância electrónica

— A decisão que determine o termo da vigilância electrónica da medida prevista na alínea *a*) do artigo 1.º, e que não implique condução ao estabelecimento prisional, deve ser cumprida até às 24 horas do dia em que é recebida pelos serviços de reinserção social.

— A desinstalação dos equipamentos nos casos previstos nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do artigo 1.º, e que não implique condução ao estabelecimento prisional, ocorre durante a manhã do dia fixado na decisão para o seu termo.

— A decisão que, determinando o termo da vigilância electrónica, implique condução ao estabelecimento prisional, é comunicada em simultâneo aos serviços de reinserção social e ao órgão de polícia criminal competente.

— As entidades previstas no número anterior cooperam para que a diligência de condução do arguido ou condenado ao estabelecimento prisional seja cumprida no prazo de vinte e quatro horas, sendo imediatamente precedida pela desinstalação dos equipamentos de vigilância electrónica.

## CAPÍTULO II

### Parte especial

#### SECÇÃO I

##### Medida de coacção de obrigação de permanência na habitação

#### Artigo 16.º - Execução

— A execução da medida prevista na alínea *a*) do artigo 1.º, inicia-se após a instalação dos meios de vigilância electrónica, podendo o juiz, até ao início da execução, aplicar ao arguido as medidas de coacção que, entretanto, se mostrarem necessárias.

— O juiz pode associar à medida de coacção a obrigação de o arguido não contactar, por qualquer meio, com determinadas pessoas.

#### Artigo 17.º - Relatórios periódicos

Os relatórios periódicos sobre a execução da medida de coacção referidos no n.º 1 do artigo 10.º têm periodicidade trimestral, devendo ser apresentados até cinco dias úteis antes do prazo para o respectivo reexame.

#### Artigo 18.º - Reexame da decisão

— Oficiosamente, de três em três meses, o juiz procede ao reexame das condições em que foi decidida a utilização da vigilância electrónica e à avaliação da sua execução, mantendo, alterando ou revogando a decisão.

— Para efeitos do número anterior, o juiz ouve o Ministério Público e o arguido e considera o teor do relatório de execução trimestral elaborado pelos serviços de reinserção social.

#### SECÇÃO II

##### Pena de prisão em regime de permanência na habitação

#### Artigo 19.º - Execução

— Para aplicação da pena referida na alínea *b*) do artigo 1.º, o tribunal solicita aos serviços de reinserção social a informação prévia prevista no n.º 2 do artigo 7.º, a elaborar no prazo de cinco dias úteis.

— O tribunal notifica os serviços de reinserção social da sentença transitada em julgado que aplicar a pena referida no número anterior, devendo estes serviços proceder à instalação dos equipamentos de vigilância electrónica no prazo máximo de quarenta e oito horas.

#### Artigo 20.º - Regime de progressividade da execução

— Com base num prognóstico favorável sobre o condenado, a elaborar pelos serviços de reinserção social, o tribunal pode determinar a execução da pena com regime de progressividade, de acordo com razões de prevenção geral e especial.

— O regime de progressividade consiste no faseamento da execução da pena, de modo a que o confinamento inicial do condenado à habitação possa ser progressivamente reduzido, através da concessão de períodos de ausência destinados à prossecução de actividades úteis ao processo de ressocialização.

— O período diário de confinamento nunca pode ser inferior a doze horas, salvo situações excepcionais a autorizar pelo juiz.

— O tribunal pode autorizar os serviços de reinserção social a administrar o regime de progressividade, sem prejuízo de ser informado, nos relatórios periódicos, da sua execução.

#### Artigo 21.º - Relatórios periódicos

Os relatórios periódicos de execução previstos no n.º 1 do artigo 10.º são elaborados a meio da pena, quando esta for superior a seis meses, e cinco dias úteis antes do seu termo, salvo se o juiz tiver estabelecido outra periodicidade.

#### SECÇÃO III

Modificação da execução da pena de prisão de reclusos portadores de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada

#### Artigo 22.º - Ausências do local de vigilância electrónica

Sem prejuízo do disposto no artigo 7.º, a decisão que determine a modificação da execução da pena de prisão referida na alínea *d*) do artigo 1.º especifica as autorizações de ausência necessárias à prestação de cuidados de saúde ao condenado portador de doença grave, evolutiva e irreversível ou de deficiência grave e permanente ou de idade avançada.

#### SECÇÃO IV

##### Adaptação à liberdade condicional com vigilância electrónica

#### Artigo 23.º - Execução

— Tendo em vista o cumprimento do disposto no artigo 62.º do Código Penal, o tribunal de execução das penas solicita aos serviços de reinserção social, para além do relatório previsto na alínea *b*) do n.º 4 do artigo 188.º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, a informação prévia prevista no n.º 2 do artigo 7.º da presente lei, a qual pode ser acompanhada do plano de reinserção social para homologação.

— Para além do disposto no n.º 2 do artigo 177.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, o despacho que concede o período de adaptação à liberdade condicional determina ainda a data do seu termo, bem como a data de apreciação da liberdade condicional.

— O tribunal notifica os serviços de reinserção social da decisão, para os efeitos previstos no disposto no n.º 7 do artigo 188.º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

— A decisão de concessão da adaptação à liberdade condicional com vigilância electrónica pode determinar que o condenado mantenha as condições

decorrentes do regime aberto voltado para o exterior a que estava sujeito.

#### Artigo 24.º - Aplicação do regime de progressividade da execução

Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo anterior, aplica-se à execução da adaptação à liberdade condicional com vigilância electrónica o regime de progressividade previsto no artigo 20.º

#### Artigo 25.º - Relatórios periódicos

Os relatórios periódicos de execução previstos no n.º 1 do artigo 10.º são elaborados a meio do período de adaptação à liberdade condicional e cinco dias úteis antes da data prevista para apreciação da transição para liberdade condicional, salvo se o juiz tiver estabelecido outra periodicidade.

### SECÇÃO V

Das medidas e penas de afastamento do arguido ou condenado em contexto de violência doméstica

#### Artigo 26.º - Execução

— Para aplicação das medidas e penas referidas na alínea *e*) do artigo 1.º, a informação mencionada no n.º 2 do artigo 7.º da presente lei e no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, deve ainda atender à compatibilidade da condição pessoal, familiar, laboral ou social da vítima com as exigências da vigilância electrónica.

— À utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização das medidas de afastamento é aplicável o regime previsto no artigo 36.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro.

— A execução da medida ou pena inicia-se quando instalados todos os meios de vigilância electrónica junto da vítima e do arguido ou condenado.

#### Artigo 27.º - Comunicações

— Para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, os serviços de reinserção social comunicam aos serviços de apoio à vítima o início da execução da pena ou medida e as respectivas condições de aplicação.

— Durante a execução da medida, os serviços de reinserção social e os serviços de apoio à vítima comunicam reciprocamente qualquer circunstância susceptível de pôr em causa a protecção da vítima.

#### Artigo 28.º

##### Relatórios periódicos

Os serviços de reinserção social remetem à autoridade judiciária competente relatórios trimestrais sobre a execução das medidas e penas, salvo se na decisão constar outra periodicidade.

### CAPÍTULO III

Do tratamento dos dados da vigilância electrónica

#### Artigo 29.º - Base de dados

1 — Para efeitos da presente lei é criada e mantida pela DGRS uma base de dados constituída por:

Nome completo, data de nascimento, filiação, estado civil, sexo, nacionalidade, residência actual conhecida e número de identificação civil e fiscal dos arguidos ou condenados sujeitos a vigilância electrónica;

Indicação da medida ou pena aplicada;

Data de início, suspensão e fim da vigilância electrónica;

Tribunal e número de processo à ordem do qual foi decretada;

Tipos de crimes imputados;

Tipo de relação existente entre o arguido ou condenado e a vítima, em caso de prática de crimes de violência doméstica e conexos;

Data da prática dos factos;

Local de instalação da vigilância;

Registos da monitorização da vigilância electrónica.

— A DGRS é a entidade responsável pelo tratamento da base de dados referida no número anterior.

— A DGRS pode recolher imagens de rosto dos arguidos ou condenados para inserção no sistema informático de monitorização electrónica, apenas para acesso dos agentes intervenientes nas operações de vigilância electrónica, com a finalidade de reconhecimento do vigiado, não as podendo utilizar para outro efeito.

— A DGRS pode recolher e registar amostras de voz para verificação da permanência do vigiado em determinado local.

#### Artigo 30.º - Acesso e rectificação dos dados

— Para além do titular, têm acesso à base de dados os técnicos dos serviços de reinserção social afectos aos serviços de vigilância electrónica e os das entidades referidas no n.º 2 do artigo 9.º, devidamente credenciados por aqueles para administrar o sistema informático, ficando todos obrigados ao sigilo profissional, mesmo após o termo das suas funções.

— Ao arguido ou condenado é reconhecido o direito de conhecer o conteúdo dos registos dos dados que lhe respeitem, bem como o direito a obter a sua actualização ou a correcção dos dados inexactos, o preenchimento dos total ou parcialmente omissos e a eliminação dos indevidamente registados, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 11.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

#### Artigo 31.º - Transmissão dos dados

As autoridades judiciárias e os órgãos de polícia criminal podem solicitar aos serviços de reinserção social informação da base de dados de vigilância electrónica para fins de investigação criminal.

#### Artigo 32.º - Conservação de dados

— Os dados referidos no artigo 29.º são conservados durante a execução das penas e medidas com vigilância electrónica e até 18 meses após o seu termo.

— Findo o prazo referido no número anterior, os dados são retirados do sistema informático e conservados em suporte adequado em arquivo próprio dos serviços de reinserção social.

— Exceptuam-se do disposto nos números anteriores os dados relativos à fiscalização do cumprimento de medida de coacção que são imediatamente eliminados quando a decisão de arquivamento do inquérito se torne definitiva ou o despacho de não pronúncia ou a sentença absolutória transitem em julgado.

#### Artigo 33.º - Destruição de dados

Os dados referentes aos vigiados sujeitos a vigilância electrónica conservados em suporte fora do sistema informático são destruídos três anos após a extinção da pena ou o fim da medida com vigilância electrónica.

#### Artigo 34.º - Segurança da informação

— À base de dados devem ser conferidas as garantias de segurança necessárias a impedir a consulta, a modificação, a supressão, o adicionamento, a destruição ou a comunicação de dados por forma não consentida pela presente lei.

— São objecto de controlo, tendo em vista a segurança da informação:

Os suportes de dados e o respectivo transporte, a fim de impedir que possam ser lidos, divulgados, copiados, alterados ou eliminados por pessoa não autorizada;

A inserção de dados, a fim de impedir a introdução, bem como qualquer tomada de conhecimento, divulgação, alteração ou eliminação não autorizada de dados pessoais;

Os sistemas de tratamento de dados, para impedir que possam ser utilizados por pessoas não autorizadas, através de instalações de transmissão de dados;

O acesso aos dados, para que só as pessoas autorizadas possam ter acesso aos dados;

A transmissão dos dados, para garantir que a sua utilização seja limitada às entidades autorizadas;

A introdução de dados pessoais nos sistemas de tratamento, de forma a verificar-se que dados foram introduzidos, quando e por quem.

Artigo 35.º - Norma subsidiária

As disposições do presente capítulo são interpretadas e complementadas nos termos da Lei da Protecção de Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

#### CAPÍTULO IV Disposições finais

Artigo 36.º - Comunicações

As comunicações efectuadas entre o tribunal e os serviços de reinserção social são realizadas preferencialmente por via electrónica, devendo, neste caso, ser tomadas as medidas adequadas para assegurar a segurança da informação, de modo a impedir o risco de esta ser vista e utilizada por terceiros não autorizados.

Artigo 37.º - Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, e o artigo 2.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro.

Artigo 38.º - Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 22 de Julho de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 20 de Agosto de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 23 de Agosto de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Consultado em 15-10-2013

<http://dre.pt/pdfgratis/2010/09/17100.pdf>

Diário da República Eletrónico

DATA : Quarta-feira, 3 de Setembro de 2010

NÚMERO : 171 SÉRIE I

EMISSION : ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIPLOMA / ATO : Lei n.º 40/2010

PÁGINAS : 3918 a 3919

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 40/2010  
de 3 de Setembro

**Segunda alteração à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, que aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e 26.ª alteração ao Código Penal**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea

c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º - Alteração da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro**

Os artigos 5.º e 7.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º - **Alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais**

Os artigos 91.º e 92.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, passam a ter a seguinte redacção:

‘Artigo 91.º [...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....

d) Homologar a decisão do director -geral dos Serviços Prisionais de colocação do recluso em regime aberto no exterior, antes da respectiva execução;

- e) [Anterior alínea d).]
- f) [Anterior alínea e).]
- g) [Anterior alínea f).]
- h) [Anterior alínea g).]
- i) [Anterior alínea h).]
- j) [Anterior alínea i).]
- l) [Anterior alínea j).]
- m) [Anterior alínea l).]
- n) [Anterior alínea m).]
- o) [Anterior alínea n).]
- p) [Anterior alínea o).]
- q) [Anterior alínea p).]
- r) [Anterior alínea q).]
- s) [Anterior alínea r).]
- t) [Anterior alínea s).]
- u) [Anterior alínea t).]
- v) [Anterior alínea u).]
- x) [Anterior alínea v).]

z) [Anterior alínea x).]

aa) [Anterior alínea z).]

Artigo 92.º [...]

**Artigo 7.º - Alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, que aprova a Lei de Organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais**

Os artigos 124.º e 125.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, passam a ter a seguinte redacção:

‘Artigo 124.º [...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- a) .....
- b) .....
- c) .....

d) Homologar a decisão do director -geral dos Serviços Prisionais de colocação do recluso em regime aberto no exterior, antes da respectiva execução;

- e) [Anterior alínea d).]
- f) [Anterior alínea e).]
- g) [Anterior alínea f).]
- h) [Anterior alínea g).]
- i) [Anterior alínea h).]
- j) [Anterior alínea i).]
- l) [Anterior alínea j).]
- m) [Anterior alínea l).]
- n) [Anterior alínea m).]
- o) [Anterior alínea n).]
- p) [Anterior alínea o).]
- q) [Anterior alínea p).]
- r) [Anterior alínea q).]
- s) [Anterior alínea r).]
- t) [Anterior alínea s).]
- u) [Anterior alínea t).]
- v) [Anterior alínea u).]
- x) [Anterior alínea v).]
- w) z) [Anterior alínea x).]
- aa) [Anterior alínea z).]

Artigo 125.º [...]

..... ’»

**Artigo 2.º - Alteração do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade**

Os artigos 14.º, 138.º e 142.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, publicado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, que dela faz parte integrante, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 14.º [...]

- 1 — .....
- 2 — .....
- 3 — .....
- 4 — .....
- 5 — .....
- 6 — A colocação do recluso em regime aberto no interior e a sua cessação são da competência do director do estabelecimento prisional.
- 7 — .....

8 — A colocação do recluso em regime aberto no exterior e a sua cessação são da competência do director-geral dos Serviços Prisionais, sendo a decisão de colocação submetida a homologação prévia pelo tribunal de execução das penas, nos termos do artigo 172.º -A.

9 — .....

#### Artigo 138.º [...]

1 — .....

2 — .....

3 — .....

4

a) .....

b) .....

c) .....

d) Homologar a decisão do director -geral dos Serviços Prisionais de colocação do recluso em regime aberto no exterior, antes da respectiva execução;

e) [Anterior alínea d).]

f) [Anterior alínea e).]

g) [Anterior alínea f).]

h) [Anterior alínea g).]

i) [Anterior alínea h).]

j) [Anterior alínea i).]

l) [Anterior alínea j).]

m) [Anterior alínea l).]

n) [Anterior alínea m).]

o) [Anterior alínea n).]

p) [Anterior alínea o).]

q) [Anterior alínea p).]

r) [Anterior alínea q).]

s) [Anterior alínea r).]

t) [Anterior alínea s).]

u) [Anterior alínea t).]

v) [Anterior alínea u).]

x) [Anterior alínea v).]

w) z) [Anterior alínea x).]

aa) [Anterior alínea z).]

#### Artigo 142.º [...]

1 — .....

2 — .....

a) .....

b) .....

c) Dar parecer, quando solicitado, nos termos do n.º 4 do artigo 172.º -A, sobre a colocação de reclusos em regime aberto no exterior.»

#### Artigo 3.º - Aditamento ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

É aditado ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, publicado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, e que dela faz parte integrante, o artigo 172.º -A, com a seguinte redacção:

##### «Artigo 172.º -A - Processo de homologação

1 — A decisão de colocação de recluso em regime aberto no exterior é submetida pelo director- geral dos Serviços Prisionais ao tribunal de execução das penas, para efeitos de homologação.

2 — O director -geral dos Serviços Prisionais envia ao tribunal de execução das penas a decisão para

homologação, acompanhada dos elementos que a fundamentaram, nos termos do artigo 14.º

3 — O processo de homologação é da competência do juízo que tenha decidido a concessão da licença de saída jurisdicional do recluso em causa.

4 — O juiz pode, se o entender, solicitar parecer ao conselho técnico e proceder à audição do recluso.

5 — A decisão de homologação é notificada ao Ministério Público e comunicada ao director- geral dos Serviços Prisionais.»

#### Artigo 4.º -Alteração ao Código Penal

O artigo 30.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, e alterado pela Lei n.º 6/84, de 11 de Maio, pelos Decretos -Leis n.ºs 101- A/88, de 26 de Março, 132/93, de 23 de Abril, e 48/95, de 15 de Março, pelas Leis n.ºs 90/97, de 30 de Julho, 65/98, de 2 de Setembro, 7/2000, de 27 de Maio, 77/2001, de 13 de Julho, 97/2001, 98/2001, 99/2001 e 100/2001, de 25 de

Agosto, e 108/2001, de 28 de Novembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, e 38/2003, de 8 de Março, pelas Leis n.ºs 52/2003, de 22 de Agosto, e 100/2003, de 15 de Novembro, pelo Decreto -Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, e pelas Leis n.ºs 11/2004, de 27 de Março, 31/2004, de 22 de Julho, 5/2006, de 23 de Fevereiro, 16/2007, de 17 de Abril, 59/2007, de 4 de Setembro, e 61/2008, de 31 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 30.º [...]

1 — .....

2 — .....

3 — O disposto no número anterior não abrange os crimes praticados contra bens eminentemente pessoais.»

#### Artigo 5.º - Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 22 de Julho de 2010.

O Presidente da Assembleia da República,  
*Jaime Gama.*

Promulgada em 24 de Agosto de 2010.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL  
CAVACO SILVA.

Referendada em 24 de Agosto de 2010.

O Primeiro- Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Consultado em 15-10-2013

<http://dre.pt/pdfgratis/2010/09/17200.pdf>

**Diário da República Eletrónico**

DATA : Quarta-feira, 21 de Fevereiro de 2013

NÚMERO : 37 SÉRIE I

EMISSOR : ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIPLOMA / ATO : Lei n.º 21/2013

PÁGINAS : 1106 a 1107

## **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

### **Lei n.º 21/2013**

**de 21 de Fevereiro**

**Procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea

c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

A presente lei procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro.

#### **Artigo 2.º**

##### **Aditamento ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade**

São aditados ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro, os artigos 188.º -A, 188.º -B e 188.º -C, com a seguinte redação:

##### **«Artigo 188.º -A**

##### **Execução da pena de expulsão**

1 — Tendo sido aplicada pena acessória de expulsão, o juiz ordena a sua execução logo que:

a) Cumprida metade da pena, nos casos de condenação em pena igual ou inferior a 5 anos de prisão, ou, em caso de execução sucessiva de penas, logo que se encontre cumprida metade das penas;

b) Cumpridos dois terços da pena, nos casos de condenação em pena superior a 5 anos de prisão, ou, em caso de execução sucessiva de penas, logo que se encontrem cumpridos dois terços das penas.

2 — O juiz pode, sob proposta e parecer fundamentado do diretor do estabelecimento prisional, e obtida a concordância do condenado, decidir a antecipação da execução da pena acessória de expulsão, logo que:

a) Cumprido um terço da pena, nos casos de condenação em pena igual ou inferior a 5 anos de prisão, ou, em caso de execução sucessiva de penas, logo que se encontre cumprido um terço das penas;

b) Cumprida metade da pena, nos casos de ondena-

ção em pena superior a 5 anos de prisão, ou, em caso de execução sucessiva de penas, logo que se encontre cumprida metade das penas.

3 — Independentemente de iniciativa do diretor do estabelecimento prisional, o juiz, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do condenado, solicita o parecer fundamentado ao diretor do estabelecimento.

#### **Artigo 188.º -B**

##### **Audição do recluso e decisão**

— Recebida a proposta ou parecer do diretor do estabelecimento prisional, o juiz designa data para audição do condenado, em que devem estar presentes o defensor e o Ministério Público.

— O juiz questiona o condenado sobre todos os aspetos relevantes para a decisão em causa, incluindo o consentimento para a execução antecipada da pena acessória de expulsão, após o que dá a palavra ao Ministério Público e ao defensor para, querendo, requererem ao juiz a formulação de perguntas ou oferecerem as provas que julgarem convenientes, decidindo o juiz, por despacho irrecorrível, sobre a relevância das perguntas e admissão das provas.

— Não havendo provas a produzir, ou finda a sua produção, o juiz dá a palavra ao Ministério Público e ao defensor para se pronunciarem sobre a antecipação da execução da pena acessória de expulsão, após o que profere decisão verbal, decidindo a expulsão quando esta se revelar compatível com a defesa da ordem e da paz social e for de prever que o condenado conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.

— A audição do condenado, as provas produzidas oralmente e a decisão são documentadas mediante registo audiovisual ou áudio, ou consignadas no auto quando aqueles meios técnicos não estiverem disponíveis. 5 — O dispositivo é sempre ditado para a ata.

#### **Artigo 188.º -C**

##### **Notificação da decisão e recurso**

- 1 — A decisão que determine ou recuse a execução da pena de expulsão é notificada ao condenado, ao defensor e ao Ministério Público.
- 2 — A decisão que determine a execução da pena acessória de expulsão, após trânsito em julgado, é comunicada aos serviços prisionais, aos serviços de identificação criminal, através de boletim de registo criminal, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e demais serviços ou entidades que devam intervir na execução da medida.
- 3 — A requerimento do condenado ou do Ministério Público, é sempre entregue cópia da gravação ou do auto no prazo máximo de 48 horas.
- 4 — O recurso interposto da decisão que decrete ou rejeite a execução da pena acessória de expulsão é limitado à questão da concessão ou recusa da execução da pena acessória de expulsão.
- 5 — Têm legitimidade para recorrer o Ministério Público e o condenado.
- 6 — O recurso tem efeito suspensivo e reveste natureza urgente, nos termos do artigo 151.º»

#### **Artigo 3.º**

##### **Alteração sistemática ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade**

- 1 — O capítulo V do título IV do livro II do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro, passa a ter a epígrafe «Liberdade condicional e execução da pena acessória de expulsão».

- 2 — É aditada ao capítulo V do título IV do livro II do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro, a secção IV, com a epígrafe «Execução da pena acessória de expulsão», a qual é composta pelos artigos 188.º -A a 188.º -C.

Artigo 4.º

Norma revogatória

É revogado o artigo 182.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, e alterado pelas Leis n.ºs 33/2010, de 2 de setembro, e 40/2010, de 3 de setembro.

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 11 de janeiro de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 13 de fevereiro de 2013.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 13 de fevereiro de 2013.

O Primeiro- Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

Consultado em 15-10-2013

<http://dre.pt/pdfgratis/2013/02/03700.pdf>